

A photograph of an abandoned hospital ward with several metal beds and large windows. The floor is covered with papers and debris.

cultura, movimentos & lutas

desconstruindo amarras sociais

ROGER GOULART MELLO
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
(ORGANIZADORES)



2020

A black and white photograph of an abandoned hospital ward. The room is filled with rows of empty metal bed frames. The floor is covered with papers and debris. Large windows are visible in the background, showing a view of trees outside. The overall atmosphere is one of neglect and desolation.

cultura, movimentos & lutas

desconstruindo amarras sociais

ROGER GOULART MELLO
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
(ORGANIZADORES)



2020

2020 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar
pelos autores.

Editora Chefe
Patrícia Gonçalves de Freitas
Editor
Roger Goulart Mello
Diagramação
Roger Goulart Mello
Projeto gráfico e Edição de Arte
Patrícia Gonçalves de Freitas
Revisão
Os Autores

CULTURAS, MOVIMENTOS E LUTAS: DESCONSTRUINDO AMARRAS SOCIAIS, Vol. 1

Todo o conteúdo dos artigos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Dr^a Cristiana Barcelos da Silva – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Dr^a Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Dr. Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dr. Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Dr^a Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Me. Doutorando Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo

Me. Doutorando Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Me. Doutorando Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará

M^a Doutoranda Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

M^a Doutoranda Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Me. Doutorando Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes

M^a Doutoranda Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas

M^a Doutoranda Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará



2020

M^a Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
M^a Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Me. Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Me. Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Me. Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
M^a Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Dr^a. Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Dr. Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Dr. Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins
Dr^a. Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Dr^a. Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C968 Cultura, movimentos e lutas [recurso eletrônico] : desconstruindo amarras sociais 1 / Organizadores Roger Goulart Mello, Patrícia Gonçalves de Freitas. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-87207-85-8

1. Cultura. 2. Movimentos sociais – Brasil. I. Mello, Roger Goulart, 1992-. II. Freitas, Patrícia Gonçalves de, 1992-.

CDD 306.071

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
contato@editorapublicar.com.br
www.editorapublicar.com.br



2020

Apresentação

É com grande satisfação que a **Editora e-Publicar** vem apresentar a obra intitulada “**Cultura, movimentos e lutas: desconstruindo amarras sociais**”. Neste livro, engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas e experiências com o objetivo de proporcionar uma coletânea de estudos abrangendo a história, realidade e desafios enfrentados por diversos grupos sociais de nossa sociedade a partir de uma perspectiva crítica, visando fomentar a discussão e contribuir para a mudança de paradigmas existentes na sociedade.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Patrícia Gonçalves de Freitas
Roger Goulart Mello
Equipe e-Publicar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....05

CAPÍTULO 1 – MICHAEL JACKSON: CONTRIBUIÇÃO PARA CULTURA NEGRA AMERICANA.....12

Bruna Maria Paz de Lira

CAPÍTULO 2 – A VIOLÊNCIA MANIFESTA NA ESCOLA COMO UM FENÔMENO SOCIAL.....18

**Ágda Alves de Asevedo Canedos
Alejandro Pérez Carvajal**

CAPÍTULO 3 – SOCIEDADE DAS IMAGENS E MEMÓRIAS HISTÓRICAS EM CONFLITO.....38

Alexandre Fernandes Corrêa

CAPÍTULO 4 – OS INDIVÍDUOS NAS SOCIEDADES MODERNAS: CONCEITOS, PERSPECTIVAS ESINGULARIDADES.....49

**Joici Antonia Ziegler
Celso Gabatz**

CAPÍTULO 5 – A POESIA MARGINAL COMO INSTRUMENTO CULTURAL E EDUCATIVO DAS PERIFERIAS DE FORTALEZA – CE.....63

**Evelane Mendonça Lima
Aglailton da Silva Bezerra
Luiz Felipe de Sousa Gomes**

CAPÍTULO 6 – ESTUDOS INTERSECCIONAIS EM MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA INTERCULTURALIDADE.....73

Jamile Guerra Fonseca

CAPÍTULO 7 – A POLÍTICA E A CURRICULARIZAÇÃO DA CULTURA NA UFCA NO PLANO DE CULTURA.....80

José Robson Maia de Almeida

CAPÍTULO 8 – SOM DA CALÇADA: VIVÊNCIAS, HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DA RUA.....92

Leila Carine dos Reis Conceição
Maria de Fátima Santos de Jesus

CAPÍTULO 9 – O MACHISMO NAS MÚSICAS DO SERTANEJO UNIVERSITÁRIO: UM OLHAR SOBRE A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC).....104

Maria Eduarda da Silva Lima
Sabrina Leal de Lima

CAPÍTULO 10 – OS FATORES PROJETUAIS DE CRIAÇÃO DA CAPA DO DISCO DO TÊNIS (1972).....114

Valéria Nanci de Macêdo Santana

CAPÍTULO 11 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EXPERIÊNCIAS DE PARNAÍBA-PI.....123

Mariana Rocha Menezes
Simone Maria de Sousa Silva

CAPÍTULO 12 – O ILUSTRE ESCRAVO INÁCIO DA CATINGUEIRA E A SUA PELEJA CONTRA O IMPÉRIO DA ESCRAVIDÃO NO SERTÃO DA PARAÍBA.....141

Antonio Martins de Oliveira

CAPÍTULO 13 – OS CORPOS DAS MULHERES: UMA ANÁLISE SOBRE A INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO PERÍODO DE REGIME DITATORIAL BRASILEIRO.....158

Bianca Valeska Marques da Silva

CAPÍTULO 14 – CAMPO ALEGRE, PRESENTE! TERRA, ASSENTAMENTO E EDUCAÇÃO NO CAMPO170

Bruno Cardoso de Menezes Bahia
Débora Guimarães de Almeida

CAPÍTULO 15 – DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO E SABERES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA.....184

Bruno Cardoso de Menezes Bahia
Renan Mota Silva

CAPÍTULO 16 – A PERCEPÇÃO DO CORPO PELOS POVOS DE TERREIRO.....202

Ioná Pereira da Silva
Carlos Alberto Batista Santos

CAPÍTULO 17 – POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: O PAPEL DO ESTADO FISCALIZADOR.....210

Carlos Clovis Gomes Neto

CAPÍTULO 18 – COMO O MOVIMENTO LGBT FORJOU CONSUMIDORES ÁVIDOS POR VIAGENS DE LAZER?.....216

Christopher Smith Bignardi Neves

CAPÍTULO 19 – MEMÓRIAS ENTRECruzADAS SOBRE MARCELINA DOS SANTOS: PATRIMÔNIO IMATERIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOVA ESPERANÇA (WENCESLAU GUIMARÃES BAHIA).....230

Cledineia Carvalho Santos

CAPÍTULO 20 – GUERRA, CONFLITO E RAZÃO DE ESTADO NOS SÉCULOS XVI E XVII.....238

Diogo Luiz Lima Augusto

CAPÍTULO 21 – O GENOCÍDIO DE RUANDA E A BIOPOLÍTICA DE FOUCAULT248

Diogo Luiz Lima Augusto

CAPÍTULO 22 – A RENDA RENASCENÇA E OS ENREDAMENTOS DE SUA ABSORÇÃO NO MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL DA MODA.....256

Fabiana de Miranda Silva

CAPÍTULO 23 – O FORTALECIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MEIO DO LETRAMENTO DIGITAL.....266

Hudson Augusto Silva de Castro
Fabício Borges Santa Brígida

CAPÍTULO 24 – AS MÍDIAS SOCIAIS COMO ELEMENTO MOBILIZADOR UTILIZADO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....281

Hudson Augusto Silva de Castro
Fabício Borges Santa Brígida

CAPÍTULO 25 – A CIDADE COMO TERRITÓRIO DE METAMORFOSES: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E CRISE.....295

Valdecir Schenkel
Fernando Rosseto Gallego Campos
Juçara Spinelli

CAPÍTULO 26 – O *ADVOCACY* E AS MÍDIAS SOCIAIS NA DEFESA DA DIVERSIDADE: UM PROJETO PRÁTICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS.....314

Mayara Thalita de Almeida
Marcos José Zablonsky

CAPÍTULO 27 – A DANÇA EM CADEIRA DE RODAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL.....333

Jeniffer Caroline Santiago Soares
Narciso das Neves Soares

CAPÍTULO 28 – DESAPROPRIAÇÃO CULTURAL DA INDUMENTÁRIA DAS BAIANAS DE ACARAJÉ EM SALVADOR.....344

Oswaldo César Fernandes Copque
Maria Raidalva Nery Barreto

CAPÍTULO 29 – CASO SIMONE ANDRÉ DINIZ VS BRASIL: IMPORTÂNCIA DESTA DECISÃO PARA COMBATER O RACISMO364

Pedro Augusto de Castro Simbera
Helena Raia Bottura
Gabriel Freire Approbato
Letícia Daniele Guerra da Silva
Thiago Augusto Sula de Oliveira
Carolina Piccolotto Galib

CAPÍTULO 30 – A VIDA EM REPRESENTAÇÃO: PERCEPÇÕES E PROJEÇÕES DE USUÁRIAS DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE LUÍS CORREIA-PI.....379

Suellen Fernandes Castro
Simone Maria de Sousa Silva

CAPÍTULO 31 – MULHERES NA POLÍTICA: ENTRE CONCILIAÇÕES E RESISTÊNCIA AS HIERARQUIAS DE GÊNERO.....397

Kaliana Oliveira da Hora

CAPÍTULO 32 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES IDOSAS EM SALVADOR.....411

**Antonieta Pereira Calvo
Paula Xavier Gums Mendes**

CAPÍTULO 33 – CÁRCERE PRIVADO EM SAÚDE MENTAL: ENTRE O CRIME E A (DES)PROTEÇÃO.....429

**Diaponira Vitória da Silva Santos
Lucia Cristina dos Santos Rosa**



CAPÍTULO 1

MICHAEL JACKSON: CONTRIBUIÇÃO PARA CULTURA NEGRA AMERICANA

Bruna Maria Paz de Lira, Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Inglesa, FAFIRE

RESUMO

Neste artigo tem a proposta de expor a relevância do astro Pop, Michael Jackson, dentro da sociedade americana, principalmente na cultura, sendo assim, uma grande ferramenta de valorização do negro na indústria fonográfica e midiática. Como a sua obra, como músico e pessoa ajudou a dar um grande passo, e de quebrar paradigmas em relação ao negro americano, fazendo a ascensão desta etnia nesta sociedade, que em vários anos, sempre apresentou dificuldades de enxergar qualquer talento por causa da “cor”. O objetivo é de descrever, analisar e de informar a estes fatos relativos ao estudo. Foi utilizado uma pesquisa bibliográfica de alguns dados obtidos em livros bibliográfico e biográfico, respectivamente do músico, e de teses de alguns autores, doravante ao assunto. E este suporte, tem o valor de contribuir na compreensão sociocultural.

Palavras-chave: Michael Jackson. Sociedade Americana. Cultura Negra. Contribuições Culturais.

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios de um artista negro a ser valorizado na terra americana, ou na sociedade. Mas neste artigo irá apresentar umas das belas contribuições para a cultura negra e suporte. Através do músico, Michael Jackson.

O artigo foi organizado por seções que transitam no estudo sobre a cultura negra dentro de uma sociedade crítica e preconceituosa. Iniciando um pequeno resumo histórico da carreira do artista, depois teremos uma ideia sobre a sociedade americana e do seu comportamento em relação ao negro, e por fim, o apoio da obra artística de Michael Jackson.

DESENVOLVIMENTO

1 MICHAEL JACKSON: UMA SINTESE DA SUA TRAJETORIA

Um artista negro, vindo de uma origem humilde, nascido em 29 de agosto de 1958, em Gary, Indiana, EUA. A sua família composta de 9 irmãos, em Indiana, o seu pai Joseph Jackson foi um operário de fábrica, e eles moravam numa casa muito pequena para aquela quantidade de pessoas, na *Jackson Street*. Naquela comunidade, a maioria era composta de negros da classe operária. O salário era insuficiente, e então o pai dele, furtava as plantações de batatas, para complementa a alimentação. Às vezes, a fábrica dispensava os serviços, e ficava cada vez mais insuportável sustentar a família com as precárias condições. Segundo TARABORRELI (2005), afirma que:

Três mil e duzentos quilômetros ao leste, num terreno de esquina da feia cidade industrial de Gary, Indiana, há uma pequena casa de tijolos e alumínio com dois quartos e um banheiro. Essa moradia, no número 2300 da *Jackson street*, tem cerca de 3 m de fundo por 15 m de largura. Não há garagem, nem jardim ou gramado. Uma fumaça espessa se eleva das fábricas vizinhas; ela se espalha de tal forma pelo ar que quem se respira por ali com força fica ligeiramente...mal [...] Foi nesse local, basicamente um bairro negro, que Michael Jackson passou a sua infância com os pais e os irmãos Maureen, Jackie, Tito, Jermaine, Latoya, Marlon, Janet e Randy.(TARABORRELLI,2005,p.26).


Com o tempo, o pai dele percebeu o talento dos filhos, e investiu na compra de instrumentos musicais, e passou a ensaiá-los constantemente para concursos musicais locais e pequenos *shows* em boates de *strip-tease*. No início da banda, o pai não queria que o pequeno Michael Jackson, na época com 5 anos de idade, fosse o líder da banda, ou seja o vocalista, mas após uma apresentação na escola, cantando sozinho a música '*Climbevery mountain*' do filme A Noviça Rebelde (*The Sound OF Music*), o pai dele mudou de ideia.

Com o passar dos anos, em 1967, especificamente, foi o marco do grupo já formado por 5 irmãos, chamado por *The Jackson Five*. Porque o grupo se apresentou e venceu em primeiro lugar, no show de talentos renomado do *Apollo Theater*, no Harlem, Nova York. De acordo com FOX (1983)explica a importância deste espetáculo:

[O *Apollo* era] não somente o maior teatro negro, mas um local especial para se amadurecer social, emocional, profissional e politicamente. (FOX, 1983, p. 12).

Ressaltando a respeito disso, o autor TARRABORELI (2005) confirma:

Em agosto de 1967, o *Jackson Five* se apresentou no renomado *Apollo Theater*, no Harlem, como participante do mundialmente conhecido *show* de amadores. Toca no *Apollo* era, na época, o sonho da maioria dos jovens negros. (TARABORRELLI,2005, p.42).



A gravadora *Motown*, entrou em contato com o grupo após esta grande apresentação e da li, foi alavancado a carreira do grupo para o sucesso com as vendagens dos discos e *shows*. A *Motown*, na época foi uma importante indústria fonográfica na cultura negra e para os negros. Muitos artistas negros foram lapidados e honrados, como Diana Ross e Stevie Wonder, entre outros. Segundo o autor TARRABORELLI (2005), o dono da gravadora, Berry Gordy, tinha uma missão nesta instancia, como:


Gordy era um rebelde, um visionário que tinha tirado das ruas jovens negros esperançosos para transforma-los em *superstars* internacionais [...] era sobretudo resultado de sua excelente ideia de cercar os cantores com os mais talentosos compositores, produtores arranjadores que Detroit tinha a oferecer [...] eles e os artistas desenvolveram um estilo original e contagiante de música que vendeu milhões de discos. E que terminou se chamando *MotownSound*. (TARABORRELLI,2005, p.52).

A carreira do The Jackson Five desencadeou, e passou em várias fases, até o grupo romper o contrato com a *Motown*, transferindo-se para a gravadora *CBS RECORDS* (*Sony Music*), e reporta-los com o novo nome para *The Jackson*. O Michael Jackson já tinha lançado alguns discos solos na *Motown*, mas foi na *Sony Music* que desabrochou em parceria com Quincy Jones e outros produtores musicais. E que sua carreira solo acelerou e afirmou-se, e portanto, saindo do grupo. Tornando-se um grande astro Pop, intitulado como Rei do Pop, por causa das inovações de videoclipes (curta metragens), performances artísticos e musicalidade.

2 A SOCIEDADE AMERICANA E A SUA RELAÇÃO COM O NEGRO

A sociedade norte-americana tinha uma relação estreita as pessoa negras, desvalorizando, discriminando e de teor separatista (segregação racial). Um verdadeiro *apartheid*, Martin Luther King, foi um defensor em luta da igualdade étnico neste país. Para você ter ideia, antes do século XXI, existiam escolas, hospitais, clubes e entre outros locais. Separando pela cor da pessoa. Imagina apreciar o talento e a cultura do povo negro com estas circunstâncias? Podemos tiras conclusões a partir da sua historicidade de formação social, através do autor LUCENA (2005) e da sua releitura pela teórica BUTCHER (1972). Podemos entender que:

Mas essa proximidade não excluiu a questão da segregação racial. O anglo saxão tem um código de raça baseado no preconceito, no julgamento individual e no grupo étnico. O desenvolvimento social na colonização anglo saxã sempre foi baseado em uma ordem social até democrática, mas com responsabilidade da elite pela massa. Através dessas várias gerações de dependência mútua na maneira de viver, o contato entre negros e brancos foi íntimo devido à característica doméstica do sistema de escravidão. Brancos e negros mantinham atividades de reciprocidade, a despeito das diferenças e das etiquetas sociais. E mesmo nessa condição de subserviência, e sem



formação intelectual, o negro se tornou uma influência muito forte na sociedade. (LUCENA,2005)

A influência negra na cultura americana deu um grande destaque, como: Na música, teatro, dança etc. estas fontes criadas e atribuídas, de início para o alívio do sofrimento e opressão que eles eram expostos.

Quando o negro chegou na América como escravo, trouxe a religiosidade, o canto e as danças ritualísticas de sua cultura tribal. Suas primeiras contribuições na música, na dança e no folclore tiveram uma influência e impacto fulminante no norte-americano branco do sul. E se espalharam por todos os Estados Unidos. No início do século XIX, o branco sulista estava fortemente articulado com as implicações de uma democracia verdadeira, mas muito dedicado a perpetuar uma sociedade cujos fundamentos eram suportados pela escravidão. Absorvido em suas plantações, excluiu de sua vida o acesso ao teatro e ao music hall, mantendo nas plantações o divertimento formal. E as manifestações públicas dos escravos eram as únicas formas de entretenimento acessíveis a todos. O negro cultivava através da música, das histórias e da dança o que pode ser considerado uma catarse emocional e física para compensar sua total frustração e humilhação como escravo. (LUCENA,2005)

Mas suas atividades culturais, não foram tão fáceis para serem valorizadas pela sociedade americana. Na metade do século XX, a explosão da indústria fonográfica e televisiva, abriu um grande leque cultural, mas dividido. Existindo nas rádios (segregação racial) e horário (sendo os piores horários, como madrugada) de canais de tvs para expor conteúdos de artistas negros.

2 A OBRA JACKSON: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CULTURAL AMERICANO

Michael Jackson contribuiu e beneficiou durante a sua obra e a vida artística, a cultura negra e social. Já na década de 80, durante este período lançou o disco LP (*Longplay*) *Thriller*, e foi um sucesso nas vendas, sendo até hoje o único disco mais vendido da história. Devido a este sucesso, fez uma abertura e valorização aos artistas negros, que antes as rádios “brancas” não tocavam as músicas feitas por negros, as canções do *Thriller*, tocou em diversas vezes, emplacando-se como os melhores/hits, e o lançamento dos videocliques ou *shortfilms* do álbum para a tv, principalmente nos canais de música, como a MTV (*Music Television*) mostrou a capacidade e o talento do negro. O autor TARABORRELLI(2005), cita a relevância deste fato:

Quando a CBS enviou o vídeo de “*Billie Jean*” para a MTV, a estação rapidamente o rejeitou. Então, a CBS ameaçou retirar todos os seus outros clipes de lá, caso não apresentassem “*Beat it*”. Michael Jackson tinha se tornado tão popular que nem Bob Pittman (o dono) nem o segmento branco suburbano dos Estados Unidos, puderam mais ignorá-lo. Em meados de março de 1983, finalmente, o vídeo “*Billie Jean*” foi executado na MTV[...] Depois disso, a MTV começou a apresentar mais e mais vídeos com artistas negros [...] basicamente resultado da revolução inaugurada por Michael Jackson (TARABORRELLI,2005, p.246).



Para entendermos melhor a este grande passo, o mesmo autor TARABORRELLI (2005) enfatiza:

O que é realmente interessante sobre os vídeos de Michael para *Thriller*, porém, é como serviram para alavancar a popularidade da então incipiente rede MTV. [...] mas em 1983 raramente colocava em sua programação clipes de artistas negros [...] excluía a maioria dos artistas negros das listas de canções a serem apresentadas pela emissora.[...] cerca de apenas 20 traziam artistas negros [...] Era aceitável transmitir Phil Collins interpretando 'Youcan'thurrylove' das Supremes, mas a versão original era completamente inaceitável [...] quando alguém levava vídeos de músicos negros para seleção, eram rapidamente rejeitados.(TARABORRELLI,2005, p.245).

Ainda nesta mesma década, Michael Jackson reuniu 45 cantores para o Projeto *We are the world*, da organização beneficente *USA for Africa*, para combater a miséria (a fome, a falta de auxílio de saúde) da Etiópia, e de outras áreas afetadas na África. A entidade, também separaria recursos para *USA*.


Dou dinheiro para a entrada de pessoas negras nas universidades americanas, e já no final dos anos 80, foi chamado por uma Universidade FISK, em 1988, para receber o título de Doutor honorário em Letras, por causa das suas ações.

Voltando ao tempo, no final da década de 70, foi criado um filme *The Wiz*, mas numa versão somente com artistas negros, incluindo Michael Jackson e Diana Ross, infelizmente não agradou ao público, virando um fracasso de bilheteria, mas Michael Jackson não desistiu.

Reportando, após o sucesso do *Thriller*, na sua vida pessoal foi intimidado por um empresário chamado Don King, diante das suas indagações, pela insatisfação pelo reconhecimento artístico, Michael reclamava o porquê do Elvis Presley era aclamado como rei, se ele já tinha o superado. TARABORRELLI(2005) revela a fala racista do empresário:

“Você é o maior astro de todos os tempos, mas o homem branco nunca vai deixar que você seja maior que Elvis. Nunca. Pode esquecer”. Michael ficou abalado com a observação de Don King[...] Eles nunca vão me deixar ser maior que Elvis”. (TARABORRELLI,2005, p.365).

Para piorar, no final da década de 80 (1989), houve uma premiação chamada “Artista da Década”, infelizmente, e quem recebeu foi Madonna, não a desmerecendo, mas foi uma ação injusta pela questão da cantora de ter pouco tempo de carreira (videoclipes e vendas de discos) para tal consideração. E Michael só recebeu o título do Rei do Pop, no início dos anos 90. E percebam o tempo de carreira musical de ambos, e como o racismo afeta.



Muitos artistas negros (atuais) se orgulham, inspiram-se em Michael. Ainda enfrentam o racismo americano, mas não com muito peso. Porque o Rei do Pop quebrou as barreiras e mostrou que o negro tem talento e é cultura. Inovou nos videoclipes, nas danças e revolucionou a música Pop americana.

CONCLUSÃO

Finalizamos a cerca que o artista Michael Jackson é um brilhante percussor na indústria da música mundial, e auxiliou que os outros artistas negros a serem enxergados como grandes potenciais de talentos e ricos na cultura da sociedade americana.

Mesmo é perseguido e criticado, Jackson é um artista humanitário, que fez doações para comunidades carentes, principalmente as crianças, não somente no Estados Unidos, mas no mundo todo.

BIBLIOGRAFIA

BUTCHER, Margaret Just. **The negro in americanculture**. Hardcover, 1972.

DUARTE, C. M. **Música pop, e-music, mídia e estudos culturais. Biblioteca online de ciências da comunicação**. UBI – Universidade da Beira Interior – Portugal. s/d Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=souza-manoel-claudio-musica-estudos-culturais.html> Acesso em: 28/05/2017

FOX, Ted. **Showtime At TheApollo**. USA. Da Capo Press, 1983.

LUCENA, Carlos Luiz. **A música do negro na cultura americana**. <<http://www.jornaldorock.jex.com.br/rock/a+musica+do+negro+na+cultura+americana>> Acesso em: 06/06/2017.

SABLOSKY, I. L. **A música norte-americana**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 190 p.

TARABORRELLI, J. Randy. **Michael Jackson: A magia e a loucura**- São Paulo: Globo, 2005.

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA MANIFESTA NA ESCOLA COMO UM FENÔMENO SOCIAL

Ágda Alves de Asevedo Canedos, Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação, USEK, Santiago, Chile
Alejandro Pérez Carvajal, Director de Docencia Universidad SEK

RESUMO


O estudo identificado abrange a violência manifesta na escola como um fenômeno social construído historicamente e não um fenômeno escolar. A linha teórica é a abordagem sociocrítica que considera a violência como um fenômeno social e realizada por meio da pesquisa bibliográfica. O objetivo geral é analisar o papel que a escola exerce como agente socializador para prevenção e combate à violência nas escolas. A discussão foi subsidiada por autores como: Abramovay (2002); Camargo (2007); La Taille (1999); Cunha (2014); Zecchi (2008); Sposito (2002); Dahlberg & Krug (2007) dentre outros, e ainda, pelos documentos legais como a CF/1988; LDBEN nº 9.394/96 e o ECA/1990 pois a discussão na fase inicial busca conhecer ações no âmbito escolar voltadas à prevenção e combate às violências que vitimizam os educandos. Entende-se que por meio da educação é possível desconstruir o comportamento violento ao longo do tempo, revelando a importância da escola para evitar a barbárie. O trabalho tem a intenção de contribuir para reflexão junto a comunidade científica para que as instituições escolares de outros Estados, possam colaborar para a adoção de um posicionamento mais crítico que favoreça a prevenção e o combate à violência por meio da educação.

Palavras-chave: Violência manifesta. Escola. Socialização. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O espaço escolar consiste no ambiente que recebe e reúne um grande número de demandas sociais por atender uma diversidade de alunos com realidades e contextos distintos assumindo assim, importante papel social, muito embora o primeiro socializador de todo indivíduo seja a família. Nesse sentido, acredita-se que a contribuição da escola não reside tão somente na construção do conhecimento. Antes, esta se encontra também atrelada à cultura, que possui, por sua vez, um importante fator, já que é por meio dela que se torna possível conhecer a cultura, história e ideologia de um lugar, país, sociedade ou grupo.

Ao voltar o olhar para a história da humanidade é possível verificar que o comportamento violento a acompanha através dos anos. Independente do status social e que todos são afetados pelos efeitos da violência, que, por sua vez, revela como raiz a existência



de uma estrutura social injusta e desigual, que fomenta e faz com que permaneçam ativos os focos específicos da violência, que apresentam as mais diversas expressões, seja no âmbito doméstico ou institucional, seja por questões relacionadas a gênero e classe social, dentre outros.

O estudo realizado adota a linha teórica da violência manifesta na escola e pretende refletir sobre a ideia de que, por meio da educação, é possível desconstruí-la ao longo do tempo, revelando-se, assim, a sua importância para evitar a barbárie.

Para tanto, a intervenção social se faz necessária nesse contexto para que se possa, a partir daí, promover a prevenção das violências, lesões e mortes, ensejando, ainda, a implantação das ações, programas e políticas públicas, com metas estipuladas a curto e em longo prazo, que possam promover mudanças de caráter estrutural, sociocultural, econômica e subjetiva, alterando as condições que venham a favorecer a ocorrência desse fenômeno.

Por outro lado, o olhar para a constatação de que a violência é um fato histórico, tem-se que a sua solução depende igualmente da ação humana, devendo-se questionar a sua importância na sociedade, incentivando e estimulando a realização de processos de mediação de conflitos que possam revelar o papel da consciência cidadã acerca da perspectiva de se construir ambientes saudáveis regidos por uma nova visão em que se cultiva a paz. Desse modo, o que se tem é que a violência no ambiente escolar é um problema bastante complexo, cuja resolução requer a participação efetiva de todos os envolvidos: professores, alunos, gestores, comunidades escolar, família e sociedade.

De acordo com Cunha (2014) a violência entre alunos e professores inclui anotações de algum tipo de agressão (física, verbal, psicológica, entre outras) cometida entre esses sujeitos no ambiente escolar. A violência extramural inclui a violência que ocorre além dos muros escolares, mas que tem repercussões lá. Inclui, portanto, tanto relatos de violência comunitária quanto doméstica, uma vez que o contexto social escolar exerce influência sobre os eventos internos dessa instituição.

Dessa forma, esse estudo propõe a partir da pesquisa bibliográfica realizada sobre a violência que percorre âmbito escolar, refletir sobre a questão no sentido de contribuir na minimização da violência que se faz presente nesse espaço.

1 A escola como *locus* privilegiado de combate a violência

A educação como direito social está garantida no artigo 205 da Constituição Federal: “A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).


Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a escola tem como função social formar o cidadão, e, desse modo, garantir as finalidades registradas no seu artigo 22: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

Como destaca Camargo (2007), as instituições de ensino são criações da sociedade. “[...] Elas nascem de uma necessidade surgida na Modernidade e são, relativamente, respostas ao entendimento que se fez da infância, quando categorizada e conceituada”(p. 47).

Antes do século XV, não havia uma ideia formada sobre a infância. A criança era percebida como uma espécie de miniatura do adulto; não se pensava em um desenvolvimento diferenciado para ela. No século XVI, contudo, passou-se a entendê-la como um ser frágil e carente de atenção, e a partir do século XVII, aproximadamente, sente-se a necessidade de moralizar a criança, “educá-la” (CAMARGO, 2007, p. 47). Para esse autor em função das atividades sociais, econômicas e políticas que provocam novas estruturas familiares, a educação começa a ser “dada” fora do âmbito familiar, ou seja, no então “ambiente escolar.”

Barbosa (2004), destaca que a escola é um espaço de conflitos, porque convivem em seu bojo pessoas com subjetividades diferentes, onde vidas humanas, ao conviverem, se constroem e se educam. Em paralelo à instrução curricular, um dos principais objetivos da educação é desenvolver condições para que crianças e jovens participem da vida em sociedade de forma crítica e autônoma, desenvolvendo as condições para o exercício da cidadania.

Assim, cabe a escola assegurar aos alunos os direitos que são impostos pelas leis e que necessitam de uma efetivação. Para La Taille (1999), as instituições educacionais são lugares de conquista da autonomia. A novidade, na vida escolar, não é obedecer, mas, sim, a quem



obedecer e isso dependem, primeiro, da delegação da autoridade dos pais para a escola – o que acontece, em geral, é a atribuição de responsabilidades e não de autoridade.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, apregoa, em seu artigo 3º, que o ensino será ministrado com base em princípios dos quais se podem destacar: “VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1993).

Ressalta-se que a violência é um fenômeno presente em todas as sociedades e tendo em vista a amplitude do tema e multiplicidade de fatores que a originam é considerada um evento de difícil definição. E conforme salienta Priotto (2008), a violência se apresenta com diferentes características e formas, variando de acordo com o momento histórico e cultural. Trata-se de um “[...] fenômeno inerente à vida humana que permeia historicamente a vida social e só pode ser explicado a partir de determinações culturais, políticas, econômicas e psicossociais, intrínsecas às sociedades humanas” (p. 69).


Nessa direção, ele ainda destaca:

[...] genericamente a violência pode ser entendida como uma ação diretamente associada a uma pessoa ou a um grupo, a qual interfere na integridade física, moral ou cultural de uma pessoa ou de um grupo, mas também esses efeitos podem ser provocados por acontecimentos e/ou mudanças radicais ocorridas na sociedade atingindo negativamente os indivíduos ou a coletividade em relação aos laços de pertencimentos, dos meios e condições de vida (PRIOTTO, 2008, p. 69).

Assim a violência deve ser cuidada e observada individualmente ou coletivamente em acontecimentos inusitados ou radicais nas condições de vida do indivíduo. A escola, como qualquer outra instituição, também acaba afetada por situações externas, alheias a sua função social. Ela não apenas reproduz as violências correntes na sociedade, mas também produz formas próprias, que se refletem no seu dia a dia.

Para Camacho (2001), a violência acomete o mundo contemporâneo em todas as suas instâncias e se manifesta de variadas formas. Ela está presente em toda sociedade e não se restringe a determinados espaços, determinadas classes sociais, faixas etárias ou a determinadas épocas. Conforme salienta a autora, é equivocado pensar que ela se vincula apenas e diretamente à pobreza, aos grandes centros urbanos, aos adultos e aos dias de hoje.

No contexto escolar, a criança se encontra tanto na posição de vítima quanto na de agressor e o ambiente é atingido de modo avassalador, transformando a escola num palco de explosão de conflitos sociais, comprometendo seriamente a sua verdadeira função de socialização, de aprendizagem e de formação (OLIVEIRA, 2011).



Charlot (2002) assinala que, historicamente, a questão da violência na escola não é tão nova, tendo sido registrada ainda no final do século XIX. As formas que ela assume é que são novas, sendo importante considerar a violência na escola ou que se produz dentro do espaço escolar sem estar ligada à natureza das atividades de ensino, difere da violência contra a escola, que visa atingir a instituição e aqueles que a representam, e também se distingue da violência da escola, institucional, simbólica e que incide sobre os estudantes via imposição curricular, modos de organização das classes, avaliação autoritária e outras formas de controle, discriminação e humilhação.

1.1 O desafio da escola entre a violência e indisciplina

São inúmeros os desafios da escola. E certamente separar os impactos sofridos pela violência e, que conseqüentemente pode causar a indisciplina é fator relevante para se pensar o papel da escola.


Entende-se que a escola é fundamental para socialização dos educandos e que pode oferecer condições para reestruturar o indivíduo para se tornar autônomo e crítico das questões sociais que o cerca no percurso de sua vida. Mas dos fatores que ligam a indisciplina e a violência são imprecisos e muitas vezes passam distante do olhar do professor.

Sobre essa ambigüidade presente entre violência e indisciplina, Zecchi (2008) explica que:

O entendimento de violência a partir de um conceito amplo, como produto do uso da força e provocação de dano ao outro, encontra um problema quanto ao limite entre o que é violência, como um ato de criminalidade ou delinquência, ou pequenas transgressões e/ou atos indisciplinados. Aqui se dá a confusão entre violência e indisciplina, pois o entendimento dos atos vivenciados no meio escolar como violência, delinquência ou atitudes indisciplinadas depende dos agentes envolvidos e das relações sociais que se estabelecem (ZECCHI, 2008, p. 18).

Por ser assim, as contribuições da escola são insuficiente para dar conta das possibilidades de orientar, ou contribuir com os sujeitos que sofrem violência e que usam a indisciplina como transgressões no espaço escolar.

Tal como a violência, a indisciplina constitui-se um desafio para a escola na atualidade, podendo ser entendida como uma forma de manifestação contra a exigência ou quebra de regras ao adequar-se à sociedade (PRIOTTO, 2008). Conforme o autor, o significado de violência não é consensual e varia em função do estabelecimento escolar, do status de quem fala (professor, diretor, aluno, etc.), da idade e, provavelmente, do sexo.



Dada essa sua complexidade, torna-se complicado mensurá-la, pois como explica Camacho (2001, p.128), ela “[...] se confunde, se interpenetra, se inter-relaciona com a agressão de modo geral e/ou com a indisciplina”, quando manifestada na esfera escolar, tornado-se impossível isolá-la. Para esse autor o termo indisciplina não pode se restringir apenas à indicação de negação ou privação da disciplina ou à compreensão de desordem, de descontrole, de falta de regras. “A indisciplina pode, também, ser entendida como resistência, ousadia e inconformismo” (p. 130).

No entanto, Camacho (2001) comenta que, mesmo esta indisciplina, vinculada a um processo educativo, enquanto processo de construção do conhecimento (do qual emergem falas, movimento, rebeldia, oposição, inquietação, busca de respostas), incomoda, porque “[...] a escola não está preparada para conviver com o fato de o professor não ter mais o controle total e para receber esses alunos que tem seu querer” (p. 169).

E essa dificuldade em definir a indisciplina é o que acaba provocando certas confusões com as situações de violência ou agressão de acordo com Zecchi(2008). Ele ensina que:


[...] podemos considerar a violência e indisciplina praticadas pelos alunos na escola como um protesto contra a violência simbólica praticada pela instituição escolar e uma forma de contestar a exclusão que a escola opera, seus mecanismos disciplinares e punitivos autoritários. Diante da violência da escola, os alunos reagem agressivamente em busca de uma ruptura com a ordem excludente e injusta estabelecida. Alguns estudos associam a violência escolar à violência social, principalmente à criminalidade presente nos grandes centros urbanos e apontam as condições históricas, sociais e econômicas como geradoras da violência na escola, associando pobreza e violência (ZECCHI, 2008, p. 20).

Daí pode-se perceber que atrelada à indisciplina sempre existe uma violência silenciada no cotidiano escolar e que pode ser observada e trabalhada pelos profissionais da educação.

Em sua pesquisa, Camacho (2001) verifica diferentes formas de relacionamento entre os alunos e destes com os profissionais da escola. A autora evidenciou que a intolerância ao “diferente” é uma das faces do processo que dá origem à violência. “Na escola pública é mais marcante a violência sendo praticada pelos 'diferentes' que respondem com agressão àqueles que os discriminam; na particular, a violência é dirigida aos 'diferentes” (p. 134).

A mencionada autora encontrou nas escolas, práticas de violências mascaradas/implícitas e práticas não-mascaradas/explicitas.

A pesquisa de Camacho (2001) mostrou que o fundamento básico da forma de expressão mascarada da violência contra os diferentes é a discriminação nas suas variadas




modalidades: discriminação social (aos pobres ou ricos demais), racial (aos negros), de gênero (aos homossexuais) e aos que se distanciam dos padrões colocados (aos bons alunos, aos maus alunos e aos novatos na escola, aos gordos e aos feios). Qualquer desvio dos padrões socialmente aceitos é motivo de discriminação, de exclusão, de autoisolamento, de sentimento de rejeição, de baixa autoestima, o que causa muito sofrimento para os adolescentes.

Sposito (2002) descreve as diferenças existentes entre as várias modalidades de violência, apresentando uma conceituação de violência social e de violência escolar. Segundo a autora, a violência social pode ser observada na escola e em suas proximidades, decorrente do aumento da criminalidade e do desenvolvimento da violência social nas cidades, mas não se trata de uma violência escolar.

É uma modalidade que decorre da insegurança da comunidade escolar ao ver a escola invadida por práticas de delitos criminosos que afetam a todos, sem qualquer mecanismo de proteção. Enquanto a violência escolar se apresenta em duas modalidades: a primeira, caracterizada por atos de violência contra a escola, em ações que danificam o patrimônio escolar; e a segunda decorrente de um padrão de sociabilidade, das relações interpessoais que hoje atingem a escola pública e privada, com práticas que envolvem os alunos e seus pares, pela formação de grupos que podem ou não se enfrentar de modo agressivo, tanto nas formas físicas como verbais, por meio de ameaças a professores e funcionários (SPOSITO, 2008).

De acordo com ensinamentos de Debearbeaux (1999), Abramovay (2002) a violência nas escolas se associa a três dimensões sociorganizacionais distintas. Em primeiro lugar, à degradação no ambiente escolar, devido à grande dificuldade de gestão das escolas, resultando em estruturas deficientes. Em segundo, uma violência que se origina de fora para dentro das escolas, que as torna sitiadas por intermédio da penetração de gangues. Em terceiro, relaciona-se a um comportamento interno das escolas, específico de cada estabelecimento. “Há escolas que historicamente têm-se mostrado violentas e outras que passam por situações de violência” (ABRAMOVAY, 2003, p. 72).

Charlot (2002) propõe um sistema de classificação dos episódios de violência na escola na qual identifica três tipos de manifestação: violência na escola, violência da escola, violência contra a escola. Segundo o autor, “[...] a violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar.” Ele exemplifica essa situação dizendo que é “[...] quando um bando entra na escola para



acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local” (p. 434).

Já a violência à escola estaria ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. Segundo ele essa violência deve ser analisada junto com a violência da escola:

[...] uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modo de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racista) (CHARLOT, 2002, p. 435).

São tipos de violência veladas que podem gerar inscisplina e que de certa forma se apresenta como o grande desafio para a escola.


Abromovay (2015) destaca que o espaço onde a escola se localiza também influencia sobre o seu cotidiano e na percepção de segurança dos alunos e adultos. Aspectos como a infraestrutura urbana, o perfil dos moradores e o tipo de comércio são alguns dos fatores que podem interferir na visão sobre o bairro e sobre a própria escola. Além disso, podem facilitar ou dificultar o acesso à escola, melhorar ou piorar suas condições de segurança. Alteram, portanto, sua rotina, suas relações internas, bem como as interações entre os membros da comunidade escolar com o ambiente social externo.

“Dentro de uma concepção ampla do fenômeno da violência e sua interferência no cotidiano escolar, microviolências são vistas efetivamente como violências, e são cada vez mais comuns” (ABRAMOVAY, 2015, p. 31).

A autora destaca ainda, outros tipos de violências referentes à raça e a homofobia, onde o preconceito se relaciona com a crença preconcebida acerca de atributos e qualidades de indivíduos a partir de características específicas, acreditando-se em inferioridades naturais decorrentes da raça/cor, maneira de falar, de se vestir, entre a outras, e agindo de maneira diferente por se acreditar em inferioridades de alguns e superioridade de outros.

1.2 A escola, *cyberbullying* e as políticas públicas

Diante do universo de microviolências e preconceito, destaca-se uma categoria de violência muito discutida e vivenciada no meio escolar, que é a do *bullying*, e mais atualmente a do *cyberbullying*.



Conforme Leão (2010), o *bullying* apresenta-se de forma velada, intencional e repetitiva, dentro de uma relação de igual de poder, por um longo período de tempo e contra a mesma vítima, sem motivos evidentes, adotando comportamentos cruéis, humilhantes e intimidadores, gerando consequências irreparáveis, sejam elas físicas, psíquicas emocionais e comportamentais. Para a autora, entre as crianças e adolescentes, dependendo da faixa etária em que se encontram, a prática do *bullying* é causada pela necessidade que o sujeito tem e se impor sobre o outro, tanto para demonstração de poder, quanto satisfação pessoal.


Como acrescenta a autora, as consequências provocadas pelo *bullying* geram, por vezes, danos e traumas irreparáveis na vida da criança, podendo refletir desde logo, como por exemplo, baixa autoestima, estresse, depressão, queda no rendimento escolar, pensamentos de vingança para com o agressor e até mesmo suicídio. Essa forma de violência é difícil de ser identificada, uma vez que a vítima teme delatar os seus agressores, seja pela vergonha que irá passar diante dos demais amigos de classe, por medo de sofrer represálias, ou por acreditar que os professores ou seus próprios pais não lhe darão o devido crédito, achando que tais agressões são apenas brincadeiras de crianças e que irão passar com o tempo, atitude que faz crescer mais ainda a violência nas escolas e banaliza o sofrimento da vítima (LEÃO, 2010).

O *cyberbullying*, uma forma dissimulada de *bullying*, em que as agressões são virtuais, é caracterizado por agressões, insultos, difamações, maus tratos intencionais, contra um indivíduo ou mais, utilizando, para isso, os meios tecnológicos.

A violência, em todas as suas manifestações, afeta o cotidiano das escolas, prejudicando crianças, adolescentes e equipe escolar, dificultando o desempenho da função social fundamental de uma instituição de ensino. E que muitas vezes a violência provoca a indisciplina.

Romanowski (2015) explica que a indisciplina do aluno representa a principal queixa no ambiente escolar. “Inúmeras vezes tal comportamento extrapola os limites de convivência social, passando de meros atos de indisciplina a atos infracionais” (p. 1). Para a autora, a primeira atitude da escola é identificar a postura do aluno, diferenciando quando se trata de indisciplina e quando se trata de ato infracional, tomando assim as providências necessárias para cada caso.

Destaca frente a essas duas atitudes - indisciplina e ato infracional - a escola tem, legalmente, o dever de tomar providências. Em se tratando de indisciplina, a escola possui a



seu favor, o Regimento Escolar, um documento legal, de existência obrigatória, que contém, além de normas organizacionais administrativas e pedagógicas, normas de convivência social.

A LDBEN nº 9.394/96, em seus artigos 12 e 14 e respectivos incisos, o Regimento deve ser construído com a participação de toda comunidade escolar, abrangendo os direitos e deveres, tanto dos alunos quanto dos professores, dos funcionários e dos gestores, bem como promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência.


As normas disciplinares constantes no Regimento devem apreciar sanções pedagogicamente corretas, em consonância com a Constituição Federal - CF/88, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/90, e a LDBEN nº 9.394/96 respeitando, o direito de acesso e permanência na escola.

Com o propósito de ensinar a sociabilidade e exercitar a real cidadania, conforme preceitua o artigo 53, inciso I da Lei nº 8.069/90, artigo 3º, inciso I, da Lei nº 9.394/96 e artigos 205 e 206, inciso I, da Constituição Federal (ROMANOWSKI, 2015).

O autor salienta ainda, ser imprescindível que o aluno acusado da prática de ato de indisciplina tenha ciência por escrito da conduta que lhe incorre, e exerça o contraditório e a ampla defesa, sendo obrigatório o comparecimento dos pais ou responsáveis, em caso de criança ou adolescente, no intuito de assisti-los e representá-los no Artigo 5º, incisos LIV e LV, CF/88.

O ECA prevê, em seu artigo 104, que o menor de 18 anos de idade é inimputável, porém capaz, inclusive a criança, de cometer ato infracional, passíveis então de aplicação de medidas socioeducativas (no caso de adolescentes) ou de proteção (no caso de crianças). Segundo o artigo 103 do ECA, ato infracional é toda conduta descrita como crime ou contravenção penal praticada por criança (até 12 anos incompletos) ou adolescente (dos 12 anos completos aos 18 incompletos). Pode-se afirmar, assim, que tudo que é vedado ao adulto praticar, também o é para a criança e o adolescente. A lei, no entanto, estabelece procedimentos diferentes a serem aplicados à criança, ao adolescente e ao adulto (AZAMBUJA, 2010).

Quando a conduta for diagnosticada como ato infracional, tipificada Código Penal como crime ou contravenção, explica Romanowski (2015), será inicialmente necessário identificar a idade do infrator. Se o ato infracional for praticado por criança (artigo 105, da



Lei 8.069/90), esta deverá ser encaminhada ao Conselho Tutelar ou, na ausência deste, ao Juizado da Infância e Juventude, para aplicação das medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA. Se o ato infracional for praticado por adolescente, deverá ser lavrado o Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia, que providenciará os encaminhamentos ao Ministério Público e Justiça da Infância e Juventude, para aplicação das medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA.


De acordo com Romanowski (2015), as condutas de indisciplina mais frequentes na escola são: bagunça, birra, falta de educação, mau comportamento, falta de desempenho de tarefas escolares, ausência escolar, conversa durante as aulas, utilização de materiais alheios a metodologia de aula (celulares, tablets etc.), dentre outros.

Os atos infracionais tipificados como crime mais frequentes na escola são: artigo 147, CP – Ameaça; artigo 129, CP - Lesão Corporal; artigo 163, CP: Dano; artigo 65, Lei nº 9.605/98: Pichação; artigo 28, Lei nº 11.343 - Porte de entorpecentes; artigo 33, Lei nº 11.343 - Tráfico de Entorpecentes. Os atos infracionais tipificados como contravenção mais frequentes na escola são: artigo 3º, inciso XI, Decreto nº 3.665/2000 e artigo 19, Lei nº 3688/41 – Porte de arma branca; artigo 21, Lei nº 3688/41 - Vias de fato; artigos 1º e 20, Lei nº 7.716/89 - Preconceito de raça ou de cor.

A ação do aluno que estiver regulamentada (um ato ilícito penal), no Código Penal, implica em ato infracional, se praticado por menor de 18 anos, ou em crime, se praticado por maior de 18 anos, resultando num processo criminal contra o aluno. Este processo deve ser acompanhado por um devido processo legal, Artigo 110 do ECA, conforme as garantias processuais dos artigos 111 e 114 do ECA e ao direito a ampla defesa e contraditório no artigo 5º, inciso LV da CF/88. Todavia, não é todo adolescente que pratica um ato infracional que o levará a ser privado de liberdade, porque a medida socioeducativa é aplicada quando se leva em conta a possibilidade de o adolescente cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração (PEREIRA, 2004). Nas medidas de socioeducação no artigo 112, ECA deve prevalecer o caráter educativo ao punitivo.

Já Gamonal (2011), sinaliza que a eficácia do direito não pode se restringir apenas à sua aplicação na solução dos problemas, ela deve também ser justificada pela capacidade de atenuar os conflitos. Conforme ele comenta:

Vivemos um momento de desordem institucional e familiar. Grande parte da população não mais tem ou impõe limites. Jovens com valores detur



pados, vivendo, basicamente, num mundo de permissividade. Inversão de valores. Troca-se, naturalmente, a noite pelo dia, com a aquiescência ou impotência dos pais. Vivemos num grande sistema, onde o que ocorre com uns afeta aos demais, como num conjunto de engrenagens. “Sendo omissos, corremos o risco de nos tornarmos vítimas daquilo que criamos ou deixamos criar. Seremos responsabilizados pelo mal que fizemos, e, também, pelo bem que deixamos de fazer” (GAMONAL, 2011, p. 4).

Percebe-se assim, que cada vez mais existe a necessidade do avanço na mudança de postura e hábitos em ações que permeia a violência.


Para Chrispino (2008) é uma prática corriqueira a omissão dos gestores do estabelecimento de ensino quanto à denúncia de atos infracionais praticados no interior das escolas, provavelmente buscando evitar escândalos ou retaliações. Esta prática impede o estabelecimento de parceria importante em favor da educação integral da criança e do adolescente, visto que escola e sistema de Justiça possuem funções diferentes e específicas como membros da nem sempre considerada rede de proteção da criança e do adolescente.

Chrispino (2008) ainda sustenta que, a necessidade da participação do Poder Judiciário na solução de problemas oriundos do sistema não contribui para a construção de pontes entre as diferentes posições dos atores e nem favorece a maturidade no processo de mediação entre os conflitos próprios do sistema. Para o autor devem-se priorizar as mudanças na prática cotidiana da escola, desde a formação/capacitação de seus agentes até o estabelecimento de rotinas e de processos de tomada de decisão.

Para tanto, Zechi (2008) acredita que não se pode relacionar as causas da problemática escolar a um único fator. Segundo seus estudos, a violência social que adentra a escola tem grande importância na constituição das tensões escolares, porém não se pode atribuir unicamente a ela as causas da violência. Assim, entende a autora que ao mostrar a pluralidade de causas, estamos rejeitando a ideia de que a violência e indisciplina em meio escolar é resultado único de um processo social, familiar ou biológico, compreendendo a temática a partir de uma abordagem complexa e não determinista.

2 As possibilidades da prevenção da violência no âmbito escolar

Na atual organização do trabalho pedagógico com a autonomia proporcionada pela condução da escrita coletiva do PPP, muitos profissionais tem-se preocupado com a violência que são manifesta na escola e por isso insistem em ações, projetos e palestras para combater e/ou minimizar os impactos.



As autoras Silva e Assis (2018) alegam que em geral, as propostas de prevenção da violência nas escolas têm sido norteadas por iniciativas das próprias escolas, por instituições privadas ou por políticas públicas. Essas iniciativas, ora propõem estratégias de formação, reflexão e treino em competências sociais direcionadas a estudantes, docentes e demais funcionários, ora são caracterizadas por ações que envolvem a articulação do binômio segurança e participação.


Diante do contexto da violência nas escolas, conforme explica Abramovay (2002), faz-se imperioso enfatizar a importância da educação e dos serviços de atenção especializados voltados para convivência cidadã; conjugar participação com responsabilidades sociais; resgatar a confiança nas instituições, espaços de socialização e proporcionar oportunidades para atividades culturais, de integração comunitária e trabalhos com a família, entre outros.

Digiácomo (2013), afirma que o combate à violência deve buscar primordialmente suas raízes, que se encontram além dos limites da escola, que, acima de tudo, precisa assumir sua missão legal e constitucional de promover, junto aos educandos, “o pleno desenvolvimento da pessoa” e “seu preparo para o exercício da cidadania” (Artigo 205, da CF/88), e não se tornar em mais um foco de opressão e desrespeito aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

De acordo com o autor, com respaldo nos dispositivos constitucionais que tratam da educação, tanto o ECA (Lei nº 8.069/90) quanto a LDBEN (Lei nº 9.394/96) trazem a fórmula mais adequada para o combate à violência nas escolas: o envolvimento dos alunos, de suas famílias e da comunidade, com sua integração cada vez maior ao ambiente escolar e participação efetiva no debate acerca dos problemas relacionados à escola e em sua solução.

Para Digiácomo (2013), apenas com o envolvimento das famílias e da comunidade, como desejam a Constituição Federal e legislação ordinária, já mencionadas, é que poderá a escola cumprir a sua elementar missão de preparar seus educandos para o exercício da cidadania, o que inclui o respeito às leis e ao próximo, lição que se for bem ministrada e assimilada por todos, reduzirá drasticamente o índice de violência não apenas dentro, mas também fora do recinto escolar, beneficiando assim toda a população.

Já Abramovay (2002) descreve que em sua pesquisa, sobre medidas para contenção das violências nas escolas, dentre as propostas mais citadas, a proposta de aumentar a vigilância policial nas escolas e imediações obteve maior proporção de adesões, assim como a proposição de diálogo entre alunos, professores e diretoria e a parceria entre escola e



comunidade. A autora destaca como um indicador positivo, a vontade de pais, alunos, professores e funcionários em apostar em medidas de resolução compartilhada do problema, tendo em vista a indicação do diálogo entre alunos, pais, professores e diretoria e da parceria entre escola e comunidade, como dispositivos importantes para conter o fenômeno nocivo a todos.

Em geral, a violência é vista como sendo um abuso de força que agride os limites do ser humano, refletindo uma profunda falta de respeito por seus direitos fundamentais, tornando a pessoa um mero objeto. Consiste, pois, em uma violação da dignidade da pessoa humana do sujeito.


Rocha (1996) traz uma definição mais completa sobre o termo, quando assim dispõe:

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (ROCHA, 1996, p. 10).

Em resumo, então, tomando as definições até aqui trazidas, revela-se a violência como um abuso da força que afronta os limites dos seres humanos, produzindo reflexos em um profundo desrespeito aos seus direitos fundamentais, fazendo com que a pessoa deixe de ser contemplada como um sujeito de deveres e direitos, tornando-se mero objeto. Em outras palavras, consiste em uma violação da própria dignidade da pessoa humana.

De acordo com Dahlberg, & Krug (2007), a violência é um problema de saúde pública, pois representa custos de tratamento das sequelas deixadas por ela. Muito embora seja difícil obter estimativas com precisão, conforme os autores pode-se afirmar que o custo da violência para o mundo é traduzido na casa dos bilhões de dólares, envolvendo despesas anuais com prestação de cuidados de saúde, e bilhões de economias dos países, considerando os dias não trabalhados pelas vítimas, envolvendo, também, a perda de investimentos, impostos e cumprimento da lei.

Além de seus impactos, algumas causas atribuídas à violência estão prontamente disponíveis. Outras, ao contrário, se encontram profundamente enraizadas no tecido econômico, cultural e social da vida humana. Recentes pesquisas sugerem que, embora fatores biológicos e individuais possam explicar a predisposição à agressão, esses fatores frequentemente interagem com a família, a comunidade, com fatores culturais ou outros



fatores externos, criando, assim, situações em que a violência pode vir a ocorrer (DAHLBERG, & KRUG 2007).

Para Wiewiorka (1997), atualmente vivencia-se um paradigma diferenciado do que seja a violência, sendo esta representada por duas orientações distintas.

A primeira delas diz respeito à [...] perda, ao déficit, à ausência de conflito, à impossibilidade para o ator de estruturar sua prática em uma relação de troca mais ou menos conflitiva, ela expressa a defasagem ou o fosso entre as demandas subjetivas de pessoas ou grupos, e a oferta política, econômica, institucional ou simbólica. Ela traz então a marca de uma subjetividade negada, arrebatada, esmagada, infeliz, frustrada, o que é expresso pelo ator que não pode existir enquanto tal, ela é a voz do sujeito não reconhecido, rejeitado e prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social e pela discriminação racial (WIEVIORKA, 1997, p. 37).


Sob este ponto de vista, a violência se tornaria suscetível de nascer no choque de negação ou destruição das subjetividades ou, ainda, na própria subjetividade. Segundo a autora, é o que se pode observar em alguns motins, em que o sentimento cultivado pelos amotinados em relação ao seu não reconhecimento conduz os policiais à convicção simétrica de insulto ou desvalorização por aqueles com os quais eles devem agir para reprimir.

A segunda orientação da violência contemporânea, de acordo com Wiewiorka (1997), é que ela expressa, em vão, tudo o que a pessoa ou grupo pretende afirmar. Ou seja, representa ao mesmo tempo a simples e pura negação da subjetividade e alteridade daqueles que a exercitam. “Ela é a expressão desumanizada do ódio, destruição do Outro, tende à barbárie dos purificadores étnicos ou dos erradicadores” (WIEVIORKA, 1997, p. 37).

No entanto, de acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS),

[...] não há um fator único que explique porque algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação a outras, ou porque a violência ocorre mais em algumas comunidades do que em outras. A violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais. Entender como esses fatores estão relacionados à violência é um dos passos importantes na abordagem de saúde pública para evitar a violência. (OMS, 2002, Apud BRASIL, 2005).

O fato é que, ainda que não exista exatidão de fatores para a ocorrência de situações de violência, ela se mostra presente, e, tal como destacado no relatório produzido pela OMS, sendo resultante de uma interação complexa de fatores ambientais, culturais, sociais, de relacionamento e individuais. Assim, determinada situação que faz com que se vislumbre um comportamento considerado violento em determinada pessoa pode não suscitar esse mesmo comportamento em outra.



Desse ponto de vista, são esses os que devem ser considerados os principais fatores na produção de graves problemas sociais que afetam a maioria da população pobre, marginalizada e estigmatizada pela própria sociedade. Os adolescentes estão sujeitos a uma maior exposição à violência comunitária e familiar quando estabelecida comparação com outras faixas etárias (UNICEF, 2012). Neste estudo, todas essas áreas serão consideradas como expressões de violência nas escolas. Instituições educacionais têm sido ambientes em que também são realizadas práticas violentas e excludentes contra jovens.

Nas escolas francesas, Debarbieux (2001) descobriu que alunos e professores indicaram falta de respeito nos relacionamentos, em vez de agressão física, como uma forma predominante de violência nas escolas.


Quanto à relação professor-aluno, deve-se considerar a violência estabelecida entre esses atores, que, muitas vezes, não é fácil de encontrar, pois geralmente ocorre a partir do abuso nas relações interpessoais. As diferenças geracionais também trazem consigo diferenças de autoridade (institucional e pessoal), que, no relacionamento pedagógico, podem ser impressas no abuso de um relacionamento de autoridade. Portanto, tanto a violência psicológica como a simbólica perpetrada contra os alunos devem se concentrar no contexto da violência nas escolas (ABRAMOVAY, 2002).

De outro lado, deve-se considerar que a violência escolar pode ter consequências diferentes para o desenvolvimento saudável dos adolescentes, tanto dos autores quanto das vítimas. E entende-se que a violência nas escolas é objeto de crescente preocupação social, tendo assumido caráter sistêmico, afetando o desenvolvimento de autores e vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, verifica-se que as manifestações de violência no âmbito escolar construídas historicamente e como a escola manifesta inúmeras dificuldades de lidar com a violência cotidiana é ainda um grande desafio, pois ainda está no campo do silenciamento e na falta de condições de enfrentamentos a violência manifesta na escola e, conseqüentemente na vida dos alunos.

Toda forma de violência descrita na discussão do estudo afeta diretamente os alunos no percurso e trajetória escolar, inviabilizando assim, o desenvolvimento da aprendizagem para continuidade da sua vida acadêmica, pois a violência apresenta uma complexidade interativa que abrange fatores ambientais, culturais, sociais, de relacionamento e individuais e esses



fatores consiste em um dos mais importantes passos em direção à abordagem da educação, para enfrentar e evitar a violência social por meio da escola.


Dessa forma, entende-se que por meio da educação é possível desconstruir o comportamento violento ao longo do tempo, revelando a importância da escola para evitar a barbárie. Sabe-se ainda que o *cyberbullying* deve ter uma atenção especial, justamente pelo uso incontornável do celular no espaço escolar, que acaba causando de forma dissimulada o *bullying*. Essas agressões virtuais, é caracterizado insultos, difamações, maus tratos intencionais utilizando os meios tecnológicos.

De acordo com a pesquisa realizada algumas ações podem transformar a realidade. Inicialmente pode-se promover a implementação de políticas de antiviolença na escola sugere que seja privilegiado o diálogo e a escuta, pouco importando qual o interlocutor, pois o essencial é que o conflito seja verbalizado para estimular a interação e cooperação entre os professores e funcionários e os alunos; enfrentar o problema da violência visualizado no currículo escolar e, ainda promover a cooperação escola.

Em seguida, os profissionais da educação, de forma coletiva, devem ser estimulados a falar da violência propiciando oportunidades de troca sobre um tema frequentemente silenciado e que trazem sofrimentos. Perceber e compreender a natureza das violências física ou verbal; começar a construir respostas visando desenvolver responsabilidade. E, desenvolver a comunicação dialógica entre pais, professores e os alunos, a fim de superar o sofrimento causado pela violência na escola.

E, ainda planejar e executar programas contra a violência com metodologia de mediação de conflitos como uma das propostas de pacificação do espaço escolar. Isto significa assumir uma prática de negociação instaurada no interior da escola, em especial nos próprios grupos de alunos, por meio, por exemplo, da ideia de mediação pelos pares, de forma a criar responsabilidades entre os próprios membros da escola, na tentativa de satisfazer as necessidades dos jovens mediante o desenvolvimento de um ambiente solidário, humanista e cooperativo, cuja intenção é a de criar relacionamentos construtivos entre alunos, professores e pais.

Discutir sobre a paz, que reconhece a escola como espaço de construção de uma cidadania que contemple as diversas culturas, reconheça as aspirações e necessidades das camadas sociais de jovens e adolescentes, e passe a uma regularidade de inclusão das coletividades locais com a instituição escolar e construir na escola um espaço de



conhecimento e um processo de desenvolvimento no qual se realize o reconhecimento da dignidade humana e o processo de construção de uma cidadania.

Para tanto, o estudante tem a intenção de contribuir para que a escola possa refletir sobre a temática, bem como ser subsidiada pela comunidade científica na fundamentação e suporte para a adoção de um posicionamento mais crítico que favoreça a prevenção e o combate à violência por meio da educação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO Brasil, 2002.

ABRAMOVAY, M. et. al. **Escolas Inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas**. ABRAMOVAY, M. (org). Brasília: UNESCO, 2003.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar e produção de prova da materialidade: proteção ou violação de direitos da criança?** 2010. 321 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. **O Papel da Escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. 2004. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Secretaria de Educação Especial** – MEC, SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. **As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 123-140, 2001.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. Sala de Aula e Cotidiano Escolar. In: **Cotidiano Escolar** – emergência e invenção. Ana Maria Faccioli de Camargo e Márcio Mariguela (orgs.). Piracicaba: Jacintha Editores, 2007.

CHARLOT, B. **A violência na escola:** como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, n.8, p. 432-443, 2002.

CHRISPINO, Álvaro; CHRISPINO, Raquel S. P. **A judicialização das relações escolares e a responsabilidade civil dos educadores.** Ensaio: aval. pol. publ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 9-30, jan./mar. 2008. Disponível em: . Acesso em 12 dezembro de 2019.

CUNHA, M. B. **Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva.** Educação e Pesquisa; 40(4): 1077-1092, 2014.

DAHLBERG, L. L.; Krug, E. G. **Violência:** um problema global de saúde pública. *Ciência&Saúde Coletiva*; 11(Sup):1163-1178, 2007.

DEBARBIEUX, É. **A violência na escola francesa:** 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). Educação e Pesquisa;27(1): 163-193, 2001.

DEBARBIEUX, É. **Violências nas escolas:** dez abordagens européias. Brasília: UNESCO, 1999.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Violência nas escolas:** sugestões para o enfrentamento do problema. Ministério Público do Paraná: 2013. Disponível em: . Acesso em: 2 jun. 2018.

GAMONAL, Joaquim Martins. (Org.) **Pacto pela juventude:** cartilha para um pacto de esperança. Barbacena: Vara da Família e Infância e Juventude da comarca de Barbacena/MG, 2011. 75p.

LA TAILLE, Yves de. **Autoridade na escola.** In: AQUINO, JulioGroppa (Org). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas.* São Paulo: Summus, 1999.


LEÃO, Letícia Gabriela Ramos. **O Fenômeno Bullying no Ambiente Escolar.** Revista FACEVV, Vila Velha, n. 4, Jan/Jun. 2010, p. 119-135. Disponível em: . Acesso em 18 mai. 2018.

OLIVEIRA, Eny da luz Lacerda. **Prevenção e Combate a Violência Escolar:** um desafio social contemporâneo. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 2011, Curitiba: Pontificia Universidade Católica do Paraná, p. 3873-3887. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5347_2814.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

OMS. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.** Genebra: OMS, 2002

PEREIRA, Tânia da Silva. **Programas de sócio-educação aos adolescentes em conflito com a lei.** Maringá: UEM/PEC/PCA/CMDCA, 2004.

PRIOTTO, Elis Palma. **Violência Escolar:** políticas públicas e práticas educativas. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontificia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.



ROMANOWSKI, Darlusa. **Eca na Escola:** orientações frente à doutrina da proteção integral na prática de atos de indisciplina e atos infracionais. Revista de Educação do IDEAU. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai, v. 10, n. 21, jan/jul. 2015. Disponível em: . Acesso em: 25 novembro. 2019.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão:** o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII. Recife: UFPE, 1996.

SILVA, Flavianny Ribeiro da; ASSIS, Simone Gonçalves. **Prevenção da violência escolar:** uma revisão da literatura. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e157305, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-S1517-9702201703157305.pdf>. Acesso em 5 agosto. 2019.

SPOSITO, M. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, p. 87-103, 2002

UNICEF. **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa** – direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes. Brasília: Autor, 2012.

WIEVIORKA, M. **O novo paradigma da violência.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo;9(1): 5-41, 1997.

ZECCHI, Juliana Aparecida Matias. **Violência e Indisciplina em Meio Escolar:** Aspectos Teórico-metodológicos da Produção Acadêmica no período de 2000 a 2005. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: 2008.



CAPÍTULO 3

SOCIEDADE DAS IMAGENS E MEMÓRIAS HISTÓRICAS EM CONFLITO

Alexandre Fernandes Corrêa, Professor Associado na Universidade Federal do Rio de Janeiro *Campus* UFRJ-Macaé. Doutorado em Ciências Sociais (PUC/SP). Membro do Núcleo de Memória Política do PGMS / UNIRIO

RESUMO


Reflexão derivada da pesquisa *Teatro das Memórias* (CNPq/UFRJ) com foco no conceito de “guerra das imagens” de Serge Gruzinski, utilizado nos seus estudos sócio-históricos no México. Comparando as realidades socioculturais mexicana e brasileira operacionalizamos o conceito agregado de “memórias enxertadas” a fim de compreender a lógica de ressurgências imagéticas no espaço sociopolítico atual. Trata-se de uma análise do gerenciamento político das imagens no teatro das memórias sociais, encenados por equipamentos culturais do tipo museus e monumentos históricos em espaços socioculturais urbanos nas grandes cidades ibero-americanas.

PALAVRAS-CHAVE: Museus, Monumento Históricos, Imagens, Memórias Sociais.

INTRODUÇÃO

Nesta reflexão pretendemos exercitar o diálogo entre os saberes sobre a memória e a cultura política através da análise da produção imagética no campo sócio-histórico contemporâneo. No caso do estudo da política da imagem colocamos em foco suas características semiológicas estruturais. Dito de modo sucinto trata-se de uma contribuição ao estudo da colonização do imaginário político brasileiro através de imagens históricas. Assim, vamos traçar algumas linhas interpretativas produzidas a partir da montagem de um quadro imagético nacional, pontuado por momentos determinados do processo histórico nacional: a) Independência (1822); b) Primeiro Centenário (1922); c) Sesquicentenário (1972); e, d) Bicentenário (2022).

As celebrações históricas e festas cívicas públicas começam a ser intensificadas a partir das comemorações do Bicentenário de Independência dos Estados Unidos (1976). Com esta celebração retumbante e modelar vão se incorporando também a vasta lista de datas, no longo ciclo de celebrações no Ocidente, a celebração da Queda da Bastilha na Revolução



Francesca (1989), culminando com as comemorações dos Quinhentos anos da Descoberta da América (1992).

Desse modo, apresentado o leque de acontecimentos históricos e os pilares da reflexão, pode-se perceber que o pano de fundo desse trabalho é amplo, todavia, neste capítulo vamos apenas apresentar aspectos mais particulares da investigação. Portanto, escolhemos um foco mais circunscrito.

A inquietação de base, sustentando a presente explanação, repousa sobre um trecho da entrevista do sociólogo Laymert Garcia dos Santos para a revista *Fórum* em 2013. Nessa ocasião provocou:

(...) A esquerda brasileira nunca ter[ia] feito a crítica de fundo da mídia. E nem da tecnologia. A posição de esquerda de partidos, sindicatos etc. é de que os meios são neutros e tudo depende de quem se apropria dessa técnica e, portanto, quando chegar o momento de a esquerda estar no poder, se faz uma inversão de signos. Isso é o máximo que a esquerda pensou sobre essa questão, e há muitos anos venho pensando e batalhando por um outro entendimento, porque não é possível você considerar a tecnologia como algo meramente instrumental, quando ela modifica completamente todos os tipos de relação¹.


Partimos dessa dificuldade apontada, para compreender a natureza das deficiências de nosso trabalho de análise da produção, não só de conteúdos e imagens, mas de nossas relações práticas com as linguagens e tecnologias. Percebemos as repercussões do alerta em destaque, em nossa pesquisa empreendida nesses últimos anos. Mas, por hora, pedimos licença ao leitor, suspendemos o questionamento de Laymert dos Santos, que será retomado no desfecho do texto.

Desejamos agregar ainda outras veredas nessa análise, pois também ajudaram na construção do percurso da análise sobre a produção imagética, considerando seus usos políticos e culturais na atualidade.

Faz-se necessário oportunamente apresentarmos o conceito de imagem utilizado. Aqui nos apoiamos nos trabalhos de Serge Gruzinsky (1995), em suas pesquisas sobre a história do México. O historiador francês Serge Gruzinsky² abre seu livro intitulado *Guerra das Imagens* (1995) com uma referência direta ao filme *BladeRunner: caçador de Androides*, dirigido por

¹ Entrevista intitulada “É preciso entender as redes e as ruas”, publicada na **Revista Fórum**, Edição 127, 22 de outubro de 2013: <http://www.revistaforum.com.br/2013/10/20/e-preciso-entender-as-redes-e-as-ruas/>

² Serge Gruzinski, historiador francês especializado em temas latino-americanos, ligado a história das mentalidades. Realizou estudos sobre a imagem mestiça e seu ingresso na modernidade do México. Nos últimos anos realiza investigações sobre Brasil o Império português.



Ridley Scott, lançado em circuito comercial mundial em 1982. Os andróides do filme são réplicas quase perfeitas de humanos, criadas para executar tarefas perigosas em astros distantes. Esses replicantes se distinguem do ser humano por características genéticas que são implantadas, mas alguns deles estão dotados de uma “memória enxertada”. Essa “memória” se apoia em velhas fotografias, falsas lembranças destinadas a inventar e sustentar um passado que jamais existiu.


Para Gruzinsky o que se designa como *guerra das imagens* talvez seja um dos maiores acontecimentos da atualidade moderna inaugurada com a Conquista da América. Uma guerra difícil de precisar seu início, pois abarca as lutas pelo poder, temas sociais e culturais, “cuja amplitude atual e futura somos incapazes de medir” (Gruzinsky, 1995, p. 12).

Em nosso trabalho, recuperaremos algumas definições e conceituações do autor, norteando nossa análise. Gruzinsky ressalta:

Com o mesmo direito que a palavra e a escrita, a imagem pode ser veículo de todos os poderes e de todas as vivências. (...) O pensamento que desenvolve oferece uma matéria específica, tão densa quanto a escritura ainda que seja irredutível a ela; o que não facilita em nada a tarefa do historiador [ou semiólogo] obrigado a escrever sobre o indizível (Gruzinsky, 1995, p. 13).

É preciso enfatizar que nossa análise não segue as linhas ortodoxas do pensamento figurativo, nem dos estudos sobre os conteúdos das imagens. O que vamos realizar é um exame dos programas e das políticas das imagens, isto é, o desenvolvimento das intervenções múltiplas que estão entranhadas nelas ou que antecipam os papéis que assumem numa dada sociedade. Portanto, não se trata de definir abstratamente a imagem. Mas, como adianta Gruzinsky, é preciso que se tenha em conta a história dos imaginários, sua globalidade e sua mobilidade. Destarte, não vamos fazer uma descrição sistemática das imagens apresentadas, privilegiando forma ou conteúdo, pois não se quer perder de vista uma realidade imagética que só existe na sua interação.

De acordo com esses propósitos o que nos interessa é a montagem política das imagens e como se alimenta a fascinação que exercem. São os cenários de festas e celebrações cívicas que oferecem inesgotáveis exemplos cenográficos - em consagrações e altares, grandes rituais, procissões, desfiles -, invadindo o campo visual, pontuando o espaço urbano, despejando por avenidas e ruas, com decorações gigantescas e dispondo de estrados,



plataformas, arcos de triunfo, etc. Tudo isso compõe exemplarmente o que atualmente se costuma enunciar retórica e efusivamente: “a festa da democracia” no Brasil³.

Concordando com as análises de Gruzinsky sobre a realidade mexicana, também consideramos que a forma de fabricação e de encenação da imagem em nossa sociedade segue o modelo Barroco, numa continuidade que alastra a guerra das imagens por mais de cinco séculos, e no Brasil se iniciando com o *Triunfo Eucarístico* de 1733. Não se trata aqui de fazermos um inventário desse longo transcorrer de lutas, mas de enfatizar com o autor citado que a “imagem barroca adota desde sempre uma função unificadora” (Gruzinski, 2006, p. 137-160), própria para a manutenção no tempo de um sistema colonial integrado mantendo-se coeso na unidade geopolítica do Brasil, com suas razões de Estado, com uma aura de empresa moderna inédita e altamente lucrativa⁴.

Em países como o nosso, nos quais se encontram populações de diversas origens e entre as quais a alfabetização foi precária e reduzida, o brilho e fascinação da imagem adquirem grande importância sociológica. Sob tal prisma, compreendemos a fetichização da imagem barroca operando de duas maneiras complementares: a) na ocultação da produção que gera a riqueza [exploração do trabalho]; b) ocultamento da origem humana da imagem [adquirindo caráter quase sagrado].


A consequência disso é a montagem de um programa iconográfico reticular espetacular que se instaura produzindo efeitos políticos evidentes. Sua eficácia simbólica e imagética é de extraordinário alcance, como podemos ver no decorrer do século XX, mas sendo acelerados na II Grande Guerra mundial especialmente após os adventos da fotografia, cinema e televisão.

A imagem política estetizada adquire função retórica retumbante, como veremos em diferentes exemplos. A imagem codifica o sentido e a mensagem, cabendo ao semiólogo decifrar esses códigos, sob pena de continuar submetido ao seu feitiço e eficácia.

Assim, ao invés da obsessão pela definição de um conceito abstrato de imagem, consideramos importante analisar a evolução de nossa relação política com a imagem; especialmente a imagem sobre a nação, o país. Interessa-nos então os usos multidimensionais,

³ Esse termo aparece com frequência nas coberturas jornalísticas efetuadas durante o período eleitoral, quando são realizados diversos programas televisivos consagrando o sufrágio universal e direto no país.

⁴ Neste particular, ver o capítulo *Empresa Brasil* da obra de Luiz Gonzaga de Souza Lima (2011).



personais e sociais, da representação nacional e patriótica, que foram e ainda são operados por dispositivos de controle subjacentes e, em larga medida, ainda inconscientes.

Nosso trabalho, a partir dos exemplos empíricos utilizados na análise, foi compreender as articulações múltiplas do imaginário social, dando especial atenção para o princípio de culto das imagens: promoção de um caráter sagrado da imagem; particularmente quando ela avança sobre o espaço social da política.


Nossa questão de fundo é: como analisar os sentidos da mudança, ou manutenção, do uso imposto a imagem política na atualidade? É o que veremos a seguir.

A partir do fim da II Guerra Mundial e com a consolidação da Ditadura Civil-Militar entre os anos de 1964-85 no Brasil, o triunfo da imagética política cristalizou-se num esforço controlado do uso da coerção e da repressão. Desde a conquista da Copa do Mundo de Futebol em 1970, as autoridades se dedicaram em explorar de todas as maneiras possíveis o culto das imagens da vitória, em pleno recrudescimento do regime autoritário, período em que se cunha a expressão: “Pátria de chuteiras!”. O chamado “Milagre econômico brasileiro” teve um crescimento econômico elevado, entre 1969 e 1973, também conhecido como “anos de chumbo”: a taxa de crescimento do PIB saltou de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a. Tudo culmina nas comemorações do Sesquicentenário da Independência, celebrada com pompa triunfal. Na ocasião, observamos a imagem do ditador General Garrastazu Médici ser enquadrada ao lado do Imperador D. Pedro I. Nesse ano de 1972, também ocorre evento simbólico de grande alcance imaginário: o traslado dos restos mortais do Imperador de Portugal para o Brasil⁵.

A Maquinaria do Espetáculo

O antropólogo norte-americano Clifford Geertz nos seus estudos sobre o Estado-Teatro em Bali do século XIX escreveu: “O Estado ia buscar a sua força, que era de fato real, às suas energias imaginativas, à sua capacidade semiótica de fazer com que a desigualdade encantasse” (Geertz, 1991, p. 156). É desta mesma forma que percebemos o esforço de ocultamento da exploração do trabalho e exaltação dos efeitos tecnológicos e design da produção das imagens, em nosso contexto histórico. Nada pode ser mais adequado

⁵ Matérias jornalísticas sobre o evento realizado podem ser encontradas em diferentes periódicos da época. Nesse texto fazemos referência ao Jornal *O Estado de São Paulo* que divulga páginas das impressões do mês de setembro de 1972: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.oito-centimetros-impediram-sepultamento-de-pedro-i,8904,0.htm>



para ilustrar esse raciocínio sociológico do que uma mirada no processo civilizatório brasileiro desde os tempos coloniais, com a já citada procissão do Triunfo Eucarístico no século XVIII, passando pelo período monárquico e do Estado Novo até a Ditadura Civil-Militar de 1964. A maquinaria do espetáculo como estratégia de persuasão e encantamento foi utilizada de modo sistemático e é a marca de nossa sociedade barroca.

No presente texto não poderemos analisar a totalidade desse sistema semiótico, tomado como um vasto panorama histórico-cultural, mas podemos pontuar momentos precisos e destacados do processo.

Ao dar uma mirada na coleção de imagens que reúnem enquadramentos fotográficos das diferentes épocas compreendemos aspectos desenvolvidos nesse trabalho semiológico⁶. E trazemos à reflexão uma provocação de Roland Barthes na sua *Aula* de 1978, quando comenta: “(...) a língua, como desempenho de toda linguagem, não é reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (Barthes, 1978, p. 14). Obrigar a dizer, obrigar a ver, obrigar a falar...

É o momento então de recuperarmos as colocações de Laymert Garcia dos Santos, no seu livro intitulado *Politizar as Novas Tecnologias* (Santos, 2003), quando ressalta que a “tecnologia não é neutra”. Com ele podemos entender melhor a eficácia mágica, ou fantasmagórica, que certos dispositivos semiológicos alcançam quando são utilizados no espaço social e político. Percebe-se o quanto somos obrigados a ver e olhar de determinado modo massificado, como produto da oficialidade, não podendo vislumbrar com outros olhos, o que poderia representar o país para nós mesmos. Fenômeno que desperta atenção quando observamos a ressurgência de imagens do tempo da ditadura nas ruas do país, tomadas de reação passadista em relação a crise econômica e política atual⁷, no auge do processo de globalização acelerado (Ianni, 2011).

⁶ Referência a coleção de slides apresentada na ocasião da comunicação no VIII Seminário de Políticas Culturais da Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2017.

⁷ E nesse momento reverberam as palavras de Karl Marx no texto *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, quando escreveu: “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada.” (Marx & Engels, 1982, p. 415).



A Imagem Política na Atualidade

Como foi adiantado, nossa questão de fundo é: como analisar o sentido da mudança, ou da manutenção, do uso imposto à imagem política na atualidade? A esta questão somamos outra: de que modo se pode inaugurar uma nova fase na construção do imaginário democrático na sociedade brasileira, ainda excessivamente preso ao fascínio das imagens do poder autoritário e despótico? Causa profundo espanto a ressurgência de reivindicações e demandas por “intervenção militar” e retorno da ditadura, nas ruas das grandes cidades brasileiras. Como esconjurar os “espíritos dos mortos” e os “espectros do tempo”? Escreveu K. Marx:

Todo um povo que acredita ter-se dado, por meio de uma revolução, uma força de movimento acelerada, encontra-se de súbito remetido para uma época morta, e para que não possa haver ilusão acerca da recaída, reaparecem as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos, de há muito caídos na erudição de antiquário, e os velhos esbirros, que de há muito pareciam apodrecidos. (Marx, 1982, p. 419).

É preciso recuperar os processos de memória subjacentes a estas emanções recentes. Eis o desafio de uma semiologia política que avance o projeto de uma ciência emancipadora⁸. Felizmente, esse trabalho não se baseia em impressionismos vagos. Os enfrentamentos contra a ordem autoritária e despótica centenária participam de uma guerra de imagens de longa data; como indicamos na abertura desse texto. Além do mais, temos indicativos importantes de que opera no tecido social uma sublevação dos significados políticos das imagens, dos monumentos, dos dispositivos de produção imaginária histórica. Estruturas de sentido atravessam diversos suportes de ação colonizadora que através dos séculos foram disseminados na sociedade. Por conseguinte, observamos emergir questionamentos e resistências importantes a estas estruturas impostas na paisagem urbana e na arquitetura das cidades brasileiras, assim como temos diversos indícios de resistências imagético-políticas em outros países, em pleno avanço das forças da globalização e mundialização aceleradas⁹.

Como estamos num momento importante no qual se dá uma atenção nova às políticas culturais, como política pública de relevância cidadã, não podemos deixar de introduzir

⁸ Como escreveu Max Horkheimer: “Para a teoria crítica não se trata apenas dos fins tais como são apresentados pelas formas de vida vigentes, mas dos homens com todas as suas possibilidades” (Textos Escolhidos, 1980, p. 156).

⁹ “A revolução social (...) não pode tirar a sua poesia do passado, mas apenas do futuro. Não pode começar consigo mesma antes de se limpar de toda superstição perante o passado.” (Marx & Engels, 1982, p. 419).

algumas reflexões sobre a encenação das memórias em monumentos históricos, museus e outros diversos espaços sociais e educacionais onde se opera batalhas da grande guerra das imagens invocadas nesse trabalho.

Um caso recente ocorrido em uma grande metrópole brasileira, acabou ganhando grande destaque nacional. O palco do confronto foi o *Monumento às Bandeiras*, em São Paulo.




Figura 1 – Grito dos Excluídos, São Paulo, 2015.

Ao destacarmos a figura desejamos refletir sobre a ação política e crítica implementada com relação aos monumentos históricos na atualidade, como as relações entre memória histórica, memória social e museus. Por ocasião da ação de manifestantes no *Grito dos Excluídos* no referido monumento em São Paulo, uma publicação convidou um antropólogo e dois historiadores para responderem algumas perguntas sobre a manifestação ocorrida¹⁰. Apresentou-se três posições distintas: a) especialista conservador: considera o ato vandalismo inaceitável; b) posição intermediária: sugeriu intervenções no espaço do entorno do Monumento, promovendo discussões e ressignificações; e, c) posição heterodoxa do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro do Museu Nacional (UFRJ), que na sua conta no *Twitter* publicou: “barbárie era exatamente o que os 'monumentos' comemoram. Aliás, todas as estátuas equestres que ornamentam nossas cidades deveriam ser pichadas (no mínimo)”¹¹.

As três posições em destaque concorrem para um debate cada vez mais acirrado na sociedade brasileira, também manifestado em outros países, como podemos constatar em diversos casos mais recentemente em pleno auge da pandemia do Covid-19. No bojo das

¹⁰ NEXO – Publicado, 07 Out 2016: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/07/Um-antrop%C3%B3logo-e-um-historiador-respondem-a-3-perguntas-sobre-a-tinta-jogada-no-Monumento-%C3%A0s-Bandeiras>

¹¹ Exposição de imagens sobre: O caso do Monumento às Bandeiras em São Paulo – “vandalismo” contra monumento histórico, desde 2013; O Museu do Ipiranga como a casa da nação brasileira; Ataques aos monumentos históricos: Bandeiras e Borba Gato em São Paulo.



manifestações mundiais contra o racismo, difundiu-se o movimento #BlackLivesMatter, desde a morte do cidadão negro George Floyd, em Minneapolis a 25 de maio de 2020.

No desfecho desta reflexão, cabe recuperarmos o alerta de Laymert de Sousa Garcia trazido no início da palestra: “(...) A esquerda brasileira nunca ter[ia] feito a crítica de fundo da mídia. E nem da tecnologia. A posição de esquerda de partidos, sindicatos etc. é de que os meios são neutros e tudo depende de quem se apropria dessa técnica e, portanto, quando chegar o momento de a esquerda estar no poder, se faz uma inversão de signos.” Trata-se de um desafio central: operar análise que coloque em foco o próprio veículo, o meio, a mídia, e suas formas de encenação e colonização dos imaginários.


Observamos nos exemplos destacados que a eficácia mágica das imagens é fenômeno cabal, pois testemunhamos o reaparecimento nas ruas de imagens que julgávamos mortas e esquecidas, mas que agora vemos ressurgir fantasmagoricamente de modo significativo nas manifestações políticas dos últimos anos. No caso das manifestações mais recentes foi consideravelmente inquietante observarmos o ressurgir de imagens e slogans de mais de trinta anos atrás, colonizados há tanto tempo e que ainda testemunhamos produzir efeitos de mobilização de massa; como por exemplo, diversas variações do lexema: “ame-o, ou deixe-o”! Evidências que constatamos na eficácia da propaganda do período da ditadura civil-militar de um modo e alcance jamais esperado.

É necessário vasculharmos nossos arsenais teóricos para compreender como “memórias enxertadas” há décadas podem ser reencenadas, em períodos que considerávamos ter sofrido discontinuidades profundas. É nesse contexto que o alerta de Laymert dos Santos se destaca¹². Houve uma infeliz negligência das análises semiológicas e políticas das imagens e do imaginário social. Além da própria análise sobre a tecnologia, que jamais é neutra - pois os veículos e o próprio meio carregam mensagens¹³.

Com o fim desta reflexão ressaltamos a importância de avançarmos num estudo sobre as possibilidades de uma “política da visão” que nos force a ir além das “fotografias

¹² O corolário de sua reflexão: “A tecnologia, sobretudo depois da virada cibernética, mudou a vida, o trabalho e a linguagem. Ou seja, mudaram as relações. Nessas condições, se você não fizer uma crítica de fundo, vai acabar fazendo aquilo que critica em seu adversário, vai fazer isso achando que colocou um conteúdo de esquerda, mas as práticas serão as mesmas. Assim, vai ser tão manipulatório e antidemocrático quanto antes e, de certo modo, desconhecendo o próprio potencial que a tecnologia traz” (Op. Cit., **Revista Fórum**, Edição 127, 22 de outubro de 2013).

¹³ Sobre este aspecto Laymert Garcia dos Santos destaca na entrevista Demasiadamente Pós-Humano ao periódico *Novos Estudos*, n. 72, Julho 2005: “Acho que precisamos, no Brasil, de um estudo aprofundado sobre a questão da tecnologia como fetiche, de como ela é apropriada como uso suntuário e ostentação” (2003, p. 163).



enxertadas” em nossas memórias sociais, como sugeridos nas referências aos trabalhos de Gruzinsky e na ficção de *BladeRunner*. Para evitarmos nos tornarmos androides replicantes de programas implantados e reproduzidos por ações não-reflexivas, tais como a que testemunhamos nos últimos anos nas ruas das grandes cidades brasileiras. Necessitamos urgentemente do exercício de análises críticas cada vez mais aprofundadas.

Alguns críticos severos ao observarem nas ruas o desfile de agrupamentos humanos com tais características anacrônicas, designaram de modo negativo como ressurgências de “zumbis pós-modernos”. Certamente que é uma metáfora macabra que tenta dar conta de manifestações aparentemente desencaixadas ou desconectadas dos processos socioculturais contemporâneos democráticos e avançados. Aspecto sinistro se encaixando perfeitamente no semblante mefistofélico de nossos governantes nos últimos anos. É necessário, agora mais do que nunca, “deixar os mortos enterrar os seus mortos, para chegar ao seu próprio conteúdo” (Marx & Engels, 1982, p. 419).

Talvez uma política da visão nos ofereça instrumentos para compreender as consequências do alerta da modelização e da estandartização do olhar em curso em nossa sociedade. Na qual o poder dos grandes conglomerados de mídia tem demonstrado força e eficácia. E como vimos não bastaria apenas trocar os signos e mensagens transmitidos, é preciso ir mais além na análise desse poder mágico e reticular. Como escreveu Laymert dos Santos (2003):

Quando a modernidade chega ao fim, o homem parece estar perdendo a capacidade de perceber e imaginar, isto é, de produzir as imagens que conferem sentido à sua experiência, parece estar abdicando do exercício da potência da percepção, do “eu posso” do olhar (p. 180).

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. *A Imagem Barroca da Civilização Latinoamericana*. In: V SOLAR - Congresso da Sociedade Latino-Americana de Estudos sobre América Latina e Caribe. São Paulo. Resumo das Comunicações. São Paulo: EDUSP, 1992. v. 1. p. 15-16.

_____. *Festim Barroco: a festa dos prazeres*. São Luís: EDUFMA, 2008.

_____. *Teatro das memórias: ensaios sobre ação cultural na atualidade*. São Luís: EDUFMA, 2013.

GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado-Teatro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.



GRUZINSKY, Serge. *La guerra de las imágenes: de Cristóbal Colón a “BladeRunner” (1492-2019)*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1995.

_____. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a BladeRunner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

IANNI, Octavio. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *A refundação do Brasil: rumo a sociedade biocentrada*. São Carlos: Rima Editora, 2011

MARX ENGELS. *Obras escolhidas em três tomos*. Tomo I. Lisboa: Edições “Avante!”. 1982.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

TEXTOS ESCOLHIDOS. *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1982

CAPÍTULO 4

OS INDIVÍDUOS NAS SOCIEDADES MODERNAS: CONCEITOS, PERSPECTIVAS ESINGULARIDADES

JoiciAntonia Ziegler, Doutoranda em Direito, URI, Campus de Santo Ângelo/RS
Celso Gabatz, Pós-Doutorando, EST, São Leopoldo/RS

RESUMO


Ao longo da história, as sociedades passaram por mudanças, expandindo experiências, formas de interação, percepções peculiares. A gênese das grandes mudanças começou com os ideais do Iluminismo que assumiram o conhecimento e a razão científica como centro das demandas humanas. Nossa abordagem buscará delinear questões gerais sobre as transformações da sociedade que culminaram naquilo que, entretanto, caracteriza a realidade dos dias atuais. Pretende-se desvelar as complexidades inerentes ao individualismo e as singularidades exacerbadas pela ausência de privacidade. O objetivo é, também, desvelar possíveis singularidades da sociedade de consumo e as nuances que engendram múltiplos sentidos concernentes ao efêmero na perspectiva dos processos de gestão, economia e cultura.

Palavras-chave: Individualismo; Modernidade; Consumo; Cultura.

INTRODUÇÃO

Com o Iluminismo, muitas transformações ocorreram no cenário das sociedades constituídas, alterando, sobretudo, os modos de vida vigentes. Tratava-se de um movimento cultural alavancado pelas elites intelectuais européias do século XVIII. Buscava mobilizar os poderes instituídos pela razão e desvelar novos paradigmas em contraposição aos conhecimentos herdados pela tradição medieval. Significou, sobretudo, um processo que engendrava inúmeras tendências e, entre elas, um conhecimento apurado da natureza com novas perspectivas críticas no campo social, no campo histórico, nos modos de produção e nas relações entre as pessoas (WALLERSTEIN, 2006). Amplia-se a ideia de que a história humana é marcada por descontinuidades. Ao não possuir uma forma homogênea, suscita peculiaridades. Em termos gerais, a sociedade é vista aqui como multicultural¹⁴ e

¹⁴ “Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade ‘original’. [...] multiculturalismo é um termo substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais” (HALL, 2002, p.50).



complexa¹⁵ e repercute meios para que os indivíduos evoquem caminhos e se desenvolvam de forma mais ampla e complexa.


A partir das transformações ocorridas, é importante compreender de que maneira os indivíduos almejam ser portadores dos próprios destinos, buscando realizar suas vivências de acordo com as circunstâncias inerentes ao cotidiano. Em uma sociedade de massa onde todos e todas buscam seu o seu espaço, os indivíduos tendem a adaptar-se aos movimentos intrínsecos ao contexto de forma incisiva e deliberada (BAJOIT, 2006). Com o objetivo de retratar algumas questões no tocante a contemporaneidade em seus desdobramentos no âmbito da sociedade de informação, no que tange ao individualismo, busca-se por meio de uma análise hipotético dedutiva, desvelar questões pertinentes à realidade atual.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo se divide em três partes: inicialmente são abordadas questões epistemológicas e conceituais acerca da realidade atual, sobretudo, em suas premissas ligadas a busca por uma pretensa segurança em meio a múltiplas incertezas. Em um segundo momento, são delineadas questões relativas ao efêmero, a ausência de privacidade e o consumo enquanto experiência na qual não parece existir uma lealdade à mercadoria, mas, a satisfação de desejos ou necessidades transitórias. Por fim, na terceira parte, o texto buscará sublinhar algumas premissas inerentes aos processos de gestão, da economia e cultura. Busca-se destacar que entre as características recorrentes, há o estímulo à criatividade, à diversidade e o protagonismo por meio de estratégias tecnológicas e de informação.

UMA APROXIMAÇÃO EPISTEMOLÓGICA E CONCEITUAL

O sociólogo britânico, Anthony Giddens, conceitua a modernidade afirmando que se “refere a um estilo de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e que se tornou mundial em sua influência” (1991, p. 11). A modernidade costuma ser entendida como um ideário ou visão de mundo relacionada ao projeto iniciado a partir da transição teórica operada por Descartes, na ruptura com a tradição herdada do pensamento medieval e o estabelecimento da autonomia da razão.

¹⁵ A palavra é tomada em seu sentido etimológico latino, "aquilo que é tecido em conjunto". O pensamento complexo, de acordo com Edgar Morin, tem como fundamento formulações no âmbito das ciências exatas e naturais, como as teorias da informação, dos sistemas e a cibernética que evidenciaram a necessidade de superar as fronteiras entre as disciplinas. Para o pensador francês, a incerteza e as contradições são parte da vida e da condição humana e, ao mesmo tempo, a solidariedade e a ética os caminhos para a religação dos seres e dos saberes (MORIN, 2006, p. 68).



Hodiernamente, há uma grande discussão acerca do período em que vivemos. Diversos autores, como por exemplo, (BURKE, 2003; TOURAINÉ, 1999; MAFFESOLI, 2007) nominam o período de forma diferenciada. Todavia, o que precisa ser analisado não é apenas a terminologia mais adequada, mas, sim, as transformações ocorridas e que fizeram com que o cenário fosse articulado a partir de diferentes concepções sociais, culturais e identitárias. Trata-se de transformações que ocorreram, principalmente, nas instituições e no cotidiano dos indivíduos gerando mudanças, delimitando valores, entabulando modos de vida. Neste sentido, Giddens refere de forma clara e incisiva que:

Os modos de vida produzidos na modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira sem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, transformações envolvidas na modernidade são as mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos de períodos precedentes (1991, p. 14).

Corroborando com Giddens, o sociólogo polonês, Zygmunt Bauman, evoca a premissa de que houve uma transformação de uma pretensa "modernidade sólida", que não mais existiria, e, em seu lugar, teria surgido uma "modernidade líquida". A modernidade sólida marcada pelas transformações clássicas e o advento de um conjunto de valores e modos de vida cultural e política mais estáveis e sem tantas mudanças estruturais.


O que torna "líquida" a modernidade, e assim justifica a escolha do nome, é sua "modernização" compulsiva e obsessiva, capaz de impulsionar e intensificar a si mesma, em consequência do que, como ocorre com os líquidos, nenhuma das formas consecutivas de vida social é capaz de manter por muito tempo (2013, p. 16).

Em contraponto com a modernidade líquida, onde tudo é volátil, as relações humanas não são mais tão tangíveis e a vida em seu conjunto perde consistência e estabilidade. Diante dessa concepção, denota-se aquilo que é observado por Octávio Ianni:

Nada permanece original, intocável, primordial. Tudo se modifica, afina e desafina, na travessia. Parece o mesmo, mas já não é nem pode ser o que era, salvo como memória, fantasia ou nostalgia. Modos de ser, agir, sentir, pensar e imaginar, tudo se altera, parcial ou amplamente. Tanto é assim, que muitas vezes permanece a impressão de duplicidade, heterogeneidade, montagem, colagem, bricolagem ou simulacro. Uma impressão muito real e evidente, mas enganosa e aparente, já que o que resulta é sempre e também algo diferente (2000, p. 95-96).

Gilles Lipovetsky, na obra *A Era do Vazio*, menciona que "a mais de um século o capitalismo vem sendo dilacerado por uma crise profunda que pode ser resumida em apenas uma palavra: o modernismo" (2005, p. 61).

O modernismo não é uma ruptura primeira e incomparável: na fúria de destruir a tradição e inovar radicalmente, o modernismo prossegue na ordem cultural, com um século de intervalo, a obra própria das sociedades modernas visando instituir a democracia. O modernismo não é mais do que uma face do vasto processo secular que conduz ao surgimento das sociedades liberadas da submissão dos deuses, das hierarquias hereditárias e do domínio da tradição (2005, p. 66).



Podemos extrair a partir dos fragmentos trazidos ao texto, que a modernidade possui características que foram se alterando com o passar do tempo. Dessa forma, a modernidade é universalizante não apenas em termos de impactos globais, mas em termos do conhecimento reflexivo fundamental a seu caráter dinâmico. A mudança radical da tradição intrínseca para a reflexividade da modernidade cria rupturas, não apenas com as eras precedentes, mas também com culturas.


A pós-modernidade como conceito surgiu no cenário artístico e intelectual da década de 1970, apresentando uma visão em perspectiva histórica acerca do nosso tempo e uma possível interpretação de uma era. Quando se anuncia uma nova era no âmbito das artes, do saber e da cultura, impõe-se a tarefa de esclarecer e compreender o que foi feito no ciclo anterior. A pós-modernidade não tem uma noção conceitual clara e determinada, pois remete a níveis de análise, às vezes, não coincidentes com a possibilidade de ser um esgotamento de uma cultura hedonista¹⁶ e vanguardista ou mesmo com o surgimento de uma nova era ou um novo poder que subjaz à convivência humana em sociedade (LIPOVETSKY, 2005, p. 59).

Pós-modernidade visa caracterizar o período onde ocorre um destaque nos campos relacionados às artes visuais, na arquitetura, na música, trazendo uma nova postura e uma conseqüente ruptura com períodos anteriores. Há uma busca por critérios universais constituídos por várias tendências, como, por exemplo, o futurismo e o cubismo. Assim, a noção pós-moderna passou a designar uma nova proposta de produção artística que, por sua ideologia contestadora, associou-se à quebra de valores e de normas de comportamento que caracterizou os indivíduos, especialmente nos grandes centros urbanos.

Um dos autores de grande relevância e que conduz as reflexões acerca da pós-modernidade é Jean-François Lyotard¹⁷ no seu livro *O Pós-Moderno* (1986). Nele, o estudioso procura demonstrar que o entendimento do conceito de pós-modernidade está relacionado à abolição da ideia de verdade incondicional que durante muitos anos foi uma das principais armas do poder. Para Lyotard, o pós-moderno estaria marcado por uma incredulidade perante o discurso filosófico e metafísico, possuindo pretensões atemporais e universalizantes.

¹⁶O hedonismo do grego hedonê, significa "prazer", "vontade". É uma teoria ou doutrina filosófico-moral que afirma ser o prazer o supremo bem da vida humana (ABBAGNANO, 2003).

¹⁷ Para o autor francês, "pós-moderna" é a condição histórica e cultural da sociedade capitalista contemporânea, que sofreu fortes transformações, especialmente calcadas na dissolução das grandes narrativas do Iluminismo – as metanarrativas – e das ideologias revolucionárias do século XIX, que legitimavam tanto as regras do conhecimento das ciências quanto às instituições modernas.




No cenário pós-moderno, o saber é legitimado pela ciência, pelo virtual e pelo artificial, sendo composto por uma essencialidade cibernética, informatizada e informacional. A verdade é resultado da vitória do discurso mais sedutor ou daquele mais forte ou incisivo. Nas palavras de Lipovetsky “o Eu se eleva e se torna o grande objeto de culto” (2005, p. 141) ao “anunciar uma nova era da arte, de saber e de cultura” com “o advento de uma cultura extremista que empurra lógica do modernismo até seus mais extremos limites” (2005, p. 83).

O mundo em que agora vivemos, é em certos aspectos muito diferente daquele que foi conhecido em períodos anteriores da nossa história. É de muitas maneiras um mundo único, com um quadro de experiências unitário, mas ao mesmo tempo um mundo em que cria novas formas de fragmentação e dispersão (GIDDENS, 1991, p.12). Pode-se dizer que o individualismo prevalece, tendo como destaque as ambivalências como vazio e excesso, ordem e desordem, encaminhando-se para o império do efêmero nas relações.

Ambivalência, ambiguidade, equivocidade, são palavras que transmitem um sentimento de mistério e enigma, bem como realçam sentidos de questões tangenciadas pelo signo das incertezas. Marcam um estado mental dos seres humanos pouco inclinados à indecisão ou hesitação. Quando dizemos que coisas ou situação são ambivalentes, estamos dizendo que não estamos certos do que vai acontecer e nem como vamos nos portar. A influência de acontecimentos distantes sobre eventos próximos, e sobre as intimidades do *Eu*, se tornam cada vez mais habituais e rotineiros. O avanço da tecnologia, por exemplo, tem influenciado, sobremaneira, para que tenhamos relações mais inclinadas para o individualismo. As mídias desempenham um papel central para que se tenha a facilidade de comunicação em termos de espaço e tempo (GELLNER, 1994).

A era do vazio, conforme a terminologia esboçada por Gilles Lipovetsky (2005) retrata as prerrogativas de um indivíduo mais afeito aos sentidos de uma pretensa liberdade pessoal, menos carregado, mais lúcido, menos dependente, mais exigente, menos submisso, mais flexível e menos engessado em nome das verdades que se apresentavam transcendentais ou universais. Na era do vazio prevalece um sentido de ausência e do imponderável, mas, de maneira dual, apresentam-se também novos conteúdos, ideias e demandas. É certo que os indivíduos vivem em um constante devir¹⁸.

¹⁸Devir é uma palavra que deriva do latim *devenire*, chegar. É considerado um conceito filosófico que busca descrever as mudanças pelas quais passam os eventos, pessoas e sociedades. O conceito de "se tornar" nasceu no leste da Grécia antiga através do filósofo Heráclito de Éfeso que no século VI a. C. É ele que afirma que nada neste mundo era permanente, exceto a mudança e a transformação. Trata-se de algo que se encontra sublinhado



A ideia de movimento conduz os indivíduos para que interajam diante de circunstâncias, experiências, dificuldades e modos de vida. Vivemos em um tempo onde as metamorfoses delineiam e caracterizam os seres humanos. Para Bauman (2013, p. 17) “a modernidade líquida é a arena de uma batalha constante e mortal travada contra todo tipo de paradigma – e, na verdade contra todos os dispositivos homeostáticos que servem de conformismo à rotina, ou seja, que impõe a monotonia e mantêm a previsibilidade”. Nesse constante devir, o indivíduo busca encontrar uma harmonia do eu com as múltiplas questões que surgem a todo o momento, remetendo a um processo de personalização. A ideia de personalização é referida nos seguintes termos.


É uma nova maneira de a sociedade se organizar e se orientar, novo modo de gerenciar os comportamentos, não mais pela tirania dos detalhes, mas com o mínimo de constrangimento e o máximo possível de escolhas privadas, com o mínimo de austeridade e o máximo possível de desejo, com o mínimo de coerção e o máximo de compreensão (LIPOVETSKY, 2005, p. 16).

Denota-se que o indivíduo não é mais tão submisso às regras coletivas, pois, o processo de personalização promove um valor fundamental, a saber, o da realização pessoal, com respeito à singularidade pessoal, subjetiva e da personalidade. O direito de ser ele mesmo, de aproveitar a vida ao máximo é, certamente, inseparável de uma sociedade que institui o indivíduo como valor principal e não mais a manifestação definitiva apenas da ideologia individualista. É importante ressaltar que foi a transformação dos estilos de vida ligados à revolução de consumo que permitiu o desenvolvimento dos direitos e desejos no nível individual (LIPOVETSKY, 2005, p. 18).

Em uma sociedade com tantas possibilidades, não deixa de ser desafiador observar que há uma exacerbação do individualismo, por vezes de forma, desmensurada e efetiva. As pessoas necessitam cada vez mais expandir seu espaço de ação sem primar tanto pela dependência de umas com as outras. As relações que os indivíduos estabelecem com os demais têm sido descritas por Anthony Giddens como relações puras¹⁹. Nesta mesma direção, Bauman (2014, p. 22) menciona que “o advento da prevalência de ‘relações puras’ têm sido amplamente interpretados como um passo gigantesco no caminho da ‘libertação’ individual”.

pela ideia de um movimento ininterrupto, atuante, como uma lei geral do universo, que dissolve, cria e transforma todas as realidades existentes (DELEUZE, 1974).

¹⁹Termo cunhado por Anthony Giddens e citado por Bauman e Donskins no livro *Cegueira Moral* (2014). Trata-se de relações sem compromisso, cujo alcance e duração não são pré-definidos. O objetivo desse tipo de relacionamento é extrair dele o máximo de satisfação. É justamente o grau de satisfação que define sua duração, sendo que a relação é resolvida de forma unilateral, ou seja, se uma das partes não estiver mais satisfeita, o relacionamento pode ser rompido.



As pessoas buscam encontrar realização pessoal em um mundo de possibilidades infinitas, onde o prazer e a satisfação tornam-se a mola propulsora mesmo que de maneira efêmera.

A busca de satisfação, em meio a um planeta do Sem-Fim, expressão trazida por Cecília Meireles, em seu poema *Canção Mínima* (2014) que de maneira ambivalente não é mínima, ao contrário, é extremante grandiosa, pois os seres humanos direcionam suas vidas para um mundo onde as conquistas são ilimitadas, onde não há um destino ou percurso derradeiro, mas, um universo de descobertas para quem acredita e busca conquistar a *eudaimonia*²⁰ enquanto sentido primordial para a vida humana. Esta busca da felicidade é caracterizada de forma muito peculiar. Alguns a encontram nas emoções efêmeras, outros em alguma pretensa segurança. Há quem seja respaldado pela ausência de privacidade ou na vontade de tornar públicas ações e emoções. Não se deveria esquecer ainda de quem busca encontrar a felicidade no consumo de bens e utilitários, de modo a alcançar uma sensação de conforto, bem-estar e prazer.


O EFÊMERO, A AUSÊNCIA DE PRIVACIDADE E O CONSUMO

Ampliando as questões suscitadas nesta abordagem, é pertinente observar aquilo que é explicitado por Bauman (2014, p. 54). Para o autor os pontos de referência e linhas de orientação que hoje parecem confiáveis amanhã poderão ser identificados como equivocados, defasados ou antagônicos. O que pode ser bom hoje poderá ser ruim já no dia seguinte. Compromissos, aparentemente firmes e acordos tidos como confiáveis podem ser rompidos da noite para o dia. Trata-se de um tempo no qual as promessas não plenificam ilhas de segurança e estabilidade em meio às correntes. O que antes era visto como regra, agora não mais implica em um alicerce seguro diante de novas demandas.

Vivemos não apenas em uma era de inflação monetária, mas também de uma inflação – portanto, desvalorização – de conceitos e valores. Declarações feitas em juramento podem ser desmentidas diante de nossos olhos. No passado ao quebrar um juramento, a pessoa perdia o direito de participar do fórum público e de ser porta-voz da verdade e de valores. Seria destituída de tudo, menos de sua vida pessoal e privada, e ficaria incapaz de falar em favor de seu grupo, de seu povo ou de sua sociedade (BAUMAN, 2014, p. 148).

Ao analisar as questões aqui aludidas por Bauman, convém ressaltar aquilo que também foi descortinado pelo sociólogo britânico, Mike Featherstone (1995), ao mencionar que é possível encontrar uma ênfase no apagamento de fronteiras entre a arte e a vida

²⁰*Eudaimonia* – proveniente do grego antigo e que literalmente significa 'o estado de ser habitado por um bom *daemon*, um bom gênio'. Em geral, traduzido como felicidade ou bem-estar (CHAUI, 2002).



cotidiana, o colapso das distinções entre a “alta cultura” e a cultura de massas ou popular, uma promiscuidade estilística generalizada e uma mistura lúdica de códigos.

Esta descodificação dos símbolos não é simples e ao focalizar encontros sociais em lojas, escritórios e instituições, o fluxo desacelera-se, e o processo de interpretação acontece de maneira mais precisa, uma vez que os participantes são capazes de monitorar e reagir ao poder simbólico manifestado nos sinais e gestos físicos inconscientes: vestuário, estilo, expressão facial, maneiras, modo de andar, a corporificação no volume do corpo, da altura, do peso, as origens sociais do transmissor. O individualismo é mais livre e menos decorativo, mais opcional, mais sujeito à autonomia pessoal.


Uma nova geração de sociedades burocráticas e democráticas faz sua aparição, com dominante “leve” e frívola. Não mais a imposição coercitiva das disciplinas, mas a socialização pela escolha e pela imagem. Não mais a Revolução, mas a paixãoite do sentido. Não mais a solenidade ideológica, mas a comunicação publicitária. Não mais o rigorismo, mas a sedução do consumo e do psicologismo. [...] A moda consumada não significa desaparecimento dos conteúdos sociais e políticos em favor de uma pura “gratuidade esnobe”, formalista, sem negatividade histórica. Significa uma nova relação com os ideais, um novo investimento nos valores democráticos e, ao mesmo tempo, aceleração das transformações históricas, maior abertura coletiva à prova do futuro, ainda que nas delícias do presente (LIPOVETSKY, 2009, p. 180-181).

O sociólogo e jurista português, Boaventura de Souza Santos, reitera que se trata de um fenômeno multifacetado em suas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas na medida em que:

Interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobre população, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência e a implosão de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como uma condição política para a assistência internacional (2002, p. 26).

Uma das questões a serem destacadas tem muito a ver com a satisfação no fato de ser visto por outras pessoas. Claro, em uma sociedade onde a tecnologia passou a ser um traço marcante no cotidiano, não há muito que escape ao anonimato. Ademais, os modos de construção das identidades ampliam as manifestações dos sentidos nos quais o ego, com facilidade, pode clamar para ser inflado. Talvez não haja melhor maneira para que isso possa acontecer do que quando a exposição é capaz de alcançar uma determinada expectativa pessoal repercutindo uma constante visibilidade.

Para Bauman (2007, p. 8) “no cerne das redes está o intercâmbio de informações pessoais. Os usuários ficam felizes por revelarem detalhes íntimos de suas vidas pessoais,




forneçam informações precisas e compartilham fotografias”. Dessa forma, tem-se que as pessoas se sentem realizadas e satisfeitas em expor sua vida íntima e pessoal para todos os demais a fim de que sejam conhecidas. Um aspecto que há de ser destacado, pois é fundamental na modernidade líquida, é o medo da indiferença. As pessoas necessitam que os outros as vejam.

Bauman (2014, p. 146) afirma ainda que “em um mundo de busca desesperada de atenção, a indiferença torna-se um fracasso, quando não um ônus”. Para tanto, se justifica o uso das redes sociais, onde os usuários expõem sua vida pessoal e íntima em público, justamente para que os demais os vejam e sejam comentados ou “curtidos” e assim não passem despercebidos ou indiferentes”. Privacidade, intimidade, anonimato, direito ao sigilo, são premissas que desafiam para muitas outras questões correlatas na sociedade atual.

Gilles Lipovetsky (2007) questiona os paradoxos de uma época na qual nunca se teve tanto acesso às benesses do consumo e, portanto, à felicidade, ao mesmo tempo em que também emergem tipos inéditos de conflitos, sob a forma de ansiedades, depressões, pânico, carências. Na vida agorista²¹ o consumidor ávido por novas experiências, não concentra os seus impulsos apenas na disposição em adquirir, colecionar e acumular, mas, sim, descartar e substituir os bens que por um breve momento lhe são úteis. As “coisas” tendem a manter a sua utilidade, enquanto se avalia a capacidade de gerar satisfação, ainda que seja de forma pontual e momentânea. Como consumidores não há lealdade à mercadoria, mas a satisfação de desejos ou necessidades transitórias. Em uma cultura de consumo e a serviço dele, o tempo entre a compra e o descarte tende a passar depressa (BAUMAN e DONSKIS, 2014, p. 180).

O problema não está no consumo em si, pois uma sociedade esvaziada de valores haverá de depositar no consumo os ideais de moralidade, ética, solidariedade, enfim, daquilo que lhe pode acarretar, de alguma forma e por algum motivo, a felicidade. Se a promessa de felicidade na sociedade de consumo se impõe como horizonte, talvez ocorra também um indicativo para que esta seja compreendida como "um complexo de mitos, de sonhos, de significações imaginárias que, impulsionando objetivos e confiança no futuro, favorece a reoxigenação de um presente muitas vezes esgotado" (LIPOVETSKY, 2007, p. 339). Trata-

²¹ Expressão trazida por Stephen Bertman para descrever o modo de vida nas sociedades contemporâneas. Trata-se de um termo que busca explicar aquilo que os seres humanos tentam aprender acerca da natureza e da condição humana na era líquida (2001).



se, pois, de uma aposta paradoxal, que requer escolhas e riscos. Dilemas, sem dúvida, próprios de uma sociedade envolvida por questões intrínsecas ao seu cotidiano.


GESTÃO, ECONOMIA E CULTURA

Em que pese toda a expansão das reflexões acadêmicas e de iniciativas de diversos organismos, tanto públicos como privados, para alargar horizontes compreensivos, críticos e também para suscitar o protagonismo da sociedade em geral, não deixam de serem desafiadoras as abordagens que se dedicam a constituir e delimitar os conceitos, objetos de estudo e pesquisas no âmbito desta complexa temática.

É salutar analisar o conjunto de valores impactados pela gestão, pela economia e ainda pelas políticas culturais na contemporaneidade situadas no lastro compreensivo das questões elencadas em nossa reflexão. Neste sentido, há que ser destacada a premissa descortinada pelo economista indiano, Amartya Sen (2000). Para ele, desenvolvimento requer a expansão das liberdades de escolha – que, por sua vez, exigem não apenas a possibilidade de fazer escolhas, mas, também, a capacidade de refletir a respeito do que se quer escolher, ao invés de escolher o que os outros (a mídia, a opinião pública, a crítica especializada) nos levam a querer.

Trata-se de algo que reflete na política, no consumo e também na esfera cultural. Não é tarefa fácil falar de desenvolvimento cultural, por exemplo, ao nos deparamos com tantas questões pertinentes na perspectiva da gestão, da economia e da cultura. Como é possível defender a liberdade de escolhas, diante de concentração tão acirrada da circulação de bens e serviços, de um peso mediático excessivo, da falta de acesso ou até inexistência de uma estrutura cultural na maioria absoluta dos municípios brasileiros. Em última instância, como podemos defender o desenvolvimento cultural, se tantos de nossos talentos acabam não se dedicando à cultura como meio de realização profissional pela impossibilidade de sobreviverem financeiramente?

Para fortalecer a liberdade de escolhas das pessoas é preciso oferecer caminhos que explicitem a análise das relações econômicas da cultura, esmiuçando as cadeias econômicas dos bens e serviços, bem como, possibilitando a utilização de mecanismos de remuneração e acesso a bens e serviços culturais e que, em última análise, envolvem os direitos e o pleno exercício da cidadania. É preciso estimular a criatividade, a diversidade, e o protagonismo de todos os envolvidos através do diálogo e da partilha.




Fazemos parte da geração da segunda metade do século XX que usufrui dos avanços científicos das tecnologias de informação e comunicação. Fomos testemunhas dos processos de encurtamento virtual das distâncias, rompendo fronteiras geopolíticas, criando a ilusão de uma aceleração nos processos históricos. Questões como a transitividade entre as linguagens, traduzidas na miscigenação dos meios de expressão, por meio da diluição das fronteiras especializadas, foram guinadas radicais na renovação da imagem e do pensamento (JAMENSON, 1995, p. 120).

Outros episódios decorrentes, como uma nova audiência pública amplificada pela capilaridade internacional da reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 1969) e da força da indústria da criatividade e da comunicação, bem como a interpenetração das áreas do saber, abrindo o diálogo e a interação dos conhecimentos científico, filosófico, artístico e religioso, são experiências que desenham nossa atualidade. Ao consolidar os desdobramentos culturais, a Internet, por exemplo, realocou a cultura em um patamar privilegiado na geração de valor, como bem de consumo e de qualidade de vida, como estratégia de desenvolvimento socioeconômico.

A contemporaneidade suscita o entendimento de uma gestão situada na direção de uma economia na qual a cultura expande-se em seus usos e funções, a ponto de sua detenção e propriedade tornarem-na geradora de poder. Ou seja, funcionando a partir de um exercício no qual se evidencia uma cultura tecnológica e de informação focada no poder econômico e político. Essa visão evolutiva faz com que se busque a reinvenção de processos de renovação. Todavia, com a crise econômica, associada a um entendimento ainda insipiente a respeito das questões aqui descortinadas, corre-se o risco de estarmos cada vez mais distantes de uma gestão eficiente e que permita o desenvolvimento de estratégias mais efetivas, abrangentes e eficazes.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos, o que se vive nos dias atuais é uma “hipertrofia do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e com o ‘esquecimento’ total do princípio da comunidade” (2005, p. 241). Como consequência, o princípio da cidadania que abarca a cidadania civil e política, é, com efeito, um exercício cada vez mais precário já que a representação democrática se assenta na distância, na diferenciação e mesmo na opacidade entre representante e representado. A participação e o envolvimento são os meios adequados para construir e consolidar o conjunto dos interesses em uma sociedade pautada pelo reconhecimento de cada um dos seus indivíduos.



Uma agenda transformadora não é sustentável, no longo prazo, sem que sejam mobilizados elementos simbólicos indispensáveis à conformação de uma hegemonia social e política pautada nos valores da democracia, da solidariedade e da justiça social. É preciso reconhecer que a mera satisfação das necessidades materiais não é suficiente para que se gere apelo simbólico necessário à consolidação de uma cultura democrática e de respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa em uma sociedade tão complexa como a brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade supõe uma confluência multifacetada de questões no que tange a convivência humana em sociedade. As metamorfoses que suscitam e evocam nuances explicativas são diversas. Os indivíduos da contemporaneidade são marcados por ambivalências, peculiaridades e demandas construídas a partir das vicissitudes cotidianas. Em geral, há uma ligação bastante estreita com questões concatenadas aos pressupostos de uma identidade atrelada aos parâmetros do individualismo, da efemeridade, ausência de privacidade, bem como àqueles fatores que eclodem por conta do consumismo globalizado.

Convém destacar que a dinâmica da sociedade contemporânea acelera mudanças culturais e identitárias de maneira ampla e plural. Os meios de comunicação de massa em suas variadas mídias concorrem para consolidar processos de transformação inerentes às culturas em movimento. As identidades coletivas e individuais são retratadas em suas interfaces de produção cotidiana, cuja preocupação é a necessidade de considerá-las em sua construção e valorização. Se, por um lado há uma grande tendência à homogeneização, por outro, vemos que no contexto do realce das diferenças sempre existirão processos no sentido de valorizar a diversidade como resistência à lógica dos mercados globais. Trata-se de um processo de construção no qual já não há como vislumbrar a existência de fronteiras teóricas ou vivenciais tão nítidas ou delimitadas em sistemas capazes de interferir ou condicionar a vida humana.

O grande desafio talvez seja deslocar o eixo nos debates sobre a gestão, a economia e a cultura no sentido de projetar um futuro com mais participação de modo a resguardar o sentido democrático e plural no qual a diversidade cultural seja um elemento propositivo para entabular novas demandas, suscitar caminhos e repercutir possibilidades. A complexidade da vida não se enclausura em sua dimensão econômica na medida em que também amplia um campo em disputa pela sua complexidade, amplitude e singularidade a partir dos valores intangíveis que esta economia opera.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAJOIT, Guy. **Tudo Muda**. Proposta Teórica e Análise da Mudança Sociocultural nas Sociedades Ocidentais Contemporâneas. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **A Cultura no Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. **DONSKIS Leonidas. Cegueira Moral: A Perda da Sensibilidade na Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BENJAMIN, Walter. **Sociologia da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- BERTMAN, Stephen. **Hipercultura. O Preço da Pressa**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: UNISINOS, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia dos Pré-Socráticos a Aristóteles**. Vol. 1. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- DELEUZE, Gilles. **A Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- GELLNER, Ernest. **Pós-Modernismo, Razão e Religião**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. **Modernidade e Identidade**. São Paulo: Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- JAMESON, Frederic. **Espaço e Imagem: Teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- LIPOVETSKY Gilles. **A Era do Vazio**. São Paulo: Editora Manole, 2005.
- _____. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.



_____. **A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de Hiperconsumo.** São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **O Ritmo da Vida: Variações sobre o Imaginário Pós-Moderno.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

MEIRELES, Cecília. **Uma Antologia Poética.** Porto Alegre: L&PM, 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina; 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes.** Petrópolis: Vozes, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu: a retórica do poder.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

CAPÍTULO 5

A POESIA MARGINAL COMO INSTRUMENTO CULTURAL E EDUCATIVO DAS PERIFERIAS DE FORTALEZA – CE

Evelane Mendonça Lima, Graduada em Ciências Sociais, UECE, Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC) Sociologia

Aglailton da Silva Bezerra, Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação, UECE

Luiz Felipe de Sousa Gomes, Graduando em Ciências Sociais, UECE


RESUMO

O presente trabalho tem como ponto de partida os/as poetas marginais da cidade de Fortaleza – CE, os/as quais (re) criam formas de sociabilidades que interligam as juventudes tendo como referência central sua relação enquanto jovem numa condição de vulnerabilidade social periférica. A poesia marginal abordada nesta proposta tem origem na periferia enquanto expressão cultural e prática educativa não-formal. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo central compreender a poesia marginal periférica na sua politicidade, trazendo-a, ainda, como processo mobilizador de juventudes e práticas culturais coletivas. É importante problematizar a situação histórica e social desses sujeitos que, por vezes, se vêem marginalizados e discriminados. Assim como, é indispensável perceber a poesia marginal periférica como uma forma de resistência que constrói pontes educativas, afetivas e culturais. Esta pesquisa científica apresenta uma abordagem qualitativa e utilizou como procedimentos metodológicos uma entrevista semi-estruturada com um poeta marginal. Além disso, realizamos observações simples nos transportes públicos de Fortaleza – CE, nos quais muitos/as poetas expressam sua poética oral e, às vezes, improvisada e orientada pela recepção dos/as ouvintes. Diante dessas considerações, falar de poesia marginal envolve perceber sua dimensão social, cultural, educativa e política como criadora de agremiações juvenis e de reivindicações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia Marginal, Cultura Periférica, Juventudes, Cidade.

INTRODUÇÃO

As expressões culturais se manifestam de modo plural, revelando a existências características de coletivos e agrupamentos sociais, tendo como ponto de partida suas particularidades interpretativas (simbólicas e concretas) em relação ao mundo. Assim, este artigo pretende possibilitar um debate pautado na existência de culturas emergentes em contextos marginalizados pelo senso comum, sobretudo as periferias. A marginalização, consequente do projeto societário em curso, revela um contingente populacional que se mostra em condições de vulnerabilidade social. Entretanto, também é preciso



evidenciar como determinadas práticas culturais surgem nesses espaços com a intenção de produzir legitimação e reconhecimento artístico-cultural para além da esfera erudito/clássico.

Conforme Laraia (2001, p. 80) “[...] nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura”, nesse sentido, a arte expressa nas periferias se traduz em um movimento contínuo de representação singular e, até mesmo, de denúncia diante da realidade vivida. O saber popular entrelaça-se a sua realidade e como frutos são encontrados diversas materializações de formas culturais que assumem um caráter educativo. Diante de tais apontamentos, a poesia marginal abordada nesta proposta tem origem na periferia enquanto movimento cultural e prática educativa não-formal. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo central compreender a poesia marginal periférica na sua politicidade, trazendo-a, ainda, como processo mobilizador de juventudes e práticas culturais coletivas.


O/a poeta marginal como agente desse contexto expressa sua arte articulada diretamente com seu cotidiano, o qual, muitas vezes, é marcado por diversas opressões como resultado das relações de poder estabelecidas na sociedade. Por meio da poesia, a/o poeta marginal mobiliza um fazer artístico que possibilita um olhar crítico sobre o conceito historicamente construído de cultura e arte, pois:

[...] cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes. (LARAIA, 2001, p. 101)

Esta pesquisa científica apresenta uma abordagem qualitativa e utilizou como procedimentos metodológicos uma entrevista semi-estruturada com um poeta marginal. Além disso, realizamos observações simples nos transportes públicos de Fortaleza – CE, nos quais muitos/as poetas expressam sua poética oral e, às vezes, improvisada e orientada pela recepção dos/as ouvintes. Assim, a presente pesquisa se mostra relevante no aspecto de tornar evidente o que é visto como marginal, sem funcionalidade, além de perceber as nuances culturais de um grupo: os poetas marginais. Isto é, torna-se fundamental perceber sob um ponto de vista sociológico como este agrupamento juvenil (os/as poetas marginais) se destaca como um coletivo de atuação política e cultural em suas comunidades, haja vista o processo de resignificação daquilo que é visto como “marginal”.

SOCIEDADE ANTAGÔNICA E CULTURA PERIFÉRICA

Estamos inseridos em um espaço onde as relações sociais emergem e conduzem práticas que podem ser traduzidas em convergências ou não, práticas que manifestam as



objetivações diferenciadas de cada camada social. Nesse sentido, o conceito de sociedade precisa estar atrelado à dimensão estrutural-conjuntural pela qual a mesma se materializa. Essa relação está mediada pelo antagonismo gerado pelo sistema capitalista, assim como pelo racismo e pelo cisheteropatriarcado. Essas estruturas sociais operam de forma interligada a partir de um conjunto de relações de poder e de políticas de dominação. Contudo, este tópico do trabalho terá como foco a análise teórica do capitalismo e seus desdobramentos.


As sociedades estão inseridas diante da lógica pautada no antagonismo social promovido pelo capitalismo e reproduzem em suas manifestações essa mesma lógica por meio da desigualdade social. Segundo Engels e Marx (2009, p. 46), “Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas essas contradições, [...] está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição *desigual* [...]”. A tensão promovida pela existência das classes sociais que são frutos desse contexto nos inclina a perceber que as sociedades são instrumentos de dominação material esimbólica da classe dominante, sendo a existência de sujeitos numa condição de marginalização fundamental para permanência desse *status quo*.

As mudanças no controle das relações sociais, nas relações de trabalho e no modo de funcionamento do Estado que marcam o modo de produção capitalista contemporâneo, não poderiam ter ocorrido se não fosse a força do mercado. É através dele que as empresas se “intrometem” na vida privada e coletiva dos seres humanos e, em nome da “liberdade”, vão desmanchando todas as resistências. (BOGO, 2010, p. 12)

A correlação de forças existentes em cada objetivo presente e diferenciado nas classes sociais determina sua posição social e visibilidade diante da opinião pública, nesse sentido, a cidade é vista como palco de disputa dessas mesmas classes sociais em situação de antagonismo. A periferia, portanto, seria o lugar de afastamento do que é moderno ou útil nas exigências do capital contemporâneo, apesar de congrega também a parcela da população que irá permitir, por meio da exploração do trabalho e mais-valia, a continuação dessa hegemonia.

[...] é na cidade, devido ao seu grau de concentração espacial, que aflora mais claramente a contradição de classes, tão nítida na paisagem dos bairros. Essa contradição se manifesta pelo contraste entre riqueza e a pobreza. É no urbano que se manifestam mais claramente as relações de produção capitalistas e onde a violência se faz maior. [...] a cidade é o campo privilegiado das lutas de classe. (CARLOS, 2018, p.78)

Dessa forma, sociedade pode ser compreendida como o espaço de interação social onde os sujeitos que nela estão incluídos seguem um determinado objetivo central, subsistência e permanência, ambos relacionados diretamente com a relação capital-trabalho e




as manifestações das expressões da questão social (PASTORINI, 2010). A periferia, por sua vez, relaciona-se com o centro de uma forma a consolidar as relações de dominação e modernidade que são negadas a ela. Contudo, é preciso problematizar que nesse espaço onde se intensifica as diversas manifestações de vulnerabilidade social e ausência de políticas públicas, também é perceptível as diversas estratégias de resistência que se apresentam com uma leitura crítica peculiar desses contextos, daí a diversificação cultural articulada aos saberes populares.

Ao relacionarmos cultura, desenvolvimento e Diversidade Cultural, a adoção de princípios do pensamento complexo pode nos garantir uma coerência mais efetiva entre pensamentos e práticas presentes nas realidades e seus objetos. [...] pode-se dizer que Diversidade Cultural é a expressão dos opostos. O singular, o intraduzível, a capacidade e o direito de diferir, bem como a expressão do universal, de uma ética e de um conjunto de direitos humanos. (BARROS, 2008, p. 17)

Conforme colocado, a diversidade cultural pode expressar a relação entre os sujeitos em condição de oposição e potencializar sua realidade por meio de instrumentos reivindicatórios ao questionar o meio social em que estão inseridos, não numa condição de negação, mas sim de denúncia. Aliás, a cultura expressa nos contextos periféricos representa essas contradições e as/os poetas marginais seriam, portanto uma expressão cultural diante dessa tensão social e provocam, por meio de sua prática, novos olhares analíticos pautados numa perspectiva, sobretudo de resistência. A periferia como parte integrante da cidade poderia ser lida, conforme Maricato (2015, p. 19), “[...] como manifestação de práticas culturais e artísticas mercadológicas ou rebeldes; como legado histórico; como palco de conflitos sociais; como espaço de reprodução do capital e da força de trabalho, entre outras.”

POESIA MARGINAL PERIFÉRICA: JUVENTUDES, CULTURA E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Para realizarmos tal pesquisa, tivemos como ponto de partida a compreensão de que a poesia marginal é uma prática cultural e educativa não-formal de juventudes que frequentemente são marginalizadas e segregadas dos espaços urbanos orientados pela lógica do capital. Já que “[...] a urbanização desempenhou um papel particularmente ativo [...] na absorção do excedente que os capitalistas produzem perpetuamente em sua busca pelo lucro.” (HARVEY, 2012, p. 75) Desse modo, a presente análise considera a poesia marginal enquanto intervenção sociocultural que mobiliza a resistência política de jovens da periferia. Além disso, temos “[...] a idéia de que a arte é um campo propulsor de significantes, ela certamente irriga territórios esquecidos do corpo, faz emergir novas formas de linguagem.” (DIÓGENES, 2006, p. 191)



Diante disso, torna-se imprescindível discutirmos sobre a origem, as representações e as significações da poesia marginal a partir das vozes dos/as próprios/as poetas marginais que vivenciam o processo criador e re-criador das poesias cotidianamente. Nesse sentido, ultrapassando a representação estigmatizante, o cotidiano da periferia aponta para possibilidades criativas coletivas e individuais, sejam concretas, sejam simbólicas. Em uma análise sociológica, Martins (2000, p. 58) nos faz compreender que a vida cotidiana e o senso comum são resultados de um agir histórico e social, trazendo à tona uma *sociologia da vida cotidiana*.

A possibilidade de uma sociologia da vida cotidiana está nesse âmbito intermediário, na investigação e superação do que o senso comum tem sido para a interpretação acadêmica: ou apenas o conhecimento com que o homem comum define a vida cotidiana, dando-lhe realidade, como supõem Berger & Luckmann; ou apenas o conhecimento alienado da falsa consciência [...].

Ou seja, a perspectiva aqui adotada considera o cotidiano da periferia como o espaço do “possível”. Esse espaço não se reduz à violência ou a alienação, mas transpira práticas coletivas capazes de mobilizar micro-revoluções. Um dos principais interlocutores da arte marginal que colaborou com este artigo é Daniel. Através da sua capacidade linguística e sensível na maneira de sentir e estar no mundo, em detrimento a uma sociedade pautada pela fluidez e pela racionalidade sem vínculo afetivo, ele se integra à identidade de “ser” poeta marginal. Daniel é morador da periferia urbana da cidade de Fortaleza – CE, além disso, ele é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor. Na entrevista, nos apresentou o seu entendimento em torno da poesia marginal:

Poesia marginal é um conceito ambíguo, pois existem duas definições para ela no Brasil. Existe uma poesia marginal dentro de um contexto histórico e existe a poesia marginal periférica. A poesia marginal surge, aproximadamente, na década de 70, ou seja, no ápice do que a história chama de ditadura militar, 64-85. Os poetas passaram a elaborar dentro de um determinado contexto acadêmico, portanto boêmio, produções de caráter subversivo referente à ordem da linguagem. Além disso, existiam produções de ordem subversiva dentro de editoras pequenas ligadas a universidade, as quais eram distribuídas de mão em mão. [...] Aí Tom Zé, Leminski e Torquato Neto são poetas marginais. (Daniel, 2018)

Nesse cenário, percebemos a existência de duas correntes com históricos, objetivos e simbolismos diferentes. A primeira, como nos mostra o entrevistado, é marcada pela subversão frente ao contexto autoritário de censura da ditadura militar no Brasil — a ditadura militar (1964-1985) foi um regime autoritário e nacionalista, norteando uma época marcada pela censura, tortura e pela perseguição política, principalmente em relação às ideologias contrárias ao governo ditatorial. Toda a estrutura do poder político estava sob o comando dos militares que se aliavam às elites financeiras.



Já a segunda corrente surge posteriormente:


No final dos anos 90 pra começo dos anos 2000, surge em São Paulo a “cooperifa”, é um sarau de amplitude nacional que surge no Capão Redondo na Zona Sul de São Paulo, a partir de um diálogo muito próximo com o Hip-Hop. Então o Hip-Hop e a poesia marginal, nesse caso, tão lado a lado. [...] A poesia marginal periférica é encabeçada, principalmente, por Sérgio Vaz e por Ferréz, são dois autores da literatura marginal periférica. (Daniel, 2018)

São duas categorias poéticas marginais distintas, tanto no sentido histórico quanto no sentido social. A primeira possui uma característica literária mais próxima da linguagem escrita, bem como era oriunda de um público “intelectualizado”. A segunda tem como ponto de partida a periferia e a linguagem oral. Por isso, o seu aspecto didático é mais expressivo, pois conversa diretamente com as demandas das populações marginalizadas através de poesias que contextualizam de forma denunciativa o que é “ser periférico”. Todavia, apesar dessas diferenças entre as correntes, é preciso observar que ambas compartilham um caráter coletivo de construção da resistência, seja em uma ditadura militar, seja em um cotidiano marcado por diferentes opressões gerenciadas por estruturas sociais.

A poesia marginal periférica envolve atores sociais que além de questionar uma realidade estruturalmente opressora, discriminatória e desigual, procuram reinventar suas próprias trajetórias individuais e também, de forma indireta ou direta, as dos sujeitos oriundos da periferia urbana da cidade. Em outros termos, atuam com um discurso poético politizado que repercute na vivência de coletividades que, historicamente, são atingidas pela falta e precarização de serviços básicos, bem como de atividades culturais. Nesse sentido, “[...] a poesia marginal periférica surge com autores que subvertem não apenas a linguagem, mas eles subvertem o espaço, eles contaminam o espaço da cidade, criando novas narrativas [...]” (Daniel, 2018)

Por conseguinte, o poeta entrevistado parte da perspectiva de que o conhecimento ultrapassa os limites de ciências institucionalizadas. Isto quer dizer que a poesia marginal é produtora de saberes e conhecimentos legitimados pelo seu aspecto artístico-cultural. Neste ponto, encontra-se o seu caráter educativo não-formal. Como lembra Gohn (2010, p. 20) a educação não-formal não se organiza através de classificações por idades, séries ou conteúdos, mas age com base na subjetividade do grupo, criando possibilidades identitárias e fortalecendo o acervo sociocultural, a solidariedade, a cidadania e a politicidade do coletivo.

Falar em poesia marginal a partir de sua característica coletivo-interativa é entender que educar não se limita aos muros de instituições educacionais. A educação é um fenômeno



social e cultural que historicamente se institucionalizou. Brandão (2013, p. 7-8) nos mostra que é por meio da socialização que ocorre o surgimento da educação, em um processo permanente de ensinar e aprender: “Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos [...]”.

Explicando um de seus artigos acadêmicos que traça um debate teórico em torno da poesia marginal periférica, Daniel elenca as três principais características dessa arte que envolve criatividade e aprendizagem. São elas: a *desterritorialização*, pois “ela quer expandir o território”, o *cunho político* e a ideia de *coletividade*. Segundo ele:

São corpos coletivos porque essa ideia de fama é complicada. Na poesia marginal, a fama e o individual é suplantado pelo coletivo, são coletividades. Mas não são coletividades quaisquer como, por exemplo, você colocar Marx e dizer que são proletariados. Não tem nada a ver! São coletivos juvenis. É uma nova forma de organização política que foge da lógica dos partidos políticos e dos movimentos sociais. (Daniel, 2018)


Cabe-nos observar que a poesia marginal periférica é uma nova forma de organização das juventudes em torno de espaços que rompem com as fronteiras institucionais. Assim, concordamos com Diógenes ao compreendermos que:

[...] dentro da instituição, os jovens assumem uma postura relativa às codificações dominantes das normas sociais e explicitam o que supõem que deles se espera. Na rua, seus corpos vão assumindo a cadência dos acontecimentos, ocupando lugares simbólicos que produzem, instituem e nos possibilitam identificar personagens mais concretos, situados no conjunto de suas relações. (DIÓGENES, 2006, p. 193)

Os espaços que agregam os coletivos juvenis provocam o surgimento de identidades que têm em seu cerne o compartilhamento de experiências e esperanças frente a questões políticas, culturais e sociais por meio do discurso poético. É nesse sentido que Carrano (2003, p. 126) nos lembra que a identidade coletiva faz parte da construção de um sistema de ação, emergindo de partilhas e interações entre indivíduos ou grupos, sendo que tais indivíduos mantêm uma relação ativa, se influenciando mutuamente.

Esses coletivos juvenis são formados por jovens provenientes de contextos heterogêneos. Embora se assumam as semelhanças entre a realidade social das periferias urbanas no que se refere às opressões e desigualdades, suas vivências possuem particularidades, formando, então, coletivos plurais com desejos que se assemelham e vozes que se aconchegam na diferença. Dialogando com Dayrell (2003, p. 42):

[...] entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este



proporciona. [...] É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes.


Entender as juventudes envolve perceber os limites teóricos e metodológicos de enquadrá-la em uma categoria determinada pela faixa etária. Assim sendo, concordamos com Alves (2017, p. 42) ao partimos “[...] da perspectiva de que as diferentes formas de socialização e inserção dos jovens, a partir de seu universo sociocultural e posição de classe são determinantes para se conhecer de que juventude se está falando.”

No ritmo das transformações socioculturais brasileiras surgem novas dinâmicas de sociabilidades alicerçadas pela produção cultural. Novos espaços vão sendo abertos pelas juventudes e suas práticas culturais. Esse novo mundo juvenil se fundamenta em culturas mais democráticas que criam laços e constroem sujeitos (DAYRELL, 2003, p. 51). Nesse sentido, a poesia marginal além de ser um grito que emana poesia e política no mesmo instante, abriga novas sociabilidades através das auto-organizações juvenis que erguem identidades coletivas e também individuais.

A poesia marginal, neste artigo, é expressa como móvel contra as causas de opressão e seus efeitos imediatos: a segregação e a marginalização. Neste sentido, o efeito da marginalização e todo o valor social que ela carrega, pois age de modo a classificar de maneira dominante e negativa uma população, é combatido pelo ato de ressignificar o valor da palavra. Aqui marginal ganha valor qualitativo oposto ao sentido convencional da palavra presente no mundo social que trata de estigmatizar o “rebelde”. Assim, partimos da análise de seu valor de pertencimento, identificação e instrumento político de um grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, falar de poesia marginal envolve perceber sua dimensão social, cultural, educativa e política como criadora de agremiações juvenis e de reivindicações sociais. Em uma sociedade pautada pelos interesses do capital, assim como fundamentada pelo antagonismo entre as classes sociais, pelo machismo, pelo racismo e pela LGBTfobia, ocupar espaços e promover discursos poéticos que trazem em seu bojo a criatividade e a criticidade é um ato de resistência. Tal resistência se configura como prática cultural de juventudes periféricas questionadoras de uma realidade injusta. Partindo dessa perspectiva, compreendemos a importância sociocultural e educativa de agrupamentos juvenis que surgem de uma realidade social e não institucional.



Os poetas marginais de forma autônoma constroem poesias visando estabelecer trocas que vão além dos aspectos “estéticos” da arte, mas permitem a circulação de afetividades. A partir de saraus ou outros espaços socializadores, expõem suas artes e concomitantemente provocam o debate político acerca das questões conjunturais. Como visto na entrevista, ser poeta marginal não se reduz ao aspecto individual relacionado à autopromoção no mundo da fama — vale ressaltar que em muitos casos ser poeta significa garantir a renda familiar. Pelo contrário, traduz uma nova dinâmica de coletividades juvenis reunidas em prol de uma luta diária contra a opressão, a segregação e a marginalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Alda de Sousa. **Juventudes e ensino médio: transições, trajetórias e projetos de futuro**. Curitiba: CRV, 2017.

BARROS, Mário José. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: BARROS, Mário José. (Org.). **Diversidade cultural da proteção à romoção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED, Campinas: Autores Associados, nº 24, set.-dez., p. 40-52, 2003.

DIÓGENES, Glória. A arte de fazer Enxame: experiências de ressignificação juvenil na cidade. **Política & Sociedade**, v. 5, p. 191-221, 2006.


ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>> Acesso em 26 nov. 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015



MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Hucitec, 2000.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



CAPÍTULO 6

ESTUDOS INTERSECCIONAIS EM MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA INTERCULTURALIDADE

Jamile Guerra Fonseca, docente na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO


Compreender a historicidade dos Movimentos Sociais é nos permitir a compreensão sobre os motivos de lutas e atuação de segmentos que se encontram e se desencontram, em busca de causas maiores, mas também, específicas. Esses segmentos ou grupos, constituem conjuntos de pessoas, que se manifestam contra atos estabelecidos, geralmente por Instituições que exercem Poder sobre povos e que por interesses políticos, econômicos, e até ideológicos se desencontram com as demandas reais da população, em especial de grupos menos favorecidos socialmente, que se encontram em condição de risco ou vulnerabilidade social. Ou ainda, expressam-se no sentido de atuar no combate e prevenção de futuros atos que possam afetar a sua qualidade de vida entre os demais. Nessa perspectiva, analisar esse tema na interseccionalidade e Interculturalidade, é ampliar também a dimensão do entendimento sobre conceitos de construções sociais que se perpetuam ao longo do tempo e dinâmicas culturais, à exemplo das categorias de gênero, cor, etnicidade e classe social.

Palavras-chave: Movimento social, Interculturalidade, interseccionalidade

Introdução

A difusão de pesquisas que se presta à análise sócio histórica de movimentos sociais e suas abordagens causais, na perspectiva da Interculturalidade e interseccionalidade, favorece o ato de criar condições para a consolidação de estudos sobre gênero, cor e classe, aprofundando-se teoricamente com as principais correntes conceituais e sua relação com movimentos sociais. Dar-se-á atenção à fatos que possam ser contrapostos, a partir de um debate consolidado em sua construção, e ainda que visiona a possibilidade de observar novas tendências sociais e culturais, que tendem a uma reformulação ou redirecionamento de enfoques das referidas categorias.

Constrói-se a partir da pesquisa, subsídios que nos permitam alcançar a compreensão de diferentes organizações enquanto movimentos sociais, perceptível através de segmentos que lutam por causas peculiares ao seu grupo de pertença, mas que fazem parte de uma luta social maior e comum aos demais. Todavia, percebe-se uma determinada fragmentação e



possível rivalidade entre grupos, o que colabora com críticas ora pejorativas, ora engrandecedoras, de diversas partes outras que não necessariamente estejam ligadas ao Movimento como um todo, e que geram um impacto social, sobretudo nas relações interpessoais e talvez, em alguns casos, a mudança do foco do debate principal.

Desse modo, compreendendo as peculiaridades e necessidades inerentes à diversidade de grupos específicos e contextos culturais, bem como a necessidade de ampliação do entendimento e debate sobre as relações estabelecidas dentro dos movimentos sociais e possíveis impactos interacionais é que considera-se relevante o estudo sobre dados históricos e atuais correlacionando ao atual cenário político nacional e importância de atuação dos movimentos sociais, estratégias de resistência e junção de forças capazes de lutar de modo diferente, mas não adverso, além do enfoque sobre o contexto em que se propaga conceitos, preconceitos.


Nesse pressuposto, surgem **a questão de pesquisa**: Qual a relação entre as origens e organizações dos Movimentos sociais e categorias de classe, gênero e questões étnico-raciais no Brasil? Nosso **objeto de pesquisa** é portanto, uma proposta de análise e reflexão crítica de cunho sócio - histórico sobre Movimentos Sociais no Brasil, relações de gênero e étnico raciais. Os **objetivos** desse estudo se debruçam no sentido de desvendar qual a relação entre as origens e organizações dos Movimentos sociais e categorias de classe, gênero e questões étnico-raciais no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA- ESTADO DA ARTE

RE PENSANDO MOVIMENTOS SOCIAIS INTERSECCIONALMENTE

De conceito polissêmico, os movimentos sociais necessitam de entendimento lúcido a partir do contexto o qual será trabalhado de modo a não o reduzir ou alterá-lo em essência, mas trazer à luz alguns dos seus entendimentos teóricos.

O movimento social pode ser entendido como ações desenvolvidas por coletivos, de modo organizado, e que propõe orientações para conflitos existentes no âmbito das relações que se opõem social ou politicamente; atores que se envolvem nessa conjectura costumam ter um elo de ligação de caráter solidário ou ainda identitário; em outros termos o movimento social expressa nitidamente conflitos sociais com a finalidade de tratar questões não solucionadas que podem inclusive configurar injustiças à seu grupo de pertença e ainda, conquistam bens públicos, fortalecem ou apoiam sistema de valores, extrapolando o que se conhece por conflito de interesses e requerendo em seus fins novas formas de organização da



sociedade. Movimentos sociais podem, portanto, manter ou transformar valores, propor, construir e desconstruir políticas públicas pois ao expressas conflitos mais amplos, atuando em sistemas e subsistemas estatais na defesa de seus modelos políticos e sociais (TATAGIBA; ABERS, SILVA,2018).


É preciso compreender ainda que não se pode reduzir o conceito de movimentos sociais às redes reativas a questões políticas, mas sobretudo essas organizações atuam para e por políticas públicas, atuando sobre a configuração do próprio regime ou do subsistema o qual tem como alvo maior de influência (ALONSO; COSTA; MACIEL,2007).

Movimentos sociais ainda podem conseguir aliados que se encontrem nos mais diversos patamar de poder e ainda, podem atuar em canais institucionais de acesso aos processos decisórios e ainda podem fazer surgir algumas oportunidades para alteração do ambiente institucional em que atuam, não é raro por exemplo que os movimentos disputam modelos alternativos em políticas públicas e seguem no desafio de reforma do Estado.

Movimentos sociais, portanto, não somente atuam de modo interacional como faz valer as diversas oportunidades que porventura se apresentem para ter acesso a maquina Estatal, á que pode-se denominar como “encaixes” uma vez que objetivam transformar essas oportunidades de acesso e a própria institucionalidade em que se inserem (LAVALLE *et al.* (2017).

Assim entendemos que são diversas experimentações sociais e estatais até que redes organizadas podem propor e produzir políticas públicas alternativas aquelas já existentes, em uma tentativa de solucionar questões precedentes; podemos citar aqui situações que condizem aos movimentos de pessoas sem terra e sem teto, comunidades indígenas, situação ambiental e florestas, dentre outros grupos que foram excluídos em pretensa maioria do mercado formal de trabalho e tem voz dentro assimilada e entonada dentro desses movimentos, além disso contam com compartilhamento de saberes de outros, assessorias, militantes, redes de diversas localizações nacionais e internacionais.

Movimentos sociais conformam uma ampla categoria organizada que se dispõe à defesa de interesses que perpassam os âmbitos do social, legal e ético. Oriundos de contextos histórico-sociais, se posiciona de modo questionando o momento atual e, portanto, volta-se para teorias da liberdade e medidas de emancipação social. Touraine (1976) já fazia menção aos movimentos sociais no sentido de analisá-los a partir da globalização e de estados da modernidade, considerando que a contemporaneidade sempre atinge de algum modo o




encaminhamento das políticas públicas e partir dessa condição, grupos em sociedades diversas se organizam para propor projetos de maior amplitude e que visem sobretudo a transformação da vida em sociedade. Entende-se ainda que a busca por essa transformação social costuma vir aliada de práticas revolucionárias, não sendo essa obviamente, uma constante (CASTELLS, 2013).

Especificamente no Brasil, percebemos grupos distintos organizados sob o tom de movimento social e que busca sobretudo um resgate, uma revitalização de suas práticas, seus povos e seus grupos. Uma tentativa absurda e apaixonada por ideais que os guiam em suas práticas contra todos os modos de opressão. Podemos citar aqui a luta do MST, a luta de mulheres negras, indígenas e quilombolas, a luta por melhores condições econômicas e ressalvas com relação aos conceitos de classe, a luta do movimento LGBTI+ e tantos outros que se forma e conformam de acordo seus interesses, formando assim subsistemas. Temos portanto, um cenário de luta constante e histórico, por direitos iguais entre mulheres e homens, por condições de desfavorecimento de mulheres negras com relação as brancas, por práticas ancestrais hoje desmerecidas pela medicina, pelo aborto e direitos sexuais e reprodutivos.

Todos esses grupos se expressam para transformar sua realidade entendendo que sofreram desigualdades étnico-raciais, de gênero e de classe e desse modo clama por melhorias de suas condições, quais sejam elas, mais dignas e mais humanas e que as retirem do quadro excludente em que foram postas. Marx (1988) já nos dizia que a protagonização que deve acontecer em prol das mudanças em sociedade, tem a especialidade das massas e assim se alcançariam o vigor para as evoluções históricas. Em complemento, ressalta-se que independente dos ideais a serem defendidos, Movimentos se organizam em busca da emancipação humana, trazendo à tona as reflexões sobre o pensar, o diálogo crítico-reflexivo, pois quem pensa resiste; resiste as alienações, as conformações a ditadura do capitalismo e também á luta para um mundo melhor e com menos desigualdades entre seus pares (ADORNO, 1995).

Em meio a diversos conflitos sociais, movimentos se organizam no sentido de gerar menos ódio, discriminação e processos de exclusão que tendenciosamente se ampliam paralelo a globalização. Essas questões permeiam os âmbitos relacionais e envolvem etnicidades, classe, gerações, religiões, relações interculturais e gênero.

De acordo com Fleuri (2003), o campo das relações multiculturais e interculturais bem



como sua associação a movimentos sociais no Brasil, assimila-se a estudos precedentes da Europa e América do Norte; tema de relevante complexidade em coadunam correntes políticas e teóricas e que requer manutenção do foco específico do Brasil que é bastante plural.


Para entender melhor, nos remontamos ao século XVIII, na ocasião de expressivo fluxo migratório, por conta de transformação nas relações de produção com a revolução industrial. As forças econômicas e políticas promoviam a migração de mão de obra livre a nível internacional, o que significa dizer que pessoas que estavam em situação desfavorável em países industrializados para servir com seu trabalho, considerado de melhor qualidade, em países que ainda se encontravam em desenvolvimento (FLEURI,2003).

Nesse contexto, o Brasil e outros países das Américas abrigam entre os séculos XIX e XX, imigrantes provenientes da Europa, Ásia e Oriente Médio. A partir de então, esses grupos entrariam em conflitos e integrações entre si e ainda com povos remanescentes de indígenas, portugueses e africanos, situação que deixou marcada a nossa sociedade que possui característica de relações interculturais e Inter étnicas (FLEURI,2003).

No contexto europeu, a educação multicultural parece ganhar no decorrer do tempo com o estreitamento de laços com imigrantes e ainda, a base educacional prevê a integração entre culturas, a superação de paradigmas, de racismos e envolve campos de reflexão e também de intervenção que ultrapassam o debate emergencial da inserção cada vez mais maciça de imigrantes. Já no Brasil, a Interculturalidade vem ganhando significados cada vez mais específicos e processos de aculturação tem ocorrido em meio a tentativas de dominações e convivências que envolvem ainda, violência, perda da identidade cultural e que são objetos de análise das ciências, portanto nossa orientação no sentido educacional vai além do que o acolhimento de imigrantes pois se baseia nos encontros e desencontros das relações entre povos e culturas (FLEURI,2003).

No Brasil, não raro presenciamos atos de discriminação de gênero, étnico racial e de classe, e por tanto nos preocupa como a educação tem se mobilizado no sentido de qualificar a pratica pedagógica para que essa não seja mais um entrave na resolução desses problemas sociais. Conflitos interculturais mobilizam movimentos cada vez mais específicos que se afinam por identidades, similitudes e ideais e assim constituem forte ferramenta para combater processos que desconsideração toda nossa história.

Desse modo, atores sociais podem encontrar na dimensão da Interculturalidade



instrumentos para agir em busca de uma transformação social, no sentido de rever os modos de pensar e agir humano dentro de suas relações. Por isso, a importância dos movimentos sociais expressarem os sentimentos e revoltas das classes mais populares e por sua vez marginalizadas, em busca de liberdade, solidariedade e coesão interna no sistema.

Movimentos se organizam com pautas diversas sobre diversidades de gênero, ainda não bem aceitas em nossa sociedade e mistificadas como patologizantes; questões étnicas como diferentes do padrão e relacionados automaticamente a marginalização, além disso, as questões gritantes de classe que deixam clara a má distribuição de renda no Brasil e continuidade do trabalho escravo, só que hoje visto de outro modo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos sociais portanto, se organizam em uma linha intercultural e multicultural, fazendo compreender à toda sociedade que vivemos em um país multiétnico e multicultural e por tanto com diversidades que coadunam na riqueza da essência de seres diversos, parte e consequência de um processo social que mereceu alguns e desmereceu tantos outros.

Podemos citar ainda feminismos, dentre esses o feminismo negro com importante destaque uma vez que deixa claro a necessidade de se trabalhar gênero a questões de cor e classe, as políticas educacionais que trabalham gênero e educação, com foco na sexualidade e reprodução ainda mistificada na sociedade com traços de intolerância a temática; diversidades em orientações sexuais, diversidades de gênero, equidade, igualdade entre homens e mulheres; movimento unificado negro que comporta lutas específicas contra toda forma de discriminação, racismo, exclusão e exploração do trabalho, estando atrelado fortemente as questões de classe.

E com relação aos movimentos de classe, esses são mais percebidos atrelados as outras pautas. Ocorre que significativa parcela da população vive em condições de miserabilidade, com apoios governamentais que ainda vivem sob ameaças do governo, com dificuldades no acesso aos insumos urbanos e a educação.

Além disso, podemos considerar ainda movimentos de povos tradicionais, que além de se deparar com a marginalização que sofrem com relação a vivência e convivência nos centros urbanos, tem suas práticas ancestrais por vezes desmerecidas ou não revitalizadas, o que significa dizer que esse patrimônio que é também imaterial vive ameaçado a escassez diante de predadores capitalistas que disputam poder entre si. Aqui podem ser lembradas as



comunidades indígenas, quilombolas, as comunidades do MST.

REFERÊNCIAS

TATAGIBA, L; ABERS, R; SILVA, M.K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos, 2018.

ADORNO, T. W. (1995). *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1995).

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estudos-Cebrap**, n. 79, p. 151-167, 2007.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar. Freire, P. (1982). *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. 6a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (2013).

LAVALLE, A. G. *et al.* **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2017. (Texto para Discussão, n. 19).

MARX, K. *O capital*. V. 1 São Paulo: Nova Cultural (1988).

CAPÍTULO 7

A POLÍTICA E A CURRICULARIZAÇÃO DA CULTURA NA UFCA NO PLANO DE CULTURA

José Robson Maia de Almeida, Professor, UFCA

RESUMO


O presente artigo reflete o papel da política e da curricularização da cultura na Universidade Federal do Cariri (UFCA) a partir da construção do seu Plano de Cultura. O processo de elaboração do Plano de Cultura iniciou-se em 2017 e foi concluído em 2019, com um documento que norteia a política e o planejamento da ação cultural para cinco anos (2019-2024). Esse processo contou com debates junto a comunidade, o que provocou questões acerca da gestão e da política cultural nas instituições públicas de ensino superior e sobre o papel da dimensão da cultura articulado com a extensão, a pesquisa e o com ensino. O Plano de Cultura suscitou também o aprofundamento acerca da curricularização da cultura na UFCA. Por ser uma ideia ainda nova nas instituições, incentivou mais ainda a busca por metodologias que possibilitem a indissociabilidade com o ensino, a pesquisa e a extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Curricularização da cultura, UFCA, Política cultural, Plano de cultura.

A CULTURA NA UFCA

O presente trabalho traz a discussão e reflexão sobre a gestão, as políticas e curricularização da cultura na Universidade Federal do Cariri (UFCA) durante o processo de elaboração do Plano de Cultura, assim como a ressonância desses aspectos no desdobramento das políticas culturais executadas pela Pró-reitoria de Cultura (PROCULT) da UFCA. O foco é apresentar reflexões e experiências acerca da construção do Plano de Cultura da UFCA com um olhar para a gestão, política e curricularização da Cultura no âmbito da Universidade e do Plano que foi sendo elaborado para cinco anos (2019-2024).

A ideia do Plano de Cultura é representar a gestão e a política cultural da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e traçar os objetivos e diretrizes que norteiam as ações culturais que se pretende desenvolver no âmbito da Universidade – não somente dentro dela – por um período de cinco anos. Portanto, o referido documento contém ao mesmo tempo o arcabouço de uma política e de plano de cultura, isso porque a ideia inicial era a produção do plano somente, entretanto, no decorrer dos debates emergiu a necessidade da elaboração da política de cultura que norteassem as ações deste plano.




Como Instituição de Ensino Superior a Universidade Federal do Cariri (UFCA) iniciou suas atividades em 2013 com uma configuração inovadora em sua proposta de Pró-reitorias. Ao invés do consagrado tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão, como fim institucional, - estabeleceu uma quarta dimensão, a cultura. Desse modo, na UFCA, a cultura compõe, com o ensino, a pesquisa e a extensão, as atividades fins da instituição formando um quadripé.

Um dos princípios que consta no Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFCA é o “reconhecimento das atividades artísticas, culturais e esportivas como fundamentais para a formação da comunidade universitária”. Este princípio é um dos fundamentos para reflexão e fomento de políticas culturais e, por isso, um plano institucional de cultura para a UFCA deve buscar promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, das expressões e manifestações culturais. Neste sentido, a cultura compõe o Estatuto da UFCA como fim e como dimensão estratégica para a formação e transformação do ser humano na consecução de suas finalidades concernentes à criação, difusão, divulgação, aperfeiçoamento e direito à cultura. O Estatuto, o PDI e agora o Plano de Cultura são documentos reguladores e basilares que direcionam e oferecem um horizonte para as ações administrativas e acadêmicas desta Instituição e para a região do Cariri.

Bourdeiu (2004, p. 20) afirma que “para compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma produção direta entre o texto e contexto.” Mas é necessário compreender o campo em que este contexto faz parte. A noção de campo é, de acordo com Bourdieu, “o mundo social como os outros, mas que obedecem as leis sociais mais ou menos específicas.”

A Pró-reitoria de Cultura (PROCULT) surgiu como órgão propulsor da dimensão da cultura na universidade, contribuindo com a perspectiva de uma formação integral do estudante universitário e da comunidade favorecida pela instituição. Configura-se como um setor por excelência da promoção, estímulo e reconhecimento da cultura como fator fundamental ao desenvolvimento social, crítico e, principalmente, educacional.

Cabe à Pró-reitoria de Cultura múltiplas funções: a) observar, pesquisar, mapear, compreender e apoiar os diversos sujeitos e coletivos com suas tramas complexas de produção de sentido de si e do mundo, que estão situados dentro e fora de seus *campi*, e que compõem a comunidade acadêmica; b) estabelecer a cultura como campo estratégico e de



formação na universidade, por meio da proposição de ações (UFCA, 2019, p. 25) Desse modo, a Universidade Federal do Cariri entende que a dimensão da cultura não é apenas estratégica ou importante para o ambiente acadêmico, uma vez que a ideia é tornar a cultura como uma dimensão de formação integral do estudante e da comunidade universitária, integrar-se de forma decisiva e programática como uma dimensão articuladora e indissociável com as demais Pró-reitorias fins: Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI) e Pró-reitoria de Extensão (PROEX).


A atuação da PROCULT se baseia em 9 eixos temáticos: 1) Linguagens artísticas; 2) Educação científica; 3) Crítica social; 4) Diversidade cultural; 5) Acervo e memória; 6) Entretenimento e convivência; 7) Idiomas e culturas estrangeiras; 8) Corpo, culturas do movimento e práticas esportivas e 9) Cultura e sustentabilidade.

O debate ocorrido durante o Plano provocou reflexão sobre os eixos temáticos, no sentido de que eles precisavam ter um olhar para as ações e para as políticas. Já havia a proposta de eixos de atuação que se entrelaçariam com os eixos temáticos acima referidos. Com isso, a discussão se encaminhou por relacionar de forma mais profunda e prática as ações com os seis eixos de atuação, quais sejam: 1) Debates e reflexões; 2) Formação; 3) Fruição; 4) Experimentação; 5) Pesquisa e 6) Gestão. A escolha de tais eixos –temáticos de atuação –noslevam a acreditar na priorização de determinados temas, os quais refletem as características da gestão cultural e do momento pelo qual passa a Instituição e sua comunidade.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE CULTURA

A elaboração do plano também surgiu com a partir da necessidade de discutir, sistematizar e diagnosticar o que já vinha sendo executado em termos de políticas culturais na UFCA, bem como estabelecer objetivos, diretrizes e ações para os próximos anos. O resultado disto se tornou o desejo por um documento que pudesse refletir as características e tramas do cotidiano cultural da Instituição e da região. Em 2017, iniciou-se o processo de elaboração do Plano de Cultura da UFCA e que foi concluído em 2019, com a aprovação do Conselho Superior de um documento, no qual contem a política, a gestão e as ações para um período de 2019 a 2024, cinco anos.

O processo de elaboração do Plano de Cultura empreendeu discussões acerca da orientação das ações e da política de cultura, esporte, artes e idiomas que serão desenvolvidas nos próximos anos na UFCA. Ressaltamos que as ações de esporte e de idiomas também



compõem o escopo de atuação da PROCULT por serem consideradas parte integrante da dimensão da cultura na Instituição. Foram levados em consideração também outros documentos e planos já existentes (Plano Nacional de Cultura, Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Cultura), Carta de Princípios da UFCA, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A metodologia de elaboração do Plano de Cultura da UFCA foi proposta pela Comissão de Elaboração do Plano de Cultura, instituída pela PROCULT e submetida em um Fórum Aberto de Cultura para apreciação e discussão, da qual fiz parte durante todo esse processo. O Fórum é um espaço promovido pela PROCULT com objetivo de discutir temas considerados importantes para a cultura na UFCA.


A metodologia de elaboração aprovada configurou-se na realização de seminários temáticos, para os quais foram convidados especialistas para participarem de mesa-redonda e posterior debate, com a presença de um mediador, como forma de subsidiar o debate e aprofundar a reflexão. Os temas dos seminários eram relacionados aos eixos temáticos que baseiam a atuação da PROCULT.

O objetivo dos seminários temáticos foi promover a reflexão teórica, conceitual e epistemológica do assunto em questão e fomentar o espaço de participação horizontal da comunidade acadêmica e interessados no debate sobre o Plano. Estes momentos de reflexão e debate permitiram emergir os elementos teóricos e conceituais necessários para a escrita do documento. (UFCA, 2019)

Após a produção de uma versão preliminar do documento, a Comissão disponibilizou o material para apreciação de todos os convidados dos seminários temáticos. Em seguida, passou por apreciação da comunidade por meio de debates em fóruns. Nesse momento, todas as pessoas puderam fazer sugestões quanto ao documento. Em seguida, foi realizado um Fórum Aberto de Cultura para aprofundamento do debate sobre pontos divergentes no documento. Após as discussões no Fórum Aberto de Cultura, o Plano foi apreciado pelo Conselho Superior da UFCA.

GESTÃO E POLÍTICA CULTURAL NO PLANO

Para Saraiva (2011, p. 15), a gestão cultural se refere a um conjunto de ações organizadas para atingir determinados objetivos antes planejados e definidos. A especificidade cultural se dá pela implementação de políticas culturais para algo que é




intangível, como a cultura nas suas mais diversas manifestações. Para Ferreira (2009, p. 61), a gestão cultural, como profissão capaz de dar organicidade à área cultural, tornou-se um possível caminho para a viabilização das políticas culturais, com aproximação da comunidade na qual as políticas estão inseridas.

A acepção antropológica de cultura é aqui assumida com base na produção histórica e cotidiana da vida social, que constrói sentidos, hábitos, costumes, valores e saberes, e também orientam os indivíduos para a vida comunitária. Diversos aspectos sociais, como as origens regionais, étnicas, econômicas, de trabalho, sexo e de valores, determinam e possibilitam que características distintas possam emergir a partir de experiências diversas. Daí surge uma pulsante diversidade cultural, social e epistemológica, assim como os mecanismos de estruturação da distinção social, de produção das subalternidades e opressões. A política cultural para a universidade deve ser pensada, portanto, nestes termos, na sua dimensão simbólica e de produção de sentido, possível apenas na manutenção constante do diálogo com a comunidade acadêmica e extra acadêmica e no reconhecimento da diversidade cultural. (UFCA, 2019)

Historicamente, há carência de políticas voltadas para a cultura nas instituições de ensino superior. Estas acabaram ficando em segundo plano das vontades isoladas. As formas de fomento do Governo Federal junto às instituições de ensino superior são ínfimas e carentes. São exemplos destas poucas iniciativas o “Mais Cultura nas Universidades” e o “Projeto Universidade”.

O Projeto Universidade trabalhava basicamente com a área de extensão cultural das universidades, com o objetivo de auxiliá-las a se tornar polos irradiadores de cultura para a comunidade, por meio da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação efetiva do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente. A partir do momento em que incorpora, em 1981, o programa Bolsa Trabalho/Arte, da extinta Secretaria de Assuntos Culturais (Seac), tal projeto passa a se chamar Projeto Universitário (PU) e, ao mesmo tempo, assume caráter formador mais nítido. Esse programa dava bolsas individuais – durante seis meses – a estudantes universitários, para a realização de atividades na área de artes, independentemente do curso de origem do candidato. A universidade entrava, como contrapartida, com o material para o aluno desenvolver o trabalho e designava um professor para ser o coordenador interno do PU. (BOTELHO, 2011, p. 98)

Lia Calabre (2009, p. 80) considera que as políticas culturais são ações realizadas pelo Estado e pelas instituições civis, “cujo objetivo é o de satisfazer às necessidades culturais locais”. A autora acrescenta que “isso não significa ignorar que os processos culturais contemporâneos dialogam e interagem de maneira que tenham cada vez mais caráter transnacional”.




Desse modo, mais do que sistematizar, planejar e estabelecer metas para a gestão e política cultural na UFCA, o processo de elaboração do Plano trouxe reflexões sobre a prática que vinha sendo executada através de ações culturais, sobre o significado das ações, sobre o perfil do público expectador e público-alvo, bem como sobre a conceituação de várias questões que, pelo hábito, se acreditava estarem resolvidas, a exemplo dos projetos institucionais de bolsas, do papel da PROCULT no tocante à pesquisa e das ações em parceria com outras instituições da região.

A elaboração de uma política de cultura proposta no referido Plano está assentada em duas linhas de organização. Em primeiro lugar foi necessário definir as bases conceituais, pelas quais a política se orienta. E em segundo momento, mas não menos importante, reconhecer as capacidades e a potência estrutural para realizar a política. (UFCA, 2019, p. 47)

Desde o seu surgimento, a PROCULT percebeu a necessidade e a potencialidade de se construir uma rede de parcerias com intuito de fazer circular a produção que surgia da universidade, como também criar espaços de reflexão e fruição, para fora da universidade. Neste sentido, destacam-se duas entidades: Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB), Serviço Social do Comércio em Juazeiro do Norte e no Crato (SESC). As parcerias têm possibilitado a ampliação na atuação e na implementação de uma agenda cultural na universidade e para além dela. (*Loco citato*)

A relação da cultura com o ensino, a pesquisa e a extensão ganhou foco nas reflexões no âmbito das políticas culturais. Por estar numa universidade, essa questão não pode ser desconsiderada. A cultura não só permeia a vida cotidiana dos indivíduos, mas ela é o próprio cotidiano entremeado pelos agentes sociais ao manifestar-se nos modos de ser, viver e existir, assim como na produção de conhecimento. A indissociabilidade entre as dimensões que compõem a universidade é algo que a cada dia deve sair da dimensão da teoria e partir para o cotidiano e ser vivido, vivenciado e experimentado a partir do momento que tomamos como premissa que a cultura é inerente ao indivíduo e à sociedade.

No modelo de universidade em curso no Brasil, existem, no entanto, dificuldades de superar a lógica tecnicista que impede as dimensões de atuarem de forma interdisciplinar, transdisciplinar e indissociável. Isso ocorre, muitas vezes, em decorrência do fato de que o docente universitário não dá conta de executar ações e projetos que permeiam mais de uma dimensão universitária, e por outras vezes, pela formação acadêmica tradicional que obteve e a qual supervalorizou uma dimensão em detrimento das outras (*Loco citato*). Em consonância,




Morin (2000, p. 9-10) corrobora dizendo que a universidade “conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias e valores que acaba por ter um efeito regenerador, porque a universidade se incumbe de reexaminá-la, atualizá-la e transmiti-la.” Ao mesmo tempo em que a própria universidade “gera saberes ideias e valores que, posteriormente, farão parte dessa mesma herança. Por isso, que a universidade é conservadora, regeneradora e geradora”.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura deve estarem articuladas para permitir ações que produzam interdisciplinaridade e busquem a minimização da dicotomia da teoria e da prática e estimulem os processos de aprendizagem que enfatizem uma vivência universitária humanamente integral. Essa indissociabilidade também contribui para enfraquecer formas de poder enraizados na universidade e que se impregnou nos dias atuais. Ou seja, a ausência dessa indissociabilidade rompe com os objetivos e princípios da universidade brasileira. (UFCA, 2019)

Necessário se faz entender que tal indissociabilidade não é algo que pode ser forçada, mas entendida como dinâmica, interativa, que reflita a realidade da universidade. Devemos, nesse caso, estar atentos para compreender tal dinamicidade e interação. Contudo, deve-se, ser estimulada e potencializada as iniciativas que buscam evidenciar a essência da relação da cultura com as demais dimensões da universidade. Nesse sentido, “é importante destacar o potencial que a cultura possui para transversalizar todos os temas que habitam na universidade, e de articular no seu interior temas como economia, desenvolvimento, direitos humanos, artes e outros”. (UFCA, 2019, p. 48)

CURRICULARIZAÇÃO DA CULTURA

Curriculum em grego se refere a “pista de corrida”, trajetória ou um caminho a percorrer. As teorias tradicionais, críticas e pós-críticas do currículo já possuem diversos estudos no campo da Educação. Durante muito tempo, a visão tradicional ou técnica do currículo associava as disciplinas a um ensino puramente técnico e mecanicista, uma vez que o sistema industrial, as regras da produção em massa e o trabalho repetitivo estavam atrelado ao sistema de ensino e para este ditava as regras. Conseqüentemente, o currículo se elaborava a partir de um viés burocrático, centrado na figura do professor e desprovido de qualquer reflexão (UFCA, 2049). Ou seja, “O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo” (SILVA, 2002, p. 15).



As teorias críticas surgiram com uma perspectiva diferente à lógica da teoria tradicional. Baseavam-se em ideias marxistas, na Escola de Frankfurt e em outras ideias de importantes nomes da década de 1960, como Bourdieu e Althusser. No contexto das ideias tradicionais sobre currículo se viam mecanismos de reprodução e legitimação do poder simbólico, assim como a reprodução das desigualdades sociais e educacionais, e por isso, dentre outras ideias, as teorias críticas nasceram a partir de movimentos relacionados a inquietações, insatisfações e questionamentos das ideias tecnicistas e da lógica estabelecida pelo currículo tradicional.


No cerne das concepções multiculturais surgem as teorias pós-críticas que tem como olhar as questões de gênero, étnicas e culturais. Na seleção de conhecimentos, essas teorias não se limitam à pergunta “o quê?”, mas amplia a questão para “o por quê?”. Por que esse conhecimento e não outro? O que está por trás dessas escolhas? As teorias críticas e pós-críticas do currículo se interessam pela relação entre saber, identidade e poder (SILVA, 2002, p. 16-17).

A cultura e as manifestações culturais, no sentido amplo, devem fazer parte do contexto pedagógico no ambiente universitário, uma vez que não se pode fugir desta premissa se consideramos um indivíduo um ser social. Se entendemos que o currículo é construído por meio de seleção de conhecimentos a partir de relações de poder, evidenciamos que os diversos conhecimentos e as experiências vividas no ambiente universitário estão carregados de aspectos culturais, seja dos estudantes, seja dos docentes.

Quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. (SILVA, 2002, p. 15-16)

Os saberes, seja científico ou não, é transversalizado pela cultura por ser carregado questões sociais e culturais. Assim, a produção do conhecimento em várias épocas se entrelaçam questões sociais e culturais e contextos. Por isso, não seria adequado dissociar a produção do conhecimento dos aspectos culturais, sobretudo daqueles aspectos em que se entrelaçaram.

Boaventura de Sousa Santos (2010) enriquece a discussão afirmando que a ciência moderna neutralizou os diversos conhecimentos que se encontram fora dos parâmetros científicos e do capitalismo. Esses conhecimentos foram marginalizados. A ciência moderna,



que é um tipo de conhecimento, reivindicou o monopólio do conhecimento válido e rigoroso com a justificativa de ser fonte de progresso e desenvolvimento capitalista (SANTOS, 2010, p. 155). Para tanto, o autor nos indica um caminho por meio do que ele chama de “Ecologia de Saberes”:

Na ecologia de saberes a vontade é guiada por várias bússolas com múltiplas orientações. Não há critérios absolutos nem monopólios de verdade. Cada saber é portador da sua epistemologia pessoal. Nestas condições não é possível seguir uma só bússola. É possível avaliar a possível contribuição de cada uma das diferentes áreas, ou momentos ou para diferentes objectivos. [...] As escolhas permanentes resultam de que nenhuma intervenção no real, a partir de um só tipo de conhecimento, tem acesso à realidade toda. (p. 165)


De forma simples e direta, Teixeira Coelho diz que “Cultura significa que esta cultura quer conversar com aquela outra que está distante, que parece distante, que surge como longínqua e estranha” (COELHO, 2007, p. 20).

Desse modo, entende-se, no âmbito do Plano de Cultura, que as questões culturais pode fazer parte do ambiente pedagógico e estratégias de ensino e aprendizagem, sobretudo por considerar que a cultura pode compor a formação do indivíduo, e, portanto, pode fazer parte currículo explícito e legitimado a partir de uma olha multiculturalista.(UFCA, 2019)

As possibilidades metodológicas direcionadas para o ensino podem ser ampliadas por meio da interação com as manifestações culturais e artísticas. Isto pode potencializar a aprendizagem dos conhecimentos no ambiente universitário. “Neste sentido, as artes, os saberes populares, [...] e demais outros aspectos que os indivíduos vivenciam podem se constituir como estratégias metodológicas com fins de trabalhar tanto a aplicação destes conhecimentos como para legitimar a aprendizagem”. (UFCA, 2019)

Deve-se, nesse sentido, compreender a inserção da curricularização cultura e das artes com reflexão crítica e política no contexto da aprendizagem e para além de um viés tecnicista, mecânica, se afastando da legitimação das desigualdades. Deve-se ainda, no âmbito acadêmico, buscar uma proposta curricular multiculturalista, enfatizando o respeito aos saberes de cada área do conhecimento e em cada proposta metodológica. Assim, portanto, pode-se transpor aos questionamentos de transformação da cultura e sua curricularização a redução de somente uma ferramenta metodológica ou “muleta” para a sala de aula.

A Curricularização da cultura ainda é algo novo no Brasil. No ano de 2017, a Pró-reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri iniciou o debate sobre a proposta de Curricularização da cultura. Em 2018 inicia a implantação de ações para concretizar junto



aos Cursos de Graduação buscando a interação dos aspectos culturais em disciplinas no de graduação. Isso resultou em edital cujo foco era a proposição de projetos que buscava essa interação, e que já levava a concepção da curricularização da cultura. O edital é aberto para a proposição dos professores que estão no efetivo exercício da docência e que trouxessem as artes e a cultura articulada com suas disciplinas, nas diversas áreas do conhecimento. Buscava-se nessas proposições

Esses projetos tinham foco na busca do diálogo entre os saberes acadêmicos e populares, na promoção da indissociabilidade da cultura com o ensino, no fomento de novas metodologias de ensino, no combate à evasão discente e no estímulo à vivência e à reflexão da dimensão cultural e artística na universidade. (UFCA, 2019)

Outra ação decorrente da ideia de curricularização da cultura e realizada em parceria Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI), é o projeto Diálogos Transversais que, através do qual, são convidados dois professores e um mediador para debater o mesmo tema pelo prisma das ciências exatas e da cultura. Os professores convidados se responsabilizavam de levar os alunos de suas disciplinas para receberem uma aula “diferente” sobre o assunto.

As chamadas “disciplinas livres” também surgiu em 2018 como uma ação de implantação de curricularização da cultura na UFCA. A PROCULT oferta de disciplinas para os alunos de graduação com temas e conteúdos transversais e complementares as diversas áreas com objetivo de “integralizar na formação dos estudantes como um saber interdisciplinar e transversal ao conhecimento estudado no seu curso de graduação” (UFCA, 2019). Ou seja, são disciplinas que não estão diretamente ligadas a um fluxograma curricular específico de um curso, mas transversal a diversos cursos e por isso, de ser ofertado por uma pró-reitoria e não pode uma unidade acadêmica, faculdade, departamento ou curso.

Alguns exemplos de disciplinas já ofertadas até o momento foram “*Corpo e Cidade*” e “*Educação, Cultura e História Africana e Afro-brasileira*”, as quais já ocorreram em várias edições. Os temas são debatidos em um fórum aberto antes de realizar oficialmente a oferta. Essa proposta se coaduna diretamente com um dos princípios do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI): “Reconhecimento das atividades artísticas, culturais e esportivas como fundamentais para a formação da comunidade universitária” (UFCA, 2017).

Por fim, o objetivo com isto não é usurpar as unidades acadêmicas, faculdades ou curso de sua função de ofertar curricular de disciplinas para ser assumida pelas pró-reitorias, mas de ser mais uma integralização formativa e transversal para os estudantes da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de elaboração de um documento da relevância do Plano de Cultura trouxe aos envolvidos uma reflexão sobre as políticas que vinham sendo desenvolvidas. Nesse processo, pudemos ratificar, por consequência de reflexão, a necessidade e importância de várias ações que ocorrem desde 2013. Percebemos o oposto para outras tantas ações. Isso fez com que houvesse uma avaliação conceitual das políticas executadas que levaram a dar transparência aos motivos pelas escolhas de gestão até hoje adotadas.

O planejamento para o futuro foi também um aspecto relevante para a gestão cultural na Pró-reitoria de Cultura da UFCA. Antes, o planejamento ocorria para um curto prazo. Com a elaboração do Plano, foi necessário planejar e olhar para um horizonte de médio e longo prazo. Isto provoca uma necessidade ampliada de planejamento, de escolhas de prioridades e de um debate acerca do papel de um setor de cultura numa universidade pública.

A reflexão e o debate sobre o papel de um setor de cultura numa IES pública suscitaram questões acerca da gestão e das políticas culturais nesse tipo de instituição, principalmente quando este setor se reconhece que não deve se limitar a produção de eventos ou de entretenimento. O setor de cultura de uma IES também deve olhar para a formação, a pesquisa, a extensão e as influências que exerce na região a qual está inserida. Isto já se diferencia de setores de cultura existentes nos órgãos municipais e estaduais, como as secretarias de cultura.

A produção do Plano também suscitou na reflexão acerca da atuação da PROCULT no tocante à pesquisa, a formação em cultura e a fruição artística. Levantaram-se questões importantes referentes às ações e políticas desenvolvidas para aperfeiçoar e ampliar o alcance e o impacto da atuação nesses campos.

Por fim, a curricularização da cultura, diferentemente do que ocorre com a curricularização ou integralização da extensão, foi um tema inovador que provocou inúmeras reflexões sobre possibilidades pedagógicas e de enriquecimento curricular no âmbito do ensino. Isto porque não podemos esquecer que estamos numa instituição em que uma de suas principais finalidades é o ensino de graduação. A cultura nesse contexto não pode se eximir de participar dessa finalidade, obedecendo seus princípios, conceitos e o seu papel dentro da UFCA.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas Culturais: teoria e práxis*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p.96-103.

BOURDIEU. Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica no campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CALABRE, Lia. Gestão Cultural municipal na contemporaneidade. In: CALABRE, Lia (Org.) *Políticas culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de RuiBarbosa, 2009. p.80-90.

COELHO, Teixeira. Política Cultural em Nova Chave. In: Revista Observatório Itaú Cultural/OIC – n. 3 (set./dez. 2007). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007, p. 9-21.

FERREIRA. Luzia A. Políticas públicas de Cultura. In: CALABRE, Lia. (org) *Políticas culturais: reflexões e ações*. – São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p.59-68.

MORIN, Edgar. Complexidade e transdisciplinariedade: a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: EDUFRN, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARAIVA, Enrique. Gestão da Cultura e a cultura da gestão: a importância da capacitação de administradores culturais. In: BARROS, José Márcio & OLIVEIRA JR. José (org.). *Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural*. – Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011, p. 25-35.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica. 2002.

UFCA, Plano de Cultura. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2019.

UFCA, Plano de Desenvolvimento Institucional. Juazeiro do Norte: Universidade Federal doCariri, 2017

CAPÍTULO 8

SOM DA CALÇADA: VIVÊNCIAS, HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DA RUA

Leila Carine dos Reis Conceição, Mestranda no Programa de Pós-Graduação, Planejamento Territorial PLANTERR, UEFS

Maria de Fátima Santos de Jesus, Graduanda em Estudos de Gênero e Diversidade, UFBA

RESUMO


O Som da Calçada, idealizado por Mafá Santos, bacharelada em Gênero e Diversidade/UFBA, foi construído por muitas mãos, com o devido destaque às mulheres em situação e/ou trajetória de rua. Desenvolvido em parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), através da Chamada Pública Mulheres Negras e Populares: Traçando Caminhos, Construindo Direito, objetivou constituir espaços de reflexão de saberes para mulheres que viviam ou que tinham trajetória de rua na cidade de Salvador/BA. Foram realizadas, entre os anos de 2016 e 2017, construímos oficinas que buscaram ampliar os conhecimentos de mulheres que frequentavam o Movimento de População de Rua de Salvador (MPR/SSA) contribuindo para uma postura política junto ao movimento. A metodologia foi dividida em oficinas de artesanato, teatro, construção de instrumentos com papelão, diálogos étnico-raciais e de gênero. Sendo o corpo fixo do projeto, as oficinas de música que culminaram em uma apresentação artística ao término do projeto. Esse artigo é um relato de experiência sobre uma gestação de nove meses, fértil de escuta, estreitamentos de laços, aprendizados e contrações de possibilidades futuras pela arte-educação.

PALAVRAS-CHAVE: população em situação de rua; mulher; desigualdade social

1. INTRODUÇÃO

Este texto é adaptação do artigo, de mesmo nome, apresentado no Grupo de Trabalho Gênero e Relações Étnico-raciais e publicado nos anais do XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – XX REDOR, que aconteceu em Salvador/BA de 04 a 07 de dezembro de 2018.

A partir de uma "ori-entação", como afirma Carla Akotirene (2018), a ação consciente do ori-cabeça, escolhemos a cosmovisão africana e diaspórica para pensarmos as existências das mulheres em situação ou com trajetória de rua, conseqüentemente é dessa ori-entação que nasce o projeto de arte-educação Som da Calçada. Começar a narrar às experiências dessa construção, faz-se necessário saudar a terra que pisamos, visto que esta para nós é símbolo da



força, fertilidade, resistência, resiliência e beleza, assim como as mulheres que convivemos durante a gestação (9 meses) de execução do projeto.


Em seguida pedimos licença para saudar a Maria Lucia Pereira em nome das ancestrais e das mais velhas, pois nada é feito sem as bênçãos dos passos que nos antecedem, principalmente quando estas (estes) voltaram a sua massa ancestral de existência, como nos lembra o professor Jayro de Jesus sobre a visão dos yorùbá africanos em diáspora sobre a morte. Maria Lúcia viveu dezesseis anos nas ruas, construiu e foi à Coordenadora Nacional do Movimento de População de Rua de Salvador até o dia que se despediu de Àiyé . Palavra da língua yorùbá que, na filosofia deste povo, é a Terra ou o mundo físico/material, paralelo ao Òrun, mundo espiritual.

Tiene (2004) afirma que historicamente às mulheres foi negada uma identidade e que atualmente, em diversos lugares isso não mudou. Refletir sobre essa identidade negada, é situá-la como resultado de um processo de diferenciação, que acarreta em diferenças simbólicas e materiais entre diferentes grupos sociais. A população em situação de rua é um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema e a quebra dos vínculos familiares. A este grupo são negados direitos fundamentais, tais como saúde, educação, trabalho e lazer. No interior desse grupo encontram-se as mulheres, que são caracterizadas como um dos segmentos mais vulnerabilizados da sociedade, sendo tal situação, reflexo da estrutura histórica racista e patriarcal, e principalmente da assimetria entre gêneros. Refletir sobre os contextos que permeiam a vida das mulheres em situação de rua na cidade de Salvador-BA, antepõem algumas questões – dentre estas, situar as mulheres em um contexto de exclusão, nitidamente racializado. Nesse ponto, é preciso agradecer as protagonistas deste processo, que muito nos ensinou, enriqueceu e transformou a todas e todos que construíram e acompanharam o projeto.

2.YALODÊS, GELEDÊS, AMAZONAS...

Eu gostei de todos os oficinairos, eles foram muito legais com a gente, em outros lugares que eu fazia curso ninguém deixava as bolsas à vontade como vocês, tinha sempre o preconceito por a gente ser de rua – Integrante do Projeto Som da Calçada (2017).

O público alvo do Som da Calçada, a população em situação de rua, tem como uma das suas características o caráter migratório, este fator incidiu diretamente na permanência das mulheres ao longo do desenvolvimento das atividades. Iniciamos o projeto com 20 mulheres, sendo 19 cisgênera e uma transgênera. Dessas 18 se declararam pretas ou pardas. Quanto à




idade, 9 estavam na faixa etária entre 20 a 39 anos, 8 entre 40 e 59 anos e 3 tinham 60 anos ou mais. Quando questionadas se tinham filhos, apenas 3 disseram que não, 3 responderam que tinham pelo menos 1 filho e as demais tinham dois filhos ou mais. Das 20 mulheres, 14 estavam em um relacionamento afetivo, um dado que contrapõe pesquisas oficiais sobre organização familiar na Bahia, que apontam a predominância de modelos matricentrado, sem a presença masculina entre a população negro-mestiça em Salvador (PACHECO, 2013). Entretanto, essa informação segue as inferências e resultados de estudos sobre as estratégias de sobrevivência de mulheres em situação de rua, que apontam a busca por relacionamentos afetivos como “garantia” de segurança nos espaços da rua. Um ponto de destaque é o número de mulheres que chegam ao final do projeto, como analisa Maria Lúcia, a coordenadora do MPR/SSA.

Apesar do projeto Som na Calçada ter começado com a quantidade de mulheres e ter finalizado com um grupo muito menor, eu não vejo como isso tudo perdido porque pôde trazer para a gente feridas mais profundas e individuais que precisavam ser mais trabalhadas para poder preparar elas para um novo ciclo de vida; O projeto som na calçada, mesmo sem perceber teve aquele “Q” de Psicologia dentro do projeto para poder expor então seguiu justamente aquelas que tinham mais tranquilidade para serem trabalhadas, mas também sustentou aquelas que a gente não conseguia perceber tanto, e que precisava de atenção mais séria, e uma atenção mais voltada para essas pessoas, e que deu justamente produtos para que a equipe técnica pudesse trabalhar mais em relação às pessoas. Maria Lucia Pereira – Coordenadora Nacional do Movimento de População em Situação de Rua (2016).

Nas etapas finais do projeto 6 mulheres estavam na construção e permaneceram até o encerramento. Não conseguimos delimitar os motivos que sustentaram as seis mulheres até o final do projeto, mas é possível elencar como adversidades vivenciadas por elas; o parto, “corres/bicos”, as diversas violências vividas na rua e o retorno para cidade natal como condicionantes da evasão, segundo justificativa das próprias mulheres ao decorrer do curso. Nós, 4 mulheres negras, oriundas de periferias de Salvador, estávamos ali, colocando em prática um sonho, que tinha início e caminho, mas sem final definido. É certo que seguimos com corações tranquilos, pois se tem uma coisa que a rua nos ensinou é a ter paciência com o tempo de ser e existir de cada um/uma.

O primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2007-2008), desenvolvido em 71 cidades, identificou que 31.992 brasileiros tinham as ruas como moradia e retirada de sustento. Dessas pessoas, 2% eram mulheres e 80% eram homens. Em Salvador, segundo esta pesquisa, das 3.289 pessoas nesta situação, 22% eram mulheres. Desenvolver um projeto com essas interlocutoras possibilitou demarcar a polissemia das mulheres que compõem esse grupo populacional, colocando-as como construtoras dos




espaços de reflexão, rompendo com silêncios instituídos historicamente para aqueles e aquelas que foram subalternizados, corroborando para o que a filósofa Djamila Ribeiro (2017) define como “ lugar de fala”.

Carneiro (2001) destaca que ao refletir sobre “mulher”, é preciso entender que mulheres são essas. Neste ponto, destaco que proponho teorizar sobre gênero numa perspectiva afrocentrada, assim alerta sobre a criticidade necessária ao adotar tais categorias (mulher e gênero) que em grande medida são utilizadas numa perspectiva colonial. Situo que utilizo a palavra “mulher” entre aspas com a intenção de demarcar que esse é um conceito, mas especificamente um conceito ocidental. É oportuno destacar que “mulheres” de grupos sociais distintos vivem de maneiras diferentes, dialogam com a performance de gênero de múltiplas formas e ritmos variados, pois partiram de patamares desiguais e, no desenrolar dos acontecimentos, não caminharam juntas nem no mesmo passo, e com nítidos privilégios para umas e exclusão para outras (NAPOMUCENO, 2013). Pimentel (2011) dialogando com Werneck (2002) situa que ao contrário da mulher branca que vivia a bordar, dar ordens aos escravizados e servir seu marido e senhor, a mulher negra sempre assumiu o papel de aglutinadora e provedora da família. Djamila Ribeiro (2017) assinala que essa é uma questão estrutural, pois não se trata de afirmar experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam, restringem oportunidades.

Como é observado por Bonfim (2009), o processo de colonização e escravização, assim como, outrora a substituição populacional, espria nas sociedades a lógica de hierarquização sexual e racial, um dado concreto que tem atravessado os tempos. Retomar os aspectos históricos e culturais do país e da cidade possibilita entender uma das expressões do capitalismo – a questão social – pois está apresenta aspectos políticos, econômicos e culturais, e reverbera na vida de homens e mulheres. Visto que, Carvalho (2016) dialogando com Ianni (2004), pontua que a questão social no Brasil surge da liberação dos negros e negras escravizadas no pós-abolição, diante do surgimento do trabalhador livre são expropriados desse trabalho e não são absorvidos pela industrialização. Esses acontecimentos contribuíram diretamente, colocando pessoas a viver em situação de rua.

O objetivo desse artigo é relatar a experiência de construção de um trabalho conjunto com mulheres em situação e com trajetória de rua. Um projeto construído a muitas mãos, onde todas puderam auxiliar na construção das oficinas, sugerindo mudanças e adaptações ao longo do processo. Ao final das oficinas às mulheres construíram os instrumentos musicais, e



tocaram as composições aprendidas no decorrer das aulas, numa celebração de encerramento de nossas atividades.

3. METODOLOGIA


As atividades foram desenvolvidas no período de 17 de setembro de 2016 a 26 de abril de 2017, organizadas em três blocos: Musicando, Diálogos sobre Gênero e Saúde; Voz e cor, Construção Reciclada. Nestes blocos foram desenvolvidas atividades de arte-educação, que como afirma o Coordenador da Rede Brasileira de Arte-educadores Ney Wendell, é o “processo pedagógico que se utiliza da ferramenta artística para uma educação dedicada ao ser humano em suas habilidades criativas, suas relações emocionais, sua manifestação potencial e sua sociabilidade” (DE CARVALHO VILLAÇA, 2014, p.82). Os blocos de atividades foram operacionalizados pelas oficinas de artesanato, teatro, construção de instrumentos com papelões, diálogos sobre gênero e raça, e as aulas de música que foi o corpo fixo do projeto, e que por isso se intercalava e repetia ao longo de todo o projeto, no intuito de instrumentalizar as mulheres para a atividade final do projeto, a apresentação musical, que utilizaria os instrumentos construídos por elas.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O Som da Calçada foi uma experiência de arte-educação, um instrumento para dialogar com a realidade das “mulheres”, interlocutoras do projeto, que utilizou a liberdade característica as expressões artísticas para inverter, deslocar e ressignificar relações emocionais, habilidades criativas e sociabilidades. Para tanto, foram realizadas oficinas que buscaram ampliar os conhecimentos de mulheres que frequentavam o Movimento de População de Rua de Salvador contribuindo para uma postura política junto a este movimento social. As atividades foram distribuídas em oficinas de artesanato, teatro, construção de instrumentos com papelão, diálogos étnico-raciais e de gênero. Sendo o corpo fixo do projeto, as oficinas de música que culminaram em uma apresentação artística ao término do projeto, como pode ser observado nos tópicos que seguem.

4.1 Musicando

A oficina de experimentação percussiva utilizou em primeira instância a metodologia de percussão corporal com intuito de permitir que as mulheres experimentassem o contato com o seu corpo, resgatando a relação desestabilizadas durante o processo de situação ou trajetória de rua.



A partir do processo de autoconhecimento corporal, fomos à prática nos instrumentos construídos na oficina de “Construção Reciclada”, visando ambientar e ensinar a técnica percussiva o “sim” e o “não” iniciais foi aos poucos dando espaço aos ritmos das batucadas do pelourinho (levada, samba-reggae, reggae). Selamos uma parceria com o projeto Bandodipapel que disponibilizou o Centro Juvenil de Ciência e Cultura – CJCC, no Colégio Estadual Central. As oficinas ocorreram duas vezes por semana, na parte da tarde nesse espaço.


Em dois meses de oficinas, debruçadas sobre percussão foi possível perceber o avanço e a motivação das mulheres, resultando em frases como essas: quando estou aqui, esqueço de qualquer coisa” (Izabel Milano, 2016), e está “catei latinha na festa do Bonfim, e eu vim de ‘virote’ pra batucar, depois eu durmo”(Helenice, 2016). A receptividade das mulheres a música surpreendeu a idealizadora do projeto, pois está tinha receios em relação a não despertar o interesse nas mulheres.

4.2 Voz & Cor

Teve como proposta a transversalização das linguagens artísticas e, como foco, a música e a pintura para valorização da identidade social, cultural, racial, de gênero e outras. Além da parte da valorização de si. A oficina proporcionou o aprendizado da técnica de pintura em tecido, como possibilidade de geração de renda. As mulheres confeccionaram suas próprias estampas, inspirando-se na sua cultura, na sua identidade, dando voz a sua beleza. Nesse momento foi trabalhada a memória, a valorização do eu, soltando a voz e materializando no papel e caneta. Na perspectiva de transversalizar gênero e raça no desenvolvimento do projeto, não só nos conteúdos das oficinas, incorporamos entre os oficinairos um homem trans negro, por entendermos que a mudança começa pelo exemplo.

No desenvolvimento do projeto, tivemos também a oportunidade de ter uma mulher trans entre as participantes. O que é enriquecedor para o debate de gênero e diversidade proposto, além do fortalecimento dos laços na própria comunidade. Situação que foi possível observar ao longo do projeto, um exemplo disso, é a fala de um dos colaboradores de atividades do projeto, diante do aprendizado e da troca que o Som da Calçada oportunizou para ele:

Mafá, acordei nesse instante velho, tava cansado... Porra, gratidão esse convite p fazer esse corre de hj ,junto com vcs viu?! A vivência q hjvc me proporcionou (com certeza) vai marcar minha vida. Aquelas crianças mais espertas que eu, dona Júlia com



aquele acolhimento todo ♡ Não sei dimensionar e tb nem quero o quanto esse projeto q acolhe essas mulheres, seus filhos, companheiros marcará a vida delas, mas só posso dizer o quão foi importante p mim q passei poucas horas, imagina p elas e eles?!

AFÊ MARIA, MÁXIMO RESPEITO, VIU?! DE VERDADE MESMOOO!!!!
<3<3<3<3 tô aqui escrevendo isso, querendo escrever muito mais, mas estou emocionado e não tô conseguindo desenvolver o que eu queria rrsrs. **Elton**-Colaborador de atividades no projeto (2017).

4.3 Diálogos sobre Gênero e Saúde

Nesta oficina, o propósito foi integrar as linguagens artísticas para o desenvolvimento das temáticas de saúde, prevenção, autocuidado, sexualidade, corresponsabilização, saúde reprodutiva, prevenção das DSTs, HIV/AIDS, Álcool e outras drogas, Gênero, Raça/Etnias, Lei Maria da Penha e Femicídio.


Como caminhos para construir tais diálogos, foram desenvolvidas rodas de conversas, debates e exposições didáticas dos temas abordados. Uma colcha de retalhos com diversos temas que transversalizavam a partir das falas e experiências das interlocutoras.

4.4 Onà

Durante todo o processo aconteceram mudanças de natureza variadas, desde o esvaziamento das oficinas, mudança de local das atividades à alteração de cronograma. No tocante ao espaço físico do Movimento de População em Situação de RUA – MPR/SSA, onde as aulas aconteciam desde o início, foram necessárias mudanças, principalmente, em relação a questões estruturais, que implicam na dificuldade de reverberar som no espaço quando ocorriam outras atividades.

Como alternativa, fomos aos pés de Ogum e Oxalá para nos ajudar a concluir o processo, quando pensamos nesses momentos lembramos da palavra Oná, que em yorubá significa caminhos, pois foram estes caminhos, de ori-entação ancestral que deram direcionamento às atividades. Firmamos parceria com a Associação Filhos de Gandhi, visto que, nesse momento passaríamos a utilização dos instrumentos e desenvolvimento de técnicas percussivas.

A alimentação foi responsável por muitos momentos difíceis durante o projeto. Primeiro por entendermos a dificuldade de muitas pessoas em situação de rua em encontrar ao menos uma refeição ao dia e, por outro lado, o valor que havíamos destinados a cada integrante do projeto subsidiária um lanche apenas. Um dos grandes aprendizados que



tivemos ao longo do processo – num projeto como esse foi as fomes a serem aplacadas são das mais diversas, mas antes que todas as outras sejam atendidas, a fome de “comida” precisa ser prioridade. O que nos levou a uma discussão em grupo, junto às mulheres, no que se refere ao fornecimento de almoço em detrimento de lanche, ficou acordado que se juntássemos o valor destinado a cada mulher, para dois dias de oficina, poderíamos fornecer almoço e garantir uma refeição completa nos dias de projeto. Assim fizemos, passamos a nos responsabilizar também por isso, porque o orçamento não comportava contratar uma empresa ou mão de obra para fornecer os almoços, passamos a comprar e preparar a alimentação para as mulheres e seus filhos. Sobre a capacidade do projeto Som da Calçada para responder as diversas demandas:


O Som da Calçada acalenta o coração de quem dá vida só recebeu ilusão! Traz a alegria há tempo perdida, pois seus tambores lembram que a vida ainda tem ritmo, ainda tem som, e um som bonito, um som que precisa rufar e gritar pra todo mundo escutar. **Ana Carla**, analista técnica da Defensoria Pública do Estado da Bahia (2017).

Como tudo no projeto, a perspectiva da rua deu outras dimensões a coisas simples e corriqueiras, a comida ofertada era mais do que alimento para o corpo físico, proporcionava momentos de comunhão e confraternização. Para o povo yorubá, o nome dado é Ajeum, a junção das palavras awa (nós) e jeun ou jé (comer), tendo como sentido final “comer juntas”, era assim, de maneira solene nos fortalecíamos e continuávamos o aprendizado iniciado na oficina no turno da manhã.

4.5 Àlejò

Mães e suas crias na rua? É, pois é... Tivemos sim! Porque não pensar nisso? Inexperiência com projetos? Acreditar ser improvável essa realidade na rua? Não contemplamos no pensar inicial do projeto – nós, mulheres negras construindo projeto junto a mulheres negras em situação de rua – isso só demonstra que a polissemia do sermulher abre espaços, e esses espaços precisam ser ponto de reflexão para que não sejam disjunção. Mães com uma ou duas crianças frequentavam as atividades, o que fazer se não contemplamos essas crianças no projeto? Precisávamos pensar uma alternativa!

Traçamos a estratégia de contatar, via rede social, pessoas que pudessem contribuir com o projeto através de atividades com as crianças, doação de brinquedos e jogos educativos. É com a acolhida desses convidados, nossos àlejò que ajustamos essa nova demanda do projeto. Em pouco tempo já tínhamos conseguido montar uma pequena rede que nos auxiliou em um espaço avizinado, ficando com as crianças, enquanto suas mães



assistiam às aulas na sala da frente da área do Movimento de População de Rua. Algumas crianças se adaptaram ao modelo de espaço, porém os menores ficavam mais tranquilos quando estavam próximos às mães. No fim tudo se ajustou, e as atividades seguiram com a certeza de que projetos com mulheres mães precisam desenvolver uma estrutura que abarque confortavelmente seus filhos e assim consiga acolher as mães de maneira satisfatória, como afirma uma de nossas interlocutoras, “está sendo muito legal fazer e trazer meu filho, eles são muito presos, então ele fica ansioso para vim”. **Neguinha** – Integrante do Projeto Som da Calçada (2016).

Dentre nossos àlejó estão a empresa Euzaria, que nos visitou e ofertou a oficina lambe-lambe, e passou uma manhã interagindo com as mulheres e crianças, a partir de muita música, conversas e construção de arte. Este dia nos ajudou por proporcionar um momento de interação entre as mães e seus filhos e estreitar os laços com todas (os) envolvidas (os).

Contamos também com o apoio a empresa Kanaombo que confecciona bonecas Abayomis e bonecas de pano com referência africana e da diáspora. Um momento intenso, de troca de conhecimento, com a convidada, as interlocutoras construíram suas próprias bonecas e chaveiro, além de terem contato com a história ancestral que acompanha a boneca Abayomi e conseqüentemente, levantaram diálogos sobre suas referências ancestrais.

O resultado da oficina com Abayomi reverberou em diversas atividades, pois o assunto acabou sendo desenvolvido por muito tempo, desembocamos na relação/referência que cada uma tinha com suas mães, possibilitando mais um momento de construção de vínculos. Construída através de uma ciranda, que dizia: “Eu vim do ventre da minha mãe/ ela me deu semente boa/cobriu meu corpo/ espalhou benção/ sou plantadeira de semente boa” (procedimento feito em forma de roda com as participantes executando). Este conteúdo foi utilizado para problematizar as relações maternas e começar a trilhar o caminho do autoconhecimento como instrumento de apoio na desconstrução dos estigmas sobre seus corpos que são vistos como “sem valor”, no que se refere a serem descartáveis, incômodo, objetificado e hipersexualizado.

Tivemos também a Oficina de Fotografia como instrumento para trabalhar o se “vê” (imagem) e as habilidades no manuseio da máquina. Afinal, a rua é um mundo com muitas pessoas que precisam apenas de oportunidade para deixar seus talentos bailarem.

5. É SOBRE A RUA, VAMOS PRA RUA!

Realizamos quatro atividades externas, a primeira foi direcionada ao Museu de Arqueologia e Etnologia, onde puderam conhecer a história dos primeiros habitantes do Brasil e também as referências e manifestações de África e diáspora no MAFRO - Museu Afro Brasileiro, localizado no Terreiro de Jesus, Pelourinho/Salvador-Ba.

Na segunda atividade fomos à praia, um momento de descontração e interação, mesmo com a dificuldade climática (um dia de muita chuva) lembramos desse dia com risos, uma das recordações de como o Som da Calçada foi de axé, fizemos uma festa banhada por águas doce e salgada – uma vez que água é orixá, é Osun e Yemanjá, fundamento ancestral para nós mulheres negras que construímos esse projeto.


Na terceira atividade externa, fomos ao teatro assistir e participar da peça Lótus, espetáculo que compôs o primeiro Fórum de Artes Negras (UFBA). Foi gratificante estar com as mulheres neste Fórum e dialogar com a importância da construção histórica/racial que condiciona a população negra a processos de desumanização e retiradas de direitos, que resultam na ocupação das ruas como moradia.

6. CONCLUSÃO: Uma Encruzilhada, não um fim

Não consideramos o encerramento das atividades do projeto um final, mas a abertura de possibilidades, uma encruzilhada, novos caminhos, como nos aponta a coordenadora Nacional do Movimento de População em Situação de Rua, Maria Lúcia Pereira, ao refletir sobre as conquistas para as mulheres que construíram o projeto:

No dia do encerramento, vê-las no palco dos filhos de gandhy, lindas pintadas de maquiagens, já passaram pelo meio das pessoas como se fossem rainhas, a cabeça erguida e quando tomaram os seus lugares nos instrumentos que elas mesmos confeccionaram, momento mágico, elas tocaram divinamente, eu não me contive, chorei do começo ao fim porque na minha memória veio justamente como essas mulheres chegaram tão debilitadas, com a cabeça baixa...essa altivez com que elas passaram pelo meio do público como verdadeiras artistas, belas rainhas passando com olhares entrosados tomando seus lugares pegando suas batucas e fazendo som com harmonia.. isso era um sonho de vitória, era um sonho de libertação mas principalmente, era repleto de orgulho. **Maria Lucia Pereira** – Coordenadora Nacional do Movimento de População em Situação de Rua (2017)

Akotirene (2018) nos recorda que é Exu, divindade africana da comunicação, que é também senhor da encruzilhada e do que ela definiu de socorro epistêmico – a interseccionalidade. Uma possibilidade de ampliar a visão sobre os acidentes causados pelas colisões das estruturas de opressão. A intelectual afirma que é preciso entender que há uma



matriz colonial moderna, responsável por relações de poder interligadas por múltiplas estruturas, sendo necessária atenção política para tal questão. É esse socorro que nos permite compreender que em um cenário de tantos não, que reverberam em muitas disparidades, ações como o Som da Calçada são um grão de direitos em meio a uma imensidão de iniquidades. Entretanto, como afirma Tiene (2004), na busca por mudanças radicais nas relações econômicas, políticas e sociais, a dignidade das pessoas deve, pelo menos, ser preservada.

O Som da Calçada é semente que foi plantada por muitas mãos, sendo necessária terra fértil para que sejam bons seus frutos. Há muito a ser feito, projetos são bons, mas pontuais, acreditamos que a mudança efetiva virá por políticas públicas que proponham mudanças reais, sejam menos focalistas e mais polissêmicas, dando conta assim das diversas realidades que compõem as ruas desse país.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla; O que é interseccionalidade?; Coordenação Djamilia Ribeiro. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2018.

BONFIM, Vânia Maria da Silva. **A identidade contraditória da mulher negrabrasileira: bases históricas. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, p. 219-249, 2009

BRASIL. Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua. MDS, Brasília, 2007a.


BRASIL. Política Nacional para a População em Situação de Rua. MDS, Brasília, 2009b.

CARNEIRO, S.; **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero**, Revista LOLA Press nº 16, novembro 2001. Disponível em: <https://bityli.com/b3dhh> Acesso em: 15 jul. 2018

CARVALHO, Sandra Moreira Costa de; **População Adulta em Situação de Rua e o Acesso à Saúde.** 1 ed.–Rio de Janeiro: Autografia, 2016. 260p.

DE CARVALHO VILLAÇA, Iara. Arte-Educação: A Arte Como Metodologia Educativa. Disponível em: <https://bityli.com/krxol> Acesso em: 02 ago. 2019.

NAPOMUCENO, B.; **Protagonismo Ignorado**, p. 382-409, In.: PINSKY, B.C; PEDRO, J.M. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013. 549p.



PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulher negra: afetividade e solidão. EDUFBA, 2013.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

TIENE, Izalene; **Mulher Moradora na Rua: Entre Vivências e Políticas Sociais;**

Campinas, SP: Alínea, 2004. 171p.

CAPÍTULO 9

O MACHISMO NAS MÚSICAS DO SERTANEJO UNIVERSITÁRIO: UM OLHAR SOBRE A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC)

Maria Eduarda da Silva Lima, Graduanda de Licenciatura em Letras Português e Espanhol, UPE - CMN

Sabrina Leal de Lima, Graduanda de Licenciatura em Letras Português e Espanhol, UPE - CMN


RESUMO

Em busca de mostrar o machismo inserido na linguagem reproduzida por milhares de pessoas, o presente surgiu da curiosidade de observar as letras das músicas reproduzidas pela massa. Assim, tivemos em vista apresentar uma interpretação mais apurada, pautando-se na análise do discurso crítica, ADC, acerca de algumas músicas do sertanejo universitário, que tratam a mulher com inferioridade e com conceitos patriarcais, dos quais as mesmas devem se sujeitar a ordens masculinas em prol dos relacionamentos. As canções utilizadas foram de autoria dos cantores Henrique e Juliano e Wesley Safadão. Como forma de tentar sanar/ conscientizar as pessoas acerca do que as mesmas consomem por meio da indústria fonográfica, deu-se o principal interesse do presente trabalho. Não trata-se de um trabalho que irá solucionar de vez todo o machismo reproduzido na língua, mas ao menos uma parcela que há nas músicas, que nem sempre é percebido pelo teor sonoro e ritmicidade que as canções possui. Assim, como leitores, e ouvintes dos mais variados estilos musicais devemos ter um olhar mais crítico para o que estamos reproduzindo. Esperamos que o presente artigo abra um leque crítico acerca das mais variadas canções existentes, que não só trazem apenas o machismo, mas também incitação ao crime, racismo e etc. E de certa maneira que possa também contribuir para a diminuição do machismo sofrido pelas mulheres na sociedade brasileira em suas diversas conjunturas.

Palavras-chave: Machismo, Música, Linguagem.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, investigamos como é construída a figura da mulher em composições musicais do gênero sertanejo universitário. De modo mais específico, analisamos como é construída a figura da mulher em músicas interpretadas por Henrique e Juliano e, ainda, Wesley Safadão. Em seguida, refletimos sobre de que forma esse tipo de Formação Ideológica e Formação Discursiva perpetuam valores sociais antagônicos. Este trabalho surgiu a partir da curiosidade de analisar cientificamente esses discursos, uma vez que essas canções são ouvidas e cantadas por uma parcela significativa da sociedade, com destaque para o público masculino. Nessa perspectiva, faz-se necessário desconstruir os




estereótipos socialmente constituídos acerca da figura feminina na contemporaneidade, uma vez que é necessário reconhecer a potencialidade das mulheres para realizar as mesmas tarefas que os homens. Pois como afirma Fairclough (2003a). Os eventos sociais são moldados, portanto, pela rede de práticas sociais. Assim, nas letras das músicas não são diferentes, uma vez que são proporcionada o que o público quer ouvir.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Como aporte teórico para nosso artigo, utilizamos os princípios da análise do discurso crítica, ADC, pautadas em Melo, Vieira e Macedo, 2018, entre outros autores. As condições de produção do discurso é um conceito fundamental à análise de discurso crítica e um importante ponto onde se pode observar a presença dos elementos sociais, grupais, contextuais, políticos e culturais que influenciam no dito e que, ao mesmo tempo, conformam o não-dito. Este conjunto de fenômenos, contextos, situações e, especialmente, ideologias formam uma rede de representações que alimentam uma determinada forma de pensamento social em que o dito se constrói de uma determinada maneira e outras possibilidades do dito são impedidas por sua não coerência com o conjunto das representações construídas. Fairclough é o autor responsável pelo desenvolvimento da ACD. Segundo o método analítico de Fairclough o discurso possui três áreas de análise que juntas possibilitam a compreensão do papel social do discurso: análise de textos falados ou escritos, análise da prática discursiva que consiste no processo total de produção distribuição e consumo dos textos e análise do discurso como uma fração da prática cultural de uma sociedade. Considerar a Análise Crítica do Discurso como hiperlinguística ou supralinguística é classificá-la como uma análise abrangente do discurso, que ultrapassa as linhas da língua e inclui na crítica elementos externos ao texto falado ou escrito, como contexto histórico, sociocultural e político. Ou seja, a visão do sujeito é manipulado de tal maneira pelo poder que se vê impedido de contestar as práticas sociais opressivas, estabelecendo, assim relações de subordinação. Assim, as letras das canções do sertanejo universitário trazem consigo não apenas os aspectos linguísticos e gramaticais, mas também os aspectos socioculturais.

MELO, 2018 dizem que; “Em ADC, discurso é linguagem como forma de prática social, e não puramente individual ou situacional.” Assim, caracterizamos o discurso como um modo de expressão que condicionam todos os nossos conceitos, incluindo os de plano ideológico. No que tange o plano da forma ideológica a ADC funciona como o principal agente dessa formação, pois, a ideologia se pauta nos sujeitos pelos meios sociais dos quais



eles se inserem. Contudo, devemos observar a materialidade dos textos e ter uma visão crítica para o que ele nos passa. Pois, “os textos em sua materialidade estão sempre em consonância com os aspectos sociais, assim, é perceptível que por meio dos textos há nas entrelinhas nossas formas de agir socialmente”. Como afirma Melo, 2009. p,43:

Ao me posicionar discursivamente por meios dos textos (orais ou escritos), apresento minhas representações acerca do mundo material, social e mental; Expresso meus sentimentos, emoções e identidade. Essas representações são sempre partes das “práticas sociais”. Conforme, Fairclough (2003a), o discurso é entendido como “práticas sociais”. É uma nova forma de ação no mundo. Não há como pensar no discurso de maneira estática, sem movimento.


Da mesma maneira, a prática social machista é expressa nas músicas do sertanejo universitário, levando em consideração que os textos manipulam os pensamentos, e ao reproduzirmos estamos concordando com tais preceitos sociais/culturais que apresenta a mulher para um estado de inferiorização do seu “eu”. Como afirmam Vieira e Macedo, 2009. p, 49: Texto é interação, representação do mundo e identificação de si mesmo. Ele traz as marcas dos atores sociais que dele se utilizam. Textos são reveladores. Ou seja, ao reproduzir uma música com teor machista é mais de que cantar uma “modinha”, e sim a confirmação/aceitação de um quadro social enraizado culturalmente.

METODOLOGIA

Para realizar este trabalho, baseamo-nos nos pressupostos teóricos sobre Análise do Discurso Crítica (ADC) defendidos por Brandão (2009) e Silva Júnior (2017). Trata-se de um trabalho de abordagem qualitativa e natureza exploratória, que tem como *corpus* a canção *Vidinha de baladae Vai namorar comigo sim* de Henrique e Juliano. Como também *Casado, namorando, solteiro* e *A dama e o vagabundo* de Wesley Safadão. A partir desse material, analisamos como é construída a figura da mulher em músicas interpretadas por ambos cantores. Em seguida, refletimos sobre de que forma esses tipos de Formação Ideológica e Formação Discursiva perpetuam valores sociais antagônicos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Antes de procedermos a análise dos dados coletados para o presente trabalho, convém fazermos breves considerações no que tange à análise do discurso e sua contribuição para os estudos da linguagem: Ao nascerem, meninos e meninas tem pré-disposições sociais diferentes, que são ancoradas pela família. Enquanto os meninos brincam de carrinho, de luta, atividades relacionadas à força e competitividade, as meninas são sempre tratadas como frágeis e dependentes, sendo sempre condicionadas a brincar de panelinhas, casinha, boneca,



salão, teatro, balé, etc. São atividades sempre atreladas ao cuidado com o outro, a servir ao outro, a beleza física, fazendo com que as mesmas sejam conduzidas aos papéis sociais menos prestigiados em relação aos meninos. Na fase adulta, é contínua a ideia de masculinidade e feminilidade, pois, as mulheres são tratadas como seres frágeis, que necessitam de proteção masculina, que sonham em casar, dar continuidade as gerações e exercerem o papel de cuidadoras de seus maridos, dos filhos, dos mais velhos e do lar. Desse modo, quem não exerce tais papéis, sofre determinada repressão social e acaba não sendo considerada “mulher de verdade”.

No que se refere ao discurso, é por meio dele que construímos nossa imagem e a imagem do outro. Nesse contexto, no que tange a análise do discurso, Brandão afirma:

O discurso é um dos lugares em que a ideologia se manifesta, isto é, toma forma material, se torna concreta por meio da língua. Daí a importância de outro elemento fundamental que a análise do discurso trabalha: a formação ideológica. O discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam. Os que falam, falam de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente (BRANDÃO, 2009, p. 06).

Como afirmado, é por meio da linguagem que agimos e interagimos, e construímos nossas ideologias. Trazendo essa discussão para a apreciação das canções escolhidas para o presente trabalho, é correto afirmarmos que os cantores do sertanejo universitário possuem uma grande influência social e são de classes privilegiadas. Além disso, é válido ressaltar que, muitas vezes, o machismo reproduzido por estes sujeitos em suas canções é encoberto por tais influências. Outro aspecto que chama atenção é o fato de que o sertanejo universitário é um dos gêneros mais ouvidos nos últimos tempos, seja pela sonoridade, pelos artistas ou pelo cenário musical dos quais os shows se projetam. Todavia, a forma como a mulher é tratada nas canções é preocupante, pois, com frequência, é construída uma imagem depreciativa delas. Vejamos, por exemplo, a formação ideológica e formação discursiva presentes na canção *Vidinha de balada*, interpretada por Henrique e Juliano:

Quadro 1: Canção Vidinha de balada (trecho)

Desculpa a visita
Eu só vim te falar
Tô a fim de você
E se não tiver, cê vai ter que ficar

Vai namorar comigo, sim!
Vai por mim, igual nós dois não tem
Se reclamar, cê vai casar também
Com comunhão de bens
Seu coração é meu e o meu é seu também.

Disponível em <https://www.vagalume.com.br/henrique-e-juliano/vidinha-de-balada.html> / Acesso em: 26/09/2018.

Na música, podemos perceber que a perpetuação do discurso segundo o qual a mulher deve ser subserviente ao homem. Em outros termos, a partir da letra da canção é evidenciado que a figura feminina é obrigada a namorar e conseqüentemente casar. Os intérpretes ainda perpetuam, através da letra da canção, o discurso de que não há um diálogo entre homem e mulher, mas uma imposição por parte do homem para que a mesma o namore, o que pode ser evidenciado nos versos: “E se não tiver, cê vai ter que ficar” e “Se reclamar, cê vai casar também.” Desse modo, a formação ideológica concretizada através da formação discursiva evidenciada na letra da canção *Vidinha de balada* corroboram à construção da imagem da mulher objeto, destituída do poder de decisão sobre suas relações afetivas, tendo, inclusive, que se casar “Com comunhão de bens”, porque, segundo a figura masculina representada na materialidade linguística do texto, “Seu coração é meu e o meu é seu também.” Assim, na ideia de família tradicional/patriarcado as mulheres são tratadas como seres que necessitam de proteção. Nessa direção, a mulher é aquela que sai da proteção do seu pai e passa para a proteção do seu marido.

No que tange à ideia de transferência de cuidados, encontramos essa ideia na música *Cuida bem delados* mesmos cantores (Henrique e Juliano). Em seguida, analisaremos os trechos da música que direciona tais ideologias. Vejamos:

Quadro 2: Canção Cuida bem dela

Sabe aquela menina sentada ali
Com o olhar desconfiado
Tão inocente
Eu já fui doente naquela mulher

Eu sei que agora
Ela deve ta olhando de lado
Tão sem graça vendo o presente e o passado
Conversando de um assunto
Ela já sabe qual é

Esse é o meu único aviso
Se ela quis ficar contigo
Faça ela feliz
Faça ela feliz

Cuida bem dela
Você não vai conhecer alguém melhor que ela
Promete pra mim
O que você jurar pra ela
Você vai cumprir.

Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/henrique-e-juliano/cuida-bem-dela.html>/acesso em: 27/09/2018.

É possível observar na música em questão a perpetuação do discurso segundo o qual mulher feliz é aquela que possui um cônjuge do sexo oposto. O verso, “faça ela feliz” é uma forma de apelo descrito na música duas vezes. Além disso, o trecho “o que você jurar pra ela você vai cumprir” remete a ideia de que a mulher é frágil, é dotada de sentimentalismo e que, ao se deparar com falsos juramentos, terá seus sentimentos feridos. Todavia, é preciso reiterar que não estamos afirmando que isto não possa acontecer nas relações reais da vida social dos casais. Porém, a letra da música reitera a ideia de que somente a mulher é frágil, “tão inocente” e, por isso, não deve ser machucada.

Passando para o plano das músicas do cantor Wesley Safadão, vejamos a canção A dama e o vagabundo:

Quadro 3: A dama e o vagabundo (Trecho)

Mas eu não vivo sem você
E você não vive sem mim
Ela me conheceu cachorro
E se apaixonou por mim assim

Eu apronto, ela perdoa
Eu vou pegando todo mundo
Nessa história ela é a dama
E eu sou o vagabundo.

Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/wesley-safadao/a-dama-e-o-vagabundo.html/> Acessado em: 26/09/2018.

A partir da análise da letra, encontramos em *A dama e o vagabundo* uma idealização da mulher como objeto, a ponto do homem não tratá-la com o devido respeito. Isso é o que podemos notar em versos como “ela me conheceu cachorro, e se apaixonou por mim assim”, onde é evidente a ideologia de que o homem não precisa mudar suas atitudes ao se casar, pois ele pode, simplesmente, continuar com as atitudes de solteiro. Além disso, prega-se que, mesmo que o homem esteja “pegando todas” e a esposa descobrir as traições, ela o perdoará, o que pode ser observado no trecho: “Eu apronto, ela perdoa. Eu vou pegando todo mundo”, ou seja, ele vai continuar traindo e sempre terá o perdão dela. Desse modo, também recupera-se um outro imaginário, segundo o qual, muitas das vezes, as mulheres são realmente obrigadas a “perdoar”, porque dependem do homem em diversos fatores: econômicos ou familiares. Com esse paralelo, os autores da canção e, posteriormente, os intérpretes incitam os homens que sustentam suas mulheres a traí-las, visto que as mesmas não terão outra alternativa a não ser continuar casadas para obter sustento. É perceptível, portanto, o machismo na letra, pelo fato que há uma ideia de mulher submissa e dependente.

Finalmente, examinamos, a seguir a canção *Casado, namorando e solteiro*, de Wesley:

Quadro 4: Casado, namorando, solteiro.

Casado e tenho uma namorada
Namorada não sabe que eu sou casado
O problema é que eu sou baladeiro
Quando eu saio, eu falo que eu tô solteiro

Eu coloco aliança no bolso
E desligo o meu celular
Falo que tô na casa da mãe
E que ela pode confirmar
Não liga que é pra não incomodar

Eu tô casado, namorando, solteiro

Casado, namorando, solteiro

Se perguntar por mim, não me viu

Tenho três estado civil

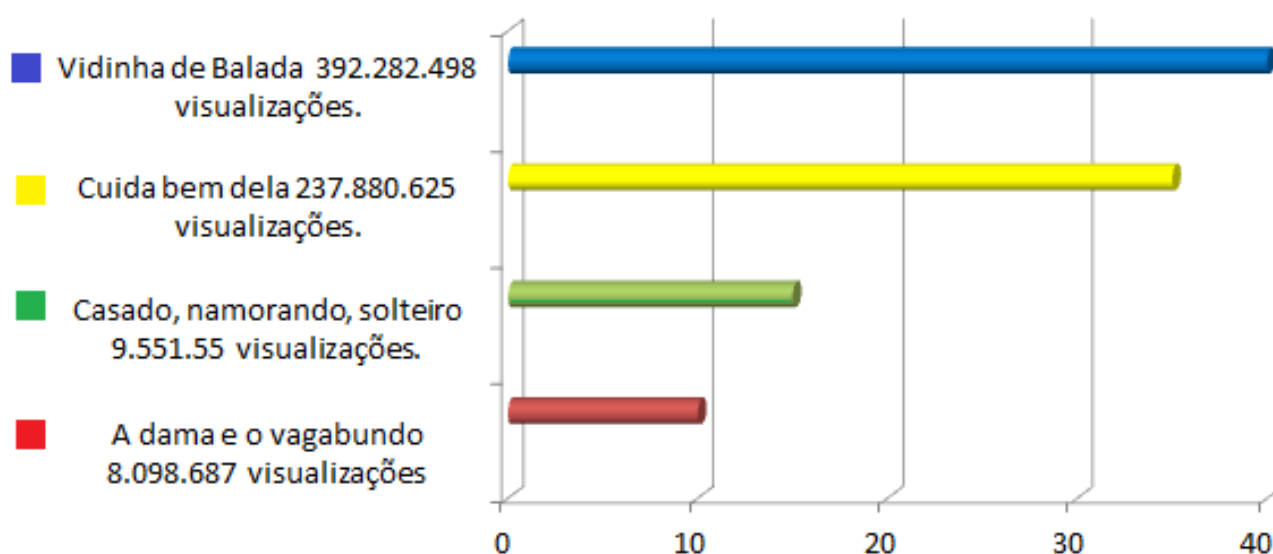
Disponível em: <https://www.letras.mus.br/wesley-safadao/casado-namorando-solteiro/> Acessado em: 26/09/2018


Na canção *Casado, namorando, solteiro*, do cantor Wesley Safadão, a perspectiva de enganar as mulheres continua como na música anterior. Na presente música, o cantor incita a traição de um modo bem mais claro e objetivo a todo tempo, o que pode ser evidenciado no trecho: “Casado e tenho uma namorada, namorada não sabe que eu sou casado.” Percebemos, portanto, que há a ideia de enganar as mulheres, no sentido de que ele é casado e namora outra mulher. Para que a namorada não desconfie que ele é casado ele afirma que: “Eu coloco aliança no bolso”, e para que a esposa não desconfie que ele está se envolvendo emocionalmente com outra mulher, ele combina com sua mãe para dizer que está na casa dela, porém ele desliga o celular para não falar com a esposa e, assim, a namorada não descobrir que ele é casado, o que é evidenciado no trecho: “E desligo o meu celular, falo que tô na casa da mãe, e que ela pode confirmar”. No que tange esses versos, é clara a ideia de mãe que protege o filho do sexo masculino e o incita a trair, apoiando e mentindo junto com ele, reforçando a ideia de masculinidade e superioridade do sexo masculino ao feminino, e perpetuando a ideia que o homem é liberado para se relacionar abertamente com quem quiser, independentemente de seu estado civil. Porém, o mesmo não pode ser verificado na conduta social feminina.

Além de viver em um triângulo amoroso, a ideia de que “quanto mais mulher melhor” é explícita no texto, quando o mesmo afirma que: “tô casado, namorando, solteiro, se perguntar por mim, não me viu, tenho três estado civil”. Com tais afirmações, podemos inferir que, além de se relacionar com duas mulheres, o mesmo pode eventualmente enganar várias outras ao dizer que é solteiro para poder conquistá-las.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conjunto de empresas especializadas em gravação, edição e distribuição de mídias sonoras é uma grande aliada para que as músicas que deturpam a integridade da mulher ganhem força na sociedade, visto que, as músicas não possuem um rebuscamento composicional, mas sim, um ritmo “bom” que é taxado como chiclete; já que repete os versos constantemente, sempre focada em uma única ideia. É algo trazido propositalmente para que assim, as pessoas consigam decorar cada vez mais rápido e curtir o ritmo sem fazer uma reflexão acerca da letra. A indústria fonográfica é responsável pela disseminação dessas músicas. A grande massa é ouvinte/apoiadora de músicas com teor que inferiorizam as mulheres, ao se deparar com a sonoridade da música muitas vezes nem se nota seu interdiscurso. Podemos enxergar ainda, que quando um vídeo de uma canção é lançado nos meios digitais, há uma grande preparação por trás de todo acervo musical, havendo muito investimento e lucro. O gráfico a seguir mostra o percentual de visualizações das músicas utilizadas no artigo:





Com base nas informações abordadas, a cultura machista infelizmente mostra-se ainda presente em nosso cotidiano. Sendo, a figura feminina vista em sua natureza de forma errônea, onde o homem se constrói socialmente acreditando serem "superiores" às mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entretanto, as composições do gênero musical sertanejo universitário, implanta o estereótipo gravemente em suas canções, considerando a feminilidade são conceitos patriarcais ultrapassados. É necessário reconhecer a potencialidade das mulheres na contemporaneidade, visto que a construção da análise do discurso crítica, válida, e é extremamente significativa para a quebra de barreiras sobre o atual papel social da mulher. Frente a esses desafios faz-se necessário a conscientização das pessoas em relação ao que está sendo oferecido pela indústria fonográfica, como forma de não apoiarmos tais posicionamentos musicais é de suma relevância começar a analisarmos nosso repertório musical para que não venhamos a neutralizar em si e em discursos oralizados a violência simbólica contra as mulheres. Dessa forma faz-se necessários mais estudos acerca da área em evidência, para que assim consigamos disseminar um pouco o machismo da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, H. H. N. (2009) **Analisando o Discurso**. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf> Acesso em: 20/09/2018.
- HAMLIN, C, **Sociologia: Sua bússola para o novo mundo**. São Paulo, Ed: Thomson Pioneira, 2006.
- BATISTA JR, e. t. a. l. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo, Ed: Parábola, 2018.
- MUSSALIN, Fernanda, BENTES, Anna Christina. **Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas**. São Paulo, Ed: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, Kácia Guedes, MELO, Cristina Teixeira. **A representação da mulher nas canções de Chico Buarque: Uma análise do Eu- Lírico feminino**. Natal, 2015.
- SILVA JUNIOR, L. **Análise do discurso de campanhas publicitárias machistas, não-conservadoras e racistas**. João Pessoa, 2017.
- SILVA, M. **Músicas que violentam a mulher: Representações machistas nas letras do forró estilizado**. Petrolina, 2016.



CAPÍTULO 10

OS FATORES PROJETUAIS DE CRIAÇÃO DA CAPA DO DISCO DO TÊNIS (1972)

Valéria Nanci de Macêdo Santana, Doutora em Cultura e Sociedade, UFBA

RESUMO

Este trabalho trata da criação de um conjunto analítico para reflexão sobre a feitura da capa do primeiro disco de um dos mais relevantes cantores/compositores do *Clube da Esquina*: Lô Borges. Para isso parti, primeiramente, de um método já existente de análise dos *fatores projetuais* desse objeto, que engloba os aspectos geométricos, filosóficos e psicológicos encontrados em Gomes & Medeiros (2010), buscando demonstrar peculiaridades do processo criativo desse artefato gráfico conhecido como *Disco do Tênis*. Nesta ocasião, a fusão com o tema *Comunicação, Imagem e Imaginários* se revela a partir do momento em que aqui se examina os processos comunicativos mediados por imagens, em que a preparação e veiculação destes, e suas ligações com a cultura, o instinto social e o imaginário, se fazem presentes em um objeto gráfico para LP (*Long Play*).

PALAVRAS-CHAVE: Fatores Projetuais; Criação; Capa de Disco; Clube da Esquina; Disco do Tênis.

INTRODUÇÃO

Nos anos 1970 as capas de discos, criadas mundo afora, refletiam o contexto sócio-cultural do período: o que se via era elementos do movimento punk e o narcisismo imperarem nas imagens dos artefatos gráficos para LPs, onde as experimentações se faziam presentes e cada vez mais ganhavam força.

No Brasil, especialmente, o ano de 1972 foi marcado com o lançamento de uma série de discos importantes para a história fonográfica do país. À reboque, naquele ano, o fotógrafo pernambucano Carlos Filho, mais conhecido como Cafê (figura 1), se consagraria com algumas de suas mais relevantes criações de imagens para LPs.

Figura 1 — Carlos Filho, conhecido com Cafí, em 2011. Foto: Ana Branco / Agência O Globo



Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/morre-fotografo-cafi-autor-de-mais-de-300-capas-de-disco-da-mpb-23338810>

Para o Clube da Esquina (figura 2 a.), além da criação da emblemática capa homônima (figura 2 b.) do primeiro disco do grupo, Cafí seria responsável, também, pela concepção de uma série de outros objetos gráficos da turma.

Figura 2 — (a) Cantores/compositores do Clube da Esquina. (b). Capa do disco *Clube da Esquina*

a.



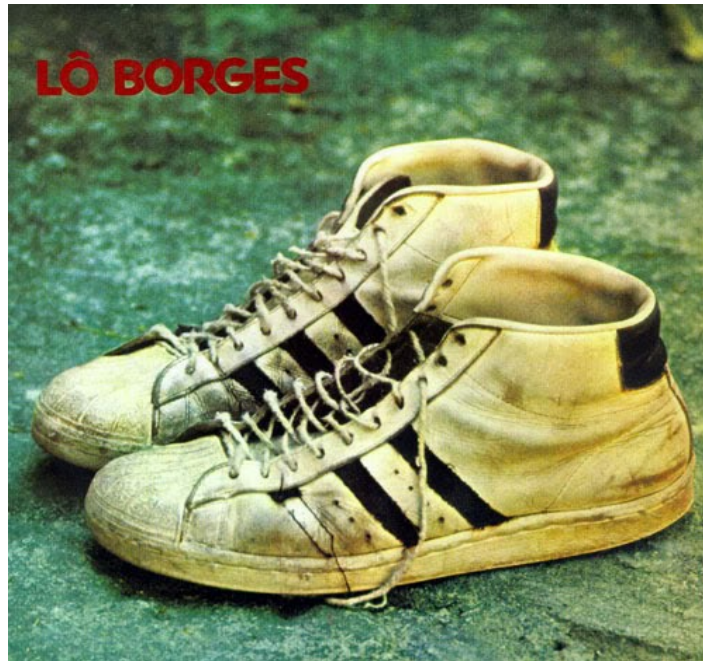
b.



Fontes: <http://www.somsempugs.com.br/clube-da-esquina-e-tema-de-documentario/>
<https://www.coverjpg.com.br/post/167416141068/capas-do-brasil-clube-da-esquina>

Para o cantor e compositor Lô Borges, Cafí fez a imagem que retrataria o seu mais conhecido disco, apelidado, carinhosamente, de Disco do Tênis (figura 3) — uma criação gráfica distinta em relação às capas que se fazia nos anos 1970, sendo importante, então, uma análise, esmiuçadora em relação a seu processo criativo.

Figura 3 —Capa do *Disco do Tênis* (1972)



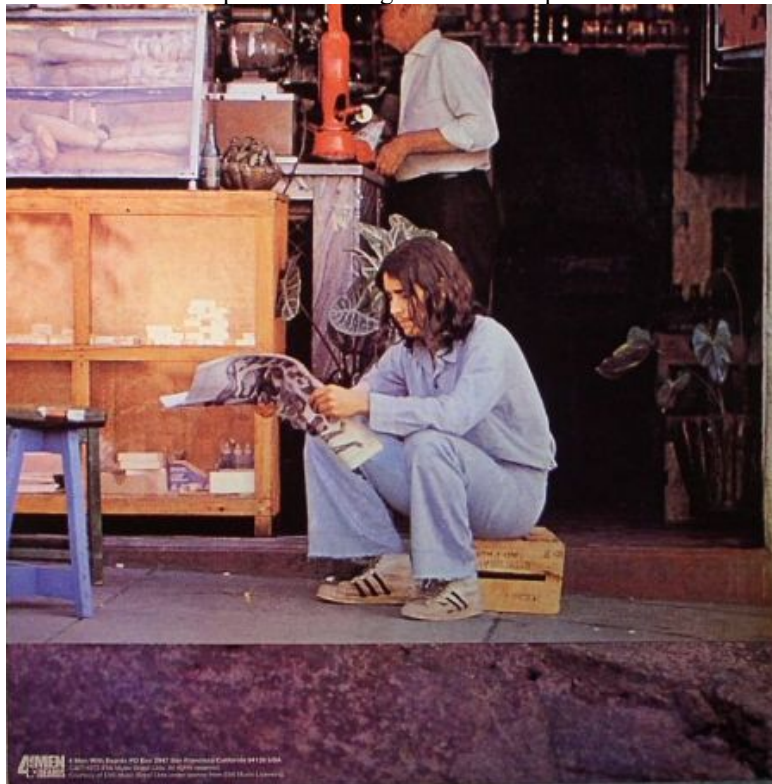
Fonte: <http://brnuggets.blogspot.com.br/2011/02/lo-borges-lo-borges-1975.html>

1— DISCO DO TÊNIS (1972): UMA CAPA, UMA HISTÓRIA

Em 1972 foi lançado por Lô Borges O Disco do Tênis²². Em relação à criação capista desse vinil “(...) vendo que o irmão não se decidia por nenhum tipo de ilustração e ainda se recusava a estampar seu rosto na capa, o letrista Márcio Borges brincou: ‘Se não quer mostrar a cara, mostra o pé!’” (BIZZ, 2005, p. 34) — e assim se fez! Nos pés, Lô calçava um par de tênis da marca Adidas no melhor estilo basqueteira, totalmente desgastado por suas andanças (figura 4).

²² “Gravado na pressão, com a cobrança da gravadora EMI-Odeon por um disco solo do artista e com o repertório inteiramente autoral sendo composto na medida em que ia sendo gravado no estúdio, o álbum *Lô Borges* levou adiante a indefinível fusão de pop, MPB, rock e jazz do Clube da Esquina com dose adicional de psicodelia e um toque de música nordestina”. Fonte: <http://g1.globo.com/musica/blog/mauro-ferreira/post/album-solo-de-lo-borges-o-libertario-disco-do-tenis-e-relancado-em-vinil.html>.

Figura 4 — O cantor/compositor Lô Borges na contracapa do *Disco do Tênis* (1972)



Fonte: <https://listenrecovery.wordpress.com/2010/06/24/lo-borges-bio-and-lp-download-by-listen-recovery/>

Perguntado sobre de quem foi a ideia da fotografia, o cantor/compositor respondeu:

Foi uma coisa minha, totalmente simbólica. Ronaldo Bastos dirigia a capa, o fotógrafo era o Cafí. Eu estava tão estressado no final da gravação que não quis tirar foto, não quis botar minha cara. Aí alguém falou: “então fotografa o tênis dele”. Era uma coisa que inclusive simbolizava que eu ia mesmo botar o pé na estrada. Era tudo muito caótico para um cara de 20 anos, era muita coisa para minha cabeça, então, mais do que estressado, saí bem rebelde daquele processo, sem querer saber de gravadora. Tênis na capa significava pé na estrada²³.

Sobre essa história o fotógrafo Cafí revelou:

Eu lembro, por exemplo, do Lô, que estava todo chateado, e eu fiz aquela capa com ele dos dois tênis, porque ele tinha dois tênis velhos. A gente não conseguia achar uma foto do Lô, então disse assim: “Por que não vamos fazer com o tênis?”. Aí fizemos com o tênis, não sei se foi uma ideia do Marcinho na época, foi uma coisa que surgiu. (...) A capa ficou muito atrelada a um tipo de sentimento, não era uma embalagem de um sabonete, era uma embalagem de um outro conteúdo estético, então ela tomou coisas assim²⁴.

Nesse período era comum os artistas quererem seus rostos estampados nas capas de discos — “até então, as capas dos artistas nacionais se propunham a mostrar, apenas, o rosto

²³Fonte: https://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=304&titulo=35_anos_do_Clube_da_Esquina.

²⁴Fonte: <http://www.museuclubedaesquina.org.br/museu/depoimentos/cafi/>

ou algo ligado ao artista” (FERREIRA; VIÑOLE, 2011, p. 48). Entretanto, Cafí subverteu a ordem vigente, fazendo da composição imagética deste artefato um ícone para a época.

2— OS FATORES PROJETUAIS DE CRIAÇÃO

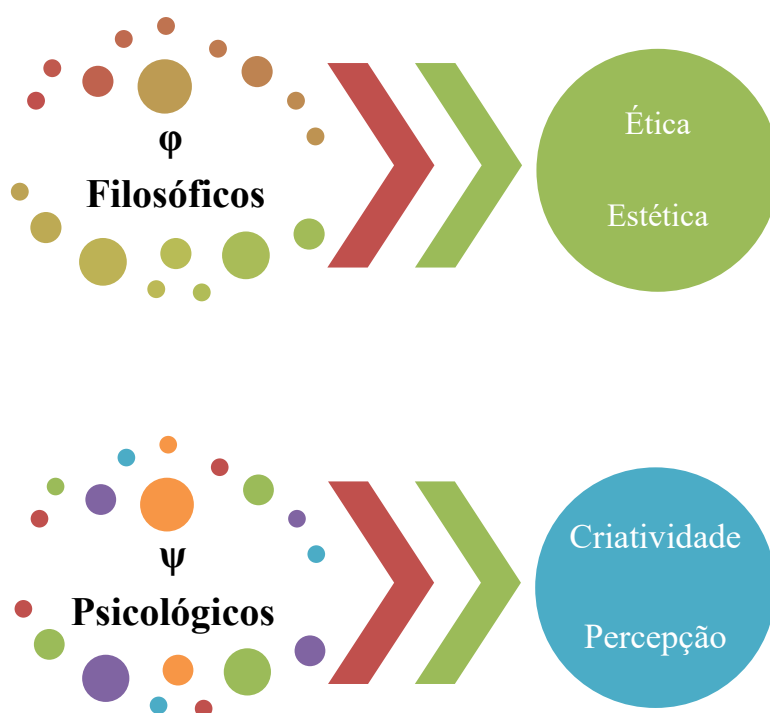
Sabe-se que a concepção de um artefato gráfico para fonogramas passa por diversos aspectos que devem ser levados em conta em sua criação. Do mesmo modo, para seu entendimento os mais diversos fatores têm que ser compreendidos como relevantes. Não se pode considerar apenas uma abordagem acadêmica nessa acepção: uma análise humana mais entranhada se faz necessária. Destarte, o projeto de uma capa de disco deve ser examinado partindo de elementos que vão além da criação das formas, passando a levar em conta, também, a percepção do olhar humano e seu cultivo de significados, onde os fatores projetuais ganham importância.

Tomando por base Gomes & Medeiros em 2010, na obra *Ideias, Ideais e Ideações para Desenho Industrial Design* (p. 120), descobre-se uma proposta que dá conta de que devem ser utilizados “(...) nove fatores projetuais como um método de ensinar Desenho industrial em Design”. Assim sendo, pensando no que tange à criação de capa de discos, a compreensão desses fatores pode auxiliar o entendimento de alguns princípios projetuais e criativos da concepção criativa de um artefato gráfico para vinis.

No caso específico de análise aqui proposto, utilizo três dos nove fatores projetuais citados por Gomes & Medeiros em 2010 para fazer um exame da capa do Disco do Tênis do cantor/compositor Lô Borges. São eles: fatores geométricos (síntese funcional e coerência formal), fatores filosóficos (ética e estética) e fatores psicológicos (criatividade e percepção) — figura 5.

Figura 5 — Quadro de fatores projetuais utilizados nas análises das capas de discos da *Geração Clube da Esquina* feitas por Cafí





Fonte: Criação Valéria Nanci de Macêdo Santana

2.1 — Análise dos Fatores Projetuais da Criação da Capa do Disco do Tênis

O *Disco do Tênis* é uma obra com capa com direção de Ronaldo Bastos e fotografia — do próprio par de tênis surrado do cantor Lô Borges deixado à toa em um pátio de casa — feita por Cafi.

2.1.1 — Fatores Geométricos

Em relação aos fatores geométricos da capa do Disco do Tênis é possível observar que:

- Possuem uma síntese e coerência formal;
- Trazem harmonia (formas simples, sintéticas) e integração entre as partes, componentes e elementos;
- Possuem uma ordem geométrica média em detalhes curvados;
- Fazem uso de fontes tipográficas: título sem serifas emcaixa alta;
- Têm disposição das letras linear;
- Empregam uma linguagem pictórica fotográfica (forma orgânica).



2.1.2— Fatores filosóficos

No que diz respeito aos fatores filosóficos da capa do Disco do Tênis é possível perceber que esteticamente essa capa é diferenciada das capas que se fazia na Música Popular Brasileira: aqui a linguagem pictórica fotográfica (forma orgânica) é materializada através do **plano detalhe, em tons claros, de um** par de calçados que “faz as vezes” de personagem. O título sem serifas e letras maiúsculas é claro e objetivo, e ganha ainda maior destaque por se encontrar na parte superior esquerda que é considerada zona de entrada de informação visual — vale ressaltar que a clareza e a objetividade aparecem também na disposição linear das letras.

eticamente escapa aos moldes constituídos para a época, indo além os rígidos conceitos do regime militar sobre o qual o país se encontrava, se utilizando de elementos jovens, ao fazer uso de uma imagem contracultural.


2.1.3 — Fatores Psicológicos

No que tange aos fatores filosóficos da capa do Disco do Tênis é possível perceber que criativamente o tênis surge representando o cantor Lô Borges e seu sentimento juvenil. Aqui a característica de Cafê da simplicidade aparece comunicando, do modo mais claro possível, a mensagem através da imagem feita em **plano detalhe destacando o calçado em meio à paisagem ao redor, traduzindo, através desse objeto**, a luta dos jovens em um período sociopolítico e estético-cultural histórico.

Perceptivamente, no corte fotográfico dessa capa, há a finalidade de dar enfoque a um objeto inanimado: um par de tênis. Em relação à proporção áurea a fotografia dessa capa consegue oferecer um equilíbrio entre os elementos. Entretanto, no que tange à atenção a ser dada pelos olhos do espectador entre a paisagem e o par de tênis, esse último se destaca como aspecto central. Aqui as cores claras transmitem a sensação de um frescor jovial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a capa do Disco do Tênis, após mais de quatro décadas de história, ainda é lembrada e tida como símbolo de uma geração, muito se deve aos fatores projetuais geométricos, filosóficos e psicológicos de criação impressos nela.



Esse objeto revela, em seus mínimos detalhes, um Brasil Jovem que é a representação do que havia de mais elucidativo da contracultura e do embate à repressão política dos anos 1970. Dessa forma, se nesse contexto a busca por mudanças era comum, algumas embalagens personalizadas para LPs dessa geração contemplam esse viés ao se utilizarem da imagem de elementos ligados à juventude — nesse caso, o tênis —, cuja luta por liberdade, por vezes cultural, por outras política, era uma constante.

A capa do Disco do Tênis (1972) traz elementos a partir de representação do jovem enquanto revolucionário, crítico e contestador, em uma época sociopolítica e estético-cultural das grandes mudanças que fizeram parte das vivências de Cafi, que, por sua vez, buscou utilizar-se de sua sensibilidade artística para denunciar a censura vigente no regime militar. Aqui sua ousadia experimentalista traduz-se no gesto contracultural de usar a imagem de um par de tênis para metaforizar a luta por liberdade (botar o pé na estrada) e o anticonsumismo (calçado surrado).

Se hoje é possível compreender que a criação do artefato gráfico do Disco do Tênis era a cara do Brasil setentista, isso se deve à análise da imagem e linguagem impressas nela através dos seus fatores projetuais que revelam e traduzem todo o contexto inserido na fotografia da capa do disco com concepção de Cafi.

REFERÊNCIAS

BIZZ. **As 100 Maiores capas de discos de todos os tempos**. São Paulo: Editora Abril, 2005.


FERREIRA, Laudo; VIÑOLE, Omar. **Histórias do Clube da Esquina**. São Paulo: Devir, 2011.

MEDEIROS, Lígia; GOMES Luiz Vidal. Nove Fatores Projetuais no Design/Desenho Industrial. In: MEDEIROS; GOMES. **Ideias, Ideais e Ideações para Desenho Industrial Design**. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2010, pp. 99 — 122.

SANTANA, Valéria Nanci de Macêdo. **Pelo Olhar de Cafi: o Processo Criativo das Capas de Discos da Geração Clube da Esquina**. 2018. 213 p. Tese (Doutorado) — Universidade Federal da Bahia — Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Salvador, BA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27670>. Acesso em: 02.06.2019.

<https://oglobo.globo.com/cultura/musica/morre-fotografo-cafi-autor-de-mais-de-300-capas-de-disco-da-mpb-23338810>. Acesso em: 05.06.2019.

<http://www.somsemplugs.com.br/clube-da-esquina-e-tema-de-documentario/>. Acesso em: 05.07.2019.



<https://www.coverjpg.com.br/post/167416141068/capas-do-brasil-clube-da-esquina>. Acesso em: 05.07.2019.

<http://brnuggets.blogspot.com.br/2011/02/lo-borges-lo-borges-1975.html>. Acesso em: 15.06.2019.

<http://g1.globo.com/musica/blog/mauro-ferreira/post/album-solo-de-lo-borges-o-libertario-disco-do-tenis-e-relancado-em-vinil.html>. Acesso em: 10.05.2019.

<https://listenrecovery.wordpress.com/2010/06/24/lo-borges-bio-and-lp-download-by-listenrecovery/>. Acesso em: 05.07.2019.

https://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=304&titulo=35_anos_do_Club_e_da_Esquina. Acesso em: 05.07.2019.

<http://www.museuclubedaesquina.org.br/museu/depoimentos/cafi/>. Acesso em: 07.04.2019.

CAPÍTULO 11

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EXPERIÊNCIAS DE PARNAÍBA-PI

Mariana Rocha Menezes, pós-graduanda em Saúde Pública com Ênfase em Saúde Mental, FAR

Simone Maria de Sousa Silva, Professora Mestra, UNINASSAU/Parnaíba

RESUMO


Esta pesquisa refere-se aos reflexos e consequências que ocorrem ao desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes retirados/as de seu ambiente familiar e comunitário, especificamente dos indivíduos que se encontram na Casa de Acolhimento do município de Parnaíba. Faz-se uma alusão histórica ao período anterior à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990; discute-se a família e seu papel no desenvolvimento do ser humano; os tipos de acolhimento previstos na Política Nacional de Assistência Social; e as peculiaridades que concernem de forma diferente o processo de desenvolvimento na infância e na adolescência; analisam-se os dados coletados e as observações realizadas. É uma pesquisa de cunho qualitativo, bibliográfico e de campo. Os sujeitos de pesquisa são a assistente social, a psicóloga e a coordenadora da instituição. Neste contexto, observam-se inúmeros reflexos, sobretudo, na construção de novos vínculos em um ambiente de acolhimento institucional. Faz-se necessária uma maior apropriação do referente tema por parte do Estado e da população em geral, de forma que busquem realizar um trabalho preventivo.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Família; Acolhimento Institucional.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira, nem sempre ocorreu a ideia de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Nos séculos anteriores, o Estado tinha direito de retirar esses indivíduos de seu meio cotidiano, quando achasse necessário, sem oferecer recursos a fim de preservá-los do rompimento de vínculo. Desse modo, a concepção de direitos e deveres, como se apresenta na sociedade atual, foi construída com o passar dos anos, permeada de inúmeras discussões e da necessidade de superar o assistencialismo²⁵ e a marginalização que caracterizava tal demanda.

²⁵“Forma de oferta de um serviço por meio de uma doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém e não como um direito.” (Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2012)



(...) devido à situação de vulnerabilidade, risco ou pobreza, a primeira resposta à qual por muitos anos se recorreu foi o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar. Ao visitar a história no século XIX e parte do século XX, observa-se a criação de uma cultura de institucionalização em razão de circunstâncias de abandono, delinquência, orfandade, onde somente os pobres eram internados e para eles criados. (DIAS; SILVA, 2012, p.182).

Nesse contexto, ocorria a responsabilização e culpabilidade tanto das famílias quanto dessas crianças e adolescentes (a partir de um discurso moral e conservador predominante no período) por se encontrarem na situação de vulnerabilidade, pobreza, abandono e expressões afins. Onde os/as mesmos/as precisavam ter seus “desajustes²⁶” corrigidos, seja de forma repressiva (exclusão e afastamento da sociedade) ou de um acompanhamento particular com a família, o qual ocorria segundo os moldes assistenciais e de manutenção da ordem societária dominante.

Em um retrospecto do processo histórico, Gulassa (2010, p. 21) traz:

Os pobres precisavam ser corrigidos porque eram um “mal social”; os pobres, abandonados ou “carentes” eram vadios, libertinos e perigosos; eram “menores em situação irregular”; eram “caso de polícia”; eram uma preocupação para a segurança nacional, pois ameaçavam a sociedade; eram objeto de políticas assistencialistas e repressoras. [...] a família era culpada por sua situação e incompetência na função paterna ou materna e responsabilizada individual e moralmente pelo “problema dos menores”.

Ligadas a essa definição pretérita, dos indivíduos em vulnerabilidade social e da forma como eram tratados, estão as instituições existentes na época. Estas objetivavam “proteger” as crianças e adolescentes, mantendo-os/as longe do convívio com a família e com a comunidade, oferecendo até mesmo os serviços básicos de saúde, educação e programa de profissionalização dentro da própria instituição. Ademais, era corriqueiro o trabalho em grandes grupos, dado o caráter disciplinador e de ordem que queriam manter (GULASSA, 2010).

²⁶De acordo com Barroco (2005) refere-se, segundo a visão do Serviço Social conservador de 1930, às consequências que surgem no cenário de transformações instituídas pelo capitalismo no Brasil, as quais afetam a moral conservadora vigente; consequências da “desintegração” da família, da comunidade, dos valores tradicionais.

DESENVOLVIMENTO

Em meio a avanços e retrocessos, questionamentos de profissionais e movimentos sociais, visando romper com a citada institucionalização que ocorria de forma desmedida no país, a promulgação da Constituição Federal de 1988 traz uma nova perspectiva. A mesma é acolhida como uma incomparável inovação na legislação brasileira, inclusive no que diz respeito aos direitos e deveres das crianças e adolescentes - superação do Código de Menores que vigorava e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) -, possibilitando à parte da população vislumbrar um novo país e uma nova forma de lidar com esse público.

A partir desta promulgação e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, tem-se um novo olhar no que diz respeito a estes indivíduos. É discorrido com veemência sobre seus direitos e deveres, bem como da importância do reconhecimento desses como sujeitos, tanto por parte da sociedade em geral, como do Estado. De forma que todos/as comunguem dos objetivos contidos no Estatuto, a fim de que estes possam ser exercidos plenamente, buscando romper com a ideia pré-existente de serem apenas objetos de tutela.


Além disso, segundo Siqueira e Dell’Aglia (2006, p.75):

O ECA também preconiza a desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono e valoriza o papel da família, as ações locais e as parcerias no desenvolvimento de atividades de atenção, trazendo mudanças no panorama do funcionamento das instituições de abrigo.

Com essa nossa concepção, a partir do final do século XX, o acolhimento institucional - explicitado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como Proteção Social Especial de Alta Complexidade²⁷ - passa a ser a sétima medida de proteção utilizada pelo ECA, sendo solicitada apenas quando há violação dos direitos estabelecidos no mesmo ou se o indivíduo estiver em risco de vida, haja vista ser primordial a tentativa de fortalecimento de vínculos familiares e de inserção em outras políticas e programas, como forma de evitar a necessidade de inserção no serviço.

Assim, o objetivo de preservar o vínculo familiar e comunitário passa a ser basilar das políticas públicas.

²⁷“Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República (...)”. (Política Nacional de Assistência Social - PNAS, 2004, p.38).



O grupo familiar tem um papel fundamental para constituição dos indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar. [...] esta instituição é responsável pelo processo de socialização primária das crianças e adolescentes.(DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998; SCHENKER; MINAYO, 2003 *apud* PRATTA; SANTOS, 2007, p. 248)


Nesse sentido, em se tratando da maneira como se procede o papel da família no decorrer do desenvolvimento, é interessante se ater a duas dimensões: psicológica e social. A primeira tem relevância desde o processo gestacional, e também na infância, adolescência, juventude e na maneira como o indivíduo irá se reconhecer enquanto adulto. As características que se fazem essenciais para delinear de que forma estas fases irão ocorrer diz respeito ao afeto, ao suporte e continência em momentos pontuais, sobretudo, na adolescência e ao ambiente como um todo, o qual propiciará o desenvolvimento cognitivo. (Osório, 1996 *apud* Pratta e Santos, 2007, p. 250).

A depender da maneira como essas características se apresentarão na vida do ser humano, este poderá apresentar determinados reflexos não ao longo de sua vida. Nesse aspecto, para Pratta e Santos (2007, p. 250):

“[...] é no interior da família que o indivíduo mantém seus primeiros relacionamentos interpessoais com pessoas significativas, estabelecendo trocas emocionais que funcionam como um suporte afetivo importante quando os indivíduos atingem a fase adulta. Estas trocas emocionais estabelecidas ao longo da vida são essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e para a aquisição de condições físicas e mentais centrais para cada etapa do desenvolvimento psicológico.”

Já no que concerne à dimensão social, é a partir da família (meio principiante de socialização) que ocorrerá a endoculturação²⁸ do indivíduo. Deste momento em diante se inicia a formação da identidade e da subjetividade do ser humano, que varia de pessoa para pessoa, dependendo de aspectos referentes ao meio onde vive, à comunidade na qual está inserida e da convivência em ambos. Esse processo é essencial na vida humana, pois ele que o/a tornará um/a cidadão/ã e delineará sua personalidade enquanto adolescente, jovem e adulto.

²⁸“Processo cultural [...] por meio do qual os indivíduos aprendem o modo de vida da sociedade na qual nascem, adquirem e internalizam um sistema de valores, normas, símbolos, crenças e conhecimentos. São, por assim dizer, condicionados a um padrão cultural. Endoculturação significa interiorização, assimilação, apropriação, absorção, aprendizagem. É um processo social que se inicia na infância mediado pela família, pelos amigos, posteriormente, a partir da escola, da religião, do clube, do trabalho, do partido político e de tantos outros grupos sociais.” (Assis, 2008, p. 3).



Assim, no ECA (1990, art. 19º) está estabelecido que “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.”. No entanto, isto ainda não acontece de forma efetiva no Brasil, dada a presença de resquícios de uma sociedade e Estado que não oferecem apoio e recursos necessários para todas as famílias usufruírem de seus direitos, e viverem, apesar das adversidades, junto de seus membros.

Acerta disso, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (2006, p.26) afirma:


É essencial mostrar que a capacidade da família para desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções é fortemente interligada ao seu acesso aos direitos universais de saúde, educação e demais direitos sociais. Assim, uma família que conta com a orientação e assistência para o acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos, bem como acesso a serviços de qualidade nas áreas de saúde, da educação e da assistência social, também encontrará condições propícias para bem desempenhar as suas funções afetivas e socializadoras (...)

Não havendo o acesso das famílias, sobretudo as mais vulneráveis, às políticas públicas, cujo Estado priva cada vez mais a população, as crianças e adolescentes ficam mais propícios a terem seus direitos violados. Isto ocorre em decorrência de várias expressões da questão social²⁹ que envolvem essas famílias, por conseguinte, nessas situações, a possibilidade de que haja a retirada desses de seu ambiente familiar e comunitário se amplia, assim como aumenta a probabilidade de entrada em uma instituição de acolhimento e conseqüentemente que se apresentem riscos³⁰ ao seu desenvolvimento psicossocial.

No que se refere ao acolhimento, há duas modalidades: familiar e institucional. A primeira refere-se a famílias já constituídas, denominadas acolhedoras, que são acompanhadas e preparadas por um determinado programa para o desempenho da função. A segunda acontece em uma dada instituição própria para realizar o acolhimento, podendo ser: casa de passagem, abrigo institucional, casa-lar ou república. Ambas as modalidades devem ser

²⁹Para Yamamoto e Carvalho (2014, p.84): “(...) não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.”

³⁰“(...) as condições ou variáveis que estão associadas a uma alta possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou não desejáveis.” (JESSOR; VAN DEN BOSS; VANDERRYN; COSTA; TURBIN, 1995 *apud* SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006, p. 72).



planejadas com seriedade e de forma rigorosa por profissionais capacitados, dada a delicada e complexa demanda a qual exige um atendimento especializado. (BRASIL, 2014).

No que concerne, especificamente, ao abrigo institucional, este deve estar localizado em um território que seja próximo da família, pois pressupõe manter o contato e firmar um trabalho com a mesma. Além disso, tem como disposições centrais: ter o número máximo de 20 crianças e adolescentes de ambos os sexos; não separar irmãos; não se diferenciar das demais residências próximas, para que sejam evitados o preconceito e a discriminação; e ter um espaço físico capaz de suprir as necessidades de todos/as. (GULASSA, 2010).


Nesse contexto, as crianças e adolescentes são encaminhados/as para este tipo de acolhimento quando os/as mesmos/as estão vivendo em uma situação que está prejudicando-os/as de alguma maneira, segundo o ECA. Após a retirada desse indivíduo do seio familiar e comunitário, há, em grande parcela dos casos (quando ocorre apenas a suspensão do poder familiar), a tentativa de reintegração, onde os/as profissionais trabalham com a família e seus contextos de vida, na perspectiva de retorno da criança ou do/a adolescente, sem que haja o rompimento total de vínculo.

Entretanto, se não for possível a concretização desta reintegração ou em determinados casos específicos, poderá ocorrer a perda³¹ do poder familiar, – o que é decidido pelo juiz/a – evitando perigo permanente a segurança e a dignidade do/a filho/a. Nestes casos, o indivíduo passa a fazer parte do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e espera-se que seja cumprido o que está previsto no ECA referente a provisória e transitoriedade do abrigo institucional na vida doméstica. O que, segundo o mesmo Estatuto, seria possível através da promoção de ações efetivas de inserção social que, no entanto, não se concretiza como deveria na realidade.

Assim, para Juliano (2005 *apud* SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006, p. 76):

“os fatores que dificultam a efetivação do caráter provisório da medida de abrigo são: a falta de integração das políticas sociais existentes; a dificuldade de interação e comunicação entre as entidades que trabalham com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social; a ausência de objetivos comuns entre estas entidades; a existência de ações pontuais e fragmentadas; a fragilidade dos recursos humanos nos abrigos, tanto na quantidade como na sua qualificação; como, também,

³¹ “Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: castigar imoderadamente o filho; deixar o filho em abandono; praticar atos contrários à moral e aos bons costumes; incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente; entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção” (Código Civil, ANO, art. 1.638).



a fragilidade das famílias, que se posicionam passivamente frente às ações que poderiam resultar no desabrigo de seus filhos.”


Por conta disso, para muitas crianças e adolescentes a situação de abrigo acaba não sendo temporária e estes/as ficam durante anos nas instituições, sem terem possibilidade de retornarem às suas famílias e nem de estarem em uma família substituta. Tal situação varia de caso a caso, bem como os reflexos e impactos que ocorrerão no processo de desenvolvimento do sujeito em questão. “Dessa forma, pode-se compreender que, para as crianças e adolescentes abrigados, a instituição de abrigo se constitui na fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento.” (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006, p. 77).

Nesse contexto, a vivência de todo esse processo (desde as situações que antecedem a entrada em um abrigo, como passar a conviver em um ambiente institucional e a possibilidade de retorno à convivência familiar ou permanência no abrigo) poderá acarretar uma série de reflexos tanto ao desenvolvimento infantil quanto do adolescente. A depender: da interação da rede de políticas sociais existentes para esta demanda e do efeito das mesmas na família e na vida desses sujeitos; da estrutura que os abrigos institucionais dispõem, bem como das relações que as crianças e adolescentes construirão neste novo ambiente; da forma que a subjetividade destes interpretará e absorverá as complexas situações vivenciadas e as intervenções feitas; dentre outras questões.

No que se refere, especificamente, aos prejuízos no desenvolvimento, o PNCFC (2006, p. 27) traz:

Crianças e adolescentes, muitas vezes, encontram-se precocemente diante dos desafios do amadurecimento e esta pressão pode ter um impacto negativo sobre o seu desenvolvimento moral (descrença nos sistemas e valores), cognitivo (crystalização de conceitos operacionais para se lidar com um cotidiano adverso que não admite experimentação e flexibilidade) e afetivo (perda de confiança nas relações de proteção com adultos e instituições).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo está intrinsecamente ligado ao psicossocial, haja vista que os reflexos que ocorrem ao psicológico faz desencadear as diversas consequências percebidas socialmente. Estas, segundo Baptista, Soares e Henriques (2013) podem ser notadas na transformação comportamental (agressividade, isolamento, agitação, dentre outros), bem como na dificuldade de relacionamento e vinculação com os sujeitos que os cerca e retardo ou precipitação em seu desenvolvimento físico, biológico e cognitivo. No entanto, não há um padrão para a ocorrência de tais consequências, afetando de maneira distinta crianças e adolescentes.



(...) a criança, sem referências consistentes, fora dos percursos definidos e normalmente prescritos para o crescimento, experimenta a pontualidade da sua existência, sente-se perdida e desvinculada de si e dos outros, só, porque, abandonada – portanto em risco, intrapessoal, interpessoal e social mais alargado. (MARTINS, 2005, p.5).


Por esse ângulo, percebe-se a relevância das relações interpessoais desde o nascimento do ser humano, pois a criança irá se definir como pessoa e se organizar psíquica e socialmente a partir da referência que cria do outro mais próximo a ela. A partir do momento que é retirada de seu ambiente familiar (o mais adverso que seja), fica submetida a uma pluralidade de olhares descomprometidos e inconstantes, seja dos/as profissionais do abrigo ou de candidatos/as a adotantes. Isto poderá ocasionar uma fragmentação do que viria a se tornar sua identidade, e, conseqüentemente, trazer sequelas ao longo de sua vida tanto no que diz respeito a solucionar conflitos internos quanto em tomar decisões frente a situações externas.

(...) especialistas em desenvolvimento humano são unânimes em destacar a importância fundamental dos primeiros anos de vida concordando que o desenvolvimento satisfatório nesta etapa aumenta as possibilidades dos indivíduos de enfrentarem e superarem condições adversas no futuro, o que se denominou resiliência. (PNCFC, 2006, p.26).

Assim, infere-se que o principal reflexo que poderá acontecer desenvolvimento psicossocial da criança (retirada de seu âmbito familiar e comunitário) é na formação de sua identidade, a qual irá ocorrer de forma conturbada, dada a falta de referências fixas. A partir disso, emergem outras conseqüências como: atraso em seu desenvolvimento cognitivo que se reflete, sobretudo, no seu processo de aprendizagem; dificuldade de vinculação duradoura e comunicação com o próximo; anomalias comportamentais como, por exemplo, excessiva agitação, ansiedade, isolamento e agressividade; retardo ou precipitação no desenvolvimento físico e biológico, levando-se em consideração as crianças em geral.

Desse modo, os aspectos verificados na infância (seja provenientes de um complexo ambiente familiar conflituoso, de determinadas experiências em um abrigo institucional ou de ambos) seguem, na maioria das vezes, para a adolescência e influenciam no delicado desenvolvimento psicossocial característico da mesma. Nesse sentido, de acordo com Siqueira (2009, p.31) “A adolescência é considerada uma fase do ciclo vital que envolve inúmeras mudanças, tanto físicas, emocionais, cognitivas quanto sociais, que requerem ajustes e adaptações internas adicionais.”.

Por esta ótica, os conflitos mais evidentes na adolescência dizem respeito a mudanças que acontecem de forma mais notória no corpo (aflorando e produzindo dúvidas referentes à sexualidade), a ideia de um futuro incerto (principalmente em se tratando da questão




profissional e econômica) e os “momentos de desequilíbrios e instabilidades extremas, sentindo-se muitas vezes inseguro, confuso, angustiado, injustiçado, incompreendido (...)”. (PRATTA; SANTOS, 2007, p. 252). Todos esses conflitos são de fundamental importância para o processo de se constituir ser humano e estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento físico e biopsicossocial.

Para os/as adolescentes institucionalizados/as, no entanto, este processo poderá ocorrer de maneira mais delicada e conturbada, com aspectos singulares que não estão pré-determinadas na ciência como características naturais dessa etapa da vida do indivíduo. Tais aspectos podem ser associados à diversos conflitos (internos e externos) já vivenciados por eles/as, tanto no ambiente familiar e comunitário, que faziam parte anteriormente, quanto na nova comunidade e ambiente de abrigo institucional onde passam por situações pontuais.

Neste aspecto, tais adolescentes, inseridos no citado contexto, enfrentarão, possivelmente, conflitos mais agudos e complexos no que concerne: ao desenvolvimento de sua autonomia, o que influenciará na sua capacidade de realizar escolhas e de se responsabilizar pelas mesmas; no seu autoconhecimento, tanto intrapessoal quanto com as mudanças fisicamente sofridas; nas influências exteriores no tocante a relações afetivas, amorosas e de amizade, bem como no contato com substâncias lícitas e ilícitas; na forma de encarar a ideia de futuro incerto (profissionalmente e nas diversas situações que compreendem o mundo adulto) o qual permeia o intelecto e interfere, de forma pontual, no psicológico de todos os/as adolescentes. (PNCFC, 2006).

Em se tratando especificamente da Casa de Acolhimento do município de Parnaíba, as profissionais entrevistadas (coordenadora, psicóloga e assistente social) destacam pontos de extrema importância para uma melhor apreensão de como e quais aspectos irão interferir no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes, os quais são retirados/as temporária ou efetivamente do convívio familiar e comunitário, encontrando-se em situação de abrigamento. Além de relatarem sobre a pouca responsabilização do Estado quanto a esta demanda, bem como da falha na interação entre a rede de políticas públicas existentes no município.

Quando levantado o questionamento se é importante ou não manter o vínculo familiar desses indivíduos, a resposta unânime foi de que é importante, mas depende da situação. Pois, a instituição visa, primeiramente, efetivar a reinserção da criança ou do adolescente em sua família e, enquanto esse trabalho é realizado, eles/elas podem receber visita dos familiares



(exceto da pessoa que negligenciou ou se proibido judicialmente). No entanto, quando o caso, após diversas intervenções e encaminhamentos, não propiciar a reintegração, a família irá perder a guarda dele/dela e então esse vínculo provavelmente não irá ser mantido, haja vista o prejuízo que acarretará ao desenvolvimento daquele sujeito.

A partir desta visão geral, a entrevistada 1 da instituição afirma:


“O vínculo familiar ele é de extrema importância né pra todos, porque é o primeiro ambiente que a criança nasce e é lá que ela vai observar modelos do qual vão ser aprendidos né e aí ela vai replicar aqueles modelos, por isso que é tão importante. Agora quando a gente fala da importância (...) depende desse ambiente porque se eu quero que essa criança se desenvolva bem, tenha um bom desenvolvimento, ele precisa ta minimamente preparado pra desenvolver essa criança e aí quando eu tenho problemas dentro do âmbito familiar que vão interferir diretamente nesse desenvolvimento, esse ambiente já passa a não ser tão... é... benéfico.”

Dessa forma, entende-se que é importante, quando possível, manter o vínculo familiar dessas crianças e adolescentes que estão na casa de acolhimento, para que não aconteçam maiores consequências e sejam evitados o afastamento completo e a perda de contato com pessoas que faziam parte do seu dia-a-dia. “O papel essencial desempenhado pela família e pelo contexto sócio-comunitário no crescimento e formação dos indivíduos justifica plenamente o reconhecimento da convivência familiar e comunitária como um direito fundamental da criança e do adolescente.” (PNCFC, 2006).

Por isso, tamanho empenho, por parte dos(as) profissionais, de que ocorra a reintegração do indivíduo à sua família, sendo ambos trabalhados através de intervenções e encaminhamentos(para demais serviços da rede socioassistencial). Havendo a articulação de todos que trabalham diretamente nas políticas de defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes, almejandoque a família tenha condições de propiciar o pleno desenvolvimento deles/as e não seja necessário a extinção do poder familiar.

No entanto, há casosem que, mesmo após o trabalho realizado, a família não se encontra apta para o retorno do indivíduo, ou seja, a reintegração não se concretiza e pode haver o rompimento de vínculo efetivo, haja vista ser prioridade o bem-estar do sujeito em questão. Como traz o art. 5º do ECA: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”.

Analisando esses indivíduos em situação de acolhimento institucional, pode-se observar, segundo as profissionais, inúmeros reflexosao desenvolvimento psicossocial




deles/as, de forma que todos/as de algum modo sofrem consequências devido às circunstâncias que os/as permearam antes de adentrar no abrigo e, também, aos novos conflitos internos e externos que enfrentam após passarem a viver neste novo ambiente. Assim, a entrevistada 2 afirma que: “(...) a gente percebe que todas elas são afetadas de alguma maneira. E, pra alguns, não é fácil a adaptação, não é?! E estar em acolhimento. Não é fácil.”

Um dos aspectos que foi citado como de maior complexidade foi a criação de vínculo deles/as com pessoas que nunca viram (profissionais, outras crianças e adolescentes), demonstrando, à princípio, grande dificuldade de se relacionar. O que é compreensível, haja vista ser um ambiente totalmente diferente do que o/a mesmo/a estava habituado (mesmo o mais adverso meio em que se encontrava). Neste âmbito a entrevistada 1 fala em nome da instituição: “(...) eu não tenho, às vezes, esse ambiente de acolhimento um ambiente extremamente propício para a construção de vínculos. Então isso impacta demais na criança e no adolescente e, principalmente no adolescente porque ele já tem uma vivência muito maior.”

Assim, observa-se reflexos ao desenvolvimento daquele/a que é institucionalizado. Desde a negligência, abandono ou situação afim que o/a mesmo/a vivia, ou ainda vive, como a retirada daquele meio ao qual estava habituado e o processo de entrada e adaptação em um abrigo. Sendo destacado ainda pela entrevistada 1 que mesmo em caso onde o sujeito apresenta sinais de violência, por exemplo, há a criação de vínculo e sair dessa situação ocasiona impacto. Isto ocorre, segundo ela, porque nesse contexto, em alguns casos, a criança ver a violência como o momento em que ela consegue a atenção por parte de seu responsável. O que acaba acarretando, às vezes, em uma difícil desvinculação.

Outrossim, o processo de vinculação a pessoas, para se ter como referência, em um abrigo se torna conturbado, dado o caráter transitório do serviço e, muitas vezes, a superficialidade das relações. “O contexto institucional não é o espaço onde se geram as relações caracterizadas pela mobilização de afetos profundos (...)” (MARTINS, 2005). E isto de torna uma grande problemática, dado esse ambiente se tornar o ponto de referência, em parcela significativa dos casos. Assim, “de acordo com importância do afeto mútuo e recíproco das relações interpessoais, torna-se crucial investir em interações mais estáveis e afetuosas no ambiente institucional (...)” (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006, p. 78)




Em se tratando de como é possível notar esses reflexos no dia-a-dia da instituição, são elencadas diversas expressões e comportamentos que eles/as manifestam. A entrevistada 3 cita a rebeldia, falta de respeito, uso de palavrões, tristeza e problemas psicológicos que os/as mesmos/as podem vir a desenvolver, necessitando de terapias e um acompanhamento particular. Já a entrevistada 2 cita, além do isolamento, as implicações, as quais acometem parcela significativa, que ocorrerem em relação à aprendizagem, ocasionando um baixo desenvolvimento escolar. Em suas palavras: “(...) tem criança que por conta da violência se afasta de outros colegas, (...) não querem contato com muitas pessoas do sexo masculino, tem outros que o desenvolvimento da escola é baixo (...)”.

Além disso, a entrevistada 1 cita também a agressividade como um comportamento expressivo no cotidiano, tanto entre eles/as quanto com os/as cuidadores/as (a coordenação e a equipe técnica sofrem menos com este tipo de comportamento por conta de um maior distanciamento). Isto se caracteriza como uma forma de reação/resposta, uma tentativa para repelir algo que está sendo desagradável e está fazendo eles/as sofrerem. Ademais, nota-se uma carência explícita nas crianças até 6 anos como descreve a entrevistada 1: “(...)eles têm (...) uma carência muito grande. Então esse impacto é de que eu quero atenção, eu quero me aproximar, e as vezes essa atenção é uma birra, mas as vezes essa atenção é chamar, é puxar, é pedir abraço, é através da troca do alimento, da leitura, de um colo.”.

Desse modo, as expressões e comportamentos, que representam consequências dos reflexos sofridos, são variados e mostram de que forma aquela criança ou adolescente está sendo afetado/a, tanto por alguma situação adversa que ocorreu em seu âmbito familiar quanto por ser retirado deste meio ao qual estava vinculado e ser inserido em um abrigo (mesmo que seja a opção mais cabível no momento, há a interpretação particular do indivíduo). Ademais, transmite seus medos, fraquezas, anseios, tristezas e de que forma seu psicológico está absorvendo e sendo impactado por essas situações vivenciadas.

Nesse sentido, de acordo com a coordenação e a equipe técnica da Casa de Acolhimento, os reflexos sofridos irão, de alguma forma, refletir na vida adulta do indivíduo. Não necessariamente de forma negativa, pois irá depender de como ele/ela absorveu os acontecimentos, o trabalho realizado nas políticas públicas que participou e suas vivências, relacionamentos e criação de vínculo dentro e fora da casa. Ou seja, os desdobramentos que surgem na vida adulta variam por levar em consideração a subjetividade de cada ser. Dessa



forma, não se trata de um futuro predestinado, faz-se necessário analisar particular e singularmente cada indivíduo.

A partir desta ideia geral a entrevistada 1 discorre em relação a esses aspectos na vida adulta:


“(...)vai depender de cada caso, de cada um, de como ele individualmente absorveu isso, a vivencia dele, visto por ele aí a gente tem que analisar realmente esse viés pra poder ta propondo uma ideia do que poderia ser, de que tipo de impacto, que conseqüências teriam né na fase adulta. E até mesmo, principalmente, depois que ele sair daqui.”.

Por essa visão, os reflexos ao desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes retirados/as de seu ambiente familiar e comunitário influenciarão no ser humano enquanto adulto, dado a vida ser um processo contínuo em que vai sendo agregado aprendizado, conhecimento, frustrações, dentre outras questões que permeiam a existência humana. Podendo ser uma influência positiva ou negativa – não havendo uma regra predeterminada –, a depender de cada caso, das intervenções e encaminhamentos realizados, da reinserção ou não no meio familiar, das condições desta para propiciar o desenvolvimento do indivíduo, da qualidade e suporte das políticas públicas, do ambiente de abrigo institucional oferecido e das relações no mesmo, das questões subjetivas e afins.

Assim, verifica-se que a retirada de crianças e/ou adolescentes do convívio familiar e comunitário é algo muito delicado e complexo que deve ser analisado cautelosamente antes de ser realizado, haja vista os diversos reflexos psicossociais que a institucionalização poderá acarretar aos mesmos/as. Destarte, segundo Oliveira e Barros (2015) a institucionalização ocasiona a violação do direito desses indivíduos à convivência familiar, além de comprometer seu lado emocional e desenvolvimento social.

Por isso, torna-se interessante, após a aquisição das informações contidas nesta pesquisa, um investimento significativo, por parte do Estado com o auxílio da população em geral, no que diz respeito à prevenção da retirada desses indivíduos do meio familiar e comunitário e do rompimento de vínculo. De forma que a Proteção Social Básica funcione de forma ainda mais efetiva, com o acompanhamento das famílias por profissionais capacitados e com recursos disponíveis para o desenvolvimento de um trabalho voltado para as maiores problemáticas presentes na comunidade.

A entrevistada 1 da instituição em questão ainda destaca que: “O Estado ele tem que pensar na questão da prevenção realmente porquê (...) algumas situações que nós vivenciamos aqui, isso poderia ter sido trabalhado antes né.”. Neste contexto, a profissional ainda destaca a



necessidade de implantação de um CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil) no município, a fim de que se tenha um atendimento propício a crianças e adolescentes com transtornos mentais. A mesma afirma que tal atendimento não deve ser realizado no mesmo CAPS destinado a adultos, mas em um local próprio, com profissionais especificamente preparados para atendê-los/as.


Por conseguinte, o Estado, através de políticas públicas de qualidade, deve oferecer às famílias condições suficientes para que as mesmas possam educar, apoiar e proteger seus filhos/as. De forma que estes sejam contemplados com adequado desenvolvimento, sem que haja a necessidade de retirá-los/as de tal ambiente. No entanto, no Brasil essa parceria Estado-família-sociedade não se concretiza como deveria, dado o contexto histórico de enorme desigualdade social, injustiça, discriminação, preconceito e outras expressões que marcam o país até a contemporaneidade e dificultam o acesso da população aos seus direitos.

Proteger e fortalecer vínculos familiares e comunitários tem sido desafios constantes tanto do Estado como da sociedade brasileira, tendo em vista essas desigualdades sociais condições que interferem nas relações, e expressam uma forma de risco social e vulnerabilidade na vida dessas pessoas. (DIAS; SILVA, 2012, p.184).

Assim, somente quando for inevitável a retirada do meio familiar e comunitário que ela deve ocorrer. De maneira que o Estado possibilite toda uma estrutura competente para receber e amparar essas crianças e adolescentes. O que, segundo as profissionais, não ocorre de forma satisfatória na Casa de Acolhimento, dado a omissão do Estado, a falta de recursos e de profissionais. Neste ponto foi citada a falta de uma pedagoga e de outra psicóloga que faça o acompanhamento direto com as crianças, haja vista que a única profissional da área realiza um trabalho técnico na instituição.

“Apesar de o abrigamento ser uma medida de proteção excepcional e temporária, é possível observar que muitas crianças e adolescentes permanecem por muitos anos institucionalizados, embora mantenham contato com a família.”. (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006, p. 413). Por este motivo, torna-se imprescindível o direcionamento do recurso essencial para essas instituições se manterem da forma como direciona o ECA e o PNAS. Dado que a infraestrutura, bem como a possibilidade de realizar atividades, a qualificação dos profissionais e tudo que rege o bom funcionamento do abrigo são pontos cruciais.

Apesar das circunstâncias, as profissionais tentam atuar da melhor forma, buscando, a princípio, possibilitar a reintegração do indivíduo. Para isso, realiza trabalhos com a família e



com a criança ou adolescente, contando com os demais dispositivos da rede e fazendo encaminhamentos para as outras políticas públicas existentes no município. O que, apesar de apresentar inúmeras falhas, é útil para o desenvolvimento deles/as como retrata a entrevistada 2: “Então, todas as atividades que o município disponibiliza (...) a gente vai inserindo eles. Então isso, de fato né, é... ajuda no desenvolvimento biopsicossocial dessas crianças e desses adolescentes.”

Busca-se, dessa forma, que ocorra a efetivação no que concerne à provisória e transitoriedade do acolhimento institucional previstos no ECA. Acerca disto, Siqueira e Dell’Aglio (2009, p. 414) destacam:


Torna-se importante a criação de mecanismos sociais que promovam a provisoriedade e transitoriedade desta medida de proteção, a partir de ações conjuntas entre as instituições e as famílias, para que um planejamento seja traçado com vistas ao retorno familiar, de forma que os efeitos de um período prolongado numa instituição sejam diminuídos. (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2009, p. 414).

Para que isso seja alcançado, a responsabilidade pelo pleno desenvolvimento infantil e dos/as adolescentes não pode se restringir apenas à família. Esta, compartilha tal incumbência com o Poder Público brasileiro e a sociedade em geral, os quais devem responder com compromisso e assegurar, de forma prioritária, todos os direitos desses seres humanos (ECA, 1990, art. 4º). De maneira que seja, de fato, priorizado a promoção, proteção e defesa do direito desses ao convívio familiar e comunitário, a fim de que reflexos negativos não coloquem em perigo o desenvolvimento psicossocial dos mesmos.

CONCLUSÃO

Nota-se um considerável avanço (após a promulgação da Constituição Federal em 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990) no que diz respeito a forma de tratar as crianças e adolescentes do país que se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Entretanto, ainda não ocorre a plena responsabilização do Estado frente a esta demanda, bem como ainda persiste o estigma sobre os indivíduos institucionalizados decorrente da falta de conhecimento e sensibilização de parcela da sociedade.

Por conta disso, tem-se um impasse para a real concretização das prerrogativas contidas no ECA e de diversas diretrizes que norteiam as políticas públicas referentes a essa demanda. O que ainda impossibilita na sociedade contemporânea que ocorra, de fato, a diminuição da necessidade de institucionalização e até mesmo que seja garantido a provisória e transitoriedade desta medida de proteção, objetivando a possibilidade de as famílias terem



condições concretas para propiciar o pleno desenvolvimento da criança ou adolescente na comunidade onde vivem.

Esta impossibilidade, juntamente com o cenário atual de retirada de direitos da população (implementada pelo governo neoliberal), torna quase inalcançável o pleno desenvolvimento psicossocial dos indivíduos que se encontram em situação de risco no âmbito familiar e comunitário em que vivem, os quais são retirados do mesmo para serem inseridos em um ambiente de acolhimento institucional. Este as vezes sem condições adequadas para abriga-los, seja por falta de recursos materiais, de pessoal e outras questões.

Nesse complexo contexto, observam-se os reflexos e consequências que ocorrem ao desenvolvimento psicossocial desses sujeitos em discussão, podendo ser notadas suas diversas formas de manifestação diária e a longo prazo, além de suas consequências para a vida dos mesmos e da sociedade em geral. Assim, faz-se necessária uma discussão mais ampla com toda a população acerca dos assuntos tratados na presente pesquisa, como modo de prevenir os rompimentos de vínculos e, conseqüentemente, evitar os aspectos citados, os quais prejudicam tanto as crianças e adolescentes envolvidos como toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Cássia. **Estudos contemporâneos de cultura**. Campina Grande. UEPB/UFRN, 2008. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Estudos_Contemporaneos_Cultura/Est_C_C_A08_J_GR_260508.pdf>. Acesso em: 13 abril 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm>. Acesso em: 15 novembro 2017.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado, 1990.

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Social** (2004). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 12 abril 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária** (2006). Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>>. Acesso em: 17 novembro 2017.

BAPTISTA, Joana; SOARES, Isabel; HENRIQUES, Margarida. **Psicologia. O impacto da adoção no desenvolvimento da criança.** Lisboa, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492013000200003>. Acesso em: 23 outubro 2017.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 73-97.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional.** Brasília. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>>. Acesso em: 08 junho 2018.

DIAS, Maria Sara; SILVA, Rosana. **O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes.** Tuiuti: Ciência e Cultura, Curitiba, n. 45, p. 177-188, 2012.

GONÇALVES, Raquel. **Adoção-Reflexos do Procedimento.** 2009. 28f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul: 2009.

GULASSA, Maria Lúcia. **Novos rumos do acolhimento institucional.** São Paulo. Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA). 2010. Disponível em: <<https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20do%20acolhimento.pdf>>. Acesso em: 12 abril 2018.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.


MARTINS, Paula. O DPS da criança em contexto de vida institucional. **O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional – elemento para uma análise da ecologia da interpeçoalidade.** Universidade do Minho: Departamento de Ciências da Educação da Criança, 2005. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6750>>. Acesso em: 23 outubro 2017.

OLIVEIRA, Jordana; BARROS, Solange. **A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: algumas considerações sobre este problema.** Revista Simbólica, Espírito Santo, v. 3, n.1, jan. 2016.

PRATTA, Elisângela; SANTOS, Manoel. **Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007.

SIQUEIRA, Aline. DELL'AGLIO, Débora. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura.** Psicologia & Sociedade. V. 18 (1), p. 71-80, jan/abr. 2006.

SIQUEIRA, Aline. **Crianças, Adolescentes e Transições Ecológicas: Instituições de Abrigo e Família como Contextos de Desenvolvimento.** 2009. 262f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul: 2009.



SIQUEIRA, Aline; DELL'AGLIO, Débora. **Crianças e adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. 3, p. 407-415, jul/set 2010.

WEBER, L.N.D. **Da Institucionalização à adoção: um caminho possível?**, Revista Igualdade, Paraná, n. 9, p. 1-9, 1995.



CAPÍTULO 12

O ILUSTRE ESCRAVO INÁCIO DA CATINGUEIRA E A SUA PELEJA CONTRA O IMPÉRIO DA ESCRAVIDÃO NO SERTÃO DA PARAÍBA

Antonio Martins de Oliveira, Univ. Autônoma de Barcelona

RESUMO


A historiografia paraibana da primeira metade do século XX, tentando contribuir com a construção governamental de uma boa imagem do Brasil no exterior, pintou um quadro irreal da sua escravidão no século anterior, negando o real papel do negro na produção econômica sertaneja. Esta prática, por um lado, seria um reflexo da cultura elitista sertaneja da época e, por outro, daria suporte a tal cultura, perpetuando-a até os dias atuais. No entanto, esta produção historiográfica começa a se redimir a partir de 1979, com o trabalho da professora Diana Galliza e, a partir de então, as teses de pós-graduação começam a refletir um novo olhar para o personagem negro na história da Paraíba. Inácio da Catingueira, um escravo artista da segunda metade do século XIX, se insere nesse contexto de negação historiográfica, mas, com o seu talento extraordinário e sua personalidade pacífica, sobreviveu a toda condição de subjugação e esquecimento, e se tornou um personagem ilustre para o seu povo.

Palavras chave: Inácio da Catingueira, Peleja no Sertão, Inácio e Romano.

1- INTRODUÇÃO

A produção historiográfica paraibana na primeira metade do século XX, em consonância com os anseios das elites empresariais e da política governamental de recuperação econômica do Estado no século anterior, então em plena crise da cultura canavieira e do tráfico internacional de escravos, buscou dar sua contribuição na construção de uma boa imagem do Brasil no exterior, pintando um quadro irreal da escravidão na Paraíba. Para tanto, produziu uma narrativa de negação do real papel do negro na produção econômica sertaneja, uma prática que, por um lado, refletia a cultura elitista sertaneja da época e, por outro, daria suporte a que essa cultura se perpetuasse até os dias atuais, produzindo enormes injustiças contra esse povo trabalhador e inovador da cultura brasileira.

Esta história começa a mudar quando, a partir de 1979, o trabalho de pesquisa da professora Diana Galliza é divulgado e começa servir de referência para a produção de trabalhos acadêmicos de pós-graduação, apresentando um novo olhar para o personagem negro na história da Paraíba. O historiador José Octávio vai definir essa fase da produção intelectual como Nova Historiografia Paraibana (MELLO, 1988).



Inácio da Catingueira, um escravo artista que viveu entre 1843 e 1879, período que nos interessa estudar aqui, se insere nesse contexto de negação historiográfica do personagem negro na segunda metade do século XIX, mas é resgatado pela memória de quem assistiu à sua prolapada peleja poética com um fazendeiro da região, da qual foi vencedor, demonstrando, com o seu talento e sua capacidade de arguição, que todo o sistema de sustentação ideológica da escravidão, oriunda da Europa, era uma falácia! E, esta novidade, que tomaria conta das pessoas presentes ao evento, principalmente o grande público de negros escravos e alforriados, coincidiria com o momento histórico de mudanças na mentalidade popular do final daquele século e consagraria aquele personagem na memória da região até os dias atuais.

2- A negação da escravidão na historiografia paraibana


Estudos realizados nos anos de 1990, pela professora Diana Soares de Galliza, identificam, nos principais autores da historiografia paraibana, a negação da presença massiva do escravo negro no sertão e do seu emprego efetivo na produção econômica local, sob argumentos por ela questionados, dentre os quais o de que o negro no sertão seria usado apenas como um artigo de luxo pelos seus senhores, não como mão-de-obra nos labores das fazendas: *“De um modo geral, os historiadores que analisaram a economia sertaneja desprezaram o papel desempenhado pelo escravo negro ou atribuíram-lhe pouca importância na organização do trabalho nessa região”* (GALLIZA, 1979: p. 80). Por esta razão, seu trabalho é apontada, por José Octávio de Arruda Mello, como a culminância das *“inspirações pró-negras na Nova Historiografia Paraibana”* (MELLO, 1988: p. 122) e, realmente, hoje é possível comprovar essa afirmativa de Mello ao pesquisarmos sobre esse tema, pois verificamos a presença, direta ou indireta, de Galliza nas diversas teses de mestrado e doutorado, trazendo uma nova visão acerca da presença cativa africana no sertão paraibano, com um rico levantamento de dados históricos primários, buscados nos cartórios de cidades como Piancó e Pombal, dentre outras, além de outras fontes de pesquisa.

Vejamos os argumentos de dois principais autores questionados por Galliza.

I- Capistrano de Abreu (1853-1927):

Capistrano de Abreu declarou que a presença dos negros africanos no criatório se justifica, “não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abastança” (GALLIZA, 1979: p. 80).

II- Irineu Joffily (1886-1964):



Para semelhante modo de vida só era adaptada a raça americana; a africana era inteiramente incapaz, e, por isso a maior parte do pessoal de uma fazenda era de raça indígena, havendo somente para o serviço doméstico nas principais, entre escravos de fábrica, alguns africanos (GALIZZA, 1979: p. 95)

Entre os argumentos para explicar “este facto, aparentemente estranho” destacou que foi devido ao “orgulho que tinham algumas famílias de demonstrar opulência pelo número de cativos que possuíam” (GALIZZA, 1979: p.81)

A autora assegura que não encontrou subsídios que comprovassem a tese de que o escravo negro não teve desempenho na economia sertaneja e que sua presença houvera constituído apenas um “elemento de magnificência e fausto” no sertão paraibano, e cita algumas razões para isto:

Em primeiro lugar, o estilo de vida do sertão contraria a asseveração de que o negro no criatório fora, apenas, fator de ostentação. A maioria dos fazendeiros tinha uma vida simples. Os inventários denotam que predominavam as habitações de taipa e de baixo valor pecuniário. (...) As boas moradas construídas em tijolo, no valor de 2:000\$000 [2 contos de réis], como encontramos no inventário de Bento José da Costa, constituíram exceção (GALIZZA, 1979: pp. 86-7).

Por outro lado, Mello assevera que:

Muito diferente era a situação do escravo do campo, pois para compensar o alto preço por que era adquirido, ou o elevado investimento com a sua criação, tinha que produzir muito e consumir pouco. A faina no campo era de sol a sol com ligeiros intervalos para o café e um frugal almoço. Voltavam com o sol posto para o jantar, mas o trabalho continuava pela noite a dentro... (MELLO, 1988: p. 49).

Para entendermos bem os argumentos de Mello, acima, precisamos saber o preço do escravo no período que nos interessa estudar: 1843-79. Para tanto, vejamos a tabela de preços do escravo negro masculino de 15 a 29 anos de idade, entre os anos de 1843 e 1875:

ANO	Preço em MIL RÉIS
1843	550
1848	460
1850	650
1851	610
1852	870
1853	960
1854	980
1855	1:200*
1856	1:700
1857	1:450
1858	2:000
1859	1:800
1860	2:030

1861	1:750
1862	1:860
1863	1:920
1864	1:970
1865	2:000
1866	1:500
1867	1:700
1871	1:770
1872	1.920
1873	1:600
1874	1:000
1875	2:200

*1 Conto e 200 Mil Réis

Fonte: GALLIZA, 1979: pp. 112-3

Estes dados nos dão a noção exata do poder capital do preço de um escravo, comparando-os com outro, expresso na seguinte frase: “*As boas moradas construídas em tijolo, no valor de 2:000\$000, como encontramos no inventário de Bento José da Costa, constituíram exceção*” (GALLIZA, 1979: p. 87). Ou seja, o preço de um escravo negro masculino, em 1875, era ainda menor do que o de uma casa de luxo no sertão! Dessa forma, os argumentos apresentados acima para desconstruir a ideia de que não houve escravidão no sertão paraibano, ou que, na pior das hipóteses, a escravidão teria sido algo brando, sem a rigidez e a crueldade que marcaram esse sistema desumano no Brasil, acreditamos que são suficientes para atestarmos que tal ideia não se baseia em dados históricos concretos e comprováveis, mas, possivelmente, em uma tentativa dos historiadores de amenizar tal realidade, em consonância com interesses governamentais, no sentido de limpar a imagem da Paraíba, e do Brasil, perante a opinião internacional que pressionava o país a extinguir sua escravidão. É isto que fica patente na fala do governador da Paraíba, Frederico de Almeida Albuquerque, em 1872:

A lei nº 2.040, de 28 de setembro do ano passado, recebida nesta província com unânime aprovação de seus habitantes, essa lei eminentemente sábia, que resolveu o importantíssimo e assaz difícil problema social da emancipação dos escravos pelo modo o mais convincente, sem abalo da propriedade agrícola, e sem comoções, extinguindo em um lapso de tempo não longo essa instituição que nos legaram os nossos maiores, mas que nos envergonharam perante o mundo civilizado, e retardava o progresso moral e material sem inconvenientes (GALLIZA, 1979: pp. 168-9)

Ou seja: “*lei eminentemente sábia*”, nos remete à participação de intelectuais na sua elaboração; “*que resolveu... pelo modo mais convincente*”: a quem e do que queria o governo

convencer?; “*sem abalo da propriedade*”, ou seja, sem atingir os interesses dos fazendeiros; “*sem comoções*”, quer dizer, sem revoltas populares; “*essa instituição que nos legaram os nossos maiores*”, é o mesmo que dizer: a culpa não é nossa!; “*que nos envergonharam perante o mundo civilizado*”: aqui vemos a preocupação do governo com a opinião internacional, que “*retardava o progresso moral e material sem inconvenientes*”.

Infelizmente, vamos encontrar muitas tragédias na nossa história e explicações que encobrem suas reais razões, numa tentativa das classes dominantes de pintarem uma história “*para inglês ver*”: entendamos melhor essa expressão.

3- O declínio do sistema escravista no sertão paraibano

O fim do tráfico internacional de escravos, exigido pela Inglaterra em 1859, contrariando os interesses dos fazendeiros e do governo, provocaria o declínio do sistema escravista na Paraíba, o que forçaria o governo a criar alternativas para salvar a economia do Estado, então dependente da mão-de-obra escrava. Esta proibição, aliada à crise na cultura açucareira, no litoral, e a grandes secas, na região sertaneja, teria como solução o escoamento dos escravos para o mercado da região Centro-Sul, que se encontrava carente dessa mão-de-obra para o cultivo do café, devido, por um lado, à desvalorização do escravo no mercado local e, por outro, ao aumento do seu preço no mercado interestadual. Portanto, isto constituía uma medida para que os fazendeiros pudessem se desvencilhar de seus escravos e, ao mesmo tempo, obter renda para saudar suas dívidas (GALLIZA, 1979; MONTEIRO, 1987). Dessa forma, a Paraíba foi perdendo seus escravos ano a ano, conforme o quadro abaixo:

ANO	ESCRAVOS NA PARAÍBA
1852	28.566
1872	21.526
1884	19.778

Fonte: GALLIZA, 1979: p. 36

O sertão, apesar de ser uma zona econômica dedicada à cultura de criatório, também sofreria o impacto da crise na zona açucareira, primeiro, porque grande parte do seu produto era destinada ao consumo no litoral, tanto na Paraíba como em Pernambuco, e, depois, porque boa percentagem da escravaria do Estado paraibano estava nessa microrregião, conforme o quadro:

ANO	ESCRAVOS NO SERTÃO	%
1852	9.558	33,46
1872	8.221	38,19
1884	8.083	40,87

Fonte: GALLIZA, 1979: p. 54

Dessa forma, ou seja, enfrentando a crise econômica e as devastadoras secas ocorridas entre os anos de 1852 e 1884, os fazendeiros do sertão não poderiam, por um lado, usar seus escravos apenas como artigos de luxo, deixando de empregá-los nas atividades laborais diárias, e, por outro, deixar de obter renda com a venda dos escravos excedentes para pagar suas dívidas. Isto, além da mortandade e dos suicídios de negros, causados pelos maus tratos e pela fome, principalmente nos anos da “Grande Seca” (1877-79), explicaria essa diminuição do número de escravos na região (GALLIZA, 1979; MONTEIRO, 1987; BARREIRO, 2002). Em 1879 Inácio da Catingueira morre.

4- Catingueira e o seu entorno


Nesse período da segunda metade do século XIX, Catingueira era apenas um agrupamento de casas de taipa denominado Povoado de São Sebastião, pertencente a Piancó e localizado ao leste deste município, no caminho que leva à capital. No seu entorno já existiam Pombal, Patos e Teixeira, cidades mais importantes da região. Para entendermos Catingueira, precisamos entender a influência desse entorno.

Começemos pelos dados relativos ao quantitativo de habitantes livres e escravos nestas cidades (com exceção de Teixeira), nos anos de 1852 e 1872:

1852	LIVRES	ESCRAVOS	%
Pombal	4.183	915	20,2
Piancó	7.894	997	12,2
Patos	-	544	-

1872	LIVRES	ESCRAVOS	%
Pombal	11.800	1.800	10
Piancó	13.057	612	4,7
Patos	13.265	830	6,2

Fonte: GALLIZA, 1979: pp. 83-4



Como podemos ver, o número de escravos das principais cidades do entorno de Catingueira era bastante alto, considerando-se o baixo povoamento de livres na região. Isto implica a existência de uma forte economia local e um trânsito comercial significativo entre estas cidades, e é este contexto que propicia o surgimento do então Povoado de São Sebastião, situado exatamente na intersecção destas localidades.

5- A história de Catingueira


De acordo com Wilson Nóbrega Seixas, no seu livro “Viagem Através da Província da Paraíba”, Luiz Antônio da Silva Nunes foi o primeiro governador da Paraíba a viajar por todo o Estado para reconhecer as condições de suas estradas e a estrutura dos seus municípios, objetivando otimizar o trânsito comercial para a capital. Essa tarefa foi levada a cabo no ano de 1860, época em que o meio de transporte eram cavalos e mulas, o que fez a comitiva governamental viajar por cerca de 30 dias, fazendo breves paradas para visitas, nas principais cidades, e também para descanso, nas fazendas distribuídas pelo caminho.

O caminho principal que ligava a capital ao sertão, no século XIX, fazia o seguinte percurso: CAPITAL – Santa Rita – Pilar – Ingá – Campina Grande – Cabaceiras – São João do Cariri – Teixeira – (**Fazenda Catingueira**) – Piancó – Souza – Catolé do Rocha – Pombal – Patos – Santa Luzia – Alagoa Nova – Areia – Bananeiras – Independência – Mamanguape – CAPITAL (SEIXAS, 1985).

Esse registro de Wilson Seixas é fundamental para este trabalho, uma vez que não encontramos, na literatura afim, outra referência documental com estas informações. Ele põe em evidência a cidade de Teixeira, ignorada por outros autores e por diversos trabalhos acadêmicos estudados por nós, e nomeia a Fazenda Catingueira, localizando-a geograficamente, além de dar algumas de suas características e de identificar os seus donos, como se segue:

Da fazenda Santo Estêvão seguiu S. Exa. às 5 horas e três quartos da tarde, indo pernoitar na fazenda Catingueira, propriedade do Sr. Pedro Firmino da Costa... Nesta fazenda há açude, casa de vivenda coberta de telha com copiar e bem espaçosa (SEIXAS, 1985: p. 80).

Deve-se a Pedro Velho Barreto a colonização e fundação do hoje município de Catingueira. Segundo consta, com sua morte, a viúva Joana da Maia da Rocha ficou como tutora dos seus filhos órfãos, tendo nomeado como seus procuradores, no sertão, aos seus genros Manoel Moreira d’Alto e João Pereira de Oliveira, os quais requereram e obtiveram a confirmação de suas terras, que houve por compra ao senhorio da Casa da Torre da Bahia. (...) Com o desaparecimento mais tarde de dona



Joana passou a propriedade Catingueira ao domínio dos seus filhos e netos (SEIXAS, 1985: p. 146).


E continua Seixas, falando de um fato que marcaria a fundação da cidade:

Ainda vivia, em 1856, dona Joana, quando irrompeu em toda a Província uma epidemia do “cólera-morbus”, tendo uma filha daquela senhora feito uma promessa a São Sebastião que, se [a Fazenda] Catingueira saísse livre daquele mal, faria uma doação de terra para patrimônio da capela a ser ereta com aquela invocação. A graça foi alcançada, mas a doação só se verificou mais tarde depois da morte de dona Joana da Maia, através do filho Francisco Alves de Abreu, na presença do padre Herculano. A família de Pedro Firmino da Costa também contribuiu em favor da construção da capela (SEIXAS, 1985: p. 146-7).

Luiz Nunes, no seu livro “Inácio da Catingueira: o gênio escravo”, também relata a origem da cidade atribuindo os mesmos fatos fundacionais: a existência da fazenda Catingueira, o surto do cólera, a promessa a São Sebastião e a doação do terreno à Igreja:

A cidade de Catingueira teve a sua origem na fazenda organizada por Pedro Velho Barreto em meados do século XVIII, nos sertões de Piancó. Na segunda década do século passado [séc. XX] começou a adquirir expressão urbana com a construção das primeiras casas da povoação. Localizada às margens da estrada que liga as regiões de Piancó e Espinharas foi, aos poucos, se beneficiando da condição de pousada dos que transitavam por ali. A cura de uma pessoa acometida de cólera morbo, resultante de uma promessa feita a São Sebastião por um descendente de Pedro Velho Barreto, motivou a construção da capela que tinha como orago o santo a quem se atribuíram os milagres (NUNES, 1979: p. 23)

Este autor, no entanto, atribui a origem e denominação da cidade, não à Fazenda Catingueira, como afirma o primeiro, mas à suposta existência de uma árvore chamada catingueira, sob a qual os viajantes dos vales do Espinharas e do Piancó aproveitariam a paragem sombreada para descansar. Esta hipótese nos parece improvável, uma vez que carece de elementos históricos concretos para corroborá-la. O mais provável é a hipótese de Seixas, de que a Fazenda Catingueira deu origem e nome à cidade, para a qual elencamos alguns fatores concretos que sugerem sua maior veracidade: I - O local faz a junção, até hoje, entre os vales do Espinharas e do Piancó; II- Os viajantes e comerciantes que passavam pelo local frequentavam as cidades do entorno: Teixeira, Patos, Pombal e Piancó, fazendo deste ponto um local de encontro, de descanso e, também, de comércio para as fazendas da região; III- Há, ainda hoje, na localidade, um olho d’água perene, ao pé da serra, que serve à população da região, principalmente em tempos de grandes secas; IV- É bastante provável que o local, sendo o limite das fazendas da região e cortado por caminhos de uso comum dos viajantes da região e das capitais da Paraíba e Pernambuco, com o tempo se tornara um povoado de trabalhadores das fazendas para estabelecer comércio com os ambulantes, além de obter notícias do Império; V- Também é provável que a escolha das terras para doação à Igreja, e



posterior fundação do povoado, tivera como motivação a pré-ocupação do espaço para estabelecimento do comércio; VI - É razoável deduzir que a origem do nome do povoado e do escravo “Inácio da Catingueira” não tenha sido uma suposta árvore no meio do sertão, mas a Fazenda Catingueira, que tem sua existência documentada; VII-Durante a breve vida do escravo Inácio, o nome do povoado era apenas “São Sebastião”, só modificado para “São Sebastião da Catingueira” em 1887, bem posteriormente à sua morte, em 1879; seu nome, portanto, faria referência à fazenda: “Inácio da Fazenda Catingueira”, não à cidade: “Inácio da Cidade Catingueira”, ou a uma árvore: “Inácio da Árvore Catingueira”.

Portanto, a hipótese de Seixas, apoiada por estes fatores, descarta o relato fundacional da cidade Catingueira com base na suposta existência da árvore catingueira, que teria servido de paragem aos viajantes da região e motivo para a denominação da localidade. Isto implica, também, que redefinamos o papel histórico do escravo Inácio em todo esse processo.

6- O escravo Inácio da Catingueira


Diferentes autores falam da existência de Inácio da Catingueira, tais como Câmara Cascudo, Padre Otaviano, Luiz Nunes, Linda Lewin e Graciliano Ramos, dentre outros. Isto comprova a existência histórica desse personagem, mas nem todos eles explicam, de forma aprofundada, sua sobrevivência a centenas de anos já passados de sua morte. Vejamos o que eles dizem e, de nossa parte, vejamos o que poderemos acrescentar. Primeiro, destacaremos as explicações de cada autor e, depois, apresentaremos nossas descobertas, feitas a partir da comparação de dados encontrados.

Começando por **Luiz Nunes**, podemos verificar que esse autor vê no escravo Inácio um talento excepcional que, não obstante a diferença gigantesca entre escravo e senhor, que implica uma condição dramática no século XIX, o põe em perfeita igualdade com o fazendeiro, dono de escravos, e nos diz:

A cantoria realizada na antiga vila de Patos, se não foi tão prolongada no tempo, como quiseram alguns, ficou gravada para sempre na memória da gente sertaneja como acontecimento maior no gênero, em razão da reconhecida fama e assombrosa participação de excepcionais cantadores (NUNES, 1979: pp. 33-4).

Câmara Cascudo, por sua vez, elogia bastante o escravo, falando de suas qualidades, e nos diz que Inácio foi um:

Cantador lendário e citado orgulhosamente por todos os improvisadores do sertão. Seus dotes de espírito, a rapidez fulminante das respostas, a graça dos remosques, a fertilidade dos recursos poéticos, a espantosa resistência vocal, ficaram celebradas perpetuamente. Sendo negro e analfabeto, não trepidou enfrentar os maiores cantadores de seu tempo, debatendo-se heroicamente e vencendo quase todos. Foi o



único homem que conseguiu derrotar Romano da Mãe d'Água, depois de cantarem juntos oito dias em Patos, luta que é a página mais falada nos anais da cantoria sertaneja (CASCUDO, 1939: p. 257).

Padre Otaviano, embora ainda refletindo a mentalidade racista da época, busca infundir uma reflexão crítica acerca das condições do escravo, e nos diz:

Por isso, estamos aqui reunidos, em torno de uma inteligência, bárbara sim, mas as suas chamas o vento do passado não conseguiu engolir. Inteligência que brilhou no cérebro de um escravo que, hoje, é maior e mais admirado do que o seu senhor. Aquele, grande e este, pequeno, humilhado pelo sainete aviltante da escravidão, é quem merece palmas da posteridade. Glorifica-se o escravo, e do senhor não se fala. (...) Ninguém, hoje, escreve a história de Catingueira sem falar de Inácio. Um negro cativo que imortalizou a sua terra! (OTAVIANO, 1948: p. 8)


Graciliano Ramos, em seu relato um tanto crítico, reconhece, não obstante, o fenômeno que representou o escravo Inácio, e nos diz que:

No interior da Paraíba há mais de meio século dois cantadores famosos, ouvidos com admiração e respeito em cidades e vilas: Inácio da Catingueira, preto, e Romano, branco, de boa família, cheio de fumaças. O negro, isento de leituras, repentista por graça de Deus, exprimia-se com simplicidade, na língua comum do lugar. O branco exibia conhecimentos: andara uns meses na escola e, em razão da palmatória e dos cascudos, saíra arrumando algarismos, decifrando por alto o mistério dos jornais e das cartas. Possuía um vocabulário de que não alcançava direito a significação e lhe prejudicava certamente o estro, mas isto o elevava no conceito público (RAMOS, 2002: p. 69).

Linda Lewin, uma autora norte-americana que esteve em Catingueira para pesquisar a vida de Inácio e, segundo ela, teve acesso direto aos muitos documentos em poder dos descendentes do dono do Inácio, situa o personagem escravo no contexto das grandes mudanças por que passava a região, na segunda metade do século XIX:

Por que a coragem e audácia de Inácio nunca foram esquecidas? A memória coletiva indelevelmente registrou a essência do Texto Catingueira, mais do que do Texto Teixeira, porque se deu em sintonia com o momento histórico em Patos. As réplicas de Inácio agradaram um público em massa que havia começado a experimentar mudanças fundamentais na ordem social prevalecente, baseada historicamente nos “*brancos da terra*” que, enquanto proprietários de escravos, impunham uma deferência social externa, senão uma obediência interna. A receptividade popular à refutação de Inácio ao desdém aferroado de Romano merece, portanto, ser interpretada à luz da mudança social no sertão nos anos de 1870 (LEWIN, 1998: p. 20).

Em resumo, vemos que Luiz Nunes e Graciliano Ramos falam de igualdade entre os dois cantadores, o que, se falamos em talento, podemos concordar, mas, se falamos nos demais aspectos: condição social, estudos, família, liberdade, alimentação, vestimenta, segurança, trabalho, etc., esta igualdade estava infinitamente longe de existir! Já o Padre Otaviano e Linda Lewin falam que ele sobreviveu na história graças, por um lado, à sua capacidade criativa e seu talento individual e, por outro, ao contexto de fama que ele adquiriu



com o seu trabalho. Estas considerações certamente que nos oferecem uma boa explicação para o fenômeno, porém queremos acrescentar outros elementos.


A partir da leitura e comparação de dados históricos, podemos afirmar que Inácio, desde menino, em contato com os comerciantes ambulantes de toda a região, fora aprendendo a raciocinar rápido e a negociar de forma inteligente com os clientes do seu senhor, o que, aliado à sua capacidade criativa e, certamente, brincalhona (uma característica dos repentistas emboladores atuais), conseguiria desenvolver o seu modo particular de trabalhar através da música e da simpatia. Isto transformaria, com o tempo, os seus clientes em público assistente, e lhe renderia a admiração de todos que, ao passarem por fazendas e povoados, até chegarem à sua cidade de destino, divulgariam as façanhas artísticas daquele jovem “Inácio da Fazenda Catingueira”, espalhando sua fama por terras distantes, como afirma o padre Otaviano:

Inácio da catingueira não se tornou conhecido somente no sertão do seu nascimento. A sua fama de repentista varou o Estado, foi ao Ceará, ao Piauí, ao vale do Amazonas e se derramou para o sul, para Pernambuco, Alagoas, Bahia e o resto do Brasil (OTAVIANO, 1948: p. 9).

Como já dissemos nesse trabalho, entendemos que o nome do nosso personagem era, na verdade, “Inácio da Fazenda Catingueira”, fazendo alusão à fazenda a que ele provavelmente pertencia, antes da morte do seu primeiro senhor, Manuel Luiz. Aqui vamos detalhar as razões pelas quais defendemos essa hipótese.

São quatro as razões: 1- porque a Fazenda Catingueira fora a primeira fazenda fundada na localidade, após a morte do antigo sesmeiro Pedro Velho Barreto, e é a única próxima à localidade onde hoje se situa a cidade; 2- porque, conforme Wilson Seixas, a Fazenda Catingueira daria origem ao povoado que, mais tarde, tomaria o seu nome; 3- porque o Povoado de São Sebastião foi formado a partir da doação das terras à Igreja e, a princípio, recebera o nome do referido santo, permanecendo assim por toda a vida de Inácio; e, 4- porque, o lugar que era chamado de Fazenda Catingueira, hoje tem o nome do seu antigo fundador, [Sítio] Pedro Velho, o que significa que sua denominação perdera o sentido de ser, já que a cidade passou a ostentar o mesmo nome.

Só em 1887, bem depois da morte de Inácio, é que esse povoado, agora como Distrito, passaria a se chamar São Sebastião da Catingueira, o que implica admitir que essa mudança seria uma homenagem a Inácio. A cidade seria definitivamente chamada Catingueira apenas em 1933, o que oficializaria de uma vez por todas a importância de Inácio para a cidade, já



que fica patente que ele é o motivo do seu nome. Ou seja, em outras palavras, é a cidade que é famosa por causa dele, não ele que seria famoso por causa dela.

Não obstante tudo isso, o coronel Firmino Ayres Albano da Costa, dono da Fazenda Bela Vista, ciente de que “Catingueira” era o nome de uma fazenda vizinha, propôs em lei, em 1890, que o então distrito passasse a ser denominado de Jucá, o que foi aprovado, mas bastante criticado, como se verifica nas palavras do padre Otaviano:


A esta vila de Catingueira um dia lhe mudaram o nome para Jucá. A desgraçada da política é que tem desses planos aberrantes das coisas justas. Nem os mais célebres monumentos históricos ela respeita. O Brasil atual é grande atestado do que afirmo. Há mudanças absurdas que se tornam criminosas. Atentados dos mais bárbaros ao nosso passado histórico, ofuscando-se tantas glórias para se perpetuar a memória execranda de inimigos do povo (OTAVIANO, 1948: p. 33).

Para elaborar um entendimento dessa atitude de Firmino Ayres, é importante salientar a posição social e política desse coronel, com certeza oposta à do escravo Inácio. O coronel residia em Catingueira, um simples povoado conhecido como *a terra de um escravo negro*, algo certamente desinteressante para alguém de sua estatura de líder político regional. Conforme Damião Lucena:

Em 1913, quando registramos a nomeação do prefeito José Peregrino Filho, assinalando a mais duradoura administração da história de Patos, detectamos a influência política decorrente dos laços familiares, no fato de ser casado com uma filha do coronel Firmino Ayres Albano da Costa, cocunhado de Miguel Sátyro e amigo da família Dantas de Teixeira... (LUCENA, 2015: p. 43).

Ou seja, embora o fato acima tenha se verificado em 1913, evidentemente que essas relações familiares, sociais e políticas já existiam, ou se formavam, na época em que vivia Inácio.

É consenso entre Luiz Nunes, Linda Lewin e Padre Otaviano que o arranjo para que Inácio desafiasse, em cantoria, ao renomado violeiro Romano, fazendeiro de Mãe d'Água, então distrito de Teixeira, teria sido costurado principalmente pelo coronel Firmino Ayres. No entanto, entendemos que tal arranjo não teria sido voluntário, mas que teria sido forçado pelas circunstâncias, por duas razões: primeiro, devido à fama do escravo cantador, como atesta Otaviano: “*Os habitantes deste e dos municípios vizinhos ansiavam por um encontro de Romano com Inácio*” (OTAVIANO, 1948: p. 11), e, depois, devido a que o coronel precisaria dar uma satisfação aos seus amigos de Teixeira. Dessa forma, ao contrário do que afirma Linda Lewin, a expectativa do coronel era que o violeiro de Mãe d'Água humilhasse ao escravo de Catingueira, porque, provavelmente tal fato fortaleceria o início da construção de



relações sociais e políticas com Teixeira e Patos, além de lhe favorecer perante os olhos do povo.

O Padre Otaviano afirma que a cantoria teria ocorrido em 1874, enquanto que Luiz Nunes diz que ocorrera em 1870. De nossa parte, vamos concordar com Nunes, por três razões.


A primeira, é que “*Depois da morte de Ana Joaquina, em 1875, Inácio ganhou uma nova e última proprietária, sua filha Pastora Maria do Amor Divino*” (LEWIN, 1998: p. 6). Ou seja, fica patente que ele havia falecido e que Dona Ana o teria herdado. A segunda, seria que, provavelmente o ano de 1874 tenha sido tenso, por um lado, pelo estado de saúde de Dona Ana e, por outro, pela preocupação da família com sua herança, já que o preço de um escravo naquele ano chegava à casa dos 2 contos e 200 mil réis! Além disso, certamente aquele foi um ano de muito trabalho na fazenda, o que impediria Inácio de ausentar-se. A terceira razão, seria que, em não estando Manuel Luiz vivo em 1874, a informação do evento nesta data entraria em choque com o verso poético do próprio Inácio: “*Seu Romano eu sou cativo do sinhô Manuel Luiz...*”. Quer dizer, ele não poderia ser cativo de um defunto! Dessa forma, afirmamos a grande probabilidade de que a peleja tenha ocorrido realmente no ano de 1870.

O resultado da peleja foi que o escravo humilhou o fazendeiro, fato esse que consagraria definitivamente o escravo perante a opinião pública e o imprimiria para sempre na memória do povo e na história da Paraíba, apesar da posterior tentativa do coronel de reverter esse quadro favorável ao escravo e amenizar o seu problema diplomático com as elites locais através da mudança do nome da cidade para Jucá.

Assim, podemos afirmar que, desde as suas origens, até os dias atuais, a cidade de Catingueira tem Inácio como personalidade mais ilustre, por ter sido ele o seu cofundador, ajudando em sua economia e em sua caracterização cultural, e também por ele haver lhe dado o atual nome de Catingueira, induzindo, através de sua fama regional, a transferência dessa nomeação, que pertencia à fazenda do seu antigo senhor, para o primitivo Povoado de São Sebastião.

7- O legado de Inácio

Graciliano Ramos, autor que nasceu em 1892, afirma que “*Os descendentes de Inácio da Catingueira cantam em voz baixa, para um número pequeno de criaturas*” (RAMOS,



2002: p. 72). Esta asseveração é de um homem branco, de classe média, intelectual, nascido apenas 4 anos depois da chamada Abolição da Escravatura, em 1888, portanto, recém-saído do ambiente sociocultural escravista que reinou formalmente no país por séculos, mas que foi sistematicamente negado na historiografia da Paraíba, como vimos em Diana Galliza. Sua visão, por mais bem intencionada e embasada cientificamente, e talvez até por causa disso, não conseguia dimensionar a grandeza daquele homem, Inácio, circunstancialmente escravo.


Quem poderia imaginar que, enquanto centenas de escravos fugiam da degradação da vida no cativeiro e nos trabalhos forçados, aquele escravo “Inácio da Fazenda Catingueira” faria dessa sua realidade um motivo de resistência pacífica, retribuindo com arte e dignidade o que lhe davam com suor e sangue? E assim foi, escravo até o final de sua vida, embora haja quem afirme que ele fora alforriado.

Além do Padre Otaviano, Luiz Nunes e Linda Lewin atestarem que Inácio morreu na condição de escravo, também os fatos históricos demonstram que ele não teve sua carta de alforria. Tais fatos são de duas naturezas: macro e micro.

Como vimos, no início desse trabalho, a segunda metade o século XIX marcaria a Paraíba com uma grande crise econômica e, com o fim do comércio internacional de escravos, os fazendeiros, para saudarem suas dívidas, passariam a vender sua mão-de-obra cativa para o Centro-Sul, onde o auge da cultura cafeeira a absorvia ao preço unitário de 2:200\$000 rs (2 contos e 200 mil réis), valor de uma luxuosa casa de tijolos no sertão, no ano de 1875. Isto, portanto, configuraria um fator de dimensões macroeconômicas para inviabilizar a concessão gratuita de alforrias.

Ao nível micro, temos o fator “herança familiar”. Após a morte de Manuel Luiz, antigo dono de Inácio, a viúva Ana Joaquina passa a ser sua dona que, por sua vez, falecendo em 1875, transmite o escravo como herança à sua filha Pastora Maria, esposa de Fidié Rodrigues de Souza. Isto está devidamente documentado e, portanto, demonstra que, se Inácio tivesse uma carta de alforria, seria do tipo condicional, ou seja, carta em que o escravo é obrigado a servir ao seu senhor e a seus parentes até a morte desses (GALLIZA, 1979: p. 156). Mas, como Inácio morreu antes dos seus últimos senhores, é evidente que ele nunca tivera acesso a qualquer tipo de carta de alforria.

Luiz Nunes afirma que a data do falecimento de Inácio seria 1879, e que a causa seria uma pneumonia. Linda Lewin, por sua vez, mantém esta data, mas afirma que a causa seria uma tuberculose. Já o Padre Otaviano, também que a causa teria sido a pneumonia, mas




estende essa data para um incerto 1881-82. Para nós, analisando os fatos históricos que atestam a ocorrência de uma grande seca entre os anos de 1877 e 79, na qual vieram a perecer de fome milhares de pessoas escravas e livres (MONTEIRO, 1987; GALLIZA, 1979; BARREIRO, 2002), compreendemos que a definição da data de 1879 para sua morte é plenamente factível, mas que, lamentavelmente, ele teria sido uma das milhares vítimas fatais da “Grande Seca” do Nordeste. Ou seja, para não restar qualquer dúvida, acreditamos que Inácio teria morrido de fome!

A seca é um fenômeno natural, mas as tragédias não o são, uma vez que o ser humano tem plena capacidade intelectual e tecnológica de prever, evitar ou minorar tais situações. O problema está, portanto, na responsabilidade e no compromisso moral das autoridades competentes com a preservação da vida, seja do semelhante, seja do meio ambiente ou do planeta. Porém, desde aquela época são registradas notícias de omissão, ou até mesmo desvios, nas ações de socorro para minorar as situações causadas pelas secas e, dessa forma, evitar a fome e a morte de tantas pessoas inocentes (GALLIZA, 1979; MONTEIRO, 1987; BARREIRO, 2002; MARTINS, 1979). Não obstante, quando as tragédias ocorrem, as autoridades são sempre competentes em explicá-las como inevitáveis, tentando encobrir as suas reais razões, para que sua imagem não fique prejudicada perante a opinião pública e perante a história. Mas, o encobrimento da verdade não dura para sempre, e ela acaba aparecendo, não importa o tempo que leve.

Esta situação, infelizmente comum nos meios políticos e administrativos, corroborada pelos meios de produção cultural, pode nos ajudar a entender, mesmo que não se justifique, o porquê da negação da escravidão na historiografia paraibana, o porquê da tentativa de “apagar” o personagem do escravo Inácio da história de Catingueira, o porquê de se negar que Inácio viveu e morreu na condição de escravo, e o porquê de se ocultar um personagem tão importante na história de uma cidade.

Inácio, na sua imensurável humildade e tamanha grandeza de alma, lutou contra tudo isso, mas com a arma do talento e da simpatia, e esperou pacientemente a verdade prevalecer. Ele sempre foi escravo, sim, mas nunca lhe tiraram a liberdade do seu coração. Em seus versos poéticos, registrados após a peleja com Romano e muito divulgados por cantadores, escritores e sites, Inácio nunca pronuncia uma frase sequer de lamento pela sua vida difícil e sofrida, de rancor contra seus donos, de raiva contra Romano, de baixa autoestima por ser negro, a reclamação a Deus pela sua sorte, ao contrário, ele cofirma sua identidade de escravo,



diz o nome do seu senhor, demonstra que tem autoestima elevada: “*Eu sou negro confiado*”, e declara amor ao à sua terra.


Assim, podemos afirmar que o povo humildade de Catingueira, consciente ou inconscientemente, tem Inácio como personalidade mais ilustre da cidade, por ter sido ele o seu cofundador, ajudando em sua economia e em sua constituição cultural, e também por ele haver lhe dado o atual nome de Catingueira, induzindo, através de sua fama regional, a transferência dessa nomeação, que pertencia à fazenda do seu antigo senhor, para o primitivo Povoado de São Sebastião.

Portanto, pode ser que, sertanejos sofridos como são, “*Os descendentes de Inácio da Catingueira cantam em voz baixa...*”, como diz Graciliano Ramos, mas, até hoje ninguém nunca interrompeu o seu canto, nem esse canto é “*...para um número pequeno de criaturas*”, porque ele se espalhou pelo Brasil e pelo mundo!

CONCLUSÃO

O questionamento feito à historiografia paraibana, da primeira metade do século XX, pela professora Diana Galliza, aliado a alguns trabalhos específicos sobre o personagem Inácio, e sua cidade de Catingueira, nos possibilita reconstruir a história de um grande fenômeno ocorrido no sertão: um escravo do sertão que abalou o sistema escravista, se tornou o mais ilustre representante de sua terra e perpetuou na história sua mensagem/exemplo de resistência pacífica, de humildade, de perdão e de amor. O curto tempo que conviveu entre nós, 1843-1879, foi marcado por grandes revoltas populares, por diversas formas de resistência à escravidão, inclusive o suicídio, e pela organização de muitos quilombos, mas Inácio não era um revoltado e, apesar de sofrer todas as misérias praticadas pelo sistema escravista, não pregou a violência, a raiva, ou o rancor. Sua arma era a arte e a simpatia, e foi assim que conquistou a todos os frequentadores das estradas de Patos, Piancó, Pombal e Teixeira, que, encantados com o jovem negro, levaram seu nome ao resto do mundo: Inácio da Catingueira!

Ainda hoje seus descendentes não o conhecem como deveriam, mas, como o próprio Inácio ensinou, é preciso trabalhar duro, com alegria, e esperar os resultados com o passar do tempo, porque a Verdade demora a aparecer, mas, com certeza, um dia aparece! Inácio traduz a imagem do povo sertanejo, e dos seus descendentes, que, embora oprimido pela aridez do coração egoísta dos donos do poder, têm sempre um sorriso a dar, um abraço amigo a



oferecer, um cantinho da casa para quem necessitar, um pouquinho de feijão para repartir e uma reza ou um chá para curar.

É garimpando informações daqui e dali, conversando com as pessoas e pedindo ajuda a alguns, que, aos poucos, conseguimos acumular conhecimento suficiente para contribuir com a construção de um relato mais coerente e científico dessa esplêndida história, para que nos sirva de inspiração a nossas vidas.

BIBLIOGRAFIA

BARREIRO, José Carlos. Imaginário e Viajantes no Brasil do Século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: UNESP, 2002.

GALLIZA, Diana Soares de. O Declínio da Escravidão na Paraíba – 1850-1888. João Pessoa: Universitária, 1979.

LEWIN, Linda. Um Conto de Dois Textos – Oralidade, História Oral: insulto poético em o “desafio” de Romano e Inácio em Patos (1874). Departamento de História, University of California, Berkeley, 1998. Tradução: Ana Catarina Morawska Vianna.

LUCENA, Damião. Patos de Todos os Tempos: a capital do sertão da Paraíba. João Pessoa: A União, 1915.

MARTINS, Eduardo. Cardoso Vieira e o Bossuet da Jacoca: notas para um perfil biográfico. (APENSOS: Discursos na Câmara dos Deputados, 1879). João Pessoa: A União, 1979.

MELLO, José Octávio de Arruda. A Escravidão na Paraíba – Historiografia e História: preconceitos e racismo numa produção cultural. João Pessoa: A União, 1988.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Nordeste Insurgente. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OTAVIANO, Padre Manoel. Inácio da Catingueira. Conferencia pronunciada em Catingueira a 13 de Maio de 1948.

RAMOS, Graciliano. Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste. 18º Ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. Viagem Através da Província da Paraíba. João Pessoa: A União, 1985.

CAPÍTULO 13

OS CORPOS DAS MULHERES: UMA ANÁLISE SOBRE A INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO PERÍODO DE REGIME DITATORIAL BRASILEIRO³²

Bianca Valeska Marques da Silva, Graduanda de Serviço Social, UFPB

RESUMO


O presente artigo é resultado de um estudo de revisão narrativa cuja finalidade foi analisar, através da literatura brasileira, as violências sexuais executadas contra os corpos das mulheres, causadas pela dominação patriarcal, durante o Regime Ditatorial brasileiro – momento que se inicia no ano de 1964 e cessa apenas 21 anos depois. Para tanto, partiu-se do pressuposto de que sempre existiu uma hegemonia masculina que enxerga a mulher como um ser histórico passível de calar-se. Nesta perspectiva, a mulher “deve ser” um ser sem voz, sem opinião, sem desejos e sem prazer; cabendo-lhe apenas a obediência. Neste ponto de vista, o artigo propõe investigar como estas tentativas de silenciamento das mulheres ocorreram no período histórico em questão. Além disso, tendo como base metodológica a pesquisa documental, o presente estudo traz relatos de diversas mulheres vítimas de agressão sexual. Diante da pesquisa foi constatado que, para alcançar o “dever ser” da mulher, na época da Ditadura, foram utilizadas numerosas formas de violação dos corpos do gênero feminino, desde a violência verbal até a violência sexual, sendo esta o foco deste artigo. Dentre os vários ataques praticados, pode-se mencionar os choques elétricos na vagina e nos seios, os tapas no rosto e as baratas espalhadas por todo o corpo. Sendo assim, conclui-se que é imprescindível o resgate da memória das mulheres, na tentativa de que mais pessoas reconheçam estas agressões, a fim de não reproduzi-las, especialmente se considerarmos o contexto político atual, em que governos autoritários estão sendo resgatados em diversos países.

Palavras-chave: Violência Sexual. Mulheres. Ditadura. Patriarcalismo. Hegemonia Masculina.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da consideração acerca das diferenças construídas entre mulheres e homens, as quais são reafirmadas e intensificadas na interação entre os indivíduos sociais. Neste ponto de vista, aparecem as chamadas construções de masculinidade e feminilidade que ditam regras para o “ser homem” e para o “ser mulher”, expressadas mediante os papéis e estereótipos de gênero arquitetados nos âmbitos social e cultural. A partir deste ângulo,

³² XXXII CONGRESSO INTERNACIONAL ALAS PERÚ 2019; GT 11: Género, Feminismos y sus aportes a las Ciencias Sociales.



molda-se, em torno do gênero feminino, um indivíduo que não deve ter voz, opinião, desejos e prazeres, cabendo-lhe apenas o silenciamento e obediência sobre o que está posto.

Assim, inseridas na lógica repressora da Ditadura Militar brasileira, as normas de masculinidade e feminilidade foram utilizadas como formas de abuso de poder e dominação estatal, especialmente nos espaços de tortura; lugares onde todos os níveis da dignidade da pessoa humana foram extrapolados.

Nesse sentido, o trabalho em tela apresenta como finalidade central a investigação sobre os silenciamentos direcionados às mulheres consideradas subversivas pelo aparato repressivo da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Revisitar esses quartos escuros da Ditadura brasileira se faz necessária pela relevância de resgatar a memória dessas mulheres, a fim de que mais pessoas reconheçam essas violações de direitos e, assim, não as reproduzam.


2. FUNDAMENTAÇÃO DO PROBLEMA

2.1 A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: É PRECISO CONHECÊ-LA

O documentário dirigido pelo cineasta brasileiro Camilo Tavares, intitulado “O dia que durou 21 anos”, lançado no Brasil no ano de 2013, expõe de maneira bastante visível e explícita o motivo pelo qual o acontecimento histórico que se deu na madrugada do dia 31 de março e amanhecer do dia 1º de abril de 1964 é considerado, por muitos, como uma ditadura.

A princípio, é importante destacar os principais atores sociais causadores e/ou apoiadores do Golpe de 64. Os militares brasileiros, o empresariado brasileiro, parte da sociedade civil³³ brasileira e os militares estadunidenses foram protagonistas sociais com um papel decisivo na consolidação do golpe de Estado no Brasil. Isto posto, diante da análise do documentário citado anteriormente é possível perceber a total influência dos Estados Unidos na verdadeira realização do golpe de Estado brasileiro. Entender essa influência estadunidense facilita bastante o entendimento do próprio golpe de Estado brasileiro. Assim, como apresenta o longa-metragem, um dos grandes nomes norte-americanos participantes do planejamento acerca da ditadura civil-militar brasileira foi Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil de 1961 até 1966.

³³É devida a participação da sociedade civil e militar que a palavra “civil-militar” está presente quando há referência à ditadura brasileira.




Lincoln Gordon possuía total apoio do presidente dos Estados Unidos, John Fitzgerald Kennedy, que governou de 1961 a 1963. O embaixador tinha como papel impedir o espraiamento do posicionamento político de esquerda, tanto entre a população quanto entre os governantes. Isto é, o plano era tentar barrar todas e quaisquer ações políticas do então presidente João Belchior Marques Goulart - mais popularmente conhecido como Jango, o qual governou o país de 1961 a 1964 -, considerando-as extremamente comunistas e esquerdistas, o que supostamente destruiria o país.

Desta forma, mediante a crença de que Goulart deveria ser deposto, o governo norte-americano começou a investir fortemente no Brasil, enviando muito dinheiro e muitos recursos para os opositores de Jango, especialmente aos governadores brasileiros que se opunham ao presidente, com a finalidade de que este não tivesse chances de vencer as próximas eleições, as quais ocorreriam no ano de 1965. Nesta perspectiva, os Estados Unidos incentivou a criação de campanhas de enfraquecimento e desestabilização do governo Goulart, alegando que essa presidência representava uma ameaça à democracia.

Posteriormente, o presidente dos Estados Unidos, Kennedy, é assassinado e quem assume o mandato é Lyndon Baines Johnson, o qual prosseguiu com o plano de enfraquecimento de Jango. Naquele momento, havia o desejo de criar sentimentos anticomunistas no Congresso brasileiro, nas forças armadas, na imprensa e na população em geral

Ainda se referindo ao documentário, fica bastante nítido o porquê dos discursos de Jango terem sido considerados comunistas e pertencentes à extrema esquerda: isso aconteceu, principalmente, em consequência da defesa das reformas de base, como, por exemplo, a defesa da reforma agrária e da reforma tributária.

A posteriori, outro norte-americano participante do plano político é identificado: o general Walters. Naquela ocasião, o general reportava, tanto para o exército americano quanto para os seus superiores, quem ele considerava como o militar brasileiro ideal e mais favorável aos Estados Unidos para provocar o golpe militar no Brasil. Assim, a missão de Walters era basicamente organizar a conspiração, de forma a reunir os vários grupos, dentro do exército, interessados em derrubar Goulart. O militar brasileiro escolhido - considerado como o mais eficiente e o líder mais forte e preparado - foi o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.



Apesar de tudo o que foi apresentado até agora ser extremamente importante, o ponto chave para entender de fato a ditadura brasileira e a influência norte-americana é a chamada Operação Brother Sam. Esta operação foi um delineamento estratégico dos Estados Unidos, dando apoio militar e logístico às forças anti-Goulart, mediante a presença de navios petroleiros, força naval de combate, apoio aéreo com aviões de grande porte, entre outros. A ideia era a seguinte: através da instalação da quadra naval e demais forças de combate norte-americanas na costa brasileira, fazer com que Goulart e seus partidários se sentissem ameaçados e psicologicamente afetados e, caso houvesse algum imprevisto, reação ou resistência por parte de Jango, no momento do golpe de Estado, as forças armadas deveriam agir.


O golpe foi iniciado pelas tropas do então general do Quarto Exército de Juiz de Fora - Minas Gerais, o Olímpio Mourão Filho. As tropas de Mourão foram em direção ao Rio de Janeiro às 4 horas da manhã do dia 31 de março, amanhecendo 1º de abril de 1964.

Ainda que as forças de combate brasileiras e americanas estivessem preparadas para a resistência de Jango ao golpe, ele não resistiu, o que tornou desnecessária a reação e intervenção direta dos Estados Unidos.

Naquele momento, discursos como o do general Carlos Guedes eram facilmente perceptíveis: “Nós devemos amar a Deus, e se não amarmos a Deus, devemos temer a Deus, de modo que aqueles que não amam a revolução, ou a situação que foi imposta, pelo menos devem temê-la, porque nós saberemos, se necessário, impô-la”. Diante desta fala é possível perceber o viés autoritário que acompanhava o pensamento e as ações daquele período.

Por fim, é imprescindível lembrarmos dos Atos Institucionais; foram diplomas legais que funcionaram durante a ditadura civil-militar brasileira e que objetivavam assegurar a permanência dos militares no poder mediante a violação dos Direitos Humanos praticada pelos agentes do Estado. Desta maneira, a repressão e a tortura aos/às chamados/as subversivos/as (opositores/as ao governo militar) tornaram-se legítimas, efetivando, assim, órgãos como o Destacamento de Operações de Informação (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), mais conhecidos pela sigla DOI-CODI.

A operação do período que buscava informações, fazia investigações e aplicava repressões, denominada como Operação Bandeirante (OBAN), criada em São Paulo no ano de 1969, serviu de modelo e influência para a criação dos DOI-CODI. A OBAN foi financiada principalmente por empresários de São Paulo e nela havia a coleta de informação a partir de




interrogatório combinada a operações de combate contra aqueles/as que se opunham politicamente ao regime militar. Em 1970 a OBAN deu lugar aos DOI-CODI, os quais continuaram e fortaleceram as ações da OBAN, sustentando o sistema repressivo; foram alguns dos órgãos repressores da época em que milhares de opositores/as ao regime acabaram sendo executados/as, torturados/as ou desaparecidos/as; locais onde ocorria mais fortemente o silenciamento das mulheres mediante a prática dos diversos tipos de violência, mas principalmente mediante a prática da violência sexual.

2.2 APONTAMENTOS EM TORNO DA PRÁTICA DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

O dia 7 de agosto de 2006 foi uma data muito importante para o Brasil e para a luta das mulheres. Nesta ocasião, houve a aprovação da Lei nº 11.340, que combate e previne a violência contra as mulheres no que tange à esfera doméstica e familiar, e que foi nomeada como Lei Maria da Penha (LMP) em homenagem à uma mulher guerreira que fez da sua dor a sua batalha diária, e que se tornou símbolo de luta. Essa Lei é referência nacional de combate à violência contra as mulheres.

Maria da Penha Maia Fernandes nasceu em 1945, no Estado do Ceará, localizado no Nordeste brasileiro. A farmacêutica cearense foi vítima de duas violências gravíssimas causadas pelo seu marido da época, Marco Antonio Heredia Viveros. Em 1983, a mulher recebeu um tiro do seu companheiro, enquanto dormia, o qual atingiu a sua coluna vertebral; em consequência disso, ela perdeu os seus movimentos das pernas e passou a utilizar cadeiras de rodas. Além da paraplegia, tempos depois, o seu companheiro lhe violentou por eletrocussão, debaixo do chuveiro. Após esses tristes acontecimentos, Maria da Penha foi em busca de ajuda junto com as suas filhas e permaneceu lutando por justiça durante longos 19 anos. Mesmo depois de ter lutado todos esses anos, Marco Antonio foi condenado a 10 anos de prisão e ficou preso, em regime fechado, por apenas 2 anos.

Episódios dessa natureza - referentes ao tempo curto de penalidades - eram um tanto quanto comuns na época, pelo fato de não existir legislações específicas focadas no enfrentamento e prevenção à violência doméstica contra as mulheres. Com a Lei Maria da Penha, segundo Cerqueira et al. (2015, p. 10), “[...] em tese, é razoável supor que a LMP contribuiu para fazer aumentar o custo esperado da punição, que se dá pelo aumento do custo da condenação, bem como do aumento da probabilidade de condenação”. Isto posto, antes da LMP as ocorrências de violência doméstica, quando não resultavam em homicídio, eram




julgadas mediante a Lei nº 9.099/1995, considerados como crimes de menor potencial ofensivo, de maneira que medidas protetivas não eram oferecidas às vítimas e, quando havia a condenação do agressor, a sua pena restringia-se a entregar cestas básicas a instituições filantrópicas (Cerqueira et al., 2015).

Tendo como base a LMP, compreende-se a existência de 5 tipos de violência contra as mulheres: a violência física, psicológica, patrimonial, moral e sexual. A violência física é aquela que causa dano à integridade ou saúde física, por exemplo: mordidas, chutes e estrangulamentos. A violência psicológica é aquela que atinge as emoções e a autoestima, e prejudica as ações e comportamentos através do controle e da degradação, por exemplo: intimidação, xingamentos e humilhações. A violência patrimonial ocorre quando há destruição parcial ou total de objetos, por exemplo: subtrair documentos pessoais, bens e valores econômicos. A violência moral está diretamente relacionada à prática de calúnia, difamação ou injúria, por exemplo: comentários ofensivos na frente de outras pessoas, humilhação e exposição da vida íntima - inclusive nas redes sociais. Por fim, a violência sexual, que aparece como o foco deste trabalho, como pode ser visualizado no Art. 7 da Lei Maria da Penha, é conceituada como:

qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. (Lei nº 11.340, 2006).

Diante disso, fica fácil compreender que a violência do tipo sexual acontece quando existe alguma forma de controle ou manipulação das ações de terceiros no âmbito da sua sexualidade, seja forçando-os a manterem relações sexuais, seja proibindo-os de se prevenirem contra Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) ou gravidez, etc.

O estupro é uma das formas possíveis de violência sexual, ele aparece popularmente como a mais severa, repulsiva e asquerosa violência praticada contra a dignidade e a liberdade sexual de outras pessoas que, em sua grande maioria, são mulheres. Nesse sentido, de acordo com a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, a definição para o estupro se dá por: “Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Lei nº 12.015, 2009). Ademais, a mesma Lei descreve o crime de estupro de vulnerável como: “Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos” (Lei nº 12.015, 2009).



Obviamente, essas agressões sexuais deixam marcas extremamente negativas pelo resto da vida dessas vítimas, provocando inúmeras sequelas e graves efeitos na saúde física e mental.

Por conseguinte, conforme aponta pesquisa elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que analisou diversos crimes registrados nos anos de 2017 e 2018 pelo conjunto das Unidades da Federação e que, no caso de estupro e estupro de vulnerável totalizou 127.585 ocorrências, 81,8% das vítimas que registraram o acontecido correspondem ao sexo feminino, enquanto que 18,2% correspondem ao sexo masculino, fato que comprova a desigualdade de gênero como um traço decisivo na prática da violência sexual. Entretanto, sabe-se que ainda há uma enorme resistência quanto à notificação desses casos, seja por medo de que ocorra vingança por parte de quem cometeu a violência, seja por medo de julgamentos e culpabilização das vítimas, dentre outros. Por esse motivo, constata-se que os números de ocorrências desses crimes provavelmente seriam superiores caso não houvesse resistência no que se refere à notificação e denúncia dos mesmos.

À luz dessas considerações, é indispensável a nossa curiosidade e interesse pelo conhecimento de como se dava essas violações de direitos das mulheres no contexto histórico de regime ditatorial brasileiro. No caso deste trabalho em específico, com enfoque no âmbito da violação de seus direitos sexuais. Da mesma forma, é de suma importância refletirmos acerca da justificativa utilizada - velada ou não - pelos agentes do Estado para a ocorrência dessa problemática.

3. METODOLOGIA

A fim de alcançar o objetivo central do trabalho, fez-se o uso do método de pesquisa explicativo amparado na perspectiva crítica a partir de estudos bibliográficos, documentais e audiovisual.

Nesse sentido, o relatório da Comissão Nacional da Verdade e o livro “Luta, substantivo feminino. Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura” foram as principais referências bibliográficas que embasaram o trabalho em tela. A escolha desse tipo de pesquisa se deu para que houvesse o resgate da memória de mulheres torturadas durante a Ditadura Militar brasileira, mediante a exposição de partes de seus relatos. Na pesquisa documental diversas legislações foram utilizadas para fundamentar o artigo, especialmente do ponto de vista conceitual. Por fim, o documentário “O dia que durou 21 anos” apresenta-se como a referência audiovisual utilizada com o intuito de aproximar mais o/a leitor/a com a discussão acerca do contexto histórico explicitado.


4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto histórico de regime ditatorial brasileiro, as violências cometidas contra as figuras femininas se manifestaram de diversas maneiras e com diferentes graus de gravidade. As violências, expressadas como formas de silenciamento e controle do gênero feminino, percorriam desde as palavras - ao que era dito para elas com o intuito de ofendê-las severamente - até ao físico e ao sexual, a fim de deixar marcas visíveis no corpo dessas mulheres consideradas inimigas pelo aparato repressivo, principalmente pelo fato de participarem da resistência, de serem militantes de esquerda ou, simplesmente, por se contraporem ao governo. (Dyniewicz, 2017).

Nesse sentido, até mesmo as agressões verbais direcionadas à essas mulheres, muitas vezes, eram acompanhadas de alguma conotação sexual, como podemos observar em partes do relato de Dulce Maia, a qual militava na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e que era produtora cultural quando foi presa no ano de 1969, em São Paulo: “[...] Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana” (Merlino; Ojeda, 2010, p. 70). Ademais, similarmente é possível visualizar este fato através do testemunho de Marco Antônio Tavares Coelho, o qual militava no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi preso no ano de 1975:

De passagem, antes que me esqueça, é necessário assinalar a tara sexual do pessoal do DOI. Preocupação doentia a respeito do comportamento sexual dos presos; saber com quem mantinham relações sexuais; comentários constantes sobre órgãos sexuais dos torturados, especialmente das mulheres; xingamentos e insultos escatológicos aos presos. Tenho certeza de que despiram e torturaram a Vera somente para vê-la nua. Aliás, certos tipos de torturas, como enfiar cabo de vassoura no ânus ou na vagina e choques elétricos nos órgãos sexuais, são de sua preferência porque isso satisfaz sua tara. Ao mesmo tempo, se esmeram em grifar, para os torturadores, que, em virtude das torturas nos órgãos genitais, ficariam inibidos sexualmente. Sua predileção, no contar piadas, é com as mais grosseiramente ligadas com sexo. Inquiriram-me semanas após semanas para que confessasse que eu mantinha relações sexuais com Alva Mendes, Ruth Simis e Jeny. Pelo seu julgamento, no fim, concluíram que, das duas, uma - que sou pederasta ou um incapaz sexual. Não acreditam em amizades e camaradagens isentas de relacionamento sexual. (Brasil, 2014, p.402).

Assim, fica explícita a existência de exageradas fantasias, desejos e taras sexuais nas violências praticadas pelos agentes do Estado, as quais se mostram totalmente preocupantes pelo fato de que participaram das torturas e, como consequência, caminharam de maneira não consentida aos presos e às presas, violando diversos de seus direitos humanos e sociais, inclusive o sexual.



No que tange às diferenças entre as violências sofridas por homens e por mulheres na época, percebe-se algumas peculiaridades no tratamento em que as mulheres eram submetidas nessas sessões de tortura. Por este ângulo, Márcia Bassetto Paes relata as torturas que sofreu quando foi presa junto ao Celso Giovanetti Brambilla, em 1977; ambos eram militantes da Liga Operária:


Na questão da mulher, a coisa ficava pior porque... quer dizer pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor para ninguém, né? Mas [...] existia uma intenção da humilhação enquanto mulher. Então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos, alicate no mamilo, então... eram as coisas que eles faziam. Muitas vezes, eu fui torturada junto com Celso Brambilla porque a gente sustentou a questão de ser noivo. Eles usaram, obviamente, essa situação, esse vínculo, suposto vínculo, além da militância, que seria um vínculo afetivo também, para tortura. Muitas vezes, eu fui amarrada com o rosto na genitália do Celso, e dado choque, enfim... fios amarrados em nós, para que levássemos choque no pau de arara [...] Uma das coisas mais humilhantes, além dessas de choques na vagina, no ânus, no seio, foi que eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua. Enquanto isso, eles me davam choque. [...] Celso estava sendo torturado ao lado, também com choque elétrico, me vendo nessa situação. (Brasil, 2014, p.407).

Na exposição feita por Márcia Bassetto, pode-se perceber os choques nas regiões íntimas como uma das violações sexuais sofridas por ela. Infelizmente, este ato violento era quase que comum nos espaços de tortura. Antônia Ribeiro Magalhães, presa no ano de 1971, foi torturada de forma semelhante; ela relata:

Mandaram tirar a roupa, “TIRA A ROUPA AÍ!”. Eu tirei a roupa, aí me botaram, igual como carrega uma galinha, sabe? Com cabeça pra baixo, ali um tempão... puserem ele [o marido] pra me dar choque na vagina, puserem pra me dar choque [...] começaram a torturar, “FALA AÍ!”, falavam para ele. “FALA AÍ, SENÃO VAMOS TORTURAR A SUA MULHER!”[...] Aí, me levaram lá pra cela [...] Depois, me levaram de novo, ele [marido] ainda estava lá, ele não saiu de lá, quando eu vi, ele tava com o rosto todo inchado, ficou uma pessoa que eu nem conhecia mais. Aí, começaram de novo, dando choque... de novo... não sei como eu estou viva. (Brasil, 2014, p.407).

É possível observar, ainda, o depoimento de Flora Strozenberg sob o mesmo enfoque. Flora é advogada e foi presa no período ditatorial brasileiro, no ano de 1974:

Um dia o Calandra me chama para interrogatório e diz: “Senta aí”. E era a cadeira do ginecologista. Isso já tinha uns 45 dias, eu já não tinha mais queimadura, eu já não tinha mais. Já estava recuperada, já tinha parado de sangrar. Mas tinha perdido mais de 20kg nesse tempo, não é? [...] A hemorragia era em todos os buracos possíveis. Foi muito sangue, não sei como não tive um choque, entendeu? [...] “Aí, senta na cadeira do ginecologista.” Nessa hora ele ficou sozinho com mais alguém, que eu não me lembro quem. Todo mundo sem capuz, ele e eu. Aí ele arruma a cadeira do ginecologista. [...] É uma cadeira de ginecologista que eles pegam choque elétrico e botam [na vagina] com as seguintes palavras: “Isto é para você nunca mais botar comunista no mundo”. Num primeiro momento, me senti muito ameaçada. Senti como uma ameaça não a mim, aos meus filhos havidos e futuros. [...] Aí eu fiquei bem deprimida, né? Mas voltei para a cela [...] e pensei: bom, também pode ser uma boa notícia porque se eu não vou mais botar comunista no mundo ele não tem mais condição de me matar, nem de me torturar de forma externa. (Brasil, 2014, p.412-413).



Além disso, como pode-se visualizar adiante, o relato feito por HecildaFontelles Veiga é, também, muito preocupante e chocante. Hecilda é ex-militante da Ação Popular (AP) e estudava Ciências Sociais quando foi presa, no ano de 1971; ela expõe sobre algumas violências que sofreu durante o contexto histórico em questão:


Quando fui presa, minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível. Fui levada à delegacia da Polícia Federal, onde, diante da minha recusa em dar informações a respeito de meu marido, Paulo Fontelles, comecei a ouvir, sob socos e pontapés: ‘Filho dessa raça não deve nascer’. Depois, fui levada ao Pelotão de Investigação Criminal (PIC), onde houve ameaças de tortura no pau de arara e choques. Dias depois, soube que Paulo também estava lá. Sofremos a tortura dos ‘refletores’. Eles nos mantinham acordados a noite inteira com uma luz forte no rosto. Fomos levados para o Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, onde, além de me colocarem na cadeira do dragão, bateram em meu rosto, pescoço, pernas, e fui submetida à ‘tortura científica’, numa sala profusamente iluminada. A pessoa que interrogava ficava num lugar mais alto, parecido com um púlpito. Da cadeira em que sentávamos saíam uns fios, que subiam pelas pernas e eram amarrados nos seios. As sensações que aquilo provocava eram indescritíveis: calor, frio, asfixia. De lá, fui levada para o Hospital do Exército e, depois, de volta à Brasília, onde fui colocada numa cela cheia de baratas. Eu estava muito fraca e não conseguia ficar nem em pé nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos. Aí, levaram-me ao hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo. Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a ‘fera’ que estava ali. (Merlino; Ojeda, 2010, p.76).

Tendo em vista essas ponderações, defende-se aqui a extrema importância em darmos a devida consideração e atenção para as problemáticas existentes em torno da violência de gênero, uma vez que, mediante esta ótica sexista, o gênero feminino acaba sendo o mais afetado pelas violências, discriminações, sujeições e rotulações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos pressupostos discutidos a partir dos resultados expostos foi constatado que, no período de Ditadura Civil-Militar brasileiro, para alcançar o “dever ser” da mulher, que a impõe tornar-se um ser histórico passível de se calar, de obedecer e de não se revoltar, foram utilizadas numerosas formas de violação de seus corpos, desde a violência verbal até a violência sexual.

Desse modo, como também foi possível visualizar em momentos anteriores do artigo em tela, dentre os vários ataques praticados contra as figuras femininas, pode-se mencionar os choques elétricos na vagina e nos seios, os tapas no rosto e as baratas espalhadas por todo o corpo.



Logo, conclui-se que é imprescindível o resgate dessas memórias, em primeira instância pelo fato de que essas mulheres irão carregar os sofrimentos físicos e psicológicos decorrentes dessas violações para o resto de suas vidas; em segundo lugar, na tentativa de que mais pessoas reconheçam essas agressões a fim de não reproduzi-las, especialmente se considerarmos o contexto político atual, em que diversos países exibem tendências de resgate de políticas autoritárias, como é o caso dos Estados Unidos e do próprio Brasil.

Referências

Brasil. (2014) Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. In. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume 1*. Recuperado de http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf

Câmara dos Deputados. (2010). *Lei Maria da Penha: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: Edições Câmara. – (Série ação parlamentar; n. 422). Recuperado de https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/lei_maria_penha.pdf


Cerqueira, D. ; Matos, M. ; Martins, A. P. A. & Pinto Junior, J. (2015) *Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha*. Texto para Discussão (IPEA), v. 2048. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2048k.pdf

Dyniewicz, L. G. R. (2017). *Vozes silenciadas: apontamentos sobre violações de direitos humanos contra mulheres na ditadura civil militar brasileira*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress. Recuperado de [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503754203_ARQUIVO_dyniewicz_leticia_fazendogenero\(2\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503754203_ARQUIVO_dyniewicz_leticia_fazendogenero(2).pdf)

Filosofando Ciências Humanas em Debate. (2016, outubro 22). *O dia que durou 21 anos - Documentário completo* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=4ajnWz4d1P4>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019) *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. ISSN 1983-7364. Recuperado de http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm



[Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.](#) Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Recuperado de** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.html

Merlino, T. & Ojeda, I. (Orgs). (2010). *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos.

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. (2017). *Entenda a Lei Maria da Penha*. Recuperado de https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/LMP_pt.pdf

CAPÍTULO 14

CAMPO ALEGRE, PRESENTE! TERRA, ASSENTAMENTO E EDUCAÇÃO NO CAMPO

Bruno Cardoso de Menezes Bahia, Doutor em Educação, UFRRJ
Débora Guimarães de Almeida, Mestranda em Educação Agrícola, UFRRJ


RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar brevemente o histórico de luta pela terra no assentamento Campo Alegre situado no município de Nova Iguaçu/RJ. O lócus específico repousa sobre a história da Escola Municipalizada Campo Alegre com um enfoque particular na participação das educadoras fundadoras. O cenário proposto é da luta pela terra juntamente com os conflitos e desafios de uma Educação do Campo como modalidade da educação básica de direito em um assentamento na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. As contribuições dos autores referenciados nos aproximam dos processos enfrentados pelos movimentos sociais para ocupação justa e equânime da terra e garantia da cidadania prevista na Constituição Federal. O período de ocupação de Campo Alegre não foi imediato. Um dos apoiadores da causa dos assentados, o bispo católico Dom Adriano Hipólito, contribuiu cedendo o espaço da diocese de Nova Iguaçu e recorrendo as autoridades para discutir sobre a ocupação, exigindo a implementação de políticas necessárias para cessar a ameaça de despejo promovida por grileiros, denunciando as violências ocorridas, abrigando, juntando organizadores para diálogos do movimento e regulamentações daquela terra. Os conflitos em Campo Alegre foram diversos: além da luta pela terra, os acampados ainda sofriam com distância de atendimentos às necessidades básicas como postos de saúde e escolas. Assim, após a ocupação, os assentados realizaram uma grande manifestação no Palácio da Guanabara no ano de 1986 exigindo educação de qualidade e a construção de uma escola com estruturas físicas adequadas com infraestrutura para produções de alimentos, pois, Campo Alegre foi um dos principais produtores de arroz e laranjas do estado sem incentivo ou suporte do governo ou qualquer política pública. Dentro desse cenário, três professoras iniciaram o trabalho pedagógico com as crianças do assentamento alterando a realidade local fazendo emergir esperança para aquela comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento; Campo Alegre; Movimentos Sociais; Baixada Fluminense; Espaço e Território.

INTRODUÇÃO

As considerações que trazemos para esse debate fazem parte de uma pesquisa mais ampla, ainda em andamento sobre a formação de professores para a Escola do Campo. Ela está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), nível mestrado, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e tem como objetivo geral investigar o histórico de luta pela terra em Campo Alegre, município de Nova




Iguaçu/RJ, mais especificamente a história da construção da Escola Municipalizada Campo Alegre a partir da trajetória de três professoras por uma educação legítima e contextualizada do assentamento.

A ocupação de Campo Alegre se deu a partir da retomada dos conflitos pela posse e ocupação de terras na região da Baixada Fluminense no período subsequente ao golpe civil-militar de 1964, com a finalidade de reivindicar o território para fins de reforma agrária e educação dos assentados. Para tanto, são necessários alguns esclarecimentos sobre os principais fatores políticos brasileiros que impactaram todo o processo à época.

A terminologia “retomada de luta pela terra”, se justifica neste estudo, pois a partir de 1940, segundo Alentejano (2005, p. 6), com as obras de drenagem e urbanização na Baixada Fluminense, ocorreram diversas disputas e conflitos pela posse de terras, cujas lutas significaram a valorização e especulação das mesmas. Pedra Lisa, Fazenda São Pedro, Fazenda Santa Alice e Campo Alegre foram palco de inúmeros litígios e resistência ao avanço do capital imobiliário e industrial que assolava os trabalhadores do campo na Baixada Fluminense em meados do século XX.

De Campo Alegre proliferaram grupos que se organizaram para ocupar terras em outras áreas, como as fazendas: Boa Esperança em Japeri, do Barreiro em Paracambi (atual Vitória da União), da Conquista em Valença, Pedra Lisa em Nova Iguaçu, o Mutirão da Fé em Queimados e tantos outros, transformando a Região Metropolitana na principal área de conflitos fundiários do estado do Rio de Janeiro nos anos 1980 (ALENTEJANO, 2005, p. 6).

Dialogando com Machado (2011), foi nesse período que os assentamentos Campo Alegre, Pedra Lisa, Normandia, São Bernardino, Quebra Coco, Santa Terezinha se formaram no Estado do Rio de Janeiro, mais tarde, com o Governo de Leonel Brizola que teve início no ano de 1983 a 1987 no primeiro mandato e no segundo foi no período de 1991 a 1994, Campo Alegre reuniu o maior número de líderes camponeses no primeiro momento da ocupação a fim de pressionar pelo cumprimento das demandas por Reforma Agrária. Foi de Campo Alegre, assentamento que nasce junto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que também emergiram líderes atualmente reconhecidos e respeitados pelos movimentos sociais que buscam uma sociedade mais justa em todo o país. Bráulio Rodrigues da Silva (*in memoriam*) fez parte de movimentos como: CPT, FETAG, ALERJ, MAB e ainda contribuiu em Campo Alegre, Dom Adriano Hipólito, bispo da Igreja Católica de Nova Iguaçu, importante personagem na luta pela terra no estado do Rio de Janeiro, Sônia Martins fundadora da escola professora e militante, foram algumas dessas lideranças que se destacaram naquele momento.



A década de 1950 foi marcada por grandes acontecimentos no Brasil refletindo em todos os estados, principalmente no Rio de Janeiro, processos de industrialização e urbanização, que impactou diretamente os trabalhadores, gerando conflitos e reivindicações por parte dessa categoria. Essas ocorrências seguiram até 1964, início da ditadura civil militar. Com o desgaste político no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o período é marcado pela resistência dos movimentos sociais do campo. Segundo Carvalho (2013, p. 15), a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTRAB) criado em 1954 e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura em 1963 promoveram a união e o fortalecimento de um único objetivo, a luta pela terra junto a organizações e em diversos congressos, conferências e associações de lavradores espalhados pelo Rio de Janeiro e Brasil.


E foi nesse sentido que em novembro de 1961 a ULTAB convocou o congresso Camponês realizado em Belo Horizonte, que teve como objetivo principal a Reforma Agrária radical tendo como lema “na lei ou na marra”. [...] Além de várias ocupações no estado, principalmente no Município de Nova Iguaçu, Cachoeira de Macacu e Duque de Caxias. (CARVALHO, 2013, p. 15-16)

Em suma, os trabalhadores se organizaram centralizados no Estado do Rio de Janeiro, sendo silenciados pela ditadura civil militar de 1964, porém resistentes. Após esse período, as organizações retornaram seu foco pelas ocupações de terras. As contribuições dos autores referenciados nos aproximam dos processos históricos das lutas que os movimentos sociais enfrentaram no Brasil, no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense para ocupar a terra e garantir o mínimo de subsistência e cidadania.

A LUTA PELA TERRA EM CAMPO ALEGRE

No dia 9 de janeiro de 1984, 300 famílias chegaram à região de Campo Alegre, com a junção de forças políticas que vinham enfrentando golpes pelo direito a terra e contra o latifúndio. Essas forças, segundo Bastos (2017), são: o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), criado em 1979 por posseiros, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada em 1975 durante um encontro de Bispos na Amazônia em situações graves vividas por trabalhadores rurais, explorados e submetidos às diversas forças de trabalho escravo de maneiras análogas essa comissão foi criada para serviço à causa de trabalhadores e trabalhadoras do campo, e também, a Comissão da Justiça e Paz e o Movimento Amigos do Bairro (MAB).

Todos esses órgãos deram início às mobilizações para ocupações no ano de 1979, com a denominação de “Mutirão”, nomenclatura utilizada posteriormente a partir de 1980 para identificar os acampamentos formados de ocupações.




Um dos fatores que merecem destaque para nossa pesquisa, diz respeito ao perfil das famílias que, segundo Bastos (2017), eram de populações urbanas com raízes rurais e Alentejano (2005) complementa que algumas dessas famílias ainda não tinham interesses definidos quanto aos fins da terra, se era por moradia ou plantio. Com o passar do tempo, estabeleceram-se separações de interesses, algumas pessoas se integravam ao movimento pela habitação e outras por terras cultiváveis para própria subsistência e comércio, assim como também um lugar para viver.

O período de ocupação de Campo Alegre não foi imediato, ocorreu por etapas. Bastos (2017) afirma que em um primeiro momento ocorreu uma organização por parte dos assentados e, logo em seguida em um local próximo denominado Vila Americana, iniciou-se um cadastramento de famílias. Essas eram encaminhadas para o Cruzeiro Local onde eram organizadas as assembleias e as aulas do assentamento.

Após o cadastramento, cerca de três mil ocupantes foram para o Cruzeiro aguardar outras novas famílias, alcançando um quantitativo suficiente para ocupar uma nova regional que é o nome utilizados nas divisões por áreas de Campo Alegre, ao todo são 7: Fazendinha, Chapadão, Acampamento, Capoeirão, Mato Grosso, Terra Nova e Marapicu.

Ainda, segundo Bastos (2017), as Regionais eram coordenadas e havia reuniões e organizações para tratar das próximas ações dos ocupantes. Assim, conseguimos refletir nas mobilizações e coletividade da comunidade nos processos de ocupação da terra que vai além das necessidades por um lugar para viver e trabalhar, mas sim, envolve determinação, força e coragem na luta por direitos básicos. O autor também aborda o apoio e a importância das Freiras ligadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à CPT que, para ele, “um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria experiência de vida” (BASTOS, 2017, p. 197 *apud* LÖWY, 2000, p. 82-83).

Ainda sob as reflexões de Bastos (2017), esses elementos voltados para a religião possuem a capacidade de trazer novos colaboradores para a ocupação da terra. Um dos exemplos claros que ilustra essa afirmação foi o apoio do já citado bispo católico Dom Adriano Hipólito, que contribuiu cedendo o espaço da diocese de Nova Iguaçu e recorrendo às autoridades para discutir a ocupação e exigir a implementação de políticas públicas necessárias para cessar a violência de despejo causada por grileiros, denunciando o que ocorria, abrigando e juntando organizadores para diálogos do movimento e regulamentações



da terra que estavam sobre a posse desses grileiros, autodenominados como “donos” das terras pertencentes ao próprio governo.


Os grileiros eram indivíduos extremamente violentos que loteavam as terras e as vendiam, pois tinham uma facilitação por permanecer determinado período nelas para conseguir suas posses por usucapião. Eles falsificavam documentos necessários para comercializá-las (GRYNSZPAN, 2009). O bispo também participou do processo coletivo de criação da União das Associações do Mutirão Campo Alegre – UAMCA em 1984. A criação dessa associação se deu pela divisão das duas fazendas: Fazenda Campo Alegre e Fazenda Boa Vista em Marapicu, dividida nas sete regionais já citadas. Entre as décadas de 1960 e 1980, houve um processo de loteamento em toda Baixada Fluminense e essas fazendas cujos donos eram políticos e a família Guinle, também fizeram parte desse processo de loteamento, como constatamos nos estudos de Aguiar (2015, p. 20).

Os proprietários de terra da Baixada Fluminense na época eram a Santa Casa de Misericórdia, o Comendador Soares, a família Guinle, O Conde Modesto Leal, Família Telles de Menezes, os políticos não representavam os anseios do povo e os mesmos adquiriram muitas terras, o próprio Fábio Raunheitti, A família Távora, família Alvarez. (AGUIAR, 2015, p.20)

A descrição dos fatos ocorridos durante a ocupação de Campo Alegre demonstra a coragem das famílias em lutar por seus direitos básicos, por reforma agrária e contra a injustiça. Este período também é caracterizado por um cenário pós-ditadura civil-militar, tempo de reformar e comover a população para combater injustiças se fortalecendo para que não houvesse futuros possíveis golpes e mesmo após essas lutas ainda somos vítimas deles.

Inicialmente, as assembleias do assentamento eram organizadas na Regional Cruzeiro. Um dos maiores articuladores dos processos da ocupação de Campo Alegre foi o ativista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Laerte Bastos que militou nos movimentos populares, tendo sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias (RJ) de 1963 a 1964, quando foi preso e torturado por motivos políticos pelo regime militar instaurado em abril de 1964. Foi também fundador e presidente da Associação do Mutirão Urbano de Nova Aurora e da Associação do Mutirão Rural de Campo Alegre, ambos os assentamentos populares na Baixada Fluminense, responsável por dar andamento a toda documentação de regulamentação da terra.

Segundo Martins (2011), os ocupantes receberam muitas ameaças dos grileiros da região: ocorreram muitos assassinatos e o local era reconhecido anteriormente à ocupação como espaço de funcionamento de lixão e cemitério clandestino em que se abandonavam



corpos de pessoas assassinadas por criminosos de diversas regiões da Baixada Fluminense. Limberg (*in memoriam*) foi um importantetrabalhador rural que ocupou as terras de Campo Alegre e sofreu agressões físicas até a morte. E por memória e homenagem ao trabalhador que viveu, lutou e morreu por aquela terra, a comunidade decidiu em assembleia o nome da primeira escola ali fundada: Escola Comunitária Limberg, na Regional Cruzeiro.

Os conflitos em Campo Alegre foram diversos, além da luta pela terra, os acampados sofriam com o distanciamento e a falta de transportes públicos na região do assentamento para necessidades básicas de acesso a postos de saúde, alimentação e educação.


A LUTA PELA ESCOLA DO ASSENTAMENTO

As dificuldades apenas se iniciavam. Para conseguirem uma escola adequada, satisfação de necessidades básicas de saúde e acessos por meio de transporte público, os assentados realizaram uma grande manifestação no Palácio da Guanabara em 1986 exigindo educação de qualidade com construção de escola do assentamento e infraestruturas para produções de alimentos, pois, Campo Alegre foi um dos principais produtores de arroz e laranjas sem suporte de maquinário específico ou qualquer ajuda governamental.

Durante a manifestação, o então governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola recebeu as documentações produzidas pelos assentados e afirmou que iria implementar e fazer de Campo Alegre o maior modelo de assentamento do Cinturão Verde, recuperando o modelo de produção de alimentos e abastecimentos, o que de fato não foi cumprido nem por parte do governo à época e nem dos subsequentes, até o desenvolvimento desse trabalho.

Assim, essa pesquisa evidencia a luta pela terra como a conquista de um território e sua construção, ocupação e adequação de um espaço onde famílias buscaram moradias, condições de produzir seus próprios alimentos e comercializá-los, gerando renda e subsistência, pois esse processo também envolve aquelas refugiadas dos grandes centros urbanos que trabalhavam em subempregos que mal dava para pagar seu aluguel com a ameaça constante de despejo pelos locatários, pois faziam parte das duras estatísticas devido ao quadro econômico de aumento de recessão e inflação pelo qual o país passava.

Esta busca sobre os acontecimentos históricos dos principais processos de ocupação de Campo Alegre foi realizada por nós durante os períodos em curso do Mestrado em Educação Agrícola, a partir das referências bibliográficas citadas e através de vivências e participações em formações de professores realizados na Escola Municipalizada Campo Alegre nos




anos 2018 e 2019 com entrevistas feitas contando com a participação de professores e gestores antigos e atuais da escola e do assentamento.

As principais características encontradas como resultados desses processos analisados são como as forças e formas coletivas de uma população marginalizada possuem para reivindicar seus direitos. O assentamento Campo Alegre, em seu processo de ocupação, semeia e colhe grandes líderes, resiste e constrói escolas. Também é importante enaltecer que nos objetivos de luta, em nenhum se exige a exploração e violação dos direitos humanos por parte dos trabalhadores do campo, todavia, leva em princípio de luta e conquista a educação das crianças e dos assentados.

As lutas dos movimentos sociais e sua emancipação necessita ser evidenciada e defendida, pois segundo Bicalho (2016, p. 6), “considerando as histórias de vida, memórias, construção coletiva, lutas por reconhecimento indenitário e novas formas de coesão social”, os sujeitos responsáveis por todas as conquistas e motivando futuros grupos e movimentos a darem continuidade em busca da conquista e permanência na terra. Campo Alegre em suas origens, contou com a participação de mulheres educadoras. Nesse sentido, consideramos e trazemos para a discussão, a fundamental presença e participação do sujeito histórico que educa.

Freire (1989) apresenta o(a) educador(a) como alguém que se forma e reflete sobre sua prática. Os sujeitos que ocuparam Campo Alegre deixaram um legado de luta e resistência. Legado esse que, de alguma forma, precisa ser presente, perpassar as famílias e comunidades em suas gerações e ser visibilizado pela sociedade.

Compreendemos que a educação é indispensável a qualquer realidade social, pois tem a capacidade construir e formar indivíduos, sociedades e histórias. Nesse sentido, os processos de ocupação em Campo Alegre demandaram ações educativas e formação para os sujeitos que fizeram parte dessa trajetória. Assim, percebendo essa necessidade, as professoras Sonia Martins, Ednete Mendonça e Luiza Batalha (*in memoriam*) que faziam parte das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos Movimentos Sociais, organizaram ações educativas no assentamento. O propósito desse artigo também é apresentar e discutir questões sobre a importância da Educação do Campo no assentamento Campo Alegre e para os movimentos sociais, fortalecendo a luta pela terra, os direitos sociais e combater as diversas formas de desigualdades.




Diante disso, ao analisar as ações das professoras Sonia Martins, Ednete Mendonça e Luiza Batalha (*in memoriam*) e a participação da comunidade na construção da escola, consideramos que suas iniciativas expuseram uma identificação pessoal, dialogamos com Freire (1991, p. 32) quando aborda como se dá o processo de identificação do educador, pois “ninguém nasce educador ou é marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador permanentemente, na prática e na reflexão da prática”.

Nesse sentido, os processos iniciais de formação do educador e da educação de modo geral no assentamento Campo Alegre estão fortemente vinculados aos objetivos da Educação do Campo mesmo que tenha ocorrido de forma não intencional, pois a partir de uma análise da história do assentamento exposta no tópico anterior, observamos práticas voltadas à formação cidadã dos sujeitos, uma formação crítica a partir de suas realidades, necessidades, e também a ação prática das educadoras por uma educação do campo, ou seja, é orgânico!

Neste assentamento, a educação começa na constituição do campo como lugar de vida digna e de cidadania, valorizando a ideia do sujeito do campo como pessoa que carrega seus valiosos saberes e cultura. Essa constituição do sujeito surge para quebrar e requalificar de maneira simbólica a figura do homem do campo, não como o caipira, ignorante e sem conhecimentos. Molina e Sá (2012) defendem que educação do Campo surge para configurar a cidadania dos povos do campo como um lugar de vida digna com seus diversos conhecimentos, culturas e formas valiosas.

A educação do Campo, nos processos educativos escolares, busca cultivar um conjunto de princípios que devem orientar as práticas educativas que promovem – com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar à formação para uma postura na vida, na comunidade – o desenvolvimento do território rural, compreendido este como espaço de vida dos sujeitos camponeses. (MOLINA E SÁ, 2012, p. 329)

Por isso, observamos que a educação no assentamento começou através de iniciativas desses sujeitos que resistem nas margens, rompem as barreiras, buscam e fazem conhecimento na vida e na constituição da escola, demonstrando que a educação também parte do movimento social. A iniciativa das educadoras Sonia Martins, Ednete Mendonça e Luiza Batalha auxiliavam nas lutas do assentamento, refletindo resistência e apoio às famílias dos assentados. Segundo Arroyo (2015, p. 14), o próprio movimento social é educativo, pois “não só há no campo a uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, também há um pedagógico. Existem experiências inovadoras coladas às raízes populares, ao movimento da renovação pedagógica do campo”.




Do mesmo modo observamos no assentamento Campo Alegre que as práticas pedagógicas iniciaram com metodologias que ligavam as praticas sociais aos conteúdos escolares a partir dos saberes trazidos pelas crianças que viviam no assentamento. Saberes esses que se dialogavam com seus conhecimentos escolares prévios e os principais objetivos do porquê estavam ali, suas formas de pensar e ver a realidade em que estavam inseridos, suas percepções sobre o Campo e suas culturas. Para ilustrar, trouxemos um trecho do depoimento da militante e fundadora da Escola Campo Alegre, professora Sonia Martins:

Iniciamos na realidade como reforço escolar, no fundo o que a gente começou a fazer no primeiro momento foi ouvir as mães, ouvir as crianças, saber onde elas estudavam, em qual série que elas estavam. No primeiro momento a gente começou a agrupar essas crianças, por afinidade, por proximidade de serie e começamos um processo de revisar o que elas já tinham tido. Isso foi tudo muito oral, porque nem nada escrito eles tinham. Sê não tinha caderno e essas coisas, nada. E tinha era a escuta, a gente ouvia das mães e ouvia das crianças (Entrevista com Sonia Martins, em 2019, realizada pelos autores).

A fala inicial da educadora militante nos convida a uma reflexão: desde a fundação do assentamento Campo Alegre até os dias atuais, os movimentos sociais sofrem ataques por parte da sociedade civil e do estado. A educação e seus agentes – professores, estudantes, famílias camponesas – sofrem perseguição e as desigualdades de oportunidades como um direito básico do / no / para o Campo se amplificam cada vez mais. Como já afirmamos, a educação do campo nasce de uma luta iniciada no momento em que se faz necessário um reforço ao ensino de crianças acampadas, negligenciadas pelo poder público. A Educação do Campo é esquecida e as escolas sucateadas devido à inexistência de materiais escolares adequados e fundamentais para a escolarização.

E a partir da escuta agente começou a identificar mais ou menos pelo que elas traziam as series que elas estavam. Era eu (Sonia), Edinete e a Luiza, eram três professoras no primeiro momento e ai a gente no primeiro ano de 1984, foi quando eles ocuparam, foi mais esse processo da escuta e de organização, então a gente ficou muito mais de fato no reforço pra fortalecer o que eles tinham estudado. É e era muita criança, deveria ter uma media de mais de 200 crianças. Então essa criançada toda de varias idades, mais também começou e ai a gente não tinha local, não tinha espaço. O lugar onde acontecia a assembleia era onde acontecia a escola, que tinha uma árvore, o pessoal fazia a assembleia, quando não era usado para assembleia ou pra alguma reunião a gente sentava as crianças lá no espaço (Entrevista com Sonia Martins, em 2019, realizada pelos autores).

Acrescentamos também, as adequações que as educadoras realizaram para iniciar a escolarização das crianças assentadas. Em virtude de análise de entrevista, nota-se um modelo de concepção pedagógica que, segundo Perruso (2014, p. 78), “refere-se à disseminação de experiências da educação popular”, com foco nas experiências e capacidades autônomas, “em



consequência, com ênfase menor na transmissão de conhecimentos, características estas relacionadas a influência das concepções pedagógicas de Paulo Freire”.

A educação popular é uma educação militante, uma educação desafiadora, educação de luta e resistência frente aos ataques de imposição de massas, que são contra a Educação do Campo. Como afirma Brandão (2006, p. 6), a educação popular obriga “uma revisão no sentido da própria educação”. O autor ainda acrescenta que “a educação popular parece não só existir fora da escola e à margem, portanto de uma “educação escolar”, de um “sistema de educação”, ou mesmo “da educação”, como também parece resistir a tudo isso”.


A resistência da educação popular é claramente representada nos relatos da entrevista com a professora Sonia sobre o início das práticas educacionais direcionadas a crianças no assentamento. A metodologia de escuta e valorização das histórias de vida dos sujeitos envolvidos nos processos de constituição das turmas, no diagnóstico de saberes, para então serem compartilhados com os demais de forma coletiva e a forma de resistências das professoras, crianças e famílias sem materiais didáticos da “educação escolar”, demonstra como a educação popular é persistente na luta por sua existência. A estrutura em que a educação ocorria, sem edifícios físicos, as aulas aconteciam no Cruzeiro uma das regionais e essas aulas eram chão do assentamento, embaixo de árvores e em locais improvisados, sem materiais didáticos e sem nenhum tipo de investimento financeiro, demonstra que a escola nasce na luta e resiste nela.

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA

A partir das de grandes movimentos de ocupações no palácio da Guanabara e muitas manifestações o que consideramos lutas, no dia 06 de março de 1987 ocorre a construção da escola financiada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, na gestão de Leonel Brizola. O prédio foi construído em um terreno doado por um morador sob o Decreto nº 9.729 de 06 de março de 1987. Foi uma grande vitória para o assentamento a conquista da escola.

Chegou já no final de 86 a gente ocupa o palácio do Catete, entre as propostas de educação a gente colocava da importância de infraestrutura na escola da importância da formação desses professores da importância de manter os professores que lá se encontravam que estavam inseridos na realidade (Entrevista com Sonia Martins, em 2019, realizada pelos autores).

Após a construção do prédio, foi criada uma secretaria especial para orientar as ações referentes à Escola Comunitária Limberg. Ela acaba sendo impedida de permanecer com a homenagem ao militante e então é denominada Escola Estadual Campo Alegre.



As ações da secretaria fundada não contribuem para o assentamento. De maneira covarde, a primeira iniciativa dessa secretaria criada para organizar assuntos relacionados ao Campofoi expulsar as educadoras e os demais funcionários fundadores da escola e que ali estavam desde o início de maneira voluntária. Assim, a secretaria inicia os processos de contratação de professores.

Criou uma secretaria, que é a: Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários (SEAF) e essa secretaria se tornou entre as funções dela, também a escola, então a escola não fica ligada à secretaria de educação, a escola fica ligada à SEAF, só que o Paulo Smithe era o secretário, começou uma discussão conosco nesse ano ainda de 86, de que a escola deveria, todo o conteúdo, deveria se juntar ao CIEP, eles tinham uma pasta que era toda uma proposta de educação voltada no Centro Integrado de educação, que era o CIEP, e aí a posposta seria que esse projeto que não era nem discutido a educação do campo, não era nem esse nome, eram escolas das ocupações, as escolas das ocupações seriam anexadas a esse grande projeto da educação que ele trazia e a gente questionou porque não era assim, você anexar um projeto a outro, tinha que ter todo um processo. E isso foi muito ruim porque eles não gostaram dessa reação nossa, e aí o que eles fizeram foi no final de 1986 tirar a gente da escola (Entrevista com Sonia Martins, em 2019, realizada pelos autores).


A administração do estado envia novos professores contratados, sem qualquer conhecimento ou envolvimento com o assentamento, que apresentam dificuldades para chegar até escola devido à distância de suas moradias, dificuldades em desenvolver práticas pedagógicas que dialoguem com a Educação do Campo, principalmente com a realidade dos assentados. São professores e propostas ligadas às escolas urbanas.

Então professor que o Estado mandava ele fica lá um ano no máximo mais um ano mal assim de faltar para caramba e aí ficou muito ruim esse período. A escola começa um pouco a retomar um pouco essa característica de escola, Quando ela é Municipalizada por que aí o município assume, ainda com as precariedades no campo da infraestrutura, ainda está mais próxima de Nova Iguaçu, por que ela é de Nova Iguaçu [...](Entrevista com Sonia Martins, em 2019, realizada pelos autores).

Esses impasses quanto ao funcionamento e dinâmicas de falta e rotatividade de professores permanecem na escola durante seis anos, passando por diferentes gestores. A grande maioria trabalhava em mais de uma escola, o que dificultava a carga horária, pois em Campo Alegre, além da distância, o transporte continuava precário e as estradas de difícil acesso.

MUNICIPALIZAÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO

Após esse período sob a gestão do Governo do Estado, com as realidades apresentadas, a escola é municipalizada no dia 16 de Janeiro de 1995 através do ofício 339/GP/93 solicitada pela Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu – FENIG, Prefeitura de Nova Iguaçu, pelo então prefeito Altamir Gomes Moreira ao Governador do



Estado do Rio de Janeiro da época, Marcelo Alencar. A partir da municipalização, o nome da escola se torna Escola Municipalizada Campo Alegre.

A partir dessas ocorrências e mesmo com a municipalização da escola, a educação do Campo no assentamento ainda sofre com a perda das professoras fundadoras, pois os professores que são lotados na escola são professores concursados do Município e a realidade é bem próxima a situação anterior, os aprovados em últimos lugares na classificação geral do concurso, ou professores devolvidos por gestores a secretária. A educação em Campo Alegre continua a ser vítima da falta de uma educação pertencente ao Campo e em troca recebem a educação urbana, pois os conteúdos e projetos enviados pela secretaria eram os mesmos e as orientações para os professores era que se fizesse uma “adequação” no conteúdo.


A escola construída a partir de uma educação popular, agora é constituída por um grupo de profissionais que estão ali por terem sido aprovados em classificações que não era mais possível escolher unidades escolares, quem passava nos últimos lugares o seu destino era reservado a Campo Alegre, ou escolas mais distantes das áreas urbanas que, em sua maioria, são escolas do Campo. Os resultados desse processo é uma equipe pedagógicasem qualquer identificação com o educador do campo, da realidade dos assentados e com muitas limitações para o fazer pedagógico, esperando apenas o término do estágio probatório ou uma vaga em outra unidade escolar para solicitar transferência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouvir a professora Sonia em seus relatos nos fez refletir sobre a identidade do sujeito do campo, educadores, educandos, famílias e todos os que, de alguma forma, estão envolvidos no processo de ensino aprendizagem e contribuem para a continuidade dessa educação.

Esses foram os sujeitos que gestaram e realizaram Campo Alegre e projetaram uma educação local a partir de suas ações. Iniciaram lutas por mais conquistas e por uma educação do campo de qualidade. Como já abordado anteriormente na história de luta pela terra, os acampados foram atrás de direitos básicos para o exercício de suas cidadanias e lutaram para uma infraestrutura digna de ensino no assentamento. A escola passou por períodos de verdadeiras batalhas para existir e resistir, sua organização sofreu inúmeras modificações afetando diretamente as crianças, os professores, as famílias e a comunidade escolar.

A partir das investigações apresentadas nessa pesquisa, identificamos, por meios de bibliografias e entrevistas narradas pela professora Sonia Martins, que houve a participação da



comunidade na luta pela terra, na constituição e construção da educação no assentamento, porém após a entrada do poder público ocorreu o desmonte, a desagregação, a falta de diálogo e respeito por cada um que ali estava.

Esse trabalho, portanto, se arvorou em realizar uma breve análise do período de ocupação do assentamento até a construção e ativação da escola do campo de Campo Alegre. Atualmente, a escola possui novos gestores e professores com suas histórias próprias que complementam nosso estudo e em breve também estará disponível para futuros debates e contribuições sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Organização, resistência e luta dos lavradores – posseiros de pedra liza na baixada fluminense nas décadas de 40 a 60.** Trabalho Monográfico. UFRRJ, Seropédica, 2015.

ARROYO, Miguel C. **A educação básica e o movimento social do campo.** In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.). A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: Articulação por uma Educação Básica do Campo, 2015. p. 13-52. (Coleção por uma educação básica do campo, 2).

ALENTEJANO, Paulo R. R. **Bibliotecas populares nos Assentamentos rurais do Rio de Janeiro.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária- Presidente Prudente, 2005.

BASTOS, Gabriel Souza. **Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa.** Estudos Sociedade e Agricultura, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 179-207.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 318).


BICALHO, Ramofly dos Santos. **Os movimentos sociais do campo e a formação do educador.** Estudos Educação do Campo, maio/ago. de 2016, vol. 18, n. 37, p. 5-26.

CARVALHO, Suellen S. **Limites e possibilidades da permanência dos jovens no assentamento campo alegre, nova Iguaçu.** Trabalho Monográfico. UFRRJ. Rio de Janeiro, 2013.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra; pp. 26, 1989.

_____. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

GRYNSZPAN, Mario. **Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ines (Orgs). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Editora UNESP, V.1, Brasília, 2009.



MACHADO, Romário Silveira. **A trajetória de minha formação política e pedagógica na luta pela implementação da educação do campo no município de Nova Iguaçu.** Monografia apresentada ao Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2011.

MOLINA, M. C.; SÁ, L.; M. Escola do Campo. In: CALDART, R et al (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

PERRUSO; Marco Antonio; LOBO, Roberta (Orgs.). **Educação do campo, movimentos sociais e diversidade:** a experiência da UFRRJ. Rio de Janeiro: F&F, 2014.

CAPÍTULO 15

DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO E SABERES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA

Bruno Cardoso de Menezes Bahia, Doutor em Educação, UFRRJ
Renan Mota Silva, Mestrando em Educação, UFRRJ

RESUMO

A motivação para a escrita do texto parte da vivência na Restinga da Ilha da Marambaia, cujo despertar aponta para uma melhor elucidação de como o processo de encobrimento da cultura quilombola interfere na formação pedagógica e identitária dos habitantes dessa Ilha, que atualmente acolhe a nova geração quilombola da região. Entrementes, por se tratar de um assunto de estreita pertinência para a atual situação do país. A temática foi minuciosamente levada à baila numa defesa oral no XV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação- Liberdade, Equidade e Emancipação realizado em setembro deste ano na cidade de Porto/Portugal. Marambaia está localizada numa área militar, em sua totalidade restrita; nesta ocasião, por conta de sua localização estratégica, foi utilizada para desembarque ilegal de escravos, lócus que subsidiou a realização desta escrita. No que tange aos aspectos pedagógicos e aos desejos da comunidade, refletiremos sobre as possibilidades de uma proposta pedagógica decolonial, voltada para a educação diferenciada, possibilitando o respeito e o enaltecimento da cultura e dos saberes tradicionais, vinculados à realidade local e global. A comunidade é reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo desde 2005 pela Fundação Cultural Palmares, subsidiando àqueles moradores fazerem uso de instrumentos de amparo legal que atestem seus direitos de comunidade tradicional, como a Constituição Federal de 1988, o Decreto Federal nº 4.887/03 e o Termo de Ajustamento de Conduta decorrente de um processo de conciliação entre o Ministério Público Federal, a Marinha do Brasil e a própria comunidade. Possui uma essência etnográfica, perpassando pelas bases pedagógicas decoloniais para uma melhor aproximação do problema investigado. A pesquisa em andamento se justifica, porque há dúvidas se o planejamento curricular da unidade escolar presente na comunidade assume uma perspectiva que favoreça a formação da identidade pessoal e coletiva desses cidadãos. O entendimento encontrado baseou-se na visão desses moradores tão somente, cuja demanda presente dessa comunidade quilombola é por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos. Algumas problematizações impulsionam nossos estudos como, por exemplo, a implementação da Lei Federal nº10.639/03. Acreditamos que deve haver uma estreita ligação do cotidiano dos alunos com o saber e com a escola, suas experiências, sua forma de enxergar a vida e como as maneiras pelas quais a escola responderá ou não às suas expectativas, como um espaço social de aprendizagem, de construção de saberes, de socialização e de valorização cultural.

PALAVRAS-CHAVE:Decolonialidade; Educação Quilombola; Restinga da Marambaia.

A DECOLONIALIDADE E OS SABERES TRADICIONAIS


A Restinga da Marambaia com quase quarenta e três quilômetros de extensão, faz parte de três municípios, a saber: Mangaratiba, Itaguaí e Rio de Janeiro, arredada do continente pelo Canal do Bacalhau, este último, localizado no bairro Barra de Guaratiba, região litorânea da Zona Oeste do Rio de Janeiro. É uma área militar, em sua totalidade restrita, cujo acesso é permitido somente aos moradores e seus familiares, pesquisadores previamente autorizados e militares do Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia (CADIM), que dentre outras atividades, detém o controle de todo esse pessoal.

Fazendo parte da Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, cuja microrregião é Itaguaí, Mangaratiba está localizada em uma distância de aproximadamente 85 quilômetros da capital. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados atualizados em 2019, possui uma área de 353.408 Km², com população aproximada de 44.468 habitantes, elencando o 44º município mais populoso do estado e o de menor população desta microrregião.

O início do povoamento português nas terras de Mangaratiba aconteceu por volta de 1620 com a chegada dos índios Tupiniquins, obedecendo à ordem direta de Martim Correia de Sá. A ideia era que estes já possuíssem algum grau de catequização, que na maioria das vezes era realizado em Porto Seguro/BA pelos Jesuítas.

Com a pretensão da criação desse povoado local, foi estabelecido sob a guarda dos Inacianos, pelo menos dois aldeamentos: o primeiro localizado na Restinga da Ilha da Marambaia e, o outro, no continente, na Praia da Ingaíba. Das controvérsias mais consideradas pelos historiadores é a possibilidade inócua que o aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí, sido instituída por Martim Correia de Sá, a principal assentada pelos jesuítas no Rio de Janeiro; entretanto, acredita-se num processo dissemelhante, onde parte dos índios descidos do sul, na região da lagoa dos Patos, eram instruídos com catequese prioritariamente na Ilha da Marambaia e inseridos paulatinamente nas terras de Mangaratiba (ALMEIDA, 2003).

Mangaratiba e toda a área nos dias que correm, se denomina como Costa Verde, tinha como principal atividade naquela época, produzir alimentos, dentre eles o açúcar, que eram destinados ao abastecimento da capitania de São Vicente, da qual fazia parte.



Passado-se os anos e com o advento da crescente economia cafeeira, principalmente na região do Vale do Paraíba, essa localidade ganhou um significativo aumento de movimento econômico, cumprindo um papel importante de porto escoador da produção de café, proporcionado pelo alto índice de tráfico negro de escravos.

Em relação ao tráfico de escravizados negros, há muitos anos, do continente africano milhões de pessoas de diferentes etnias foram vendidas para outros países nesta condição, dando origem à inumana Diáspora Africana. Destes tantos, cerca de 10 milhões de negros escravizados foram trazidos para as Américas, donde aproximadamente seis milhões traficados para o Brasil a fim de trabalharem compulsoriamente na lavoura açucareira, na mineração e no plantio de café. Dos africanos que vieram para cá, cerca de 60% foram enviados para a Região Sudeste. Muitos eram de grupos linguísticos e culturais conhecidos por Banto.

Segundo Carvalho (1987), na costa africana, o abeiramento de uma embarcação com negreiros trazia prenunciações que abarcavam os mais variados significados. Para os grandes e numerosos mercadores, era o momento de reabrir os trapiches, estágio de ganhar numerários na sofisticada empreitada do aguardo de incontáveis dias. Nesses locais, geralmente existiam dois tipos desses: os privados, aquele para venda, cujos proprietários eram os nobres senhores e os da Igreja Católica, que em grande parte apenas alugam os escravos para a realização das mais diversas mãos de obra. Estes últimos eram conhecidos como escravos de ganhos.

O mesmo autor relata que, em contrapartida, para os vassalos, que se apertavam em condições desumanas, presos par a par pelos tornozelos quando homens e, pelo pescoço, quando mulheres, eram o momento de no triste olhar, observar por entre as frestas do barracão, o raiar de um novo dia e a aproximação dos “tumbeiros”, um transporte desconhecido em suas proporções que os levariam em direção ao mundo dos mortos. Neste local, o escorbuto e a varíola faziam mortos às dezenas.

Em seu entendimento Carvalho (1987), afirma que neste caso específico, eram usados pontualmente dois locais para desembarques dos vassalos, de forma a evitar que as doenças se proliferassem na cidade: a Ilha de Vilegagnon e principalmente a Ilha de Marambaia, sendo esta última o principal porto clandestino de desembarque de escravos no Brasil, região distante naquela época dos centros urbanos e principalmente longe da observação pública. Devido essa posição estratégica Marambaia servia de postos de quarentena aos negreiros

vindos do continente africano, tanto para engorda como para recuperação dos longos dias de mar na travessia do continente.

Passados os anos, já em 1857, foi construída e inaugurada pelo Imperador Dom Pedro II a Serra Mar ou Estrada Imperial, como ficara conhecida, reconhecida até os dias atuais como a primeira estrada de rodagem do Brasil. Cabe ressaltar, que essa estrada foi construída estrategicamente, visto que Mangaratiba era um dos maiores portos para o escoamento de café do Vale do Paraíba. Tal magnitude e audácia de Dom Pedro II se dão pelo fato da consolidação para o governo dos melhores, dos privilegiados, que com o desenvolvimento da região, acabara por trazer ilustres construções e melhor aprimoramento de mão de obra.

Para a historiadora YABETA (2013), na época de maior crescimento e prosperidade de Mangaratiba, nascia o Comendador Joaquim José de Sousa Breves, abastado fazendeiro, dono dos trapiches do Saí e da Marambaia, proprietário de mais de 6.000 escravos e vinte fazendas, chegando a produzir mais de um por cento da produção brasileira de café.


A COMUNIDADE QUILOMBOLA NA ILHA DA MARAMBAIA

Figura 1 – Casarão do Comendador Breves.



Fonte: Reprodução do artista Clécio Régis para o Condomínio Reserva Ecológica do Sahy.

Na trajetória dos anos subsequentes, Breves destacava-se como o “Rei do Café” e como o maior escravocrata do Brasil, realizando suntuosas construções, dentre as quais o maior trapiche para armazenagem e escoamento de café no centro de Mangaratiba. Fez dessa átima região, um local de cruéis leilões de escravos, com casas de bilhar, pensões, cocheiras, teatro e uma gigantesca casa de feitura de vasilhames para armazenamento de vinhos, aguardente e cachaça.



Atualmente, Mangaratiba conta com aproximadamente com 88,1% de sua população vivendo na zona urbana e 11,9% vivendo na zona rural. O município tem com 41 escolas, dessas, apenas 3 são da Rede Estadual de Ensino, todas localizadas na zona urbana e 38 da Rede Municipal de Ensino, das quais 11 delas atendem a população da zona rural.

De acordo com o Plano Municipal de Educação de Mangaratiba (2015) entre as 11 escolas da zona rural, encontra-se a Escola Municipal Levy Miranda, situada na Ilha da Marambaia, que especificamente atende uma comunidade de povos tradicionais. A legislação brasileira, de acordo com o Decreto Federal nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 no seu Art. 30º compreende os Povos e Comunidades tradicionais da seguinte forma:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º)


De acordo com o Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

Deste modo, consideramos que a escola enquanto espaço de diálogo junto à comunidade possibilita uma educação onde as pessoas vão se formando ao longo da vida, com escuta, participação e diálogo, podendo assim transformar a realidade. Assim, encontramos uma concepção de educação para além das salas de aula interagindo e contribuindo para a comunidade num melhor resgate e valorização com ressignificação para os mais jovens da cultura quilombola. Diante do exposto, Paulo Freire (2007) define que:

estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. (FREIRE, 2007, p. 57)

Conhecer a visão de uma educação crítica, onde a questão da educação formal se faça necessária, possibilitando mudanças e desenvolvimentos, ultrapassando a consciência ingênua, pois a educação crítica desperta e permite que o homem seja o sujeito, através da



mediação do professor, problematizando, incentivando e principalmente auxiliando os novatos a refletirem sobre sua realidade, onde, segundo Freire (1967, p. 90) se construa enquanto agente transformador do mundo e de suas relações com a cultura e história:

uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, 1967, p. 90)

Nessa perspectiva de entendimentos, a criticidade possibilitará aos alunos uma melhor análise: mais profícua da sua realidade, fazendo-os buscar uma reflexão de maneira coerente, cujos poderão ver e entender o mundo, participando ativamente das mudanças que se julguem necessárias.


EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA

As instituições escolares, indubitavelmente, organização sobreposta na centralidade que ocupa na sociedade, é um espaço de progressão dos estudantes, que segundo a legislação brasileira, prevê que todas as crianças e jovens até os 17 anos, sem quaisquer exceções, devem prioritariamente frequentá-la diariamente (Brasil, 2013).

Nesse entendimento, as escolas brasileiras transportam consigo a herança do passado colonial, que deliberava uma cultura e uma aprendizagem superior de povos dominantes em relação aos povos tradicionais, mesmo que de diversas formas distintas, não os reconheciam como culturados.

Assim, para a deslegitimação, especificamente os saberes e fazeres quilombolas, para além dos “demais” saberes europeus, acabam por revelar a triste realidade de violência da escola brasileira, e é corroborado pela denúncia do Patrono da Educação, em sua obra Pedagogia do Oprimido, quando relata ser a escola fracassada aquela que não conquista a compreensão do aluno, este sujeito sociocultural; onde todo processo educativo deve partir da realidade do educando. Somente nessa perspectiva, o processo de modo crítico, poder de transformação do outro, será efetivo (Freire, 2005).

Dessa forma, entendemos que a escola brasileira necessita urgentemente emergir num processo de descortino de “situações de opressão diversas”, que foram iniciadas por uma “dominação de uma raça sobre a outra, principalmente do europeu sobre nosso povo.



Nessa perspectiva, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, demonstrou que esses os processos de colonização, onde na maioria das vezes, a Europa é a personagem principal na “conquista” das Américas para a subalternização das raças, proporcionou a casualidade do modelo Moderno de sociedade.

Durante o mesmo período em que se consolida a dominação colonial européia foi estabelecido o complexo cultural conhecido como racionalidade-modernidade européia, estabelecido como paradigma universal de conhecimento e relação entre a humanidade e o resto do mundo. (QUIJANO, 2014, p.15)

Tristemente, o mesmo autor, elucida nas mais desbravadas palavras, que não se pode perder de vista a simultaneidade do processo de educação formal e dos processos de colonização. Outrossim, ao aportar sua caravela nas terras brasileiras, os colonizadores escreveram suas impressões sobre esse Novo Mundo. Exemplo disso pode ser conferido na Carta de Pero Vaz de Caminha (CASTRO, 2003, p. 115) onde ele registra os povos originários como despossuídos de cultura: “ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbárie deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém” (CASTRO, 2003, p. 115).

Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infundas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (CASTRO, Sílvio. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Porto Alegre: L&PM, 2003, p. 115-116)

Em síntese, a retratação dessa fala, subtrai fundamentalmente, a sapiência ali entendidos como fundamentais, pontualmente, derivar-se-ia duma escolha orientada por um padrão hegemônico de conhecimento, como proclama Boaventura de Sousa Santos:

O colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS, 2010, p. 23).

Ter um ensino formal baseado numa proposta curricular, que por vezes requeira uma pedagogia própria, que respeite à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, onde a estruturação e o funcionamento das escolas quilombolas precisam ser amplamente reconhecidas, valorizando sua diversidade cultural (BRASIL, 2011, p. 21) é primordial para o defrontar o encobrimento cultural. Em falas de moradores locais em uma conversa informal de ambientação nas festividades do Dia da Consciência Negra-2019, ouvimos se queixarem: “falta à capoeira, o jongo, a festa do

divino e o conto das histórias do nosso povoado”. Como hipótese, pensamos que essa problemática pode acarretar na castração cultural da Comunidade Quilombola da Restinga da Ilha da Marambaia.

Nessa suposição, depreende-se que a interferência na comunidade quilombola, local onde atualmente residem também os mais jovens, tem forte poder de transformar seu modo de enxergar a realidade na qual ele está submetido, principalmente quando este não está preparado para uma aculturação, visto que sua identidade está em processo de construção.

Figura 2 – Escola Municipal Levy Miranda.



Fonte: Fonte: Arquivo pessoal dos autores.


A Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002, teve como meta:

Art. 1. A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes: I – estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II – propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p. 284)

Contudo, os remanescentes quilombolas, possuem hábitos e costumes diferentes da população urbana, podendo estes costumes serem transformados, castração cultural, por meio de uma educação puramente colonial. Apesar de toda a riqueza que a cultura quilombola possui (artesanato, ritual de pesca artesanal, rezas, festas), os habitantes da Ilha da



Marambaia, correm o risco de terem parte desses costumes extintos, a exemplo, as restrições ambientais para a prática da pesca. Nessa proposição, Arroyo (2004), assertivamente instiga a escola pública para estabelecer um fomentado diálogo com os Movimentos Sociais para a descontinuidade do olhar colonial sobre esses sujeitos. Estado, em sua assimilação, para que a escola tenha uma função emancipatória contrariamente ao interesse da colonialidade.

Cooperando nessa premissa de entendimento, Palermo (2014) elucida que as características das pedagogias decoloniais, devem reconhecer os sujeitos individuais ou coletivos silenciados para além das falácias produzidas sobre eles, onde também, esses povos tradicionais, neste caso, os remanescentes de quilombos da Marambaia, tenham a afirmação do direito à dissemelhança, nessa conformidade, e não a enclausurada homogeneização das práticas pedagógicas.


Freire (2005) traz à tona o entendimento de que esses educandos são sujeitos socioculturais e que carregam consigo em suas experiências, conhecimentos, que muitas vezes são invisíveis para a escola. Neste sentido, ele nos ensina que

existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. (FREIRE, 2005, p. 90)

Podemos dizer que, é difícil acreditarmos que a realidade do contexto social que abarque o enquadramento da sala de aula, não seja fator a ser considerado, no caso, os quilombolas, o que torna urgente a ponderação das necessidades e direitos de um número aceitável de estudantes em situação de desvantagem.

Percebemos também que, o processo educativo é um amplo processo de aprendizagem, que traz consciência para um olhar além dos muros da escola, indo ao encontro à comunidade local, onde esteja inserida. No quilombo, sentimos o ofício e o entendimento dos saberes vividos de homens e mulheres simples, no trajar, no andar, no simples falar, em seus usos e costumes que são passados de geração em geração.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), a escola é corresponsável no grande processo de divulgar a diversidade etnocultural que compõe o patrimônio socioeducativo e sociocultural brasileiro, parte imprescindível da formação cidadã, mesmo que esteja inserida num meio conflitante.




O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. (Parâmetros Curriculares Nacionais: Tema Transversal Pluralidade Cultural, 1998, p. 116)

Nessa premissa, hipoteticamente, o posicionamento desta escola possuir em seu corpo docente apenas um professor em formação da comunidade local, é algo preocupante, visto que, esses profissionais, com formação continuada própria para a educação diferenciada, fomentariam aos alunos um maior entendimento e valorização dos saberes dos povos tradicionais. Ressaltamos que, é dever de toda instituição educacional prezar pelo total cumprimento no tocante à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, especificamente no seu artigo vigésimo oitavo.

O argumento se justifica por uma formulação provisória e hipotética, que a temática da escola carece ser revista, por suposição elucidada e ratificada através de pequenos diálogos informais com moradores nas festividades do Dia da Consciência Negra no ano de 2019. Em sua idéia de Filosofia da Libertação, Dussel (1988) nos desafia a romper com o silêncio das vozes dos oprimidos, dos explorados, cujos, não foram considerados agentes relevantes na construção da sociedade moderna. Reiteramos que, concomitante a isso, se faz necessário um posicionamento teórico positivo e material, colocando-nos verdadeiramente junto ao povoado local e não apenas na posição de observador-participante, de forma que possamos vivenciar essa experiência real para uma compreensão mais adéqua a problematização.

O desempenho escolar de um estudante pode ter uma influência significativa se o ambiente em que ele se encontra não for “favorável” e costumeiro culturalmente para o desenvolvimento de suas habilidades e se o mesmo não se sente à vontade para fazê-lo, mesmo por uma série de fatores que podem surgir no meio escolar como condições econômicas, psicológicas, sociais e principalmente culturais, impedindo-o de se desenvolver satisfatoriamente.

A presente escrita tem como objetivo geral compreender como o processo de encobrimento da cultura quilombola/caiçara interfere na formação pedagógica e identitária dos habitantes da Ilha da Marambaia/RJ, dessa forma tem como objetivo específico investigar de que modo a questão do território pode influenciar na formação e na vida dos moradores da Ilha da Marambaia (remanescentes quilombolas). Nesse entendimento e oportunidade, o *lôcus* principal para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi a Ilha da Marambaia/RJ. Obstante a isso,



talvez a facilidade se dê pelo fato de um dos autores ser militar na Marinha do Brasil, e ambos com visões de educadores por essência.

As indagações para a justificativa dessa pesquisa se resumem quando perguntado: como está sendo implementada na Escola Municipal Levy Miranda a Lei Federal nº 10.639/2003 (que altera a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira) nos planos curriculares dessa escola e de que forma ela contribui para a formação identitária de uma comunidade tradicional?

Tendo como base a legislação brasileira, especificamente a LDB nº 9.394/1996 nos artigos 26-A, 28 e 79-B, onde especificamente o artigo 26-A, modificado pela Lei nº 11.645/2008 que inclui a temática do estudo da questão indígena, que não foi abarcado pela LDB de 1996. Esses artigos, no escopo histórico do Brasil, fomentarão na formação da sociedade uma questão antes não prevista, trazendo à baila o processo histórico dos nossos antepassados.

A LDBEN nº 9.394/1996, artigos 26-A, 28 e 79-B estabelece que

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena:

I – o conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil;

II – os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:


I– conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II– organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRASIL, 1996, s/p.)

Assim, quais as políticas educacionais municipais no sistema único de educação básica que este município vem adotando em favor da Educação Escolar Quilombola na Escola Municipal Levy Miranda? Existem ações que a Marinha do Brasil utiliza na Escola Municipal



Levy Miranda ou na comunidade local, observando o impacto no processo formativo de crianças e jovens quilombolas?

Para nosso entendimento, o significante vocábulo “colonialidade” foi desmistificado por um ajuntamento de intelectuais latino-americanos, sob a condução de Aníbal Quijano, denominados Modernidade/Colonialidade (M/C), caracterizado assim por Ballestrin (2013):

Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a ‘opção decolonial’ – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva. (BALLESTRIN, 2013, p.13)

A basilar da epistemologia citada por Boaventura de Sousa Santos (2010) sustenta-se para a superação do pensamento moderno do ocidente, dividindo em linhas imaginárias o mundo, polarizando-o. Para ele (2010b, p. 32) “a divisão é tal que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente”.


Sobre esse processo, Freire (2005) afirma que

O colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS, 2010, p. 23).

A pedagogia decolonial de Catherine Walsh (2013, p. 585), pontualmente a que retrata a luta dos sujeitos africanos vindos para o nosso continente, diminuídos pela superioridade branca ocidental, acrescentando o entendimento que, mesmo que ainda não se tenha uma circunstância de nulidade de colonialidade, há grande probabilidade de possibilidade de identificação das práticas pedagógicas orientadas por “posicionamentos, posturas, horizontes e projetos de resistir, intervir, transgredir, insurgir, criar e incidir¹¹,” e, portanto, decoloniais. Tratam-se de:

[...] metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência e que Adolfo Albán tem chamado de ‘re-existência’; pedagogias como práticas insurgentes que fraturam a modernidade / colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com (WALSH, 2013, p. 19).

O presente estudo apresentado foi realizado de uma forma metodológica híbrida no que se refere a coleta e análise de dados. Possui uma essência etnográfica com base em Azevedo (1991), perpassando pelas bases teóricas decoloniais de Catherine Walsh (2013) da educação para uma melhor aproximação do problema investigado.



O estudo também foi de caráter exploratório, conforme Andrade (2003, p. 124): a pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. Segundo as definições do autor, procuraremos proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, facilitando a delimitação do estudo e a definição de objetivos ou formulação de hipóteses. Portanto, através da pesquisa exploratória avaliaremos a possibilidade de desenvolver uma relevante pesquisa sobre educação formal e saberes tradicionais.


A respeito da pesquisa exploratória Martins (2000, p. 41) descreve que toda pesquisa bibliográfica ou de campo é também exploratória, estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

A pesquisa foi principalmente de cunho etnográfico, pois, segundo Azevedo (1991, p. 34), a pesquisa etnográfica ou estudos do tipo etnográfico representam o estudo e o relato de experiências de vida, em um processo que requer reflexão, habilidade na descrição e clareza, de tal forma que permita expressar em palavras, acontecimentos, comportamentos, processos sociais e contextos com vivências e experiências dos sujeitos.

Os locais de pesquisa foram prioritariamente a Restinga da Ilha da Marambaia-RJ, que engloba a Escola Municipal Levy Miranda e os procedimentos metodológicos que nortearam essa pesquisa seguiram a seguinte síntese, não necessariamente nesta ordem: pesquisa e análise documental: se apresentando como caráter exploratório-descritivo e qualitativo; entrevistas semi-estruturada aos moradores da Ilha da Marambaia; tabulação e análise de dados à luz da fundamentação teórica levantada durante a redação da dissertação.

A necessidade de apropriação de novas idéias, gestos, interações e formas de ver o mundo, estão associadas à capacidade de persuasão e atratividade do que é ensinado, explica AbramoVay (2006). Portanto, a ligação dos alunos com o saber e com a escola tem relação com seu cotidiano, suas experiências e sua forma de ver a vida, vislumbrando como a escola atende ou não às expectativas destes.

Como lócus desta pesquisa a Restinga da Ilha da Marambaia, situa-se em Mangaratiba, litoral do Sul do Estado do Rio de Janeiro. A restinga tem uma divisão que pode ser questionada, possuindo significativas frações dessas divisões resumidas na área administrativa – CADIM, área operativa, ambas utilizadas pelos militares da Marinha do Brasil e as



demarcações dos remanescentes de quilombos; estes últimos reconhecidos oficialmente como remanescentes desde o ano de 2005, pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Atualmente, esses moradores fazem uso de instrumentos de amparo legal que atestam seus direitos de comunidade tradicional: Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, o Decreto Federal nº 4.887/03, e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) decorrente de um processo de conciliação realizado entre o Ministério Público, a Marinha do Brasil, a Advocacia-Geral da União, a Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia (ARQIMAR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).


Aspiramos orientar a pesquisa apoiando em marcos teóricos e conceituais a começar com autores que tem relação com as questões aqui apresentadas no que tange a investigação e a compreensão sobre o saber tradicional numa perspectiva que favoreça a formação da identidade pessoal e coletiva daqueles cidadãos a que está ligado, que tem a demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, numa perspectiva decolonial, à luz também da legislação brasileira, previsto também no Decreto Federal nº 6.040/07 que traduz claramente o povoado da comunidade quilombola a ser pesquisada.

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, s/p.)

Reafirmando, conforme explicita Freire (2011), de forma que a escola enquanto espaço de diálogo junto à comunidade possibilita uma educação onde as pessoas vão se completando ao longo da vida. Conhecer a visão de uma educação crítica, onde a questão da educação formal, seja baseada se fazendo necessária, despertando e permitindo que o homem seja o sujeito, que segundo Freire (1967, p. 90) se construa enquanto agente transformador do mundo e de suas relações com a cultura e história, ou seja,

uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, 1967, p. 90)

Os sujeitos envolvidos no dia a dia escolar apresentam a educação como um valor e expressam perspectivas de futuros otimistas, e não somente todos os inconvenientes e



dificuldades encontradas no cotidiano escolar. Isso quer dizer que a escola pode ser um ambiente socializador, mediador, colaborador de processo de formação de cidadãos críticos e responsáveis que tem em mente seus direitos e deveres.


Partindo desse pressuposto, a escola sendo acolhida pela sociedade e vice-versa tende a melhorar seu ambiente de formação de cidadãos críticos e responsáveis além de viabilizar positivamente o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, gerando harmonia entre todos, trabalhando com a prevenção e erradicação desse tipo de problema. Assim, a política estará firmada em ações preventivas e não repressivas, levando em conta as linguagens, usos e costumes que atraíam os jovens, crianças e adolescentes, além de professores e membros da equipe de direção como participantes das políticas públicas de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a implementação de políticas e estratégias didáticas para um melhor entendimento do processo de encobrimento da cultura quilombola e como este interfere na formação pedagógica e identitária dos habitantes da Ilha da Marambaia, com vistas à formação para a cidadania, é necessário, sobretudo, ter clara a definição do que se compreende como educação.

O conhecimento e a convivência com os participantes da pesquisa em partes se resumem as grandes dificuldades do dia a dia: idas e vindas ao continente para a realização da maioria das tarefas cotidianas (o trabalho em si), dependendo exclusivamente de embarcações da Marinha do Brasil, em horários únicos previamente marcados. Percebeu-se, que a ligação que os moradores, com seus laços de parentescos e suas histórias de vida faz com que se recusam a deixar a Ilha. Para aqueles que residem no continente e possuem laços consanguíneos com os remanescentes de quilombos, aparentam querer retornar, todavia, é preciso meios exequíveis para que a vida na ilha seja mais viável.

Nessa perspectiva, a escola tem também o papel de propiciar os meios e os instrumentos para a reprodução da vida de acordo com seus valores, cultura e história, da e na Ilha da Marambaia - RJ, confirmando a principal função da educação: propiciar a construção do conhecimento para a transformação da sociedade. A maior dificuldade para a escrita deste artigo se deu na ida à Ilha, pois existem vários procedimentos administrativos a serem adotados para uma visita autorizada; desta forma, preferiu-se ir à festa que comemorou o dia



da Consciência Negra na Ilha, onde foram permitidas embarcações particulares em uma lista previamente autorizada.

Em relação à Escola Municipal Levy Miranda, podemos dizer que esta busca contribuir para os interesses da comunidade, mesmo que com apenas um único professor (em formação) em seu quadro de docente, moradora da Ilha. Isso significa voltar-se para o interior de onde teve sua origem, de onde foi originalmente pensada. Caso contrário, da maneira como se pensava ser, a escola não estaria resgatando os valores culturais e não estaria interagindo com as especificidades da comunidade, formando jovens que possivelmente iriam sair da Ilha sem um convívio maior da história do seu povo.

Indubitavelmente, o presente trabalho expressa-se como uma forma de compreender para uma reorientação pedagógica e política nos limites desta escola, objetivando uma pequena contribuição da educação para uma sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F.S. e MARTINELLI, C.C.

Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas. Brasília, UNESCO, 2006.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003

ARROYO, Miguel Gonzales. **Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

AZEVEDO, Militão Augusto de. **Pesquisa etnográfica.** São Paulo, Edusp, 1991.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 11, p. 89-117, Aug. 2013. Disponível em: . Acesso em 13 fevereiro de 2020

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32

———. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Resolução CNE/CEB nº 3, de 17 de junho de 2004. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 10 de março de 2004.

———. **Decreto Federal nº4.887,** de 20 de novembro de 2003. Diário Oficial da

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003.

———. **Decreto Federal nº6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

———. **Lei nº 10.639/03**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

———. **Lei nº 11.645/08**, de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

———. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

———. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Tema Transversal Pluralidade Cultural**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1999.

———. **Plano Municipal de Educação do Município de Mangaratiba**, 2015. BUENO, E. **Brasil: uma história**. Segunda edição revista. São Paulo. Ática. 2003, p.44.

CARVALHO, José Murilo de. **O bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, p. 55-70. Buenos Aires: Clacso, 2005.

———. **Introducción a la filosofía de la liberación**. Bogotá: Nueva América, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

———. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

———. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JULIA AFFONSO E FAUSTO MACEDO – **Jornal Estadão**. Disponível em:

<<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-condena-bolsonaro-por-quilombolas><https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-condena-bolsonaro-por-quilombolas-nao-servem-nem-para-procriar/nao-servem-nem-para-procriar/>>. Acesso em 07 de junho de 2019.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**.

2 ed., São Paulo: Atlas, 2000

PALERMO, Zulma. **Arte y estética em la encrucijada descolonial**. Buenos Ayres: Del Signo, 2009



REINHARDT, B. **Espelho ante espelho. A troca e a guerra entre o neopentecostalismo e os cultos afrobrasileiros em Salvador.** São Paulo: Attar, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Anibal. ¡Qué tal raza!. **Revista del CESLA**, [S.l.], n. 1, p. 192-200, nov. 2000. ISSN

<<http://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/379>>. Acesso em 20 fevereiro de 2020

YABETA, Daniela. **Marinha versus Marambaia: conflito pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro.** In: V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, Porto Alegre. V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011

YABETA, Daniela.; GOMES, F. S. **Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia** .Afro-Ásia, v. 47, p. 79-117, 2013.

WALSH, Catherine. **Lo pedagógico y lo decolonial. Entrejiendocaminos.** In: WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir, y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.



CAPÍTULO 16

A PERCEPÇÃO DO CORPO PELOS POVOS DE TERREIRO

Ioná Pereira da Silva, Pedagoga, Especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, UFBA, Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, UNEB/PPGEcoH

Carlos Alberto Batista Santos, Dr. em Etnobiologia e Conservação da Natureza, UNEB, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, DTCS, Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

RESUMO


Este estudo parte de uma pesquisa de base bibliográfica, e se propôs a investigar como os Povos de Terreiro a partir de uma dimensão histórica, religiosa e social percebe e compreende o corpo, contribuindo dessa forma para o entendimento, respeito e a promoção dos saberes tradicionais. A necessidade de falar sobre este tema se dá pela tomada de consciência da escassez de trabalhos que apontem os saberes e as relações que os Povos Tradicionais no Brasil, especificamente os povos de terreiro, têm com o corpo, entendendo a relevância da pesquisa científica como instrumento de disseminação de conhecimentos no mundo e a urgência de apontar cada vez mais caminhos possíveis na promoção da igualdade entre os diversos grupos sociais e construção do respeito mútuo entre as diversas expressões religiosas.

Palavras chaves: Ecologia Humana; Religiões afro-brasileiras; Candomblé; Corpo; Poder.

INTRODUÇÃO

Segundo Barbosa, Matos e Costa (2011), o corpo na história da humanidade tem adquirido vários significados, partindo da Grécia onde o corpo foi objeto de busca por “perfeição” os chamados “cidadãos” que na Grécia só correspondia aos seres de sexo masculino, estes eram detentores de certos privilégios corporais em detrimento de outros corpos como o dos escravos e das mulheres que foram usados apenas como forma de prazer e servidão. O cristianismo por sua vez trouxe durante séculos para a humanidade a ideia do corpo como proibido, o local do pecado, separando o corpo da alma, onde o primeiro passa a ser visto como a prisão do segundo.

A união da Religião com a Monarquia na idade Média torna esse corpo ainda mais contido, sendo bastante valorizado apenas para o trabalho braçal. No Renascimento e no



Iluminismo ainda existe a dicotomia “corpo e alma, carne e espírito” com papéis bem definidos para homens e mulheres (SILVA, 2020).

A Revolução industrial e o capitalismo trazem a ideia de um corpo operário e um corpo patrão, pôr fim a contemporaneidade traz um mergulho nos constantes padrões de beleza, nas corridas competitivas por sucesso, onde o que mais vale é o ter e não o ser, o culto da individualidade e o mau uso das tecnologias, que veem produzindo corpos vazios e solitários (SANTOS; MEDEROS, 2011).

Para os Povos de Terreiro, o corpo tem importante papel, e para ele existe uma dedicação toda especial pois é através dele que é feita a ligação terra (*Áiyé*) e céu (*Orun*), “mundo natural e mundo sobrenatural”, ele é a morada dos *Nkise*, *Voduns*, *Orixás*, *Caboclos*, e a partir deste tudo se dá nas relações com o planeta terra e com o universo e isso o conduz a uma postura diferenciada diante da sociedade e do mundo.

Este artigo tem como intuito, dissertar sobre a percepção, importância e os valores culturais e religiosos do corpo entre os Povos de Terreiro.


O CORPO PARA OS POVOS DE TERREIRO

Na concepção dos Povos de Terreiro, o corpo é responsável pela transmissão da energia vital (*Asé*, *Nguunzo*), e está para além da estrutura física e da aparência estética, pois, faz a conexão da humanidade com o sagrado (MANDARINO; GOMBERG, 2013).

O corpo de um integrante dos Povos de Terreiro é a morada da Divindade Ancestral, mas é também um corpo político pois traz as vivências, as falas, marcas, simbologias e necessidades de sua comunidade para o mundo, sendo afirmação e resistência, pois é nele que se instaura a identidade que vai diferenciar suas posturas de ser e estar no mundo (EVANGELISTA, 2015).

Para o Povo Bantu o corpo (*Nitu*) é o abrigo que sustenta a matéria viva do ser humano, nele está a fonte de toda energia vital, que se manifesta de forma individualizada, mas se fortalece e complementa na relação com a coletividade (GIROTO, 1999), “*Umbutu*” para o Povo Fon e para o Povo Yorubá, o Corpo (*Ara*) é constituído de vários elementos visíveis e invisíveis que se fundem no universo para torná-lo possível (RIBEIRO, 1996).

Corpo que incorpora, corpo que não incorpora, que dança, canta, reza, cozinha, come, ocupa lugar numa hierarquia, ri, chora, briga, se une, cultua, se afasta, se veste, se enfeita, tem restrições alimentares, lê, estuda, questiona, obedece, dorme, acorda, ama, traí, se dedica,



sofre, tem doença, tem cura, tem doçura, tem birra (SILVA, 2020).

Bastide (1958), aponta que o corpo dentro do culto de Matriz Africana é formado por suas histórias oriundas de um passado e de um presente, pela ralação com as Divindades Ancestrais e o intercâmbio entre estas e a humanidade, Wilkon (2016) complementa dizendo que esse processo é cíclico.


Para Goldman (1984), os *Nkises*, *Voduns*, *Orixás*. são um pedaço do ser humano, fazendo parte da sua matéria física e espiritual desde o nascimento até além da morte, nos terreiros é o processo vivenciado por cada corpo no momento da iniciação que vai marcar a entrada definitiva deste para a comunidade isso é uma forma de complementação deste ser que a cada nova obrigação vai adicionando à sua vida novas experiências de crescimento físico e espiritual.

Este é um processo de formação da pessoa que vai se dando aos poucos e a cada nova etapa, a cada obrigação (de um, três, sete, quatorze e vinte e um anos), acrescenta-se mais algum componente à pessoa. Nas comunidades de Terreiro, a pessoa se forma diacronicamente, mas a sua completude é sempre sincrônica – completa-se num momento para descompletar-se logo depois, lá é onde “o ser e o estar não estão separados” (FLAKSMAN, 2018 p. 135).

Para esses povos o ser humano é formado de várias partes que compreendem componentes que são adquiridos por herança familiar e construídos a partir da simbologia das relações com o universo, com a espiritualidade e com a sociedade, de modo geral isso se dá de forma não sequencial pois tempo, espaço, universo para os povos Africanos tem outra noção de processo que a do mundo cartesiano (RIBEIRO, 1996).

Nesta realidade o presente, o passado e o futuro podem agir simultaneamente a partir da consulta aos oráculos, e o processo de formação do corpo é como uma seta que aponta para dois lados num constante aprendizado que não possui fim.

Flaksman (2018) informa que nestas comunidades cada pessoa vai possuir um “enredo”, que é algo, alguma coisa, um componente dos processos da sua vida e das trocas com as pessoas, com o planeta e com o universo. Paralelamente a isso existe a ideia do “corpo fechado” que traz em si a capacidade de estar protegido do mal, mas também a competência de separar o que é bom ou ruim para a vida.



No Terreiro a individualidade se complementa na coletividade, mas a coletividade depende da individualidade para existir, onde cada corpo tem a sua importância pois é uma parte de um conjunto maior (GARCIA, 2016).

A vida nestas comunidades não é fácil devido à diversidade de pessoas que as compõem, onde cada indivíduo traz para estes espaços as suas virtudes e defeitos que vão se moldando ou não a cada passo, nestes locais as pessoas desempenham um papel a partir de uma hierarquia muito bem definida que funciona como uma grande engrenagem buscando assim o bom andamento da vida na comunidade, mas quem está ali são pessoas que carregam a dualidade do ser (bem e mal), onde prevalece uma convivência dialética, de convergências e divergências de opiniões, de formas de ser e de estar no mundo, nos terreiros a uma verdade de ser e estar como não se encontra em outras comunidades e esta dualidade os faz ter uma experiência única de coletividade e ao mesmo tempo de individualidades no mundo.

O CORPO, O BEM E O MAL NO TERREIRO


“Não há bem que seja puro bem e não há mal que seja puro mal”, “não há mal que sempre dure, não há bem que sempre perdure” Dito popular (SOUSA JUNIOR, 2009 p. 71).

O bem e o mal coexistem no cosmos, onde a positividade junta, agrega e a negatividade provoca desunião e afasta. O equilíbrio universal depende de um e do outro porque todos os seres são componentes deste conjunto (SOUSA JUNIOR, 2009).

Os seres que habitam o universo são feitos de dualidades, mal e bem fazem parte integrante da composição de todas as coisas, os terreiros trabalham com as humanidades existentes na pessoa, com as energias positivas e negativas que fazem parte do universo, na ideia de causa e efeito e a partir da crença na lei do retorno onde uma energia que é gerada hoje em algum momento da vida retornara (ADAD, 2015).

O conceito de bem e mal não é uma construção africana, estes só tiveram contato com esta ideia a partir da chegada do europeu colonizador pois estes traziam a concepção de divisão, de fragmentação das coisas, o povo africano concebia a noção de integridade entre as energias a depender da situação onde está aconteça (AFRIKA, 2014).

Para Flaksman (2018), o universo dos Povos de Terreiro “é composto por forças que não podem deixar de se afetar mutuamente” para estes, energias boas e ruins caminham juntas e está compreensão se dá devido ao “universo múltiplo” com o qual essas gentes convivem diariamente, sentimentos como: amor, inveja, solidariedade, cobiça, felicidade, raiva,



gratidão, medo entre outros, fazem parte da dinâmica da vida destes povos pois estão na constituição da pessoa.


Wilkon (2016), explica que as Divindades Ancestrais são energias neutras atuando no universo de acordo com as necessidades de cada momento. Para Alves, Jesus e Scholz, (2015) muito das posturas negativas que temos hoje entre os pretos foram alimentadas no imaginário dos escravizados a partir de posturas como a do escravista europeu William Lynch, em 1712 descritas em sua carta:

Verifiquei que entre os escravos existem uma série de diferenças. Eu tiro partido destas diferenças, aumentando-as. Eu uso o medo, a desconfiança e a inveja para mantê-los debaixo do meu controle. Eu vos asseguro que a desconfiança é mais forte que a confiança e a inveja mais forte que a concórdia, respeito ou admiração. Deveis usar os escravos mais velhos contra os escravos mais jovens e os mais jovens contra os mais velhos. Deveis usar os escravos mais escuros contra os mais claros e os mais claros contra os mais escuros. Deveis usar as fêmeas contra os machos e os machos contra as fêmeas. Deveis usar os vossos capatazes para semear a desunião entre os negros, mas é necessário que eles confiem e dependam apenas de nós. Meus senhores, estas ferramentas são a vossa chave para o domínio, usem-nas. Nunca percam uma oportunidade. Se fizerdes intensamente uso delas por um ano o escravo permanecerá completamente dominado. O escravo depois de doutrinado desta maneira permanecerá nesta mentalidade passando-a de geração em geração.

A religiosidade cristã num primeiro momento católica, personificou a partir do período da colonização o mal nas tradições de Matriz Africana, criando e divulgando uma serie de ideias que permanecem até a contemporaneidade no imaginário popular, o lugar potencial da negatividade, isso serviu como forma para dominação, por outro lado as tradições de base africana usaram o medo e o segredo como meio de se defender e proteger na sociedade (SOUSA JUNIOR, 2009).

O preconceito e a discriminação religiosa é uma marca na contemporaneidade, mas que tem suas raízes, nos processos difundidos pela colonização, estes perpetuam a marginalização e vulnerabilidade das populações de terreiro. O preconceito e a discriminação contra as religiões de matriz africana encontrados ainda hoje no Brasil, embora possam ter uma explicação histórica e social, não podem mais ser aceitos (FERRETTI, 2007).

O constante estado de alerta destes povos na busca por proteção diferencia-se do estado de paranoia, que segundo Dunker (2003), são alucinações, visões obsessivas frutos da imaginação dos seres humanos, e defendido pela psiquiatria, seria mas um estado de “prevenção” e de “cuidado” mediante a noção de relação e integração das forças e energias existentes no universo, o reconhecimento da existência destas forças não se traduz porem na aceitação e comodismo diante das influencias exercidas por elas (FLAKSMAN, 2018).




Um outro elemento importante entre o corpo, o bem e o mal nos terreiros é apontado por Baptista (2005) quando diz: "no Candomblé nada é de graça" trazendo a controversa relação dos Terreiros com o dinheiro, onde segundo ele na maioria das casas tudo é cobrado interrompendo assim o caráter das virtudes que foram dadas por Deus de forma gratuita e que, portanto, deveriam ser partilhadas e não cobradas, aponta para uma relação ambígua que gera problemas, constrangimentos e até relações de proteção e exclusão dentro destas comunidades.

Outra situação diz respeito ao "sincretismo religioso". Não existe uma "Nação pura" porém, atualmente há um discurso nos terreiros contra a continuidade do sincretismo que para alguns é entendido como instrumento vital de um momento da história destes povos, mas que hoje não se faz mais necessário, então uma ideia de "(re)africanização" e "essência originária" tem sido defendida. Uma busca por uma pureza de culto tem se acirrado ao longo dos anos procurando separar os espaços que ainda trazem uma mistura ritualística dos que buscam uma proximidade maior com as tradições praticadas no continente africano, segundo Hofbauer (2011), esta ideia tem origens numa disputa de poder e enaltecimento de alguns e em muitos momentos existe uma influência a partir de interesses particulares e das tecnologias aos quais estes tem mais acesso, isso tem gerado marginalização e separação interna provocando em certos momentos dúvidas nos integrantes e confusão na execução dos fundamentos.

As rupturas dentro dos terreiros são muito comuns e acontecem por vários motivos, levando por vezes os "filhos de santo" para outras casas ou ao surgimento de novas comunidades isso se dá na maioria das vezes por causa de desentendimentos, ou decepções provocados por dificuldades nas relações com os pais e mães de santo ou com os próprios irmãos de santo (BAPTISTA, 2005).

Os espaços/terreiros se tornaram ao longo das décadas lugares privilegiados de manutenção, construção e reconstrução tanto da tradição quanto de sua identidade religiosa, considerando que, no caso dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, o vínculo entre essas duas esferas é intrínseco e indissolúvel [...] É no enfrentamento dessas inúmeras e constantes tentativas de destruição e descaracterização, que os espaços/terreiros ganham a dimensão de "território político/mítico", para manter viva a luta e, principalmente, continuar oferecendo substâncias essenciais para a manutenção da identidade dos povos de matriz africana, ou seja, oferecendo e mantendo as condições que "irão dar corpo à ação do sujeito" (BRASIL, 2016 p.21 e 22).

Os Terreiros são espaços onde as pessoas são o que são e vivenciam plenamente a existência de ser no mundo, a relação com o dinheiro, com a sexualidade, com a bebida alcoólica, com o fumo são simbólicas e ao mesmo tempo físicas e espirituais dentro destes



espaços, pois o corpo dos seus integrantes está em plena ação no mundo e no universo fazendo assim as energias girarem de forma constante e intensa.

O corpo é nosso primeiro território [...] A construção de nossas identidades depende do reconhecimento desse corpo como autônomo e como limite e fronteira entre o "meu" e o "outro", entre o "interno" e o "externo". É algo tão íntimo e tão fundamental, que é difícil pensar em seres autônomos sem pleno domínio desse primeiro território (GONÇALVES; ROSENDO, 2015, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo para o Povo de terreiro é “material e imaterial”, é “histórico, político e imaginário”, “corpo-social, corpo-individual, corpo-biológico, corpo-subjetivo, corpo-memória” (AMARO, 2012), abrigo do ser, da sua identidade, da individualidade, da dualidade (bem e mal) das coletividades, pois é com ele e a partir dele que cada indivíduo tem uma interface consigo mesmo, com o mundo, com o cosmos, com as Divindades Ancestrais sendo então o corpo um território itinerante do ser humano no universo, numa iteração constante como parte do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAD, C. J. C. **Candomblé e Direito: o encontro de duas cosmovisões na problematização da noção de sujeito de direito.** Dissertação mestrado direitos humanos e cidadania do Centro de Estudos Avançados Interdisciplinares da Universidade de Brasília (UNB), 2015.

AFRIKA, L. O. **A Revolução Negligenciada: Saúde Holística Africana.** AfricanHolistic Health, 2014.

ALVES, M. C.; JESUS, J. P.; SCHOLZ, D. **Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo.** 2015.

AMARO, F. R. **Culto e Corporalidade no Candomblé: o corpo-memória entre o mito e o rito.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia UFU, 2012.

BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. **Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje.** Psicologia & Sociedade n 23, 2011.

Baptista, J. R. C. "No candomblé nada é de graça...": Estudo preliminar sobre a ambigüidade nas trocas no contexto religioso do Candomblé. **Revista de Estudos da Religião**, n 1, 2005.

BRASIL. **Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.** Caderno de Debates. 2016.

BASTIDE, R. **O Candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 1958 [2000].

DUNKER, C. I. L. Sobre a compreensão psicanalítica da paranóia. **Mental**, Barbacena, v. 1, n. 1, p. 23-37, dez. 2003

EVANGELISTA, D. F. Fundando um axé: reflexões sobre o processo de construção de um terreiro de candomblé. **Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 63-85, 2015.

FLAKSMAN, C. “**De sangue**” e “**de santo**”: o parentesco no candomblé. *Mana*, 2018.

GARCIA, C. P. **Saúde e doenças na Religião de Matrizes Africanas**. Fragmentos de cultura, Goiânia: 2016

FERRETTI, M. Religião e Sociedade: Religiões de Matriz Africana no Brasil, um caso de Polícia. In: **Anais.. III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís. UFMA

GIROTO, I. **O universo mágico-religioso negro-africano e afro-brasileiro: Bantu e Nagô**. Tese (Doutorado Antropologia), Faculdade de São Paulo. 1999.

GOLDMAN, M. A possessão e a construção ritual da pessoa no candomblé. **Religião e Sociedade** 12 (1): 22-54, 1984.

GONÇALVES, T. A.; ROSENDO, D. **Meu corpo, meu território**. Justificando: Mentes inquietas pensam direito, 2015.

HOFBAUER, A. Dominação e contrapoder: o candomblé no fogo cruzado entre construções e desconstruções de diferença e significado. Dominação e contrapoder: o candomblé no fogo cruzado entre construções e desconstruções de diferença e significado. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. n.5, 2011.

MANDARINO, A. C. S.; GOMBERG, E. Candomblé, Corpos e Poderes. **Perspectivas**, São Paulo, v. 43, p. 199-217, jan./jun. 2013.

RIBEIRO, R. I. **Alma Africana no Brasil: Os iorubás**. Editora Oduduwa 1996.

SANTOS, L. A.; MEDEROS, J. F. S. A mercantilização do corpo: mídia e capitalismo como principais agentes da promoção do consumo e do mercado. **Espaço Plural**. Ano XII, n. 24, p. 107-112, 2011.

SILVA, I. P. **Povos de Terreiro, Ancestralidade, Corpo e Território: Meio ambiente Integro como Direito Fundamental**. Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. 173p.

SOUSA JUNIOR, V. C. **Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas**. Salvador: edUFBA, 2011.

WILKON, M. F. Quem é Exu? Exus são espíritos do Bem ou do Mal? Espírito imortal, 2016. <https://www.espiritoimortal.com.br/quem-e-exu-exus-sao-espiritos-do-bem-ou-do-mal/>.



CAPÍTULO 17

POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: O PAPEL DO ESTADO FISCALIZADOR

Carlos Clovis Gomes Neto, Graduado em Direito, Dom Pedro II, Pós graduado em Ciências Criminais com *lato sensu* em sistema prisional pela *dompetrum*, Pós graduado em Planejamento estratégico e Política estratégica, UNEB, Pesquisador de Criminologia pela universidade católica do salvador

RESUMO


A violência no âmbito familiar, atualmente é uma das formas mais ocultas como violência doméstica que existe, uma vez que a sociedade e o próprio agrupamento familiar conferem o elemento sanguíneo biológico como um direito de agredir, sendo utilizado como um método de educar ou criar. A ausência de percepção que a forma como os genitores estão tentando educar é simplesmente pelo fato da herança de não terem tido uma boa orientação familiar, isso gera um ciclo vicioso de violência, pelo fato dos próprios pais não terem uma adequada educação dos seus sucessores. Dessa forma, ninguém percebe ou se percebe julga natural a agressividade com o intuito de educar uma criança ou adolescente, elegendo como um conceito de estar contribuindo para uma formação apropriada, por isso é importante o papel do Estado como fiscalizador, assim como desempenhar o papel protetor dessa violência oculta que se existe no país. A desacertada formação dos pais produz um ciclo vicioso de violência doméstica e desencadeia diversas alterações na personalidade dos indivíduos.

Palavras-chave: Violência doméstica. Âmbito familiar. Estado fiscalizador. Política de prevenção.

INTRODUÇÃO

A violência contra criança e ao adolescente em meio à esfera familiar expõem os mesmos a estragos em seu processo de desenvolvimento social. A violência doméstica pode ocasionar certas distorções sociais e culturais nestes, além de transgredir juridicamente os direitos desses jovens que são expostos a grandes impactos físicos, psicológicos e sociais no desenvolvimento, também podendo interferir no seu amadurecimento.

Apesar das inovações e ampliações da proteção à criança e ao adolescente, faz-se necessário estudos qualitativos a fim de atingir a solução dos problemas já existentes e uma política de prevenção eficiente que defenda a criança e a família.



Estudiosos afirmam que, quando se tratam dos aspectos de morbidade por violência contra crianças, o âmbito familiar é o *locus* privilegiado destes atos sociais, infligidos quase sempre pelos próprios pais ou responsáveis e exercidos de forma variadas, isto é, através de violência física, sexual, psicológica, do abandono intencional e negligência, ou seja, por um conjunto de atos violentos denominados "maus-tratos"(AZEVEDO & GUERRA, 1989; GUERRA, 1985; OLIVEIRA, 1989; SANTOS, 1987; STRAUS et al., 1980). Com o passar dos anos a violência doméstica apresenta dados alarmantes, mostrando que nem mesmo as famílias possuem um lar saudável para construir um futuro adequado as crianças.


A maneira com que o menor, muitas vezes é educado em seu lar e a fragilidade na qual, a sua família vive, consegue distorcer e deturpar os direitos da criança e do adolescente interferindo na formação do caráter, e de maneira direta interfere em seu desenvolvimento, uma vez que existem fases primordiais no crescimento da criança para formação do seu caráter. No séc. XXI, ainda existem famílias que violam os direitos da criança e adolescente, criando-as no poder da força.

Com o aumento crescente do índice de violência doméstica contra crianças e adolescentes, principalmente se for agressivo ou hiperativo, atrelados ao fato dos pais não terem uma cultura de educação qualificada, fazem com que os costumes antigos da agressão prevaleçam fazendo com que a ideia de que bater educa continue até hoje em muitas famílias. (MINAYO, et al 2011)

A agressividade entre crianças e adolescentes apresenta forte ligação com a forma de criação, porém, este comportamento pode ser resultado de uma conduta repressiva e agressiva em relação a este fenômeno. Por outro lado, os adolescentes podem estar mais violentos como resposta à violência estrutural da sociedade

Estudos jurídicos afirmam que os menores, vítimas de maus tratos no geral são de classe baixa, o que pode ter uma relação com a condição de vida economicamente insuficiente, isso faz com que famílias sem estrutura qualificada para educar e criar crianças venham ter condutas de maus tratos, mas mesmo assim não impede que outras classes sociais não tenham também índices de violência doméstica e por isso faz se necessário a intervenção do estado para combater o grande número de violência existente.(LOBO et al, 2006)

Considerando o crescimento da violência no âmbito doméstico e assim analisado que muitas vezes é a ausência de educação dos próprios pais, ocasiona uma forma de educar agressiva ou ameaçadora. O presente trabalho tem como escopo analisar as melhores formas



de fiscalização contra possíveis violências domésticas e familiares contra criança e adolescente.

POLÍTICA EDUCACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE


O direito de uma adequada educação, está previsto na Constituição, porém, nos dias atuais, esses direitos positivados estão sendo inobservados, inclusive, porque os jovens não têm acesso à educação de qualidade, bem como, nas escolas possuem um ensino insatisfatório e conseqüentemente dispõe de uma formação defeituosa. Quando se menciona o termo educação, não se pode limitar apenas ao âmbito escolar, mas, também incluir o ambiente familiar, que é a primeira educação submetida aos menores, todavia, estas são de responsabilidade dos pais, e os próprios pais em número significativo não tiveram uma educação saudável ao ponto de exercê-la com facilidade, tornando o ato da violência um mecanismo de educação e formação na sua família (CURY et al., 2014).

Para Monteiro (1999) o registro de atenção aos maus tratos sofrido pela criança e adolescente no âmbito hospitalar, requer do profissional de saúde um olhar crítico de maneira a perceber os principais aspectos psicofísicos referentes aos maus tratos sofrido pelo menor. De tal maneira, que a criança e o adolescente se sintam seguras ao serem acompanhadas pelo profissional de saúde, resguardando e protegendo-as no plano hospitalar, garantindo a segurança de informações.

O sofrimento da vítima, por muitas vezes negligenciado dentro da própria casa ocasiona ao menor conhecer o outro lado da agressão, que vai além da física ou psicológica, selecionando como “válvula de escape” o uso das drogas, tendo como um caminho para preterir a agressão sofrida, ou mesmo a saída de casa como forma de desprender-se das agressões e maus tratos sofridos no seio familiar, perdendo a expectativa de ambiente familiar saudável como instrumento de proteção, uma vez que a maioria dos agressores estão no meio familiar (MONTEIRO et al., 1999).

No Brasil, o modo de educar com o uso da violência virou uma rotina cultural de acordo ao Ministério da Saúde (OMS), a palavra *violência* vem de uso intencional para demonstrar força ou superioridade sobre o menor, utilizando como forma de obter um controle no educar e uma obediência na sua ordem (RIBEIRO et al., 2012).

Os Dados no Brasil possibilitam extrair que em média 600 mil crianças ou adolescente são vítimas das variadas formas de violência doméstica, conseqüentemente, a cada uma hora,



em média 68 crianças ou adolescentes são violentadas no país. Os genitores e responsáveis legais em sua maioria ignoram a obrigação de cuidar, proteger e resguardar o menor (FERREIRA et al., 2002).

Neste contexto, justifica o Estado garantir ao menor uma normatização protetiva denominada Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que visa preservar o menor, vítima de maus tratos em seus diversos dispositivos, até mesmo fazendo intervenções rápidas e necessárias em prol do menor como afastando do convívio familiar do menor e dos pais (GABATZ e BÄRTSCHI, 2010).


A presença de impunidade, o medo e o receio da repercussão sobre o caso leva a vítima a conviver no mesmo ambiente do seu agressor. O que pode promover a continuidade das agressões por um longo tempo. O encadeamento dessas agressões produz prejuízo psicológicos e físicos a criança e ao adolescente durante toda a sua vida (GARBIN et al., 2011).

A violência contra a criança e ao adolescente deve ser entendida como um fenômeno, um problema social, pelo qual a sociedade tenta ocultar suas repercussões, todavia, faz-se necessário uma intervenção estatal com mais rigor, considerando os diversos dados alarmantes sobre a temática e o aumento do número de vítimas, que por sua vez, já se demonstra uma preocupante questão de saúde pública (GARBIN et al., 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra criança e ao adolescente é uma realidade brasileira. Na contemporaneidade, não se limita apenas ao uso de “palmadas”, mas aos diversos tipos de violência que configuram como forma de castigo. As crianças e adolescentes são vítimas de violência no âmbito dos seus próprios lares, o que inviabiliza os preceitos da cidadania e dignidade da pessoa humana. O Estado se faz presente nas intervenções que visam preservar os jovens, no formato de legislar normas jurídicas que objetivem garantir a efetividade dos direitos referentes a infância e juventude, dando ao poder judiciário a atribuição de punir os pais ou responsáveis que descumprem suas obrigações decorrente do poder familiar, até mesmo pelo mecanismo de pagamento da multa, se assim se mostrar necessário.

A violência contra a criança e ao adolescente, se transcende na tentativa de educar, pois, os pais ou responsáveis por não terem herdado uma educação saudável, ainda guardam uma envelhecida forma de pensar quanto a educação calcada em que o “bater e



gritar” são instrumentos de educação dos filhos, e em razão do desconhecimento de como comportar-se frente a conflitos não percebem que as mudanças do desempenho dos seus filhos são derivadas dos atos de educação familiar. A violência destoa a personalidade da criança, alterando as várias formas de desenvolvimento do indivíduo, até mesmo aflorando seu lado agressivo ou retraído.

A fiscalização, é identificada pelo setor pedagógico da escola ou de professores que com a sensibilidade que desenvolvem, consegue perceber um comportamento diferenciado da criança ou do adolescente, e ao comunicar aos pais ou responsáveis, alguns deles não conhecem modo adequado de agir, isto porque não tiveram uma educação eficiente para enfrentamento de situações similares.

Após certas fiscalizações da escola ou da sociedade, a comunicação aos pais, geralmente manifesta uma reação direcionada ao uso da força, assim reagem agressivamente com seus filhos, expondo a situação para que pessoas e familiares denunciem aos órgãos públicos, para que seja realizada a intervenção necessária na efetividade da proteção da criança e adolescente.

Estudos acadêmicos apontam que o comportamento da vítima sempre denuncia as possíveis agressões, isso faz com que o Estado possa agir, praticando intervenções com o auxílio da comunidade, fomentando denúncias para uma possível investigação detalhada e assim conter os agressores. Alguns setores da educação, vem obtendo estudos para melhorar a forma da aplicabilidade de combater a violência doméstica e proteger a vítima destes crimes tão silenciados na sociedade, com todas as adversidades de criança e adolescente permite-se pelos traços e comportamentos que o profissional docente saiba reverter os conflitos inerente da violência doméstica no meio escolar.

REFERÊNCIA

AZEVEDO et al., **Organização da infância e violência doméstica: fronteira do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997;

BARDIN, M. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979;

BORGES, Mariza Monteiro. **Estatuto da criança e adolescente: refletindo sobre sujeito, direito e responsabilidades**. 1. ed. Brasília: [s.n.], 2016. 264 p. Disponível em: <<http://www.cfp.irg.br>>. Acesso em: 27 jun. 2018;

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF. GUERRA et al., **violência a jovens** ed. 4. São Paulo, 2001;

CAMPOS, Mariza Salomão de Oliveira. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A PROTEÇÃO INTEGRAL E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICO-EDUCACIONAIS**. 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escola) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, Araraquara, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90260/campos_msvo_me_arafcl.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jun. 2018;

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, Dec. 2014. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302014000401053&lng=en&nrm=iso>. accesson 09 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302014143981>;

DIGIACOMO, Murillo Jose; DIGIACOMO, Ideara de Amorim. **Estatuto da criança e adolescente anotado e interpretado**. 1. ed. Curitiba: [s.n.], 2017. 612 p. v. 7. Disponível em: <<http://fempapr.org.br/site/wp-content/uploads/2017/07/Livro-ECA.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018;

Educação em Direitos Humanos: Diálogos interdisciplinares / (Org.) Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro; Getulio Couto Ribeiro – EDUFAL: Editora Universitária da UFAL, 2012. 728 páginas ISBN 978-85-7177 693-7;

FERREIRA, Ana Lucia. **O atendimento a criança vítima de abuso sexual: avaliação de um serviço público**. 1. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2002. 244 p. v. 1. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4419/2/139.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018;

GABATZ, Ruth IrmgardBärtschi et al. **O significado de cuidado para crianças vítimas de violência intrafamiliar**. *Esc. Anna Nery*, Mar 2010, vol.14, no.1, p.135-142. ISSN 1414-8145;

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. **Violência denunciada: ocorrências de maus tratos contra crianças e adolescentes registradas em uma unidade policial**. *Rev. bras. enferm.*[online]. 2011, vol.64, n.4, pp.665-670. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672011000400006>.

MINAYO, MCS., ASSIS, SG., and NJAINE, K., orgs. Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. 236 p. ISBN: 978-85-7541385-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

LOBO, Ana Maria lima. Os Maus tratos na infância e Adolescência aspecto jurídico. SÃO PAULO pontificia universidade católica de São Paulo 2006 (dissertação de mestrado em Filosofia do Direito área de concentração Direito das relações sociais)

CAPÍTULO 18

COMO O MOVIMENTO LGBT FORJOU CONSUMIDORES ÁVIDOS POR VIAGENS DE LAZER?

Christopher Smith Bignardi Neves, Mestre em Turismo, UFPR

RESUMO


A presente pesquisa propõe-se a explorar contribuições sobre os hábitos de turistas gays quando relacionado ao lazer e ao turismo, buscando identificar qual a práxis da comunidade LGBT na atividade turística. Os procedimentos metodológicos utilizam a pesquisa qualitativa, com técnicas de pesquisa bibliográfica, a observação empírica e a análise documental. A compreensão do Movimento LGBT se faz necessária para a afirmação de uma identidade gay, que na contemporaneidade está atrelada a práticas de turismo e perfis de consumo diferenciados, fazendo dos turistas LGBT um público em potencial de empreendimentos e destinos específicos. Teoricamente, afirma-se como um fenômeno da pós-modernidade permeado pelo hedonismo. Como resultado desta segmentação ocorre o surgimento de organizações de turismo LGBT e destinos exclusivos em ascensão.

Palavras-chave: Turista Gay; Turismo LGBT; Consumo LGBT; Movimento LGBT.

INTRODUÇÃO

Embora o público LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - tivesse sempre um comportamento de consumo diferenciado do público hetero, foi a partir de 1990 que os publicitários descobriram o mercado LGBT para estudos específicos, tanto na forma de possibilidades como de latências, nos mais diversos segmentos da economia, de imóveis ao consumo do lazer. Estas pesquisas se baseavam em “descobrir o tamanho da comunidade homossexual e seu poder e padrão de consumo” (AVENA, 2005). A partir de então, certa visibilidade foi atribuída à comunidade LGBT pelo poder de consumo que detêm, sendo descritos, segundo Chasin (2000) como o “mercado dos sonhos”.

Para Avena (2005), “as culturas de consumo podem se formar em torno de características tais como idade, gênero, raça, classe social ou orientação sexual, dentre outras”, logo, pode-se compreender que a cultura do consumo do público LGBT deriva de uma “subcultura gay”, que inclui, diversas características como dos produtos e serviços especializados para esse público.



Segundo Braga e Guimarães (2014) o mercado gay passa a ser segmentado, pois passa a oferecer maior atenção ao consumidor em potencial (homossexuais), fornecendo serviços e produtos destinados a este público, como agências de relacionamento, bares, boates/baladas, dentre outros.

Nunan (2003) apresenta pontos no qual consumidores LGBT se diferem dos heterossexuais, como tendo um comportamento mais individualista, maior necessidade de se associar com outras pessoas de um mesmo grupo, possuem certo distanciamento de rotina, procuram um meio de diminuir o estresse e são mais desconfiados em relação as instituições sociais.

Relacionando à necessidade de associação a outros da comunidade LGBT, percebe-se o consumo em estabelecimentos destinados exclusivamente para gays e lésbicas é apontado por Kate (1998) apud Lanzarini e Rial (2010, p. 6) estando:

diretamente ligado à aceitação de uma identidade, partindo do pressuposto de que determinados comportamentos de consumo servem para esconder, explorar ou mesmo revelar a identidade homossexual, estabelecendo laços com o grupo ou para expressar raiva e oposição à cultura heterossexual dominante.


Corroborando com esse pensamento Nunan e Jablonski (2002, p. 29), trazem a seguinte abordagem:

O mercado gay que se desenvolveu nos últimos anos uniu sexualidade e economia de uma forma nunca antes visto, transformando o que se convencionou chamar de ‘estilo de vida homossexual’ em compiladas transações comerciais. (...) assim, bares, discotecas, saunas e outros estabelecimentos direcionados para o público homossexual se tornam não apenas lugares para encontrar parceiros, mas servem igualmente a um tipo específico de socialização que ocorre em um contexto parcialmente livre de discriminação e preconceito.

Lanzarini e Rial (2010, p. 7), buscam em Pritchard *et al* (1998) respostas para esse consumo em locais de aglomeração de pessoas LGBT, “onde afirma que os sujeitos homossexuais só podem viver livremente suas sexualidades em lugares específicos, geralmente voltados ao entretenimento, com todas as suas limitações e artificialidades”.

Uma sigla que representa o consumidor LGBT em sua maioria é a DINK (do inglês: Double income, no kids), ou seja, casais profissionais sem filhos. Com base neste conceito acredita-se que homossexuais possam gastar mais em artigos de luxo, artigos supérfluos, momentos de lazer e/ou realizar mais viagens. Neves (2015, p. 27) contribui afirmando que:

De qualquer das maneiras, parece haver um consenso entre muitos estudos no que diz respeito ao perfil do indivíduo *gay* no mundo ocidental - homens *gays* (mais do que mulheres) possuem rendimentos altos, são escolarizados e trabalhadores qualificados, sem filhos, com acesso a mais tempo de lazer discricionário, e



possuem atitudes e interesses que os revelam como indivíduos com predileção para serem consumidores sofisticados e de altos gastos.

Diante dos inúmeros estudos encontrados, em grande maioria americanos e europeus, consideram que os rendimentos de casais gays é superior à média dos países em questão.

A afirmação de uma identidade diferenciada longo da vida do ser humano compõe a diversidade das identidades múltiplas, entre elas a de gênero. A sexualidade é pautada pelos acontecimentos históricos, sociais, culturais, científicos, entre outros, que a constroem na vida do presente (FOUCAULT, 1988; GREEN, 1999; TREVISAN, 2000).

Sua construção como ciência baseia-se nos conceitos antropológicos, históricos, econômicos, sociais, biológicos, psicológicos e principalmente médicos (BRASIL, 1998). Deste modo, a sexualidade é uma dimensão da vida do sujeito que a vivencia por meio de seus desejos, desde sua infância até sua morte, aderindo a diversas formas de experiências sexuais e prazeres corporais. Assim, a sexualidade também exerce um papel de expressão cultural, expressão esta proferida pela sociedade que dita regras e normas a serem adotadas pelos indivíduos.

Todas essas transformações afetam, sem dúvida, as formas de se viver e de se construir identidades de gênero e sexuais. Na verdade, tais transformações constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto. Elas permitem novas soluções para as indagações que sugerem e, obviamente, provocam novas e desafiantes perguntas. Talvez seja possível, contudo, traçar alguns pontos comuns para sustentação das respostas. O primeiro deles remete-se à compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. O segundo ao fato de que a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. (LOURO, 2000, p. 05).

É Martins apud Gomes (2008) que atenta para o fato de que em meados do século XVIII passou-se a diferenciação dos sexos, pois surge diante da necessidade médico-jurídico de definir/especificar o sexo de cada indivíduo, como masculino ou feminino. No entanto Judith Butler afirma que nos escritos de Gomes (2008) nem gênero e nem sexo são naturais, e sim culturais e discursivos, em que o sexo do indivíduo é firmado por regras da sociedade que reafirmam constantemente (e por diversos meios) os corpos dos sujeitos.

O MOVIMENTO LGBT

A luta pela promoção dos direitos homossexuais inicia ainda no século XIX, na Europa, mas em 1924, nos Estados Unidos, o movimento retorna às ações por meio de organizações políticas e sociais que visavam melhorar as condições de vida dos gays e lésbicas. Este movimento trabalhava de forma discreta, o que perdurou até 1960. Ao final de



1960, os militantes do movimento decidiram mudar a terminologia de movimento homossexual para movimento gay.

Para muitos, o termo “gay” não carregava uma conotação pejorativa. Para outros, tinha um significado chique e internacional. Além disso, o movimento internacional tornou-se um ponto de referência no fim dos anos 80 para todas as organizações, conforme os sentimentos nacionalistas e anti-imperialistas perdiam a força. (GREEN, 1999, p. 446-447).


Em 28 de junho de 1969, ocorreu outro marco da história do movimento gay, em que policiais tentaram fechar o bar Stonewall Inn, localizado em Greenwich Village, em Nova York. Os policiais foram atacados pelos homossexuais com garrafas e pedras, ao que a polícia pediu reforços, assim a cidade parou para ver a briga entre policiais e gays, que prolongou-se por cinco dias. A partir disso, o dia é comemorado como o Dia Internacional do Orgulho Gay. Foi depois de Stonewall que o movimento gay passou a centrar as suas reivindicações em direitos e proteções. Green (1999) divide cronologicamente os fatos históricos de homossexuais (no Brasil) nesta fase contemporânea, em cinco períodos, que são: 1898-1914, 1920-1945, 1945-1968, 1969-1980 e 1980-2002.

No primeiro período, a cidade do Rio de Janeiro (que vivia o que ele denomina de *belle époque*) já possuía o primeiro gueto gay do país e, ao redor deste gueto, todo um comércio voltado para homossexuais.

No segundo período, segundo Green (1999), os homossexuais já tinham acesso a inúmeros locais de socialização, desde bares e cafés a hotéis para transas oportunas. Foi então que surgiu os primeiros escritos sobre homossexuais que foram reforçados por psiquiatras, pela família, igreja e, claro, a sociedade. Assim, foi proposto por alguns médicos a “cura” da homossexualidade (TREVISAN, 2000).

No terceiro período, de 1945 a 1968, ocorreu a construção do papel de gênero e a Revolução Sexual. Surge a Turma OK, que iniciou atividades no fim da década de 1950 e atuou toda década de 1960 (NUNAN, 1999). Um dos problemas enfrentados por homossexuais neste período foi a chantagem e a perseguição por parte dos policiais, assim as travestis eram duramente reprimidas, e carregavam consigo habeas corpus para que pudessem transitar nas ruas (TREVISAN, 2000). Visto que naquele período não existia o conceito friendly, entendido como apropriação de alguns locais comerciais (bares, cafés, lojas) e também do espaço urbano (praças, ruas, praia).

Há de se mencionar que nos anos 1950 o público homossexual não tinha acesso a revistas homoeróticas e os textos literários (romances) eram restritos, muito menos internet.



Em 1963, surge O Snob, um jornal que era distribuído informalmente e de modo gratuito nas ruas do Rio de Janeiro (existindo até o ano de 1969, num total de 99 números), após este, surgiram até 1969, mais de 30 publicações do gênero.

Para Green (1999), o quarto período ficou caracterizado pela grande violência devido à ditadura militar. Neste período, surgiu a identidade gay e o movimento pelos direitos homossexuais (a construção da identidade gay começou em 1950, fortaleceu-se na década de 60, mas somente estabeleceu-se em 1970). Outro fato importante foram os movimentos políticos e sociais de esquerda, ou seja, a luta de classes predominava sobre as lutas de gênero e raça. (NUNAN, 2003; GREEN, 1999).


Em 1976, surgem as publicações Gente Gay, Entender, Gay Society e Mundo Gay, que não tiveram sucesso por más administrações. (NUNAN, 2003). Em São Paulo surge em 1978, o “Somos”: Grupo de Afirmação Homossexual, o primeiro grupo organizado que lutava pelos direitos dos homossexuais (TREVISAN, 2000; NUNAN, 2003).

Porém, em 1978, paulistas e cariocas fundam o Lampião da Esquina, jornal mensal que circulava nacionalmente para o público homossexual. O Lampião da Esquina abordava questões, como descreve Nunan (2003), sobre “[...] sexualidade, machismo, discriminação racial, artes e ecologia, através de notícias, entrevistas, contos, ensaios e informações sobre locais de socialização homossexual [...]” (p. 51). Infelizmente, como outras publicações do gênero, o Lampião da Esquina teve seu fim em junho de 1981, três anos após a edição experimental.

Diversos teóricos oficializam o movimento homossexual brasileiro somente após a criação do Somos, ou seja, 1978. Outros grupos ainda foram fundados na década de 1970-1980, mas também tiveram seu fim antes do ano 2000. O Grupo Gay da Bahia ainda permanece em atuação, tendo como fundador o antropólogo Luiz Mott.

Um marco histórico da homossexualidade no Brasil (e no mundo) é a “chegada” da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) ao país, a partir de junho de 1981. Os grupos gays da época tinham como foco a prevenção e atendimento aos soropositivos. Nesta época, referiam-se à AIDS como o “câncer gay”, “peste gay”, pois a doença ficou caracterizada por “doença homossexual”. Nunan (2003) aponta que nesse clima de apreensões (e medo), o Estado e o movimento homossexual unem esforços para combater a doença.

Graça à AIDS, nunca se falou tão abertamente da homossexualidade, o que trouxe efeitos positivos para a luta pelos direitos humanos e sua necessária visibilidade



social. No entanto, o movimento homossexual correu o risco e em muitos casos resultou demasiadamente atrelado à luta contra AIDS, restringindo sua ótica e seu espaço. (TREVISAN, 2000, p. 370)


Como os primeiros casos de AIDS foram detectados em homossexuais, acreditou-se que o vírus fosse exclusivo de gays. Como disse Trevisan (2000), nunca se falou tanto sobre os gays como na era da AIDS, o que o movimento homossexual não conseguiu em vinte anos, o vírus o fez em poucos anos.

De fato, graças à AIDS, qualquer cidadão/ã de todas as idades, nos locais mais distantes e independentemente de sua orientação sexual, pôde se informar, de maneira inédita pelo constante impacto, o que é ser homossexual, como se pratica a homossexualidade e, mais ainda, onde homossexuais se encontram. (TREVISAN, 2000, p. 463)

O movimento homossexual ganhou força após os anos de 1990, pois a epidemia da AIDS já tinha amainado, em 1993 criou-se o grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual. Este grupo carioca adotava a noção de identidade gay que vigorava nos movimentos homossexuais estadunidenses. Em 1995, surge a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, com sede em Curitiba. A ABGLT procura coordenar as ações dos grupos homossexuais em todo país. Também neste ano a cidade do Rio de Janeiro sediou a 17ª Conferência da ILGA – Associação Internacional de Gays e Lésbicas.

O ativismo mudou as metas e, agora, tendem a ocupar espaços públicos, políticos e adotam a mídia como aliada neste processo. Os ambientes do grupo oportunizam a formação de amigos e de parceiros sexuais e, em alguns, auxiliam na busca por emprego, oferecem uma educação sexual adequada, mobilização comunitária e entre outros. Ainda na década de 1990, o movimento homossexual concretizou a Parada Gay, um modo de afirmação positiva da homossexualidade. Inicialmente, em 1995, a Parada Gay de São Paulo teve poucos participantes, chegando a apenas dois mil participantes em 1997. Hoje a mesma faz parte do calendário de eventos da cidade e do país, visto que aglomera mais de quatro milhões de pessoas, o que movimenta diversos segmentos sociais e econômicos, tais como: hotelaria, gastronomia, moda, arte/cultura, lazer/turismo e outros.

Outro importante ganho jurídico conquistado pelo movimento homossexual no Brasil é que o INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, passou a pagar pensão a homossexuais em decorrência do falecimento do cônjuge, podendo também solicitar auxílio reclusão (quando o cônjuge é preso). Em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, e somente em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 175, que



passou a garantir aos casais homoafetivos o direito de se casarem no civil. Com a resolução, tabeliães e juízes ficaram proibidos de se recusar a registrar a união.

METODOLOGIA


Esta pesquisa pretende uma abordagem qualitativa, devido ao fato de que esta possibilita uma forma de “entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26). Desta forma os procedimentos técnicos utilizados foi a pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2008) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos; para contribuir com estes estudos, complementou-o com uma análise documental a fim de contextualização, que segundo Gil (2008) podem receber novas interpretações quando observadas por novos pesquisadores, fazendo um novo tratamento analítico.

O objetivo desta investigação é elucidar o comportamento do público LGBT com relação ao consumo do lazer e viagens, relacionando ao fenômeno do turismo, caracterizando o turista gay como um consumidor em potencial. O Objetivo Geral é analisar o perfil de comportamento do turista gay no uso do tempo livre e nas opções de lazer. Especificamente apontar quais as formas de associação deste público na esfera turística, além de apresentar as destinações nacionais e internacionais em voga para a prática de turismo LGBT.

Marco Teórico

Embora a identidade seja uma construção social que muda, na pós-modernidade, “o sujeito pós-moderno possui múltiplas identidades, que coexistem e se manifestam em razão de fatores diversos, externos ou internos a ela” (BARRETTO, 2004, p.45). Mesmo sendo uma característica da sociedade pós-moderna, as identidades vão adquirindo a forma dos interesses dos grupos dominantes locais, quer públicos quer privados, adaptando-se à conformação da estrutura econômica que estes grupos estabelecem para os lugares.

Castells entende a construção da identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto representação quanto na ação social” (CASTELLS, 1999, p.22).



Tal como afirma Bauman, na pós-modernidade, os gays se afirmam como estranhos numa sociedade onde as identidades são socialmente produzidas, que o fazem de forma “alegre ou relutantemente, mas por consenso unânime ou por resignação, e estão aqui para ficar” (1998, p.43).

Enquanto a revolução industrial produziu a sociedade de consumo, criando uma corrida pelo consumidor, uma busca pelo consumidor, o mercado tornou-se pura sedução (BAUMAN,1998, P.55), considerando que a prosperidade deriva do consumo e da posse de bens. Abre-se um hiato entre os que são seduzidos pelo mercado e podem consumir, e entre os que são seduzidos pelo mercado, mas não podem consumir, o que aumenta as desigualdades sociais. Para Bauman, o “consumo abundante é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama e passa a ser condição da felicidade, talvez até para a dignidade humana” (Idem, p.56).


Bauman (1998, p.113) cita Christopher Lasch, o qual afirma que a “determinação de viver um dia de cada vez, e de retratar a vida diária como uma sucessão de emergências menores, se tornaram os principais normativos de toda a estratégia de vida racional”. Neste sentido o lazer adquire importância, como se o tempo só fosse um “presente contínuo”, onde deve-se aproveitar o máximo o momento presente. O autor afirma que “toda a estratégia da vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se, mas evitar que se fixe” (Idem, p.114).

A mobilidade adquire outro sentido, faz parte da vida pós-moderna, da fluidez e das efemeridades contemporâneas.

No contexto do turismo LGBT, o consumo do lazer nada mais é do que uma mercadoria colocada no mercado para um segmento social com capacidade de compra, com propensão a uma vida fluídica, onde o viajar marca o status e a fama, da mesma forma que a moda e os caprichos passageiros, que se convertem em mostras de um alto nível social, como afirma Harvey (1990, p.235).

“O consumo racional” para a acumulação, depende de que se sustente certa rotação do uso dos fundos de consumo, o capital tem que movimentar as forças da moda e das mostras de status social. (HARVEY,1990, p.239)

Esta prática, no movimento LGBT, pelas características próprias da comunidade, adquire um caráter hedonista. O termo provém da filosofia epicurista, onde a busca pelo prazer é o único propósito da vida, o bem supremo, o fim último da ação e da vida. Os autores Epicuro de Samos e Aristipo de Cirene foram os fundadores desta filosofia. Entendem que o prazer do corpo é a finalidade da vida.



Epicuro contrapõe Aristipo, afirmando que no campo moral, o prazer não é o bem supremo para a felicidade, mas afirma a moderação do prazer como forma de atingir a felicidade. Na contemporaneidade, Michel Onfray, filósofo francês, retoma as teses hedonistas, no aspecto ético, afirmando que “os homens não podem dispor de uma capacidade de prazer para que ela seja depreciada, proibida e reprimida” (L`art de Jouir in <https://citacoes.in/autores/michel-onfray/>). Para Onfray, “o viajante concentra estes tropismos milenares: o gosto pelo movimento, a paixão pela mudança, o desejo ardoroso de mobilidade, a incapacidade visceral de comunhão gregária, a vontade de independência, o culto da liberdade e a paixão pela improvisação”³⁴.


Desenvolvimento

Com base na bibliografia consultada e nos estudos em desenvolvimento por pesquisadores do turismo e na área dos movimentos sociais, percebe-se que há escassa literatura científica disponível que aborda o tema do movimento LGBT e suas práticas de turismo. Esta pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento da ciência, da compreensão do fenômeno e sua melhor elucidação na relação com o turismo.

A contemporaneidade passou a diferenciar o turista LGBT daquele que viajava no passado. Atualmente são inúmeras possibilidades de se planejar viagens respeitando as orientações sexuais. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (2017), os turistas LGBT representam de 3 a 7% do total de turistas mundiais. Esse público gasta 30% a mais do que os turistas heterossexuais, são mais fieis a determinados produtos, tem maior gasto com artigos de luxo e outros serviços do turismo. Esse movimento econômico dos LGBT é representado pelo que é denominado de *pinkmoney*.

Com vistas nesse mercado, empresários do setor reconhecem o potencial que o turista LGBT representa. O senso comum propaga que LGBTs tem mais disponibilidade financeira para viagens do que os heterossexuais. Hábitos de consumo diferenciam estes dois públicos; LGBT investem seus recursos em artigos de luxo (que agregam status, glamour, reconhecimento) e entretenimento (shows, museus, teatros, cinema, livros e culinárias gourmet). São normalmente um público mais sensível, exigente e sofisticado (VIEIRA JUNIOR, 2008). É comum o público LGBT viajar para o continente Europeu, agregando

³⁴ ONFRAY, M. disponível em <<https://kdfrases.com/frase/160724>> acesso em 03/5/2018




visitas a museus e grandes espetáculos artísticos, além de frequentar os restaurantes mais comentados do momento, tudo isso publicitado em redes sociais, atribuindo-os status quo.

Nunan (2003) traçou um perfil do público LGBT, sendo em grande parte profissionais liberais, bem como médicos, publicitários, advogados, professores, empresários de diversos setores. Segundo levantamento realizado pelo Communit Marketing Inc. em 2001 nos Estados Unidos, o turista LGBT possui renda familiar acima da média nacional, possuem os principais cartões de crédito, passaporte válido, programas de milhagem, reservam mais de US\$ 1500/pessoa por período de férias, compram por meio de agências de viagens, gozam de maior período de férias que heterossexuais, incluindo viagens ao exterior, permanecem cinco ou mais noites em hotéis, tem costumes de realizarem cruzeiros marítimos. Todos os dados se comparados ao comportamento do turista heterossexual, apresentam percentagens elevadas, evidenciando que turistas LGBT prezam mais pela prática do turismo, valorizando-o.

Diante disto o setor organiza-se através de uma entidade maior, a IGLTA – International Gay and Lesbian Travel Association. Com entidades nacionais associadas, possui ramificações em diversos países incluindo o Brasil através da ABTLGBT – Associação Brasileira de Turismo LGBT). As empresas associam-se a estas entidades com o intuito de favorecer o turismo para este público, apoiando os direitos civis de LGBT. Essa associação também é uma vitrine, pois presume-se que o turista opte por empresas que não o discriminem e tenham planos combate a homofobia. Empresas como Delta Air Lines, Hilton Hotels, Belmond, Hyatt, MGM Resorts, Marriott, Meliã, United Air Lines são as mais representativas no apoio desta segmentação turística. Em números, a IGLTA possui associadas 1011 organizações/empresas (sendo 85 apenas no Brasil); diante desta grandiosidade a ILGTA em parceria com a OMT elaborou em maio de 2017 o Second Global Reporton LGBT Tourism, que apresenta dados, destinos e informações necessárias do turismo LGBT. Nesse viés de publicações, o Ministério do Turismo e a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo – elaboraram em 2016 um tímido manual intitulado “Dicas para atender bem turistas LGBT”.

O mercado turístico internacional está melhor adaptado as diversas segmentações, apresentando crescimento e cases de sucesso, no segmento de turismo LGBT utiliza-se o exemplo de Amsterdã, Tel Aviv, Fort Lauderdale, Madri e outros. O EMBRATUR integra campanhas que objetivam trazer turistas ao país.



Se países como Estados Unidos, Holanda, França, Alemanha são pioneiros em atender a demanda deste segmento, países como o México, Israel, Inglaterra e Espanha tomam para si parte deste know-how e atualmente todos investem em estratégias para atrair esse público. No Brasil é preciso melhor adaptação dos destinos para receber o turismo LGBT de massa, como o que ocorre com a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, adaptando-se a um conceito de destino “gay andlesbianfriendly”.


Como exemplo de receptividade Vieira Junior (2008) expõe a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, o maior evento do público LGBT mundial, tanto em público quanto em representatividade de turismo, entrando no Guinness Book em 2006, ano em que registrou mais de 3 milhões de participantes.

A pesquisa da Nestpick (2017), ao analisar as destinações dos turistas LGBT cita as dez melhores cidades para turismo LGBT no mundo são, em ordem de classificação: Madri, Amsterdã, Toronto, Tel Aviv, Londres, Berlin, Brighton, Barcelona, Nova Iorque e São Francisco; as brasileiras inseridas neste ranking são representadas por São Paulo e Rio de Janeiro, ocupando a 35ª e 41ª posição, respectivamente, sendo as mais bem colocadas da América do Sul. A pesquisa tomou como base notas atribuídas aos seguintes indicadores: Confraternização; Vida Noturna LGBT; Cidadania; Segurança; e, Direitos LGBT. No Brasil os guias de viagens atribuem às capitais Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Curitiba, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte, como as mais abertas ao turismo LGBT, inclui-se ainda dois destinos insulares, Fernando de Noronha (PE) e a Ilha Morro de São Paulo (BA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as possibilidades percebidas, algumas destacam-se, como a construção de uma identidade gay com elementos que Onfray define como do hedonismo moderno, uma pessoa que gosta de viajar, apreciar a boa comida e boa bebida e busca satisfazer os prazeres da vida de forma responsável. Estes elementos caracterizam a identidade do turista LGBT.

Como o presente estudo é de caráter exploratório, muitas inquietações sobrevieram com o desenvolvimento da pesquisa e que farão parte da continuidade da investigação. Buscar-se-á respostas para: (1) O turista gay, quando jovem, viaja sozinho, como mochileiro, hospeda-se em hostels, frequenta destinos friendly, gasta em baladas, boates e entretenimento? (2) Na meia idade ou em união estável, viaja acompanhado, hospeda-se em hotéis em destinos friendly, gasta em bons restaurantes, ambientes culturais, baladas e



entretenimento, locação de carro?; e, (3) Acima dos 50 anos, o turista gay viaja acompanhado, em união estável, com ou sem filhos, hospeda-se em bons hotéis ou faz locação de imóveis? Frequenta bons restaurantes, ambientes culturais, gasta com aluguel de carro, adquire segunda residência?

Apresentou-se nesta uma breve compreensão e dos dados coletados, onde vislumbrou-se algumas das literaturas que procuram identificar o perfil do turista gay, elementos de identidade pós-moderna da comunidade LGBT e indicadores do perfil de consumo. Uma das indagações é especificar melhor o perfil de consumo dos turistas gays em relação as diversas áreas do turismo, como nas viagens de lazer, em alimentação e bebidas, a prática utilizada para a reserva em hotéis, a escolha de meio de transportes, se de fato utilizam de serviços econômicos, executivos e/ou alto padrão, qual o desejo na aquisição de souvenirs, entre outras inúmeras possibilidades que possam vir a integrar a investigação.

Através da observação empírica, o que se pode afirmar é que a insegurança é fator preocupante entre os turistas gays, que temem sofrer agressões ou hostilidade em determinadas localidades, razão pela qual optam por empreendimentos e cidades gay-friendly, locais onde possam demonstrar sua orientação sexual, vive-la e experienciá-la em momentos únicos.

Cidades que apresentem vida noturna agitada (com bares e discotecas dedicados a atender esse público) e que sejam amplamente anunciados na mídia como destino em potencial, tem maior prestígio entre a comunidade LGBT, ocasionando no anseio de visitá-las, e conseqüentemente em publicizar que gozam de lazer nestes espaços, adquirindo assim um status maior entre seus pares, corroborando os elementos éticos e morais de um hedonismo pós-moderno.

REFERÊNCIAS

AVENA, Daniella T. **A hospitalidade e o consumo nos meios de hospedagem pelos homossexuais: um estudo de caso de Curitiba – PR.** 123 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1998.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural.** 5ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

BRAGA, Adriana. A.; GUIMARÃES, Juliana. D. A. Minorias e discurso na esfera pública digital: o caso da Evento Gay. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 11, n. 30, p. 57-81, 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GIL. Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

GREEN, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX**. São Paulo: UNESP, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2003, 349 p.

KAMEL, Luciana. **Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

LANZARINI, Ricardo; RIAL, Carmen. **Turismo Gay na Ilha de Santa Catarina: Homossociabilidades e perspectivas**. In. Anais Fazendo Gênero 9. Disponível http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1290698937_ARQUIVO_artigoTurismo_Gay_na_Ilha_de_Santa_Catarina_-_completorevRial.pdf Acessado em 24 de novembro de 2017.

LOURO, Guacira L. (Org.) **O Corpo Educado: pedagogias e sexualidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.


NESTPICK. **Best LGBT Cities 2017** Ranking. Disponível em <https://www.nestpick.com/best-lgbt-cities> Acessado em 24 de novembro de 2017.

NEVES, João P.E.S. **O Turismo Gay – oferta turística das cidades de Lisboa e do Porto**. 2015. 96f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade do Porto. 2015.

NEVES, Christopher S.B.; BRAMBATTI, Luiz E. **O Comportamento do Turista LGBT com Relação ao Consumo em Viagens**. In Anais do Colóquio Cenários, Ciência e Desenvolvimento Turístico. UCS, Caxias do Sul, 2018.

NEVES, Christopher S.B.; SIERRA, Jamil C. **Intersecção Entre Diversidade Sexual, Movimento LGBT e Educação**. In Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. 2012.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravançaraí, 2003.



NUNAN, Adriana; JABLONSKI, Bernardo. **Homossexualidade e preconceito: aspectos da subcultura homossexual no Rio de Janeiro**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 54, n. 1, 2002, pp. 21-32.

ONFRAY, Michel; BRANDÃO, E.A **Potência De Existir: MANIFESTO HEDONISTA**, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2010.

TREVISAN, João S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 3ª ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIEIRA JUNIOR, Astor. **Turismo GLBT na Costa do Cacau: Uma alternativa econômica para o sul da Bahia?** 2008. 173 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2008

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Second Global Report on LGBT Tourism**, UNWTO, Madri, 2017.

CAPÍTULO 19

MEMÓRIAS ENTRECruzADAS SOBRE MARCELINA DOS SANTOS: PATRIMÔNIO IMATERIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOVA ESPERANÇA (WENCESLAU GUIMARÃES BAHIA)

Cledineia Carvalho Santos, Mestre em Cultura e Sociedade, Professora de História da rede Municipal de Ensino de Jaguaquara/ Bahia



Imagem. Marcelina dos Santos.


Fonte: Vídeo “História da fundação de Nova Esperança”.

*“Quando alguém perguntava
como ela sabia tantas coisas boas,
quando ela aprendeu?
Ela respondia:
Foi Deus que me deu este dom
desde quando eu nasci”
(Florinda dos Santos)*

Resumo

O presente trabalho é parte da pesquisa em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia- UFBA, intitulado “Comunidade quilombola Nova Esperança: a mulher na construção da identidade étnica”. O mesmo tem objetiva investigar como as narrativas das mulheres da Comunidade Quilombola Nova Esperança anunciam identidades étnicas. Ao colher dados com a técnica da História Oral conforme propõem Verena ALBERTI (1990) e José Carlos Bom MEIHY (2005) as mulheres colaboradoras da pesquisa ao contarem a história local chegaram a uma mesma mulher - Marcelina dos Santos – filha dos fundadores da comunidade, tornou-se parteira e religiosa da comunidade. A mesma ultrapassou o tempo permanecendo viva na memória de seus descendentes e dos demais moradores da comunidade. Diante do exposto, a sua história rendeu um tópico a parte, por revelar outras categorias que remetem as formas de resistências presentes entre os remanescentes quilombolas como a cultura e a religiosidade sincrética local, sendo sua história de vida, portanto, um patrimônio imaterial do lugar.

Palavras-chave: Memórias; Narrativas; Sincretismo religioso; Patrimônio imaterial.



Ao adentrarmos na comunidade de reminiscentes quilombolas de Nova Esperança, buscamos tecer sua história de forma comprometida com os sujeitos pertencentes ao meio, evidenciando trajetórias de vidas de seu seio no intuito de visibilizar e também compreender a história presente.

Partindo da premissa que toda mulher quilombola é sinônimo de resistência, a comunidade Nova Esperança em vários momentos, tem sua história inspirada por mulheres, estas tidas como símbolo da resistência étnica e identitária.

Assim, quando nos propusemos analisar narrativas de mulheres da comunidade de Nova Esperança deparamo-nos com a história de uma das mulheres mais emblemáticas da história local, Marcelina dos Santos.

Entendendo ser a memória coletiva elaborada no presente sob resquícios do passado,


A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência (HALBWACHS, 1980, p. 67).

Assim, ao falar de suas experiências, as mulheres da comunidade apresentam Marcelina dos Santos como uma mulher forte, sábia e servidora. É falando dessa mulher que elas rememoram suas próprias histórias. Marcelina é perpetuada nas suas memórias como exemplo de vida e portanto, símbolo de esperança, como escreve a poetisa Conceição Evaristo “A noite não adormece jamais nos olhos das fêmeas pois do nosso sangue-mulherdo nosso líquido lembradiçoem cada gota que jorraum fio invisível e tônico pacientemente cose a redede nossa milenar resistência”(EVARISTO, 1996).

Marcelina dos Santos, filha dos fundadores da comunidade, onde também cresceu, viveu, morreu. Foi liderança religiosa e comunitária. Exerceu a fé, o cuidado ao próximo com suas práticas religiosas e de parteira, adquirindo com isso respeito de todos os moradores pela sua capacidade de resistência religiosa.

Resistir é sempre um marcador nos personagens de vida em comunidade quilombola. É a resistência que os trazem no tempo e vigora na contemporaneidade. Para a escritora Beatriz Nascimento o quilombo é a maior representatividade disso e contempla

As formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na lua árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de



resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil (NASCIMENTO, 1985, p. 41).

A liderança é muito significativa para um território etnicamente identificado, principalmente para a visibilidade social, identitária e religiosa. Em se tratando do espaço religioso e sincrético a mulher negra sempre ocupou lugar de destaque nas suas comunidades, naturalmente patriarcal.

Muitas mulheres de territórios negros sempre exerceram papéis que enaltecem o matriarcado social, evidenciado nas práticas de parteiras, rezadeiras, de advinha e líder religiosa. A comunidade de Nova Esperança, nesse sentido, não se difere de outras.


Por isso, apresentar Marcelina dos Santos, filha dos fundadores é, explicitar o quanto as mulheres dessa comunidade estiveram na vanguarda da história do lugar através de lideranças que não indicam exatamente marcadores do patriarcado.

Marcelina dos Santos, enquanto existiu foi muito respeitada pelos seus entes queridos e por todos que ali residiam. Ela foi parteira, benzedeira, curandeira e há quem diga ser também adivinhadeira. Era mantenedora de grande conhecimento da prática do parto em casa como descreve sua nora:

Ela foi a primeira parteira da comunidade. Era uma parteira muito boa. Muito entendida. Todo esse pessoal da comunidade foi ela que ajudou vir ao mundo. Quando ela fez o parto da tua mãe (refere-se a mãe da pesquisadora), aí era dois nenéns. Aí teve um em casa aí foi pro médico. Quando chegou lá o médico perguntou a ela se ela tinha certeza que tinha outro neném e ela disse que sim. E era. O médico achou tão interessante o conhecimento dela que convidou ela para voltar e fazer um curso. Mas naquele tempo a coisa era difícil. Então ela não voltou. Mas o médico ficou encantado com tanto conhecimento (Clemilda Ferreira, entrevista, 2017).

O mesmo pode ser confirmado no relato de sua filha Marialva dos Santos, quando diz “Todos os meninos mais véio que tu ver aqui foi ela quipegô. A história dessa mulher é cumprida viu! Muito muito cumprida e muito boa! Ela dava remédio para lepsia, dor de dente,orragia, prá tudo ela dava remédio” (Marialva dos Santos, entrevista, 2018).

Dentre as diversas formas de resistências negra, o catolicismo sincrético, no qual as pessoas negras criavam analogias entre as suas crenças e aquelas portuguesas, foi uma das que resistiram ao tempo. Isto é evidenciado nos relatos sobre Marcelina dos Santos. De acordo as mulheres da comunidade ela curava através de suas rezas e práticas sincréticas. Indicava chás, banhos de folhas, rezavam o corpo contra o “mau-olhado”, “espinhela-caída”, entre outros, conforme relata sua filha



Um certo dia um homem na casa dela para ela fazer uma consurta para a mulé dele. Eles intraram para o centro e foi consurtá. Lá ela disse: “É meu sinhô você vei fazer uma consurta para sua mulé, mas aqui o doente é você”. O homem, o nome dele era aprígio não acreditou. Ela insistiu e disse para ele se cuidá. Que a mulher dele estava só grávida. Os guia dela avisou para ele se cuidar senão ele não ia ver o neném nascer. Só sei que ele fez até pouco. Ela disse que estava com pena dele. Ah, minha fia, ele num viu o filho nascer mermo! Num aturou nem um mês. A mulé dele que eu sei até hoje tá viva, o nome dela é Camila, mora em Santa Teresinha (Marialva dos Santos, entrevista, 2018).

As rezas misturavam elementos do candomblé, do catolicismo e do conhecimento das plantas medicinais, dos incensos e fê nos seus santos. “Ela era benzedeira, viu! Benzia as pessoas quando estava de olhado. Ensinava fazer chá. Conhecias as folhas. Fazia remédios. Era também parteira. A maioria das pessoas aqui da comunidade ela que pegou. Veio pelas mão dela” (Florinda dos Santos, entrevista, 2017).

A despeito da sua interface religiosa, Marcelina


(...) era católica, mas, ela gostava dos orixás. O santo da fé dela era Santa Barbara e são Cosme e Damião. Também tinha o Divino Pai eterno. Ela rezava prá ele. Em 26 de dezembro. Ela tinha a festa dos orixás dela. No dia 04 de dezembro fazia festa de Santa Bárbara. Ela só não dava oferendas, viu! Fazia samba de roda e cantava aquelas chulas. Brincava caboclo (Florinda dos Santos, entrevista, 2017).

O depoimento anuncia o sincretismo religioso da parteira. Mas nega-se qualquer referência ao candomblecismo, pois segundo a depoente “(...) só não tinha esse negócio de candomblé, nem oferendas”.

A negação proferida acaba por dizer que havia sim uma íntima relação com os orixás, pois os seus irmãos a respeitava e acreditava no seu dom, visto que “eles passava as informações que os espíritos dela dava e nós obedecia”. Podendo isso ser confirmado no relato abaixo:

Os orixá dela era santa Bárbara, Era das águas, Papai Joaquim que ela dizia ser o dono das águas, Tinha Janaína, Iemajá. Ela tinha a velha Nanã. Tinha o Velho do Caximbão (risos). Ela tinha muitas companhias viu! E quando baixa mesmo, hum! E tinha a parteira dela. A parteira dela até qui me acompanha, mas eu num quero. às vezes eu tenho umas coisas dela. Eu sinto que eu tenho. Mas no meio de hoje se a gente manifestar uma coisa dessa a gemente vai ser criticado ao invés de ter valor. Vai ser criticada, Pisada. Então eu num tenho a natureza dela, né! Eu num quis e nem quero por causa dos preconceito (Marialva dos Santos, entrevista, 2018).

Percebe-se nos relatos, interfaces de uma religiosidade negada e ou silenciadas por seus descendentes, isto porque o catolicismo é a religião predominante da comunidade. Muitos elementos de religiões afros foram absorvidos, porém, modificados adequando-se ao aceitável dentro da uma ótica de enquadramento social. Impossibilitando assim, a verdadeira



face religiosa dos sujeitos. Apesar das resistências João José Reis (1983) evidencia o seguinte:

O escravo africano soube dançar, cantar, criar novas instituições e relações religiosas e seculares, enganar seu senhor, as vezes envenená-lo, defender sua família, sabotar a produção, fingir-se doente, fugir do engenho, lutar quando possível e acomodar-se quando conveniente. Esse verdadeiro malabarismo histórico resultou na construção de uma cultura da diáspora negra que se caracteriza pelo otimismo, coragem, musicalidade e ousadia estética e política incomparáveis no contexto da chamada Civilização Ocidental (REIS, 1983, p. 107).

Apesar da cultura brasileira ser eminentemente negra, historicamente foi estigmatizada e ou deturpada, com maior ênfase na religião, mas à medida que a história de Marcelina vai sendo contada, elementos de sua religiosidade sincrética entre santos católicos e orixás vão sendo revelados:


Muito animada e muito religiosa. Em 4 de dezembro ela rezava para Santa Barbara. Fazia a festa para ela. E nessa festa, a família, àquelas pessoas que tinham espírito brincavam. Se manifestavam, brincavam. O povo gostava muito da festa de Santa Barbara na casa dela. Na festa dela, ela cantava umas chulas, uns samba (Senhorinha dos Santos, entrevista, 2017).

A diversidade entre elementos religiosos múltiplos foi absorvida por Marcelina e seus parentes mais próximos, isto rasgou o tempo e, ainda hoje a união de elementos se fundiram e são celebrados por algumas famílias da comunidade e do entorno. Embora escondam e disfarçavam (in) conscientemente seus próprios conceitos, mas revelado no depoimento de sua filha ao afirmar que alguns de seus descendentes herdaram, embora não assumam por causa do preconceito,

Ela rezava para Santa Bárbara, São Cosme e Damião. Dava caruru para Cosme, para Santa Barbara era cuscuz de puba e de milho. Tinha samba até de manhã. Tinha o samba corrido. Tinha samba de cabôco também! As vez alguma pessoa que num queria vadiar ela também num vadiava mas dizia assim: ” “Tu tem!” (risos). Ela conhecia logo só de olhar no olho da pessoa. Até hoje tem algumas pessoa que tem. Eu tenho, outras sobrinhas têm. Mas por causa das ignorância de hoje as pessoas num assume. Por causa de crítica. (Marialva, entrevista, 2018).

Apesar da sua liderança, é constituída pelas relações do poder simbólico advertido por Bourdieu (1989), sobre o de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo” (BOURDIEU, 2000, p. 14) consolidada através de suas práticas religiosas.

As mulheres quilombolas vivem, ainda hoje, a subalternidade e a invisibilidade. Apesar de alguns avanços por meio de políticas afirmativas, especialmente no campo da educação, o silenciamento ainda persiste dentre os quais o que tange as suas religiosidades.



Diante disso, estas mulheres optam pela quietude de sua fé e de suas práticas. Isto é evidenciado ao tratarem da história da matriarca Marcelina dos Santos.

Mas como esta relação está imbricada em suas subjetividades, no decorrer de suas falas e de uma escuta sensível revela-se que o legado espiritual de seus ancestrais reverbera ainda hoje.

Como isso, Marcelina dos Santos ultrapassou a barreira do tempo, sendo resguardada na memória de seus descendentes e dos outros que a conheceram constituindo pertencas étnicas identitárias, principalmente sobre seus saberes do partejar. Seus descendentes a recordam como alguém que as ensinou a ser uma mulher que cuida de outras mulheres.

Ela representava uma grande figura. Deixou boas lições pra gente. Nos ensinou como cuidar das crianças e das mulheres quando tem neném. Herdei dela saber cuidar das minhas filhas, das minha netas e cuidado das bisnetas também. E tudo foi Marcelina que me ensinou. Ela foi muito, muito importante na minha vida (Florinda dos Santos, entrevista, 2017).


Nesse sentido, o resgate da memória se fortalece etnicamente na atualidade em relação contínua entre o que quer lembrar e esquecer. Acerca disso, corrobora Halbwachs (1990):

(...) geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Marcelina, no seu tempo, talvez sem essa consciência, foi líder da sua comunidade através de sua representatividade religiosa, familiar e comunitária. Deixando entre os vários legados o sentimento de unidade e paz ainda hoje preservado nos eventos comunitários e por isso a certeza de que “Quando ela morreu ficou fazendo farta para Nova esperança. Ela tinha um ditado que era só a paz” (Marialva dos Santos, entrevista, 2018).

Teve importante atuação enquanto sujeito social. Sua história reproduziu e instituiu significados de poder a partir da difusão do conhecimento, engendrados pela sua religiosidade e senhoria.

Era uma pessoa de um grande conhecimento nessa área (espiritual) também. Sabia todas as reza, todas as orações. Aquelas orações antigas. Sem ninguém ter ensinado. Num tinha leitura, mas sabia tudo de có. Ela fazia isso muito bem, muito bonito. Tinha um conhecimento tão profundo que se fosse hoje, só com muito estudo. Teria que aprofundar o conhecimento nos estudo. A história dela foi e é muito (Clemilda Ferreira, entrevista, 2017).



Ter em mente a importância histórica, social e religiosa de uma mulher negra é muito importante para o lugar compreender-se enquanto comunidade negra. Então, falar sobre Marcelina permite-nos trazer sentidos a importância da liderança feminina para o fortalecimento da comunidade como um todo por apresentar um “o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos ou “imagens de autoridade” (CARNEIRO, 2001, p. 05) desse modo, fez-se presente em todos os espaços sociais e culturais do lugar que viveu.

O que parecia sem sentido a um primeiro olhar, ganha conotações de referências positivas à memória de seus descendentes, pois era, em palavras das entrevistadas Senhorinha dos Santos e Marialva dos Santos, uma pessoa muito “Alegre. Amiga de todos. Muito boa” e a certeza de que “ A história dela é grande. Se fosse fazer um jornal dava um livro. É muita coisa que por ora a gente esquece”.

Marcelina dos Santos, representa a história de tantas outras mulheres negras que assim como ela não foram para os anais da história oficial, mas está nas memórias individuais e coletivas de seus pares, tornando-se patrimônio imaterial do pequeno lugar onde viveu.

A narrativa sobre Marcelina dos Santos tece a os lapsos da memória afetiva como forma de sedimentar a história do próprio quilombo através do catolicismo popular entrecruzados como os saberes populares, o sincretismo religioso, que apesar de declararem-se católicas em algum momento as devoções e práticas revela a íntima ligação com o candomblecismo silenciosamente praticado.

Desse modo, ouvir o que as mulheres de Nova Esperança têm a dizer de si mesmas e sobre as outras a partir das suas narrativas orais, constituem compreensão do lugar, timbrada nas memórias coletivas de seus modos de ser e estar em uma comunidade quilombola.

A história em torno de Marcelina dos Santos apresenta a riqueza de um legado amoroso, espiritual, de resistência e de identidade de um povo que tem a história alicerçada na luta e na memória de seus ancestrais. Isto faz com que os sujeitos que dali emergem estruturam sua própria identidade valorada por bases ancestrais. Neste caso, é a relação afetiva com o passado, difundido entre as gerações que torna Marcelina dos Santos símbolo da resistência quilombola, portanto, patrimônio imaterial da Comunidade Quilombola Nova Esperança.



Referências

BOURDEIRU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.

CARNEIRO. Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFOBIA E GÊNERO, 2001.

EVARISTO. Conceição. **A noite não adormece nos olhos das mulheres**. *Em memória de Beatriz Nascimento*. Revista Cadernos Negros. Vol. 9. Ed. Anita Garibaldi, 1996.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

NASCIMENTO, M. B. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora Nos. 1985.

REIS. João José. **Resistência escrava na Bahia**. Afro-Ásia. 1983.

CAPÍTULO 20

GUERRA, CONFLITO E RAZÃO DE ESTADO NOS SÉCULOS XVI E XVII

Diogo Luiz Lima Augusto, doutorando em História Social da Cultura, PUC-Rio, Mestre em História Social, UFRJ

Resumo


Neste ensaio, vamos analisar as concepções de guerra, conflito e razão de Estado na tratadística dos séculos XVI e XVII. Nosso objetivo, aqui, é compreender os protocolos linguísticos que orientaram o discurso de diversos escritores da época. Trata-se, em última análise, de perceber as modificações discursivas que produziram novas metáforas simbólicas acerca do político. Nossa tese é que os tratados que versaram sobre a política no século XVI, e especialmente, no XVII, subverteram as representações humanistas acerca do poder.

Palavras-chave: Razão de Estado; Guerra; Séculos XVI e XVII; Humanismo.

Há, segundo nossa hipótese, ao longo dos séculos XVI e XVII a perda de valores da filosofia humanista em sua mobilização da ideia de política. De fato, diversos tratadistas seiscentistas contribuíram para uma nova representação acerca do poder. Neste sentido, embora, evidentemente, nas convenções letradas seiscentistas as concepções humanistas ainda conheçam uma enorme adesão, ao que parece, nas discussões relativas à razão de Estado, seu enfraquecimento é notório (DE LA FLOR, 2012). Desta sorte, as representações tradicionais da monarquia que se relacionam com o espaço de valores humanistas, ainda que estejam presentes em certo sentido, possui pouca relação com os novos conceitos acerca da dimensão políticomobilizados por tratadistas do século XVII.

Desta sorte, diversos tratadistas, a partir da emulação de tópicos letrados de seu tempo, adota uma postura negativa em relação ao mundo e ao homem. É o caso, por exemplo, do jesuíta aragonês Baltasar Gracián ao afirmar que o mundo está ao revés da finalidade preterida pelo Seu Criador (, ao passo que só encontramos monstruosidades na vida civil humana (GRACIÁN, 2001). Assim como Gracián, diversos escritores da época mobilizaram posição parecida ao analisar a vida civil.


Desta sorte, compreendermos o uso, por parte de Gracián, de uma máxima de Plauto, utilizada em sua comédia “Asinaria”: “*Lupus est homo homini, non homo, quomqualissit non novit.*”(PLAUTO,81). A afirmação de que o homem é o lobo para o outro homem,



popularizada por Thomas Hobbes no *Leviathan*, foi emulada por Gracián na primeira parte de um tratado chamado *El Criticón*. O *Leviathan* e a primeira parte do *El Criticón* foram publicados em 1651. Seguramente, Gracián não conhecia a doutrina política de Hobbes, também não sabemos se Hobbes teve acesso aos tratados anteriores do jesuíta. De qualquer forma, segundo nossa hipótese, não é gratuito o fato desta proximidade entre Gracián e Hobbes. Neste sentido, o jesuíta compartilha com Hobbes de uma certa transformação na linguagem política em relação a determinados valores presentes em alguns tratados renascentistas. É bem verdade, contudo, que os tratadistas renascentistas NiccolòMaquiavelli e Francesco Guicciardini, por exemplo, estão intimamente relacionados à essa mudança, como salientou Maurizio Virolli (VIROLI,2009). Desta sorte, o que observamos ainda no século XVI e, notadamente, nas letras do século XVII, é a introdução de novas metáforas políticas, as quais traduzem, conforme afirmamos, uma nova linguagem acerca da condução política.

Para Gracián, assim como para Hobbes, os homens agem, geralmente, de maneira a querer prejudicar o outro para alcançar vantagens próprias (GRACIÁN, 2001), portanto, vivem em constante estado de guerra. As soluções são, contudo, diferentes. Em Hobbes um pacto de união permite resolver, de certa forma, o problema do conflito (BOBBIO; BOVERO, 1986). Para Gracián essa solução, ainda que imperfeita, deve ser resolvida por uma certa razão de Estado. O conceito de razão de Estado, neste sentido, adquire uma importância crucial.


A partir de Giovanni Botero, o termo razão de Estado adquiriu rápida popularidade (VIROLI, 2009). Contudo, este conceito já havia sido usado com um sentido parecido por Giovanni Della Casa e, notadamente, por Francesco Guicciardini no *Dialogo del regimento diFirenze*, obra composta, provavelmente, entre 1521 e 1526. Segundo Viroli, Guicciardini aponta a diferença entre as repúblicas e os Estados no que se refere à origem, os Estados, no caso, seriam frutos de atos violentos (VIROLI, 2009). Desta sorte, caberia, segundo à razão e o uso dos Estados, a suspensão da consciência moral religiosa (GUICCIARDINI, 1997), dada a inevitável violência da condução do Estado. Segundo tal perspectiva, trata-se de apontar que à parte da razão moral, emulada a partir de determinados escritos de Cicero ou, talvez, de uma prática de leitura específica do escritor romano, há uma outra razão: a razão de Estado.



Destarte, segundo essas premissas, há, aqui, um discurso específico sobre a política, à qual se relaciona a linguagem da filosofia cívica, intrínseca à arte republicana, e uma arte do Estado. Como percebe Viroli, o opúsculo *O Príncipe* de Maquiavel, segundo tal perspectiva, estaria relacionado a esta arte do Estado. Assim, o princípio ciceroniano, presente no *De Officiis*, segundo o qual o *honestum* deve caminhar junto com o *utile*, não seria o tom principal de *O Príncipe*. Como percebe Felipe Charbel Teixeira, não é possível, contudo, estabelecer uma dicotomia entre o honesto e o útil nos escritos de Maquiavel, mas apenas algumas tensões, os quais estariam relacionadas à determinadas circunstâncias particulares (TEIXEIRA, 2010). Neste sentido, Maquiavel não teria rechaçado a necessidade da ética, mas apenas teria apontado que as regras da política não são, necessariamente, possíveis a arte do Estado. O que observamos, aqui, em última instância, é que a arte da política se diferencia da arte do Estado e, por seu lado, Maquiavel preconizava uma mescla de ambas linguagens (VIROLLI, 2009).

Há, no entanto, uma complexa discussão historiográfica subjacente a estas afirmações anteriores. Charbel, por exemplo, não vislumbra uma separação entre a ética e a política nos escritos de Maquiavel. Neste sentido, ainda que seja possível perceber uma certa tensão do princípio da utilidade em relação ao honesto, contudo, o *utile* jamais perde de vista o *honestum* (TEIXEIRA, 2010). Segundo tal perspectiva, a parcial dissociação maquiaveliana da ação política em relação à moral traduz a necessidade da compreensão que os meios são relativos à diversidade dos tempos. Desta sorte, o prudente em Maquiavel deve estar atento à *veritàeffetualledella cosa* (MAQUIAVEL, 1996), isto é, a uma verdade contingente, provisória e circunscrita no seu tempo (TEIXEIRA, 2010). Assim, segundo as finalidades gerais do gênero retórico – *docere, delectare e movere* – há uma visão hierárquica do discurso, a qual encontra no honesto sua necessidade mais importante. No entanto, algumas vezes, o honesto pode deixar de se constituir como necessidade premente, mas não deixa, contudo, de reger o discurso (TEIXEIRA, 2010).

Rui Luis Rodrigues, por seu lado, afirma que há duas vertentes distintas da retórica ciceroniana, a presente no *De Officiis* e a do *De Oratore* (RODRIGUES, 2015). Desta forma, na leitura cristã feita do *De Officiis*, a qual Erasmo de Rotterdam é um dos nomes em destaque, a utilidade não encontra um fim em si mesmo, pois sempre encontra em seu horizonte a necessidade do honesto. Ademais, a guerra é vista como algo que deve ser rejeitada, dada a crença que a harmonia e o consenso são os elementos verdadeiramente capazes de estruturarem as comunidades humanas. Em contrapartida, no *De Oratore*, a qual conheceu




uma divulgação menor, mas certamente lido por Maquiavel, o útil parece ganhar uma independência em relação ao honesto e a constatação do inevitável conflito nas relações humanas produz, por sua vez, uma retórica específica, marcada pela estratégia do disfarce (RODRIGUES,2015). Segundo esta concepção, enquanto para Erasmo a guerra era uma fraude, para Maquiavel uma necessidade a fim de assegurar um bom andamento da arte do Estado.

Cumprir dizer que Felipe Charbel procura questionar uma tese próxima a de Rui Luís Rodrigues, esposada por Virginia Cox, a qual afirmava que na *Retórica ad Herenium*, obra atribuída a Cícero, não há uma subordinação do *tutum* (seguro) ao honesto. Conquanto aceite os argumentos de incompatibilidade entre o *tutum* e o *honestum* na *Retórica ad Herenium*, Charbel salienta a necessidade de analisar as condições de legibilidade do tempo de Maquiavel. Neste sentido, havia uma analogia entre o *De Inventione* e a *Retórica ad Herenium*, a qual possibilitava a pressuposição, nos leitores da época de Maquiavel, de uma união das retóricas. Desta feita, o *tutumera* lido como algo subordinado ao *honestum*(TEIXEIRA, 2010). É bem verdade, contudo, no que se refere à discussão sobre a relação entre o útil e o honesto, o historiador brasileiro, de uma forma que nos parece equivocada, pressupõe uma sinonímia entre o *De Oratore* e o *De Officis*. Ademais, não discute com fôlego o lugar da guerra nos escritos de Maquiavel, aspecto que poderia permitir um aprofundamento nesta complexa discussão.

Dentro desta perspectiva, diversos tratadistas estão profundamente marcados por uma retórica estruturada no reconhecimento da necessidade de uma ação específica diante do inevitável estado de guerra entre os homens. Há, aqui, uma racionalização da prática política, à qual se relaciona a construção boteriana da razão de Estado. Com efeito, Botero procurou analisar as causas específicas das ruínas do Estado e, por seu turno, contribuiu, assim como Maquiavel havia feito, para a emancipação dos princípios de justificação ético-teológico das necessidades propriamente políticas. Essa emancipação, contudo, não deve ser vista como uma espécie de secularização. Não há em Botero, assim como em Gracián, qualquer busca de se afastar da dimensão teológica.

Desta forma, o que observamos em *Della RagiondiStato* de Botero, aspecto de suma importância para os tratadistas espanhóis do século XVII, dentre os quais Gracián, é a politização da guerra, a qual enfraquecia o sonho pacifista do humanismo erasmiano (SENELLART, 1989). Botero procura, segundo esta perspectiva, examinar as forças que




tendem a destruir o Estado. Neste sentido, segundo Michel Sennelart, com Maquiavel e Botero, pela primeira vez na história moderna ocidental, a unidade política de um Estado se constitui em torno do conceito de inimigo (SENELLART, 1989), aspecto que acarretaria uma mutação histórica na visão das formas de sociabilidade.

Segundo Georg Simmel, a interação entre os indivíduos surge a partir de determinados impulsos e certas finalidades. Desta sorte, estes interesses e impulsos são os elementos que possibilitam a combinação com o outro (“sociação”). Com outras palavras, a existência social produz uma forma ao conteúdo material dos interesses individuais (SIMMEL, 2008). Quando, por sua vez, essas formas adquirem uma vida própria, um papel simbólico que preenche a vida dos agentes sociais, estamos diante, segundo Simmel, do fenômeno da sociabilidade (SIMMEL, 1983). O sociólogo alemão procurou, neste sentido, mostrar a relevância sociológica do conflito nas formas de “sociação”, apontando, por seu turno, sua força integradora do ponto de vista social (SIMMEL, 1983). Abre-se, aqui, segundo nossa hipótese, um novo horizonte de análise acerca da dimensão política nos séculos XVI e XVII.

Como sugere Fernando De La Flor, o discurso político dos séculos XVI e XVII desenvolveu um sistema simbólico em torno da esfera do poder e da soberania, o qual permitiu o aparecimento de novas tópicos acerca do político (DE LA FLOR, 2007). Alguns temas como, por exemplo, a ideia de vigilância, controle, soberania, golpe de Estado, segredo de Estado, razão de Estado, são encontrados em diversos tratadistas dos séculos XVI e XVII e, segundo nossa hipótese, traduzem uma nova visão acerca do político.

Embora não seja possível pensar em uma ideia de inovação no discurso político que pressupunha uma psicologia autoral, notadamente pela existência de convenções letradas, os quais orientavam a *inventio* do discurso, é possível, todavia, perceber a modificação de determinados lugares comuns da retórica. Neste sentido, o aparecimento de novos temas, ainda que estivessem inseridos numa dada convenção discursiva, são perfeitamente plausíveis e, em última instância, afirmam a representação prevista ou apontam eventuais conflitos destas representações, os quais traduzem os debates em torno de um determinado tema, a capacidade de um redator dispor da convenção letrada de uma maneira peculiar e a inventividade das práticas de leitura.

Desta sorte, a emergência da força e da violência surgem como condições essenciais para a atuação do príncipe no interesse do Estado. No entanto, tal violência deve ser cautelosa e apenas necessária em ocasiões específicas, ou seja, respeitando à devida ocasião, como foi




discutido acima. Desta sorte, segundo nossa hipótese, estamos diante de uma tecnologia de poder, a qual faz da visão o princípio máximo do atuar do príncipe. Trata-se, em última instância, da ideia de vigilância e controle, notadamente pelo fato do outro ser sempre um enigma para os que governam (DE LA FLOR, 2005).

Como discutimos acima, a partir de Simmel, o conflito apresenta uma certa função unificadora, a qual produz interações sociais que procuram, artificialmente, tornar latente as disputas e competições oriundas de um determinada “sociação”. Desta sorte, a própria sociabilidade é uma forma lúdica de “sociação”, a qual procura abrandar, através de uma relação formal, os atritos materiais (SIMMEL, 2008). O sentido do tato, aqui, para Simmel, assume uma grande importância, pois se trata, a rigor, do reconhecimento da presença do outro diante de si, a qual produzirá, necessariamente, uma espécie de auto-regulação (SIMMEL, 2008). É importante ressaltar, que a afirmação acerca da nova visão a respeito das estruturas de sociabilidade nas convenções letradas dos séculos XVI e XVII, a qual foi suscitada por uma reformulação acerca do político, não significa, contudo, a crença da inexistência de conflitos no espaço de sociabilidade produzidas nas letras humanistas.

Como é possível notar, todo espaço de sociabilidade é um processo artificial de tentativa de dirimir os conflitos dados. Por conseguinte, trata-se, aqui de perceber que no discurso político seiscentista, observamos um destaque maior desses conflitos, os quais não têm nenhuma relação como uma possível debilidade na forma de sociabilidade que, porventura, não tivesse sido capaz de pôr em latência estes conflitos, mas sim no surgimento de outras formas de jogo social. Há, aqui, segundo tal concepção, o reconhecimento de que a sociabilidade pode ser fruto de conflitos. Não acreditamos, como quis, por exemplo, Claude Lévi-Strauss, que as trocas sejam formas de pacificação dos conflitos (LÉVI-STRAUSS, 1982). Neste sentido, ainda que seja necessário ter o cuidado de perceber as devidas particularidades do seu discurso, nos parece mais salutar a concepção de Pierre Clastres, a qual afirma a positividade da guerra em determinadas “sociedades primitivas”. Segundo tal perspectiva, as trocas eram oriundas dos conflitos e, portanto, não procuravam resolvê-las, mas sim acabavam por endossá-las (CLASTRES, 2014). Trata-se, a rigor, de apontar a capacidade que a guerra tem em produzir sociabilidade.

Segundo Elias, o processo de civilização nunca está completo, ao passo que sempre está marcado pela tensão entre a pacificação e a violência (ELIAS, 1997). Essa tensão nos séculos XVI e XVII, por sua vez, foi caracterizada pela afirmação da Monarquia no contexto




européu da época, a qual procurava, através das redes clientelares, fazer da coação imposta uma autocoação por parte dos súditos. É escusado falar que não afirmamos, aqui, que o poder político se concentre na mão do poder monárquico. Com efeito, como já demonstrou importantes historiadores, o poder no chamado Antigo Regime estava disperso em múltiplas células sociais (pluralismo jurídico), de sorte que cada unidade jurisdicional possuía a sua capacidade de fazer leis e estatutos (*iurisdictio*), os quais deveriam ser respeitados, disputados e negociados pelo monarca (HESPANHA, 2004).

Desta sorte, desenvolveu-se certa justificação da atuação do Estado por parte de alguns tratadistas que procuraram produzir uma *ratio status* diante de um mundo conflituoso. É o caso de Gabriel Naudé em sua obra *Considerations politiques surlescoups d'État*, publicado em 1634, a qual nos ajuda a compreender diversos aspectos da linguagem política que se desenvolve na tratadística seiscentista. Para Naudé, a sociedade se apresenta de forma extremamente negativa, uma mera justaposição de indivíduos, o qual chama de “populacho” (NAUDÉ, 1964). No que se refere à Corte, por exemplo, afirma: “*es el lugar del mundo en que se dicen y hacen más tonterías, en que las amistasesson más caprichosas e interesadas, los hombres más falsos, los señores menos aficionados a sus servidores y la fortuna más loca y ciega*”(NAUDÉ, 1964,p.261). Diante destes fatos, é necessário, por sua vez, que o príncipe e seus ministros usem de instrumentos para sanar esses problemas. Aqui, estamos no cerne da defesa, por parte do tratadista, do instrumento do Golpe de Estado, a qual necessita de uma justiça artificial, política, à parte da que chama de natural (NAUDÉ, 1964).

Assim, o Golpe de Estado, uma ação que se caracteriza por ser um segredo de Estado, algo da ordem e exclusivo de quem governa, a qual necessita da dissimulação em sua atuação, é, segundo Naudé, um dos pontos mais dignos da política, diante de discursos banais sobre a religião, a justiça, a clemência e outras ações virtuosas, os quais se afastam da necessária ação política (NAUDÉ, 1964). Como é possível perceber, para determinados tratadistas do século XVII, dentre os quais citados Naudé e Gracián, a política é vista como algo artificial, um produto da ação humana.


Segundo esta perspectiva, no mundo das sociabilidades políticas dos séculos XVI e XVII, cumpre o uso da artificialidade como mecanismo de ação prudente. Vale lembrar, todavia, que não acreditamos, diante do que foi até aqui exposto, que a discussão acerca da razão de Estado, na tratadística seiscentista permite pensar em uma ordem natural acerca do político. Ainda que, em certa dimensão, seja possível observar uma ordem hierárquica e corporativa



nos escritos de diversos tratadistas, não acreditamos, todavia, que seja possível afirmar uma naturalidade ontológica da estrutura social, a qual articulasse, necessariamente, um determinado *officium* a um *status* (HESPANHA, 1982). Segundo Antônio Manuel Hespanha, a concepção corporativa da sociedade, a qual caracterizava o Antigo Regime para o historiador português, deveria ser pensado como uma ordem natural, assegurado na Criação, que concedia a cada um o seu devido lugar (HESPANHA, 2005). Segundo tal perspectiva, somente quando se afirmou o paradigma individualista, a qual encontra sua genealogia no voluntarismo nominalista de Guilherme d'Occam, é que se torna possível a dissolução de uma ordem natural corporativa a respeito do social (HESPANHA, 2005). Para Hespanha, esse processo, por seu turno, só foi possível a partir da laicização da concepção social e política.

Nos parece, por sua vez, um pouco apressada essa afirmação de Hespanha. A estruturação de uma ordem do mundo abstraindo uma suposta inexistência de Deus não significaria, segundo nossa concepção, um processo de laicização. A questão era muito mais da necessidade de um recurso tático diante das imperfeições do mundo, do que, propriamente, um afastamento da dimensão teológica. Por conseguinte, este acento no indivíduo e, por seu turno, em suas evidências racionais e sua vontade, traduz, em última instância, não um processo de laicização, mas sim a adesão a uma outra concepção de metafísica, a qual está fundada no neoplatonismo e no hermetismo. Esta metafísica neoplatônico-hermética combina-se, é verdade, com princípios da metafísica aristotélico-tomista, mas, por outro lado, acarreta em um novo olhar do lugar do indivíduo na ordem do mundo. Esta noção, por sua vez, também se relaciona à visão acerca da Criação esposada por Guilherme d'Occam, mas, diferentemente do que afirmou Hespanha, não acreditamos que tal concepção só tenha se afirmado a partir de um suposto processo de laicização no século XVII.

Segundo Hans Blumenberg, em Ockham, a Criação não é vista como mera cópia de uma dimensão cosmológica. Assim, não há uma repetição de um universal no plano individual (BLUMENBERG, 2008). Para Blumenberg, a distinção de Ockham entre a *potentia absoluta* e a *potentia ordinata* questiona, por sua vez, a existência de uma ordem natural dada, a qual necessariamente as ações humanas seriam uma espécie de reflexo. Desta feita, a vontade de Deus só pode ser evocada pela *potentia ordinata*, pois somente está relacionada à Revelação. Em contrapartida, a *potentia absoluta* está reduzida a uma ordem única e exclusivamente suposta pelo homem (BLUMENBERG, 2008).



Este homem, por seu turno, está preso ao reconhecimento de sua própria contingência, a qual encontra apenas em sua razão a instância auxiliar de ação no mundo. Contudo, esta razão já está fadada a ser insuficiente dada à complexidade e as múltiplas possibilidades de ser no mundo (BLUMENBERG, 2008). A afirmação da razão humana na modernidade, segundo Blumenberg, é, neste sentido, também o destaque de sua perplexidade diante deste mundo (BLUMENBERG, 2008). Neste sentido, a “abstenção teórica” mobilizada por Descartes na primeira meditação das *Meditações Metafísicas*, a qual através da dúvida hiperbólica procurou pôr entre parênteses os corpos, a fim de destruir todas as antigas opiniões, inclusive da própria matemática (DESCARTES, 2005), é uma marca dessa independência do humano em relação a uma ordem dada e a afirmação de um método próprio de leitura do mundo (BLUMENBERG, 2008). No entanto, a busca de proposições indubitáveis, os quais produziram algumas certezas, como é o caso do *cogito* na segunda meditação (DESCARTES, 2005), pressupõem, na quinta meditação, algo que escapa a própria racionalidade humana, no caso, a existência da ideia inata de Deus (DESCARTES, 2005). Como sugere Blumenberg, a exigência da certeza na construção da ciência, a qual Descartes persegue no início das meditações não pode, de fato, ser cumprida pelo filósofo (BLUMENBERG, 2008).

Ao que parece, diversos tratadistas dos séculos XVI e XVII também se encontra mergulhado nesta perplexidade. Trata-se, em última instância, do drama humano do livre arbítrio, a qual reconhece que o destino do homem depende de suas escolhas racionais. A discussão sobre a razão de Estado em Gracián, a qual destaca o papel do conflito, da guerra e da miserabilidade humana, como tentamos mostrar aqui, necessita, por sua vez, de um método estritamente humano para a ação política. Neste mundo hostil e contingente, segundo esta lógica, cabe ao homem buscar meios próprios de sobrevivência que são independentes de uma justiça moral. A ideia de guerra e conflito, aqui, emergem como temáticas presentes nas metáforas políticas mobilizadas pelos tratadistas dos séculos XVI e XVII que pensaram a temática da razão de Estado.

BIBLIOGRAFIA

BLUMENBERG, Hans. *La legitimación de la edad moderna*. Valência: Pré-Textos, 2008.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência. Pesquisas de antropologia política*. São Paulo. Cosac Naify, 2014.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DE LA FLOR, Fernando. **Mundo simbólico. Poética, política y teúrgica en el Barroco hispano**. Madrid, Akal, 2012.

_____. **Pasiones frías. Secreto y disimulación en el barroco hispano**. Madrid: Marcial Pons, 2005.

ELIAS, Norbert. Os Alemães. **A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GRACIÁN, Baltasar. **EL Crítico**. Madrid: Ediciones Catedra, 2001.

GUICCIARDINI, Francesco. **Écrits politiques**. Paris: PUF, 1997.

HESPAÑA, António Manuel. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: coletânea de textos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

_____. **Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio**. Florianópolis. Fundação Boiteux, 2005.

_____. **História das instituições: épocas medieval e moderna**. Coimbra: Almedina, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NAUDÉ, Gabriel. **Consideraciones Políticas Sobre los Golpes de Estado**. Caracas: Instituto de Estudios Políticos, 1964.

PLAUTO. Amphitruo. Asinaria. Aulularia. Bacchides. Roma: Newton Compton Editori, 1992.

RODRIGUES, Rui Luís. **Dissimular para expandir as conquistas: o império ultramarino português em Damião de Góis**. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra. (Org.). "Maquiavel no Brasil: Dos descobrimentos ao século XXI". 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SEHELLART, Michel. **Machiavelisme et raison d'Etat : XIIe - XVIIIe siècle**. Paris: PUF, 1989.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia. Indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. **Sociologia. Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho**. São Paulo: Ática, 1983.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. **Timoneiros: Retórica, Prudência e História Em Maquiavel e Guicciardini**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2010.

VIROLI, Maurizio. **De la política a la razón de Estado. La adquisición y transformación del lenguaje político (1250-1600)**. Madrid: Ediciones Akal, 2009.



CAPÍTULO 21

O GENOCÍDIO DE RUANDA E A BIOPOLÍTICA DE FOUCAULT

Diogo Luiz Lima Augusto, doutorando em História Social da Cultura, PUC-Rio e Mestre, História Social, UFRJ


Resumo

Neste ensaio vamos analisar o genocídio em Ruanda ocorrido em 1994 à luz do conceito de biopolítica conforme esposto pelo filósofo francês Michel Foucault. Trata-se, aqui, de procurar compreender as questões subjacentes ao ato de violência mobilizado a partir do protagonismo da máquina burocrática do Estado. O caso de Ruanda é, segundo nossa hipótese, sintomático de um processo longo que desenvolveu uma nova tecnologia de poder a partir do século XVIII.

Palavras-chave: Ruanda; Genocídio; Biopolítica; Foucault

Entender o caso ruandês sob a ótica do biopoder de Michel Foucault é inserir o genocídio em Ruanda, ocorrido em 1994, e que vitimou mais de 800 mil membros da comunidade minoritária tutsi, numa lógica intrínseca ao desenvolvimento da sociedade moderna; uma sociedade, como nos explicita Max Weber, na qual a racionalidade rege as diferentes esferas da atividade social (WEBER, 2002). Com outras palavras, o conjunto das atividades sociais se liberta do domínio da tradição ou do sagrado para se definir em função de uma lógica própria que impera a eficiência e o cálculo.

A noção de biopolítica aparece em Foucault a partir de 1974 (pela primeira vez em “O Nascimento da Medicina Social”, conferência pronunciada na UERJ) e encontra uma análise mais extensa em seus cursos no *Collège de France* (“Em Defesa da Sociedade”; “Segurança, Território e população”; “Nascimento da Biopolítica”). No livro “Em Defesa da Sociedade”, Michel Foucault vai nos explicitar uma “tomada de poder sobre o homem vivo, uma espécie de Estatização do biológico” (FOUCAULT, 2005, p.285-286), para caracterizar a biopolítica. Isto é, o biopoder demarca, segundo esta perspectiva, o momento em que a vida passou a se constituir em um elemento político que deve ser cuidadosamente administrado, calculado, gerido, regado e normatizado por políticas estatais. Ao discorrer sobre o nascimento da biopolítica, Michel Foucault nos elucida acerca do próprio nascimento do “racismo de




Estado”, elemento intrínseco aquilo que Foucault chamou de uma nova “tecnologia de poder” surgida na segunda metade do século XVIII (REVEL, 2006). Como veremos, o “racismo de Estado” é um elemento legitimador da atuação da nova forma de se conceber o poder.

Essa nova “tecnologia do poder” é precedida por uma técnica de poder, a qual é essencialmente centrada no corpo, notadamente no corpo individual. Trata-se de uma técnica de poder, surgida no XVIII, a qual está fundamentada, segundo Foucault, na máxima “fazer morrer e deixar viver” (FOUCAULT, 2005). Do ponto de vista da teoria da soberania desenvolvida nesta época, por causa do soberano o súdito tem direito a vida, todavia, tal direito é assegurado por uma característica do poder soberano que é o “fazer morrer”. Em outros termos, é pelo fato de o soberano ter o direito de matar que seu poder é sentido sobre a vida. Como já explicitado, na segunda metade do século XVIII emerge uma nova tecnologia de poder, uma tecnologia que não exclui a primeira tecnologia de poder – a “tecnologia disciplinar” -, mas que a integra e que graças a tecnologia disciplinar tornou-se possível (DUARTE, 2015).

Desta feita, a técnica de poder anterior, poder disciplinar, rege a multiplicidade dos homens que deve redundar em corpos individuais. Na tecnologia disciplinar a preocupação é “homem-corpo”, diferente da nova tecnologia preocupada com o “homem-espécie”, é nessa preocupação que emerge o conceito da “biopolítica da espécie humana”. Logo, a questão não é apenas governar os indivíduos, através de certo número de poderes disciplinares, mas também o conjunto dos seres vivos constituídos em populações. Através dessa preocupação com a vida temos a passagem da disciplina para a regulamentação; é a passagem do “fazer morrer e deixar viver” da soberania para o “fazer viver e deixar morrer” da regulamentação. Desta feita, uma nova tecnologia de poder, a qual vai buscar intervir para fazer viver, constitui-se (DUARTE, 2015).

No entanto, como o fazer viver pode deixar morrer, está pressuposto um elemento de legitimação que é o “racismo de Estado”. Foucault nos elucidava que o conceito artificial de “raça”, o racismo, fragmenta a vida, o biológico, que tal tecnologia se incumbiu. O conceito de raça permite ao biopoder subdividir a espécie em subgrupos, estabelece um corte em relação aquele que deve morrer e aquele que deve viver. A morte do que deve morrer é a condição precípua para que a vida do que deve viver seja plena. Assim, Foucault descobre que o cuidado purificador com a vida, traz consigo, de maneira necessária, a exigência da morte




em massa (FOUCAULT, 2005). Desta sorte, não há um paradoxo no poder de matar milhões para garantir as melhores condições vitais possíveis.

Utilizar o conceito de biopolítica de Michel Foucault para analisar o genocídio, segundo nossa hipótese, pode ser uma tarefa muito profícua, pois o próprio Foucault nos mostrou que o Holocausto foi um momento de ênfase da tecnologia do biopoder (FOUCAULT, 2005). Partindo desta premissa, em diversos aspectos podemos relacionar o genocídio de Ruanda com o Holocausto. As mesmas condições que possibilitaram o Holocausto estavam presentes no genocídio em Ruanda, e tais aspectos, em última instância, ainda estão presentes na sociedade contemporânea, como nos lembra Zygmunt Bauman (BAUMAN, 1998). Assim, da mesma forma que podemos analisar o Holocausto sobre a ótica da biopolítica, podemos analisar o caso de Ruanda sob tal viés, acima de tudo, com o objetivo de compreender a sociedade contemporânea.

A Ruanda pré-colonial era um país de muitas divisões sociais, tribais, na qual as monarquias distribuíam privilégios e riquezas de maneira articulada. Todavia, os colonizadores, inicialmente alemães e depois belgas, tiveram grande responsabilidade na divisão do País em dois grupos rivais - os Tutsis e os Hutus. Os colonizadores distribuíram privilégios e cargos de comando apenas a uma estreita elite dos tutsis, despertando um descontentamento crescente nos excluídos dessa elite que pouco a pouco formou o grupo social denominado Hutu. Vale lembrar que os pigmeus – twás também eram excluídos. Desta feita, entendemos o caso de 1962, no qual os Hutus foram colocados no poder por uma revolta camponesa que derrubou a aristocracia tutsi e aboliram as relações servis que os hutus não suportavam mais. A partir de tal acontecimento observamos uma marginalização do tutsi que era visto como um indivíduo pérfido, conspirador, especulador, que jamais poderia ser confiável. O golpe de Estado do major hutu Juvenal Habyarimana vai reforçar essa visão. O objetivo era cada vez mais isolar o tutsi, assim, foi decretado o confisco de bens, assim como foram adotadas medidas de exclusão no programa político do governo, no qual evocava a necessidade da morte dos tutsis para o bom funcionamento da sociedade (GOUREVITCH, 2006).

Entre 24 e 28/12 de 1963, 14mil tutsis foram mortos e 250 mil fugiram do país. Sob o presidente Habyarimana (de origem congoleza), Ruanda é regulada de forma mais rígida. Promoção de medidas como a proibição de casamentos mistos para os membros das forças armadas foram comuns durante a década 1960. Muitos tutsis, para escapar a perseguição,




falsificavam os documentos, pois caso seu vizinho não o identificasse era relativamente simples, pois acima da aparência ou dos critérios, bastava comporta-se como um hutu radical com discursos virulentos e perseguição ao outro. Uma prática muito utilizada foram os assassinatos de políticos tutsis e hutus moderados. Farsas, pretextos e escaramuças foram inventados para justificar as matanças. A mídia, por meio do rádio e jornal, promoveu a retórica do hutuísmo, isto é, a supremacia hutu (GOUREVITCH, 2006).

Houve tentativas diplomáticas de resolução dessas questões, entretanto vários aspectos contribuíram para o fracasso de qualquer acordo. Pode-se dizer que ocorriam muitas discordâncias que protelavam ações mais contundentes. Em determinado momento, foi sugerida a importante ação de eliminar a diferenciação étnica pelo documento de identidade. Em Ruanda, contudo, as condições ficavam mais difíceis para os tutsis (MOGHALU, 2005). Assim pode-se resumir as ações do governo Habyarimana, conforme dito anteriormente:

- Uso de pretextos e escaramuças fictícias com os rebeldes tutsis a fim de justificar suas opressões perante a opinião pública nacional (hutus e tutsis) e internacional para cooptar aliados;
- Burocracia, documentação, alijamento dos tutsis de cargos públicos e direitos de cidadania;
- Eliminação de opositores e os possíveis por meio de acidentes e assassinatos (genocídio dos tutsis).

Desta feita, observamos um forjamento burocrático de divisão social, desde da identificação no documento de 1932 que teve como meta regulamentar a sociedade. Após 1962 é cada vez mais enfatizada a necessidade da morte dos tutsis. O Estado vê o tutsi como inimigo social, o qual deve ser exterminado, pois suas características pérfidas e negativas, segundo esta perspectiva, são transmitidas hereditariamente. Logo, para purificar a população, segundo esta lógica, foi defendida a extinção de tal etnia forjada, os tutsis. Caso um dos pais sejam tutsis, os filhos são considerados igualmente tutsis, independentemente de ter uma mãe ou um pai Hutu, logo, tais filhos devem morrer, pois representa o florescimento da “raça” ruim (MOGHALU, 2005).

Note que o genocídio não é o objetivo. Com efeito, é uma ferramenta para atingir um outro objetivo. Qualquer prática burocrática de assassinato em massa é genocídio. Os tutsis de Ruanda não pareciam se envolver em política, porquanto os que eram mais engajados se




tornaram refugiados ou foram assassinados assim como os hutus moderados. A mídia do poder hutu, contudo, incutia termos que impulsionavam o ódio e lembravam a opressão sofrida nos tempos coloniais (HATZFELD, 2005)

Desta sorte, observamos, nesse contexto de 1962, intensificado com o golpe militar de 1973, aquilo que Michel Foucault denominou de “bio-regulamentação” pelo Estado, ou seja, mecanismos regulamentadores que primam pela organização da população (FOUCAULT, 2005), ou seja, em nosso contexto, pela organização da comunidade hutu. Essa estruturação ganharia contornos mais dramáticos aos longos dos anos, o que culminou no massacre sofrido pelos tutsis em 1994. Assim, defendendo a vida da comunidade hutu, nos discursos do governo, era explicitado a necessidade do extermínio dos tutsis, porquanto estes últimos serem considerados inimigos dos hutus (MOGHALU, 2005). A partir do relato dos algozes, transmitidos no livro de Jean Hatzfeld “Uma Temporada de Facões, relatos do genocídio de Ruanda”, podemos perceber a construção de tal discurso:

“Joseph- Desiré: “Desde de 1992, todos os programas dos Hutus propunham matanças dos Tutsis. eram meticulosos e fundamentados. Eram lidos nos comícios, calorosamente aplaudido pela platéia. Eram repetidos nos rádios, sobretudo depois do Acordo de Arusha, todo mundo podia conhecê-los e entendê-los, principalmente os brancos e os tutsis” (HATZFELD, 2005, p.197).

“Em 1991, depois dos primeiros ataques dos rebeldes de Uganda, nos jornais militares o Tutsi era apontado como o inimigo natural do Hutu que precisava ser eliminado definitivamente (...) com o tempo, o alvo foi sendo pouco a pouco difundido nas estações de rádio. nas reuniões políticas, ensinavam-nos a não mais dividir os terrenos ou os bens com os Tutsis ...” (HATZFELD, 2005, p.199).

Logo, o “racismo de Estado” explicitado por Michel Foucault, o qual seleciona aqueles que devem morrer e os que devem viver, foi construído a partir de relações burocráticas. Antes de prosseguir com a análise da atuação do governo ruandês, é necessário elucidarmos o que são relações burocráticas, utilizando a concepção weberiana, para entender a própria lógica do biopoder e do genocídio ruandês. Max Weber nos aponta que o tipo mais puro de dominação legal é a dominação por meio da direção administrativa burocrática, a qual marca o processo de racionalização das diferentes esferas da vida social. Segundo esta perspectiva, o funcionamento burocrático se inscreve no quadro de uma regulamentação impessoal. O poder, aqui, se funde sobre a “competência” e não sobre o costume ou a força; A execução das tarefas se divide em funções especializadas com diretrizes metodicamente definidas. Os atos são regulados por critérios objetivos e calculados (WEBER, 2002). Como nos explicita Zygmunt Bauman, os casos modernos de genocídio são marcados, justamente, por essa ação racional burocratizada:




“o assassinio em massa contemporâneo caracteriza-se, por um lado, pela ausência quase absoluta de espontaneidade e, por outro, pelo predomínio de um projeto cuidadosamente calculado e racional (...) o genocídio realmente moderno é diferente. É genocídio com um propósito(...) o genocídio moderno é um elemento de engenharia social, que visa produzir uma ordem social conforme um projeto de sociedade perfeita” (BAUMAN,1998, p.144-45).

Assim, matar os tutsis estava inserido dentro de um projeto de sociedade hutu. A morte dos tutsis era o meio de criar tal sociedade que se acreditava perfeita com a extinção destes últimos. O genocídio moderno, acima de tudo, segundo esta lógica, não é uma tarefa de destruição, mas de construção social, representa, em última análise, uma preocupação com o desenvolvimento de um grupo social (POWER, 2004). Como nos elucida Foucault:

“ a preocupação com as relações entre a espécie humana, os seres humanos enquanto espécie, enquanto seres vivos e seu meio, seu meio de existência (...) é da natalidade, da mortalidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção do seu poder (...) a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema do poder”(FOUCAULT,2005,192-93).

O tutsi é um acidente que deve ser corrigido pelo poder, pois é necessário para fazer viver a comunidade hutu, para abundar a vida do hutu. Logo, cumpre ao Estado intervir para fazer viver, controlando seus acidentes, suas eventualidades, assumindo uma postura marcada pelo cálculo, previsibilidade e racionalidade, típicos da administração burocrática. A administração burocrática, imbuída de uma racionalidade aos últimos extremos, desumaniza seus atos, assim, os tutsis não são mais que um problema biológico, como um peste que deve ser erradicada. Desta feita, entendemos a chamada “mídia do ódio” que desumaniza os tutsis os denominando de baratas, insetos que incomodam o bom funcionamento da sociedade (HATZFELD, 2005).

Para Hatzfeld o genocídio de Ruanda é um “genocídio de vizinhança”. Muitos tutsis faziam parte do círculo de amizade dos hutus nessas comunidades agrícolas. Muitos hutus apesar de crescerem ouvindo que os hutus eram seres perversos, e apesar até de, muitas vezes, terem certa desconfiança, em virtude dos discursos do governo e dos mais velhos, não apresentavam um ódio imenso a ponto de se lançar a uma matança aos tutsis, como a ocorrida na década de 1960 e 1970 e, especialmente, a de 1994. Desta sorte, Hatzfeld utiliza o conceito de “genocídio de vizinhança”, justamente para explicitar que Ruanda era um grande vilarejo no qual todos se conheciam, e de certa forma, mantinham uma certa amizade, bebiam e jogavam bola juntos, ou seja, compartilhavam diversas situações que uniam tutsis e hutus no cotidiano (HATZFELD, 2005). Dessa forma, o que explicaria o Genocídio de 1994? Será que algum ressentimento histórico, oriundo dos tempos coloniais, ainda seria a razão pela qual o



genocídio foi possível? Ao que parece não podemos caminhar por esta seara, especialmente partindo do pressuposto da existência de diversas situações de proximidade entre hutus e tutsis.

Decerto, a própria familiaridade entre tutsis e hutus, e certa ausência de ódio, explique a natureza da situação. Com efeito, o genocídio em Ruanda, hipótese que sustentamos neste ensaio, está inserido em uma lógica burocrática de Estado e da biopolítica do poder conforme explicado por Foucault. Desta sorte, para executar o assassinato em massa dos tutsis não era preciso mobilizar o sentimento, mas sim aspectos mecânicos e racionais em prol da vida da comunidade hutu. É verdade, contudo, que parte da mídia, em apoio aos hutus, procurava incentivar certa visão negativa pelos tutsis, mas sua razão, segundo esta lógica, se assentava em aspectos burocráticos. Não importava, portanto, se muitos hutus mantinham uma certa amizade com os tutsis, pois não é uma relação positiva, pois os tutsis são seres inferiores que prejudicam o projeto de sociedade da comunidade hutu. Como observamos através do livro de Hatzfeld, de fato, muitos dos algozes não alimentavam um ódio em relação aos tutsis:

“Pio - Talvez não detestássemos todos os tutsis, sobretudo os nossos vizinhos; talvez não os olhássemos como inimigos malignos” (HATZFELD, 2005, p. 240).


“Pancrace - havia estações de rádio que repetiam desde 1992 que tínhamos de matar todos os tutsis; havia a raiva depois da morte do presidente e o medo de sermos dominados pelos Inkotnyi. Mas não vejo nenhum ódio em nada disso.” (HATZFELD, 2005, p.241)

“Adalbert- Há pessoas, como eu, que falavam mal dos tutsis correntemente (...) nós os chamávamos de arrogantes, de afetados ou até de pérfidos. Mas praticamente não víamos arrogância...” (HATZFELD, 2005, p.243).

Como nos aponta Michel Foucault, para entender a atuação da bio-regulamentação do Estado, conceito que mobilizamos acima, não se deve pensar o racismo de Estado apenas pelo desprezo e o ódio das raças umas pelas outras, mas sim como um projeto maior que visa a criação de uma sociedade plena sem as “raças” inferiores, como os tutsis em Ruanda:

“... estamos, no fundo muito longe de um racismo que seria simples e tradicionalmente, desprezo e ódio das raças umas pelas outras (...) a especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentira do poder. Está ligado a técnica do poder, à tecnologia do poder (...) Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2005,308-09).

Desta feita, “o racismo de Estado”, sendo um meio de alcançar a sociedade desejada, utiliza a biopolítica e o antigo poder soberano do direito do fazer morrer. Em outros termos, articula a norma disciplinar e a norma de regulamentação (DUARTE, 2015). O racismo é a legitimação da seleção do que deve morrer. Desta sorte, observamos que temos o



enraizamento da tecnologia disciplinar e a tecnologia bio-regulamentadora. Ou seja, um projeto social que une as duas tecnologias de poder.

Assim, compreender o genocídio de Ruanda sob a ótica da biopolítica é compreender a sociedade moderna, direcionada por uma atuação, na qual o Estado acima de tudo busca a eficiência nos seus atos, a previsibilidade e cálculo. Analisar o Genocídio de Ruanda pela lógica do biopoder é também compreender um estilo de vida, que busca enriquecer o viver, mesmo que necessite que um grupo seja extinto. Entender o genocídio moderno é compreender que os mesmos aspectos que possibilitaram o Holocausto e o Genocídio de Ruanda estão presentes na sociedade, assim, temos todas as condições para que um novo Genocídio ocorra. Tal assunto merece e deve ser constantemente discutido e analisado no meio acadêmico, mas não apenas um estudo que fique prezo as paredes das universidades, mas sim que possamos cada vez mais compreender a lógica dos genocídios e, assim, evitar que outros ocorram.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar EDITOR, 1998.

DUARTE, A. M. **Biopolítica e Soberania em Foucault: uma resposta às críticas de Agamben e Esposito**. In: Guilherme Castelo Branco; Helton Adverse. (Org.). *Clássicos e Contemporâneos em Filosofia Política*. 1ed. Rio de Janeiro: Relicário, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HATZFELD, Jean. **Uma Temporada de Facões, Relatos do Genocídio em Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

POWER, Samantha. **Genocídio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REVEL, Judith. **Nas origens do biopolítico: de Vigiar e Punir ao pensamento da atualidade**. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter Omar. *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

CAPÍTULO 22

A RENDA RENASCENÇA E OS ENREDAMENTOS DE SUA ABSORÇÃO NO MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL DA MODA

Fabiana de Miranda Silva, UEPB

RESUMO

O artigo percorre um caminho reflexivo direcionado ao trabalho de produção e comercialização da Renda Renascença realizada pelas rendeiras da região do Cariri Ocidental da Paraíba. Discute a questão levando-se em conta as dificuldades de comercialização e aceitação do produto tendo em vista vivermos em uma economia globalizada que atende aos anseios e determinações do capitalismo. A metodologia teve como pressupostos para sua realização um trabalho de exploração bibliográfica, tendo como fontes de pesquisa artigos, dissertações, assim como também os recursos da Web, a partir da consulta de sites que tratam do tema, tendo como objetivo, desvendar, recolher e analisar informações e conhecimentos sobre o assunto.


PALAVRAS CHAVE: Renda Renascença, Moda, Mercado, Capitalismo, Desenvolvimento.

Introdução

O Brasil é a quinta maior indústria têxtil do mundo, a quarta de malhas e a segunda de jeans, segundo dados da Abit³⁵ (Associação Brasileira de Indústria Têxtil e Confecção). Essas posições tornam urgente a inserção da mão de obra brasileira em passarelas e nas feiras internacionais. É o que destaca Pedro Diniz, colunista da Folha de S. Paulo, em uma matéria por ele escrita em outubro de dois mil e quinze, onde protagonistas da moda comemoraram vinte anos de existência do São Paulo Fashion Week³⁶, evento de moda que acontece anualmente naquela capital. E o fizeram discutindo a mão de obra artesanal, o valor do artesanato local, com o tema: do princípio ao início. A partir da afirmação feita pelo colunista, podemos nos questionar e refletir acerca da participação do produto têxtil nacional, nesse caso o artesanal, no mercado nacional e internacional, enquanto possibilidade de desenvolvimento regional. E nesse sentido, destacaremos de forma específica um produto artesanal: a Renda Renascença.

³⁵ Disponível em http://www.abit.org.br/conteudo/links/publicacoes/cartilha_rtcc.pdf Acesso: 24/07/2017

³⁶ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/10/1694841-protagonistas-da-moda-discutem-mao-de-obra-artesanal-nos-20-anos-de-spfw.shtml> Acesso: 06/12/2016



A renda Renascença é uma atividade artesanal e uma técnica têxtil que teve sua origem no século XVI, provavelmente na Itália, e foi introduzida no Brasil pelas mãos das mulheres dos colonizadores, passando a fazer parte das tradições rurais do Nordeste brasileiro também por influência de freiras estrangeiras que, nos conventos, ensinavam este tipo de trabalho as alunas (IPHAN, 2009, p.31). No Brasil ela é produzida na Paraíba, Pernambuco, Ceará, Sergipe e Bahia. Na Paraíba é produzida no Cariri Paraibano, nos municípios de Monteiro³⁷, Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Sumé, Prata, Congo e Zabelê.

A Renda Renascença. Um Mercado em Expansão?

No entanto, o que nos chamou mais atenção recentemente, principalmente a partir da primeira década do século XXI, foi a crescente procura e “valorização” do produto por estilistas brasileiros como Ronaldo Fraga³⁸ e Fernanda Yamamoto³⁹, por exemplo, aliado a forma como todo o processo acontece, desde o que possibilita o contato inicial entre as artesãs e estilistas, ou seja, as parcerias, até a finalização das peças e sua exposição nas passarelas da moda. A renda, como matéria prima para criação de coleções para os desfiles na semana de moda no Fashion Week, o maior evento de moda do Brasil, inclusive com a presença e participação das próprias artesãs nos desfiles de ambos, ficando evidente que algo diferente vem acontecendo. Fazendo-nos acreditar que estamos assistindo a uma maior absorção do produto pelo mercado capitalista globalizado. O que nos remete a Giovanni Alves quando propõe que,


Capitalismo global tornou-se a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo histórico, um largo processo histórico que percorreu pouco mais de trinta anos e nos projetou noutra dimensão espaço-temporal hoje mais clara do que nunca. Ele surgiu com a grande crise dos anos 1970 e nos implicou noutra dinâmica social capitalista cuja natureza crítica se distingue radicalmente de outras épocas históricas. (2015, p.24-25)

De acordo com a citação de Giovanni, vivemos uma dinâmica social do capitalismo que nos distingue de outras épocas, em seus aspectos econômicos, políticos, sociais. E, justamente por isso, vivemos em frequente incerteza e questionamento quanto ao que pode

³⁷FECHINE Ingrid Farias. A construção cultural e identitária das rendeiras da Associação dos artesãos de Monteiro (ASSOAM): entre o amor e a sobrevivência pela renda renascença. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, 2005, p.1-13.

³⁸ Disponível <http://www.paraibatotal.com.br/entrevistas/2014/12/02/34501-num-mundo-com-gosto-de-plastico-a-paraiba-tem-muitas-coisas-que-so-existem-aqui-com-uma-poetica-muito-propria> Acesso 06/12/2016

³⁹ Disponível em <http://paraiba.pb.gov.br/estilista-fernanda-yamamoto-abre-exposicao-com-rendeiras-paraibanas-durante-congresso-nacional-de-moda/> Acesso 06/12/2016




acontecer no futuro, um futuro que na maioria das vezes é bem próximo e pode surpreender de forma positiva ou negativa. Leonardo Mota nos reforça essa ideia ao afirmar que o "capitalismo é um sistema econômico inerentemente contraditório e instável com variações que se processam no tempo e no espaço." (2013, p. 51). Ou seja, fica claro que mesmo que o capitalismo tenha como característica marcante a instabilidade, também é importante considerar que o contexto histórico da época em que se está inserido influencia na conjuntura desse capitalismo. Esse espaço tempo diz muito do tipo de capitalismo que estamos falando, o define enquanto características, o torna singular de acordo com o contexto em que se insere. O que nos faz pensar que precisamos estar sempre a postos para enfrentar novos desafios já que segundo os dois autores citados acima ele depende muito da forma como a sociedade se organiza em determinado tempo.

Entretanto, ainda nos chama atenção, a aparente falta de conhecimento e valorização "necessária" da renda não apenas por outras regiões do país, pelo outro, o turista, mas também pelo próprio cidadão local, o sujeito da comunidade, da cidade, da região. Assim como também um "baixo" retorno financeiro para as artesãs, no sentido de não se fazer suficiente a ponto de provocar um impacto econômico mais considerável, ou representativo, digamos assim, para que possibilite uma melhor qualidade de vida das rendeiras e da região de origem de sua produção. A estilista Fernanda Yamamoto, na matéria de Pedro Diniz⁴⁰, reforça a situação ao afirmar que a absorção do artesanato está longe de ser uma constante no São Paulo Fashion Week. A situação nos instiga a reflexão com a ajuda de Zygmunt Bauman quando diz ser,

A cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra; o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção. Em geral, as políticas do Estado capitalista, "ditatorial" ou "democrático", são construídas e conduzidas *no interesse* e não *contra o interesse* dos mercados; seu efeito principal (e intencional, embora não abertamente declarado) é avaliar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do *domínio do mercado*. (2010, p.14)

Então, se considerarmos como Bauman que as políticas do Estado capitalista são construídas e conduzidas sempre no interesse dos mercados, tendo em vista a situação político-econômica que vivemos no presente, nós teremos que considerar que toda ação que exista no sentido de políticas públicas, que possam diminuir as desigualdades sociais são no mínimo necessárias, já que falamos aqui das rendeiras do Cariri que se organizam de forma simples e com poucos recursos. Pois estaremos sempre enfrentando mercados agressivos,

⁴⁰ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/10/1694841-protagonistas-da-moda-discutem-mao-de-obra-artesanal-nos-20-anos-de-spfw.shtml> Acesso: 06/12/2016



dominadores, difíceis de competir por serem fortalecidos por um aparato econômico que lhes garante estabilidade crescente, em detrimento de outros. E, como ele mesmo afirma, “quando os elefantes brigam quem paga o pato é grama”. (BAUMAN, 2010, P.13). Ou seja, somos a grama que anda sempre pagando o pato. E ainda, como complemento, segundo Pierre Bourdieu, “se a globalização é antes de tudo um mito justificador, há um caso em que ela é bem real; é o dos mercados financeiros.” (1998, p.33). Dessa forma,

O Estado é uma realidade ambígua. Não se pode dizer apenas que é um instrumento a serviço dos dominantes. Sem dúvida, o Estado não é completamente neutro, completamente independente dos dominantes, mas tem uma autonomia tanto maior quanto mais antigo ele for, quanto mais forte, quanto mais conquistas sociais importantes tiver registrado em suas estruturas etc. Ele é o lugar dos conflitos. (BOURDIEU, 1998, p.30)


Entretanto, talvez estejamos sendo pessimistas. Vamos considerar que o Estado é o lugar do conflito, das conquistas, como diz na citação acima, mas acima de tudo, também das lutas de uma sociedade em mudança que tem o poder de transformação.

Uma mão de obra única e o fomento de parcerias

E, pensando justamente nesse potencial de transformação, segundo Rafael Cervone⁴¹, presidente da Abit, a riqueza e a abundância de matérias primas, principalmente as naturais, e os conhecimentos das mais diversas técnicas de bordados, tricôs e outras que compõe o universo do artesanato, tornam a mão de obra brasileira única. Cervone deixa claro a partir de sua fala que o fato de sermos donos da matéria prima, nesse caso a têxtil, e conhecermos as técnicas da renda renascença, já nos torna singular e únicos perante outros espaços, sejam eles regional, nacional, internacional; podemos fazer a diferença. Nesse sentido, Richard Sennett em sua obra: A Cultura do Novo Capitalismo chama a atenção para um ponto interessante para essa discussão, quando diz falar dos talentos individuais; é como ele se refere ao termo Perícia. E o define como sendo uma palavra aplicada quase sempre a trabalhadores manuais, denotando a busca da qualidade na fabricação ou realização de algo. Onde se faz algo benfeito simplesmente por fazer. (2006, p.98). E conclui,

Em suma, o fantasma material da inutilidade revela um pesado drama cultural. Como tornar-se importante e útil aos olhos dos outros? A maneira clássica é a perícia, desenvolvendo algum talento especial, alguma capacidade específica. A ética da perícia vem a ser desafiada, na cultura moderna, pela fórmula alternativa do valor. (SENNETT, 2006, p.119)

⁴¹ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/10/1694841-protagonistas-da-moda-discutem-mao-de-obra-artesanal-nos-20-anos-de-spfw.shtml> Acesso: 06/12/2016



Então, a partir do que expõe o autor, considerando as rendeiras como possuidoras de um talento especial, essas mulheres tem chance sim de sentirem-se sempre útil e importante perante o outro. Para Sennett, o maior desafio consiste principalmente, na conquista por “valorização” do produto frente a um mercado que precisa atender a uma demanda de uma clientela que apresenta um conceito, digamos que volátil do que seja valor. O que ele define como cultura moderna. E esse desafio, pode ser encarado como sendo a conquista por uma maior visibilidade, valorização, divulgação e potencialização da arte da renda renascença em mercados diversos.


Sendo assim, precisamos ressaltar que atualmente as rendeiras já contam com várias associações e cooperativas. Dentre elas destacamos: a ASSOAM (Associação dos Artesãos de Monteiro), a APAZ (Associação dos Produtores de Arte de Zabelê), a ADART (Associação de Desenvolvimento dos Artesãos de São Sebastião do Umbuzeiro), a ASSOART (Associação dos Artesãos de São João do Tigre), a ASCAMP (Associação Comunitária das mulheres Produtoras de Camalaú), o Clube de mães de Camalaú e a ARRRCP⁴² (Renda Renascença do Cariri Paraibano). Associações estas que buscam principalmente fomentar a parceria e interação entre as artesãs, além da divulgação da renda. Então nos perguntamos qual a saída para esse impasse? Para Paulo Borges, empresário fundador do SPFW no Brasil, a incorporação do feito a mão pela indústria enfrenta grandes desafios. Entre eles está a profissionalização de artesãos.

E nesse sentido também destacamos a existência de políticas públicas com iniciativas de apoio e valorização da produção da renda renascença promovida pela universidade através de projetos com o intuito de promover capacitação e empoderamento, a alto estima das rendeiras. É o casodo projeto de extensão Redes, Vozes e Rendas⁴³ que tem a coordenação da professora IngridFechine, com o objetivo de divulgar as produções artísticas das rendeiras da Paraíba, envolvendo os cursos de Comunicação da UEPB com os sistemas dos grupos artesanais. Um projeto que envolve a academia e a comunidade, e está apoiado nos grupo de pesquisa “Comunicação, Memória e Cultura Popular”⁴⁴. Onde esse ano contou com a realização do segundo encontro do Redes, Vozes e Rendas, no dia 15 de julho de 2017. Onde foram entregue as rendeiras certificados de conclusão de cursos por elas finalizados por

⁴² Disponível em <http://rendeirasdemonteiro.weebly.com/arrrcp.html> Acesso: 25/07/2017

⁴³ Disponível em https://issuu.com/imprensauepb/docs/redes__vozes_e_rendas/3?e=26035876/39202284 Acesso: 25/07/2017

⁴⁴ Disponível em <http://rendeirasdemonteiro.weebly.com/> Acesso: 25/07/2017




incentivo do projeto em parceria do grupo de pesquisa “Comunicação, Memória e Cultura Popular em Monteiro”.

Outra dica de como sair desse impasse quem nos dá é Pierre Bourdieu, em sua obra *Contrafogos 2*. O autor afirma que os intelectuais e, mais precisamente, os pesquisadores podem e devem intervir no mundo político. (2001, p.36) Já que são indispensáveis as lutas sociais, podendo cumprir uma função positiva ao contribuir para um trabalho coletivo de criação política. Para ele, é aí que o intelectual coletivo pode desempenhar seu papel, insubstituível, contribuindo para criar as condições sociais de uma produção coletiva de utopias realistas. E segue,

Pode organizar ou orquestrar a pesquisa coletiva de novas formas de ação política, de novas maneiras de mobilizar e fazer trabalhar conjuntamente as pessoas mobilizadas, de novas maneiras de elaborar projetos e realiza-los em comum. Pode desempenhar um papel de parceiro dando assistência à dinâmica dos grupos de trabalho em seu esforço para exprimir, e ao mesmo tempo descobrir, o que são e o que poderiam ou deveriam ser e contribuindo na coleta e acumulação do imenso conhecimento social sobre o mundo social de que o mundo social está carregado. (BOURDIEU, 2001, p.40)

A partir do exposto por Bourdieu na citação, e da experiência do projeto *Redes, Vozes e Rendas*, e o grupo de pesquisa *Comunicação Memória e Cultura Popular*, podemos perceber que os objetivos, ações tanto do projeto como do grupo de estudos que caminham em parceria, exemplificam muito do que Bourdieu defende, principalmente quando se refere à contribuição na coleta e acumulação do imenso conhecimento social sobre o mundo social, que nesse caso é o mundo social que as rendeiras compõem. Além, é claro de organizar a pesquisa coletiva de novas formas de ação política e de trabalhar conjuntamente de forma mobilizada. Destacamos então, ações que se mostram na direção do que a academia entende como a coisa mais acertada a ser feita, no caso de Bourdieu, e ações que pessoas envolvidas no mundo dos negócios e do mercado, como Paulo Borges, também entende que seja importante a ser feito. No caso a profissionalização, capacitação. Então, sejamos positivos.

Tendo em vista, o contexto histórico e a situação política e econômica do Brasil, de forma específica, e do mundo a partir de sua política neoliberal contemporânea, não podemos nos privar de conhecer as relevantes considerações de Richard Sennett ao afirmar que “as instituições, as capacitações e os padrões de consumo mudaram. O meu ponto de vista é que essas mudanças não libertaram as pessoas.” O autor questiona o significado de capacitação, do talento, e ainda o fato de como uma pessoa ser talentosa traduzir-se em valor econômico? [...] “a economia das capacitações continua deixando a maioria para trás” [...] e “nessa



investida, passou-se a definir “capacitação” como a capacidade de fazer algo novo, em vez de depender do que já se havia aprendido” (2006, p.93).

E ainda; se considerarmos,


Combinadas, essas condições conferem ao fantasma da inutilidade, hoje em dia, uma sólida substância nas vidas de muitos, indivíduos. O puro e simples mantra da "capacitação" não pode por si só equacioná-las. Antes de procurar entender que tipo específico de capacitação poderia fazê-lo, devo estender este apanhado econômico à esfera pública. (SENNETT, 2006, p.94)

Sennett faz ricas contribuições. Primeiro ao fato de que a capacitação tenha se transformado com o tempo, segundo ele, em algo que parte de uma valorização de experiências novas, dispensando o conhecimento já adquirido de experiências de anos de trabalho. No caso das rendeiras isso é bem significativo, já que o trabalho das mesmas está completamente relacionado à história de vida de seus ancestrais, é um conhecimento que passa de uma geração para outra. O novo pode vir, a partir de novas ideias, no entanto, com uma base de aprendizado que se faz necessário buscar no início, não há como descartar a base desse aprendizado quando comparado a esse novo sentido de capacitação que o modelo econômico vigente cobra, segundo o autor, pautado em outros “valores”.

Então como enfrentar o perigo do ser inútil, ou seja, o fantasma da inutilidade como conceitua Sennett, quando se refere ao mal contemporâneo da humanidade, sentir-se inútil perante o mercado, à sociedade e até para si mesmo. Principalmente, quando “a globalização não é uma homogeneização, mas, ao contrário, é a extensão do domínio de um pequeno número de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais.” (BOURDIEU, 1998, p.33).

Os Paradoxos da globalização e as oportunidades

E nessa perspectiva é importante ressaltar que o trabalho com a renda demanda delicadeza e muito tempo para sua realização. Características que parecem está na contramão do ritmo de vida hoje, onde viver parece ser sinônimo de está o tempo todo em movimento intenso, se possível, fazer várias coisas ao mesmo tempo. Repetindo a máxima do capitalismo: tempo é dinheiro. Mas, é preciso pensar de que tempo estamos falando. Há uma medida certa para transformar o tempo em dinheiro? Qual medida desse tempo é o passaporte para o sucesso? Precisamos considerar a existência de um paradoxo nesse mundo globalizado e do capital atroz. É que a globalização, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso rápido de informação sobre e para obtenção de produtos específicos de lugares distantes, de uma geografia singular e longínqua, de culturas distantes e distintas, entre outras coisas. Também



provocaria o colapso da igualdade e a busca pelo diferente, pelo novo que cada vez mais pode agregar junto ao valor simbólico, também o econômico.

Para o empresário Paulo Borges⁴⁵, fundador do São Paulo Fashion Week, “As fronteiras da informação se estreitam tanto que a indústria ainda não conseguiu produzir e entregar o que as pessoas desejam, na velocidade que desejam. Esse é o ajuste que buscamos para o futuro da moda”. As palavras do empresário são bem significativas nesse contexto, principalmente para ressaltarmos que o produto artesanal é tratado na maioria das vezes pelo mercado nacional e internacional da moda, como um produto de luxo. E nos utilizamos desse termo para exemplificar algo que apresenta um alto valor econômico. Podemos nos perguntar, mas que produto é esse que as pessoas desejam que esteja em determinada velocidade, segundo fala do empresário? Então nos voltamos para a Renda Renascença e lembramos-nos do tempo gasto pelas rendeiras para fazê-la. E é justamente nesse sentido da fala Paulo Borges, de que existe um interesse no produto que não tem como prioridade a pressa e sim o fazer bem feito, também bem colocado por Richard Sennett, ganhando além de um valor financeiro um valor simbólico.


Sendo assim, mais uma razão para valorizarmos ainda mais essa tão singular arte de fazer⁴⁶. Para Rafael Cervone⁴⁷, presidente da Abit, ao falar do artesanato como mão de obra única do Brasil, ele afirma, “mostramos ao mundo que estamos no sentido oposto ao das commodities, isso nenhum chinês consegue fazer.” E continua, “uma macrotendência global da moda é o aspecto artesanal, seja ele obtido manualmente ou por máquinas”. Mesmo que estejamos cientes de que “pelo fato de os dominantes desse jogo serem dominados pelas regras do jogo que dominam, as do lucro, esse campo funciona como uma espécie de máquina infernal sem sujeito que impõe sua lei aos Estados e às empresas,” (BOURDIEU, 2001, p.49).

Também é importante e inegável lembrar que temos muitos fatores a favor do nosso país, do nosso povo, por que somos ricos culturalmente, a Renda é um produto singular, por isso apresenta um valor simbólico agregado, além do econômico que nesse caso acaba sendo

⁴⁵ Disponível <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/10/1694841-protagonistas-da-moda-discutem-mao-de-obra-artesanal-nos-20-anos-de-spfw.shtml> Acesso: 06/12/2016

⁴⁶ Disponível <http://paraiba.pb.gov.br/trabalho-das-rendeiras-do-cariri-atrai-celebridades-e-passarelas-do-mundo/> Acesso 06/12/2016

⁴⁷ Disponível <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/10/1694841-protagonistas-da-moda-discutem-mao-de-obra-artesanal-nos-20-anos-de-spfw.shtml> Acesso 06/12/2016



consequência, portanto teríamos subsídio bastante para impulsionar um crescimento econômico local, um desenvolvimento regional.

De acordo com a fala de Cervone nos remetemos a Celso Furtado e Liana Carleal quando destaca a importância de entender que um projeto de desenvolvimento regional deve pressupor um projeto de desenvolvimento nacional. Ou seja, é importante a existência de novos olhares e questionamentos acerca da situação presente e futura desses lugares de práticas locais e representações globais. E nesta perspectiva, entendemos, assim como Carlos Brandão, que o desenvolvimento regional significa uma missão articulada para regular o desenvolvimento em favor de maior equidade regional e social. Infelizmente não podemos desconsiderar o contexto político e econômico contemporâneo, sendo assim, se faz imprescindível pensar que,

Existe atualmente um significativo déficit de confiança, tanto nas instituições financeiras, quanto em relação aos partidos políticos e ao Estado, isto sem considerar a despolitização em massa, manobrada, sobretudo, pelos anseios da sociedade de consumo. Todavia, nunca é tarde para lembrar que as crises sempre cumprem uma dupla função de, ao mesmo tempo em que disseminam o sofrimento, também abrem portas para iniciativas originais que produzem novos modos de vida e de organização social. (MOTA, 2013 p.456)

Considerações Finais

Falar, escrever e acreditar na viabilidade de projetos que almejam e tenham como ações e objetivos de alcance um processo de desenvolvimento regional não é tarefa simples na situação atual no mundo nem no Brasil de forma particular. Vivemos e assistimos a uma crise que é política, é social, é cultural, é econômica. Uma crise de valores que se estende a tantos que até parece a todos. Que nos faz sentir vitimados quando somos partícipes, e também culpados. Somos partícipes ausentes e desnorreados.

Mas haverá uma saída, entre essa visão bipolarizada que enxerga o país e tudo em volta apenas a partir de dois lados, de um lado o branco, e do outro o preto. Há de aparecer outras cores, outras perspectivas, e a crise abrirá portas a novos modos de vida, iniciativas originais como diz a citação acima. E essas iniciativas tendem a surgir justamente de iniciativas que priorizam as parcerias, o aprendizado coletivo, a luta por conquistas mesmo tendo clareza que estas virão a partir de um período de tempo que pode variar de médio ou longo prazo. É nessa perspectiva que acreditamos que vale a pena acreditar, talvez esse seja o momento propício para a utopia.

Referências

ALVES, Giovanni. A Natureza do Capitalismo Global: As contradições do capital no século XXI. In: MOTA, Leonardo de Araújo e (org.). **Capitalismo contemporâneo: olhares multidisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

BRANDÃO, Carlos; e SIQUEIRA, Hipólita (Orgs.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CARLEIAL, Liana. **O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão**. Revista Política e Planejamento Regional (PPR), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan./jun. 2014.

FURTADO, Celso. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In: **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2013. p. 113-140.

MOTA, Leonardo de Araújo e. Capitalismo contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 1(1):51-64, out. de 2013.

MOTA, Leonardo de Araújo e; OLIVEIRA, Érika Vieira. SILVA, Flávio José Souza. Teorizando a crise financeira: Alain Tourane, Boaventura de Sousa Santos e David Harvey. **Polêmica**, v.12, n. 3, p. 448-459, jul./ago./set., 2013.

MOTA, Leonardo de Araújo e (org.). **Capitalismo Contemporâneo: olhares multidisciplinares**. Campina Grande: Eduepb, 2014.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.



CAPÍTULO 23

O FORTALECIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MEIO DO LETRAMENTO DIGITAL

Hudson Augusto Silva de Castro, Especialista em Auditoria das Organizações Públicas,
FAPEN

Fabício Borges Santa Brígida, Doutorando em Comunicação, Linguagem e Cultura,
UNAMA

RESUMO


O presente trabalho tem como objetivo discutir teoricamente as temáticas da educação, letramento e comunicação para os movimentos sociais. Parte do princípio que a educação vai além do ambiente escolar e envolvem práticas, aprendizagens e saberes diversos que estão imersos na educação não formal (GOHN, 2011; FREIRE, 2014). A metodologia utilizada foi da pesquisa e revisão bibliográfica. Evidencia-se a necessidade de entendimento das formas de resistência e organização pelos movimentos sociais frente às ações desenvolvimentista do Estado. Há ainda o Estado, sendo representado pelas políticas públicas, que se mostra em um papel de implementador de tais políticas, contudo, com o viés de ações desenvolvimentistas, resultando na atual configuração política e econômica dos governos locais (CARREIRA, 2015). Com isso, os movimentos sociais produzem saberes e aprendizados que ocorre em espaços educativos de participação social reagindo ao sistema de exclusões, interesses políticos por vezes convergentes, outras vezes divergentes desses atores sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; Comunicação; Letramento digital; Movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

Falar de escola a partir da definição física é reduzir o sentido do que se quer tratar neste trabalho. Escola na dimensão dada aqui vai além do espaço físico, dos professores e dos alunos, da educação formal. O enfoque tratado é o da escola como um campo de relações (BOURDIEU, 2014), o que engloba também a educação não-formal, trabalhando com uma concepção ampla de educação.

A produção de saberes e aprendizados ocorre em outros espaços educativos de participação social, como, por exemplo, dentro dos movimentos sociais, gerando novos saberes e aprendizados, mesmo que não somente pela formalidade da escola. Com isso há um caráter educativo das práticas desenvolvidas nos espaços a partir da participação (GOHN, 2011).



A escola é fruto da rede de relações que constroi com seus entes. Assim, é um local de pessoas, de construção da ação humana, portanto, um local de representação dessas ações, que são fruto do coletivo. Age e interage com a sociedade que a rodeia, estabelecendo uma íntima relação de trocas, sendo, ao mesmo tempo, um fator e um produto da sociedade.

A essência da comunicação ocorre no diálogo com o outro, provocando um processo de conquista entre dois interlocutores: é a conquista do mundo pelos sujeitos dialógicos (FREIRE, 2014). Em vários momentos, a comunicação se dá de forma conflituosa, “experiência do conviver” (FREIRE,2014). Mas é uma rica fonte de reciprocidade tratando-se da conquista do mundo para a libertação dos homens (FREIRE,2014).

Neste sentido, o objetivo primordial desta pesquisa, que foi elaborada a partir da consulta à literatura existente acerca dos principais temas aqui abordados, é discutir teoricamente as temáticas da educação, letramento e comunicação para os movimentos sociais.


Para a sua realização partiu-se do princípio de que a educação vai além do ambiente escolar e envolvem práticas, aprendizagens e saberes diversos que estão imersos na educação não formal (GOHN, 2011; FREIRE, 2014).

Ao se evidenciar a necessidade de entendimento das formas de resistência e organização pelos movimentos sociais frente às ações desenvolvimentista do Estado, percebeu-se que os movimentos sociais produzem saberes e aprendizados que ocorrem em espaços educativos de participação social reagindo ao sistema de exclusões e interesses políticos, que por vezes se mostram convergentes, por outras vezes divergentes aos interesses dos atores sociais presentes nos governos locais.

EDUCAÇÃO ALÉM DA ESCOLA: A COMUNICAÇÃO COMO ELEMENTO PARTICIPATIVO

A escola é uma instituição social e ao longo do tempo mantém o *status quo* estabelecido e em outros momentos promove a transformação social. Em uma visão transformadora, ela deve ser crítica e criativa. Segundo Freire (2014), é preciso ter um ambiente favorável à aprendizagem significativa, em que a relação professor-aluno ocorra sempre com diálogo, valorizando o respeito mútuo.

O diálogo dentro da perspectiva freiriana é o alicerce fundamental para que a educação seja vista como prática de liberdade. Sem diálogo não há comunicação e sem essa, a




educação. Logo, a dialogicidade é a essência do processo educacional como prática de liberdade. Para Freire (2014), não há palavra verdadeira que não seja *práxis*, ação e reflexão em interação constante, e que, ao se estabelecer o diálogo, busca-se que o homem pronuncie sua palavra. Ao pronunciar sua palavra, inicia-se a transformação do mundo, porque existir humanamente, segundo o autor, é pronunciar o mundo e modificá-lo.

A dialogicidade da educação não começa quando o educador-educando se encontra com o educando-educador em uma situação pedagógica, e sim quando o diálogo é iniciado entre as partes, bem antes, no momento em que é gerada a inquietação em todo o conteúdo do diálogo, que é tratado a partir do conteúdo programático discutido na escola.

A escola define-se pela rede de relações que desenvolve com os demais agentes sociais ou grupos de agentes que a rodeia (família, igreja, movimentos sociais, sociedade modo geral), sendo ou devendo assumir um papel nessa rede de relações, importante na formação cidadã. Essas relações são essenciais para compreender os fatores que geram aprendizagens e os valores da cultura política que vão se construindo no processo interativo. Para que a escola sobreviva às determinações do sistema dominador (o sistema vigente) é preciso entender os movimentos da sociedade contemporânea e buscar o que é específico dela. A escola sozinha não pode mudar nada, mas integrada em rede com as demais grupos sociais, poderá sim, ser a promotora do processo de conquista da liberdade do homem pela palavra. A família dentro do processo educativo é parte fundamental para que a escola possa cumprir seu papel no desenvolvimento do futuro do aluno, pois a família é a primeira comunidade de aprendizagem a que pertence.

Para Santos (2006), o mundo está cheio de conflitos provenientes da atual fase da expansão capitalista e são muitas as discussões sobre esse processo na atualidade de globalização. Considerando esse contexto, três mundos são apresentados e esses três são contidos no mundo em que se vive: a globalização mundial como fábula, como perversidade e como uma outra globalização (SANTOS, 2006).

No mundo globalizado apresentado como fábula, há um discurso hegemônico que tenta convencer de que o mundo vem-se tornando uma grande aldeia global. No entanto, essa globalização fabulosa, ou como está apresentada, está se “impondo como uma fábrica de perversidade” (SANTOS, 2006, p. 19), cujos efeitos são a concentração cada vez maior da renda e, conseqüentemente, de riqueza, desemprego em todos os níveis, o aumento da pobreza, a imposição dos padrões, ou dos mesmos padrões sociais e culturais em dimensão



global, como as mesmas músicas, roupas e comidas em todas as partes do globo. Os principais e os piores efeitos desse processo são a banalização da violência e a instalação de um sentimento de falta de esperança e de crença na possibilidade de mudança.

Apesar da perversidade apresentada, um mundo possível se apresenta “mediante uma globalização mais humana” (SANTOS, 2006, p. 20). A utilização das mesmas bases técnicas em que se apoia o capital, como a unicidade técnica e a convergência dos momentos e conhecimentos do globo, podem ser revertidas para se pensar esse mundo mais justo e solidário e servir a outros fundamentos sociais e políticos que não sejam a exploração de um mercado global.


Mais do que nunca, “ler o mundo”, como menciona Freire (2013), para romper com essa ideia fabulosamente apresentada de um mundo globalizado perfeito torna-se necessário.

A globalização se apresenta como um processo contraditório, como todos os processos de constituição histórica, podendo oportunizar novas possibilidades de desenvolvimento para o homem, mas dentro do modelo capitalista, levar a destruição desse homem e do planeta. É necessário incentivar e considerar a “leitura do mundo” para não tornar natural a perversidade imposta pela globalização capitalista.

Freire (2013, p.13) afirma que “[...] com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana”. O homem precisa, portanto, aprender a dizer sua palavra para ser agente social (BOURDIEU,2014).

O processo educativo, desenvolvido por meio da interpretação do mundo, parte de como o educando compreende a realidade e não como o educador a interpreta para esse educando. O processo todo defende o compromisso com a melhoria e transformação das condições da existência humana. A concepção de leitura como um fim em si mesmo, de uma prática alfabetizadora, somente para a decodificação de símbolos, que é importante enquanto processo de aquisição de códigos alfabéticos e numéricos, mas restringe ao sentido da concepção que Freire (2013) defende.

Para entender “a leitura de mundo”, a que Freire (2013) refere-se, é preciso ir à essência do diálogo enquanto processo gerado pela comunicação, que vai além do mundo da escrita, ocorre muitas vezes ou se inicia dentro da escola, instituição formal concebida para introduzir formalmente o indivíduo no mundo da leitura e da escrita. O processo mencionado



vai além da concepção formal, mas busca aliar-se ao processo civilizatório, participativo e com o caráter mobilizador, social e cultural.

A comunicação passou por uma considerável mudança nos últimos anos, devido às atuais transformações tecnológicas que deram origem em sistemas de informações interconectados, podendo a informação circular de forma intensa por diferentes canais, sistemas midiáticos e administrativos, criando-se assim, um fluxo intenso, devido à participação dos consumidores.

Segundo Santaella (2004), a revolução, possibilitada pelas tecnologias digitais, tem seu principal ponto de partida na computação e na possibilidade de converter qualquer informação: via texto, som, imagem ou vídeo em uma linguagem universal. Assim:


Através da digitalização e da compressão de dados que ela permite, todas as mídias podem ser traduzidas, manipuladas, armazenadas, reproduzidas e distribuídas digitalmente produzindo o fenômeno que vem sendo chamado de convergência de mídias. Fenômeno ainda mais impressionante surge da explosão no processo de distribuição e difusão da informação impulsionada pela ligação da informática com as telecomunicações que redundou nas redes de transmissão, acesso e troca de informações que hoje conectam todo o globo na constituição de novas formas de socialização e da cultura que vem sendo chamada de cultura digital ou cibercultura. (SANTAELLA, 2004, p.60).

Na atualidade, os conteúdos são híbridos, pois há fusão de novas e velhas mídias, e do cruzamento de mídias alternativas e mídias de massa. Essas junções, assistidas por múltiplos suportes, reconfiguram a relação entre as tecnologias, indústria, mercados, gêneros e públicos, caracterizando a era da convergência midiática. O entendimento de convergência para Jenkins (2009, p. 29) refere-se ao

Trânsito e ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídias, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. [...] No mundo da convergência das mídias, toda história importante é contada, toda marca é vendida e todo consumidor é cortejado por múltiplas plataformas de mídia.

Agora, a convergência é um importante ponto de referência, à medida que velhas e novas empresas tentam imaginar o futuro da indústria de entretenimento. Se o paradigma da revolução digital presumia que as novas mídias substituiriam as antigas, o emergente paradigma da convergência presume que novas e antigas mídias irão interagir de formas cada vez mais complexas.

A convergência das mídias não é somente uma mudança tecnológica, daí sua complexidade. Ela altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros



e públicos. Altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento.

Jenkins (2009) argumenta com outros dois conceitos para reafirmar a cultura emergente da convergência. São eles: inteligência coletiva e cultura participativa, que cada vez mais vem se firmando como ponto comum, quando se fala em convergência, como uma métrica proporcional a integração das mídias.

Devido à intensidade, rapidez e o processamento das informações, não é possível mais abraçar tudo, pois “tudo”, tornou-se algo infinito. Agora há necessidade de uma filtragem, uma organização, uma hierarquização, para poder dar um sentido no que se quer, necessitando especificar para direcionar o conhecimento.


Não cabe mais a mídia de modo geral (a televisão, ao jornal, a universidade, ao partido político, a igreja ou o Estado) dar os significados únicos, prontos e acabados. Cabe a cada um assumir uma escolha com responsabilidade. Não cabe seguir alienadamente uma única vertente, mas sim fazer escolhas, pesando a importância das decisões para construções dessas relações no mundo.

Por haver mais informação, existem condições de ir montado opiniões e juntar as peças do quebra-cabeça, juntos com os outros, tornando as escolhas um processo coletivo. A inteligência coletiva refere-se a nova forma de consumo, que organiza um processo conjunto de decisões e pode ser considerada uma nova fonte de poder.

A cultura participativa, por sua vez, serve para caracterizar o comportamento do consumidor midiático contemporâneo, cada vez mais distante da condição receptor passivo. Está intimamente ligada com a ideia de inteligência coletiva, visto que se juntar, escolher rumos e participar estabelecem relações em todos os aspectos da vida humana.

LETRAMENTO DIGITAL PARA O FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO

O processo de aquisição básica das habilidades de leitura e de escrita é tradicionalmente uma atribuição e uma responsabilidade da escola e dos processos que nela ocorrem, pautados em uma abordagem mecânica do processo de aprendizagem da escrita alfabética e ortográfica, pois envolve um conjunto conhecimentos e condutas relacionadas ao funcionamento do sistema de representação da capacidade motora e cognitiva relacionadas à utilização e da manipulação dos instrumentos do sistema de escrita. Segundo Batista (2004, p. 45),



caracteriza-se em segurar o lápis adequadamente, desenvolver a coordenação motora necessária à escrita, posicionar-se adequadamente para ler e escrever, saber como se faz a sequência do texto nas páginas, conhecer a organização gráfica do escrito na página, escrever ortograficamente as páginas.

Para torna-se alfabetizado é necessário aprender a tecnologia da leitura e da escrita, visto que “ler e escrever envolve relacionar sons com letras, fonemas com grafemas para codificar e decodificar. Envolve também, aprender que se escreve de cima para baixo e da esquerda para direita; enfim, envolve uma série de aspectos que chamo de técnicos” (SOARES, 2005, p. 15).


Portanto, alfabetização relaciona-se às práticas de aquisição básica e à apreensão da escrita, ligados fundamentalmente ao reconhecimento de sons e a relação com que representa; compreensão e diferenciação das letras, reconhecer e respeitar o uso formal estabelecido da escrita em relação à representação gráfica e ortográfica, enfim, ao domínio da tecnologia que envolve tal conjunto de habilidades. No entanto,

é imprescindível retomar o conceito de alfabetização, levando-se em conta que essa conceituação tem sido pontuada por diferentes análises e enfoques, privilegiando, em alguns casos, a abordagem mecânica do processo de aquisição da língua escrita, fundamentada na racionalidade técnica, cuja preocupação central é o como fazer (que métodos e técnicas utilizar), ao invés de direcionar-se, também, para o aspecto de como o aluno aprende. E, em outros casos, destacando tanto o caráter processual, complexo, quanto à necessidade de articulação entre os diferentes enfoques sobre o tema (contribuição das diferentes áreas: Linguística, Sociolinguística, Psicolinguística, dentre outras) (BRITO, 2007 p.1).

Ou seja, relacionar essa tecnologia às práticas sociais no processo de aquisição da escrita e da leitura, relacioná-la com o contexto e dar significação é função a alfabetização, a qual “ressalta que a entrada da pessoa no mundo da escrita se dá pela aprendizagem de toda a complexa tecnologia envolvida no aprendizado do ato de ler e escrever [...], o aluno precisa saber fazer uso e desenvolve-se nas atividades de leitura e escrita” (SOARES 2005 p.32).

O processo de alfabetização é um processo histórico social de múltiplas dimensões, que permite ampla perspectivas de análise, pois considera um fato de apreender uma tecnologia e muitas vezes não usá-la, mas comunicar-se, sem, contudo, utilizar a técnica. Ou seja, não saber escrever e não conseguir relacionar o que leem com o contexto em que estão inseridos ou ao contrário.

Tal fato vem ampliando o estudo ao longo do tempo e conseqüentemente, amplia o conceito de alfabetização, pois somente decodificar e codificar a língua escrita não satisfaz mais as necessidades do mundo contemporâneo.




A partir dessa perspectiva, emergiu nos anos 1980 o conceito de letramento no Brasil. O termo letramento serviu para “nomear as práticas sociais de leitura e escrita mais avançadas e complexas que as práticas de leitura e escrita resultantes da aprendizagem do sistema de escrita” (SOARES, 2003, p.25), isto é, o reconhecimento de que não somente a ação de ler e escrever bastaria, sem inserção das práticas sociais, e que, sem essa correlação, o entendimento dessa leitura e escrita em contextos diferenciados não ocorreria. Não obstante, serviu para designar o que já foi aqui mencionado, mas, a palavra “letramento” advém da tradução do termo em inglês *literacy*, sobre a qual Soares (2005, p.17) diz que “é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever”.

A utilização do termo letramento, segundo Gadotti (2005), é uma resposta às novas demandas da sociedade, que cada vez mais está centrada na escrita e muda aceleradamente para responder aos processos econômicos, atrelando com isso os aspectos culturais, políticos e sociais. Não é somente uma ponderação quanto à terminologia, e sim uma posição ideológica que vai de encontro à tradição freiriana.

Os defensores do termo “letramento” insistem que ele é mais amplo do que a alfabetização ou que eles são equivalentes. Alguns autores negam-se a aceitar esse “retrocesso conceitual”, e ao invés de se curvar a esse novo anglicismo, traduzem *literacy* por “cultura escrita”, e não por letramento (GADOTTI, 2005). Mas não se trata só de um retrocesso conceitual. Trata-se, lamentavelmente, de uma tentativa de esvaziar o caráter político da educação e da alfabetização, uma armadilha na qual muitos educadores hoje estão caindo, atraídos por uma argumentação que, à primeira vista, parece consistente (GADOTTI, 2005, p. 47).

Por outro lado, Soares (2005) busca no legado freiriano a justificativa para indissociabilidade dos conceitos de letramento e de alfabetização, pois, desde a década de sessenta, Freire lutava por uma educação de prática libertadora e contra uma alfabetização mecânica e técnica. Portanto, o conceito de letramento amplia o conceito de alfabetização para uma aprendizagem além da apreensão tecnológica.

O letramento se constitui como uma aprendizagem dos usos sociais e das funções culturais, ideológicas e políticas da leitura e da escrita. Soares (2005) corrobora a utilização do termo, fundamentando-se em Freire (1975, p.104) que era contra uma alfabetização “puramente mecânica” e lutava por uma pedagogia libertadora e defendia uma “alfabetização direta realmente ligada à democratização da cultura”.



Confunde-se letramento como o oposto ao conceito de alfabetização, que na realidade a alfabetização é complementar ao letramento. A alfabetização é uma prática de letramento que faz parte do conjunto de práticas sociais do uso da escrita, pois envolve saber usar o código para ensinar, decodificar, analisar e reconhecer palavras.


Outro equívoco é considerar que o letramento poderá ser ensinado como uma habilidade. O letramento envolve um conjunto de habilidades e de competências, mas não como um fim, mas um meio para participar de eventos de letramento relevantes à participação social, criando e recriando a partir da realidade do indivíduo para que haja a interação social (KLEIMAN, 2005).

Na concepção de Santo e Micarello (2010), existe um desafio metodológico no alfabetizar letrando a ser enfrentado, no entanto, é um processo pelo qual fortalece as identidades dos indivíduos e, conseqüentemente, das comunidades as quais pertencem. Fortalecer as identidades ocorre pela mediação do texto escrito e as práticas sociais, entre elas comerciais, políticas, religiosas e ambientais.

Para Soares (2005, p. 105), "os eventos de letramento são as situações em que a língua escrita é parte integrante da natureza da interação entre os participantes e de seus processos de interpretação". As práticas de letramento estão relacionadas ao comportamento exercido pelos participantes em um evento de letramento, que, muitas vezes, são social e culturalmente determinadas e determinam sua interpretação e significado no uso da leitura e/ ou da escrita naquela situação específica.

A tecnologia tem dado suporte ao uso da língua escrita. O surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) tem modificado muitas atividades da vida moderna. O crescente aumento na utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), ferramentas tecnológicas (computador, internet, celulares, cartão magnético, caixa eletrônico, etc.) na vida social têm exigido dos cidadãos a aprendizagem de comportamentos e raciocínios específicos.

O computador, principal precursor dessa utilização, é um equipamento midiático, com a capacidade de incorporar linguagens visual, sonora e verbal, que se mesclam e são lidas de forma única pelo usuário. Mas para que tudo isso seja lido (visual, sonoro e verbalmente) é necessária a identificação dos diferentes elementos culturais nos quais o equipamento está inserido, como o idioma, forma, cor, o domínio dos códigos de acesso, no ato de ligar e desligar, e seus comandos para efetiva prática, como digitar ou acessar a internet, bem como



manusear o *mouse* ou ligar a tela. Enfim, é preciso codificar e decodificar o equipamento para poder utilizá-lo.

Por esse motivo, alguns estudiosos apontam o surgimento de um novo paradigma ou modalidade de letramento: o letramento digital. Esse novo letramento considera a necessidade dos indivíduos dominarem um conjunto de informações e habilidades mentais que devem ser trabalhadas com urgência pelas instituições de ensino, a fim de capacitar o mais breve possível os alunos a viverem como verdadeiros cidadãos neste novo milênio cada vez mais cercado por máquinas eletrônicas e digitais.

Ser letrado digital é ter compreensão dos signos da cibercultura ou cultura digital, é apropriar-se de uma tecnologia para o exercício efetivo das práticas de leitura e escrita no ciberespaço.

De acordo com Lemos (2013, p. 271), a cibercultura pode ser entendida também como cultura digital,


é uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmo de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social partir do desenvolvimento e uso das Tecnologias Digitais.

Assim sendo, a tela enquanto espaço virtual vem ocasionando profundas transformações culturais, que afetam a compreensão dos meios, que passam a ser percebidos como ambientes de interação e transformação, mas, sobretudo, afetam a cognição humana.

Os desafios atuais são provenientes das mudanças que vem sofrendo o indivíduo a partir da criação das TDIC, que exigem habilidades cognitivas cada vez mais híbridas e complexas e são, como também aponta Santaella (2013), desafios para todos os níveis de ensino, do Fundamental à Pós-Graduação, considerando todos os aspectos: pedagógico e didático; curricular; de formação discente e docente e também político.

A teoria freiriana dá bases sólidas para um modelo dialógico, democrático e participativo, convergente, para que unam os meios e congreguem as diferenças para formar os cidadãos a partir do letramento. Convergência, segundo Jenkins (2009, p. 30), "não ocorre através de aparelhos, por mais sofisticados que venham ser. A convergência ocorre dentro do cérebro dos consumidores individuais e em suas interações sociais com outros".

Segundo Freire (1979, p. 69), "a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados".



A educação proporciona uma perspectiva democrática de uso das tecnologias de informação em favor do desenvolvimento do ser humano como agente gerador e transformador da sua história, já que possibilita a construção do conhecimento e não apenas sua transferência, onde a participação efetiva de alunos, professores e comunidade de modo geral é fundamental.

COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Com o desenvolvimento tecnológico e a evolução da internet, os computadores deixaram de serem equipamentos de arquivamento de dados pessoais e conectaram-se a uma rede infinita de possibilidades. Para Lemos (2014, p.16),

novas práticas e usos da informática surgem, como vimos, com essa mudança de paradigma. A internet fixa mostrou o potencial agregador das tecnologias de comunicação. Agora a internet móvel está aproximando o homem do desejo de ubiquidade fazendo emergir uma nova cultura telemática, com novas formas de consumo de informação e com novas práticas de sociabilidade.


O homem não está à parte do processo de transformação, pelo contrário, ele é o foco da mudança. É um novo “desafio que apenas estamos começando a vislumbrar” (SANTAELLA, 2005, p. 278), que essas mudanças estão trazendo para os processos educacionais.

Assim como um leitor não leva o novo a extinção, nenhuma tecnologia da linguagem e da comunicação nova ocasionou a eliminação das tecnologias anteriores. Nenhuma nova formação cultural até hoje conseguiu levar as formações culturais anteriores ao desaparecimento.

Segundo Santaella (2013, p. 304),

Ecologias midiáticas são intrinsecamente enredadas porque novas mídias são introduzidas em uma paisagem humana já povoada por mídias precedentes. Longe de levar as anteriores ao desaparecimento, a mídia emergente vai se espremendo entre as outras e gradativamente encontrando seus direitos de existência ao provocar uma refuncionalização nos papéis desempenhados pelas anteriores. É justamente isso que tem ocorrido com os dispositivos móveis, cuja velocidade de absorção e domesticação vem se dando em progressão geométrica espantosa.

É necessário considerar que o surgimento histórico de um novo tipo de leitor, com os processos cognitivos que ele traz de cada momento histórico vivenciado, não leva os anteriores ao desaparecimento, como foi falado anteriormente. Cada um deles contribui com habilidades cognitivas específicas, complementando um ao outro de maneira diferencial, pois possibilita a formação de um leitor com habilidades cognitivas cada vez mais híbridas, ricas e



complexas, influenciando diretamente os processos educativos em todos os níveis de formação docente e discente, do fundamental após-graduação.

A tecnologia, nesta perspectiva, não é estranha aos movimentos sociais e as comunidades, pois sua prática atravessa as mais importantes atividades cotidianas culturais e sociais.

O desafio passa a ser a integração desse modo de ler e ver o mundo com o caráter educativo das ações coletivas e individuais, organizadas na forma de movimentos sociais que neste contexto se desenvolvem essencialmente em redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana de questionar a conjuntura política, econômica e sociocultural do país. Essa interação de redes permite a geração de saberes, que não é isento de uma essência político-social, pois caráter educativo muitas vezes ocorre da relação do movimento social com a educação formal, fruto da interação com a escola, mas também dentro do próprio movimento social que articula as práticas educativas de suas ações.


Outro desafio a ser vencido no sentido da prática comunicacional no desenvolvimento dos movimentos sociais é a superação das relações de poder que reforçam as desigualdades nas práticas informacionais da sociedade. Muito se fala na participação e democratização dos meios para construção cidadã e compartilhamento do conhecimento e da informação, principalmente nos meio acadêmicos, políticos, econômicos, sociais e culturais, mas pouco, conscientemente esse acesso ocorre, pelo estabelecimento desse entrave de dominação.

Em um movimento contra hegemônico, os movimentos sociais vão realizando uma trajetória de resistência e luta, e de maneira efetiva ganham sua visibilidade nas redes, respeitados os direitos, aumentem progressivamente os níveis de participação democrática dos agentes envolvidos na busca pelos direitos humanos pelo ao exercício da participação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a educação além escola, foi possível observar a comunicação como elemento participativo. A partir disso, podemos refletir que a escola vai além do espaço físico e da educação formal, englobando uma discussão que envolve as relações estabelecidas com os diversos agentes da sociedade para a produção dos saberes.

A essência da comunicação é o diálogo e que nem sempre ocorre de maneira pacífica, mas que por meio da “experiência do conviver” liberta os homens das relações de produção do saber. Para que a escola sobreviva ao sistema dominador, é preciso o entendimento do



movimento da sociedade e sua articulação em rede, pois sofre influências de um mundo globalizando e perverso. O êxito do processo educativo depende de como o educador interpreta o mundo e sua existência.

A comunicação passou por uma profunda mudança, devido, principalmente, às transformações tecnológicas. A velocidade e processamento da informação não são possíveis dar conta de tudo, não cabendo mais ao jornal, a televisão, a Universidade, ao partido político, a igreja ou ao Estado dar significados únicos. Não cabe mais a nós seguirmos alienadamente uma vertente. É preciso decidir responsabilmente sobre a construção das novas relações, daí a importância da educação para possibilitar essa leitura do mundo.

O letramento, processo de aprendizagem dos usos sociais das funções culturais, ideológicas e políticas da leitura e da escrita, fortalece as identidades por meio das práticas sociais dos indivíduos dentro do contexto vivenciado. O desafio é integrar as TIC ao processo dialógico de educação formal e de práticas educativas, para a produção do conhecimento, superando a complexidade dos meios e as interferências hegemônicas de poder para possibilitar ao indivíduo uma perspectiva democrática do uso das tecnologias em prol do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. A. G.; COSTA VAL, Maria da Graça (Org.) **Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BRITO, A. E. Prática pedagógica alfabetizadora: a aquisição da língua escrita como processos socioculturais. **Revista Iberoamericana de Educación**, Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), v. 44, n.4, p. 1-9, nov./2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1994.

GADOTTI, M. Alfabetização e Letramento têm o mesmo significado? **Revista Pátio**, São Paulo,v.9, n. 34, p. 47-48, maio/jun./ 2005.

_____. Alfabetização e Letramento têm o mesmo significado? **Revista Pátio**, São Paulo, v. 9, n. 34, p. 47-48, maio/jun./2005.

_____. **Escola cidadã.** 13. ed. São Paulo: Cortez,2010.

GOHN, M.G. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo v16 nº 47 Maio/Ago/2011.

JENKINS, H. **Cultura da convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KLEIMAN, A. **Preciso “ensinar” o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.

LEMOS, A. **Cibercultura e mobilidade:** a era da conexão. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciênciasda Comunicação 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1465-1.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6. ed. Porto Alegre: Sulina,2013.

LEROUX, L; CUNHA, N. V.;SOBREIRA, H. G. (Org.). **Novos temas em educação, cultura e comunicação nas periferias urbanas.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MARTIN-BARBERO, J. **A comunicação na educação.** São Paulo: Contexto, 2014.

SANTAELLA, L. **Comunicação ubíqua:** repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus,2013. (Coleção Comunicação).

. **Culturas e artes do pós-humano:** da cultura das mídias a cibercultura. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

. **Navegar no ciberespaço:** o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal.

13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, I. S. e MICARELLO, H. Letramento, Alfabetização e fortalecimento da identidade sociocultural de segmentos historicamente excluídos. In: **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade** – Universidade do Estado da Bahia. Salvador: UNEB, v.19 nº34 jul/dez 2010.

SOARES, M. Alfabetização e letramento têm o mesmo significado? **Revista Pátio**, v. 9, n. 34, p. 50- 52, maio/jun./ 2005.



_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, jun./2002.

CAPÍTULO 24

AS MÍDIAS SOCIAIS COMO ELEMENTO MOBILIZADOR UTILIZADO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Hudson Augusto Silva de Castro, Especialista em Auditoria das Organizações Públicas,
FAPEN

Fabício Borges Santa Brígida, Doutorando em Comunicação, Linguagem e Cultura,
UNAMA

RESUMO


Esta pesquisa tem por objetivo observar as mídias sociais como elemento mobilizador utilizado pelos movimentos sociais, uma vez que é característica da sociedade atual a utilização das mídias sociais como meio de comunicação (BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010). Por meio de uma revisão da literatura observou-se que o desenvolvimento das mídias sociais se deu pelo fato de serem um local de pertencimento, onde informações chegam de forma personalizada e de fácil entendimento. Sendo capazes de se aproximar de forma íntima à ideia de liberdade, concluiu-se que as mesmas são elementos em potencial para que movimentos sociais articulem ações que visem o enfrentamento político, cultural e social com o intuito de atenuar as desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias Sociais; Comunicação Organizacional; Movimentos Sociais; Mobilização; Comunicação.

INTRODUÇÃO

“Movimentos sociais” é um tema bastante controverso e que está sujeito a um debate profundo (DE DECCA, 1992). Por conta de suas múltiplas variações, bem como sua amplitude de critérios, torna-se dificultoso chegar a uma definição linear amplamente aceita para o tema (MARSON, 1992). Contudo, sua importância para o alcance de direitos tem se mostrado indiscutível, já que os movimentos sociais possuem papel crucial no desenvolvimento de projetos alternativos de democracia por toda a América Latina (ALVAREZ *et al.*, 2000).

As contribuições de Alvarez *et al.* (2000) apontam que os movimentos sociais são capazes de minimizar a realidade violenta, pobre, discriminatória e excludente trazida através das políticas neoliberais que configuraram novos modelos de relação entre o Estado e a sociedade civil.



Contudo, observa-se que analisar as interações dos atores responsáveis pelos movimentos sociais em ambientes públicos mostra-se insuficiente no entendimento pleno desses movimentos, assim como a percepção de suas contribuições. Vê-se necessário, então, abranger outros espaços, onde identidades são modeladas e necessidades são demandadas (MARTINS, 2012). Diante disso, o objetivo deste artigo é observar as mídias sociais como elemento mobilizador utilizado pelos movimentos sociais, uma vez que é característica da sociedade atual a utilização das mídias sociais como meio de comunicação (BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010).

Esta produção está dividida em três partes, iniciando-se pela definição de comunicação organizacional. Após, busca-se o entendimento de mídias sociais e, por fim, verificar como estas se relacionam com movimentos sociais, virtuais ou não. Para a elaboração deste artigo foi realizada uma revisão na literatura acerca dos principais temas nela abordados.


COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Pessoas, processos, práticas e interações que geram relações interpessoais são partes intrínsecas nas organizações contemporâneas. Tais elementos, somados aos esforços coletivos, objetivam contribuir para a sustentabilidade organizacional no sentido de bem-estar social, econômico e social. Ao se observar que uma instituição é formada, também, por pessoas, sobressai-se a visão de que o desenvolvimento institucional é construído, sobretudo, por meio da comunicação, que se dá através das interações interpessoais dos indivíduos presentes na mesma. Desta forma, é incabível a existência, e permanência, de uma empresa sem a prática comunicacional no mercado (PUTNAM, 1982; TAYLOR, 1993; MACIEL; PIMENTEL; MARCHIORI, 2013).

A comunicação organizacional como objeto de pesquisa segundo Kunsch (2013, p. 149),

É a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos.

A comunicação nas organizações, então, é capaz de, a partir de uma soma de ações e atividades, posicionar uma marca no mercado de forma a ser notada por seu público alvo. No sentido geral, pode se entender a comunicação como a forma em que uma mensagem é transmitida e recebida, baseada nos fatores aos quais ela está sendo submetida, como tempo e ambiente em que está inserida.



Diversos modelos foram criados para descrever a ação de se comunicar. Entretanto, o modelo que se provou mais eficaz em descrever esse processo de criação e compartilhamento de informações das organizações foi o modelo de comunicação integrada.


É possível encarar de várias maneiras a comunicação integrada, que em síntese, constitui uma somatória dos serviços de comunicação feitos, sinergicamente, por uma ou várias organizações e tendo em vista sobretudo os públicos a serem atingidos e a consecução dos objetivos propostos [...] a real eficácia da comunicação é o objetivo último de um trabalho integrado [...] isto só é possível mediante uma ação conjugada de todas as áreas que produzem, emitem e vinculam mensagens para os mais diferentes públicos (KUNSCH, 1986, p. 113).

Uma organização deve se preocupar com seu microambiente e em como se comunicar com seus *stakeholders*, pois são fundamentais para o funcionamento da organização em sua forma plena. Porém, a comunicação, além da maneira em que se desenvolve no cenário atual, não pode ser feita de forma uniforme. Cabe à organização moldar seu discurso de acordo com o seu público alvo, tendo em mente que este não se restringe ao consumidor, uma vez que existem fornecedores, investidores e clientes internos. Não obstante, na perspectiva macro ambiental, existem as mídias, o governo e a sociedade e para cada um desses grupos a organização talvez necessite usar comunicações distintas, com o intuito de não gerar uma ilusão informacional (HEALD, 2016).

BREVE HISTÓRICO

Ao se considerar que a comunicação é essencialmente a transmissão de uma mensagem, leva-se a pensar que ela é anterior às próprias organizações humanas. Os antigos grupos tribais, por exemplo, tiveram na comunicação o alicerce para uma organização social, uma vez que as civilizações eram formadas pois seus membros acreditavam em histórias semelhantes, que eram passadas e compartilhadas pelos os mais diversos membros da tribo. Tais fluxos de comunicação moldam nossas relações e crenças, dado que a comunicação fez com que indivíduos que não se conheciam passassem desenvolver uma relação mútua de cooperação (HARARI, 2017).

Mas a ficção nos permitiu não só imaginar coisas como também fazer isso *coletivamente*. Podemos tecer mitos partilhados, tais como a história bíblica da criação, os mitos do Tempo do Sonho dos aborígenes australianos e os mitos nacionalistas dos Estados modernos. Tais mitos dão aos sapiens a capacidade sem precedentes de cooperar de modo versátil em grande número. Formigas e abelhas também podem trabalhar juntas em grande número, mas elas o fazem de maneira um tanto rígida, e apenas com parentes próximos. Lobos e chimpanzés cooperam de forma muito mais versátil do que formigas, mas só o fazem com um pequeno número de outros indivíduos que eles conhecem intimamente. Os sapiens podem cooperar de maneiras extremamente flexíveis com um número incontável de estranhos. É por isso que os sapiens governam o mundo, ao passo que as formigas



comem nossos restos e os chimpanzés estão trancados em zoológicos e laboratórios de pesquisa (Harari, 2017, p. 33).

O processo comunicacional passou por diversas transformações ao longo da história humana. O meio ao qual a comunicação se dá desenvolve-se no sentido palpável. Durante muito tempo a comunicação ocorreu através de meios físicos (cavernas, pergaminhos, papéis). Com o desenvolvimento das tecnologias há a diversificação no setor de telecomunicações, ou seja, novos modos de interagir passam a existir, seja pela rádio, televisão, telefone celular, entre outros (HOBDA; DAVIES; PRENCIPE, 2005; SHIN, 2009; DUYSTERS; HAGEDOORN, 1998). Com a inclusão da internet no mundo tecnológico, multipossibilidades comunicacionais surgem, uma vez que um simples serviço de telefonia, por exemplo, quando integrado à internet pode possibilitar o surgimento de um movimento social (ARRUDA FILHO; CASSIA; MARINO, 2008; GOHN, 2011; PRIETO, 2016).


MÍDIAS SOCIAIS

As mídias sociais surgiram no momento em que se viu na internet um ambiente oportuno para a implantação de estratégias relacionadas à comunicação. Isto se deu, principalmente, a partir do momento em que ocorreu a criação do computador pessoal e houve a melhoria nos processadores e sistemas operacionais mais intuitivos. Esses processos fizeram com o que a internet tivesse seu primeiro pico de usuários onde se viu as primeiras redes sociais ainda que de forma embrionária. Mas este cenário se mostrou suficiente para que comunidades virtuais fossem desenvolvidas (ELOY ZAIDAN, 2019).

As formações dessas comunidades foram determinantes para que houvesse a criação de uma cultura na web. Essa cultura tinha como valores fundamentais a liberdade e a colaboração. Valores estes que mais ficaram conhecidas como “ética hacker” (PRETTO, 2019).

Esse conjunto de valores fizeram com que o mundo virtual crescesse de forma descentralizado e colaborativo, criando um espaço onde qualquer usuário poderia contribuir para criação de conteúdos diversos. O que em seguida se mostrou o grande motivo do sucesso das redes e mídias sociais (PRETTO, 2019; ELOY ZAIDAN, 2019; RESE; CASALI; CANHADA, 2011).

Quando se fala de mídia social torna-se necessária a associação com as redes sociais, já que essas foram o terreno para que as mídias sociais se desenvolvessem em um espaço que estava presenciando a chegada de um novo instrumento tecnológico: o *smartphone*.



Instrumento este responsável pelo segundo pico de usuários conectados à rede. Entretanto, vale destacar que existe diferença entre redes sociais e mídias sociais. As mídias sociais podem ser entendidas como os canais em que os conteúdos são divulgados. Em contrapartida, as redes sociais se encontram dentro das mídias sociais sendo elas qualquer rede de relacionamentos, digital ou não (PRIMO, 2012).

Esse espaço digital foi passando por diversas mudanças. Estas, por sua vez, podem ser resumidas, segundo Hayes (2019, p. 1), em três fases:

Web 1.0: unidirecional e baseada no conceito de *push*, ou seja, informar os usuários sem priorizar meios para suas respostas; o usuário neste momento é mero espectador;


Web 2.0: bidirecional, baseada no diálogo entre as pessoas por meio da rede. A palavra-chave é *share*, ou seja, compartilhar, uma vez que todo o conteúdo publicado (seja em forma de vídeos, fotos ou textos) é compartilhado;

Web 3.0: rede colaborativa personalizada e em tempo real, que pode ser adaptada ao comportamento de cada usuário (pessoas físicas ou empresas).

O processo de criação de mídias sociais se deu principalmente pela colaboração e liberdade proporcionadas pela web 3.0. O cenário atual é um ambiente onde se tem diversas mídias com os mais variados conteúdos, como vídeos, textos, fotos e *podcast*, sendo que todas cresceram ligados as suas determinadas comunidades. À medida em que elas se desenvolviam tornavam-se mais complexas, o que possibilitou com que nascessem diversos nichos dentro de uma mesma comunidade (RESE; CASALI; CANHADA, 2011).

Cada vez mais essas comunidades quebravam a barreira digital e começavam a moldar os hábitos dos indivíduos e, o mais importante, a maneira de consumir produtos, informações e marcas. Observando esse cenário as organizações enxergaram potencial nas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e começaram a caminhar em direção à integração das mesmas (BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010). À exemplo deste fato temos, no cenário atual, grandes empresas que firmam parcerias com personalidades digitais, os *digital influencers* ou, em livre tradução, os influenciadores digitais.

Têm-se observado que as dinâmicas de relacionamento e fluxos comunicacionais proporcionam ao usuário das mídias sociais uma liberdade deformada, visto que não proporcionam um ambiente para discursão. Isso se dá ao observar os recentes escândalos envolvendo manipulação de informações, as chamadas *fake News*, e modulação de pensamento e emoção feito pelos algoritmos nas mídias e redes sociais que interferiram em processos democráticos (IZUMI, 2019). Desta forma, o que antes era visto como processo de fluxo comunicacional horizontal, passou a ser um fluxo descendente ou vertical, ou seja, de



cima para baixo, pois as informações não eram compartilhadas de forma democrática, o que levou à uma crescente radicalização dos usuários em razão das mídias estarem manipulando as informações (QUADROS; MADEIRA, 2018; IZUMI, 2019).

MÍDIAS SOCIAIS E SEUS FLUXOS COMUNICACIONAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais podem ser entendidos sob óticas diversas, cada qual com sua base conceitual. Viana (2016), que busca uma explicação em consonância com os fenômenos a serem analisados, primeiramente busca diferenciar grupo social de movimento social.

É preciso, antes de continuar, esclarecer que o grupo social não é movimento social. O grupo social engendra o movimento social, mas nem todos do primeiro participam e são integrantes do segundo. O movimento social é composto por aqueles que realizam alguma mobilização, ou seja, são uma parte do grupo social, a parte que não é inerte e sim efetiva (VIANA, 2016, p. 30).


Ao analisar a diferenciação dada por Viana (2016), tem-se que movimento social consiste em movimentos de determinados grupos sociais que interagem e se unem tendo como enfoque determinada problemática social que afeta os grupos sociais envolvidos, criando, assim, objetivos.

Talvez as manifestações que ficaram conhecidas como *Primavera Árabe* tenham sido uma das primeiras a ocorrer sob forte influência das mídias e redes sociais. Dessa forma, torna-se impossível desassociar o conjunto de ações que ocorreram por todo Oriente Médio, em 2010, do poder de articulação que pode ser gerado através das mídias sociais (VIEIRA, 2013).

Entende-se que os cidadãos foram grandes responsáveis pela divulgação dos acontecimentos através das mídias sociais, que possibilitaram a propagação dos levantes populares. O uso das redes sociais possibilitou a potencialização das demandas da massa. A nova dinâmica de globalização permite que atores não estatais ganhem capacidade de estimular mudança na estrutura Estatal, se organizando em movimentos sociais (BARTKOWIAK, FONSECA, MATTOS, SOUZA, 2017, p.8).

Apesar de restrita às pessoas mais alfabetizadas e com mais acessos aos meios de comunicação, a Primavera Árabe, como movimento social, foi um dos – se não o – primeiro em que as redes sociais foram parte vital para a mudança geopolítica tanto no cenário regional como internacional, tendo em vista que as informações poderiam ser vistas por qualquer usuário do planeta (VIEIRA, 2013).

Como a Web é altamente volátil, o processo de comunicação utilizado nas manifestações do Oriente Médio em 2010 foi logo se modificando e se adaptando aos




diversos movimentos sociais que estavam por vir. Assim, com ajuda do marketing, personalidades até então desconhecidas do grande público se transformaram em protagonistas no meio digital, pois nas redes sociais o protagonismo é dado em sua maioria para as pautas polêmicas e que dividem opiniões, o que facilita a criação de grupos sociais e relações que não se limitam ao espaço físico, mas que podem promover diversos fluxos comunicacionais, formando movimentos sociais cada vez mais complexos (BARTKOWIAK, FONSECA, MATTOS, SOUZA, 2017; VIEIRA, 2013; VIANA, 2016; QUADROS; MADEIRA, 2018; IZUMI, 2019).

A *Hashtag* é um recurso linguístico e comunicacional bastante utilizados nas mídias e redes sociais, e podem ser usadas de diversas formas; transmitindo diversos significados; possibilita externalizar, de forma virtual, desde estado de humor singelo ou um slogan de determinada organização. Nessa perspectiva vale citar as diversas hashtags usadas por organizações e movimentos sociais que fizeram uso desse recurso com o objetivo de tornar visível sua marca ou suas articulações. O poder de influência e repercussão de uma hashtag pode ser visto, por exemplo, na campanha publicitária “Like A Girl” da empresa Always, que foi premiada com um Emmy de melhor campanha do ano de 2014. Ressalta-se que, apesar de não ser lançada oficialmente no ambiente digital, seu impacto foi imediato com uma hashtag homônima (BARBOSA, 2018; KUO, 2018).

A campanha #TipoMenina (do inglês #LikeAGirl) conferiu força, resiliência e determinação ao termo, ajudando a aumentar a autoconfiança de meninas mundo a fora. Por seu poder de transformação, a campanha #LikeAGirl foi eleita a melhor em relações públicas do século numa votação on-line promovida para celebrar os 20 anos da publicação PRWeek, renomada publicação global especializada da indústria de relações públicas, recebendo 38% dos votos válidos (Barbosa, 2018, p. 1).

Outras campanhas que buscaram uma comunicação com o engajamento social tiveram resultados para visibilidade da marca de forma não planejada. Que foi o que ocorreu com a campanha da empresa Nike que criou um determinado *slogan*, porém o que não esperavam é que um personagem seria adicionado à campanha: o jogador de futebol americano Colin Kaepernick. O jogador foi fortemente noticiado ao se ajoelhar, antes de uma partida, durante a execução do hino nacional, como ato de protesto antirracista. Contudo, quando a campanha foi lançada logo começaram movimentos de boicote a empresa e ao atleta. Porém, isso foi rebatido com apoios de outros atletas, que também tem forte presença nas redes sociais, o que no fim fez com o que a empresa tivesse expressivos aumentos de suas ações na bolsa de valores (VILLODRES, 2018).



O valor da empresa na Bolsa subiu 5% desde o lançamento do anúncio protagonizado pelo jogador de futebol americano e símbolo antirracista Colin Kaepernick, de acordo com a informação publicada pela rede de televisão CBS. Esse ganho, traduzido em seis bilhões de dólares (24 bilhões de reais) em apenas três semanas, significa um número recorde às ações da multinacional, que alcançaram seu nível máximo histórico nos dias posteriores à estreia da campanha promocional do 30º aniversário do lema Just Do It (VILLODRES, 2018, p. 1).

Neste ponto torna-se trivial apontar as mídias sociais como um meio eficiente de comunicação e articulação. Nesse sentido, porém, elas não favorecem apenas as organizações jurídicas, mas também, e sobretudo, as organizações de caráter civil, que veem nas mídias um caminho em potencial para criar redes e articular ações sociais. Articulações estas que podem criar novas coletividades e consciências (PRIORI, 2005).


As mídias sociais são capazes de criar um espaço de pertencimento, onde cria-se redes com atores que possuem características semelhantes às nossas. A partir do momento em que há articulação para ações sociais, redes se unem e criam um movimento capaz de atribuir, frente às insatisfações, novos significados às noções de direito, às formas de sociabilidade, de espaços públicos e privados, de ética e até mesmo de igualdade e diferença. Contestando as insatisfações, sejam elas ligadas à raça, gênero ou às rígidas divisões de classes, tais movimentos, que na contemporaneidade, muitas vezes tem seu início por meio das mídias sociais, acabam por construir uma nova cidadania, onde direitos populares, LGBTQI+-afetivos, feministas e ambientalistas são conquistados (ALVAREZ *et al.*, 2000).

As mídias sociais ainda são vistas, por muitos brasileiros, como um ambiente de descontração, entretenimento e até mesmo como um ambiente virtual de trabalho. Contudo, acompanhando a “moda internacional”, elas têm se mostrado um espaço de divulgação informacional para a organização das ações de movimentos sociais (DA SILVA, 2015).

De acordo com Sakamoto (2013, p. 98) as

Tecnologias de informação e comunicação, sobretudo as redes sociais da Internet, não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua por meio de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social.

Assim sendo, a vida virtual acaba se tornando um espaço ocupado por diversos atores heterogêneos e multifacetados. Pertencentes ao “tempo moderno”, são capazes de utilizar os recursos disponíveis à sua volta, em especial os tecnológicos, em favor à mobilização e organização de movimentos de tamanho e intensidade nunca antes vistos (DA SILVA, 2015; SAKAMOTO, 2013; LÉVY, 1996; RODRIGUES, 2013).



Por se tratar de um local de pertencimento, onde as informações chegam de forma personalizada e de fácil entendimento, as mídias sociais são capazes de se aproximar de forma íntima à ideia de liberdade. Os atores, pertencentes à uma determinada rede social, sente-se livres para emitir opinião e interagir com outros grupos de forma não dificultosa. Além disso, esses espaços possibilitam que atores se sintam aceitos, uma vez que não se sentindo representados no modelo tradicional de comunicação, no mundo virtual, ou ciberespaço, este ator vê se, entrelaçando, culturas e pensamentos.


Com o desenvolvimento das relações no ciberespaço, surge o *ciberativismo*. Este mecanismo, de acordo com Vegh (2003), é o modo de utilização da internet de forma a mobilizar e potencializar o enfrentamento político, social e cultural.

Em 2010 a “Primavera Árabe” só ganhou forças por conta do ciberativismo, e talvez esse seja o maior exemplo da influência das mídias sociais como elemento de mobilização para ações sociais. Nessa ocasião a utilização da internet foi tão grande que o seu uso foi cortado por diversos governos no mundo árabe, com o intuito de conter o crescimento dos movimentos, que se espalhava pelo Oriente Médio e África, e para não se divulgar os acontecimentos nesses países por veículos internacionais de comunicação (TAVARES, 2017; SILVA, 2017).

No Brasil, um exemplo de manifestações que utilizaram o ciberativismo como elemento de mobilização pode ser observado nas Jornadas de Junho de 2013. Nesse ano uma grande parcela da população brasileira foi às ruas. Iniciando o movimento em protesto ao aumento das tarifas cobradas nos transportes públicos, logo foram adicionadas às manifestações várias outras pautas, o que contribuiu para que uma houvesse uma grande participação cidadã em termos de quantidade. A partir de então, as mídias sociais passaram a ser observadas com mais atenção, principalmente por parte do governo. Nesse momento, no Brasil, por parte da população em geral, as mídias sociais começaram a ser vistas como ferramentas de mediação das manifestações sociais, uma vez que nelas pode-se ver os acontecimentos em tempo real nas várias ações que ocorreram pelo país, além de melhor organizar e mobilizar atores para o movimento (RODRIGUES, 2013; QUEIROZ, 2017; DA SILVA, 2015).

MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E A TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

As mobilizações sociais no mundo contemporâneo chegaram a um patamar capaz de chamar a atenção de estudiosos clássicos como Jesús Martín Barbero. O autor afirma que hoje



as mídias sociais são um “local de encontro”, principalmente e sobretudo, de múltiplas minorias e comunidades marginalizadas. De acordo com Barbero (2009), “nas grandes cidades, o uso de redes eletrônicas está permitindo construir grupos que, virtuais em seu nascimento, acabam se territorializando, passando da conexão ao encontro, e do encontro à ação”.


Segundo a teoria das organizações toda sociedade tem como alicerce leis racionais; os movimentos sociais, no sentido de atos individuais, tendem a se orientar a um caminho em comum, visto que os indivíduos são moldados e guiados por normas coletivas e legitimadas (WEBER, 2004).

Peruzzo (2013a) afirma que a comunicação corrobora para o processo de mobilizações sociais populares ao longo da história. Tais movimentos, contudo, sofrem influência de suas capacidades de organização e de seus recursos disponíveis. Hoje, os recursos tecnológicos, a exemplo das mídias sociais, corroboram para que os movimentos sociais ocorram de forma mais eficiente (VALENCISE GREGOLIN, 2012; LOPES; ARAÚJO, 2015).

De modo geral, a realidade brasileira está relacionada à democratização da cidadania e ao desenvolvimento comunitário e da pessoa humana (PERUZZO, 2013b). Percebe-se, porém, que tal realidade tem sido atingida a passos lentos, mas por meio de organizadas mobilizações sociais (DE DECCA, 1992). O processo de comunicação, portanto, possui grande relevância para que ocorram mudanças reais na sociedade (PERUZZO, 2013b), e as mídias sociais são grande aliadas nesse processo, uma vez que são um espaço não apenas de troca de trivialidades, mas também de troca de informações de conteúdo mais aprofundado (LOPES; ARAÚJO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desenvolvimento da comunicação através do tempo, percebe-se que as relações pessoais estão em um cenário complexo e de difícil previsão, pois o desenvolvimento tecnológico é constante e as relações humanas plurais. Entretanto, em um contexto onde a insatisfação acerca de direitos se mostra constante, vê-se as mídias sociais como uma ferramenta de engajamento social, visto que com o avanço das telecomunicações no mundo virtual, a web 3.0 possibilitou a capacidade de emitir uma mensagem e essa mensagem ser compartilhada e ouvida por pessoas de diversas regiões do globo.



Os movimentos sociais existem desde o início do século XX, mobilizando-se por meios de comunicação alternativos (PERUZZO, 2013b). No século atual, apesar de o ambiente nas mídias sociais ainda ser passível de manipulação de informações, nota-se um crescente na representatividade de grupos que até então eram tidos como margem na sociedade. Graças aos movimentos virtuais, consequência talvez da popularização das mídias sociais, tais grupos conseguiram ganhar notoriedade e espaço para serem ouvidos e dialogar.

Graças ao ciberativismo, potencializado pelas mídias sociais, as mobilizações pelos movimentos sociais se desenvolveram. Por meio dele há a possibilidade de conscientização e promoção de uma causa, mostrando o outro lado da moeda que os meios tradicionais de comunicação insistem em omitir, atuando assim como meio alternativo de informação (VEGH, 2003).

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. In: Introdução. O cultural e o político nos movimentos sociais latinoamericanos. In: ALVAREZ, Sonia et al. (org.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2000.

ARRUDA FILHO, E. J. M. Including social factor in the technology acceptance model to convergent structures. **RAUSP: Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 315-330, out. /dez. 2008.

ARRUDA FILHO, E. J. M. Longitudinal study of the communication development in diversified world economies. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 146-170, ago. 2012.

BARBERO, J. M. Comunicación y solidariedade entiempos de globalización. **Conferência no 1º Encontro Internacional de Comunicadores Católicos, 2009**, disponível em www.jmcommunications.com/spanish/barbero.html.

BARBOSA, V. **Campanha #LikeAGirl, que ganhou o mundo, é eleita a melhor do século 2018**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/marketing/campanha-likeagirl-que-ganhou-o-mundo-e-eleita-a-melhor-do-seculo/>. Acesso em: jun. 2019.

BARTKOWIAK, J. Z.; FONSECA, T. DE A.; MATTOS, G. M.; SOUZA, V. H. DO C. A PRIMAVERA ÁRABE E AS REDES SOCIAIS: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. **CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, v. 10, n.1, 2017.

BERTOT, J. C.; JAEGER, P. T.; GRIMES, J. M. Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. **Government Information Quarterly**. Volume 27, 3ª Edição, 2010, p. 264-271, University of Maryland, College Park, Maryland, USA.

BRESCIANI, M. S. et al. Jogos da política: imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH/ São Paulo; Marco Zero/ FAPESP, 1992.

DA SILVA, I. D. F. A importância das redes sociais nos protestos urbanos: da rede às ruas. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, v.3, nº. 1, jun. 2014.

DE DECCA, E. Rebeldia e Revolução na História Social. In: BRESCIANI, Maria Stella et al. Jogos da política: imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH, 1992.

DUYESTERS, G.; HAGEDOORN, J. Technological convergence in the IT industry: the role of strategic technology alliances and technological competencies. **International Journal of the Economics of Business**, v. 5, n. 3, p. 355-368, 1998.

ELOY ZAIDAN, T. As mídias digitais online no contexto da comunicação organizacional das bibliotecas. **BIBLOS**, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 86-114, mar. 2017.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011.

HARARI, Y.N. Sapiens – Uma Breve História da Humanidade. 29a. Edição. Editora **Harper**, 2017.

HAYES, G. **Virtual Worlds, Web 3.0 and Portable Profiles**. Disponível em: <https://www.personalizemedia.com/virtual-worlds-web-30-and-portable-profiles/>. Acesso em: jun. 2019.

HEALD, D. Varieties of Transparency. **Proceedings of the British Academy**, 2006, p. 25-43.

HOBDAY, M.; DAVIES, A.; PRENCIPE, A. Systems integration: a core capability of the modern corporation. **Industrial and Corporate Change**, v. 14, n. 6, p. 1109-1143, nov. 2005.

IZUMI, M. Y. Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. **Opin. Publica**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 29-62, abr. 2019.

KUNSCH, M. K. Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada. São Paulo: **Summus**, 2003.

KUNSCH, M. M. K. Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. São Paulo: **Summus**, 1986.

KUO, R. Racial Justice Activist Hashtags: Counterpublics and Discourse Circulation. **New Media & Society**, vol. 20, nº. 2, fev. 2018, pp. 495–514.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999; O que é virtual? São Paulo: Ed. 34, 1996.

LOPES, P.; ARAUJO, D. C. de. Understanding the role of the subjects in the speech act: a case study of the manifestations of March 15, 2015 on twitter. **Comunicação, Mídia E Consumo**, vol. 13, no. 37, 2016, p. 29+.

MACIEL, A. M. T.; PIMENTEL, R. C. V.; MARCHIORI, M. (2013). Comunicação e conhecimento: interrelações que permeiam o ambiente organizacional. **RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação**, 11(2), 98-122.

MARSON, A. Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. In:

MARTINS, GELISE CRISTINE PONCE. O estudo dos movimentos sociais. **RevistaEspaçoAcadêmico**, Ano XI, nº 132, mai. 2012.

PERUZZO, C. M. K. The Social Movements Communication: the exercise of a new perspective on human right. **Revista Contemporânea, Comunicação e Cultura**. V. 11, nº 01, jan-abr, 2013(a), p. 138-158.

PERUZZO, C. M. K. Fundamentos teóricos das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no terceiro setor: perspectiva alternativa. **RevistaFamecos**. V. 20, nº 01, jan-abr, 2013(b), p. 89-107.

PRETTO, N. Collaborative production, hacker ethic and education. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 305-316, dez. 2010.

PRIETO, R. The Internet as opportunity and challenge in contemporary social movements. **Revista Teknokultura**. Vol. 13(1), p.289-307, 2016.

PRIMO, A. F. T. O que há de social nas mídias sociais? Reflexões a partir da teoria ator-rede. **Contemporânea - comunicação e cultura**, v. 10, n. 03, set-dez 2012, p. 618-641.

PRIORI, A. Movimentos sociais no campo. Perspectivas de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra; ZANIRATO, Silvia (org.). Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica. Maringá: **Eduem**, 2005.

PUTNAM, L. L. Paradigms for organizational communication research: an overview and synthesis. **The Western Journal of Speech Communication**, v.46, n.2, p.192-206, 1982.

QUADROS, M. P. dos R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opin. Publica**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, dez. 2018.

QUEIROZ, E. de F. C. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Revista PANORAMA**, PUC de Goiás, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 2-5, jan./jun. 2017.

RESE, N.; CASALI, A.; CANHADA, D. Reflexões Iniciais Sobre Comunicação Organizacional Na Abordagem Da Estratégia Como Prática Social. **Gestão E Sociedade**, 5(10), 42-56, 2011.

RODRIGUES, A. Al. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública. In: SOUSA, Cidoval Moraes; SOUZA, Arão de Azevêdo. Jornadas de junho: repercussões e leituras. Campina Grande: **EDUEPB**, 2013.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Twitter e o Facebook foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 95-100.

São Paulo; Marco Zero/ **FAPESP**, 1992.

SHIN, D. H. Determinants of customer acceptance of multi-service network: an implication for IP-based technologies. **Information & Management**, v. 46, n. 1, p. 16-22, jan. 2009.

SILVA, R. Governo da Argélia corta internet e deleta perfis no Facebook. Publicado em **Tecnoblog** em 2011 e disponível em: <https://tecnoblog.net/56870/governo-da-argelia-corta-internet-e-deleta-perfis-no-facebook/>. Acesso em jun. 2019.

TAVARES, E. Um resumo, país a país, dos protestos que abalam o mundo árabe. **Publicado em Exame em** 09/03/2011 e disponível em <http://exame.abril.com.br/mundo/um-resumo-pais-a-pais-dos-protestos-que-abalam-o-mundo-arabe/>. Acesso em jun. 2019.

TAYLOR, J. R. **Rethinking the theory of organizational communication**: how to read an organization. Norwood: Ablex, 1993.

VALENCISE GREGOLIN, M. Vozes nômades: ativismo transmídia e mobilizações sociais. **Revista GEMInIS**, v. 3, n. 1, p. 6-24, 6 ago. 2012.

VEGH, S. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, **M.D.** (ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003.

VIANA, N. Os movimentos sociais. Curitiba: **Prismas**, 2016.

VIEIRA, V. P. P. The role of digital communication in the international arena: online political mobilization and the Arab Spring/O papel da comunicação digital na arena internacional: mobilização política online e a primavera Árabe. **Academic OneFile**, nº. 139, 2013, p. 24+.

Villodres, M. L. **Nike arrecada 24 bilhões de reais com campanha antirracista apesar de boicote.** 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/25/economia/1537883917_099829.html. Acesso em jun. 2019.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito capitalista. São Paulo. **Cia das letras**, 2004.

CAPÍTULO 25

A CIDADE COMO TERRITÓRIO DE METAMORFOSES: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E CRISE

Valdecir Schenkel, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFFS, docente do Instituto Federal Farroupilha *campus* Panambi e da Rede Estadual do Rio Grande do Sul

Fernando Rosseto Gallego Campos, Docente de Geografia, IFSC, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFFS

Juçara Spinelli, Docente do Curso de Geografia – Licenciatura e Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFFS, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Território, Ambiente e Paisagem – NETAP/UFFS


RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar um conjunto de reflexões acerca da produção do espaço urbano em escala global e nacional, articulando com as recentes mudanças ocorridas na vida cotidiana. A cidade reúne a síntese da existência humana e se apresenta na história como um espaço que passa por mudanças decorrentes dos processos socioprodutivos. De pequenas vilas às grandes megalópoles atuais, expressa a diversidade e as contradições da humanidade. A partir da Revolução Industrial, o urbano assume a função de comandada produção do espaço e articula a sociedade pelo seu trabalho. A urbanização brasileira, apesar de sua especificidade espaço-temporal, se interconecta ao desenvolvimento urbano mundial, criando uma rede econômica materializada em uma hierarquia de cidades articuladas no território nacional. As cidades brasileiras se tornam *lôcus* de crescentes fluxos econômicos e populacionais com relações interescalares. É na cidade, também, que se dá a vida cotidiana de grande parte da população global que, em período de capitalismo flexível, encontra novas formas de alienação na mesma medida em que busca outras possibilidades de romper com tal alienação, a fim de construir renovadas experiências vividas.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Urbanização. Globalização. Crise. Vida cotidiana.

INTRODUÇÃO


Ao percorrer uma cidade atualmente, independentemente de sua localização e de sua dimensão, é comum que qualquer pessoa seja surpreendida pela multiplicidade que esta representa. O urbano possui grande amplitude de facetas espaciais: diversidades, contradições, multiplicidades, temporalidades, exclusões, possibilidades, descontinuidades, presenças, ausências e representações. Suas dominações e apropriações produzem territórios e territorialidades diversos e complexos, que podem ser apreendidos por cores, formas, estampas, gostos, cheiros, alinhamentos, traçados, rugosidades, histórias, símbolos, discursos, identidades e de diversas outras formas materiais e imateriais.



No tecido social, a cidade é o espaço de produção e de reprodução. É espaço de contato, de trabalho, de esperança, de encanto, de família, de aglomeração, de trânsito, de se mover, de matar a fome, de se encontrar, de habitar, de morar, de práticas espaciais hegemônicas e clandestinas. É o suprassumo da vida humana. Todavia, também se apresenta cotidianamente nas suas perversidades: fome, habitação precária, desemprego, desagregação, humilhação, desencontros e desavenças, marginalização, desgosto, pobreza, descuido, desprezo, tristeza e ameaças. Todas as características que marcam o urbano convivem em um entrelaçamento existencial que tendem a se fundir e se aprofundar com a ampliação da vida cotidiana moderna, com a globalização. E, com ela, cada vez mais os territórios urbanos extrapolam o que denominamos comumente de cidade. Passam a se projetar de formas interescales, conjugando-se não somente nas relações da vizinhança, das cidades da cercania, mas com o todo espacial, com o meio rural, ou com o que pode estar bem mais longe, muitas vezes, em escala internacional, que “exerce poder a grandes distâncias” sobre um grupo social “em conexão com um espaço” (SOUZA, 2020, p. 87).

A nova dinâmica urbana concede certezas e possibilidades. A cidade se processa em possibilidades; reúne o que há de melhor e o que há de pior na sociedade (SANTOS, 2018). Assim, se na cidade se constroem territorialidades de amarguras, é também no urbano que as mudanças podem ocorrer para a busca do melhor, principalmente porque a noção de urbanização condiz não apenas ao principal *locus* de morada em sociedade, mas também e especialmente numa condição de vida, numa “difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominados cultura urbana” (CASTELLS, 2000, p. 39). Compreender a cidade como território confere a necessidade da busca das relações que aí se processam no âmbito da vida das pessoas que nela habitam, mas que inadvertidamente têm uma íntima relação de poder que se expressa na dimensão política das relações sociais. Souza alimenta a discussão sobre territorialização expressando que, apesar destaconter os elementos culturais e econômicos, se expressa verdadeiramente na instância das relações sociais projetadas espacialmente, no que chama de “campo de forças” (2020: p.89). A cidade, certamente, assim se constitui, para além de uma demarcação física, mas uma trama de vida.

Compreender como se produz o espaço urbano contemporâneo exige um debruçar um tanto demorado, pois este é um ente extremamente complexo em suas dimensões conceituais. Muitos pensadores de diversas áreas do conhecimento nos trazem observações que indicam a necessidade de estar atentos às noções conceituais importantes para reflexões oportunas,



mesmo que respostas plenas não se dão objetivamente devido à dinâmica de metamorfoses que a cidade representa.

São questionamentos que partem desde as simples interrogações do tipo: o que realmente é uma cidade? Como ela se produz? Que agentes participam desse processo? É necessário avançarem direção a análise do território urbano sob outros olhares que extrapolem a ideia única e, talvez limitada, dos agentes produtores espaciais, incorporando observações sobre linhas socioculturais, fenomenológicas e outras. Spósito (1994, p. 12) já trazia a ideia que “para entender uma cidade, não basta apenas observá-la ou viver nela. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia, a sua história”. Por sua vez, Vasconcelos (2014, *apud* CARLOS *et al.*: 2014, p. 15) focaliza os agentes da produção do espaço como cerne do estudo urbano relatando que são imprescindíveis de verificar quando “queremos compreender a complexidade da atuação dos inúmeros agentes na transformação das cidades”. Nesta mesma inquietude, Maria Encarnação Spósito reflete que para caminhar na direção da produção espacial urbana se “exigiria um tratamento mais aprofundado dos sujeitos do processo, das articulações que ensejam e realizam, e, portanto, das espacialidades e temporalidades desenhadas, bem como dos conflitos decorrentes e/ou subjacentes” (SPÓSITO, 2014, p. 123). Não é o propósito desse texto apontar a história da urbanização, tampouco traçar um panorama estante do urbano contemporâneo, mas sim fornecer elementos que nutram reflexões referentes ao tema para permitir problematizações acerca da produção da espacialidade que configura o urbano, atual a todos aqueles que alimentem interesse ao tema.

O presente texto objetiva, portanto, apresentar um conjunto de reflexões acerca da produção do espaço urbano global e nacional, articulando com as mudanças ocorridas na vida cotidiana. De modo específico, visa debater o movimento de urbanização enquanto construto da sociedade capitalista, além das recentes flexibilizações decorrentes de hierarquias e heterarquias urbanas. Por fim, para concluir sem, contudo, encerrar a reflexão, apontar algumas inquietações, ainda iniciais, acerca das metamorfoses da vida cotidiana no espaço urbano, num contexto de possível dissolução daquilo que se está interpretando como capitalismo em tempos de crises globais.

Torna-se importante citar ainda que na abordagem do texto os termos cidade e urbano são usados como expressões linguísticas similares, não entrando na definição conceitual diversa e múltipla que certamente tais termos expressam.


A HUMANIDADE SE URBANIZA: A FORMAÇÃO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A constituição do espaço geográfico pela humanidade tem na sua origem a necessidade da sobrevivência. Mas como se constituem as necessidades? Quem de fato as define? E as necessidades são reais, como fator de sobrevivência, ou são necessidades estabelecidas por interesses produtivos ou acumulativos em se tratar dos grupamentos humanos contemporâneos? São questões que não se respondem de imediato.

É importante termos presente que “a existência das cidades precede o capitalismo” (MARICATO, 2015), mas é a partir dele que o fenômeno da urbanização ocorre e que a cidade assume o centro político-econômico da organização espacial da humanidade. Com o processo da urbanização, o espaço mundial se transforma em diferente ritmo e forma.

A história da sociedade humana é marcada por transformações na sua própria relação enquanto grupo social e deste com o meio natural no qual habita. A partir do momento em que a humanidade deixa de ser prioritariamente nômade, dependente diretamente das composições de ofertas de recursos que o ambiente natural lhe fornece, o homem assume-se como agente produtivo de construção espacial, tendo no trabalho o seu elemento executor. Então, a humanidade passa a expressar uma profundidade de atividades produtivas que causam metamorfoses cada vez maiores e intensas, expressamente impactantes no ambiente, redefinindo a paisagem, fato que resulta na proposição defendida por alguns cientistas, em criar um novo período na escala geológica do tempo, marcado pela ação humana, sendo seu expoente maior o químico Paul J. Crutzen (2002), que defende a criação do antropoceno. Nesse ínterim produtivo de busca de sobrevivência e produção de espacialidades, estabelecem-se novas relações sociais que passam a regular a trama humana e que dão conta da formulação de paradigmas moldados seguindo interesses que são constantemente reestabelecidos, configurados e reconfigurados histórica e espacialmente.

Inúmeros foram os momentos cruciais das grandes transformações socioprodutivas na história da humanidade, mas nenhum se compara ao período que se concretizou a partir da Revolução Industrial. Desde o século XVIII, passa a se estabelecer uma outra noção de natureza para o homem. A partir de então, se engendra uma relação homem-meio carregada por uma desarmonia em ritmo cada vez mais aprofundado, especialmente naqueles meios produtivos em que os níveis tecnológicos são mais intensos. Esse processo é tão profundo que Nicolau Sevcenko trata como sendo da ocorrência de um verdadeiro “assalto à natureza”




(SEVCENKO, 1991), no qual os territórios são reelaborados num ritmo e profundidade nunca visto. Podemos referir que a relação da humanidade com a natureza reproduz as hierarquias sociais das diferenças: se a sociedade se estrutura em classes sociais, esta relação de poder acaba sendo reproduzida pela humanidade em relação à natureza, em seus recursos e na apropriação de territórios. A consequência deste processo é que os espaços naturais, devido à dominação humana, são completamente reelaborados, constituindo o que Lefebvre (1991) denomina de espaços residuais.

O advento da urbanização representa uma das mais intensas transformações de expressão espacial, tornando-se ao longo dos dois últimos séculos no local majoritário de vivência do homem, que até então habitava essencialmente o meio rural. O espaço urbano não é apenas território de moradia, mas assume o papel de produção do capital, pois as cidades fornecem as condições necessárias para o desencadeamento deste processo. Além disso, elas são produções sociais e expressão das relações de produção e de reprodução social (LEFEBVRE, 1991).

As cidades, conforme o avanço da própria industrialização, vão crescendo cada vez mais em número e em tamanho até chegar ao patamar de concentração de mais da metade da população mundial, no início do século XXI. Como já mencionado, o urbano se constitui na atualidade como o locus de vivência da maior parcela da humanidade, com destaque para aqueles países que têm nas atividades industriais e de serviços, uma grande parcela de sua produção econômica. No caso do Brasil, segundo o IBGE, a maior parcela da população vive em áreas urbanas, compreendendo mais de 85% de taxa de urbanização (IBGE/PNAD, 2015). Apesar destes números poderem ser considerados superestimados, devido ao critério adotado pelo IBGE, é possível observar a enorme influência que as metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona exercem em municípios cujas atividades econômicas se baseia no setor primário (IBGE, 2020).

Assim, a cidade pós-processo de industrialização se constituiu como um fenômeno, configurando-se como território de disputa, tanto na relação entre sociedade e natureza quanto nas disputas entre os próprios membros sociais, na busca de sua sobrevivência, como já dito anteriormente, determinado como uma instância geográfica de poder (SOUZA, 1995, p. 83). A cidade é, portanto, um lugar de conflito, onde a vida se dá por inter-relações contraditórias que resultam na constituição de um território carregado de significados, disputas e poderes não equilibrados, bem como de simbolismos, onde diversas formas de vida acontecem. O




urbano é então, ao mesmo tempo, um espaço que se constitui simultaneamente como natural e artificial, harmônico e conflitivo.

A urbanização no Brasil não difere do processo desencadeado em escala mundial só que em outro ritmo e assentado em outro tempo. O esboço do urbano brasileiro se estrutura sob a ótica do capital colonial, mas é no período industrial que assume essa verdadeira faceta de ambiguidades. Por um lado, um contingente populacional crescente que busca no urbano a possibilidade de execução de seu trabalho, seja efetivado nas vagas de empregos ofertados, seja na busca deste. Por outro lado, o urbano se constitui como território de valor de uso, mas que é dominado pelos agentes de produção do espaço urbano que lhe atribuem valor de troca, no qual tem no lucro a sua essência enquanto produção e exploração deste território. Como resultado, temos as cidades (de)marcadas pela heterogeneidade espacial e social, materializando um processo que define o local e a posição de cada ente social no espaço geográfico. A urbanização nacional é recente e atrelada, como já dito, ao capitalismo industrial, muitas vezes aliado ao expansionismo econômico mundial que chegou no Brasil de forma mais incisiva na metade final do século XX, prova esta que demarca a estreita relação entre história urbana e os fatos da história econômica, não somente nacional, como também mundial.

Para compreensão da expansão urbana no Brasil, bem como de suas preponderantes marcas, é importante resgatarmos em paralelo este fenômeno com a história da formação econômica nacional, pois as modificações que ocorrem na formação e estruturação urbana brasileira acompanham a substituição do sistema econômico colonial por um sistema econômico nacional.

O crescimento da população urbana é fator de expansão do mercado interno, resultado de transformações na economia brasileira. Salienta-se, neste processo, duas fases bem distintas: uma ligada às funções econômicas cíclicas comandada geralmente por uma metrópole; e a outra, a urbanização nacional, comandada por um sistema econômico nacional. Esta segunda é a que mais reforça o crescimento da população urbana, pois está ligada à produção e ao consumo num expansionismo do mercado interno já atrelado à industrialização e ao setor terciário, especialmente comércio e serviços. Nesta segunda fase é que se inicia uma articulação espacial urbana em escala nacional, tendo o fator social da migração como seu motor. É este contingente populacional que nutre de mão de obra as primeiras indústrias nacionais, transformando pequenos núcleos coloniais em centros de expansão econômica e




atração populacional, promovendo a gravitação de riquezas ao seu redor ativado pelo comércio em expansão. Santos analisa este contexto da formação espacial e social brasileiro “como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território (...) e ativa o próprio processo de urbanização” (SANTOS, 2018, p. 30).

Como resultado deste processo de urbanização, começa-se a esboçar uma rede urbana nacional comandada por algumas poucas grandes metrópoles, geralmente capitais de estados, enquanto outras cidades atingem um patamar metropolitano apenas de escala regional. Devemos considerar que é a partir deste momento que se estrutura uma rede urbana nacional hierarquizada, cujo comando se alinhava num cartesianismo implacável de força e poder. A formação das chamadas cidades milionárias representam o topo da escala que se multiplicam nas décadas da segunda metade do século XX, mas que se esboçam “em três níveis de hierarquia urbana no país: um sistema metropolitano, um sistema de cidades médias e um sistema de cidades pequenas” (SANTOS& SILVEIRA,2001, p. 202-203).

Neste sentido, a industrialização passa a imprimir um desenvolvimento urbano escalonado dirigido pelo esboço hierárquico conforme a sua estrutura de poder. Na sequência, na segunda metade do século XX, formam-se desde as grandes metrópoles nacionais, até os pequenos centros urbanos regionais de vários portes. Milton Santos denomina este fenômeno de macrouberização e metropolização. Cria-se uma vistosa articulação urbano-regional no território nacional, em especial, na chamada Região Concentrada que abrange, de forma mais geral, a porção Centro-Sul, que neste período assumia a dianteira da estrutura econômica nacional, consolidando o meio técnico-científico-informacional (SANTOS&SILVEIRA, 2001, p. 269).

Essa nova articulação urbana apresenta algumas características até então desconhecidas na organização espacial brasileira. A evolução urbana se difunde e as relações entre as cidades se intensificam. Criam-se redes urbano-regionais e também de articulação em escala nacional. Seguindo a tendência já apontada, tal rede se torna mais densa na Região Concentrada, área mais dinâmica e de comando socioprodutivo do país. Aliado ao desenvolvimento dos núcleos urbanos nesta grande região-polo há uma ampliação e diversificação das atividades produtivas. Uma complexificação do perfil urbano se engendra e, como resultado, ocorre a especialização de muitos centros urbanos. Com o crescente desenvolvimento industrial, há uma vigorosa aceleração de mobilidade de trabalhadores do




meio rural para o urbano via êxodo rural. Esta avolumada parcela demográfica busca, na cidade, mecanismos de sobrevivência, adensando a urbanização, em especial nos locais de expansão industrial. A Revolução Verde, causa do êxodo rural, também tem como consequência a concentração de terras agrícolas, processo que cria novas relações no campo, mas também novas relações campo-cidade tanto no território nacional quanto na rede da economia global.

Muitas das cidades assumem funções com delimitação local e regional a partir da articulação de uma produção econômica industrial passando a elaborar uma urbanização funcional, porém em amplitude relativizada à sua potencialidade e demandas de sua área de influência. É principalmente a partir de meados do terceiro quartel do século XX que o Brasil passa a contar efetivamente com uma rede urbana mais articulada, até então inexistente. Forma-se um conjunto de cidades que se interligam na troca de bens, serviços e capitais, articulando-se entre si cada vez mais. Isto cria uma divisão espacial e territorial da produção e do trabalho na escala interurbana, nos quais “valores e práticas constituem um vetor importante de estabelecimento de fluxos de toda a natureza (...) denotando transformações profundas na configuração dos sistemas urbanos” (SPOSITO, 2014, p. 126). Neste sentido, as cidades adquirem uma função, dentro do conjunto da urbanização, como resultado dessa nova divisão do trabalho. Essa divisão pode expressar a especialização, assim como, a complexificação das atividades ligadas ao setor urbano.

Na medida em que se analisa a materialização da formação espacial das cidades sob a égide expansionista da industrialização brasileira e se avança temporalmente para a reta final do século XX, constata-se volumosos fluxos migratórios em direção às cidades, em especial às metrópoles da Região Concentrada. Motivos para isto não faltam e são bastante diversos. Como resultado, tem-se a configuração de loteamentos ou bairros que se avolumam com contingentes de pessoas que buscam no incipiente trabalho urbano industrial seu sustento. No entanto, o trabalho não consegue ser acessado por todos. Assim, a forma que mais demarca as cidades brasileiras que decorrem sua expansão na industrialização é a proliferação de subúrbios ou outros territórios segregados socialmente, desprovidos de condição mínima de vida digna para seus habitantes. A favelização e outras formas de exclusões socioespaciais são talvez as maiores marcas deste expansionismo urbano-industrial nacional dos grandes e médios centros, bem relatado por Santos (2018, p. 10) quando reitera que:

cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua



estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial.


A urbanização brasileira é, portanto, fruto do capitalismo industrial que aos poucos amadurece, demarcando um modelo de capitalismo complexificado e globalizado resultando, em um primeiro momento, uma rede urbana ainda pouco coesa e que passa a se articular em âmbito nacional e que, aos poucos, vai se processando numa escala mundial, através e, principalmente, pela sua rede de metrópoles em escala mundial, nacional e regional. Porém, a cidade é dinâmica; nela não existe uma inércia. Assim, novas dinâmicas urbanas constantemente se processam, sempre que as dinâmicas sociais e econômicas se modificam.

DA HIERARQUIA À HETERARQUIA URBANA: A CIDADE EM TEMPOS GLOBAIS

As relações que se produzem em redes configuram processos determinantes sobre a estruturação do território. Os fluxos relativos ao modo de produção – como mercadorias, pessoas, capitais, trabalho, informações etc. – pressupõe a existência de redes, ou seja, ligações, conexões, engendramentos que causam efeitos decisivos sobre a organização espacial dos territórios.

As interligações por redes representam uma das marcas maiores que selam a mundialização econômica da contemporaneidade capitalista e que se expressam eminentemente nas cidades. Elas são reafirmadoras das relações sociais que se concretizam nos territórios em que o trabalho representa o elo entre as pessoas e a produção de mercadorias, que, na maioria das vezes, não são para o consumo deste próprio trabalhador, mas sim por uma demanda de um mercado globalizado que o próprio trabalhador é produtor e participa direta ou indiretamente, mas nem sempre compreende tal produção. Esta articulação da estrutura social num território de reprodução de força de trabalho, Castells chama de sistema urbano, que agrega tanto meio de produção quanto força de trabalho (CASTELLS, 2000). Isto produz um intenso processo de relações espaciais, cada vez mais dinâmico, mais mutável, e redefine a função de cada lugar numa trajetória produtiva concomitante, metamórfica e constante, que gera tanto progressos quanto exclusões, dependendo do sabor do vento monetarista dirigido pelo grande capital mundial.

Tal dimensão de mudanças traz como resultado o fato de ora um, ora outro lugar vivenciar expansões econômicas e, conseqüentemente, de oferta de postos de trabalho que dinamizam crescimentos urbanos rápidos. Esta nova ordem econômica altera o ciclo urbano




brasileiro que tendia a uma contínua e ininterrupta expansão das metrópoles e dos grandes centros regionais. Novas localidades passam a ser colocadas em posição de destaque na espacialidade urbana, assim como algumas grandes cidades estacionam numericamente, tanto econômica quanto demograficamente.

Independentemente de onde ocorrem as expansões e/ou as retrações produtivas, o que acontece concomitantemente são processos geradores de exclusões sociais e espaciais que marginalizam grandes contingentes populacionais apenas por serem exército de reserva do processo produtivo no insano aguardo de, quem sabe, serem úteis em outro momento ou em outro lugar produtivo. Talvez estejamos vivendo um novo tipo de nomadismo social, dirigido pelo fluído mercado de trabalho que configura uma sazonalidade dessa nova modalidade de transumância, agora de rebanho humano em busca de trabalho.

A questão que se estabelece é: como compreender estas novas e amplas relações sociais e econômicas na estruturação do espaço produtivo contemporâneo em sua constituição de territorialidades, em especial, no que tange ao espaço urbano?

Tomamos aqui uma linha de análise da produção e organização do espaço urbano atual pelas dinâmicas econômicas que se processam e que configuram redes urbanas de articulações interesaciais. Como já dito, é na rede urbana que as interações espaciais ganham forma e sentido quando conectam os territórios locais com os globais. Este foi o processo que marcou profundamente a urbanização brasileira do século XX, na qual se formou um conjunto de cidades que se interligam na troca de produtos e serviços articulando-se cada vez mais, decorrendo numa divisão espacial e territorial da produção e do trabalho humano.

O estudo desta configuração socioprodutiva espacial articulada por redes de conexões vem imprimindo muitos esforços de pensadores e instituições há um certo tempo. Milton Santos produz uma série de escritos abordando a compreensão do espaço, em especial a configuração da sua natureza. Como sabemos, as redes são técnicas e políticas, concomitantemente. Neste aspecto, Santos (2014, p. 42) aborda o conceito de técnica, mais precisamente a ideia de um “sistema técnico”, levantando um questionamento de como o tempo e o espaço se articulam na produção espacial a partir do trabalho humano. Ainda no enfoque da abordagem da técnica como elemento essencial na configuração espacial, Moura e Werneck (2001, p. 26) afirmam que a rede “é técnica e política”, se fundamentado na discussão de Santos, não nos restando dúvidas de que a espacialidade urbana jamais é neutra.




Não nos furtemos de tal discussão porque ela nos direciona ao reconhecimento dos papéis desempenhados pelos elementos ativos na estruturação espacial em redes, pois se configuram mobilidades de populações e de atividades produtivas determinadas por interesses do grande capital e das pessoas que lhe servem como mão de obra produtiva. As atividades e as pessoas provocam mobilidade, pois se:

reorganiza o espaço de forma a fazer com que centros urbanos complexos, verdadeiros aglomerados fortemente concentradores de população e renda, cerquem-se por extensas áreas em processos de esvaziamento. Essa heterogeneidade reproduz-se nas redes que se adaptam às variações do espaço e do tempo, pois são móveis. (MOURA & WERNECK, 2001, p. 26).

Cada núcleo urbano tem um mínimo de articulação econômica dependendo daquilo que sua área de influência produz, sendo que a força do capital atuante em cada um desses núcleos é que dá o poder de controle da economia. “São, realmente, os fluxos o ponto alto para compreendermos tanto o espaço como o movimento que o diferencia e o conecta no processo de reprodução do capital” (CATELAN, 2013, p. 69). São as redes de cidades. A dinâmica de poder que cada núcleo representa está assentada na relação de fluxos infraestruturais que engendra as interações espaciais e que produzem novos arranjos estruturais na territorialidade urbana brasileira. E é justamente este poder de controlar a economia que produziu a estrutura da tradicional formação hierárquica urbana brasileira. Porém, este modelo constitui algo que não consegue mais explicar por si só as conexões da atual estrutura urbana nacional e, por que não dizer, também a estrutura urbana mundial.

Cada vez mais, sob a égide do capitalismo que se espraia em escala global, os territórios urbanos se transformam rapidamente e se articulam local, regional e nacionalmente sob uma estrutura espacial que não mais repousa sobre uma única bandeira nacional, mas que tem cada vez mais se apresentado em conexão direta com uma nova estrutura de interação interescalar entre os agentes locais que produzem o espaço e que se localizam foraneamente, como define Santos (2018). Ainda nos últimos anos do século XX, este geógrafo brasileiro nos trazia indicativos desta nova dinâmica quando trabalhava com o conceito de realidade relacional, na qual explicava que a realidade urbana decorre das interações entre os elementos que a constituem. Para a compreensão dessas transformações vertiginosas devemos partir, segundo Santos, de categorias que poderão nos guiar na compreensão das dimensões de análise que enfatizem as relações sociais. O geógrafo David Harvey (1998) atribui às categorias espaço e tempo papel fundamental para a explicação da constituição da espacialidade urbana, uma vez que incorporam as atividades práticas da vida




cotidiana. Estas duas, mais a categoria movimento (SANTOS, 2018), permitem compreender, de certa forma, a existência humana e a sua reprodução social, bem como sua contribuição na produção espacial urbana.

O fato de alguns núcleos urbanos mundiais assumirem uma condição avantajada de poder econômico- que se derrama para além de suas fronteiras, tendo sua linha produtiva sustentada pelo setor financeiro e pelos serviços altamente especializados que constantemente produzem inovações, embaralha e redefine as escalas de articulações espaciais urbanas em todo o mundo, em especial, naqueles países que estão mais atrelados à mundialização econômica. É neste nó urbano que o tempo e o movimento materializam o que vem sendo chamado de cidades globais: aquelas cuja influência espacial se projeta mundialmente.

Este novo jogo de força econômica estrutura não somente um novo modo de produzir, mas a seleção dos lugares onde se produzir, desencadeando processo de crescimento urbano interescares que articulam estes grandes centros com outros núcleos urbanos, independentemente da sua dimensão. Dessa forma, as conexões interurbanas agora se processam diretamente com centros urbanos do topo da rede, não mais necessitando seguir a ortodoxa estrutura escalonada em hierarquias. A nova dinâmica que o capital produziu configura um atalho neste processo, permitindo que se articulem as cidades locais diretamente com outras cidades, independente do seu tamanho, e que se localizem a milhares de quilômetros dali, não necessitando seguir o curso regular da hierarquia tradicional. Catelan (2013, p. 74) define esse processo dinâmico e complexo resultando em “mudanças na funcionalização das cidades”, levadas por três motivos: as novas tecnologias que reorganizam as “redes técnicas”; o aperfeiçoamento da “globalização”; e o “avanço da fronteira de ocupação”. Estes fatores, conjuntamente, imprimem essa nova projeção e atuação de cada cidade na rede urbana.

Não que essa nova interação espacial interescares seja capaz de eliminar a estrutura hierárquica. Ambas se processam num estágio de complementariedade. No caso brasileiro, este novo fenômeno é mais marcante em regiões que ofertam produtos demandados pelo mercado global, com destaque aos produtos agrícolas e minerados, cuja função de *commodities* atende à algar fome da industrialização que transforma tudo e todos em mercadorias. A internacionalização do capital produz essa espacialidade nova, que centra em certos núcleos urbanos regionais médios um poder de articulação até então nunca visto, decorrendo, segundo Catelan, da estruturação “das atividades que nelas se instalam e da



abrangência escalar na qual os agentes econômicos atua” (2013, p. 76). Talvez por isso que, ao se conferir o crescimento urbano brasileiro destas primeiras duas décadas do século XXI, teremos o despontar de um amplo crescimento nos núcleos médios em diversos estados, em detrimento de uma relativa estagnação da expansão da urbanização de grande parte das metrópoles regionais e nacionais brasileiras. Claro que não há, como já dito, um desmonte no processo das hierarquias da tradicional rede urbana nacional, se esboça “um sistema de relações horizontais não-hierárquicas, de complementaridade e cooperação” (CATELAN, 2013, p. 75). O que há de novo é esta estrutura de articulação direta, em escala internacional, entre pontos mais distantes no território que conectam estruturas econômicas comandadas por grandes empresas que têm seus escritórios⁴⁸ de negócios junto ao produtor e ao consumidor. Assim, conectam-se, em uma ligação direta entre ambos, mesmo estando fisicamente distantes (mas em um caráter de vizinhança nunca visto antes, graças à revolução nos serviços de comunicação e transporte). A globalização avizinha os territórios de longínquas distâncias e pode afastar os vizinhos. São outros tempos de territorialidades e outras territorializações do tempo.


Na Geografia, o espaço sempre foi visto como a realidade materializada no tempo pelo trabalho produtivo frutificado nas relações entre os diversos elementos que o constituem. Assim, as interações espaciais expressam a realidade dialética entre agentes de produção e a sua materialidade que, segundo Santos (1988, p. 50) produz “novas formas, processos, estruturas e funções”.

METAMORFOSES DO COTIDIANO NO ESPAÇO URBANO

Se o espaço urbano é *olocus* das mudanças impostas, sobretudo pelas metamorfoses capitalistas, ele é também um espaço de possibilidades. É neste contexto que se estrutura (e se desestrutura) a vida cotidiana, a experiência de vida das pessoas que habitam o espaço urbano (e, eventualmente, as que por ele passam ou sofrem influência direta).

Ao analisar a corrosão do caráter no capitalismo flexível, Sennett (2012) relata uma série de narrativas que estão intimamente ligadas ao espaço urbano. Não que o espaço urbano determine as ações, comportamentos e valores pessoais, mas que claramente existe uma

⁴⁸A estrutura de poder que organiza o espaço geográfico em territórios, segundo Souza, não necessariamente precisa estar fisicamente instalada em todos os territórios. Com os novos equipamentos técnicos “se exerce o poder a grandes distâncias, por meio das modernas tecnologias de comunicação e informação (2020, p. 87). E, certamente, contribui significativamente para desencadeamento dessa nova relação interescalar.




relação dialética entre produção do espaço pela sociedade e produção da sociedade pelo espaço (LEFEBVRE, 1991; SOJA, 1993). Nesta perspectiva, o espaço urbano não apenas é a materialização das relações de produção e reprodução capitalistas, mas, através de sua organização, um agente de mudanças nas relações na escala pessoal.

Sennett (2012) demonstra que o capitalismo flexível provoca mudanças na forma de se organizar o tempo, sobretudo do trabalho, mas que também gera alterações na espacialidade da vida das pessoas, já que a mobilidade se torna a regra no trabalho. Este sentimento de deriva gera ansiedade e a incertezas, e passa a ser regra no cotidiano. A cidade passa a ser, portanto, por excelência, o espaço das possibilidades e das incertezas.

Mesmo assim, o cotidiano continua mantendo certa previsibilidade, ou seja, as possibilidades são limitadas por questões estruturais, ligadas às relações de produção e reprodução. Para Lefebvre (2008), a vida cotidiana é fundamentalmente alienada. A alienação, potencializada pelas relações cotidianas do espaço urbano, possui diversas formas: alienação do trabalhador como objeto, alienação da atividade produtiva, alienação do homem como pertencente a uma espécie, e alienação do homem como ser da natureza (LEFEBVRE, 2008).

As forças econômicas e as formas de controle social ganham novas dinâmicas, conforme demonstrado, no espaço urbano, criando novas manifestações dos processos de alienação na vida cotidiana. A fragmentação da atividade produtiva, típica do capitalismo industrial, ganha nova dimensão no capitalismo flexível, em que o trabalho perde sua condição de estabilidade – gradual extinção da ideia de carreira e substituição pelo trabalho por projetos (SENNETT, 2012). Além disso, nas novas formas do capitalismo, a ideia de rotina é colocada em xeque, o que poderia parecer algo que também levaria à diminuição da alienação do trabalhador como objeto e da atividade produtiva. No entanto, como Sennett (2012) demonstra, apesar de a rotina poder degradar, ela pode proteger, pois ancora o trabalhador a uma estrutura previsível, a uma carreira, sendo que “a repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam (SENNETT, 2012, p. 52)”. Estas novas estruturas de poder, a saber, reinvenção descontínua de instituições, especialização flexível da produção e concentração do poder sem centralização (SENNETT, 2012) atingem sobretudo os trabalhadores urbanos, já que a cidade é a expressão máxima do capitalismo flexível, bem como *locus* das metamorfoses das relações e estruturas de trabalho.



Assim, os trabalhos – sobretudo nas metrópoles e, mais recentemente, nas cidades médias – se tornam flexíveis por excelência, criando novas facetas para a alienação. Isto ocorre, pois a flexibilidade não extingue as relações de poder, mas cria “um novo poder” ligadas a “forças que dobram as pessoas à mudança” (SENNETT, 2012, p. 66). Uma destas mais significativas mudanças é o flexitempo, expressão das novas relações de trabalho, com novas formas de controle (às vezes até mais poderosas). Assim, o ser humano, a fim de se adaptar à flexibilidade do capitalismo produtor do espaço urbano (e produto do mesmo), acaba se afastando de suas atividades criativas, já que a liberdade nas relações de produção são ilusões e as ações institucionais dos detentores de poder (econômico e político) tendem a homogeneizar o espaço e as relações de acordo com seus objetivos (LEFEBVRE, 1991; SERPA, 2014).

Serpa (2014, p. 122) demonstra como habitantes do espaço urbano constroem representações idealizadas da natureza (“natureza intocada”), ao ponto de “declarar os seres humanos como não ‘naturais’”. O afastamento simbólico da natureza na vida cotidiana das cidades cria também representações de dicotomia cidade *versus* campo, sendo este o espaço próprio da “natureza” (SERPA, 2014). O autor também discute a representação da oposição entre natureza e cultura, que leva à percepção dos espaços naturais como “guetos ‘preservados’”, que acabam servindo à reprodução do sistema capitalista ao servir de espaços de lazer para os habitantes das cidades (SERPA, 2014, p. 119). O homem urbano passa, através de ações do planejamento e da vida cotidiana alienada, sentir-se alienado da natureza, criando representações idealizadas, mas também reforçando representações do caráter utilitário e mercadológico da mesma.


No entanto, Lefebvre (2008), em sua leitura dialética da vida cotidiana, apresenta a antítese à alienação (tese), que é a busca do homem total. Este ideal não é possível de ser conquistado em absoluto, mas pontualmente, através de experiências plenas, que rompem com a alienação. Estas experiências plenas são chamadas de momentos de presença (LEFEBVRE, 2006) e ocorrem na instância da espacialidade dos espaços de representações (vivido), que compreendem, na tríade espacial, a negação da negação, ou seja, a resistência da dimensão das representações do espaço (concebido) (LEFEBVRE, 1991). Nesta perspectiva, as ações de planejamento urbano (concebido) encontram resistência subterrânea na vida cotidiana em momentos em que os sujeitos buscam, mesmo que de maneira inconsciente, a desalienação.

PALAVRAS FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR...

Se o espaço urbano, em tempos de capitalismo flexível, multiplica e constantemente metamorfoza as formas de alienação, ele também é capaz de produzir (porque também é produzido pela sociedade) uma diversidade de formas de rompimento com esta alienação. Tais momentos de presença são geralmente construídos a partir do lazer, do contato com as artes, mas também em festejos e celebrações. No entanto, Lefebvre (2008) adverte que as atividades de lazer passivas contêm, em seu cerne, alienação, sendo, portanto, nas atividades que exigem atitudes ativas que o ser humano alcança efetivamente os momentos de presença.

Mas como tais atividades podem ser incluídas na vida cotidiana, quando as novas relações de trabalho ou, mais exatamente, a precarização do trabalho e de suas relações, criam eficientes instrumentos de controle e de reprodução? Como, a fim de vivenciar momentos de presença, romper com o *flexitempo* que atrela o trabalhador ao trabalho mesmo em seus momentos de lazer? Como se conectar, em tais atividades, à natureza no espaço urbano dada sua fetichização ou representação como pastiche? Abre-se, portanto, um profícuo campo de estudo, no qual vários geógrafos e pesquisadores das ciências humanas têm se debruçado a desvendar e dedicado sua atenção nas últimas décadas.

Nessa medida, em contexto da nova globalização que se acena ou da análise de da globalização em tempos de crise, Harvey (2020) traz uma tentativa de interpretação do mundo durante e a partir dos primeiros ensaios de perspectivas da (des)ordem evidenciada com a pandemia de Covid-19. Em seus escritos, menciona dois cenários distintos, mas interligados, de como o capitalismo funciona (ou passa a funcionar). No primeiro cenário menciona um mapeamento das contradições internas da circulação e acumulação de capital, à medida que o valor monetário flui em busca de lucro através dos diferentes momentos de produção, consumo e distribuição e reinvestimento. Em outras palavras, se revela como um arranjo da economia capitalista na forma de uma espiral de expansão e crescimento sem fim. No segundo cenário, o autor destaca uma formação social distinta, com fortes contradições dentro do mecanismo econômico que alimenta essa formação social ao longo de certos caminhos dentro da sua evolução histórica e geográfica. Esse é o cenário que aponta fortes mudanças nos arranjos institucionais, nas disputas políticas, nos confrontos ideológicos, nas perdas, nas derrotas, nas frustrações e alienações, todas elaboradas, segundo o autor, em um mundo de acentuada diversidade geográfica, cultural, social e política.



Resta saber qual ou quais os direcionamentos que a cidade e o urbano tomarão no Brasil, país que vem sofrendo com múltiplas crises, como a pandêmica, a econômica, a do desemprego e da precarização do trabalho e da vida humana, da institucional e, principalmente, a resultante das atitudes e manifestações explícitas de ódio racista, classista, homofóbica que dilaceram barbaramente, de forma coletiva, a ordem democrática e os avanços nos direitos sociais e, de forma individual, as situações pessoais de cada cidadão que compõe essa sociedade diversa.

Ainda é cedo para tecer quaisquer afirmações que possam ser consideradas como assertivas, mas o cenário que se avizinha só se lança em perspectivas otimistas se considerarmos as redes de solidariedade em curso. Tais redes se revelam pelos movimentos de luta coletiva por direitos violados e, também, pelas correntes de ajuda mútua e eficaz diante das emergências cotidianas, às quais fazem frente ao Estado ausente e à perversa onda do mal onipresente. Especificamente, a sorte das cidades brasileiras está lançada, mais uma vez, na força criativa de uma população que se ressignifica diante da necessidade de fazer corajosa e continuar lutadora. Certamente, ainda se acredita na humanidade. Quiçá, outro Brasil ressurgirá desse caos.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo/SP: Contexto, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Col. *Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CRUTZEN, Paul. J. **Geologia da humanidade**. *Nature* **415**, 23 (2002). Disponível em <https://doi.org/10.1038/415023a>, acesso em 18 jul. 2020.

GONÇALVES, Carlos. Hierarquia, policentrismo e complexidade em sistemas urbanos. In.: **Revista E-metropolis**. nº 25, ano 7. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2016. p. 26-34.

HARVEY, David. **La condición de lapostmodernidad**: investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998.

_____. **O colapso da espiral de acumulação infinita** (2020). Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/harvey-o-colapso-da-espiral-de-acumulacao-infinita/>, acesso em 01 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD(2015)**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=downloads>, Acesso em 29 fev. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.2ª ed.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Critique of everyday life – volume 1: introduction**. London: Verso, 2008.

_____. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: FCE, 2006.

_____. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOURA, Rosa; WERNECK, Débora Zlotnik. Rede, hierarquia e região de influência das cidades; um foco sobre a Região Sul. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Jan-jun./2001. Curitiba: IPARDES, 2001. p. 25-55.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.4 ed.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **A urbanização brasileira.5 ed.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

_____. **Espaço e método.1 ed.** São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2014.


SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.Coleção Virando Séculos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.5 ed.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPÓSITO, Eliseo Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.



SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças, e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAPÍTULO 26

O *ADVOCACY* E AS MÍDIAS SOCIAIS NA DEFESA DA DIVERSIDADE: UM PROJETO PRÁTICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Mayara Thalita de Almeida, Bacharel em Relações Públicas da Escola de Comunicação e Artes – PUCPR

Marcos José Zablonsky, Professor Dr. da Escola de Comunicação e Artes, PUC/PR

RESUMO


O presente trabalho tem como tema um projeto prático de relações públicas, abordando o *advocacy* e as mídias sociais na defesa da diversidade. Este projeto apresenta-se como pesquisa exploratória e foi estruturada a partir das pesquisas bibliográfica e documental, análise dos ambientes da organização, finalizando com o diagnóstico e propostas de intervenção com o plano assessoria de relações públicas com foco no Terceiro Setor, dividido em 3 programas: Acuenda, Levantando a Bandeira e Amigos do Dignidade, com foco, respectivamente na comunicação organizacional integrada, levantar a bandeira contra o preconceito e criar novas parcerias com a ONG.

Palavras-Chave: Relações Públicas; *Advocacy*; Mídias Sociais; Assessoria de Comunicação; Diversidade.

INTRODUÇÃO

Na Carta da Terra (ONU, 2000) - declaração com princípios éticos considerados fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e pacífica no século XXI - afirma-se que a igualdade e a equidade de gênero são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do planeta. Em conformidade com isso, Kunsch et al. (2007) declara que a cidadania é o desenvolvimento social com igualdade. No entanto, segundo o levantamento do Grupo Gay da Bahia (2018), em 2017 a cada 20 horas um LGBTI+ morreu de forma violenta, totalizando 445 homicídios, o que faz do Brasil campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais.

O *advocacy* pode ser considerado uma prática democrática fundamental para reverter esse cenário e garantir a cidadania LGBTI+, uma vez que é capaz de exercer influência na tomada de decisões junto aos governantes, de modo que possa dar vozes a diversos setores da sociedade sobre vários temas, como por exemplo minorias étnicas, direitos humanos e homossexuais (GALAN, 2012), com questões e propostas pautadas dentro da lei e da ética




(FARHAT, 2007). Segundo Kunsch et al. (2007), a defesa de ideias e direitos em benefício da sociedade precisa encontrar amparo nas articulações das Organizações da Sociedade Civil (OSC), especialmente àquelas envolvidas em causas sociais, como é o caso do Grupo Dignidade, fundado em 1992 na cidade de Curitiba, no Paraná. Ao longo de sua trajetória, a ONG conseguiu influenciar e subsidiar as políticas públicas no nível municipal, estadual e nacional no que tange a luta a favor dos direitos LGBTI+, tendo o *advocacy* como a principal área de atuação.

Para promover o objetivo de executar estratégias de assessoria de comunicação com abordagem de relações públicas, foi necessário identificar problemas organizacionais relacionados aos processos comunicacionais internos e externos. Pensando também em ampliar a visibilidade das atividades de defesa de causa do grupo LGBTI+, o Grupo Dignidade foi escolhido para o desenvolvimento de um projeto experimental do curso de relações públicas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

OBJETIVO

Com o propósito de otimizar os processos comunicacionais, analisados a partir de uma série de pesquisas bibliográficas, documentais e entrevistas, foi desenvolvido um diagnóstico e, com base nisso, um planejamento de comunicação para auxiliar no desenvolvimento das atividades promovidas pelo Grupo Dignidade. Por sua vez, a ONG trabalha para promover a livre orientação sexual, identidade e expressão de gênero, bem como dos direitos humanos e da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+).

O plano de ações desenvolvido teve como objetivo geral executar estratégias de assessoria de comunicação com abordagem de relações públicas para contribuir nas ações de defesa de causa do Grupo Dignidade. Neste projeto, diversos problemas apontados ao longo do diagnóstico tornaram-se evidentes, como a ausência de uma pessoa capacitada para lidar com a comunicação. Este problema fazia-se notar na linguagem maçante utilizada nas mídias sociais e na dificuldade de disseminar os eventos e ações da ONG. Isto posto, para o plano de ações de relações públicas, foram elaboradas 20 estratégias de comunicação delineadas para contribuir com o alcance do objetivo do projeto. Para tanto, os objetivos específicos traçados foram: a) tornar o Grupo Dignidade conhecido perante seus públicos externos; b) disseminar as ações de *advocacy* visando engajamento dos públicos de interesse; c) melhorar a comunicação interna da organização; d) facilitar a compreensão de terceiros sobre o trabalho



da ONG por meio de divulgação institucional; e) elaborar conteúdo para dar visibilidade às ações e projetos da organização.


JUSTIFICATIVA

Quinteiro (2006) defende que a comunicação do Terceiro Setor possui o objetivo de ir além da transmissão de mensagens, tendo como função a construção da cidadania. Por esse motivo, organizações deste cunho precisam encarar a comunicação como prioridade, pois a razão de existirem é ouvir seus membros, comunicar suas posições para a comunidade, bem como representá-la e proporcionar feedback. Em conformidade com isso, Kunsch (2009) afirma que o relações públicas precisa estar em sintonia com a sociedade, valorizando os princípios da democracia, diversidade, pluralismo e justiça social, servindo inclusive como meta das universidades para os estudos de comunicação. Atendendo esse preceito, Harrad, Reis e Simonetti (2009) afirmam que as questões prioritárias em direito e cidadania LGBTI+ não devem ser tratadas isoladamente, sendo uma temática de interesse coletivo.

Um levantamento feito pelo Grupo Gay Bahia (2018), apontou que em 2017 atingiu-se o recorde de crimes de homofobia, onde 445 pessoas LGBTI+ foram assassinadas, representando um aumento de 30% em relação ao ano anterior. Nesse aspecto, as ONGs e coletivos ganham um papel central no engajamento de defesa de causa, estando a frente no debate por mais respeito ao indivíduo. Agentes transformadores – como profissionais de relações públicas – visam mudanças nas políticas, normas sociais, instituições e na percepção da população, sendo o *advocacy* uma prática extremamente importante nesse processo de articulação. Os dados a respeito da violência praticada contra as minorias LGBTI+ no Brasil apontam para uma falha na prática dos direitos, fazendo com que seja necessária a organização de movimentos sociais para suprir as necessidades da população, que se apropria de estratégias de *advocacy* para que haja garantia de cidadania para as minorias afetadas.

Sabendo que todas as pessoas têm o direito de gozar dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem distinção de qualquer espécie, torna-se extremamente relevante a promoção de campanhas de conscientização que visem ampliar a visibilidade das estratégias de defesa de causa do grupo LGBTI+.

As mídias sociais têm um grande poder de comunicação de massa porque por meio dela é possível encontrar facilmente o público de interesse de qualquer organização, bem




como eliminar barreiras geográficas – é possível comunicar algo tanto para quem está perto, como para quem está do outro lado do país – e isso também se aplica para organizações sem fins lucrativos, conforme Pinho (2003). No entanto, o ambiente virtual oferecido pelas mídias sociais apresenta um cenário hostil e politicamente polarizado. É o que demonstra o documentário “O Dilema das Redes” publicado na plataforma de streaming Netflix em setembro de 2020. Esta produção aponta a intolerância como fruto da extrema polarização política e menciona a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, que por sua vez foi influenciada pela Rússia.

No Brasil, pode-se contextualizar o uso das mídias sociais para a disseminação de *fake news*⁴⁹ de todos os gêneros, especialmente com o intuito de influenciar a população a decidir questões de interesse comunitário com base na opinião de grupos minoritários, bem como a escolha de representantes políticos para ocupar cargos estatais ofertados pelo modelo democrático brasileiro. O documentário ainda cita as redes sociais como responsáveis por contribuir com a ascensão de líderes populistas, entre eles o brasileiro Jair Bolsonaro. Dado o cenário político exposto, o poder das mídias sociais e o papel das relações públicas na defesa da democracia, considera-se de extrema relevância uma abordagem consciente e especializada a respeito do tema, para que asintempéries enfrentadas pela comunidade tenham o seu impacto amenizado em organizações como o Grupo Dignidade.

As mídias sociais se apresentam como uma ferramenta viável para a disseminação das atividades de defesa de causa do Grupo Dignidade. A análise do macroambiente – cenário no qual o grupo Dignidade está inserido, considerando uma série de fatores que podem impactar as atividades da organização, como por exemplo a política, a tecnologia e fatores socioculturais – reafirma a relevância deste estudo, pois apesar de as organizações estarem mais conscientes do seu papel social, incorporando a diversidade em seus valores e sendo cada vez mais inclusivas, os conservadores estão mais ativos e se opõem como resistência a cada conquista de grupos minoritários como o público LGBTI+, setor mais marginalizado socialmente.

A ausência de um departamento de comunicação estruturado na organização foi uma questão bastante debatida durante o planejamento, porque isso acabava gerando centralidade

⁴⁹Termo em inglês para designar a veiculação de notícias falsas como se fossem reais. Esse tipo de texto geralmente é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo. (BRASIL ESCOLA, 2020)




na comunicação e dificultando a divulgação dos projetos da ONG. Tendo isso em vista, buscou-se abordar ações para a melhoria dos processos comunicacionais. Segundo Pinho (2003), trabalhar estrategicamente a sensibilização da opinião pública, ao lado do poder político, administrativo e econômico, bem como os processos de comunicação são as práticas mais desafiantes que os profissionais da área de comunicação poderão enfrentar. Com isso, a proposta de estruturar um setor de comunicação também se justifica. Ademais, justifica-se também pela busca do grupo em colocar em prática os conceitos desenvolvidos ao longo do curso, abordando uma temática que possui caráter de defesa de causa pessoal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido a partir da linha de pesquisa dos estudos comunicacionais, sendo escolhida a linha da gestão e tecnologias da comunicação, disponibilizada pelo curso de relações públicas e ajustadas a Escola de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Representa as organizações não governamentais, considerando os objetos de investigação e analisando os seus aspectos culturais, sociais e econômicos. Após definir o tema e o problema, recorreu-se à pesquisa bibliográfica em busca de compreendê-los, possibilitando o desenvolvimento de objetivos geral e específicos para contribuir com a sua resolução.

A estruturação da pesquisa exploratória foi estabelecida de acordo com o proposto por Kunsch (2016): pesquisa bibliográfica, documental, análise do cenário específico com proposta de intervenção. Além de dados secundários disponibilizados por institutos de pesquisas e inclusive da própria organização, abordando as práticas de *advocacy* na defesa de causa, bem como análise do ambiente interno, macroambiente, microambiente, SWOT, diagnóstico de comunicação e o plano de ações.

A priori, para conhecer mais sobre a organização, realizou-se uma pesquisa documental. Foram considerados as seguintes fontes de informação para o trabalho: portfólio da ONG, o planejamento estratégico traçado no começo do ano de 2018, regimento interno, bem como a avaliação das métricas e dados da página do Facebook e do Instagram do Grupo Dignidade que se iniciou no dia 27 de abril de 2018 e foi finalizada no dia 23 de maio de 2018.



Outro método essencial na elaboração deste planejamento de comunicação foram as entrevistas em profundidade, porque segundo Duarte (2006) é possível entender como a comunicação está sendo percebida pelos funcionários por meio deste método. Foram realizadas três entrevistas em profundidade semiabertas, cujas quais são caracterizadas por um entrevistador conduzindo o andamento das perguntas, baseando-se em um roteiro de questões-guia. A seleção dos entrevistados deu-se por conveniência, sendo que um colaborador que estava disponível no dia. Além disso, um dos dirigentes da organização foi selecionado estrategicamente para a entrevista, caracterizado como informante-chave, por conta do seu envolvimento e profundo conhecimento das informações consideradas fundamentais para a pesquisa.

A primeira entrevista feita foi com o Diretor Administrativo, Lucas Dionisio, cuja finalidade era coletar informações sobre a comunicação interna e a cultura organizacional. O questionário semiestruturado foi baseado no roteiro de Kunsch (2009) e adaptado para o Terceiro Setor. O segundo entrevistado foi o psicólogo voluntário, Renato StaevieBaduy. A escolha foi motivada pelo fato de o setor de atendimento psicológico ser mais presente no cotidiano da organização do que outros setores que prestam serviços esporadicamente, como o de atendimento jurídico. A entrevista teve o intuito de saber qual era a percepção do colaborador sobre a cultura organizacional. Todas as entrevistas ocorreram na sede da organização e foi utilizado um gravador de áudio e anotações manuscritas para o registro das respostas. Após esta etapa, foram levantadas frases e palavras utilizadas nas entrevistas, a fim de verificar quais as os temas mais recorrentes.

Com as entrevistas em profundidade, percebeu-se que uma das demandas da organização estava na formalidade da comunicação que, até a chegada dos autores deste projeto, era qualificada como necessária e suficiente, de modo que não era enxergada como um setor prioritário na área de atuação do Grupo Dignidade, demonstrando problemas em comunicar ao público LGBTI+ a importância das ações articuladas pela organização.

Além das entrevistas em profundidade, foi realizada uma pesquisa de opinião na Marcha pela Diversidade, organizada pelo Grupo Dignidade no dia 8 de julho de 2018. O evento é um canal estratégico por concentrar uma grande parcela do público de interesse e a finalidade da coleta de informações é para analisar e mensurar a percepção do público a respeito da temática LGBTI+ sob as perspectivas política e sociocultural. A partir das informações coletadas, foi possível estabelecer um panorama tanto interno quanto externo à



organização, que possibilitou a análise de fundamentação para o planejamento estratégico de relações públicas.


Com base no material coletado e analisado nas entrevistas, juntamente com a análise dos cenários internos da organização e do macroambiente no qual a ONG está inserida, foi desenvolvido um diagnóstico, fundamental para a formulação das propostas de intervenção inseridas no plano de relações públicas. Desta maneira, o plano se dividiu em 20 ações separadas em 3 programas: 6 para Acuenda, 10 para Levantando a Bandeira e 4 para Amigos do Dignidade. Além disso, é importante destacar que um dos membros da equipe esteve atuando como voluntário direto na organização, o que influenciou na mudança de comportamento e na execução das ações propostas pela equipe.

DESCRIÇÃO DO PROCESSO

O plano de relações públicas apresentado, além de ser um projeto prático experimental como requisito para o Trabalho de Conclusão de Curso, promove um processo de reflexão no estudante acadêmico, especialmente por se tratar de uma equipe que possui membros que se identificam como LGBTI+. O projeto, iniciado em abril e finalizado em novembro de 2018, contou com o desafio de executar estratégias de assessoria de comunicação com abordagem de relações públicas para contribuir nas ações de defesa de causa do Grupo Dignidade, na cidade de Curitiba (PR). Com um grupo inicialmente formado por quatro estudantes, a primeira meta do projeto era encontrar organizações do Terceiro Setor que tivesse frente de trabalho as abordagens de *advocacy*. Neste percurso, foi escolhido o Grupo Dignidade especialmente pela proximidade com a defesa de causa, mais precisamente os direitos LGBTI+.

A fim de compreender a organização e suas motivações, foi feita uma análise dos cenários internos e externos (SWOT) para mensurar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do Grupo Dignidade; bem como um diagnóstico onde foram apresentados os problemas referentes à falta de visibilidade junto ao público beneficiado pela entidade, além de problemas na linguagem utilizada nas mídias sociais da organização, apresentando-se de forma massiva e excessivamente acadêmica.

Ao analisar o cenário político brasileiro, considerando a área de atuação do Grupo Dignidade, um dos maiores problemas encontrados no desenvolvimento do projeto foi o fato



de uma bancada conservadora estar presente no congresso, influenciando as articulações de políticas públicas para a população LGBTI+, podendo incentivar manifestações preconceituosas nas mídias sociais e até mesmo em espaços públicos, podendo chegar ao uso da violência por conta desse preconceito.

No âmbito interno da organização é a falta de um gestor de comunicação habilitado para a execução de um planejamento de comunicação organizado e direcionado para resultados, gerando assim uma centralidade na comunicação, haja vista o fato de que os diretores procuravam fazer tudo sozinhos, tentando desenvolver esse papel da comunicação da melhor maneira possível, em meio a tantos compromissos que já possuem em sua agenda. Devido a essa falta de organização relativa aos processos comunicacionais no Grupo Dignidade, a rotatividade dos voluntários era muito alta. O fato de não haver um calendário de atividades que pudessem ser delegadas aos voluntários capacitados para o desempenho das funções de comunicação acabava por deixar as atividades sem direcionamento.

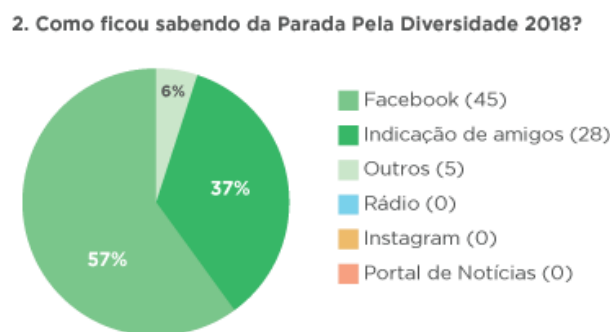
Em síntese, após o diagnóstico a equipe elencou três grandes desafios para a organização: 1) A falta de um setor de comunicação estruturado com mão-de-obra capacitada para atender as demandas da organização, 2) A falta de divulgação da existência da ONG, sua real função e de seus projetos, como por exemplo, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o acompanhamento psicológico para pessoas que sofrem preconceito por conta da condição de sua orientação sexual ou expressão de gênero, e 3) Relacionamento com as mídias sociais e veículos de comunicação com pouco aproveitamento. Este último sendo um dos mais críticos, pois organizações como o Grupo Dignidade precisam do apoio das mídias para conseguir a pressão popular, tanto para evidenciar as conquistas e avanços da comunidade LGBTI+, quanto para reivindicar políticas públicas, conseguir captar voluntários e instituições interessadas em realizar parcerias, patrocínios e alianças. A partir da problemática levantada, as estratégias foram pensadas dentro de um plano de relações públicas, que se fragmentou em três partes: *Acuenda*, *Levantando a Bandeira* e *Amigos do Dignidade*.

Na etapa *Acuenda*, iniciou-se a construção de uma nova fase no Grupo Dignidade. A partir dela foi desenvolvida a primeira ação, com o objetivo de estruturar um setor de comunicação na ONG; o Grupo Dignidade 4.0 para construir a persona virtual da organização e estreitar o relacionamento com o público LGBTI+ nas mídias sociais, bem como o Manual de Boa Conduta visando manter uma linguagem padrão tanto no meio virtual como de

comportamento, servindo como um guia para voluntários, além de ações com foco na imagem institucional e uma pesquisa de opinião para conhecer os interesses do público LGBTI+.

Com o intuito de embasar as ações apresentadas no plano de intervenções proposto, foi realizada uma pesquisa de opinião na Marcha pela Diversidade em 8 de julho de 2018, no município de Curitiba, no Paraná. Foram abordadas um total de setenta e oito pessoas no período entre 13h e 19h, onde elas responderam sete perguntas chaves coletadas pelo celular dos entrevistadores, utilizando a ferramenta *Qualtrics*. A primeira pergunta da pesquisa buscou saber onde moravam os entrevistados, pois a região escolhida para aplicar a pesquisa foi a cidade de Curitiba, no Paraná. Deste modo, se fez necessário que os entrevistados preenchessem este requisito para prosseguirem com a pesquisa.

Figura 1 - 57% do público presente na marcha ficou sabendo do evento por meio do Facebook.



Fonte: Os autores, 2018.

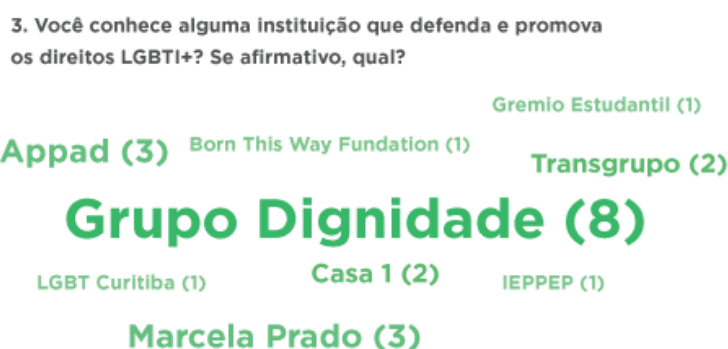
A segunda pergunta da pesquisa questionava como os participantes ficaram sabendo do evento, onde 57% dos entrevistados responderam que foi pelo Facebook, conforme ilustra a Figura 1. Isso comprova que as mídias sociais são uma excelente ferramenta para ter um relacionamento mais próximo com o público beneficiado pelo Grupo Dignidade, de modo que é possível gerar engajamento e trazer visibilidade para as ações articuladas pela organização. Além de reforçar a necessidade de levar conteúdos verdadeiros, relevantes e de interesse comunitário para as mídias sociais, a fim de evitar ou amenizar os impactos da polarização política causada pelas *fake news*.

Ao serem questionados a respeito do conhecimento em relação à entidades que promovem a cidadania LGBTI+, o Grupo Dignidade apareceu em evidência, conforme ilustra a Figura 2. A pergunta semiaberta dava a possibilidade de citar qual organização o entrevistado conhecia, em caso afirmativo, de modo que não era obrigatório responde-la para prosseguir com o inquérito. Vale ressaltar que em momento algum os entrevistadores se

identificaram como parte voluntária do Grupo Dignidade, a fim de não interferir nos dados coletados.

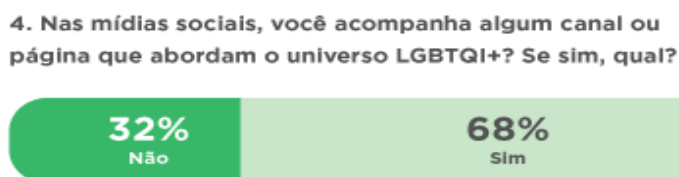
Além do Grupo Dignidade, também surgiram nomes como Transgrupos e Marcela Prado, que se tratam de um projeto gestado no próprio Grupo Dignidade e que posteriormente cresceu ao ponto de ganhar proporção de Organização Não Governamental. Além disso, aparecem IEPPEP e APPAD, que nada mais são do que congêneres do Grupo Dignidade, atuando como parceiros nas atividades de defesa de causa, somando forças em projetos ligados à saúde, educação e cidadania de modo geral. Dessa forma, concluiu-se que a ONG é relativamente conhecida entre o público, reforçando a necessidade de apropriar a sua linguagem a outros contextos – como as mídias sociais e outros canais de comunicação – para além dos átrios dos Três Poderes, engajando a opinião pública na defesa de causa e somando forças nas estratégias de *advocacy*.

Figura 2 - O Grupo Dignidade possui visibilidade relevante entre o público da marcha.




Fonte: Os autores, 2018.

Figura 3 - Os produtores de conteúdo voltado ao público LGBTI+ servem como base para identificar a linguagem apropriada para se comunicar com o público.



Fonte: Os autores, 2018.

A pergunta ilustrada na Figura 3 buscou reconhecer canais e páginas que abordam o universo LGBTI+, na perspectiva das mídias sociais. Esta pergunta tinha como objetivo identificar os canais mais populares que debatem assuntos de interesse da comunidade LGBTI+, bem como a abordagem utilizada em cada uma das páginas/canais. Dessa maneira,




foi possível observar a linguagem utilizada em plataformas como Youtube, Facebook Instagram, de modo que serviu como referência na realização do material de engajamento nas ações de comunicação digital do projeto. As repostas afirmativas corresponderam 68% do total, sendo que alguns entrevistados compartilharam diversos canais que seguiam. Entre eles, podemos destacar: Põe na roda, JoutJout, Canal das Bee, Cats Club, Diva Depressão, Drag-se, Mandy Candy e Lorelay Fox. Os nomes citados foram inseridos nos *mailings lists* elaborados posteriormente na etapa Levantando a Bandeira.

Além de servir como fonte para referências de publicações que o público LGBTI+ tem interesse em acompanhar, saber quais canais o público acompanha nas mídias sociais pode ampliar a visão a respeito da presença deste público nas mídias sociais. A partir disso, foi possível formar alianças para ajudar na propagação de notícias verídicas e informações essenciais a respeito da defesa dos direitos LGBTI+, servindo de contraponto para as publicações de *fake news* abordando equivocadamente o tema tratado.

A etapa Levantando a Bandeira foi desenvolvida com o propósito de trazer conscientização a população por intermédio da comunicação e do seu objetivo maior que é comunicar informações verídicas, relevantes e de interesse coletivo. As ações foram pensadas para o público externo – ou seja, fora do Grupo Dignidade – tanto pelo meio digital, quanto físico. Isso se deve ao fato de que no diagnóstico foi detectado que não existia uma aproximação satisfatória o público alvo da organização, que nesse caso trata-se de pessoas da comunidade LGBTI+ e órgãos públicos responsáveis por desenvolver políticas públicas de inclusão pautadas na diversidade. Este programa tem como objetivo de levantar a bandeira contra o preconceito, a desinformação e a discriminação, a partir de ações específicas que compõem o mesmo.

Dentre as dez ações desta etapa, vale destacar o resgate da história LGBTI+ afim de alertar a população da importância de evidenciar o percurso das minorias LGBTI+ na busca por direitos, bem como os riscos que os direitos humanos correm ao se depararem com um cenário repleto de discursos preconceituosos e violentos no qual se encontra o país atualmente.

Na ação Memória Viva, foram catalogados mais de novecentos artigos e revistas com a temática LGBTI+, incluindo alguns exemplares do jornal Lampião da Esquina, que por sua vez foi um jornal homossexual brasileiro que nasceu dentro do contexto da imprensa alternativa, durante a atenuação do período de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964



e circulou durante os anos de 1978 e 1981. De acordo com o Grupo Dignidade, o jornal “representou uma classe que não possuía voz na sociedade, mostrando-se importante para a construção de uma identidade nacional pluralista.” (DIGNIDADE, 2018).

Esse jornal tinha o intuito de abrir um discurso a minorias e ampliar a mente das pessoas para evitar a discriminação e o preconceito. Inclusive, na sua fase final o jornal se tornou mais ousado, abrangendo informações de cunho político e mais polêmicas, até mesmo ensaios sensuais. Para provar o impacto desta ação, foi selecionado algumas capturas de tela da versão digitalizada do jornal Lampião na Esquina que apresenta as informações divulgadas nesta época. Esse regaste é considerado de extrema importância, principalmente pelo momento político em que o Brasil está enfrentando após os acontecimentos políticos que ocorreram a partir do ano de 2015, com o Impeachment da então presidenta Dilma VanaRoussef.

Conforme ilustra a Figura 4 sobre a edição extra de dezembro de 1979, com a manchete “Nessa democracia quem governa é a minoria branca”, fica evidente que o preconceito contra mulheres, negros, índios e homossexuais sempre esteve muito presente, de forma que a luta contra a repressão precisa ser evidenciada para impedir que as conquistas comecem a retroceder.

É de extrema importância esse resgate das memórias na luta por direitos humanos e igualdade no Brasil, pois tanto as conquistas alcançadas quanto as repressões sofridas pelas classes minoritária precisam ser evidenciadas, para que a ordem e o progresso sejam garantidos e gozados em sua plenitude pelas novas gerações, porém sem nunca esquecer que a luta é legítima e comanda por pessoas que não tinham a liberdade com a qual nos deparamos no ano de 2020.

Figura 4 - O governo do homem branco interfere na política das minorias.



Fonte: Grupo Dignidade, 2018.

Na 8ª edição do jornal em 1979 é possível observar como os índios sempre foram discriminados, pois como mostra na Figura 5, depois da chegada dos colonizadores tudo mudou até mesmo a saúde e a liberdade. Com isto, é possível observar que as minorias devem se unir para que a repressão e o preconceito sejam combatidos, pois, a raiz dos problemas dos grupos das mulheres, negros, índios e homossexuais possuem um denominador em comum.

Considerando o fato de que a democracia deveria atender à princípios de pluralidade e diversidade, mas na prática ela vem sendo representada apenas pela figura do homem branco, nota-se a necessidade de redirecionar as práticas políticas para atender à todos os grupos da sociedade, principalmente as minorias.

Figura 5 - As minorias devem se unir para atingir os objetivos de igualdade.



Fonte: Grupo Dignidade, 2018.

O evento Bate Papo Sobre Diversidade organizado pela equipe para receber o Diretor Executivo do Grupo Dignidade, Toni Reis, na PUCPR teve o objetivo de levar informações sobre os direitos humanos e a defesa de causa LGBTI+ para o ambiente acadêmico. Além disso, a campanha It Gets Better mobilizou algumas personalidades LGBTI+ de sucesso para falar sobre prevenção de suicídios dos jovens LGBTI+, como por exemplo o cantor David Sabbag, juntamente com a ação Família é Amor, que tem como foco a elaboração de um vídeo demonstrando que uma família com membros LGBTI+ pode ser tão bem estruturada quanto uma família padrão, foram pontos de destaque no trabalho. Ambas as campanhas estavam em pauta no grupo já há algum tempo, porém sem planejamento para executá-las.

Por fim, a etapa Amigos do Dignidade surge com o intuito de criar novas parcerias, tendo como foco jornalistas, ativistas, *influencers* digitais e apoiadores das causas LGBTI+, utilizando das técnicas de assessoria de imprensa e mídias sociais para reorganizar e adaptar a comunicação com a imprensa, melhorando assim a relação com a mesma. Neste programa, foram elaborados três *mailing lists* estratégicos, sendo intitulados como *Influencers* e De Olho na Imprensa.

Os destinatários foram alimentados com uma Newsletter contendo um clipping semanal de assuntos relacionados não só ao Grupo Dignidade, como à comunidade LGBTI+ como um todo. Essa foi outra estratégia orientada para a propagação de notícias verdadeiras, reforçando o papel de referência que o Grupo Dignidade tem em questões que tratam sobre diversidade. Sobre isso, pode-se afirmar, conforme a publicação da Aberje (2010) que é preciso planejar e elaborar um plano de comunicação para a sustentabilidade, considerando a complexidade dos cenários atuais, para reconhecer se os objetivos estipulados estão sendo cumpridos.

Figura 6 - Toni Reis segurando a bandeira LGBTI+ junto aos acadêmicos e professores da Escola de Comunicação e Artes, durante evento "Bate Papo sobre Diversidade", em outubro de 2018.




Fonte: Os autores, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início desta pesquisa científica provocou uma certa agitação nos processos comunicacionais do Grupo Dignidade, pois a organização reconhece desde o início a necessidade de trabalhar com a sua comunicação. Além de ser uma referência como fonte de dados sobre as minorias LGBTI+ e principalmente em uma das áreas mais férteis para as relações públicas, que é *advocacy*, o Grupo Dignidade é também uma instituição que vivencia a diversidade diariamente e por este motivo sempre manteve as portas abertas para que qualquer pessoa pudesse exercer a sua cidadania em plena liberdade.

O documentário “O Dilema das Redes” mostra que as mídias sociais, ao mesmo tempo que mostram-se como um canal extremamente proveitoso para a comunicação de ações que




buscam trazer visibilidade à questões de cidadania e direitos LGBTI+, também tem o seu lado obscuro de induzir os usuários à cederem a ideias falsas por conta da manipulação de notícias (as *fake news*). Isso traz consequências diretas no comportamento das pessoas e, conseqüentemente, na forma como elas tomam decisões de interesse coletivo – como é o caso das eleições para representantes municipais, estaduais e federais.

Apesar de o *advocacy* se apresentar como uma alternativa para garantir o acesso equitativo à políticas públicas que garantem direitos fundamentais, ainda é preciso considerar o fato de que a democracia só funciona como deve ser se os representantes escolhidos estão dispostos à ouvir as demandas populares e, mais do que isso, atendê-las de modo justo. E considerando o fato de que o ambiente virtual se tornou tão palpável quanto o mundo real ao ponto de interferir nas ações que acontecem fora das mídias sociais e ameaçar a democracia, é papel do relações públicas garantir que assuntos pertinentes à questões minoritárias – como os direitos LGBTI+ – sejam tratados de forma justa, garantindo que não haja violações de direitos constitucionais.

Ainda no que diz respeito às atribuições das relações públicas, torna-se claro a necessidade de planejar e executar estratégias de comunicação norteando a atividade para a defesa dos interesses coletivos na perspectiva dos direitos humanos, buscando dar apoio à fundamentos da democracia, conforme apontado por Kunsch (2009). É possível levantar o questionamento a respeito de como o profissional de relações públicas é importante para ajudar a construir um comportamento de conduta ética dentro das mídias sociais, levando em consideração o bem-estar comum e a defesa da democracia.

Para além das mídias sociais, é importante pensar que o trabalho do relações públicas começa antes de executar uma ação no ambiente virtual, pois existem processos a serem seguidos para que cada etapa do planejamento de comunicação seja integrada e executada de forma assertiva. Começando pelo fato de que a chegada de uma equipe de relações públicas possibilitou a organização desses processos de comunicação no Grupo Dignidade, fazendo com que as atividades da organização se apresentassem com mais eficácia.

Um dos tópicos mais importantes do diagnóstico era a necessidade de estruturar um setor de comunicação e nomear um gestor habilitado especificamente para tratar da comunicação da ONG. É notório o fato de que a área de comunicação é uma das mais importantes para a vitalidade de qualquer organização, para que tanto os processos internos sejam organizados e norteados por um objetivo em comum, como para que as estratégias



direcionadas ao público externo por meio de mídias sociais, eventos e as próprias articulações de *advocacy* junto aos Três Poderes também sejam direcionadas. No entanto, essa área encontrava-se na base da improvisação.

A falta de um setor de comunicação estruturado e especializado resultava em pouco engajamento nas redes sociais por conta da linguagem maçante e excessivamente técnica das publicações, sendo que esse canal exige uma forma de escrita e apresentação de ideia de forma mais descontraída. Além desse problema, havia uma demora excessiva para atender as pessoas que mandavam mensagens interessadas em serem voluntárias do Grupo Dignidade, além da dificuldade de reter voluntários, o que gerava uma grande rotatividade. Isso afeta consideravelmente o andamento das atividades propostas por uma organização, pois cada vez que um integrante deixa a equipe, é necessário despender tempo para encontrar e treinar outra pessoa para assumir o seu papel.

O Grupo Dignidade atua principalmente com estratégias de *advocacy* articuladas junto ao governo, com o objetivo de atender demandas de interesse coletivo, em específico a comunidade LGBTI+. Mas esse objetivo não estava bem esclarecido nas mídias sociais da ONG, porque havia uma carência de informações a respeito das ações desempenhadas por Toni Reis, o responsável não apenas por representar esta frente da organização, como também por ser o porta voz de toda a comunidade LGBTI+.

Além das mídias sociais, não havia uma relação sólida com a imprensa – que também é um relacionamento muito importante a ser construído e fortificado. Especialmente porque o *advocacy* necessita do apoio popular para a efetivação de seus objetivos, de modo que as mídias sociais e a imprensa formam um combo indispensável para dar visibilidade às ações desempenhadas pelo Grupo Dignidade.

As relações públicas trabalham como metodologias humanizadas na perspectiva da diversidade. O profissional de relações públicas também adquire a possibilidade de exercer a sua função como articulador central em questões de defesa de causa, buscando colocar os interesses comunitários acima de crenças individuais. Os direitos humanos exigem que se ampliem os horizontes da diversidade para além do que a vivência individual proporciona, passando a pensar em uma diversidade coletiva. Com essa proposta em mente, o *advocacy* e as relações públicas funcionam perfeitamente para garantir o básico de humanidade e equidade em todos os setores e ambientes, sejam eles políticos, econômicos, socioculturais, tecnológicos, naturais até mesmo virtuais.



REFERÊNCIAS

ABERJE. **Como planejar comunicação para sustentabilidade.** Disponível em: <<http://www.aberje.com.br/blogs/post/como-planejar-comunicacao-parasustentabilidade/>>. Acesso em: 25 jun. 2018

BRASIL ESCOLA. **O que são Fake News?**. Disponível em: <<https://brasileSCO.la/b123841>>. Acesso em 29 set 2020.

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FARHAT, Saïd. **Lobby: O que é. Como se faz: Ética e transparência na representação junto a governos.** São Paulo: Peirópolis: ABERJE, 2007.

GALAN, Gilberto. **Relações Governamentais & Lobby: Aprendendo a fazer.** São Paulo: ABERJE, 2012.

GRUPO DIGNIDADE. **Lampião da esquina.** Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: 08 mai. 2019.

GRUPO GAY BAHIA. **Relatório.** Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Orgs.). **Relações Públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora.** São Paulo: Ed. Summus, 2007.

KUNSCH, Margarida. **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas.** 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2009.

KUNSCH, Margarida. **Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados.** - Recurso Digital. - São Paulo: Summus, 2016.

O Dilema das Redes. Direção: Jeff Orlowski, Produção: Larissa Rhodes. S.I: ExposureLabs, Argent Pictures, 2020. 90 min, son., col.. Documentário exibido pela Netflix. Acesso em 19 set. 2020.

PINHO, José Benedito. **Relações Públicas na Internet.** São Paulo: Summus, 2003.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Carta da Terra.** Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/meio-ambiente/carta-da-terra>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

QUINTEIRO, Eudisia Acunã et al. (Org.). **Um sensível olhar ao terceiro setor.** São Paulo: Summus, 2006.

SIMONETTI, Cecília; REIS, Toni; HARRAD, David. **Guia de Advocacy e Prevenção em HIV/AIDS: Gays e outros Homens que fazem Sexo com Homens.** Curitiba: APPAD, 2009.

CAPÍTULO 27

A DANÇA EM CADEIRA DE RODAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Jeniffer Caroline Santiago Soares, Pós-Graduanda em Educação Especial e Gerenciamento de processos inclusivos, FINAMA

Narciso das Neves Soares, Prof. do Mestrado em Educação em Ciências e Matemática, UNIFESSPA

RESUMO


Este artigo propõe analisar e refletir sobre a dança como instrumento de inclusão social, compreendendo-a como um processo capaz de possibilitar novas perspectivas aos usuários de cadeira de rodas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e abordagem qualitativa, com base em material já publicado: artigos, livros, monografias e dissertações, referente aos temas dança em cadeira de rodas, pessoa com deficiência e inclusão. Foi feito um panorama histórico da pessoa com deficiência (PCD), bem como da dança em cadeira de rodas mostrando como esta pode contribuir com benefícios que são adquiridos a partir da sua prática, levando em consideração a importância da transformação do pensamento capacitista empregado por uma parcela da sociedade em relação ao usuário de cadeira de rodas.

PALAVRAS-CHAVE: dança em cadeira de rodas, inclusão, capacitismo, deficiência física.

INTRODUÇÃO

A dança pode ser um espaço amplamente democrático. Por meio dela, é possível expressar-se livremente com movimentos corporais. Mas, e quando o corpo apresenta limitações no movimento, é possível manter esta liberdade. Considera-se, particularmente, que os cadeirantes, estão representados e são uma resposta para esta questão. Assim, pensar a dança em cadeira de rodas é pensar em novas possibilidades e oportunidades para o indivíduo. Ferreira (2007,p. 52) menciona que no caso da dança com cadeira de rodas “fala-se de uma dança que quebrou regras preestabelecidas, abarcando um vocabulário múltiplo e dando espaço para a criação individual ou coletiva, proveniente de uma larga experimentação de movimentos diferenciados”.

A modalidade da dança em cadeira de rodas propõe uma nova estética, sendo moldada a partir da individualidade da pessoa com deficiência, revelando um novo repertório



caracterizado pelos novos gestos que é capaz de criar. Os corpos demonstram capacidades corporais através das diferentes formas de movimentar-se, o que os torna passíveis de comparação, mesmo assim os bailarinos têm como foco o princípio do prazer e da liberdade(FERREIRA, 2007). A versatilidade da dança tem contribuído na mudança de vida, interferindo diretamente na posição que o usuário de cadeira de rodas tem na sociedade.

Refletir sobre a necessidade de proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem e ao encorajamento da autossuperação, nos faz perceber a importância de multiplicar o conhecimento e o acesso à dança em cadeira de rodas. A dança é um instrumento para o usuário de cadeira de rodas, que o permite acessar novas experiências, conectando o corpo com suas particularidades e a uma nova linguagem que lhe permite integrar-se com e na sociedade. Neste sentido, para Freire (2001, p. 38-39):

A inclusão de pessoas categorizadas como portadoras de deficiências em seu contexto sociocultural tem possibilitado à sociedade abrir novas portas para que todas as pessoas possam usufruir dos bens culturalmente produzidos. O campo das Artes tem se apresentado como uma dessas portas. Verificamos várias tentativas de trabalhos nas áreas plásticas, dramática e na dança, sendo propostos com o objetivo de integrar essas pessoas em sua comunidade.

Desta forma, a pessoa com deficiência, ao entrar no cenário da dança, provoca uma mudança de paradigma ao mostrar por meio de sua expressão artística, que sua deficiência não é um impedimento de seu fazer, e sim faz parte deste. Acreditamos na dança como possibilidade de movimentos para além de corpos, de formas e de técnicas perfeitas; como meio de comunicação e transmissão de ideias, de fala e de expressão dos diferentes sobre os diferentes (GAIO, 2007)

Movidos pela necessidade de confirmar o que foi apresentado nesta introdução, este estudo propõe refletir acerca da interferência da dança como instrumento de inclusão social para o usuário de cadeira de rodas, inclusão esta que se dá com a desconstrução de barreiras atitudinais que dificultam a participação da pessoa com deficiência na vida social. Para Tavares (2013, p. 104):

As barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidas ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos.

METODOLOGIA

O método utilizado é a pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008), trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e abordagem qualitativa, com base em material já publicado, artigos, livros, monografias e dissertações referentes aos temas estudado. No caso deste artigo, os temas abordados são: dança em cadeira de rodas, pessoa com deficiência, inclusão, dança e esporte, dança terapêutica, dança artística e dança educacional. Para Gil, (2008) estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, pode-se dizer que tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.


Os critérios de inclusão foram delimitados a partir da importância do tema para o entendimento da historicidade, do desenvolvimento da dança em cadeira de rodas, das formas de inclusão e exclusão da pessoa com deficiência na sociedade, bem como os estilos de danças que podem ser praticados pelo usuário de cadeira de rodas. Nesse sentido, o estudo objetivou analisar e refletir sobre a dança como instrumento de inclusão proporcionando o desenvolvimento e valorização da pessoa com deficiência no meio social.

UM BREVE HISTÓRICO

Para que sejam entendidas as dificuldades enfrentadas pela pessoa com deficiência ao longo do tempo, será apresentado um breve panorama do contexto histórico em que esse sujeito está inserido. É preciso investigar a relação da pessoa com deficiência ao longo da história da humanidade para compreender a necessidade de buscar meios de inserir esse indivíduo no meio social garantindo seus devidos direitos.

De acordo com a Lei brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), considera-se pessoa com deficiência (PCD) aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Na Grécia antiga a imagem de corpos fortes/perfeitos era vista como um padrão, por outro lado as pessoas com deficiências ou com doenças tinham suas vidas interrompidas ou eram abandonadas por seus grupos de origem. Desde o nascimento se identificada alguma anomalia eram imediatamente rejeitadas. O descaso com a minoria se dava pela necessidade



de sobrevivência, o corpo ideal era preparado para o combate com o objetivo de proteger o estado (CARMO, 1991).


De acordo com Gaio (2006, p. 66) “O segundo núcleo da civilização antiga, Roma, dá continuidade aos pensamentos gregos, na tarefa de construir uma sociedade modelo para a época”. As pessoas que tinham qualquer deformidade eram executadas, julgadas não merecedoras do direito à vida.

No cristianismo, primeiro com Santo Agostinho (354dC-430dC), e depois com São Tomás de Aquino, ocorrem uma ressignificação da dicotomia pregada por Platão e Aristóteles entre corpo e mente. Neste cenário, predominam os ideais da época, de que, a partir da ótica da cristianização, a alma se relaciona a Deus e o corpo à esfera do demônio. Segundo Bianchetti (1995) “A dicotomia deixa de ser corpo/mente e passa a ser corpo/alma. A pessoa com deficiência deixa de ser morta ao nascer, porém passa a ser estigmatizada, pois para o normalismo cristão, católico, deficiência é sinônimo de pecado”.

No período do renascimento, temos a volta do foco no homem, o antropocentrismo, desta forma os interesses no terreno, no natural, no individual e principalmente no ser humano resgata o homem em oposição ao domínio do divino (GAIO, 2006).

Nesta mesma época, com base no pensamento de René Descartes, houve o início das ciências biomédicas, com foco total no homem e suas partes; que se utilizando do cartesianismo, a divisão das áreas em diversas especialidades, esqueceu-se do ser humano como um ser complexo e holístico. Este foi mais um período, no qual “a pessoa com deficiência sai com grandes desvantagens, por não se ajustar aos critérios de rendimento e eficácia” (ZOBOLI e BARRETO, 2006, p. 75).

Já no século XX, com o grande salto tecnológico, impulsionado pelas guerras e corrida armamentista, o foco passa a ser as telecomunicações e a globalização. Nesta época “[...] com a volta dos mutilados de guerra, somados aos deficientes traumáticos e congênitos já existentes, verifica-se o despertar da Educação Física, em especial dos esportes que pudessem atender essa clientela” (GAIO, 2006, p.66). Em meados da década de 1940, temos o crescimento do esporte para pessoas com deficiência, com a criação do movimento paraolímpico na Inglaterra, que tinha como objetivo reabilitar pacientes com lesões na medula espinhal.



Paralelamente, Els-Britt Larsson, que trabalhava para a Federação Sueca de Deficiência Motora, a partir do ano de 1968 se apresenta com uma das pioneiras na dança em cadeira de rodas, usando a modalidade para recreação e reabilitação (International Paralympic Committee, 2017). De acordo com Freire (2001), “O mundo da dança até pouco tempo atrás, era um território só para os corpos perfeitos, ‘perfeitos’ tanto no que se refere à ausência de deficiência física, quanto aqueles corpos definidos a partir do padrão exigido pelo balé clássico”.

Com a chegada do século XXI, temos a transformação da sociedade em diversos aspectos. O pensamento que chega com este novo tempo nos faz rever conceitos e padrões estabelecidos nos séculos anteriores, que tornavam a pessoa com deficiência inapta para vários afazeres, bem como os artísticos, passando de um século excludente para um momento de novas possibilidades e conquistas.


A exemplo, Gaio (2006), já fala sobre uma dança diferente, uma dança sem limites, dizendo acreditar em possibilidades de movimentos além dos corpos, além de formas e técnicas perfeitas. A autora traz um discurso de um meio de comunicação, onde se transmite ideias de fala e de expressão dos diferentes e sobre a diferença.

Mais recentemente, seguindo o pensamento de uma dança em cadeira de Rodas com uma visão contemporânea, Reis e Reis (2020), clamam por uma dança transdisciplinar, que possui pontos que convergem entre a arte e o esporte, possibilitando diversas experimentações. Uma dança plurissignificativa, que permite a descoberta de infinitos sentidos e significados.

A DANÇA EM CADEIRA DE RODAS ENQUANTO ARTE E ESPORTE

A dança em cadeira de rodas demonstra um grande potencial e possibilidades para quem a pratica. Essa trajetória tem início nos anos 70, com a chancela da English Folk Dance (Dança Folclórica Inglesa) e da Song Society, (Sociedade do som) a atividade foi reconhecida como Dança em Cadeira de Rodas (HART *apud* FERREIRA, 2003, p. 9) e relacionada a arte e ao esporte.

Atualmente a dança em cadeira de rodas pode ser praticada e desenvolvida como arte e como esporte. Como esporte é regulamentada pelo Internacional Sport Organization For The Disabled – ISOD, com sede em Munique-Alemanha. Na prática da arte é apoiada pelo programa VerySpecialArt dos EUA, com sede no Rio de Janeiro. (FERREIRA, 2013, p.100).



A citação retrata um momento histórico para a dança em cadeira de rodas, que desde 6 de fevereiro de 2017 tem as regulamentações da Dança Esportiva em Cadeira de Rodas (DECR) sob a responsabilidade do World For Dance Sport (WFDS) em conjunto com o International Paralympic Committee (IPC).

No ano de 2001 foi criada a Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas (CBDCCR), instituição que iniciou suas atividades como resultado das reflexões do I Simpósio Internacional, onde foi ministrado um curso desta modalidade, na Universidade de Campinas (Unicamp), pelo Professor Herbert Hausch – Técnico da Equipe Alemã, realizado sob responsabilidade da Professora Eliana Lucia Ferreira, pesquisadora e estudiosa do tema. A CBDCCR é uma entidade não governamental de caráter artístico, esportivo e educacional que tem como objetivos: administrar, dirigir, difundir, promover e incentivar esta modalidade de dança praticada por bailarinos com ou sem deficiência.

O papel antes ocupado por um sentimento de pena, agora diferencia-se da norma esperada. “A dança em cadeira de rodas tem contribuído para mudanças sociais, ampliando a participação de pessoas com deficiência na vida comunitária, mudando o significado que uma cadeira de rodas tem na sociedade” (TOLOCKA & VERLENGIA, 2006, p.94).

Para Reis e Reis (2020), seria frustrante, em tempos atuais, pensar uma dança sobre rodas excludente, ou mesmo, incapaz de transcender limites. Os autores observam, que o esporte em meio as suas regras, agregado as desconstruções da arte, são embriões que podem estar consolidados em uma mesma pessoa. Bem como acreditam que através das duas abordagens (arte e esporte), se forma um bailarino/atleta mais completo e habilidoso, com maiores possibilidades ao dançar.

A DANÇA EM CADEIRA DE RODAS (DCR) EM MOVIMENTO, ESTIGMAS E ESTILOS

Os estigmas relacionados à pessoa com deficiência podem ser vistos pela perspectiva do *ableism*, que é um termo inglês cunhado para o desejo inerente de se comparar as pessoas com as normas sociais (GOODWIN et al., 2004, p.17), que pode ser livremente traduzido pelo termo *capacitismo* como uma alegoria aos termos racismo e sexismo (MELLO, 2016, p.3). A visão da pessoa com deficiência como uma vítima tentando se ajustar à sociedade; ou da deficiência como um problema biológico que pode ser corrigido por esforço próprio ou com intervenções; ou ainda, de que essas pessoas são necessariamente dependentes física e psicologicamente por não conseguirem atingir os padrões da sociedade (GOODWIN et al.,

2004, p.17). Estas são formas comuns de capacitismo que o dançarino em cadeira de rodas enfrenta no dia a dia, em muitos dos casos chegando até a acreditar e internalizar estes pensamentos.


Tendo isto em mente, Whatley (2007) nos mostra as formas como o espectador pode experimentar um espetáculo de dança em cadeira de rodas de acordo com as várias visões, capacitistas ou não, que se tem do corpo deficiente.

A visão passivo opressiva, onde a arte é vista de forma “vitimizada” e o espectador olha para as diferenças e para o que pode ou não ser alcançado pela pessoa com deficiência; a visão passivo conservadora onde, apesar de não buscar o confronto, o espectador não rompe com as visões negativas sobre a deficiência e tem um olhar mais estético, fazendo uma comparação com o corpo da dança clássica; a visão pós-passiva, onde o espectador olha a performance como transcendendo a deficiência e evitando falar ou mesmo ignorando totalmente a mesma; a visão da testemunha ativa, onde o espectador já rompe com a visão opressiva e se permite olhar a deficiência de novas forma e com novas possibilidades, a mesma se torna *normal*, uma nova forma de movimento; e por fim a visão imersiva, ou por imersão, onde o espectador não só entende, como participa do processo, em vez de ver uma performance pronta e acabada. É mais utilizada quando o espectador já tem uma experiência em dança e improvisação, além disso, objetos podem ser utilizados para quebrar as barreiras que existem entre o público e a performance. A tabela 1 mostra de forma resumida as palavras chaves relacionadas a cada visão categorizada por Whatley (2007).

Tabela 1. A presunção da diferença: Estratégias de visualização

Passivo opressivo	Observador Senso de diferença Medo de contágio Interpretação opressiva
Passivo Conservador	Olhar de capacidade Interpretação clássica
Pós-passivo	Procura transcendência da deficiência Não vê a deficiência Interpretação seletiva Contra a posição opressiva
Testemunha ativa	Engajamento ativo com a dança Deficiência é 'Normal' A interpretação é aberta e permite uma mudança radical na estética
Imersão	O 'como' não 'o que' Espectador experiencia sua própria transformação Engajamento ativo Interpretação é baseada na experiência da sua própria personificação

Fonte: Whatley (2007, p.9, tradução nossa)



Para além dos pensamentos explanados acima, a visão culturalmente predominante é de que a cadeira de rodas é percebida como negativa e um impedimento para a dança, mas segundo Ferreira:

É necessário que a cadeira de rodas deixe de ser um elemento estigmatizante do deficiente físico e passe a proporcionar-lhe a possibilidade da dança enquanto elemento de prazer do corpo. Para isto ela deve se tornar um instrumento ressignificado, reinventado pela própria dança. (FERREIRA, 2004, p.5).


Verificou-se que a Dança em Cadeira de Rodas (DCR) pode ser abordada por diversos vieses, sendo eles: artístico, esportivo, educacional e/ou terapêutico; abarcando também diversas finalidades (de reabilitação, de interação social, de desenvolvimento motor, de aprendizado) que podem ou não se sobrepor.

No âmbito da DCR com o contexto artístico, é possível proporcionar o uso da modalidade para a autoexpressão, autoconhecimento e autossuperação do bailarino com deficiência motora. Neste sentido, é usada de forma a expressar e integrar os usuários de cadeira de rodas, utilizando-se principalmente a dança moderna, contemporânea e folclórica, fazendo com que a pessoa com deficiência entenda seu corpo e possa se expressar usando e ressignificando os movimentos que ela é capaz de realizar (FERREIRA, 2008).

Em relação a DECR, que tem uma abordagem competitiva e de alto rendimento, o esporte tem a finalidade de aumentar a performance de cada atleta, com a elaboração de programas de treinamentos voltados para as necessidades individuais de cada competidor (ROSSI, 2013) e com a melhoria na execução dos movimentos, ritmos, posturas e passos básicos que são cobrados como movimentos obrigatórios da técnica utilizada nesta modalidade.

Este estilo, segundo o International Paralympic Comitee (IPC), é derivado da dança de salão, e tem atuação em aproximadamente 20 países, onde os atletas são categorizados de acordo com suas deficiências em duas classes distintas, conforme o nível de funcionalidade corporal; as disciplinas disputadas são: *Standard*, dança latinae*freestyle*; que estão inseridas nas modalidades *single* (usuário de cadeira de rodas que compete sozinho), *combi*(casal onde um bailarino deve ser usuário de cadeira de rodas e o outro não)e *duo* (composto por um casal, onde as duas pessoas devem ser usuárias de cadeira de rodas).

No contexto educacional a PCD é exposta à dança com fins pedagógicos, experimentando este conhecimento a partir da interferência do professor, que apresenta vários tipos de dança com o objetivo de provocar uma ação consciente, reflexiva e que respeite a



individualidade de cada aluno (ROSSI, 2013). Ainda de acordo com Rossi, os estudos de Laban propõem a dança educativa moderna, que se expressa nas formas dos movimentos, nos passos e também nos movimentos do cotidiano.

Já a dança terapêutica, possibilita com que a PCD possa ser estimulada a superar seus limites, tanto de forma física como cognitiva; e em relação a motivação e memória, diminuindo a ansiedade e alcançando uma sensação de autoconfiança, correção postural e aumento na autoestima do indivíduo. Importante destacar que os benefícios elencados para cada estilo citado acima não são exclusivos das mesmas e podem inclusive serem alcançados de forma conjunta. (FUX *apud* CALIL et al., 1999, p.197)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como escopo a análise e reflexão sobre a dança em cadeira de rodas como instrumento de inclusão social. Dança esta capaz de permitir a pessoa com deficiência acessar novas experiências e despertar e explorar suas capacidades corporais. Podemos ainda perceber que a pessoa com deficiência ao longo da história esteve exposta a situações de extrema rejeição passando por exclusão e segregação, chegando aos dias atuais com a necessidade de buscar a inclusão de fato, garantindo seus direitos como todo cidadão.

Desta forma a dança em cadeira de rodas apresentou-se como instrumento que possibilita novas perspectivas para a melhora cognitiva, benefícios físicos, aumento na autoestima, correção postural, autoconfiança, dentre outros. Entretanto, não é fácil chegar a esses resultados, visto que a percepção da sociedade parte de uma ótica majoritariamente capacitista, sendo as Pessoas com Deficiência diminuídas por não cumprirem o padrão normativo imposto.

Para promover a inclusão é necessário que haja uma reestruturação do pensamento social de forma que se mostre que, dentro de suas capacidades, as PCD também podem contribuir para as mais diversas áreas, entendendo que todo ser humano é capaz, dotado de autonomia, competências, talentos e múltiplas inteligências.

Dada a relevância do tema e a escassez de publicações acerca deste conteúdo em língua portuguesa, é necessário o aprofundamento dos estudos em cada tópico discutido neste trabalho.

REFERÊNCIAS

BIANCHETI, L. Aspectos históricos da educação especial. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.2.n.3, 1995.

CALIL, S. R., SANTOS, T. A. B. P. BRAGA, D. M., & Labronici, R. H. D. D. Reabilitação por meio da dança: uma proposta fisioterapêutica em pacientes com sequela de AVC. **Revista Neurociências**, 1996.

CARMO, A. A. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. 2. ed. MEC/Secretaria dos Desportos, 1991.

Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas. (03 de junho de 2019). Dança em Cadeira de Rodas pode se tornar esporte paraolímpico. Disponível em https://www.cbdc.org.br/wordpress/danca-em-cadeira-de-rodas-pode-se-tornar-esporte-paralimpicoeapaesp.org.br/material_download/350_Lei%20Brasileira%20da%20Inclusão%20da%20Pessoa%20com%20Deficiência.pdf

FERREIRA, E. L. **Corpo-movimento-deficiência**: as formas dos discursos da/na dança em cadeira de rodas e seus processos de significação. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____. **Dança em Cadeira de rodas**: Os sentidos da dança como Linguagem Não-Verbal, Campinas, SP, 2007.

_____. **A possibilidade do movimento corporal na dança em cadeira de rodas**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento. Brasília v. 12 n. 4 p. 13-17, 2008.

FREIRE, I. M. **Dança-educação**: o corpo e o movimento no espaço do conhecimento. Cadernos CEDES, 2001.

GAIO, R. (2007). **Para além do corpo deficiente**: Histórias de vida. Jundiaí: Fontoura, 2007.

GOODWIN, D. L.; KROHN, J.; KUHNLE, A. (2004). **Beyond the wheelchair**: The Experience of Dance. Saskatoon: HumanKinecticsPublishers, Inc.

InternationalParalympicComitee. (n.d.). **Dance Sport FastFacts**. Retrieved disponível em <https://www.paralympic.org/dance-sport-fast-facts>.


MELLO, A. G. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: Do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do comitê de ética em pesquisa da UFSC. Ciência e Saúde Coletiva, 2016.

ROSSI, P.; VANMUNSTER, M. D. A. **Dança E Deficiência**: Uma Revisão Bibliográfica em Teses e Dissertações Nacionais. Movimento (ESEFID/UFRGS), 2013.

TAVARES, F. Barreiras atitudinais e a recepção da pessoa com deficiência. In: **Notas Proêmias – Acessibilidade Comunicacional para Produções Culturais**, 2013.

TOLOCKA, R. E.; VERLENGIA, R. Dança e Diversidade Humana: a corporeidade em movimento na dança. In: **Dança e Diversidade Humana**, 2006.

WHATLEY, S. Dance and disability: the dancer, the viewer and the presumption of difference. *Research in Dance Education*, 2007.



REIS, R.; REIS, T. A dança em cadeira de rodas: um olhar transdisciplinar entre o esporte e a arte. In: Mota, J; Pires, S. **Currículo, cultura e educação física**. Belém: Cronos, 2020.

ZOBOLI, F.; BARRETO, S. J. A Corporeidade como fator de inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação física. In: Rodrigues, D. **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**, 2006.

CAPÍTULO 28

DESAPROPRIAÇÃO CULTURAL DA INDUMENTÁRIA DAS BAIANAS DE ACARAJÉ EM SALVADOR

Oswaldo César Fernandes Copque,

Especialista em Formação de Currículo Científico, Tecnológico e Cultural – UNEB.
Graduação em Gestão de Turismo, FAVIC

Maria Raidalva Nery Barreto, Doutora

em Educação e Contemporaneidade, UNEB, Mestre em Políticas Públicas, Gestão do
Conhecimento e Desenvolvimento Regional, UNEB, Graduação em pedagogia, UNEB


Resumo

Este trabalho objetiva compreender a desobediência civil sobre o que legisla o registro do Ofício das Baianas de Acarajé na cidade do Salvador e as suas reais motivações contra ao que estabelece o uso da indumentária para comercialização da iguaria, prática essa adotada por alguns oficiantes não adeptos da religião da matriz africana. Para fornecer sentido ao conteúdo proposto, buscou-se a utilização da pesquisa qualitativa para perceber múltiplas visões sobre a mesma pergunta. A obtenção para essa resposta foi respaldada em artigos científicos, legislações e entrevistas disponibilizadas sobre o tema nos meios eletrônicos existentes. Diante do exposto, tem-se a seguinte indagação: Em que medida as (os) intituladas(os) baianas(os) de acarajé, no contexto da comercialização como meio de vida, em Salvador, Bahia, obedece/respeita os elementos essenciais do Ofício das Baianas de Acarajé inscrito no livro dos registros dos saberes, do Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional, compreendendo os rituais envolvidos quanto ao uso da indumentária própria das baianas de acarajé, como marca distintiva da sua condição social e religiosa, presente essencialmente nos panos da costa, nos turbantes, nos fios de conta e outras insígnias? O livro dos registros dos saberes do IPHAN compreende como elementos essenciais do Ofício das Baianas de Acarajé itens como: os modos de fazer as comidas de baiana, o uso do tabuleiro para a venda das comidas, o uso da indumentária própria das baianas, como marca distintiva de sua condição social e religiosa, presente especialmente nos panos da costa, nos turbantes, nos fios de conta e outras insígnias.

Palavras-chaves: Baianas. Indumentária. Salvador. Registro. Acarajé.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva compreender a desobediência civil sobre o que legisla o registro do Ofício das Baianas de Acarajé na cidade do Salvador e as suas reais motivações contra ao que estabelece o uso da indumentária para comercialização da iguaria, prática essa adotada por alguns oficiantes não adeptos da religião da matriz africana.



Salvador é uma cidade plural marcada por um universo simbólico marcante, como a capoeira, berimbau, o tabuleiro da baiana de acarajé, com as suas belíssimas indumentárias, que encantam quem a visita ou visualiza por meio de imagens digitais no universo virtual. Entretanto, ao transitar pelas ruas da cidade da capital baiana em seus principais logradouros, é observada uma não padronização do uso da indumentária própria das baianas de acarajé na prática do seu ofício, que é uma marca distintiva da sua condição social e religiosa, conforme orienta Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional, através do registro do ofício das baianas de acarajés no Livro dos Saberes do referido órgão, na forma da lei em vigor sob o nº 8.892/2003 e Decreto 10.039/2006, ea sua inscrição em um dos Livros de IPAC, na esfera pública estadual. A partir desse comportamento atípico de algumas oficiantes que comercializam o acarajé, essa pesquisa vem investigar quem é esse grupo social que busca descaracterizar um dos símbolos que representa a marca cultural Bahia desde a época colonial e as suas reais motivações para tais condutas. O caminho percorrido para a compreensão desse fenômeno se norteia pelo conceito sobre cultura e as suas expressões variantes, tombamento do ofício das atividades do comércio do acarajé, o processo de aculturação do acarajé, que é bolinho de Jesus, e outras nuances que surgirão no processo da pesquisa. Portanto, foi utilizado como recurso o método bibliográfico e documental através de artigos científicos e legislação, disponibilizados em meios eletrônicos. Diante do exposto, tem-se a seguinte indagação: Em que medida as (os) intituladas(os) baianas(os) de acarajé, no contexto da comercialização como meio de vida, em Salvador, Bahia, obedece/respeita os elementos essenciais do Ofício das Baianas de Acarajé inscrito no livro dos registros dos saberes, do Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional, compreendendo os rituais envolvidos quanto ao uso da indumentária própria das baianas de acarajé, como marca distintiva da sua condição social e religiosa, presente essencialmente nos panos da costa, nos turbantes, nos fios de conta e outras insígnias? O livro dos registros dos saberes do IPHAN diz que livro dos registros dos saberes do IPHAN compreende como elementos essenciais do Ofício das Baianas de Acarajé itens como: os modos de fazer as comidas de baiana, o uso do tabuleiro para a venda das comidas, o uso da indumentária própria das baianas, como marca distintiva de sua condição social e religiosa, presente especialmente nos panos da costa, nos turbantes, nos fios de conta e outras insígnias.


CIDADE DO SALVADOR

Um dos vinte e sete municípios das capitais estaduais brasileiras e capital do estado da Bahia, situada na Zona da Mata da Região Nordeste do Brasil. A sua gastronomia, música e arquitetura têm grande notabilidade nacional, além do seu reconhecimento internacional. Salvador foi sede da administração colonial portuguesa do Brasil, sendo uma das cidades mais antigas da América e uma das primeiras cidades planejadas no mundo, ainda no período Renascentista.

Por conta da implantação do Governo-Geral do Brasil pelo Império Português, Salvador foi fundada pelo Tomé de Sousa, em 1549. Uma cidade com a característica topográfica própria de forma acidentada, tem a sua formação em dois níveis (Cidade Alta e Cidade Baixa) sobre uma escarpa acentuada, com a concepção de avenidas de vale, seu território emerso é peninsular, e o litoral é margeado pela Baía de Todos os Santos a oeste e pelo Oceano Atlântico a leste. Essa urbe se caracteriza por uma invejável arquitetura colonial portuguesa com monumentos históricos que datam do século XVIII até o início do século XX, tendo sido declarado como Patrimônio Cultural Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1985.

Outra paisagem marcante de Salvador é o seu iconizado Centro Histórico, nos arredores do Largo do Pelourinho, onde dispõe dos traços arquitetônicos anteriormente mencionados. Destino de um dos maiores carnavais do planeta (maior festa de rua do mundo, segundo o Guinness Book). A Rede de Cidades Criativas da Unesco concedeu reconhecimento internacional à música de Salvador em dezembro de 2015, tendo sido reconhecida como “Cidade da Música”, título singular do país. Sob o ângulo de uma composição étnica e religiosa, Salvador é o centro da cultura afro-brasileira. Consoante wikipedia (2020), Salvador tem a maior parcela da sua população negra ou parda. Consoante dados estatísticos divulgados pelo IBGE no ano de 2010 para a região metropolitana de Salvador, 51% da população (1.382.543) é de cor parda, 27,8% preta (743.718), 18,9% (505.645), 1,3% amarela (35.785) e 0,3% indígena (7.563).


Salvador é a cidade com maior número de descendentes de africanos no mundo, seguida pela cidade de Nova Iorque, majoritariamente de origem Iorubá, vindos da Nigéria, Togo, Benim e Gana. Um estudo genético (2008) realizado na população Soteropolitana confirmou que a maior contribuição genética da cidade é a africana (40,2%), seguida pela



européia (36,3%) e indígena (14,5%). O estudo também concluiu que indivíduos que possuem sobrenome com conotação religiosa tendem a ter maior grau de ancestrais africanos (54,9%) e a pertencer a classes sociais menos favorecidas. Um estudo genético autossômico de 2015 encontrou a seguinte composição para Salvador: (50,5%) de ancestralidade africana, 42,4 % de ancestralidade europeia e 5,8% de ancestralidade indígena. Outro estudo do mesmo ano encontrou níveis semelhantes: 50,8% de ancestralidade africana, 42,9% de ancestralidade europeia e 6,4% de ancestralidade indígena. Em 11 de setembro de 2019, um projeto de lei do vereador Edvaldo Brito (do PSD) que torna a língua iorubá patrimônio cultural imaterial de Salvador foi aprovado no plenário da Câmara Municipal, após um acordo entre o legislativo e o Executivo. O prefeito ACM Neto sancionou a lei no dia 29 de novembro.

A SINDUMENTÁRIAS AFRICANAS

A história do africano, partícula substancial da nossa própria nação, infelizmente, foi no contexto da escravidão, em que africanos de diferentes “povos” vieram para o Brasil durante a colonização portuguesa e para cá trouxeram os seus saberes tradicionais, como a sua forma de trabalhar a madeira, os tecidos, a prata e o ferro, de trançar fibras naturais e de criar indumentária de uma riqueza à altura da sua própria realeza, que estão presentes desde as cerimônias religiosas em terreiros de candomblé as tradicionais “Festas de Largo” em Salvador, como as festas do Bonfim, de 2 de fevereiro, da Conceição da Praia. Nas festas do tradicional terreiro de Candomblé IléyáOmiÀseIyámásé, o Gantois, segundo a sua Iyalorixá Carmen Oliveira Silva, as roupas das festas são especiais e muito bem cuidadas. “(...) de acordo com a nossa tradição, estar bem-vestida é um ato de fé. É assim que as pessoas conhecem o candomblé da Bahia, com as mulheres bem vestidas, bem arrumadas, bem adornadas com suas joias de missangas, contas de louça, bolas de prata e de ouro, e seus panos da costa.” (LODY, 2015, p.8). Ampliando o olhar sobre a história da indumentária do africano, essa expressa, não só a religiosidade, uma vez que cada elemento é carregado de sentido, mas desempenham a função de pertencimento, a uma tradição, o que equivale dizer que são a expressão de uma “experiência patrimonial verdadeira”, revelando a tradição das mulheres que mantêm, na criação de suas indumentárias, sua própria história. Usando como ponto de partida o imaginário afrodescendente para compreender o papel civilizador da mulher de matriz africana na construção e na formação das identidades dos brasileiros quanto ao seu lugar social, a sua estética simbólica e reveladora aponta as muitas maneiras de se reconhecer a mulher no desempenho das suas funções na família, nos ofícios, nas festas e nas diferentes expressões de religiosidade. No universo simbólico, se percebe as indumentárias, a




joalheria e os demais símbolos corporais que identificam essas mulheres de fé, aqui representadas nas manifestações socioreligiosas dos tabuleiros de comidas que integram festas populares, como a do Bonfim e a da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, em Cachoeira.

A África, na sua diversidade, é uma grande desconhecida para os brasileiros, mesmo sendo o Brasil o país no mundo com a maior afrodescendência. Por certo, vivemos diferentes “Áfricas” no nosso cotidiano. Elas estão no português que expressamos, nas comidas que preparamos e comemos, na sua religiosidade, na estética, entre tantos e muitas conexões que nós brasileiros realizamos com essas tantas “Áfricas”.

Porém, existem diversos movimentos sociais que buscam as singularidades, as diferenças e as identidades de muitas culturas africanas para salvaguardar a memória desses patrimônios a serem preservados por serem fundamentais para o entendimento desse continente e para a história do mundo.

No universo estético no que tange a sua indumentária de baiana, essas possuem maneiras próprias de entender e de simbolizar o mundo próximo, a natureza, os mitos, os deuses, a descoberta de tecnologias. Assim ocorre também no encontro de soluções estéticas. Para Lody (2015, p. 19), “[...] por meio de linguagens sensíveis, a beleza é um relato de trajetórias humanas, que traz memórias e constrói de forma dinâmica o que se chama de identidade”.

As identidades culturais africanas são construídas, e muitas vezes justificadas, embases sagradas. Inicialmente, o poder e a sabedoria tradicionais nascem dos deuses, dos mitos fundadores, dos ancestrais que regulam, organizam e estabelecem lugares sociais de homens e mulheres, velhos e crianças. No contexto estético afrodescendente, um caso notável, que é a roupa de baiana. Essa indumentária traz também fortes marcas muçulmanas, como a bata, peça larga de panos; o turbante; as chinelas de couro com ponta voltada para cima – à mourisca; além de uma evidência e permanência do barroco, que revive a estética do século XVIII, com o uso das amplas e arredondadas saias e anáguas e os bordados Richelieu³. Ainda, traz a África Ocidental simbolizada com o pano da costa, feito em tear artesanal. Procedente da costa africana, de onde vem o nome. Os conceitos de beleza e de estética estão profundamente relacionados aos conceitos de pertencimento. Portar, usar, exibir, apropriar-se do belo, é viver e transmitir esse belo. A baiana é um tipo social e cultural que marca a vida de algumas capitais e projetos na sua indumentária um comportamento étnico de oferecimento



de comida – uma marca que a identifica como uma quase síntese do que é afro – e também de um sentimento sagrado próximo, conivente e integrado às cidades. Nos terreiros de candomblé, essa iguaria afro-brasileira é comida consagrada a Oyá:


Um dos rituais mais belos do Candomblé é quando Oiá, com seu tacho de cobre repleto de ‘fogo’, vem dançar ao ritmo ogó. Akàrà é um pedaço de fogo que Iansã engole ao lado de Xangô, mas é também o bolinho de feijão fradinho que Iansã distribui aos seus. O àcàrà, mais conhecido como acarajé, deve ser vermelho como a brasa, porque depois de rodar na cabeça de Iansã, isto é, em cima do fogo, é em brasa viva que ele se transforma. (EYIN, 2008, p. 173)

Sendo assim, o ofício da baiana de acarajé carrega em si não apenas a simples produção e venda de uma comida de rua, mas uma tradição ligada à cultura afro-brasileira e à sua religiosidade.

Essas personagens são conhecidas como mulheres de ganho, de gamela, de caixa e tabuleiro. Mulheres trabalhadoras que ocupam as paisagens das cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, personagens urbanos, verdadeiras mantenedoras de famílias, geralmente vinculadas aos terreiros; são continuadoras dos ganhos, das vendas nas ruas e praças. São as verdadeiras quituteiras, baianas de tabuleiro, baianas de rua, baianas de acarajé ou simplesmente baianas. Essa atividade econômica do ganho, de certa forma, é uma continuidade daquilo que faziam os africanos em condição escrava nas cidades desde o século XIX. (LODY, 2015).

De acordo com Lody (2015, p.25), foi o sustento com as comidas de ganhos em seus tabuleiros, como o acarajé, a cocado e o acaçá comercializadas nas ruas de Salvador, que essas trabalhadoras trajando em sua especial indumentária, geralmente portadas na cabeça das mulheres que realizam seus ofícios de ganho que trajavam saia, bata e turbante, acompanhado do ato do seu ganho ou da venda “estar de saia” ou “usar saia”, que significa o mesmo que trajar à baiana, marcou a atividade econômica da mulher nas ruas, dando certa autonomia para manter as famílias e demais atividades sociais, marcando o ganho do acarajé das baianas de acarajé. O estar de saia emblematiza essa atividade econômica feminina, marcando, assim, o ofício da baiana de acarajé.

No contexto das baianas de ganho, indispensável evidenciar, também, famosas eram as “mulheres do partido alto” – mulheres que enriqueceram com a venda de comidas e de objetos importados da África -, muitas delas donas de bancas de venda de comida nas ruas. Elas estavam sempre bem-vestidas, distintas pelo trajar com afinco e rigor, pelo uso de fios de contas africanas, corais, bolas de prata, bolas de outro; exibindo um poder feminino,



matricial; um poder muitas vezes também religioso. Assim, a mulher assume o seu papel múltiplo no mundo afrodescendente. Papel econômico, de mãe, de mantenedora a família, das memórias e das tradições africanas.

PONTOS DE VENDA EM SALVADOR


Em cada esquina, feiras, pontos tradicionais, Centro Histórico, Cidade Baixa e Alta, lugares antes sem significância, hoje estratégicos e cobiçados, nas praias, nos vários cantos e recantos de Salvador, presentes em todas as festas de rua e largo – Santa Bárbara (04/12), Iansã, Nossa Senhora da Conceição da Praia (08/12), Santa Luzia (13/12), Senhor dos Navegantes (01/01), Lapinha de Reis (05/01), Lavagem do Bonfim (segunda quinta-feira de janeiro), São Lázaro (último domingo de janeiro), Yemanjá (02/02), o acarajé é comercializado em Salvador pelas “baianas”, em tabuleiros, entendidos como pontos de venda, frito na hora no azeite-de-dendê fervente, em frente ao consumidor, que geralmente o come em pé e não utiliza talheres apenas um papel grosso e adequado à quentura do azeite. Todo esse contexto se constituindo em uma tradição visual relevante (QUEIROZ, 2016, p.84).

AS TRADICIONAIS BAIANAS DE ACARAJÉ

O mais conhecido e popular quitute da culinária africana disposto no tabuleiro da baiana é o famoso acarajé. Esse bolinho de feijão-fradinho, cebola e sal frito em azeite de dendê, trazido para o Brasil pelos africanos escravizados, é, certamente, um traço marcante de identidade cultural na cidade de Salvador. O comércio do acarajé nas ruas da capital baiana iniciou-se ainda no século XIX, conforme noticiam cartas do cronista da época, Luiz dos Santos Vilhena (1969, p.130) a um amigo de Portugal:

Não deixa de ser digno de reparo ver que das casas mais opulentas desta cidade, onde andam os contratos e negociações de maior parte saem de oito, dez e mais negros a vender pelas ruas, a pregão, as cousas mais insignificantes e vis; como sejam, mocotós, isto é, mãos de vaca, carurus, vatapás, mingaus, pamonhas, canjicas, isto é, papas de milho, acassás, acarajés, abarás, arroz de coco, feijão de coco, angus, pão-de-ló de arroz, o mesmo de milho, roletes de cana queimados, isto é, rebuçados a 8 por um vintém. (VILHENA, 1060, p.130)

Essa intensa atividade comercial era quase toda monopolizada pelas ganhadeiras, que podiam ser mulheres negras livres ou libertas, que buscavam o ganho a possibilidade de seu sustento e, muitas vezes, de seus filhos, ou escravas colocadas nesta atividade por seus proprietários, mediante pagamento de uma quantia pré-acordada entre as partes, como destaca a historiadora Cecília Soares (2006).



O trato comercial sobre as vendas, acordado com o senhor dessas mulheres, era que o valor excedente a venda, essas poderiam usar como sustento próprio ou guardá-lo a outros valores excedentes para comprar a sua liberdade, conquistando assim a sua almejada alforria.

Ainda segundo Soares (2007), o aspecto financeiro não era o principal fator que tornava essa atividade atrativa para as escravas ganhadeiras, mas a maior liberdade que passavam a ter ao trabalhar e até viver longe dos olhos do senhor.


As ganhadeiras foram conquistando uma posição de grande relevância no comércio de perecíveis, estando distribuídas estrategicamente ao longo da cidade, tanto em áreas de intensa atividade comercial quanto em áreas residenciais, e seu sucesso é inegável, “sem as negras vendadeiras das ruas, seria praticamente impossível viver no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, durante os séculos XVIII e XIX”. (MOTT, 1976, p. 100).

As ganhadeiras tornaram-se representantes típicas de um grupo de mulheres que permaneceu discriminado e oculto da História, conseguindo resistir de maneira peculiar às flutuações do mercado e às medidas de vigilância e controle social e tornando-se figuras emblemáticas da nova terra que passaram a habitar:

A baiana, com seu turbante, blusa de rendas, saias de algodão colorido, xale da ‘corte’, adaptação do traje africano, mais particularmente dos muçulmanos africanos, a um novo meio e a novos padrões de vestimentas, estabelece-se com uma bandeja sobre a cabeça, coberta, como no país nagô, por um tecido que a protege do sol e das moscas, sempre no mesmo ponto do mercado local ou numa rua da cidade, em um ponto que lhe pertence por ‘costume’; senta-se em um banquinho, arruma sua bandeja e vende aos apreciadores de pratos africanos acaçás, acarajés, cuscuz à moda de Hausa, toda sorte de bolinhos, com seu cheiro bom de óleo de palma e frutas da região. (VERGER, 2002, p. 191).

Curioso apontar que a influência da herança africana confere a essas mulheres uma grande habilidade de atrair a freguesia, de negociar com ela e conquistá-la. Segundo Pierre Verger (2002, p. 177), africanos trazidos para a região da Bahia como escravos eram oriundos do Golfo do Benim, na costa ocidental da África, onde a arte de mercar tem papel fundamental na formação das comunidades e na sociabilidade que se desenvolve entre elas.

Vale ressaltar que o autor supramencionado, ainda, destaca que, nas comunidades nagô, “todas as mulheres são comerciantes”, elas são a grande maioria nos mercados, comercializando diversos tipos de produtos de maneira independente, retendo todo o lucro para si. Mesmo quando vendem produtos produzidos por seus maridos, elas compram deles antes, garantindo independência sobre a venda e o lucro.



No Brasil, a independência econômica da mulher africanatambém era uma prioridade, dado que estas eram, muitas vezes, asúnicas responsáveis pelo sustento dos filhos, fato que certamente estimuloua busca dessas mulheres pelo ganho.

O senso do comércio, bastante desenvolvido entre as mulheres,o conhecimento de pratos saborosos e apimentados, o hábitoherdado dos pais de vender para comprar e comprar para venderpermitiam-lhes garantir, a despeito da deserção marital, a independência econômica (VERGER, 2002, p. 190).

As baianas e seus tabuleiros cheios de quitutes, onde o acarajé éa grande estrela, tornaram-se parte do cenário da cidade e símbolosda cultura local. Segundo Lima (2010), o espaço ocupado pelasbaianas de acarajé nas ruas de Salvador se transforma numa hierofaniaalimentar.


O tabuleiro carrega diversos símbolos ligados às religiõesde matriz africana, como jarros de cerâmica dentro dos quais se encontram“folhas de plantas a que se atribui o poder de evitar o ‘mau--olhado’ e os acidentes, como a ‘espada de Ogum’, Sansevieriaguineensis,L., uma liliácea que muitas baianas usam.” (LIMA, 2010, p. 126).

DESAPROPRIAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS INDUMENTÁRIAS

Ainda segundo Machado Neto e Braga (1977), a grande diminuiçãoo volume de mão de obra doméstica, empregada devido aos avançosda tecnologia e ao encarecimento do custo de vida na segunda metadedo século XX, teve como consequência, em Salvador, o crescimentoda busca do mercado informal pela parcela da população então desempregada, mercado este em que a venda de acarajé, dianteda demanda já descrita, se apresentava então como uma opção bastante atrativa.

A tendência à opção pelo mercado do acarajé pode serverificada pelo aumento do número de baianas nos últimos 27 anos,de 166 (número fornecido pelo Departamento de Folclore da Prefeitura de Salvador a Machado Neto e Braga na ocasião da sua pesquisa)para mais de 5 mil hoje, segundo a Associação das Baianas de Acarajé,Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (ABAM).

O quitute conquistou o paladar soteropolitano e, com isso,conquistoutambém novos espaços, além do comércio de rua, num processoque Vivaldo da Costa Lima chamou de “ascensão social” doacarajé.Hoje, ele pode ser encontrado em delicatessens e restaurantesem diversas variações, de prato principal a versões de tamanhoreduzido em relação aos



comercializados na rua, como entrada ou petisco. Segundo Lima (2010, p. 171): “O acarajé torna-se aqui, de fato, um hors-d’oeuvre, uma friandise, uma guloseima, um ‘tira gosto’, nos almoços e coquetéis elegantes, com baianas vestidas de baianas, fritando seus acarajés nas varandas, nas coberturas e na beira das piscinas da cidade.

No final do século XX, especialmente a partir da década de 1990, com a expressiva expansão do neopentecostalismo (ALMEIDA, 1996), uma parcela significativa da população tornou-se adepta desta corrente religiosa nesse período, incluindo muitas baianas de acarajé, o que gerou uma série de mudanças no perfil das famosas baianas.


Esta corrente chamada de neopentecostal — identificada com a terceira fase do movimento pentecostal, pioneiramente estudada por Paul Freston (1994) — apresenta significativas diferenças de caráter doutrinário e comportamental no perfil de suas igrejas, como a exacerbação da batalha espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos descaídos, demonizando outras denominações religiosas, especialmente as de matriz africana, a ênfase na teologia da prosperidade, a liberação dos estereotipados usos e costumes de santidade e a estruturação empresarial na condução dos templos, como aponta o sociólogo Ricardo Mariano (1999).

Em 1977, como relata Vagner Gonçalves da Silva (2007a, p. 199), foi fundada a Igreja Universal do Reino do Deus, que, sob o comando de Edir Macedo, tornou-se a mais conhecida e influente igreja do movimento neopentecostal, através de uma tática agressiva de proselitismo, investimento na mídia televisiva e acirramento da guerra espiritual contra as denominações rivais, sobretudo, as de matriz africana e o espiritismo, relacionando-as à feitiçaria, a “coisa do demônio”.

Este processo de demonização compreende também todos os aspectos que tenham ligação com o candomblé, inclusive as comidas, que Bispo Macedo (1996) afirma serem um dos meios através dos quais os indivíduos podem ser acometidos pelos males supostamente provocados pelas religiões afro-brasileiras:

Todas as pessoas que se alimentam de pratos vendidos pelas famosas baianas estão sujeitas, mais cedo ou mais tarde, a sofrer do estômago. Quase todas essas baianas são ‘filhas de santo’ ou ‘mães de santo’ que trabalham a comida para terem venda. Algumas pessoas chegam a vomitar as coisas que comeram, mesmo que isso tenha sido há muito tempo. (MACEDO, 1996, p. 48).

As baianas de acarajé que se converteram, necessitando manterem-se no ofício que, muitas vezes, é a única fonte de renda da família, buscaram formas de aliar a nova crença religiosa ao ofício demonizado por elas. Essas baianas passaram a promover um



processoderesemantização da iguaria, a fim de suprimir a ligação do bolinho com as religiões de matriz africana, passando a vendê-lo com o nome de “bolinhos de Jesus” ou “acarajé de Jesus”.

Como afirma Borges, “Algumas vendedoras mais ortodoxas optaram por não vestir o traje típico e/ou adornar os tabuleiros com bíblias e adesivos com frases da cidade de Praia Grande no estado de São Paulo”, comentado por Ricardo Mariano (1999, p. 123) cristãs” (EYIN, 2008, p. 25), apesar da grande maioria delas ter sido candomblé ou possuir familiares que o são, e terem aprendido o ofício neste contexto, segundo dados fornecidos pela ABAM.


POSICIONAMENTO DO IPHAN

Évora (2015 *apud* ENECULT, 2017) aponta que a venda do acarajé nesta cidade sendo realizada por pessoas que não se apresentam da maneira como foi registrada pelo Instituto pode estar colocando em risco o título, pois a cada 10 anos a titulação de patrimônio é revista pelo IPHAN para garantir que o mesmo está sendo preservado, mantendo as características fundamentais registradas. O patrimônio imaterial do ofício das baianas de acarajé tem gerado sérias controvérsias na proporção em que suas origens como “comida de santo”, vendedoras de acarajé⁵⁰ convertidas às religiões evangélicas recusam essa associação entre comida e candomblé. Essa rejeição é que mobiliza a utilização (ainda que discreta) de símbolos cristãos nos seus tabuleiros (adesivos religiosos e a bíblia), além da descaracterização de certas “marcas” na indumentária característica de baianas, como os colares, os guias, que associam a pessoa aos Orixás, ou mesmo a recusa integral do traje, por algumas vendedoras evangélicas, e, o mais marcante, é a ressignificação da linguagem com relação ao tradicional bolinho de feijão frito no azeite de dendê, que recebe a redenominação de “bolinho de Jesus”.

Em 2015, será a vez do título do ofício das baianas ser revisto. Segundo Rita Santos, presidente da ABAM:

O patrimônio é o conjunto. A baiana sozinha não é patrimônio, o acarajé sozinho não é patrimônio. Então, para ser patrimônio, o conjunto tem que estar todo harmonioso, a baiana tem que estar totalmente trajada, tem que estar com o tabuleiro de acordo, ali, o conjunto é o patrimônio. (ACARAJÉ, 2014)

⁵⁰É importante registrar que Costa Lima (2010) distingue o acarajé sagrado, dedicado e consumido pelos Orixás e outras entidades do Candomblé, daquele que é comercializado como mercadoria nas ruas de Salvador e outras cidades da Bahia.



Ainda segundo Rita (em entrevista no dia 18 jun. 2014), a titulação do ofício das baianas de acarajé como patrimônio imaterial é considerada de extrema importância para a preservação deste, que faz parte da história e da constituição da sociedade soteropolitana, apesar de afirmar que ainda há muito a ser conquistado a esse respeito.

Buscando contornar essas questões, a ABAM vem realizando diversas ações que julga fundamentais para a preservação do ofício das baianas de acarajé como patrimônio imaterial. Ela assessora, orienta e oferece cursos para os seus mais de 3 mil associados, com o objetivo de qualificá-los e capacitá-los, permitindo-lhes oferecer serviços de melhor qualidade, cumprindo as determinações do decreto da lei que regula essa atividade.


A associação reconhece que mudanças são inevitáveis para que aquilo que é patrimônio se adapte à realidade de cada época e não se perca no tempo, mas está atenta a preservação dos elementos da tradição. Imerso na dinâmica cultural das grandes metrópoles brasileiras, sobretudo em Salvador, o acarajé está sujeito a variados processos de apropriações e ressignificações nos diferentes segmentos da sociedade, sem, contudo, perder seu vínculo com um universo cultural específico e fundamental na formação da identidade brasileira.

Nesse contexto, as baianas de acarajé integram e compõem o cenário urbano cotidiano e a paisagem social daquela cidade. Representam tradições afrodescendentes fundamentais das identidades da população que mora e transita nas áreas centrais e antigas, em que se destaca o conjunto arquitetônico do Pelourinho (IPHAN, 2004, p. 18).

INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO

Diante das novas configurações do comércio de acarajé que se delineiam ao longo da segunda metade do século XX, tanto referentes ao material e ao traje utilizados quanto a questões de higiene e distribuição das baianas no espaço público, foi necessária a intervenção da prefeitura, que, atendendo a diversas reivindicações da ABAM, regulamentou esta atividade por meio do Decreto Lei Municipal n.º 12.175, de 25 de novembro de 1998 que “dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio informal exercido pelas baianas de acarajé e de mingau em logradouro público e dá outras providências (SALVADOR, 1998, p.2).

O decreto em questão regulamenta aspectos de higiene, localização, distribuição e da apresentação das baianas no seu ponto de venda, determinando que é necessário que estas, no exercício deste ofício, se apresentem com a vestimenta típica, de acordo com a tradição



culinária afro-brasileira (Art. 2 § 2º). Nesse decreto, também se define punição para aquele que desobedecê-lo; no entanto, muitas baianas permanecem ainda na ilegalidade, recusando-se a trajar a vestimenta determinada em nome da sua crença religiosa.

Na reportagem do documentário *Acarajé é Fogo*, produzida pelo canal Futura, a declaração da baiana Dadai, dirigente do círculo de oração da Assembleia de Deus de Madureira, reflete com clareza esta postura: “A gente nega Jesus pelos nossos atos, se eu botar um torço, botar uma conta, eu não sou serva, porque a serva não pode andar fantasiada das vestes de Satanás.

O QUE DIZEM AS BAIANAS


Entrevistando baianas em diversos pontos da cidade de Salvador, pude constatar que a percepção delas é de que a constituição do ofício de baiana como patrimônio é anterior ao reconhecimento pelo IPHAN, tendo sido constituído por elas mesmas, baianas, que preservaram e transmitiram ao longo das gerações este saber.

Entretanto, também é bastante mencionado o fato de que a titulação, como afirma Bitar (2010), ao valorizar a indumentária da baiana, a preparação do tabuleiro e os significados atribuídos pelas baianas ao seu ofício, conferiu às baianas uma espécie de legitimação da sua profissão, além do reconhecimento pela sociedade desse “símbolo da identidade baiana”, sendo a categoria jurídica “patrimônio” incorporada e ressignificada por elas. Torna-se parte de sua cosmologia, a qual envolve desde relações com o povo da rua, com os clientes, com a antropóloga, com a esquina, com políticas públicas (e políticos) a entidades e orixás, articulando uma extensa rede de trocas sociais e simbólicas. (BITAR, 2010, p. 178).

Ainda nestas entrevistas pude observar que a recusa ao uso do traje, assim como a presença de símbolos evangélicos no tabuleiro, gera um profundo desconforto entre as baianas que utilizam o traje conforme a tradição, independentemente da religião que seguem.

Entre elas, foi unânime a opinião de que não importa a religião, se é baiana, se vende acarajé, tem que usar o traje correto. A baiana Mary, que assumiu o ponto da mãe no pelourinho em 1992, não é do candomblé, mas trabalha sempre com o traje completo e defende:

Todo mundo precisa trabalhar, todo mundo pode vender acarajé, mas tem que respeitar o modo como é feito: Se você trabalha numa empresa de ônibus, tem que usar a farda da empresa, não tem? Ou o motorista pode ir trabalhar com a roupa de casa? Então, com o acarajé é a mesma coisa, essa é a roupa de quem vende acarajé.



Agora se a religião dela não permite usar essa roupa, então vai vender outra coisa.
(Mary, do Acarajé da Mary, em 13 mar. 2014)

Este argumento usado por Mary de que a roupa de baiana é a fardade quem vende acarajé é recorrente entre as baianas entrevistadas.

A baiana Lene (6 fev. 2014), cujo ponto herdado da mãe ficava no Farol da Barra, se identificou como cristã, mas também trabalha usando o traje típico e relata: “Eu uso o traje, tem que usar, mas eu acho bonito e não acho que tem mal nenhum usar, só que meu colar é diferente, sou eu que faço, não tem nada de candomblé”.

Ela ainda complementa que a mãe, que sempre foi cristã, sempre vendeu acarajé, mas também a ensinou desde pequena a respeitar a tradição do acarajé: “desde que tenha respeito, todo mundo pode vender acarajé, é só respeitar”.


Algumas das baianas entrevistadas também reclamam que, por trabalharem em pontos turísticos, sofrem uma fiscalização mais rígida da prefeitura, enquanto aquelas, que, além de não usarem o traje, adornam seus tabuleiros com mensagens evangélicas, vão trabalhar nos bairros mais distantes, perto de suas igrejas ou na região da Av. Sete, centro comercial de Salvador, onde a presença de turistas é quase nenhuma, então, não são repreendidas.

A baiana Mira, cujo ponto no pelourinho pertence às mulheres de sua família há três gerações, é uma destas baianas: ela relata que um fiscal foi à sua casa acompanhar o preparo da massa do acarajé, conferiu cada detalhe do tabuleiro e da roupa.

Há também baianas como dona Dica, que tem seu ponto no largo Quincas Berro D'Água, no Pelourinho, que questiona: “Se você tem uma religião que é contrária ao candomblé, por que vender acarajé e não qualquer outro quitute?” (CANTARINO, 2005, p. 120).

Rita, filha de Jó, do “Acarajé da Jó”, na Barra, que afirma “Pra mim, só quem é de santo, só quem tem os preceitos é que devia poder vender acarajé, o acarajé do candomblé, não de Jesus” (Entrevista realizada em 6 fev. 2014),

Na Av. Sete, é possível encontrar muitas baianas com variadas apresentações, desde aquela com tabuleiro mais tradicional adornado com figa, jarros de cerâmica com folhas de plantas como a “espada de Ogum” e imagens do orixá Iansã, até aquela que identifica seu acarajé como “de Jesus” e cobre seu tabuleiro com adesivos e folhetos com mensagens evangélicas, textos de pregação e de convocação para os cultos do seu templo, além da Bíblia, como a baiana Nalvinhada popular “Acarajé da irmã Nalvinha”:



Nalvinha afirma que não usa o traje típico de baiana porque vende comida e não religião, então, não tem motivo para usar roupa de uma religião. Ela trabalha, junto com uma irmã e uma amiga, de camiseta branca, avental verde e chapeuzinho xadrez verde e branco, seguindo o padrão do toldo que cobre seu tabuleiro.

Nalvinha possui o tabuleiro mais enfeitado de toda a região e atrai muitos consumidores que buscam o “acarajé abençoado”, expressão bastante recorrente entre estes. Ela defende que o acarajé feito por pessoas do candomblé passa pelo feitiço, enquanto que o dela é só comida, e exemplifica: “*Tá vendendo aquela aí?* (Apontando uma baiana vestida com o traje completo, cujo ponto é do outro lado da avenida). O vatapá dela é doce, porque ela bota açúcar que é pra atrair mais venda, o meu não, pode comer, ele é muito gostoso.”(Entrevista realizada em 16 abr. 2014)


O acarajé da irmã Nalvinha é um caso emblemático, entretanto, não há muitos como o dela, a maioria das baianas neopentecostais nessa região apresenta apenas um ou dois adesivos e a bíblia nos seus tabuleiros, como a baiana Duda, que tem um tabuleiro muito discreto e fala muito pouco sobre o assunto, apenas diz que gosta de ter a Bíblia perto dela enquanto trabalha.

Para estas baianas, além da oposição que enfrentam de outras baianas, também há pressão por parte de outros neopentecostais mais ortodoxos que não aceitam o exercício deste ofício, como é o caso da baiana Dadai, que tem ponto próximo a algumas igrejas evangélicas em Fazenda Coutos, subúrbio de Salvador, e com frequência recebe críticas dos fiéis e se defende, como relata:

Já teve pessoas que passou lá que já falou que eu não podiavender acarajé, que acarajé era coisa de gente macumbeira e eu digo: ‘você é ignorante’. Deus tá quebrando esse protocolo, Deus tá botando servos e servos pra vender acarajé, pra tirar isso da mente do povo ignorante que não sabe que tudo foi Deus que fez. (ACARAJÉ..., 2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descortinando o olhar para analisar e responder a questão norteadora dessa temática, se observa um ambiente marcado por ambiguidades e controvérsias culturais em relação à desobediência civil ao poder público municipal na cidade do Salvador, relacionado à inobservância ao decreto municipal nº 12.175, de 25 de novembro de 1998 que “dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio informal exercido pelas baianas de acarajé e de mingau em logradouro público.



O decreto em questão ainda regulamenta aspectos outros, como higiene, localização, distribuição e da apresentação das baianas no seu ponto de venda, determinando que é necessário que estas, no exercício deste ofício, se apresente com a vestimenta típica, de acordo com a tradição culinária afro-brasileira (Art. 2 § 2º) (SALVADOR, 1998, p.2).


Essa rejeição tem a sua prática recorrente realizada por algumas baianas de acarajé que pertencem à religião evangélica mais ortodoxa, instado por um pretense projeto político de ignorância e intolerância religiosa denominado de neopentecostalismo.

No final do século XX, a partir da década de 1990, com a expressiva expansão neopentecostal, uma parcela significativa da população tornou-se adepta desta corrente religiosa nesse período, incluindo muitas baianas de acarajé, o que gerou uma série de mudanças no perfil das famosas baianas.

Essa corrente apresenta como perfil de suas igrejas uma estruturação empresarial na condução dos seus templos, pregando a teologia da prosperidade aos seus séquitos seguidores, a liberação dos estereotipados usos e costumes de santidade, além de pregar a demonização de outras instituições religiosas, em especial as de matriz africana, aponta o sociólogo Mariano (1999).

Segundo informa Vagner Gonçalves da Silva (2007a, 1997 p. 199), com a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus, que, sob a regência do senhor Edir Macedo, conhecida pela sua tática agressiva de proselitismo, altos investimentos na mídia televisiva para fomentar o acirramento da guerra espiritual contra as denominações rivais, sobretudo as de matriz africana e o espiritismo, relacionando-as à feitiçaria, a ‘ coisa demoníaca’, ligada às comidas votivas do Candomblé dedicada aos Orixás, que Bispo Macedo (1996) afirma serem um dos meios através dos quais os indivíduos podem ser acometidos pelos males supostamente provocados pelas religiões afro-brasileiras: “Quase todas essas baianas são ‘filhas de santo’ ou ‘mães de santo’ que trabalham a comida para terem venda. Algumas pessoas chegam a vomitar as coisas que comeram, mesmo que isso tenha sido há muito tempo” (MACEDO, 1996, p. 48).

Na onda dessa ambiguidade e controvérsia cultural relacionada ao patrimonializado ofício de baianas de acarajé, conforme consta a legislação em vigor sob o nº 8.892/2003 e Decreto 10.039/2006, orientada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural




Nacional, através do registro do ofício das baianas de acarajés no Livro dos Saberes do referido órgão, e a sua inscrição em um dos Livros de IPAC, na esfera pública estadual. Essas baianas ortodoxas descumprem a lei e passaram a promover um processo de ressemantização da iguaria, a fim de suprimir a ligação do bolinho com as religiões de matriz africana, passando a vendê-lo com o nome de “bolinhos de Jesus” ou “acarajé de Jesus”.

Desmineralizar a prática de pensamento engessado de baianas evangélicas que justificam o não uso das indumentárias típicas, essa será uma tarefa hercúlea, pois essas defendem a mera comercialização do acarajé como comida, logo, não há motivo plausível para usar roupa de outra religião, conforme preceitua a legislação patrimonial vigente. Esse grupo resiste em compreender que a não utilização da indumentária típica prevista em lei poderá acarretar um sério prejuízo social com a perda ao direito de comercializar o produto, cujo ofício da atividade goza de patrimonialização. Essa composta pela harmonia conjuntural que permeia pela caracterização típica da baiana de acarajé, com o uso de bata, guias, colares e o tabuleiro.

O fato latente dessa temática é que o ofício da baiana de acarajé carrega em si não apenas a simples produção e venda de uma comida de rua, mas uma tradição ligada à cultura afro-brasileira e à sua religiosidade. Para Lody (2015), essas trabalhadoras, trajando em sua especial indumentária, geralmente portadas na cabeça das mulheres que realizam seus ofícios de ganho que trajavam saia, bata e turbante, acompanhado do ato do seu ganho ou da venda “estar de saia” ou “usar saia”, que significa o mesmo que trajar à baiana, marcou a atividade econômica da mulher nas ruas, dando certa autonomia para manter as famílias e demais atividades sociais, marcando o ganho do acarajé das baianas de acarajé. Essas ganhadeiras tornaram-se representantes típicas de um grupo de mulheres que permaneceu discriminado e oculto da História, conseguindo resistir de maneira peculiar às flutuações do mercado e às medidas de vigilância e controle social e tornando-se figuras emblemáticas da nova terra que passaram a habitar: Portanto, as identidades culturais africanas são construídas e, muitas vezes, justificadas em bases sagradas. Sendo assim, se torna inadmissível o desmonte do patrimônio do ofício da baiana de acarajé por outras ressemantizações que não possuem memória, pertencimento nem identidade cultural em um período da história da humanidade.

A história da indumentária do africano, essa expressa, não só a religiosidade, uma vez que cada elemento é carregado de sentido, mas desempenha a função de pertencimento a uma



tradição, o que equivale dizer que são a expressão de uma “experiência patrimonial verdadeira”, revelando a tradição das mulheres que mantêm, na criação de suas indumentárias, sua própria história. Sendo assim, o ofício da baiana de acarajé carrega em si não apenas a simples produção e venda de uma comida de rua, mas uma tradição ligada à cultura afro-brasileira e à sua religiosidade.

Contudo, existem diversos movimentos sociais que buscam as singularidades, as diferenças e as identidades de muitas culturas africanas para salvaguardar a memória desses patrimônios a serem preservados por serem fundamentais para o entendimento desse continente e para a história do mundo.

A sociedade Civil Organizada, representada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Associação das Baianas de Acarajé (Abam), organizaram o I Seminário Estadual das Baianas de Acarajé, em Salvador, ano 2019, para reunir detentores e interessados na preservação e na valorização da manifestação cultural. O objetivo desse evento está na discussão de questões consideradas prioritárias para a articulação das baianas de acarajé e para o fortalecimento do processo de salvaguarda do bem, registrado em 2005 como Patrimônio Cultural do Brasil. Para além disso, o encontro pretende criar um grupo para discutir e elaborar ações para a salvaguarda do bem na Bahia para o ano de 2020. A sociedade precisa perceber que precisamos tomar cuidado para não sair valorizando quem não tem valor, senão, quem perde o valor é a gente.

REFERÊNCIAS

ACARAJÉ é fogo. Direção: Claudia Chaves. Salvador, 1 out. 2014. Vídeo

(13 min). Disponível em: <<http://www.slideshare.net/rosefvsmu/decreto-12175>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BITAR, Nina Pinheiro. *Baianas de Acarajé: comida e patrimônio no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.

BITAR, N. P. *Agora, que somos patrimônio... :um estudo antropológico sobre as baianas de acarajé*. 2010. 194 f. il. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BITTER, D.; BITAR, N. P. **Comida, trabalho e patrimônio: notas sobre o ofício das baianas de acarajé e das tacacazeiras.** *Horizontes Antropológicos*, Porto alegre, v. 18, n. 38, p. 213-236, jul./dez. 2012

CANTARINO, C. **Baianas do Acarajé: uma história de resistência.** *Patrimônio e Memória*, São Paulo, n. 13, p. 117-21, 2005. , P. C. de O. *Candomblé: a panela do segredo.* São Paulo: Saraiva, 2008.

ENECULT, I. atall. **Ambiguidades e conflitos da cultura patrimonializada no espaço público: o caso do Candomblé em Salvador.** *Rev. Religare*, v.15, n.2, dezembro de 2018, p.526-547. Disponível: <http://www.observabaia.ufba.br/wp-content/uploads/Ambiguidades-e-conflitos-da-cultura-patrimonializada-no-espa%C3%A7o-p%C3%BAblico-o-caso-do-candombl%C3%A9-em-Salvador..pdf>. Acesso em 21 set. 2020.

FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, A. (Org.). *Nem anjos, nem demônio: interpretações sociológicas de pentecostalismo.* Petrópolis: Vozes, 1994.

INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Ofício das Baianas de Acarajé. Livro de Registro dos Saberes. 45ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.** Brasília, 2004. Disponível em <>. Acesso em

IPHAN. Ministério da Cultura. *Dossiê IPHAN 6:ofício das baianas de acarajé.* Brasília, 2004.

I SEMINÁRIO DAS BAIANAS DE ACARAJE, 2019, Salvador. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ba/noticias/detalhes/5450/salvador-ba-recebe-i-seminario-das-baianas-de-acaraje>. Acesso em: 21 set. 2020.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial.** 2012. 157 fl.il. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1849>>. Acesso em: 20 set. 2020

LIMA, V. da C. **A anatomia do acarajé e outros escritos.** Salvador:Corrupio, 2010.

LODY, R. **Moda e História: as indumentárias das mulheres de fé.** São Paulo. Editora Senac São Paulo. 2015

MACEDO, E. **Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?** Rio de Janeiro: Unipro, 1996.

MACHADO NETO, Z.; BRAGA, C. **Bahianas de acarajé: uma categoria ocupacional em redefinição.** Salvador: UFBA, 1977.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Loyola. 1999.

MARTINI, Gerlaine Torres. **Baianas do Acarajé.** A uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira. 2007. 291 fl. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1302?mode=full>>. Acesso em: 28 ago. 2020

MOTT, L. R. B. **Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil.** *Revista de História*, São Paulo, v. 53, n. 105, p. 81-106, 1976.

QUEIROZ, H.F.O.G. ACARAJÉ TEM AXÉ: **a desafiadora Salvaguarda do Ofício de Baiana no campo do Patrimônio Cultural Imaterial.** *Rev. Relicário*, v.4, n.7 * jan/jun 2016, p. 83-98, Disponível em: <<https://www.revistarelicario.museudeartesauberlandia.com.br/index.php/relicario/article/view/52>> Acesso em 12 set 2020.

SALVADOR. **Decreto Lei Municipal n.º 12.175**, de 25 de novembro de 1998. Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio informal exercido pelas baianas de acarajé e de mingau em logradouro público e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Município*, Atos do poder Legislativo, Salvador, 1998. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/rofefvsmu/decreto-12175>>. Acesso 12 set. 2020

SILVA, V. G. da. Entre a Gira de Fé e Jesus de Nazaré: **relações sócioestruturais entre neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras.** In: SILVA, V. G. da. (Org.). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro.* São Paulo: EDUSP, 2007a. p. 191-260.

SILVA, V. G. da. Prefácio ou notícias de uma guerra nada particular: **os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil.** *Intolerância religiosa. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro.* In: SILVA, V. G. da. (Org.). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro.* São Paulo: EDUSP, 2007b. p. 9-27.

SOARES, C. M. **Mulher negra na Bahia no século XIX.** Salvador: EDUNEB, 2007.

TAVARES, Fátima; GIUMBELLI, Emerson. Org. **.Religiões e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos.** - Salvador : EDUFBA : ABA Publicações, 2015. 459 p.

VILHENA, L. dos S. **A Bahia no século XVIII.** Salvador: Itapuã, 1969. 1 v.

WIKIPIDIA. Salvador. Disponível em <https://www.pt.wikipedia.org/wiki/Salvador>. Acesso em 20 set. 2020.

CAPÍTULO 29

CASO SIMONE ANDRÉ DINIZ VS BRASIL: IMPORTÂNCIA DESTA DECISÃO PARA COMBATER O RACISMO

Pedro Augusto de Castro Simbera, Graduando de Direito, PUC-Campinas

Helena Raia Bottura, Graduada de Direito da PUC-Campinas

Gabriel Freire Approbato, Graduando de Direito da PUC-Campinas

Leticia Daniele Guerra da Silva, Graduada de Direito da PUC-Campinas

Thiago Augusto Sula de Oliveira, Graduando de Direito da PUC-Campinas

Carolina Piccolotto Galib, Doutoranda em Direito e Professora da PUC-Campinas


RESUMO

A partir da decisão que reconhece a responsabilidade do Brasil no caso Simone André Diniz perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante “CIDH”), órgão vinculado a Organização dos Estados Americanos (doravante, “OEA”), foi realizado um diálogo com as obras “Racismo Estrutural” (Silvio de Almeida) e “Pequeno manual antirracista” (Djalma Ribeiro), a fim de compreender a importância desta decisão como fator que influenciará no combate ao racismo no Brasil, em que se pese ser a primeira decisão internacional contrária ao Brasil neste crime. Em especial, pretende-se discorrer brevemente sobre o cenário estruturante do racismo neste país, com a finalidade de visualizar se realmente pode-se vislumbrar que a decisão conseguirá mudar o contexto atual. Desta forma, a análise será feita por meio da bibliográfica, compreendendo as obras já mencionadas, e documental, com a decisão da CIDH, através do método hipotético-dedutivo, entendemos que esta decisão foi fundamental no processo de transição para o combate do racismo. Por fim, será feito um breve paralelo com os atuais debates nos meios digitais a respeito do racismo e como estes contribuem para combater este crime.

Palavras-Chaves: Racismo Estrutural; Combate ao racismo; Decisão da CIDH; Antirracista.

INTRODUÇÃO

O entendimento do racismo estrutural no Brasil não pode fugir da análise histórica acerca do longo período de sustentação de um sistema escravocrata. Como colocam Lilia M. Schwartz e Heloisa M. Starling em “Brasil: Uma Biografia” (2018), entre 1550 e 1888, estima-se que foram transportados para o Brasil cerca de 4,9 milhões de africanos: homens, mulheres e crianças que foram tirados de duas terras e separados de suas famílias para a submissão forçosa a um sistema violento e desumano. Durante os quase quatro séculos em que perdurou, a escravidão sustentou a economia do Brasil colônia e do Brasil império, tão bem como foi uma peça chave para o desenvolvimento da cultura, das artes, do direito e das




relações sociais; é impossível pensar o Brasil contemporâneo sem as marcas da escravidão (SCHWARTZ e STARLING, 2018).

Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, pela Lei Áurea, muitos dos métodos de repressão e violência contra a população negra continuaram. Em consequente, pode-se falar que o Brasil contemporâneo é palco de uma grande contradição: por mais que a sociedade brasileira seja plural – conceito traduzido historicamente pela ideia de miscigenação – o país ainda é composto de uma sociedade estruturalmente racista, que sustenta e naturaliza inúmeras desigualdades e injustiças (SCHWARTZ e STARLING, 2018). Os dados do IBGE escancaram essa realidade ao demonstrarem que, por mais que os autodeclarados pretos ou pardos sejam a maioria da população (63,7%), esses são minoria em termos de oportunidade: a população autodeclarada preta ou parda compõe mais de 2/3 dos desempregados do país (PNAD - IBGE, 2020), além da taxa de analfabetismo entre os maiores de 15 anos ser quase o dobro em relação aos dados da população branca (PNAD-IBGE 2019).

É essa tremenda desigualdade de direitos e oportunidades refletida na sociedade brasileira que leva autores como Silvio Almeida e Djamila Ribeiro a argumentarem o racismo no Brasil como entendido sob uma lógica estrutural, termo esse que designa a complexidade com que o racismo se insere no alicerce do tecido social brasileiro, estruturando intrinsecamente e universalmente as relações sociais. Para eles, o racismo não pode ser identificado em um único local ou em uma única instituição, muito menos ser tratado como fenômeno pontual; o racismo penetra a sociedade como um todo, estruturando-a e sendo estruturado por ela.

Sendo assim, como coloca o geógrafo Milton Santos(2000)– que se tornou referência também em seu trabalho jornalístico - a ascensão do negro na sociedade brasileira sempre foi vista como causadora de ressentimento em boa parte da população branca, que historicamente repudia manifestações de inconformidade com o racismo e cria barreiras para a ascensão social do negro.

É nesse contexto que a violência contra a população negra se intensifica ainda mais. Além de pessoas negras serem a vítima mais comum de homicídios - estima-se que os negros têm 2,7 vezes mais chance de serem mortos se comparados aos brancos (IBGE, 2019), também são diversos os casos relacionados ao racismo que encontram soluções pouco ou nada satisfatórias perante a justiça brasileira. Foi o caso da senhora Simone André Diniz (Simone André Diniz VS Brasil, 1997), discriminada ao tentar se candidatar a uma vaga de



emprego. Esse caso ganhou grande relevância nacional e internacional, principalmente por ter sido a primeira condenação de um país por discriminação racial pelo sistema interamericano de direitos humanos.


Sendo assim, a condenação do Brasil no caso Simone André Diniz é um importante alerta para as autoridades brasileiras de que o tema do racismo precisa de mais atenção, sobretudo do poder judiciário. São diversos os casos de arquivamentos de denúncias relativas a crimes cometidos em razão da raça, a título de exemplo, um estudo da Globonews feito em 2017 no Rio de Janeiro aponta que em 30 anos, apenas 244 processos de racismo ou injúria racial chegaram ao fim no estado, sendo que 40% foram improcedentes pela área cível e 24% dos réus foram absolvidos na área criminal.

Em termos nacionais, a eficácia do poder judiciário como instrumento repressor do racismo tem sido questionada. Casos como Simone André Diniz VS Brasil escancaram uma realidade que se espalha a nível nacional e causam grande alento para os mecanismos de proteção dos Direitos Humanos (sendo destacadas aqui a OEA -como sistema regional e a ONU - como sistema global). É necessário questionar: estará o Brasil preparado a tornar seu aparato jurídico um mecanismo realmente contundente em matéria de combate ao racismo?

Para tanto, pretendeu-se realizar no presente trabalho uma análise do racismo no Brasil, partindo de concepções do racismo individual, institucional e estrutural, a fim de averiguar o potencial da decisão que reconhece a responsabilidade do Brasil no caso Simone André Diniz perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante “CIDH”), órgão vinculado a OEA, terá no combate ao racismo estrutural. Como também, será feito o diálogo com autores que tem discutido essa temática em suas obras, como o “Racismo Estrutural” de Silvio de Almeida e o “Pequeno manual antirracista” da autora Djalma Ribeiro. É um diálogo de extrema importância, uma vez que é a primeira decisão internacional contrária ao Brasil neste crime.

Por fim, nota-se como é de extrema relevância abordar esse tema sob a ótica do contexto atual, discorrendo brevemente sobre os debates nos meios digitais a respeito do racismo e como estes contribuem para combater este crime.

Desta forma, a análise será feita por meio da bibliográfica, compreendendo as obras já mencionadas, e documental, com a decisão da CIDH. Além de interpretar por meio do método hipotético-dedutivo por entender que esta decisão e os debates virtuais impulsionando



o movimento “sejamos antirracistas” são fundamentais no processo de transição para o combate do racismo.

SIMONE ANDRÉ DINIZ E A PRIMEIRA DECISÃO INTERNACIONAL CONTRÁRIA AO BRASIL POR CRIME DE RACISMO


FATOS INICIAIS ANTES DO CIDH

Simone Diniz, visando encontrar um emprego, deparou-se nos enunciados do jornal uma vaga de emprego como babá. Ocorre que, para o preenchimento desta vaga existia um requisito essencial sendo este ser uma pessoa branca. Diante do anúncio, ligou para o número exposto junto a oferta de trabalho para confirmar se este requisito era realmente necessário e, de fato, lhe foi confirmada, o jornal estava correto.

Desta forma, Simone solicitou um boletim de ocorrência que acarretou em investigações. A mulher que teria feito o anúncio de cunho racista tentou se justificar dizendo que uma antiga babá negra, que nunca foi encontrada, teria maltratado seus filhos. Após isso tentou entrar com uma ação, porém, infelizmente, nunca chegou a virar uma ação penal, uma vez que o Ministério Público ofertou um entendimento que foi acatado pelo juiz, de que “não houve ato racista” ou “base para oferecimento da denúncia”. Assim, o caso foi arquivado mesmo com provas como o próprio anúncio de cunho racista. Portanto, em vista do desamparo do judiciário a um evidente caso de racismo estampado nas folhas de um anúncio, este caso de racismo foi denunciado a Comissão Interamericana de Direitos Humanos gerando o caso “Simone André Diniz vs. Brasil”.

TRÂMITE INICIAL DO PROCESSO

Inicialmente, houve a tentativa de solução amistosa de conflito do presente caso, porém essa solução foi inviável pela falta de resposta do Estado brasileiro. Dessa forma, iniciasse o caso com a análise dos fatos, momento em que foi averiguado os fatos ocorridos. Posteriormente, a análise do mérito, momento este que o Estado brasileiro reafirma e concorda que a decisão dada pelo magistrado foi correta, e sob argumento que, de acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, determina que seja inadmissível toda petição que pela exposição do próprio peticionário ou Estado seja infundada ou improcedente. Seguindo o princípio *pro homine*, “quando se trata de normas que asseguram um direito, vale a que mais amplia esse direito; quando, ao contrário, estamos diante de restrições ao gozo de um direito, vale a norma que faz menos restrições” (GOMES,



2007), inserido na Convenção de Viena de 1969, e rege os sistemas de proteção internacional, caberia ao Estado o ônus da prova.

Assim, posição do Estado contraria as provas mostradas, mesmo o anúncio que já caracterizava violação do parágrafo 2º do artigo 20da Lei 7.716/89, sendo este fato o suficiente para que o Ministério Público tivesse entrado com a ação penal, a saber o teor do dispositivo,

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. § 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza

Por fim, concluindo a parte inicial do processo, a CIDH, reforça que seu papel não é julgar a relação entre particulares e sim a atuação ou a falta dela do Estado, este que é competente para julgar de forma justa a relação destes indivíduos. Portanto, atua a CIDH neste caso para averiguar se o devido processo legal foi respeitado e se as leis internas foram aplicadas corretamente, de acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos.


DECISÃO

A conclusão determinada pela Comissão foi de condenar o Estado brasileiro sobre a responsabilidade de violação dos direitos de igualdades presentes nos artigos 24, 25 e 8 da Convenção Americana de Direitos Humanos, em prejuízo a Simone André Diniz, uma vez o Ministério Público na data 02 de abril de 1997 solicitou o arquivamento das atuações praticadas no âmbito nacional por considerar que as práticas da denunciada, Senhora Aparecida Gisele Mota da Silva, não pudessem constituir os crimes previstos na lei 7.716/89, que por fim teve seu arquivamento ordenado no dia 07 do mesmo mês.

Essa decisão teve seu fundamento na demonstração sobre a omissão do Estado brasileiro em não conseguir ser suficiente para prestar assistência a aqueles que claramente foram vítimas do crime de racismo, que dessa forma aponta cada vez mais sobre a existência do racismo estrutural presente na cultura do país que nem os agentes públicos conseguiram evitar de possuir.

EFEITOS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos faz recomendações ao Estado Brasileiro para que este repare plenamente a vítima Simone André Diniz, considerando tanto



o aspecto moral e material, além de indenização pelo dano causado a ela, e assistência para sua conclusão de curso superior. Outrossim, que façam modificações na administração e legislação interna para que dê a devida efetividade a lei antirracismo, além de políticas educacionais para seu combate.

Em 29 de março de 2006, a Comissão Interamericana encaminhou uma correspondência ao Estado Brasileiro, solicitando um Relatório sobre os cumprimentos das recomendações apresentadas pela Comissão. Porém o Governo foi omissivo a este relatório e como consequência a Comissão vai tornar público esta posição na OEA.


A ESTRUTURA DO RACISMO NO BRASIL

Silvio de Almeida em seu livro, racismo estrutural, toma como tese central a ideia de que sim, o racismo é estrutural, embora ele é visto de forma individual e institucional, sempre se trata de um racismo estrutural. É um elemento que está integrado na organização da sociedade, política e econômica. (2020, p. 15).

Para entender melhor o contexto do racismo, o autor buscou a historicidade da temática. Neste sentido, o início ocorre com o que era entendido como os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado, estes que iriam ser levados para outras civilizações, aquelas que ainda não tinham esses benefícios. Com isso, esse processo redundou na destruição e morte, em nome da razão, e essa que se denominou colonialismo (ALMEIDA, 2020, p. 19).

Mas os povos colonizados em nome desta razão queriam que as concepções da Revolução Francesa fossem estendidas para eles, uma vez que pregava a promessa de liberdade, igualdade universais. Diante disso, o povo negro haitiano escravizado pelos colonizadores franceses fizeram uma revolução, buscam essas garantias (ALMEIDA, 2020, p. 20). Com a Revolução Haitiana, “tornou-se evidente que o projeto liberal-iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos” (ALMEIDA, 2020, p. 20).

Destaca, brilhantemente o autor, com base nesta evidente diferenciação de quem seria os seres humanos que iriam ter liberdade e igualdade, seria capaz de explicar que “a civilização não pode ser por todos partilhada. Os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo” (ALMEIDA, 2020, p. 20). E foi através da ideologia do neocolonialismo que se “assentou o discurso da inferioridade




racial dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento” (ALMEIDA, 2020, p. 21).

As formas como o racismo se põem na sociedade é sistemática, sistema de discriminação que tem a raça como fundamento, manifestando por meio de práticas conscientes ou não, que refletem em desvantagens ou privilégios à indivíduos dependendo de sua raça. O racismo se difere de preconceito racial e discriminação racial, para Silvio, “o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (ALMEIDA, 2020, p. 23).

Já a discriminação racial, que pode ser direta, quando “é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial ” (ALMEIDA, 2020, p. 23) e indireta, “um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada, marcada pela ausência de intencionalidade explícita de discriminar pessoas ” (ALMEIDA, 2020, p. 24). É a atribuição de tratamento distinto aos membros de grupos racialmente identificados e tem como requisito principal a possibilidade efetiva do uso da força (ALMEIDA, 2020, p. 23-24). Essas ações acarretam em consequências práticas de discriminação, seja direta ou indireta, com decurso do “tempo leva à estratificação social”, impossibilitando muitas vezes a ascensão social. Como também, destaca o autor que o racismo promove a articulação com a segregação racial, com “a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. ” (ALMEIDA, 2020, p. 24).

Traçado as concepções iniciais e necessárias para compreensão da temática, de seus fatos históricos que levam a sociedade a ser estratificada por questões raciais, destacando a infeliz discriminação que impossibilita a igualdade do ser humano, que deveria ser entendido como igual em direitos e oportunidades, simplesmente por ser humano e não por ser negro ou não negro. Agora irá ser abordada as formas como o racismo se comporta na sociedade, a saber, na forma de racismo individualizado, institucionalizado e estrutural. Este último é o cerne a ser discutido neste presente trabalho, uma vez nas palavras de Silvio de Almeida, o racismo é estrutural (2020, p. 15). Diante disso, embora será abordado casos de racismos individuais, são de extrema importância seus reflexos, neste caso, reflexos da decisão internacional que responsabiliza o Brasil por crime de racismo, como também, a potencialidade da internet como meio de combater esse racismo. Assim, entende o grupo que



os tais casos poderão mudar o cenário do racismo estrutural, na medida que a sociedade está começando a agir no sentido de ser todos antirracistas.

A concepção do racismo individual é entendida como os “indivíduos racistas que agem isoladamente ou em grupo”, aqui não são instituições ou sociedade. Silvio demonstra que, essa “concepção individualista pode não admitir a existência de ‘racismo’, mas somente de “preconceito”. Bem como, segundo esta concepção, “é concebido como uma espécie de ‘patologia’ ou anormalidade, seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados” (ALMEIDA, 2020, p. 26).

Agora, em que se pese o racismo institucional, “não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições” (ALMEIDA, 2020, p. 27). Neste sentido, para entender a questão institucional, entende o autor que a desigualdade racial é uma característica da sociedade, mas


não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. [...]. Detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. (ALMEIDA, 2020, p. 28)

O racismo institucional, sob conceito de Hamilton e Ture, citados por Silvio de Almeida, é “menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos” (2020, p. 31).

A fim de continuar a elucidação da distinção entre racismo institucional e individual, os autores Hamilton e Ture, descreve que

quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam cinco crianças negras, isso é um ato de racismo individual. [...]. Mas quando nessa mesma cidade – Birmingham, Alabama – quinhentos bebês negros morrem a cada ano por causa da falta de comida adequada, abrigos e instalações médicas. [...] isso é uma função do racismo institucional. [...] é o racismo institucional que mantém os negros presos em favelas dilapidadas, sujeitas às pressões diárias de exploradores, comerciantes, agiotas e agentes imobiliários discriminatórios. (ALMEIDA, 2020, p. 31-32).

Por fim, introduzindo a abordagem que dará o entendimento das razões para que o racismo seja estrutural, Silvio, compreende que “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos.” Neste sentido, instituições são racistas porque a sociedade também é racista (2020, p. 33). Logo, as instituições precisam tratar a questão do racismo de forma ativa para evitar a reprodução das práticas racistas, já tidas como normais na sociedade.



Destarte, “se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas” (ALMEIDA, 2020, p. 34).


O racismo decorre da própria estrutura social, “do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2020, p. 35).

Mesmo aqueles que cometem atos racista sejam responsabilizados, entender que há uma relação estrutural nos leva a “concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial” (ALMEIDA, 2020, p. 36). E assim, compreender que o racismo é estrutural e não atos isolados nos torna ainda mais responsáveis pelo combate dele e de racistas.

FORMAS DE ENFRENTAR O RACISMO

A peculiaridade racista enraizada no seio da sociedade brasileira não é uma característica contemporânea de modo que sua indiscrição não é atual na perspectiva da população do país. Assim, o caso “Simone André Diniz” é só mais um, entre inúmeros episódios de racismo que ocorrem diariamente no Brasil e são ignorados pelo Estado. Ocorre que, foi um caso de extrema importância para que o problema, que estava presente por décadas, ganhasse visibilidade perante a Organização dos Estados Americanos. Entretanto, apesar de todo este cenário e uma pequena vitória para a luta antirracista, a discriminação racial ainda é muito presente no Brasil. Dessa forma, uma leitura essencial para a conscientização, principalmente da população branca, é o livro “Pequeno Manual Antirracista” da feminista negra Djamila Ribeiro que, através de seu ativismo e suas obras literárias abriu a mente de muitos brasileiros.


Na introdução, destaca-se que racismo consiste em um sistema de opressão que é estrutural e estruturante que remete-se desde a época da escravidão, uma vez que este sistema beneficia economicamente a população branca. Além disso, a autora introduz o tema afirmando que não basta não ser racista, é preciso ser antirracista considerando que mesmo que se você não pratique atos racistas, caso presenciar uma cena de tal cunho e permaneça em silêncio diante de tal prática discriminatória, você estará sendo tão racista quanto a pessoa que praticou o ato. Portanto, é importante compreender que o silêncio coopera com a manutenção do sistema racista.



No primeiro capítulo, a autora indica que os leitores informem-se sobre o racismo, implicando em estudar, ler, pesquisar, assistir vídeos e palestras de outras pessoas negras que falem sobre o assunto. E, ainda, abrange o tema do mito da democracia racial, ou seja, conceito que nega a existência do racismo no Brasil. Neste contexto, aborda-se o argumento de no Brasil Colônia havia relacionamento carnal entre negras e brancos, no entanto, esta ideia de que toda e qualquer conjuntura carnal entre brancos e negras era, de fato, consensual é ilusório de modo que tal ideia deve ser desconstruída. Neste mesmo capítulo, a autora chama atenção para a importância de denominarmos os acontecimentos pela sua natureza, por exemplo, na presença de um ato racista, não chama de apenas preconceito, mas de racismo, visando não diminuir o acontecimento.

No segundo capítulo, a Djamila Ribeiro traz uma reflexão sobre o tipo de conhecimento ensinado e reproduzido nas escolas tendo em vista que aprendemos conteúdos históricos na visão predominantemente branca, ou seja, focamos muito no ensino da colonização e esquecemos de aprofundar em fatos específicos da escravidão negra. Aprofundando na presente reflexão, a autora que enxergar a negritude implica em aceitar que as pessoas negras podem acessar espaços de poder em que elas não estejam neste ambiente para servir. Neste aspecto, a própria autora, diante de suas experiências pessoais, informa que é uma prática frequente que as pessoas perguntem se ela está naquele local para desempenhar papel de faxineira quando se encontra em um ambiente de cunho relevante. Destarte, alega que o problema não são essas profissões vistas como inferiores pelo preconceito da sociedade capitalista, mas o fato de assimilarem tais papéis com os negros. No mais, o capítulo aborda que enxergar a negritude não significa ser condescendente, ou seja, as pessoas brancas não precisam elogiar os negros só por “fazer o mínimo” como estar inserido em um meio acadêmico. Por conseguinte, finaliza o capítulo ponderando que é necessário enxergar as cores de modo a saber que existe o branco e o negro porque fingir que não existem diferenças raciais no Brasil não extingue a discriminação, sendo que a única forma disso acontecer é discutindo sobre o problema do racismo.

Em seguida, no terceiro capítulo denominado “Reconheça os privilégios da branquitude”, aborda que ao refletir sobre o racismo, focamos em pensar no indivíduo negro e acabamos esquecendo que esta é uma problemática branca. Dessa maneira, o branco se coloca como sujeito universal, enxergando o negro como o diferente, e é preciso que o branco abandone esta postura e reconheça seus privilégios. A sociedade atual se padroniza de forma que a raça é levada em consideração sempre e há uma hierarquia em que o homem branco está



no topo da pirâmide de privilégio social. A ideia principal é que este reconhecimento do privilégio branco gere ações concretas a favor de uma mudança significativa. Por consequência, esta ideia introduz o próximo capítulo que expõe devemos perceber o racismo internalizado em cada indivíduo, de forma a analisar a linguagem usada no cotidiano, porque este meio de comunicação deixa transparecer expressões racistas.

No quinto capítulo, a autora diferencia capacidade de oportunidade, exemplificando com as cotas raciais como um meio de ilustrar a desigualdade de oportunidades no Brasil. Neste sentido, desenvolve o pensamento afirmando que se várias pessoas prestam a mesma prova para vestibular ou para concurso público, alguns têm mais acesso a material de estudos do que outros, ou seja, as oportunidades não são iguais.

O capítulo seguinte, gera reflexão segundo o seu ambiente de trabalho, nos questionando sobre a quantidade de negros com quem trabalhamos. Vale ressaltar que, diversidade não é significa cumprir cotas, mas fazer com as pessoas negras, de fato, sejam inseridas naquele espaço. Outrossim, no capítulo sétimo, a autora recomenda a leitura de produção de pessoas negras, visando o acesso a outras formas de pensamento para não interpretarmos a história com a visão única do branco.

O capítulo seguinte abrange a ideia de apropriação cultural de modo que, diante do capitalismo, há um esvaziamento do sentido de algo significativo para uma cultura, tornando-se um objeto com valor monetário. Assim, por questões estéticas, o branco acaba desmerecendo a cultura negra ao apropria-se de bens significativos para estes. No mais, a autora alega que respeitar uma cultura não significa se apropriar dela de maneira que é possível respeitar esta cultura apenas a observando. No nono capítulo, a Djamila Ribeiro aborda a temática da hipersexualização dos corpos das mulheres negras e que isto desenvolve solidão nas mulheres negras, uma vez que não recebem afeto que as humanize como mulheres com sentimentos.

Por fim, no último capítulo, discute-se sobre o combate a violência racial e a forma como os brancos estão lutando para que essa violência acabe, considerando que não é novidade que a discriminação racial é fruto de violências que geram mortes de negros todos os dias.

Posto tudo isso, concluímos que, esta, e outras obras citadas por Djamila em seu manual, são leituras essenciais para a população brasileiro, ao passo que deveriam ser postas como obrigatórias no sistema de ensino, visando a conscientização dos jovens do país.

COMBATE AO RACISMO NOS (COM OS) MEIOS DIGITAIS

A ideia permanente na consciência coletiva é a de que o racismo acontece pessoalmente, com o ofensor e o ofendido, frente a frente se encarando. Mas, com o advento da internet, englobando todo o ambiente on-line onde exista interação de pessoas, incluindo jogos, fóruns, redes sociais e blogs, possibilitou acesso de grande parte da população (79% da população brasileira possui acesso à internet, segundo o IBGE em 2020), se tornou um campo amplo e propício para que o crime ocorra.


Exemplificando, com apenas quatorze anos de atuação, a SaferNet - Instituição que atua na defesa e promoção de Direitos Humanos na internet - já recebeu e processou 231.121 denúncias anônimas de Racismo. Somente em 2019 foram recebidas 8.337 denúncias de racismo na internet (Crescimento de 37,71% em relação ao ano de 2018). O que nos leva ao impressionante cálculo de 23 denúncias por dia, quase uma denúncia por hora. Superando as denúncias de tráfico de pessoas (509 denúncias) recebidas no sítio.

A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como marco civil da internet, “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria”. Em seu artigo 2º explana o respeito à igualdade e à liberdade de expressão, tal como a defesa dos direitos humanos e o exercício da cidadania através dos meios digitais.

Mas por que continuamos vendo um aumento significativo dos casos de racismo na internet, mesmo após a promulgação do marco civil da internet?

A sensação de que a internet é terra de ninguém e de que os atos praticados nela, não terão consequências, faz com que os racistas não se sintam inibidos para cometer seus crimes on-line. Possuem a falsa sensação de liberdade, de segurança atrás da tela fazendo o uso do anonimato na maioria das vezes. Tudo isso somado ao medo das vítimas em denunciar. A grande dificuldade é provar que de fato o crime ocorreu, já que esses criminosos, por muito das vezes, fazem o uso de programas que escondem o IP do computador utilizado dificultando que sua identidade seja descoberta.

As vítimas de Racismo podem prestar queixa em delegacias normais ou nas especializadas como a Delegacia de crimes raciais e delitos de intolerância localizada em São



Paulo. Há também o disque-denúncia específico para os crimes de ódio como o 124 no Distrito Federal. Já na Internet, as denúncias podem ser feitas através do sítio do Ministério Público Federal ou pelo sítio do SaferNet já citado. Basta copiar o URL da página contendo o conteúdo racista e capturar a imagem da tela. Dentro dos sítios citados é um espaço anônimo e seguro para fazer a denúncia.


Tão importante quanto a denúncia, é não replicar postagens que possuam conteúdo racista ou de ódio na internet. Ainda estamos engatinhando quando o assunto é o combate de crimes virtuais, tendo em vista todas as artimanhas e escapatórias utilizadas pelos criminosos, mas com conscientização de todos avançaremos nessa luta.

Deste modo, podemos notar como os meios digitais estão caminhando para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que se pese as mídias sociais como um grande fator de divulgação das condutas violadoras. Neste sentido, há casos emblemáticos nos correntes anos, em que a conduta racista e discriminatória foi amplamente debatida e combatida em todos os meios tecnológicos. São momentos em que a internet se mostra como uma grande aliada da justiça, em contraposição a mesma internet causadora de violações. O que difere neste caso é o alcance dos movimentos da luta antirracista, levando o conhecimento da temática a todos os lugares, mostrando para todos as formas de racismo, seja individual com ações de pessoas ou grupos, seja institucional com organismos da sociedade impedindo o acesso de pessoas negras, como o estrutural que é intrínseco no corpo social, permeando as relações. Bem como, o conhecimento de modos como agir e formas para não agir, pensando nas ações veladas do racismo em que passa despercebido aos olhos daqueles que não estão pensando sobre. Por isso o brilhante autor Silvio de Almeida mostra em seu livro “Racismo Estrutural” como ele não tinha a total consciência de como o racismo interfere na sociedade ao ponto de não ser percebido, contando sua experiência pessoal, e reforçando a importância de pensar onde estão as pessoas negras e quais posições elas estão.

Dado todo exposto, entende-se que de fato é notável o avanço do combate ao racismo nos meios digitais e a importância do policialmente do outro e principalmente se policiar e não replicar o racismo. Uma vez que nota-se como ele está inserindo em palavras usadas corriqueiramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada tamanha importância do tema e sua relevância, entendemos que não está perto de se ter uma solução, muito pelo contrário, trata-se de uma luta e um combate constante, a ser



realizado internamente em cada pessoa, policiando as próprias ações, buscando o conhecimento sobre o tema e desconstruir toda a “normalidade” a qual Silvio de Almeida fala em seu livro. Uma vez que, é notável como o racismo está inserindo em terminologias, em brincadeiras tidas como normais, só que com uma carga racista. Bem como, é necessário que dentro dos lares possa ser discutida a questão racial, com os familiares, visando um debate entre gerações, já que é possível observar como cada geração lidou com o racismo. Além de ser fundamental o debate sob a ótica da educação, educar para não violar os direitos das pessoas negras. Isso nas casas, nas escolas, instituições de ensino superior, como também em ambiente de trabalhando, dando oportunidade de todos participarem e incluírem o corpo de funcionários. Neste último ponto, é de fácil compreensão como o processo seletivo que busca um candidato com conhecimento em outros idiomas e uma ampla formação pode e irá afastar muitos candidatos.

Ademais, em que se pese o caso Simone André Diniz ser a primeira decisão contrária ao Brasil em crime de racismo, tem um condão de promover avanços na seara interna do país, sendo estudado por muitos, amplamente debatido, utilizado como referência no combate ao racismo e discriminação racial. Mas não somente, como haverá uma inerente pressão política internacional para o Brasil, na medida em que passado a análise da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, não tendo o Estado promovido a reparação integral, o caso ganhou notória divulgação perante a Organização dos Estados Americanos.

Embora seja um caso de racismo individual, a contratante por ter uma infeliz experiência com a cuidadora de crianças anteriormente, criou um estigma racista que impossibilitou que outras pessoas negras participassem do processo seletivo. Neste caso a conduta racista dela atrelou a cor. Não é uma conduta isolada, é reflexo da estrutura do racismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. 264p.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório** nº 66/06. CASO nº 12.001. **Simone André Diniz Vs. Brasil**. Disponível em: <http://www.cidh.org/annualrep/2006port/brasil.12001port.htm>. Acesso em: 26 ago. 2020.

Globo News. **Em 30 anos, apenas 244 processos de racismo e injúria racial chegaram ao fim no RJ.** Portal G1-Globo, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/em-30-anos-apenas-244-processos-de-racismo-e-injuria-racial-chegaram-ao-fim-no-rj.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2020.

GOMES, Luiz Flavio. Direito dos direitos humanos e a regra interpretativa “pro homine”. Migalhas, 2007. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/42806/direito-dos-direitos-humanos-e-a-regra-interpretativa-pro-homine-segunda-parte#:~:text=Por%20for%C3%A7a%20do%20princ%C3%ADpio%20interpretativo,que%20assegura%20de%20maneira%20mais>. Acesso em: 26 ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** Brasil, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PNAD Contínua TIC 2018: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país.** 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>. Acesso em: 25 ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PNAD Contínua trimestral: desocupação cresce em 12 e fica estável em 15 UFs no 1º trimestre de 2020.** Agência IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27707-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-12-e-fica-estavel-em-15-ufs-no-1-trimestre-de-2020>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PNAD contínua.** Brasil, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** Londrina: Companhia das Letras, 2019. 136 p.

SaferNet. **Indicadores.** Disponível em: <https://indicadores.safernet.org.br/indicadores.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SANTOS, Milton. **Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro: Ser negro no Brasil hoje.** São Paulo: Folha de São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>. Acesso em: 22 ago. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia.** 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.p.82.



CAPÍTULO 30

A VIDA EM REPRESENTAÇÃO: PERCEPÇÕES E PROJEÇÕES DE USUÁRIAS DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE LUÍS CORREIA-PI

Suellen Fernandes Castro, Graduada em Serviço Social, Faculdade UNINASSAU/Parnaíba
Simone Maria de Sousa Silva, Professora Mestra, Faculdade UNINASSAU/Parnaíba

RESUMO


Esta pesquisa visou abordar vivências, experiências, percepções e projeções de usuárias dos Benefícios Eventuais de Luís Correia, Piauí. Tem como foco central o estudo das Representações Sociais, por meio dos olhares que as usuárias desse setor têm em torno de suas histórias de vida e dos Benefícios Eventuais. Assim, fora necessário estabelecer relações entre teoria e vida cotidiana, entre usuárias e direitos sociais. Para tanto, a aplicação de entrevistas com duas colaboradoras se fez primordial, por favorecer a aproximação com os contextos de vida material em que essas estão inseridas, bem como o ouvir acerca de suas histórias. Em vias de conhecer a teoria que dá principal suporte para este estudo, o objeto que o situa empiricamente, os Benefícios Eventuais, busquei as visões de autoras e autores, como: JODELET (1993); BOURGUIGNON (2008) e SOARES; GONÇALVES (2016). Sendo assim, esta é uma Pesquisa de cunho qualitativo, bibliográfica e de campo.

Palavras-Chave: Serviço Social. Representações Sociais. Benefícios Eventuais. Usuárias.

INTRODUÇÃO

Estudar as Representações Sociais de usuárias dos Benefícios Eventuais de Luís Correia-PI, partiu das minhas vivências e experiências no Estágio em Serviço Social, realizado de setembro de 2018 a dezembro de 2019, e da vontade de estabelecer uma aproximação com os significados que as usuárias davam as suas próprias vidas, de conhecer um pouco de suas histórias, e a partir daí as percepções que essas nutriam em torno dos Benefícios Eventuais.

Para tanto, esta pesquisa se fez Bibliográfica, *uma vez que foram utilizados autoras e autores*, como Denise Jodelet, que estuda as Representações Sociais, como Jussara Bourguignon, que estuda essas ligadas ao contexto do Serviço Social, como também Bovoleta, em seu estudo acerca dos Benefícios Eventuais; Cássia Carlotto, na discussão de



Gênero e a Política de Assistência, e outros(as), como Marilda Iamamoto, que reflete a Questão Social⁵¹.

A consulta em leis e decretos aqui também se fez importante. Esta é ainda, uma pesquisa de campo, que contou, primordialmente, com a contribuição de duas colaboradoras, selecionadas (mediante especificidades apresentadas no decorrer do texto), por meio dos Recibos de Concessão de Cesta Básica, benefício concedido pelos Benefícios Eventuais de Luís Correia-PI, e cujas entrevistas foram realizadas no dia 08 de novembro de 2019.

Sob condições diversas, que se assemelham e por vezes se distanciam, estão às vidas em representação que dão alma a este trabalho, dividido em três tópicos principais. No primeiro deles, as Representações Sociais são apresentadas por meio dos estudos de algumas/alguns teóricas(os), em principal Denise Jodelet.

No Segundo tópico são apresentadas discussões acerca dos Benefícios Eventuais, dos traços históricos que alimentam o imaginário em torno desses, bem como são feitas breves considerações a respeito da Política de Assistência Social e de sua centralidade na figura da mulher. Já no último dos tópicos, “A Vida em Representação”, busquei uma aproximação entre teoria e as realidades estudadas. Nossas colaboradoras aqui adentraram o palco central deste estudo, por meio de suas histórias, de suas percepções e projeções.


1. A PONTE ENTRE SUJEITO E OBJETO

“Por isso as representações sociais são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la.”⁵²

A relação entre ser humano e mundo vai sendo construída na medida em que esse interage com o meio que o cerca e com o outro. E é nessa construção que esses vão sendo significados, por tanto os sujeitos devem ser considerados enquanto sujeitos sociais, “afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana, que se desenvolve em um contexto social de interação e de inscrição.”(JODELET, 2009, p. 696).

⁵¹O Conceito Questão Social refere-se às expressões das desigualdades que dão base e sustentação ao Sistema Capitalista. “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77).

⁵² JODELET, Denise. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. UFRJ- Faculdade de Educação, 1993. p. 1.



É uma construção de sentidos e significados que constitui o que chamamos de social. É algo que “envolve, ao mesmo tempo, atos de conhecimento, afetos, experiências sociais, graus de pertença dos sujeitos a seus grupos sociais; sendo que a base de tudo é o contexto sócio-histórico em que se inserem tais sujeitos.”(BOURGUIGNON, 2001, p. 81), e que faz tanto necessário considerá-lo (ser humano) como esse ser em contato com o mundo, como também percebê-lo dentro de suas particularidades, posto que “os modos que os sujeitos possuem de ver, pensar, conhecer, sentir e interpretar seu modo de vida e seu estar no mundo têm um papel indiscutível na orientação e na reorientação das práticas.” (JODELET, 2009, p. 695).


E é nesse sentido que as Representações Sociais adentram o cotidiano dos atores sociais, *por expressarem um conhecimento construído acerca da realidade cotidiana*. Denise Jodelet (1993, p. 9), em um de seus trabalhos acerca das Representações Sociais, traz a necessidade da existência de coisa e de alguém, de objeto e sujeito, ou seja, a representação é sempre representação de algo, é sempre o modo como algo é percebido dentro de um contexto, os significados dados à coisa significante, o que a colocaria em uma relação de simbolização e de interpretação, uma vez que a representação toma o lugar do objeto, ao passo que lhe confere significações.

E se dentro dessa relação de significação, a coisa a ser significada for à própria vida, o modo como os sujeitos se percebem, percebem seus direitos e projetam suas ações futuras? O que se torna possível já que

[...] as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm. (JODELET, 1993, p. 08).

A gênese das Representações Sociais está na realidade dos sujeitos sociais, nos caminhos que esses percorrem, nas formas de chegar à coisa a ser significada e no valor dado a essa. “Permeada de valores, de noções e de práticas, as representações orientam a forma como os sujeitos dominam seu mundo objetivo e material e, pautadas em suas relações interpessoais, definem sua identidade pessoal.” (BOURGUIGNON, 2001, p. 80).

Estão ligadas ao ideológico e ao cultural, à condição social e a experiência própria do indivíduo (JODELET, 1993, p. 04), dentro de três esferas de pertença: a Subjetividade, a Intersubjetividade e a Transubjetiva, que respectivamente, consideram os processos



individuais; as trocas entre sujeitos, sobretudo aquelas que ocorrem por meio da linguagem; e aquela que considera os traços comuns entre uma coletividade (JODELET, 2009, p. 296-298).

Sendo essa expressão de mundo, as Representações Sociais são construídas no dia-a-dia, e trazem muito daqueles/daquelas que as constroem. São portadoras de um conhecimento que traduz vivências, experiências, crenças, valores, visões de si, do outro e de mundo, que compõem a vida dos sujeitos de forma individual e coletiva, “[...] são a passarela entre o mundo individual e o mundo social.” (BOURGUIGNON, 2001, p. 82), ligam aquilo que é pessoal ao grupal, e “por revelar como os sujeitos se apropriam de sua própria realidade [...]” (BOURGUIGNON, 2001, p. 86), trazem as subjetividades para o palco central daqueles/daquelas que desejam alçar um mergulho mais profundo no(a) outro(a) e no que o(a) cerca.

Em um ano e meio de Estágio Supervisionado em Serviço Social, no setor dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDES de Luís Correia, tive contato com diferentes sujeitos sociais, com realidades tão próprias de cada um(a), mas que encontravam um ponto comum ao adentrarem aquele setor, o que os(as) tornam usuários(as) daquele serviço.

As histórias que dão vida a esta pesquisa são de usuárias que residem em bairros diferentes, com condições de vida que se assemelham, mas que também se distanciam, possuem graus de escolaridade e idades diferenciadas e contaram traços de suas histórias de forma muito próprias. São relatos de vidas cercadas por atravessamos múltiplos, percebidos por essas de formas tão suas, que as ligam ao mundo social. Um mundo permeado por percepções e projeções, por Representações Sociais.

2 UMA REPRESENTAÇÃO LEGAL

Neste tópico me proponho a apresentar aspectos bem pontuais que permeiam a Política Pública de Assistência Social. São pontos que a qualificam enquanto lugar onde as subjetividades adentram, ganham forma, se cristalizam, ao passo em que também podem ser modificadas, considerando os aspectos legais que as formam, como também alguns que muito se aproximam da realidade dos sujeitos que a reivindicam.

Aqui se faz tanto o setor Benefícios Eventuais, enquanto espaço empírico definidor do meu objeto de intervenção, como o sexo, como característica principal para a escolha do público colaborador da Pesquisa.

2.1 Benefícios Eventuais: um cenário em representação

Compondo a Proteção Social Básica-PSB da Política Pública de Assistência Social, os Benefícios Eventuais estão descritos na Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS, como “[...] provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS⁵³ e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.” (BRASIL, 1993, Art. 22).

No entanto, antes de ganharem essa concepção, enquanto elemento constituidor de uma Política Pública, os Benefícios Eventuais historicamente se configuraram como


[...] tipos de respostas às demandas emergenciais da população, notadamente aquela que vivencia as expressões da pobreza e da miséria. Assumem diversas configurações em determinados tempos históricos, direcionados ao caráter imediato da sobrevivência e da reprodução da força de trabalho necessária ao padrão de acumulação capitalista. (SOARES; GONÇALVES, 2016, p. 703).

Isso porque a maneira como esses foram sendo pensados foi os direcionando dentro dos contextos. Inicialmente esses foram instituídos como direito aos segurados, por meio do Decreto nº 35.448 de 1º de janeiro de 1954, como auxílios-funeral e maternidade, na condição de um salário mínimo. Posteriormente, em 1960, esses voltaram a ser mencionados, agora na Lei Orgânica da Previdência Social-LOPS, que trouxe mudanças tanto na terminologia do auxílio maternidade, agora chamado de auxílio natalidade, quanto ao considerar os dependentes do segurado, como no acréscimo de um salário mínimo ao auxílio funeral (BOVOLENTA, 2011, p. 367-368).

Não é pretensão aqui um mergulho profundo na trajetória histórica dos Benefícios Eventuais, no entanto, vejo como pertinente que sejam apresentados alguns pontos em torno desses. Com uma consolidação iniciada por vias da caridade, tão característica da história da Política de Assistência, marcada “como política destinada ao pobre e não ao cidadão.” (MOREIRA, *et al.* 2017, p. 3), passando pelo caráter de auxílios contributivos da Previdência, e com o reconhecimento de benefício socioassistencial, que os Benefícios Eventuais vão ganhando forma de direito e sobrevivendo entre estigmas históricos e condicionalidades que os caracterizam enquanto direito social.

A LOAS traz a responsabilidade pela regulamentação e posterior financiamento dos Benefícios aos Conselhos de Assistência Social, dentro das esferas Federal, Estaduais e

⁵³Esta nota não faz parte da citação, a estou inserindo para apresentar o significado da Sigla SUAS como Sistema Único de Assistência Social.




Municipais (BRASIL, 1993, Art. 22). Pelo teor eventual das solicitações e necessidade emergencial de atendimento, os Benefícios Eventuais estão na alçada dos municípios (SOARES; GONÇALVES, 2016, p. 707).

Sendo assim, esses são responsáveis por estabelecer critérios para a regulamentação dos mesmos, dentro da realidade local. Segundo a Resolução 212 de 19 de outubro de 2006 do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, esses “são destinados aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais”, em situações cuja ocorrência “provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.”. Ou seja, são destinados a atender demandas pontuais em um período de tempo determinado.

Com essa resolução, o CNAS propõe critérios para a regulamentação dos Benefícios Eventuais, definindo-os e apresentando as competências dos Conselhos de Assistência em seus respectivos níveis, e estabelecendo o cofinanciamento dos estados junto aos municípios. Um ano após a resolução, foi aprovado o Decreto N° 6.307 de dezembro de 2007 que coloca situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública no rol dos Benefícios Eventuais, e em seu Artigo 9º, diferencia os mesmos de provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios que estejam vinculados a saúde, educação, integração nacional e demais políticas setoriais.

Existe então, um processo legal que tenta promover a separação entre ações filantrópicas e a concessão dos Benefícios Eventuais, de ações assistencialistas para uma configuração que os enquadra dentro de uma Política Pública, com níveis de Proteção hierarquicamente organizados, e que cujo objetivo é a prevenção de situações de vulnerabilidade ou risco social, e a própria superação de violação de direitos (SOARES; GONÇALVES, 2016, p. 710).

No entanto, mesmo com essa intenção de romper com os estigmas que historicamente foram sendo construídos, ainda existem traços desses que sobrevivem. Uma das grandes questões que permeiam os Benefícios Eventuais gira em torno do próprio financiamento, que nem sempre é realizado de forma a abarcar as demandas que chegam ao setor, tendo em vista que, em algumas ocasiões, a insuficiência de recursos municipais, e a própria desresponsabilização do Estado, estimulam ações que se assemelham com aquelas práticas de seus primórdios.



No Município de Luís Correia-PI, esses são regulamentados pela Lei Nº 713 de 13 de novembro de 2013, que utiliza o critério de renda *per capita* igual ou inferior a ¼ de salário mínimo para famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, como condicionalidade para as concessões, e são ofertados na Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDES do município, cenário este que, como dito inicialmente, enquanto meu campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social, serve de base para a presente pesquisa. E lá também o imaginário se abre para as representações do que são os Benefícios Eventuais, ou por vezes nem mesmo chegam à categoria dos Benefícios, por esses não serem vistos enquanto tais, por não se conhecer a dimensão da Política ali ofertada.

E Se “[...] a noção de representação ocorre entre o psicológico e o social”(MOREIRA, *et al.* 2017, p. 3), e se elas “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou especiais” (JODELET, 1993, p. 1), se a dimensão para essas, é de fato objeto e sujeito, a coisa significada aqui, se materializa na forma de Cestas Básicas, de Kits Bebê e de Urnas Funerárias, mas as ultrapassa na medida em que o sujeito significador, aquele que traz a simbolização, a interpretação e a significação para o encontro do objeto, são usuárias do serviço, cujas vidas ultrapassam o enquadramento no perfil previamente estabelecido.

São usuárias que por vezes reproduzem, criam, transformam suas visões em torno do objeto a ser solicitado, compreendo-o ou não pela dimensão do direito, atribuindo-lhe ou não a ideia de favor (o que se sobressaiu nas solicitações observadas no campo de Estágio), cujos fatores têm raízes bem mais profundas do que o aparente parece ser capaz de nos mostrar.


2.2 A mulher na Política de Assistência: breves considerações

“Apesar dos avanços conquistados, há um processo de busca constante para romper com os estigmas que enraízam as mulheres a papéis específico estipulados, em uma sociedade que se organiza e se pauta em torno do sexismo, patriarcalismo, machismo e androcentrismo [...]”⁵⁴

Um dos critérios utilizados no estabelecimento das categorias aqui estudadas foi dado por sexo, ao observar que no setor dos Benefícios Eventuais de Luís Correia-PI a grande maioria das solicitações realizadas, durante o Estágio, foram por pessoas do sexo feminino.

É por isso que aqui partirei do princípio de como a Política de Assistência, ao incorporar a matricialidadesociofamiliar, justificada pelo discurso de que a família é “o

⁵⁴SILVA, Simone Maria de Sousa. “Trintei!!! Não casei. E daí??? Uma análise dos fatores que influenciam mulheres a priorizar a carreira profissional postergando a ideia de casamento e maternidade.2017. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2017. p. 64.



espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros”, embora reconheça a existência de novos arranjos familiares, como resultantes das mudanças econômicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas (PNAS, 2004, p. 41), coloca a mulher como principal responsável pelo acesso à Política, atribuindo-lhe o dever com o cumprimento das condicionalidades.


Ao afirmar que a pessoa de referência familiar vem passando por transformações nos últimos anos, incorporando a figura feminina como esse ser central, “atribui-se à mulher/mãe a responsabilidade tradicional do cuidado e do cumprimento dos critérios dos programas sociais.” (CORGOZINHO, 2013, p. 5).

Essa “[...] centralidade na mulher-mãe reforça estereótipos sobre a condição feminina dentro de um viés biologicista que coloca como predisposições naturais a função de boa cuidadora no âmbito privado/doméstico.” (CARLOTO; MARIANO, 2008, p. 161), o que em uma sociedade patriarcal, centrada na figura do homem enquanto, por muito tempo, único e depois, principal responsável economicamente pela família, reforça o ideário materno, no sentido biológico e afetivo, a dona de casa e responsável pelo cuidado familiar.

As Representações em torno dos sexos, e mais especificamente do sexo feminino a partir da figura da mulher-mãe, são construções alimentadas como uma atribuição necessária e formadora de uma identidade feminina, como algo necessário a sua condição de cidadã. Uma Representação que estabelece papéis e relações sociais públicas e privadas, e que carrega traços socioculturais fortemente enraizados. É uma ambiguidade, pois ao passo que a Política de Assistência incorpora em seu texto as novas configurações familiares, alimenta arranjos estigmatizadores.

E essa predominância feminina nas solicitações em torno da Política de Assistência, e aqui mais especificamente dos Benefícios Eventuais, traz a luz uma abertura para vermos nessas, o pensar espaços que incentivem a emancipação das mulheres (GASPAROTTO; GROSSI, 2017, p. 209), pois as representações em torno da figura feminina, dos papéis sociais atribuídos a essa, tem dimensões históricas, que constituem as práticas sociais e individuais, a partir e dentro da dimensão sexual (RAGO, 1989, p. 93).

São traços de processos de uma submissão concreta e simbólica reproduzida algumas vezes em discursos sutis (outras nem tão sutis assim), mas que acionam práticas enraizadas historicamente, e desse modo faz-se necessário “[...] que possamos perceber a construção das



diferenças sexuais histórica e culturalmente determinada, desnaturalizando portanto as representações cristalizadas no imaginário social.” (RAGO, 1989, p. 93).

Edla Eggert e Marcia Alves da Silva, por meio do pensamento de Lagarde de Los Rios, apontam para o fato de as mulheres serem agentes no processo de produção e reprodução social e cultural, por meio “de processos que ocorrem como reposição cotidiana de condições vitais, repetindo relações sociais e políticas, e institucionais, além de espaços materiais e culturais de vida.” (EGGERT; SILVA, 2010, p. 62).

Considerar a mulher enquanto sujeito histórico, parte da não naturalização dos papéis femininos, da identidade criada para essa, mas considerá-la enquanto portadora de subjetividades, que também são construções históricas e não naturais (RAGO, 1989, p. 91). Subjetividades essas que por meio das falas, dos gestos, dos sentimentos, dos saberes, práticas, da vida, as humanizam, as colocam não como telespectadoras, mas como protagonistas de suas histórias.

3. A VIDA EM REPRESENTAÇÃO


“Minha vida sempre foi de batalha [...]”⁵⁵

As observações no setor dos Benefícios Eventuais tiveram início com o Estágio Supervisionado I em Serviço Social, no segundo semestre do ano de 2018 e, desde muito cedo, trouxeram profundos questionamentos, alguns desses servem de base para o pensar as Representações Sociais dentro desse setor.

Além do critério por sexo, já descrito, que culminou na definição de um número inicial de 5 (cinco) colaboradoras, que posteriormente sofreu alterações para o total de 2 (duas), selecionadas por meio dos Recibos de Concessão (instrumental utilizado nos atendimentos); por idade, 25 anos, estabelecida a partir da minha, mas que posteriormente sofreu um acréscimo de cinco anos, devido aos obstáculos que vão desde motivos de doença à negação em ser colaborada, atribuídos, por exemplo, a sobrecarga de trabalho fora e dentro do próprio domicílio. Sendo assim, houve a necessidade de aumento da idade para 30 anos.

Outro critério foi estabelecido por meio das solicitações, usuárias que solicitaram o Benefício Eventual denominado na Lei Nº 761 de Auxílio Alimentação, materializado no

⁵⁵Entrevista concedida por Colaboradora 2.



município por meio da Cesta Básica; e a categoria principal, que são as Representações Sociais, no intuito de entender, por meio de entrevistas conduzidas, como as usuárias significam a própria vida, e mais, “como a intervenção sobre as representações endossadas [...] poderia contribuir para uma mudança de subjetividade.” (JODELET, 2009, p. 694), uma vez que essa “se revela através das fontes orais e oportuniza ao sujeito dar a sua versão dos fatos – como entende, como vive, sente e enfrenta, em seu cotidiano, as implicações do desenvolvimento socioeconômico capitalista.” (BOURGUIGNON, 2008, p. 306).


Você tem filhos? Você exerce alguma atividade remunerada? Você considera a Cesta Básica um direito seu? Essas foram algumas das perguntas realizadas às colaboradoras. As duas moram com companheiro e tem filhos com idades entre 1 e 8 anos, não completaram os estudos a nível médio, não possuem casa própria, nem renda fixa.

Bom, já recorri aqui a situar as Representações Sociais em níveis conceituais, e a trazê-las dentro do “lugar” no qual, em primeiro momento, me encontro com as usuárias, agora se faz necessário estreitar a ponte entre sujeito e objeto, por meio das subjetividades que serão aqui o que “[...] nos conduz a considerar os processos que operam no nível dos indivíduos eles-mesmos.” (JODELET, 2009, p. 696), não de maneira isolada, mas dentro do complexo de coisas que os envolvem, em suas vidas, aonde elas vão de encontro aos Benefícios Eventuais, mas para além deles, naquilo que as tornam tão únicas.

E antes de adentrarmos as percepções e projeções que formam suas Representações Sociais, lhes apresentarei um pouco daquilo que uma das colaboradoras me permitiu conhecer acerca de sua história de vida, revisitando o passado, suas memórias, recordando alguns traços marcados pela ausência de direitos: “Nós sempre moremo de favor, fazendo as coisas pros outros pra ganhar a comida e o lugar de morar, e com dez anos o meu pai abandonou a gente, aí deixou nós no meio da rua, aí a vida sempre foi essa mesmo.”, lembra emocionada a Colaborada 2, assim como em todas as vezes que retornou seus relatos à infância, ligando-a ao presente:

Minha história de vida sempre foi de batalha, de batalha pelo meu sustento, minha mãe nunca teve renda, sempre foi assim, batalha. [...] todo tempo é desse jeito, meu marido faz uma capina, com um braço que não ajuda [...], eu lavo uma roupa e é assim, nós leva a vida desse jeito.

A forma como os sujeitos sociais organizam a vida, é tão reveladora de si mesma, e mais que isso, revela traços políticos, sociais, culturais, econômicos do contexto em que estão inseridos, criando Representações que “[...] se instalam sobre valores variáveis segundo os



grupos sociais dos quais retiram suas significações, bem como sobre os saberes anteriores reativados por uma situação social particular [...]” (JODELET, 1993, p. 4). E é assim, que por meio de suas vivências e experiências, que as vidas são constituídas e ganham formas, carregadas de simbologias e de significados que marcam através do tempo.

3.1 Usuárias dos Benefícios Eventuais: percepções

“Pra pobre a vida não é fácil [...]”⁵⁶

As desigualdades têm sido uma das particularidades históricas do processo de desenvolvimento de um país em que se evoca e adapta, em tempos históricos diferentes, uma herança colonial e patrimonialista, na medida em que essas agem na economia, na política, na cultura, ligando passado e presente (IAMAMOTO, 2007, p. 128).

No meio dessas desigualdades estão os sujeitos históricos, aqueles e aquelas que sobrevivem dentro desses contextos, que os adaptam e se adaptam, criando, recriando, transformando suas estratégias de sobrevivência e se mostrando por meio de diferentes figuras, como:


[...] a de uma ilusão ou de uma enganadora transparência; a de uma objetivação em subjetividades historicamente constituídas; a de um poder reflexivo de resistência ou de vigilância; a de uma liberdade que reivindica seus direitos, suas referências identitárias, sua responsabilidade; a de um desafio nos combates simbólicos e políticos. (JODELET, 2009, p. 704).

Foi assim que se mostraram para mim também cada colaboradora desta pesquisa, na medida em que foram me permitindo ouvir acerca de suas histórias de vida, de conhecê-las, enquanto aquela que diz: “[...] sou desempregada, minha renda é trezentos e sessenta e seis por mês, que é o meu Bolsa Família.” e “[...] eu lavo uma roupa, é o único bico que aparece.” (Colaboradora 2), ou a que aponta exercer alguma atividade remunerada “[...] só quando eu vou lá pro lixão” (Colaboradora 1). São duas realidades que se aproximam e distanciam, e que hoje expressam os caminhos percorridos por essas agentes até aqui.

E pensando essas vidas por meio dos Benefícios Eventuais, vejo que as solicitações não se esgotam em si mesmas, mesmo nos casos em que essas decorrem de uma situação específica de vulnerabilidade, em um dado momento bem pontual. Mesmo assim, existe algo que as fez até ali.

A Constituição Federal de 1988, nossa chamada “Constituição Cidadã”, traz em seu artigo 5º, o direito a Propriedade como um direito inviolável. Propriedade essa que dentro do

⁵⁶Entrevista concedida por Colaboradora 2.



nosso Modo de Produção mantém uma espécie de relação de correspondência com o trabalho, e assim seria uma característica de sustentação do Capitalismo, dirigida àqueles e àqueles que detêm de maior poder aquisitivo (PASTORINI, 2016, p. 109).

Sendo assim, a Propriedade Privada estaria para os mais ricos, como o trabalho estaria para o trabalhador, não que a sociedade esteja dividida entre detentores de propriedade privada e não detentores, mas essa é parte das condições de vida material e social cujos significados atribuídos são alcançados pelas Representações Sociais (JODELET, 2009, p. 697), e que sendo assim, também edificam as realidades dos sujeitos.


As duas entrevistas que dão forma a este trabalho, foram realizadas nos domicílios das colaboradoras. Uma das residências é alugada por um valor de R\$250 mensais, pagos com os R\$ 366 do complemento de renda que esta recebe.

Eu pago aluguel, pago o talão de luz e o resto que fica, é pra mim comprar alguma coisa pra eles, e tem que fazer bico pra mim conseguir o sustento do mês. Por isso que eu vou atrás da cesta, é porque é muito difícil. Pode olhar ali dentro, eu tô com dois quilos de arroz, é o que eu tenho. (Colaboradora 2)

A outra Colaborada (Colaboradora 1) reside em moradia cujo terreno foi cedido pelo sogro, como me contou a mesma: “[...] o terreno foi o meu sogro que deu, pra nós fazer uma casa, que nós não tinha pra onde ir, aí nós ficava era só num quartin, lá culá, arrodado de coiso, de papelão.”. Piso de terra batida, sem energia e água encanada, sem banheiro, e sob condições relativamente difíceis de acesso, pelo trajeto a ser percorrido para chegar à residência: rua afastada e de areia com uma espécie de declínio, o que, segundo a Colaboradora, ainda se torna mais difícil nos períodos chuvosos em que “[...] alaga, todo ano enche d’água, pra nós passar, passa com as meninas nos braços.”.

A vida material também é representativa, uma vez que é parte constituinte das realidades, e que “as representações, que são sempre de alguém, têm uma função expressiva.” (JODELET, 2009, p. 697), e aqui a tem sob tantas outras expressões que dão forma a chamada Questão Social, cuja dimensão estrutural vai ao encontro da vida dos sujeitos em suas demandas por moradia, alimentação e tantas outras (GUERRA, *et al*, 2007, p. 1-2).

Como já apresentada anteriormente em fala da colaboradora 2, essa diz solicitar a Cesta Básica pela dificuldade em se sustentar e sustentar os filhos. Eis agora a fala da Colaboradora 1, que disse já conhecer a SEDES, mas que foi solicitar o Benefício Eventual por indicação de alguém: “Eu tinha mesmo só o Bolsa Família, aí eu tarra precisando, num



tinha nada pra comer, né, eu fui lá [...]”. Quanto ao considerar a Cesta Básica um direito: “[...] num sei, só quando a gente tá precisando, né. Eu só rou mermo quando num tem nada.”.

Arrisco-me a propor pensarmos a fala anterior da colaboradora a partir de dois pontos, o primeiro da seletividade da Política de Assistência, uma vez que essa se destina a quem dela necessita, sendo assim, poderia se pensar que o “só quando a gente tá precisando”⁵⁷, seria um entendimento do direito, a partir do pressuposto da seletividade. Ou, que (e agora apresento o segundo ponto), não se reconhece o Benefício como um direito seu, e sim como algo que poderia ser “pedido” a alguém.

Sendo assim, entre a existência do direito e a percepção e compreensão desse, parece haver uma distância grande, em que o movimento reflexivo de se perceber enquanto sujeito de direito, vai além do reconhecimento legal de uma Política Pública. As observações realizadas no setor dos Benefícios Eventuais me trazem muito dessa distância, desse não se reconhecer enquanto aquela que solicita, tem direito.

As Representações Sociais, bem como a análise da Questão Social, estão articuladas “às formas de produção e reprodução da vida material [...]” (GUERRA, 2007, p. 8), e é de fato necessário um olhar acerca da necessidade material, no caso das colaboradoras, o não possuir a residência própria, emprego fixo, que as dê condições básicas de prover a própria subsistência: “[...] o arroz, o feijão o leite que eu preciso, a fralda, as coisas que preciso pros nenenzin eu arrumo mermo de fora a parte, eu tento sair pedindo algumas coisas nas casas que eu conheço, é assim que eu vivo.”


E é assim que a aproximação com os sujeitos passa por situá-los em seus contextos históricos, cuja materialidade está na própria realidade em que estão inseridos. (BOURGUIGNON, 2008, p. 307), pois o Serviço Social há algum tempo já se distanciou de uma perspectiva culpabilizante, que rendia unicamente às pessoas, a responsabilidade pelas situações que vivenciavam.

3.2 Usuárias dos Benefícios Eventuais: projeções

“Não tenho plano de vida pra mudar isso, não tem como. É viver assim até quando Deus quiser.”⁵⁸

⁵⁷Trecho de fala de Colaboradora 1, utilizada em parágrafo anterior.

⁵⁸ Entrevista Concedida por Colaboradora 2.



O termo Projeções está sendo empregado aqui, como “ato ou efeito de projetar(-se)”, de “fazer projeto de” (FERREIRA, 2010, p. 615). Isto é, como os sujeitos projetam a coisa significada, que como dito no início deste estudo, aqui não é nada menos que a própria vida.

Retomando as palavras de Jodelet (1993, p. 5):

Quanto ao ato de pensar, que estabelece a relação entre o sujeito e o objeto, este tem características específicas em relação a outras atividades mentais [...]. De um lado, a representação mental, como a representação pictórica, teatral ou política, dá uma visão desse objeto, toma-lhe o lugar, está em seu lugar; ela o torna presente quando aquele está distante ou ausente.

Vou tomar como ponto de partida para o refletir as palavras de Jodelet, um quadro deveras famoso de René Magritte, artista belga, intitulado de *La trahison des images*⁵⁹, nele está pintada a imagem do que conhecemos por um cachimbo, e logo abaixo estão os dizeres: *Ceci n'est pas une pipe*, que em português recebem a tradução de “Isto não é um cachimbo”.


Sem pretensão alguma de me aprofundar na história por trás da obra de Magritte, a invocação ao quadro é pela simples reflexão em torno do objeto e do pensamento, da coisa e da representação feita dela, afinal de contas “a representação é, pois, a representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente.” (JODELET, 1993, p. 5).

Sendo assim, o objeto não tem um fim em si mesmo, uma vez que no âmbito da representação este é simbolizado e representado. O futuro, enquanto algo que obviamente não está posto no agora, também ganha representações que se formam como projeções, como forma de idealizá-lo (ou não).

Então há dez anos, quando passar dez anos, [...] se eu não arrumar nesses dez anos um emprego fixo eu vou sempre ter essa vida, e é desse jeito, a minha rotina aqui é difícil. Tem hora que eu paro e penso: meu Deus porque é que eu tô vivendo isso? Mas é desse jeito que tem que viver, né? Porque eu sou pobre, moro numa casa dessa, por que como eu vou pra rua com esses menino? [...] (Colaboradora 2)

As ideias que evocam projeções também são construções oriundas das vivências e experiências dos sujeitos. O pensar a vida é um movimento por vezes complexo, tendo em vista que exige a tomada do protagonismo do indivíduo para o ceio das Representações, seja de forma a naturalizar suas condições de vida como algo inerente ao ciclo de pobreza, da qual o Estado é o culpado, seja no sentido de projetar nos filhos a mudança mais próxima possível de ser visualizada, ou a única, seja ainda no pensar formas concretas de transformações.

⁵⁹ No português: A traição das imagens.



E é nesse pensar, que as estratégias de sobrevivência se tornam atos de reflexão: “Já pensei assim pra mim arranjar um serviço bom, pra poder dar as coisas delas, os estudos delas, que elas vão precisar mais tarde, que não vai ficar só assim.”, nesta fala, como na a seguir, a colaboradora 1 faz referência as crianças, e ao que espera para seu futuro e o das mesmas: “Que elas sejam umas boas pessoas, né, não seja igual eu, arranjar um serviço bom, o estudo delas. E que eu tenha minha casa própria, né, pra mim morar. [...]”.

Fazer o projeto de⁶⁰, de futuro, de vida, dentro de um social que não tem uma única dimensão, que é construído por pessoas, seres humanos que vão além de uma única perspectiva, não é simples enquadramento, visto que esses criam suas próprias estratégias de vida, projetando-as em si mesmas ou ainda em seus dependentes, como no caso das usuárias.

As pessoas não estão estáticas em tempo e espaço determinados, são resultantes de condicionalidades e de escolhas, de vivências e experiências, não dá para tentar prever a contínua do ciclo em questão, como também não temos como tentar condicioná-las e determinar o que é melhor para elas, pois essas são vidas que se adaptam, se moldam, se constroem, se auto-representam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Representações Sociais significam as diversas realidades que adentram o setor dos Benefícios Eventuais, e que não se esgotam nele, o chegam permeadas de vivências, de experiências, percepções e projeções, e o ultrapassam, existindo no cotidiano das(os) usuárias(os) que significam suas vidas em seus contextos, com suas práticas, seus sentimentos e com os significados que atribuem a elas, e que assim também dão vida a esse setor.

Um ano e meio de Estágio Supervisionado em Serviço Social me proporcionou vivenciar o setor dos Benefícios Eventuais, me estimulando o exercício de pensar além do aparente. As experiências de vida aqui estudadas, são traços de existência e de resistência de usuárias que criam cotidianamente estratégias de vida para se manterem, de alguma maneira, protagonistas de suas histórias. Um protagonismo determinado por elas, naquilo que elas acreditam ser o necessário.

Na busca por me aproximar de uma compreensão em torno das Representações Sociais, enquanto teoria, tive ideias pré-concebidas refutadas, ao passo em que outras

⁶⁰Aqui é retomado o significado do Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, apresentado no início do subtópico.

concepções me foram chegando, e acima de tudo, fortaleci a certeza do respeito às histórias de vida das pessoas, e a maneira como essas se percebem.

Este estudo não abarca nem um terço das Representações Sociais que adentram o setor dos Benefícios Eventuais de Luís Correia, tampouco dá conta da total complexidade teórica que o tema comporta, mas a verdade é que nunca fora pretensão minha que assim o fizesse, tendo em vista que tais Representações são frutos de construções individuais e coletivas, são o que liga sujeito e vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A Pesquisa sobre Representações Sociais no contexto do Serviço Social**. Emancipação, 2001, p. 77-88. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/25>>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.

_____. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 302-312. jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/4830/3635>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2019.

BOVOLENTA, Gisele Aparecida. **Os Benefícios Eventuais previstos na LOAS: o que são e como são**. São Paulo, n. 106, p. 365-387, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a09.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. **A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social**. v. 12, n. 2, Sociedade em Debate, 2008. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/377>>. Disponível em: 02 de dezembro de 2019.

EGGERT, Edla; SILVA, Marcia Alves da. **O ‘dentro’ e o ‘fora’ do trabalho feminino: entre os papéis**. Educação Unisinos, janeiro/abril 2010, p. 59-65.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Marina Baird Ferreira. 8 ed. Curitiba: Positivo, 210.

GUERRA, YOLANDA *et al.* **O debate contemporâneo da “Questão Social”**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas: São Luís, 2007.

GORGZINHO, Kamila Delfino Santos. **Gênero e a Política de Assistência Social: a mulher como mediadora**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/generoeapoliticadeassistenciasocial-amulhercomomediadora.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1983.

JODELET, Denise. **Representações Sociais: um domínio em expansão.** UFRJ- Faculdade de Educação, 1993. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/324979211>>. Acesso em: 21 de novembro de 2019.

_____. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das Representações Sociais.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/04.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.

MOREIRA, Nádia Xavier *et al.* **Representações Sociais e a Interface com a Assistência Social Brasileira: evidências e sinergias.** UFMA, 2017.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “Questão Social” em debate.** Cortez, 2016.

RAGO, Margareth. **Descobrimo historicamente o gênero.** Cadernos Pagu, 1998, p. 89-98.

SILVA, Simone Maria de Sousa. **“Trintei!!! Não casei. E daí??? uma análise dos fatores que influenciam mulheres a priorizar a carreira profissional postergando a ideia de casamento e maternidade.** 2017. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2017.

SOARES, Marielle Anne Moraes; GONÇALVES, André Menezes. **Trajetória da Regulamentação dos Benefícios Eventuais: da Previdência ao SUAS.** Revista de Políticas Públicas, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6357/4257>>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.


LEIS E DECRETOS CONSULTADOS

BRASIL. Conselho Federal de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

Decreto Nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007, dispõe acerca dos Benefícios Eventuais, trazendo as situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública como integrantes desses.

Lei Nº 761 de 13 de novembro de 2013. Dispõe acerca da regulamentação dos Benefícios Eventuais no Município de Luís Correia-PI, estabelecendo critérios para a provisão dos mesmos.



Resolução Nº 212 de 19 de outubro de 2006. Propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.



CAPÍTULO 31

MULHERES NA POLÍTICA: ENTRE CONCILIAÇÕES E RESISTÊNCIA AS HIERARQUIAS DE GÊNERO

Kaliana Oliveira da Hora, Especialista em História do Brasil, UESC, Mestra em História Regional e Local, UNEB

RESUMO

O artigo analisa narrativas de educadoras, sindicalistas e vereadoras que resistiram às definições dos espaços designados aos homens e as mulheres em Itabuna entre 1986-1996. As contestações aos códigos de sujeição apareceram durante as eleições municipais e atuação em partidos políticos e sindicatos. Contraditoriamente, a fim de alcançar os seus objetivos as entrevistadas também reproduziram hierarquias de gênero apontando que, embora estivessem atentas a discussões sobre a participação das mulheres na política, uma das reivindicações do movimento feminista, as entrevistadas construíram narrativas contrárias a pautas dos feminismos dos anos 1990.

Palavras – chave: Mulheres, Política e História.

Introdução

Na década de 1990, movimentos feministas conquistaram a implantação das cotas para mulheres na política. As educadoras, sindicalistas e vereadoras que participaram da vida política em Itabuna, cidade localizada no Sul da Bahia, embora demonstrassem estar atenta a discussão sobre a implementação das cotas não foram contempladas pelas mesmas.

No entanto, nas narrativas orais e nas fontes de jornais, , quando trataram sobre a participação política feminina, elas levantaram argumentos que apontaram como as mulheres disputaram com homens espaços políticos de forma desigual. Além disso, as narrativas que construíram sobre o passado foram influenciadas por questões atuais que fizeram com que elas apresentassem críticas a desigualdade entre homens e mulheres na política

Contraditoriamente, a fim de alcançar os seus objetivos as entrevistadas também reproduziram hierarquias de gênero que apontavam que, embora estivessem atentas a discussões sobre a participação das mulheres na política, uma das reivindicações do movimento feminista, as entrevistadas construíram narrativas contrárias a pautas dos feminismos dos anos 1990. Nesse interím, o presente artigo versa sobre as transgressões e reproduções das hierarquias de gênero existentes entre educadoras, sindicalistas e vereadoras



nascidas no Sul da Bahia dentre 1940-1960.

As entrevistadas cursaram magistério em Escolas Normais e ingressaram no Ensino Superior. Foi por meio do trabalho docente que sentiram a necessidade de atuar na Associação dos Professores de Itabuna e nos partidos do PC do B, PT, PL e PSDB. Sendo que, duas delas foram eleitas vereadoras na eleição de 1992.

“Empecilhos na eleição de mulheres”

Apouca representatividade feminina na política, foi justificada por Júvia Gualberto, educadora, sindicalista, ex-militante do PC do B e atualmente filiada ao PT, com uma aparente inabilidade das mulheres de lidarem com as tarefas políticas. Sobre tal questão a entrevistada diz:

Nós tivemos uma cultura que a mulher foi criada no pé do fogão pra se casar e ter filhos. Era tanto que os nossos primeiros brinquedos eram bonecas, fogãozinho e umas brincadeiras de fogão. E sempre que a gente fazia tais de uns piqueniques e que iam fazer aqueles cozidos eram as mulheres que faziam. Os homens eram sempre pra outras lidas e nós éramos pra esse trabalho aí. Então, devido à cultura, mulher não era pra participar de política, mulher não era pra ser médica, mulher não era pra ser advogada e aí foram quebrando essas arestas. Esses estigmas e nós fomos caminhando.⁶¹


O capital político necessário para atuar no mundo da política, se apresenta de modo desigual entre os homens, pois envolvem determinantes econômicos. No caso das relações estabelecidas entre homens e mulheres, acrescentam-se ainda os determinantes culturais ou ainda o modo como ambos os gêneros são socializados, que colaboram para uma divisão desigual do trabalho político. São os determinantes que dizem quem são os agentes políticos ativos e aqueles que não são considerados tão ativos assim.⁶² Por isso, embora a Constituição Federal afirme a igualdade de direitos entre homens e mulheres, “os entraves de diferentes naturezas à participação feminina continuam em vigor”⁶³.

Entre os entraves, a dupla jornada de trabalho reduz o tempo das mulheres para a realização das atividades políticas, ao contrário dos homens, que por não experimentarem a mesma condição, possuem tempo livre para se dedicar a vida política. No mês em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher, o *Jornal Agora* publicou entrevista de Anorina Smith, na qual a mesma contestou a dupla jornada de trabalho vivenciada pelas mulheres,

⁶¹ GUALBERTO, Júvia. (75 anos). Entrevista concedida em sua residência no dia 11.05.2016.

⁶² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 163-207.

⁶³ MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. (Orgs.). **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 94.



crítica a divisão sexual do trabalho e atenta para a necessidade de modificar a organização social da família, podendo assim, reorganizar os papéis sociais definidos para os gêneros:

É um absurdo, por exemplo, a mulher trabalhar fora de casa e também em casa fazendo uma sobrecarga de funções [...] Enquanto o homem apenas trabalha fora e quando chega em casa não divide as responsabilidades. Isso teria que mudar: esta relação de trabalho público e privado tem que mudar. Ora, se isso, fosse alterado dentro da família, que é a base da estrutura da sociedade, provavelmente nós iríamos formar homens e mulheres com nova visão de mundo e com papéis definidos dentro da sociedade⁶⁴.

As contestações aos códigos de sujeição feminino se apresentaram em suas falas quando ela disputou um cargo para vereadora, pois em uma sociedade misógina, ela precisou justificar sua candidatura e criticar a divisão do trabalho por gênero. Durante a campanha, valorizou-se também a oportunidade das mulheres se verem representadas e romperem com barreiras machistas que impediam a sua inserção no âmbito político. Em matéria realizada por Paulo Caminha e publicada no *Jornal Agora*⁶⁵, Anorina, comentou os impasses enfrentados pelas mulheres na vida política:

As mulheres têm competência para assumir qualquer setor da vida pública e se isso não ocorre é porque a disputa contra os homens é difícil, eles assumiram os cargos mais importantes. Historicamente, a mulher foi criada para estar submissa à sociedade patriarcal, para trabalhar em casa. Mesmo quando se liberta e sai para trabalhar fora, existe uma série de barreiras que a impede de assumir o trabalho e de se envolver mais na vida pública.⁶⁶

Afirmar que as mulheres foram criadas para trabalhar em casa e só mais tarde conquistaram o direito ao trabalho extradoméstica aponta para a construção de uma identidade feminina universal. Essa por sua vez exclui mulheres pobres e negras. Logo, a discussão sobre os empecilhos para a participação feminina na vida política silenciaram sobre marcadores raciais. As mulheres com direito a fala nas datas comemorativas citadas tinham interesses semelhantes aos interesses masculinos, a saber, a inserção nos cargos do legislativo e no executivo e o reconhecimento profissional


De acordo com Domingues⁶⁷, a esfera privada liberal admite diferenças individuais. Mas, quando se trata da esfera pública, homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos

⁶⁴*Jornal Agora*, 14 a 20.03. 1992.

⁶⁵ O *Jornal Agora* estava vinculado ao Partido Social Democracia Brasileiro (PSDB). O proprietário do jornal, José Adervan de Oliveira, é também o atual presidente do PSDB local. De acordo com Rocha(2011), o proprietário utilizou-se do jornal para realizar a campanha em prol da eleição do candidato a prefeito Ubaldo Dantas (PSDB). Diante das entrevistas e notícias de destaque dadas a Anorina, é possível afirmar que o jornal foi utilizado também para divulgar a candidatura da vereadora.

⁶⁶ Entrevista: Anorina Lima. É preciso romper a estrutura machista do partido. *Jornal Agora*, 14 a 20 de Março de 1992, n. 457.

⁶⁷DOMINGUES, Sana Gimenes Alvarenga. Gênero, poder e política: a participação feminina no partido dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte



são referenciados como cidadãos iguais em direitos e deveres. Assim, o estado se omite em relação as desigualdades sociais e parece imparcial frente as disputas políticas. Ao parecer neutro e imparcial, o Estado negligencia as diferenças entre os gêneros como mais um fator que corrobora com o processo de exclusão feminina dos espaços políticos.

Nesse sentido, as cotas para mulheres, na política, participaram de uma estratégia feminista que obrigou o estado a admitir a existência de uma discriminação de gênero. No entanto, as cotas como política afirmativa não garantiram um maior número de mulheres eleitas. Quando há eleição de um número maior de mulheres, elas não representam os interesses dos educadores ou demais trabalhadores, pois o discurso sobre maior representatividade das mulheres no mundo da política enfrenta alguns problemas

Poucas candidatas são eleitas, mulheres professoras, poucas. Só é eleita assim, mulher ruralista, a mulher filha ou herdeira de um político, mulher comerciária, mas não da área... Comerciante, mas não na área de defesa. São essas mulheres que estão hoje representando as mulheres⁶⁸.

A narrativa da entrevistada revelou uma expectativa inalcançada: uma insatisfação da representação feminina na política e a eleição de mulheres educadoras. Diante de falas como essa, a construção de uma identidade feminina universal se desfaz, pois nos relatos elaborados pelas entrevistadas, nota-se que elas “questionam as identidades construídas e constituem-se relacionalmente, como sujeitos múltiplos”⁶⁹.

O amortecimento das expectativas de serem representadas ou de se tornarem representantes também se apresentara na narrativa de outras educadoras. Dinalva Célia questionou o limite da representatividade de gênero e racial, quando explicou por quais motivos acreditou que não seria eleita caso se candidatasse:

Nunca seria eleita. Por que ninguém vota. Mesmo na base ninguém vota na gente. Miralva não disse isso pra você não? Isso que eu estou lhe dizendo? Não vota! Preto não vota em preto porque só pra fazer defesa de preto? Entendeu? Nós somos iguais, então preto quando te vê ali na liderança. Ele acha que você tá ali, mas não é pela luta não. Não sei porque. Mas eles acham que você está ali, mas não é porque você está na luta.⁷⁰


De acordo com ela, os educadores não votam em educadores o que permite considerar que dentro de um mesmo grupo existam interesses distintos, bem como, em um grupo de

Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2010. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Pos_Sociologia_8835_1339012250.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

⁶⁸GUALBERTO, Júvia. (75 anos). Entrevista concedida em sua residência no dia 11.05.2016.

⁶⁹RAGO, M. **A aventura de contar-se**: feminismo, a escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 32.

⁷⁰ANDRADE, Dinalva Célia Santos Andrade. (62 anos). Entrevista concedida na Cooperativa Jorge Amado-COPEDI em 30.08.2017.



negros existam crenças e interesses sociais que dificultem reconhecê-la como uma representante. Nesse caso, as determinantes de gênero e raciais alicerçam a construção de estruturas de poder que tornam desiguais a construção do capital político.

Embora as cotas na política sejam concebidas como uma conquista, os partidos políticos continuam a excluir as mulheres desses espaços, pois não se preocupam em promover atividades que colaborem com a emancipação política delas, eles apenas cumprem com a lei quando inscrevem 30% das mulheres nas chapas eleitorais:

Porque é justamente por isso que tem poucas mulheres porque eles participam no partido, eles pegam qualquer mulher e botam pra ser candidatas só que as mulheres não passam. Quem passam são os homens. Quando chegam lá, eles ocupam todos os espaços. Então é...O ganho maior seria se tivesse 30% obrigatório.⁷¹

Em concordância com as opiniões de Júvia Gualberto, Miralva Moitinho criticou o número de mulheres que são inscritas, apenas para preencher o número de vagas reservadas as mulheres nos partidos políticos. Mas sua narrativa apresentou um diferencial em relação ao de Júvia, quando apontou a existência de um desinteresse das mulheres em se candidatar:

A mulher já não tem mais esse desejo também. Ela não avançou politicamente. Hoje as candidatas mulheres quase todas são laranjas para poder atender as cotas que hoje já é lei. O meu partido, por exemplo, tem que ter 30% de mulheres. É um Deus nos acuda para você encontrar esses 30% de pessoas que queiram ser candidatas!⁷²

Outras fontes corroboram com a discussão sobre o pequeno número de candidatas ao cargo de vereadora. No ano de 1992, a coligação Dias Melhores Virão – composta pelos partidos do PPS, PRN, PSC, PT do B, PTR, PSDB e PST – dos 92 candidatos ao cargo de vereadores, apenas nove eram mulheres⁷³.

Lidando com impasses que dificultaram o exercício pleno da vida política, as entrevistadas adentraram os sindicatos, os partidos políticos e algumas delas alcançaram o cargo de vereadoras. Sendo necessário, assim, investigar o perfil e pautas da campanha de uma das mulheres eleitas em Itabuna.

Vereança para quais mulheres?

Como visto na tabela abaixo, entre 1948-1982 foram eleitas quatro vereadoras. Nas eleições de 1992 foram eleitos 16 vereadores, entre eles duas vereadoras e uma suplente.

⁷¹Ibidem, 2016.

⁷²SOUZA, Miralva Moitinho. (68 anos). Entrevista realizada na Cooperativa Educacional de Itabuna – COPEDI em Itabuna no dia 05.05.2016.

⁷³Ver reportagem “ Candidatos à Câmara de Vereadores da coligação Dias Melhores Virão, publicada no Jornal Agora 27.06 à 03.07.92.

Embora, seja um número pequeno frente à quantia de homens eleitos, esse é historicamente apontado como um período em que se elegeram mais vereadoras pelo Diário de Itabuna.

Tabela 1 – Vereadoras eleitas entre 1948-1992

Eleições	Vereadoras	Partidos	Cor	Profissão	EstadoCivil
1948	Maria Rita Almeida Fontes	PTB	Branca	Professora	Casada
1950	Otaciana Pinto	-----	Não branca	Professora/ Parteira	Solteira
1972	RosalinaMolfi Lima	-----	Branca	Professora	Casada
1976	Zenaide Matias de Magalhães	PMDB	Branca	Professora	Casada
1982	Zenaide Matias de Magalhães	PMDB	Branca	Professora	Casada
1993	Anorina Smith Lima	PSDB	Não branca	Professora	Casada
1993	Ana Carolina	PL	Branca	Professora	Casada

Nem uma das vereadoras eleitas era negra, a maioria delas eram brancas, casadas, mães e adquiriram experiência política na área de educação para atuar no espaço legislativo. Educação e assistencialismo são atividades consideradas exercícios tipicamente femininos e meios que possibilitaram a ascensão política e profissional para as mulheres.

São poucas as que conseguem romper essa barreira sobressaindo da comunidade por serviços prestados através de seu trabalho profissional e geralmente como professoras, enfermeiras, parteiras [...] ou do prestígio que conquistaram sendo chamadas a ocupar espaços políticos na ausência de homens.⁷⁴

O pequeno número de mulheres eleitas, além de suscitar interesse no modo como essas mulheres adquiriram capital político para se inserir na câmara de vereadores, impulsionou o surgimento de alguns questionamentos: quais foram às táticas e estratégias utilizadas durante a campanha?

⁷⁴ COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no Poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA; Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. p. 157.

Do sindicato a vereança:

Durante a campanha eleitoral, Anorina Smith Lima, sindicalista, educadora e filiada ao PSDB, concedeu algumas entrevistas ao *Jornal Agora*. As três reportagens realizadas buscavam promover a imagem da candidata ressaltando sua trajetória educacional e política, sua atuação como companheira e esposa, em alguns momentos justificando a candidatura de uma mulher e lhe afastando de qualquer aproximação com pautas feministas emergentes a partir dos anos 1960. Fazia-lhe perguntas que não eram direcionadas para os homens.

Um ano antes de se candidatar a vereadora, Anorina Smith Lima, declarou na entrevista concedida ao *Jornal Agora* que “[...] As mulheres, normalmente, não são colocadas na lista de prioridade dos partidos que ainda se norteiam por uma estrutura machista, os homens tem prioridade dentro dos partidos para o processo eleitoral”⁷⁵.


Quando oficializou sua candidatura, após defender uma reorganização dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, a fim de romper com a dupla jornada de trabalho, Anorina contraditoriamente reforçou os papéis tradicionalmente realizados por mulheres. “A mulher tem importância vital para a sociedade, já que desempenham múltiplos papéis: administra a casa, procria e cuida dos filhos em termos de nutrição e acompanhamento”⁷⁶. Ao perguntarem sobre as dificuldades em conciliar a vida doméstica e profissional, a candidata demonstrou que enfrentava a dupla jornada de trabalho, mas possuía capacidade de dar conta da vida política, profissional e doméstica. “Em alguns momentos a gente percebe que sobra pouco tempo para dedicar a família, como agora. Mas, em tempos normais a mulher consegue se desdobrar e conciliar a vida profissional e a vida política com as tarefas de mãe e dona de casa.”⁷⁷

No período das eleições, demonstrar que a aspirante ao cargo de vereadora era capaz de ocupar espaço político sem ameaçar as atividades desempenhadas na vida doméstica, representou uma argumentação tática usada para conseguir aprovação da sua participação em espaços considerados tipicamente masculinos. “A utilização desse recurso revela uma das táticas próprias a sujeitos submetidos a relações desiguais de poder, que percebem sua

⁷⁵Entrevista: Anorina Lima. É preciso romper a estrutura machista do partido. *Jornal Agora*, 14 a 20.03.1992.

⁷⁶ O pensamento de uma mulher de fibra. *Jornal Agora*, 13 a 19.09.1992.

⁷⁷ A participação da mulher na política. *Jornal Agora*, 01 a 06.11.1992.



incapacidade, em um dado momento, de questionar as prerrogativas da vontade dominante”⁷⁸. Daí que em alguns momentos, essas mulheres reforçaram a importância da participação das mulheres na formação dos filhos, nos clubes de mães e demais atividades inerentes as mulheres. Logo, reverenciaram “regras estabelecidas, embora buscassem perseguir objetivos próprios”⁷⁹. Chegando em alguns momentos há recorrer à alguns signos consagrados pelos homens: mulher, mãe, feminina e amiga dos homens. Sugerindo como deveriam acontecer as vivências sociais das mulheres e a forma como as mães deveriam cuidar dos filhos

A mulher tem que participar de associações femininas, clubes de mães, buscando se atualizar, conhecer seus direitos e defender os filhos. Quanto aos filhos desempenhar um papel importante na conscientização deles a nível político para que, no futuro, possam optar politicamente, escolher os rumos e a destinação de si próprios e do seu grupo.⁸⁰

Apresentá-las como mães era um modo de afastá-las das representações dadas as feministas que foram consideradas frustradas, vingativas e solteironas. As mulheres que questionaram sua condição e lutaram pelo reconhecimento de seus direitos, questionaram a obrigatoriedade do casamento e da maternidade, incomodando uma construção predominantemente masculina que “através da religião, da filosofia, das ciências, os formuladores desses saberes buscaram demonstrar a vocação natural e única das mulheres para tal forma de existência”⁸¹.

Outros depoimentos demonstraram que a pretendente atendia aos padrões de gênero e por isso podia ser eleita, quando por exemplo, Anorina expunha que era a favor da ocupação de cargos públicos, desde que a mulher não destruísse características consideradas tipicamente femininas em prol do feminismo.

“Sou a favor de a mulher participar de todas as atividades, mas dentro de uma lógica, é claro, conservando sempre a feminilidade. Até porque feminismo não faz a minha cabeça, embora, democraticamente, creio que todos devem ter seu lugar, seu espaço.”⁸²

Uma das razões de conservar a feminilidade seria não sofrer a influência do feminismo. Mostrar-se feminina era mais uma tática que ora conservava as características atribuídas às mulheres e ora servia como meio de conquistar aprovação para seus fins. Pois,


⁷⁸ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Set./Out./Nov. 2000. p.106.

⁷⁹ Ibidem, 2000. p.106.

⁸⁰ O pensamento de uma mulher de fibra. *Jornal Agora*, 13 a 19.09.1992.

⁸¹ SOIHET, Rachel. **Feminismos e anti-feminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 111.

⁸² *Jornal Agora*, 13 a 19.09.1992.



sendo o mundo da política considerado um espaço masculino, muitas das mulheres que ousaram reivindicá-lo eram comparadas aos homens. Na década de 1940, por exemplo, “o perigo da indistinção entre os sexos era algo que causava pânico”⁸³.

A feminilidade pode ser definida, dentro das possíveis variações no tempo e no espaço a partir de um conjunto de características do padrão heteronormativo.⁸⁴ Ela pode significar fragilidade, emoção e boa aparência. Considerando as diversas declarações dadas durante a entrevista ofertada no mês de setembro do ano de 1992, a feminilidade reúne o cuidado com os filhos, a relação harmoniosa mantida com o esposo e a capacidade de relacionar ambas as atividades com as atividades requisitadas pelo mundo da política e do mercado de trabalho.

Quando se trata de direitos que rompem com padrões heteronormativos da feminilidade, a negação da maternidade e legalização do aborto, a entrevistada mantém posicionamento contrário a ambos. As opiniões sobre o tema perpassaram todas as entrevistadas.

O aborto sob diversos olhares

Data do fim dos anos 1980, os conflitos entre feministas contrárias e a favor da inclusão da legalização do aborto e da violência contra a mulher em suas pautas. Até o momento eram priorizados debates em torno das creches, trabalho e educação. Mas “a pressão no sentido da inserção das novas temáticas ligadas ao corpo, a sexualidade, a discussão dos papéis de gênero tornava-se, porém, a cada dia mais insistente aglutinando apoio crescente”⁸⁵. Isso explica, durante a produção da notícia do *Jornal Agora*, o entrevistador perguntar se a candidata a vereadora era a favor do aborto. Sendo sua postura contrária devido ao domínio específico das relações de poder que, na tentativa de manter o controle sobre o corpo feminino diz ser, contrária ao aborto e a favor da vida; Anorina declarou:


Eu sou contra o aborto. A vida deve ser preservada. Mas acho que deve ser feita uma mudança na estrutura da sociedade para se garantir um padrão de vida às pessoas. Principalmente as mais carentes. Temos que ensinar educação sexual na escola, entre grupos de mães, entre as comunidades de bairro, e ensinar formas de controle da natalidade. E isso deve fazer parte de um plano do governo através de um programa de planejamento familiar. Eu defendo isso, não o aborto.⁸⁶

⁸³ SOIHET, op cit., 2013. p. 69.

⁸⁴ SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p.242.

⁸⁵ SOIHET, Rachel. **Feminismos e anti-feminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p.136.

⁸⁶ Entrevista: Anorina Lima. É preciso romper a estrutura machista do partido. *Jornal Agora*. 14 a 20 de março de 92.



Controle de natalidade e planejamento familiar foi o único consenso existentes entre representantes de saúde e as entrevistadas. Aliás, “a reivindicação de orientação e acesso a métodos contraceptivos que diminuían a incidência do aborto⁸⁷,” também era pauta das feministas no Brasil. Em Itabuna, a prevenção e o planejamento familiar foram temas de um curso promovido pela Secretária de Saúde e destinado a técnicos da área de saúde. Para os realizadores o planejamento familiar seria uma maneira de evitar a realização do aborto :

Elsimar Coutinho diz que 300 mil abortos são feitos por ano na Bahia em consequência da falta de planejamento familiar. Pelo mesmo motivo menores abandonados são vistos diariamente pela cidade e o número de marginais tem crescido assustadoramente[...] O médico PlinyAdri afirma que é importante iniciar o planejamento familiar para que se reduza o crescimento desenfreado da população carente e os riscos de uma gravidez indesejada. O programa também pode reduzir o número de abortos⁸⁸.

O planejamento familiar evitaria gestações indesejadas e o número de abortos. Nesse sentido, a fala dos médicos se aproximava da fala de Anorina Smith Lima, que não apoiava a legalização do aborto, mas concordava com a promoção de políticas públicas de prevenção. O diferencial se dá quando “a promoção do planejamento familiar foi substituída pela proposta em controlar a taxa de natalidade, pois seria um modo de controlar o crescimento da população de rua”⁸⁹.

Indagada se mantinha a mesma opinião em relação ao aborto nos dias atuais, ela explica a razão pela qual é contra a legalização do mesmo:

É porque eu tenho o entendimento de defesa da vida né?Então, eu acho que existe outros caminhos, políticas públicas outras que possam ser desenvolvidas pra se evitar o aborto. Claro que tem situações como estupro, muitas realidades, doenças. Essas coisas que hoje já se avança e já se discute. Mas eu sou também católica, né?Eu tenho uma linha dentro daquilo que eu acredito de fé também.⁹⁰


O argumento em favor da vida foi usado contra a legalização do aborto. Sendo a favor do aborto apenas em casos em que o Código Penal de 1940 não fosse desrespeitado, pois o código concede o direito de aborto em caso de estupro e risco de vida das mulheres.

⁸⁷BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15804/14297>. Acesso em 15 de Maio de 2018.p.106.

⁸⁸Elsimar diz que 300 mil abortos são feitos por ano na Bahia.Diário de Itabuna. 27 de Fevereiro de 1991.

⁸⁹O planejamento familiar é entendido como acesso a atendimento especializado, informações e recursos preventivos que permitam optar por ter ou não filhos. Já o controle de natalidade é uma política de Estado que visa reduzir o aumento da população estabelecendo metas de crescimento ideal da população. Em alguns casos, o Estado delimita a quantia de filhos por casal.

⁹⁰LIMA, Anorina Alves Smith Lima. (68 anos). Entrevista realizada no Conselho Municipal de Educação em Itabuna em 18.05.2016.



Os motivos pelos quais Anorina era contra ao aborto pertencem a um discurso hegemônico na Igreja Católica quando se fala no tema. No entanto, não é o único discurso, visto que, desde os anos 1990, as católicas pelo direito de decidir têm reivindicado direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e em mais 12 países da América Latina⁹¹. Sendo questionável que, nos dias atuais as entrevistadas utilizem de discursos que visam apenas controlar a sexualidade feminina e impor uma maternidade compulsória.

Somava-se ao argumento religioso outro dispositivo de controle do corpo feminino: a medicina, pois Júvia Gualberto alegava ser contra o aborto por conta dos riscos que o mesmo oferecia a vida da mulher. Tal reflexão se assemelhava a pesquisas médicas disciplinadoras, realizadas a partir dos anos 1970, que fortaleciam o discurso contrário ao aborto quando descreviam quão rudimentar eram as práticas utilizadas para a realização do aborto e se apresentavam dados do número de mulheres que sofreram sequelas provenientes da realização do aborto clandestino⁹².


No entanto, podia ter se afirmado em prol da legalização do aborto se considerassem que, sendo o aborto clandestino uma realidade frente as condições socioeconômicas das mulheres, como indicado na nota de jornal já citada, legalizar o aborto e reivindicar a realização de abortos seguros, seria um meio de garantir a proteção da saúde da mulher. A decisão da mulher não era centro da discussão. Exceto em casos de estupro:

O perigo de fazer o aborto como aconteceu, como uma colega nossa que foi com medo de dizer que tava grávida e foi e acabou morrendo. Então a gente conversava tudo isso. O aborto na adolescência, o que podia prejudicar do órgão genital. Sim. Desde quando fosse uma coisa criminosa. Se a menina fosse pegada forçada pelo... Tivesse relação que ela não quisesse. Uma gravidez indesejada. Era por essa parte não era sob a legalização de ser aborto por aborto. Vamos fazer porque quer não. Era dentro da lei.⁹³

⁹¹Nas releituras que as católicas têm feito, elas não encontraram fragmentos bíblicos que apresentassem impedimentos à realização do aborto. As católicas pontuaram que no Império Romano não havia uma opinião absoluta sobre o aborto como algo pecaminoso. Tertuliano era contra o aborto, pois para ele o aborto impedia o surgimento da vida. Já para Santo Agostinho, o aborto não era considerado um homicídio, pois o corpo não estava formado, pouco menos havia a existência da alma. Sendo o aborto terapêutico feito antes do feto completar 40 dias permitido pela igreja. As divergências entre teólogos (as) da Igreja Católica permanecem. Mas para as católicas, cabe as mulheres escolherem o que é melhor para si. Tal posicionamento se fundamenta na decisão tomada após a realização do Concílio do Vaticano II, momento em que se discutiu muito a encíclica de Paulo VI que condena o uso de anticoncepcionais, diante das divergências entre pessoas contrárias e a favor dos métodos contraceptivos prevaleceu que o critério último da tomada de decisão no campo da moral é o da consciência individual. CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Conversando a gente se entende. In: <http://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2014/08/publica%C3%A7%C3%A3o-aborto-conversando-gente-entende.pdf>. Acesso em 07/07/2018.

⁹²BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15804/14297>. Acesso em 15 de Maio de 2018.

⁹³GUALBERTO, Júvia. (76 anos). Entrevista concedida em sua residência no dia 10.08.2017.



O aborto se situa no centro de discussões jurídicas, científicas e religiosas. De modo que, na produção dos dispositivos da sexualidade, criaram-se mecanismos que condenam o aborto, entre eles a criminalização do ato, os possíveis riscos à saúde da mulher e os princípios religiosos.

Nos anos 1990, grupos feministas lançaram uma campanha em prol da legalização do aborto com o slogan “Nosso Corpo nos pertence⁹⁴”. No entanto, parcela de mulheres que reconhecem o machismo em partidos políticos, a precarização do trabalho feminino e as desigualdades entre homens e mulheres existentes no seio familiar, por questões de cunho religioso, discordavam dessa reivindicação. Por outro lado, atentas aos métodos de prevenção da gravidez, pauta comum ao movimento de mulheres desde a revolução dos contraceptivos orais em 1960, muitas mulheres passaram a discutir a concepção como “uma questão de biomédica e de política pública ligada ao planejamento familiar, enquanto o aborto permaneceu inscrito nos regimes da criminalidade e da moral religiosa⁹⁵”. Poucas foram as mulheres que disseram ser a favor da realização do aborto:

Era uma discussão muito tímida porque era uma discussão que acontecia nos bastidores dos partidos de esquerda e o que a gente levava mais nos bairros era a possibilidade do controle de natalidade dentro daqueles moldes que a gente pensava enquanto partido de esquerda e alguns vieses do feminismo. Entendeu? Porque a gente não podia abrir muito essa questão por conta até do entendimento na época porque as mulheres não eram organizadas.⁹⁶ Porque o movimento feminino também se engaja. Entra nessas histórias todas. Quando você tá no movimento social. Quando você tá no sindicato aí aparece todas as questões. Aí o povo que sabe que aparece pra lutar mesmo te oferece outras coisas que faz parte do seu dia a dia e você não sabe dizer não. Entendeu? Aí as meninas do movimento de mulheres de Salvador. Aí tem um monte que se misturava um pouco há alguns integrantes do sindicato dos professores. Dos licenciando mesmo. Aí a gente começou o tema do aborto a gente falava. Que a mulher tinha o seu corpo pra fazer o que ele queria.⁹⁷

A contestação ao domínio que a ciência e a religião mantinham, sobre o corpo das mulheres, encontrava pontos de resistência quando, em prol da liberdade de escolha da mulher, ocorriam discussões em favor do aborto nas associações, partidos e organização de mulheres. Mostrando assim que o poder não pode existir sem que haja inúmeros pontos de

⁹⁴SAMPAIO, Paulo Faustino. Aborto. Dicionário Crítico de Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio Losandro (Orgs.) Dourados: Ed. UFGD, 2015.

⁹⁵DINIZ, 2012, p.135 apud SAMPAIO, 2015, p.18. Opcit, 2015, p.18.

⁹⁶ SOUZA, Miralva Moitinho. (68 anos). Entrevista realizada na Cooperativa Educacional de Itabuna – COPEDI em Itabuna no dia 30.08.2017.

⁹⁷ ANDRADE, Dinalva Célia Santos Andrade. Entrevista concedida na lanchonete Danúbio em Itabuna em 30.08.2017.

resistência que representam nas relações de poder, o papel de adversário, de apoio, de saliência que permite a opressão.⁹⁸

Considerações finais

A pequena representatividade das mulheres, na câmara dos vereadores, na câmara federal, no senado e na presidência foi alvo de questionamento das entrevistadas. Tais questionamentos se aproximavam de uma das reivindicações dos feminismos: as cotas para mulheres na política. Nas várias narrativas, as falas apontaram empecilhos que colaboram para esse quadro, sendo a dupla jornada de trabalho, as desigualdades de gênero existentes nos partidos e no modelo educacional as pedras encontradas no percurso dessas mulheres.

A candidata ao cargo de vereadora se apresentou como mãe, casada, educadora, filiadas a partidos de centro e direita dos quais os esposos também eram filiados. Ela disputou o poder com os homens sem contestar alguns papéis sociais. Inclusive, reproduziu algumas normatizações de gênero. Sobretudo, a contestação de bandeiras caras aos feminismos a descriminalização e legalização do aborto.

Referências bibliográficas

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15804/14297>

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 163-207.


CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Conversando a gente se entende. In: <http://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2014/08/publica%C3%A7%C3%A3o-aborto-conversando-gente-entende.pdf>. Acesso em 07/07/2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no Poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA; Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. p. 157.

DOMINGUES, Sana Gimenes Alvarenga. Gênero, poder e política: a participação feminina no partido dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2010. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Pos_Sociologia_8835_1339012250.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 104.

⁹⁸ FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 4.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017. p.104.



MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. (Orgs.). **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 94.

SAMPAIO, Paulo Faustino. Aborto. Dicionário Crítico de Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio Losandro (Orgs.) Dourados: Ed. UFGD, 2015.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. Set./Out./Nov. 2000. p. 106.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e anti-feminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 111.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 242.



CAPÍTULO 32

VIOÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES IDOSAS EM SALVADOR

Antonieta Pereira Calvo, Discente: Graduada em Serviço Social pela (UCSAL – Universidade Católica do Salvador); Pós-graduada em Psicologia e Ação Social (Faculdade São Bento da Bahia), em Docência no Ensino Superior (UNIASSELVI) e em Políticas e Gestão em Serviço Social (UNIASSELVI)

Paula Xavier GumsMendes, Graduada em Psicologia(UNISUL). Mestra em Saúde (UFSC)

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a violência contra as mulheres idosas em Salvador. Caracterizamos tipos de violência contra a mulher e contra idosos em especial a violência doméstica em Salvador. Bem como, conceituamos gênero feminino (mulher) e idoso. Identificamos fatores geradores da violência. E analisamos possíveis relações entre gênero, estrutura familiar e violência. Para tanto, utilizou-se a metodologia qualitativa de caráter documental extraído de três instrumentos do serviço social: visitas domiciliares, entrevistas e relatórios acompanhados de pareceres sociais. O quantitativo foi extraído de expedientes/processos recebidos pelo Serviço Social do M.P. nos anos de 2012 e 2013, foram identificados tipos de denúncias e faixa etária e sexo dos idosos violentados. Constatou-se que há grande relevância na participação do Serviço Social nas políticas sociais, principalmente contribuindo para o combate a violência contra a mulher idosa. Pois possibilita a garantia dos direitos através de ações educativas e informativas. Como também, a colaboração desse profissional no campo jurídico, fundamenta decisões de juízes e promotores.

Palavras-Chave: Violência, Mulher, Idosa.

1 INTRODUÇÃO

A motivação para tal investigação surgiu da observação, coleta de dados, análises e intervenções no campo de estágio em Serviço Social, realizada pelo MP⁹⁹ da Bahia, na 3ª Promotoria de Justiça - GEIDO¹⁰⁰. O artigo tem como tema a “**Violência doméstica contra a mulher idosa em Salvador**”.

O interesse das autoras por esta temática parte da observação das denúncias de violência contra os idosos, em sua maioria mulheres, que foram entrevistadas e visitadas pelo

⁹⁹ MP:Ministério Público.

¹⁰⁰ GEIDO: Grupo de Atuação Especial em Defesa do Direito dos Idosos.



Serviço Social do Ministério Público de Salvador para investigar denúncia de negligência ou violência.

O objetivo da pesquisa é analisar a violência doméstica contra a mulher idosa em Salvador, no período de 2012 a 2013. E os objetivos específicos são: caracterizar os tipos de violência, conceituar mulher e idoso e analisar possíveis relações entre: idoso, gênero feminino, estrutura familiar e violência.


A questão social do envelhecimento, ainda não tem a visibilidade necessária para pô-las em prática, porque as contradições regionais e a desigualdade social no Brasil são significativas, elas refletem a injusta distribuição de renda da população, dificultando aos brasileiros a vivência real da cidadania como um direito universal. A exemplo da saúde, da educação, da segurança, da habitação, do emprego, enfim, pela dignidade do ser humano. (BORGES, 2006, p.100).

São particularmente relevantes os abusos e negligências que se perpetuam por choque de gerações, por problemas de espaço físico e por dificuldades financeiras que costumam se somar a um imaginário social que considera a velhice como ‘decadência’ e os idosos como “passado” e descartável (MINAYO, 2005).

Segundo Gondim (2011), a violência contra a pessoa idosa no âmbito doméstico é um problema que se agrava e se estende, gradativamente, nos dias atuais. O idoso se torna uma vítima fácil, por, muitas vezes, depender de seus familiares em diversos aspectos, seja nos cuidados da saúde, nas relações sociais, na dependência financeira ou até mesmo pela simples convivência familiar.

Explica Faleiros (2007), que “Não temos dúvida da existência da violência. Os registros são apenas a ponta do iceberg, porque denunciar é muito difícil. Há uma espécie de conluio do silêncio. A família silencia e o próprio idoso tem vergonha de denunciar, achando que vai perder o ténue afeto que tem com o filho, além do medo de represálias”.

Conforme Calvo (2013), neste ambiente nocivo, a Assistência Social tem o compromisso de esclarecimento dos direitos do cidadão usuário, de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, estimulando a inclusão dos diferentes cidadãos no universo dos bens, serviços e direitos, mediante vinculação com políticas econômicas e sociais. Na atualidade o acesso universal aos direitos não ocorre, havendo uma grande distância entre o que está previsto na lei e a realidade brasileira. O papel do assistente social



para a efetivação das políticas públicas para o idoso no Brasil é acima de tudo, dar dignidade e cidadania para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

2 MÉTODOS

A pesquisa é um trabalho sistemático [...] que faz avançar na área do conhecimento. [...] É através da pesquisa que se tem verificado o avanço da profissão do Assistente Social. [...] Portanto é possível perceber a importância da investigação e conseqüentemente da pesquisa para a profissão e também para a intervenção nessa realidade. (ROSA; FILHO, 2008).

A pesquisa de campo será de natureza empírica e exploratória de fonte documental. Com análise dos instrumentos de coleta de dados qualitativos como: entrevistas, visitas domiciliares, relatórios e pareceres sociais; e análise dos instrumentos de produção de dados quantitativos como: tabelas, planilhas e gráficos, no período de 2012 a 2013.

Caracterizaremos tipos de violência e o perfil da mulher idosa violentada em Salvador. Bem como, conceituar gênero feminino (mulher) e idoso. E analisar possíveis relações entre gênero, estrutura familiar e violência.


Abordaremos os principais fatores e causas, com base na análise documental de relatórios gerados após visitas domiciliares e entrevistas realizadas no período de 2012 a 2013, durante o estágio no Ministério Público de Salvador. Bem como, fontes de dados da DEAM¹⁰¹ e da DEATI¹⁰².

Analisaremos dados extraídos de uma população de 672 Idosos dos dois sexos, com uma amostragem de 418 Idosas(285 de 2012 e 133 de 2013), por meio de uma pesquisa exploratória, qualitativa e quantitativa fundamentada em revisão bibliográfica com o propósito de responder a tais questionamentos sobre o fenômeno da violência contra a mulher idosa soteropolitana.

Para dar conta da problemática “A Violência doméstica contra as mulheres idosas em Salvador” será apresentado o presente artigo como trabalho de conclusão do curso da especialização em Psicologia e Ação Social, pesquisa de natureza exploratória descritiva, de base qualitativa e quantitativa, pois se pretende levantar os fatores geradores da violência e as

¹⁰¹ **DEAM:** Delegacia Especial de Atenção à Mulher.

¹⁰² **DEATI:** Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso.



contribuições das políticas públicas para o enfrentamento da violência e ou abuso contra a pessoa idosa, em especial as mulheres idosas atendidas em Salvador pelo Ministério Público da Bahia, no período de 2012 a 2013.

Compreendemos que estes dados poderão sinalizar hipóteses que sugerem uma realidade observada. No entanto, poderão ser contestados por outros pesquisadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Idoso

No Brasil são considerados **idosos**, segundo o marco legal estabelecido na Política Nacional do Idoso (1994) e no Estatuto do Idoso (2003), os indivíduos de 60 anos ou mais. Esse marco legal abrange uma população que tem pela frente um intervalo vital maior do que 30 anos. Por exemplo, no último censo (2010), o IBGE¹⁰³ constatou que já temos quase 30.000 pessoas com mais de 100 anos no país, sendo 2/3 delas mulheres.


Segundo fontes do IBGE (2010), a população brasileira tem envelhecido cada vez mais, porém nossa sociedade não vem se preparando para atender às necessidades e especificidades desta população. Necessita-se de políticas públicas mais eficazes.

De acordo com o IBGE (2010), investigou por meio de entrevista, e não por ocorrência documentada, o problema, projetando quase 120 mil agressões sofridas por idosos anualmente — cerca de 10 mil por mês. E mais da metade das agressões sofridas por idosos são cometidas por parentes.

Vale lembrar que, segundo Calvo (2013), a situação de muitos idosos abandonados em asilos, confinados a sua própria sorte, isolados pela família e pela sociedade que prefere esquecer sua existência. A problemática em torno da velhice lembra que esses seres humanos enclausurados em sua casa ou em abrigos gera uma situação crescente, porém, prova de que não dispomos de espaços suficientes e bem idealizados pelas instituições públicas para acolhê-los.

O **Estatuto do Idoso** (Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003) tem a finalidade de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. O primeiro princípio da Política Nacional do Idoso afirma que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os

¹⁰³ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.

Calvo (2013) comenta que as políticas públicas no Brasil são efetivadas timidamente. Em se tratando do estatuto do idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003), ainda não é tão difundido no nosso país. Porque essa faixa etária não está mais em idade produtiva, portanto não tem grande relevância econômica e social para a sociedade brasileira ativa. Portanto, cabe aos poderes legislativo, executivo e judiciário, legitimar, aplicar e difundir essas políticas e a população apropriá-las. Para isso, é necessário programas de educação no que tange ao conhecimento das leis pela população brasileira.

3.2 Violência


À luz de Faleiros, (2007, p. 27) a **violência** entende-se como:

Um processo social relacional complexo e diverso, que tem como pressuposto para o seu funcionamento o modelo de sociedade dominante, que valoriza e estrutura-se na acumulação de riquezas econômicas e de poder, nas contradições entre os grupos e classes dominantes. Pode-se compreender a violência contra pessoa idosa em três grandes dimensões: Violência sociopolítica, Violência institucional e violência intrafamiliar. Concernente à violência calada, do silêncio, que possui como agressores os familiares: filhos, netos, noras, vizinhos e cuidadores. Posto que, tem sido pouco denunciada, no contexto do segredo ou conluio familiar, vinculado à honra à cumplicidade, à confiança entre vítima e agressor e ao provimento da família, visto que o agressor é próximo à vítima.

Nas diversas formas de abuso contra o idoso, observa-se, a necessidade de maiores estudos para um real conhecimento da questão violência doméstica contra o idoso, que pode-se denominar como abuso. Infelizmente os maiores agressores dos idosos são os próprios filhos, netos ou companheiros. Por vários aspectos, principalmente pela situação de vulnerabilidade em que o idoso se encontra, tornando mais difícil a investigação.(CALVO, 2013, p.30)

Day et al (2003, p. 17-18) reconhecem que:

Toda situação de **vulnerabilidade** física ou mental é geradora potencial de **violência**. O afastamento familiar longo expõe a uma reorganização familiar na qual o paciente não está mais incluído, perdendo seu lugar no afeto e no espaço doméstico. A incidência de violência doméstica tem sido considerada maior em abusadores de substâncias psicoativas na maioria das sociedades e culturas e presente nos diferentes grupos econômicos. [...] A violência doméstica, por sua vez, não se limita à família. Envolve todas as pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico e que estão vinculadas ou não por laços de parentesco. O termo “doméstico” incluiria também pessoas que convivem no ambiente familiar como, por exemplo: empregados, agregados e visitantes esporádicos. [...] O assunto exige uma atitude de muita tolerância e sensibilidade. As emoções envolvidas despertam raiva, pena, rechaço, tristeza e impotência.



Nesse sentido, nota-se que a pessoa idosa por ser mais vulnerável é uma vítima em potencial. Embora seja, uma situação difícil de ser comprovada.

Considera-se, ainda, a **violência** como:

Um conceito referente aos processos, às relações sociais e interpessoais de grupos, de classes, de gênero. Pode ser objetivada em instituições, quando empregam diferentes formas de aniquilamento a outrem, ou de sua coação direta ou indireta, causando-lhes danos físicos, mentais e morais. (OMS¹⁰⁴ 23, 1985).

Ademais, Cunha (2007) propõe que, a violência contra os idosos apresenta-se como uns fenômenos mundiais, às vezes aspectos desse ato, acontecem com frequência em muitas sociedades, mas grande parte permanece oculta. Porém, tanto no Brasil como no mundo, agressões contra o idoso muitas vezes ocorre no seio da família.

O fenômeno das agressões contra os idosos foi destrinchado pelo doutor em sociologia Vicente Faleiros (2007), que produziu o maior estudo do gênero no país com base em 61.930 denúncias formalmente registradas em todas as capitais do país no período de um ano. Os dados brasileiros se assemelham às estatísticas dos outros países, indicando que cerca de 54% dos agressores são filhos ou filhas.

Para efeito de denúncia tais abusos são identificados pelo Ministério Público – MP como: maus-tratos, apropriação indébita, de conflito familiar e de vizinhança, abandono material e intelectual, situação de risco, ou mesmo, solicitações de interdição, curatela e abrigo da idoso. (MP, 2012-2013)

3.2.1 Tipos de Violência contra Idosos

Conforme cartilha de Minayo (2005, p. 15), intitulada “violência contra idoso: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria” os **tipos de violências** contra os idosos são:


Abuso físico, maus tratos físicos e violência física: são expressões que se referem ao uso da força física para obrigar os idosos a fazerem, o que não desejam, para feri-los, provocar-lhes dor e incapacidade e morte.

Abuso psicológico, violência psicológica ou maus tratos psicológicos: são agressões verbais ou virtuais com o objetivo de aterrorizar os idosos, humilhá-los restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social.

Abuso sexual ou violência sexual: são termos que se referem ao ato ou jogo sexual de caráter homo ou hetero-relacional, utilizando pessoas idosas. Esses abusos visam a obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.

Abandono: é uma forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção.

¹⁰⁴ OMS: Organização Mundial de Saúde



Negligência: refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos, por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência contra os idosos mais presente no país. Ela se manifesta, frequentemente, associada a outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para as que se encontram em situações de múltipla dependência ou incapacidade.

Abuso financeiro e econômico: consiste na exploração imprópria ou ilegal dos idosos ou ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros e patrimoniais. Esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar.

Autonegligência: diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança, pela recusa de prover cuidados necessários a si mesmos.

A **violência familiar** contra idosos é um problema nacional e internacional. Pesquisas feitas em várias partes do mundo revelam que cerca de 2/3 dos agressores são filhos e cônjuges (REAY & BROWNE, 2001 apud MINAYO, 2005).

3.2.2 Fatores Geradores da Violência Contra Idosos


Ainda segundo literatura de Minayo (2005, p.34-35) os fatores geradores da violência contra idosos mais comumente identificados são:

- a) – Devido à vítima morar com o agressor;
- b)- O fato dos filhos serem dependentes financeiramente dos seus pais de idade avançada;
- c)- Os idosos dependerem da família de seus filhos para sua manutenção e sobrevivência;
- d)- O abuso de álcool e drogas pelos filhos, por outros adultos da casa ou pelo próprio idoso;
- e)- Os vínculos afetivos entre os familiares serem pouco comunicativos;
- f)- O isolamento social dos familiares ou da pessoa de idade avançada;
- g)- O idoso ter sido ou ser uma pessoa agressiva nas relações com seus familiares;
- h)- Haver história de violência na família;
- i)- Os cuidadores terem sido vítimas de violência doméstica, padecerem de depressão ou de qualquer tipo de sofrimento mental ou psiquiátrico.

Conforme dados colhidos nas visitas domiciliares do MP da Bahia, constatou-se que os fatores citados acima são verídicos também na realidade soteropolitana. (CALVO, 2014)

3.3 Mulher

Segundo (VITÓRIO, 2012) a discriminação, o preconceito e a violência frente à mulher não vêm de hoje, sempre existiu apenas não era tão explícito quanto hoje, devido a o aumento de denúncias feito pelas mulheres vitimas de violência doméstica.



Ainda segundo Vitório (2012) a violência doméstica é uma noção especializada, dimensão da vida social que vem sendo historicamente contraposta ao público, ao político e aponta como limites o fato de enfatizar uma esfera da vida, independentemente do sujeito ou do objeto.

A construção histórica da identidade de **gênero** é referência para pensar o lugar que o homem e a mulher ocupam na sociedade contemporânea. Logo, percebe-se a história refletindo nas práticas atuais, pois “Nada se constrói fora da história. Ela não é uma unidade vazia ou estática da realidade, mas uma totalidade dinâmica de relações que explicam e são explicadas pelo modo de produção concreto [...]”. (MINAYO, 2010, p. 68).

E a Lei Maria da Pena¹⁰⁵ (2006), representa uma verdadeira guinada na história da impunidade da violência contra a mulher. Por meio dela, vidas que seriam perdidas passaram a ser preservadas; mulheres em situação de violência ganharam direito e proteção; Portanto, fortaleceu-se a autonomia das mulheres. Por esta razão a lei cria meios de atendimento humanizado às mulheres, agregando valores de direitos humanos à política pública e contribuindo para educar toda a sociedade.(SPM¹⁰⁶, 2012).


3.4 Violência Doméstica

Desse modo, compreender a construção da identidade de gênero ao longo da história é fator importante na tentativa de elucidar as desigualdades nas relações entre homens e mulheres, que por sua vez sustentam a **violência doméstica** contra a mulher.

Entretanto, apesar das significativas conquistas das mulheres na sociedade e da sua emancipação socioeconômica e política, os resquícios da sociedade patriarcal pautada nas relações de gênero, refletem-se em fatores que impedem de romper com o ciclo da violência doméstica contra a mulher, pois essa herança cultural prevalece na sociedade, onde a mulher

¹⁰⁵ **Lei Maria da Pena:** Surgiu como resultado de um esforço coletivo dos movimentos das mulheres e poderes públicos no enfrentamento à violência doméstica e familiar a partir do alto índice de óbitos de mulheres no País. Além disso, configura-se como resposta efetiva do Estado brasileiro às recomendações da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher) e da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Como consequência da referida lei Maria da Pena, passa a existir um sistema de políticas públicas direcionado às mulheres. Isto somente é possível devido à união de esforços de diversos órgãos da administração pública federal e estadual, do poder judiciário e legislativo, dos ministérios públicos estaduais e defensorias públicas. Todos eles articulados entre si comprovam que a violência doméstica, como fenômeno multidimensional que é, requer soluções igualmente complexas.

¹⁰⁶ **SPM:** Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República.



ainda é vista como sinônimo de fraqueza e dependência e o homem é assim percebido como um ser superior, que nesse tocante assume o papel de autoridade. (SOUZA, 2013, p.17)

Comentam ainda que,

Toda a situação de **violência doméstica** é de difícil diagnóstico. É bem conhecido que só 10% das vítimas que passam por exame de corpo de delito apresentam lesões evidentes. A grande maioria sequer é denunciada; destas, poucas são confirmadas no exame, e ainda é muito comum a família estar ambivalente, retirar a queixa, envolvida com a proteção do agressor por muitos motivos, inclusive pobreza. (DAY et all, 2003, p. 18)

A Lei 11.340/2006 intitulada Lei Maria da Penha, no Capítulo I, artigo 5º define a **violência doméstica** e familiar contra a mulher, como sendo:

[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (BRASIL, 2006)

3.4.1 Formas de Violência Doméstica contra a Mulher

A lei 11.340/2006 também define as **formas de violência doméstica** e familiar contra a mulher, que são:

I - **aviolência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - **aviolência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - **aviolência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006)

3.5 Relações entre: Mulher, Idoso e Violência

Observamos que os meios de comunicações geralmente nos apresentam cotidianamente o crescimento assustador da violência doméstica no Brasil, onde as vítimas sempre são as mulheres, crianças, adolescentes, deficientes, idosos, muitas vezes em decorrência das desigualdades entre mulheres e homens, relacionados ao poder, discriminação de gênero, ainda muito presente no seio familiar; sabemos que não são acontecimentos recentes, pois em outras fases da história também esteve presente.

No século XIX, com o surgimento dos direitos humanos, o assunto violência passou a ter uma atenção maior pela sociedade, virando uma questão e/ou problema da humanidade, tornando uma problemática bastante debatida e estudada por várias áreas do saber humano. Em 1996, passou a vigorar no Brasil, a Lei. 11.340 de 07 de agosto de 2006 ficando conhecida como a Lei Maria da Penha, sendo homenageada uma mulher que virou um símbolo contra os sucessivos atos de agressão ocasionada pelo seu ex-companheiro.

A lei Maria da Penha teve grande repercussão pela mídia, surgindo equívocos, gerando falas e expectativas como se fosse acabar repentinamente com o histórico de violência. No entanto, há necessidade de uma mudança radical na nossa sociedade, que está arraigada de machismo e discriminações, que julgam e/ou subjugam as mulheres.

A violência doméstica se caracteriza como: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, que no Brasil aflige um número significativo de mulheres, esses tipos de agressões são praticados geralmente no seio da família, ou seja, em casa no espaço familiar, que deveria funcionar como um porto seguro para a família, que acabou se tornando um local de risco para crianças, mulheres e idosos. Devido aos inúmeros atos de violência doméstica, já não podemos considerar como verdade o dito popular “lar doce lar”.

Conforme Calvo (2013), os casos de maus tratos estão sendo denunciados mais precocemente. Portanto supõe-se que o trabalho informativo de divulgação do Estatuto do Idoso e da Lei Maria da Penha possibilitaram aumento das denúncias. Bem como, a confiança nos órgãos competentes como o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Conselho do Idoso, a DEAM, a DEATI, o CAPS¹⁰⁷, o CRAS¹⁰⁸ e a SEMPS¹⁰⁹.

¹⁰⁷ CAPS: Centro de Atenção Psicossocial.

¹⁰⁸ CRAS: Centro de Referência de Assistência Social.

¹⁰⁹ SEMPS: Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza.

3.6 Análise Quantitativa e Qualitativa dos Dados Colhidos

DADOS QUANTITATIVOS EM 2012

Quadro I

Processos recebidos pelo Serviço Social no período de jan/2012 a dez/2012 ¹¹⁰

Denúncias 2012	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	%
Apropriação Indébita	5	7	9	4	11	8	7	11	7	9	13	2	93	21,83%
Abandono Material e Intelectual	5	8	5	2	0	2	2	4	5	3	6	0	42	9,86%
Abrigamento Institucional	3	2	0	0	4	3	2	5	6	8	5	1	39	9,15%
Conflito Familiar	10	4	7	1	6	4	3	4	4	9	3	4	59	13,85%
Interdição e Curatela	1	2	0	0	0	3	0	1	1	7	0	0	15	3,52%
Maus-tratos	14	16	15	4	18	36	10	7	7	8	4	3	142	33,33%
Moradia	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	4	0,94%
Saúde (tratamento médico)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,23%
Situação de Risco	0	1	1	2	3	2	1	2	2	2	2	1	19	4,46%
Vizinhança	0	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	0	12	2,82%
Total de Expedientes =	38	40	42	17	44	58	26	61	37	48	36	10	457	100,00%
Total de Idosos do Sexo Masculino													172	37,63%
Total de Idosos do Sexo Feminino													285	62,36%

Fonte: Dados extraídos das planilhas mensais de expedientes recebidos pelo GEIDO.

Conforme dados coletados pelo MP em relatórios de visitas domiciliares realizadas e traduzidos na planilha acima pelo Quadro I, contabilizou em 2012 que **62,36%** das denúncias de violência contra idosos eram contra **mulheres**. (CALVO, 2013, p. 48)

¹¹⁰ Dados Quantitativos, colhidos através da pesquisa exploratória de 100% dos processos/expedientes recebidos pelo Serviço Social, enviados pela 3ª Promotoria do Idoso – GEIDO, para estudo social através de visitas domiciliares e entrevistas, abrangência das denúncias na cidade de Salvador e região metropolitana, no período de jan/2012 a dez/2012, com caracterização dos tipos de violências contra o idoso.

Baseados nos dados acima notamos que a mulher idosa é duplamente violentada, pela questão de gênero e geracional. Ou seja, por ser mulher e por ser idosa. Esta constatação nos leva a crer que todas as instituições envolvidas no amparo e na proteção da mulher idosa tem um desafio descomunal a enfrentar para tornar a mulher idosa empoderada dos seus direitos para o enfrentamento tácito das diversas violências praticadas contra si.

Quadro II
Idosos Atendidos pelo Serviço Social de jan-dez/2012 ¹¹¹

Faixa Etária	60-69	70-79	80-89	90-99	+100 anos	Total
Nº de Idosos	28	33	40	6	2	109
Percentual	25,70%	30,27%	36,70%	5,50%	1,83%	100%

Fonte: Dados extraídos de 25% dos relatórios, entrevistas e sínteses informativas.

Observa-se, no Quadro II, no ano de 2012, que **36,70%** dos idosos atendidos eram de faixa etária entre 80 e 89 anos de idade. E apenas **5,50%** de 90 a 99 anos. Fase da vida em que o idoso torna-se mais dependente e, portanto mais vulnerável.

A partir da observação atenta aos dados acima já processados, temos a compreensão de um alerta alarmante de que, quando essas mulheres idosas necessitam de mais cuidados e atenção dos seus parentes e familiares, justamente neste momento é que são cometidas muitas formas de violências, principalmente porque elas não podem reagir e se defender. Muitas vezes acamadas ou com difícil locomoção, sem conhecimento dos mecanismos legais protetores dos seus direitos como mulher e idosa. (CALVO, 2013, p.41)

¹¹¹ Dados Quantitativos de em torno de 25% dos relatórios, entrevistas e sínteses informativas, no período de jan/2012 a dez/2012.

DADOS QUANTITATIVOS EM 2013

Quadro III

Processos recebidos pelo Serviço Social no período de jan/2013 a out/2013 ¹¹²

Denúncias 2013	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total	%
Apropriação Indébita	0	0	0	7	2	1	0	2	2	2	16	7,08%
Abandono Material e Intelectual	2	1	9	8	5	8	5	7	6	3	54	23,89%
Abrigamento Institucional	0	1	3	4	3	2	2	6	1	2	24	10,62%
Conflito Familiar	2	2	6	8	1	7	7	6	4	5	48	21,24%
Interdição e Curatela	0	0	0	1	0	4	1	1	1	1	7	3,10%
Maus-tratos	1	2	2	11	7	5	4	10	7	9	58	25,66%
Moradia	0	1	0	4	0	0	0	0	0	1	6	2,65%
Saúde (tratamento médico)	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	3	1,33%
Situação de Risco	0	0	2	0	0	0	2	1	1	1	7	3,10%
Vizinhança	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	3	1,33%
Total de Expedientes =	5	7	22	39	17	28	23	33	22	24	226	100,00%
Total de Idosos do Sexo Masculino											96	42,48%
Total de Idosos do Sexo Feminino											130	57,52%

Fonte: Dados extraídos da planilha de entrada de expediente enviados pelo GEIDO.

Nota-se que algumas idosas acompanhadas pelo MP, têm consciência dos abusos cometidos por seus familiares, no entanto, preferem não denunciar ou omitir; por medo, coação, ou mesmo, por considerar culpada pela formação do caráter de seu filho, sobrinho ou neto. Observou-se que durante a entrevista social algumas idosas não confirmam os maus-tratos e agressões por medo de represaria ou vergonha, para não perder o vínculo com o agressor. Posto que, a maioria deles são os próprios filhos ou companheiros. Contudo, em alguns casos, é necessário o abrigamento da idosa em ILP¹¹³, para retirá-la do ambiente permissivo aos maus-tratos. Porém, antes desta intervenção, é feita uma tentativa de adaptação da família às necessidades dela. Uma vez que, o melhor ambiente para a idosa

¹¹² Dados Quantitativos, colhidos através da pesquisa exploratória de 100% dos processos/expedientes recebidos pelo Serviço Social, enviados pela 3ª Promotoria do Idoso – GEIDO, para estudo social através de visitas domiciliares e entrevistas, abrangência das denúncias na cidade de Salvador e região metropolitana, no período de jan/2013 a out/2013, com caracterização dos tipos de violências contra o idoso.

¹¹³ IPL: Instituição de Longa Permanência para Idosos.

deveria ser em sua casa com a sua família, onde construiu vínculos durante toda uma vida. (CALVO, 2013, p. 42)

Observamos que algumas violências cometidas estão associadas ao alcoolismo: dos filhos, netos e companheiros da própria idosa. O GEIDO tem recebido denúncias de hospitais relatando maus-tratos, negligência ou abandono por parte de familiares, o serviço social tem percebido que estes familiares muitas vezes se afastam para não ter que levar a idosa de volta para casa transferindo a responsabilidade dos cuidados necessários a sua pronta recuperação. (CALVO, 2013, p. 42)

Porém, estas instituições não seriam a primeira opção para solução da violação dos direitos da pessoa idosa, porque neste caso quebraria os vínculos com a sua própria casa, com seus familiares e amigos, perdendo sua autonomia. Ambiente que construiu por toda uma vida produtiva. Entretanto o local mais adequado para abrigá-la seria em sua residência juntamente com sua família a tratando com respeito e dignidade.

No entanto, há uma necessidade de um trabalho informativo de divulgação do Estatuto do Idoso e da Lei Maria da Penha, para que sejam preservados os seus direitos como membros construtores desta sociedade. Em Salvador há uma grande deficiência em instituições públicas para idosos. E as poucas são privadas e em sua maioria não cumprem as normas técnicas de funcionamento. (CALVO, 2013, p.43)

Quadro IV


Idosos Atendidos pelo Serviço Social de jan-out/2013 ¹¹⁴

Faixa Etária	60-69	70-79	80-89	90-99	+100 anos	Total
Nº de Idosos	16	19	12	10	0	57
Percentual	28,07%	33,33%	21,05%	17,54%	0,00%	100%

Fonte: Dados extraídos de relatórios, entrevistas e sínteses informativas.

Nota-se, que em 2013, **57,52%** eram de denúncias de violências contra idosas, sendo **33,33%** de faixa etária entre 70 e 79 anos. E apenas **17,54%** de 90 a 99 anos. Ou seja, quanto maior a vulnerabilidade e fragilidade, menor a possibilidade de denúncia. Portanto, cabe à sociedade vigiar e denunciar estes abusos, tornando-os cada vez mais raros, a ponto de extingui-los. (CALVO, 2013, p.50)

¹¹⁴ Dados Quantitativos de em torno de 25% dos relatórios, entrevistas e sínteses informativas, no período de jan/2013 a out/2013.



O Trabalho do (a) Assistente Social neste contexto é orientar, acompanhar e desenvolver atividades para que a pessoa idosa enquanto ser social seja reconhecida como um cidadão de direitos preservados, livre de preconceitos e exclusões. Um dos objetivos da Assistência Social é a proteção à família, com atenção especial aos indefesos como as crianças, os idosos as mulheres e os deficientes. Este profissional deverá lutar por habitação digna, reabilitação e integração dessas pessoas na sociedade. Além do mais, o assistente social deverá respeitar a autonomia dos idosos lúcidos, e garantir prioridade a um convívio familiar mais saudável e harmonioso, livre de situações de negligência, maus-tratos e abandono. (CALVO, 2013, p.46)


4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, que a atual política neoliberal prioriza a economia, o Estado se tornou mínimo para o social e o mercado é o regulador da vida social. Necessita-se, de um novo modelo familiar em que as relações sejam mais respeitadas e éticas, responsabilizando-se pelo bem-estar de seus membros.

Observamos que a população idosa brasileira tem aumentado, porém a sociedade não se preparou para atender às necessidades desta etapa da vida, embora exista uma legislação específica, a política nacional do idoso tem sido tímida em sua efetividade. Somente através da divulgação dos direitos da mulher e dos idosos, quais os deveres da família, sociedade civil e do Estado, é que se concretizará o objetivo destas políticas.

Para tal estágio societário necessita-se de maiores esclarecimentos a respeito dos direitos da mulher e dos idosos, bem como, maior divulgação da Lei Maria da Penha e do Estatuto do Idoso através dos meios de comunicação, como também, nas escolas e instituições que atendem às comunidades, pois em sua maioria as políticas públicas não são acessíveis e a falta de informação favorece a violação dos direitos dos vulneráveis: idosos, crianças, deficientes e mulheres, pois necessitam de maior respeito e autonomia para gerir suas vidas como lhe aprouver. Falta-lhes a cidadania que lhes foi roubada. A política social deveria seguir um viés direcionado para esta classe, a fim de que sejam criadas condições de superação da falta de amparo social.

Pretende-se combater a violência doméstica contra a mulher idosa, respeitando sua condição de gênero e senectude dando empoderamento e autonomia tornando-a um sujeito de direitos, construindo sua própria história. Ademais, a violência doméstica contra a mulher idosa é uma constante nos casos denunciados no Ministério Público.



O Serviço Social tem contribuído para a proteção à família, priorizando os vulneráveis, lutando pela autonomia, inclusão e cidadania destes. Através do trabalho investigativo e do olhar diferenciado do contexto em que a mulher e o idoso estão inseridos o assistente social após o estudo social, analisa o caso e sugere encaminhamentos em parecer social, instrumento que fundamenta a decisão judicial e viabiliza direitos. No âmbito judiciário contribui com eficácia para o combate direto contra a violência e ou abuso contra a mulher idosa, identifica fatores geradores que explicam o grande número de denúncias, além de intervir nas relações intrafamiliares para uma senectude do gênero feminino mais saudável e duradoura.

Contudo, diante destas constatações, as políticas públicas devem ser trabalhadas intersetorialmente e institucionalmente, para serem mais eficazes contra a violência doméstica. Sendo assim, os poderes executivo, legislativo e judiciário devem estar articulados, por meio de políticas transversais na área dos direitos humanos, da saúde, da segurança, da educação, do saneamento, da moradia, entre outras. Em suma, presume-se que envelhecer com dignidade e sem violência é um direito de todos. (CALVO, 2013, p.64)

Supõe-se que o trabalho informativo de divulgação do Estatuto do Idoso e da Lei Maria da Penha possibilitaramo aumento das denúncias no MP. Segundo nossa observação em entrevistas e visitas domiciliares constatou-se que os fatores geradores da violência contra as mulheres idosas são: devido à vítima morar com o agressor; ou porque os filhos são dependentes financeiramente dos seus pais; ou os idosos dependerem da família de seus filhos para sua manutenção e sobrevivência; ou devido ao abuso de álcool e drogas pelos filhos, por outros adultos da casa ou pelo próprio idoso; ou porque os vínculos afetivos entre os familiares estão estremecidos; ou devido ao isolamento social dos familiares ou da pessoa de idade avançada; ou pelo fato de o idoso ter sido ou ser uma pessoa agressiva nas relações com seus familiares; ou por haver história de violência na família; ou até mesmo porque os cuidadores foram vítimas de violência doméstica, padecerem de depressão ou de qualquer tipo de sofrimento mental ou psiquiátrico.

Notamos que algumas idosas, têm consciência dos abusos cometidos por seus familiares, no entanto, preferem não denunciar ou omitir; por medo, coação, vergonha, ou mesmo, por considerar culpada pela formação do caráter de seu filho, sobrinho ou neto. E no caso dos companheiros pelo fato de depender afetivamente e não querer perder o vínculo com o agressor.

Conclui-se que a mulher idosa é duplamente violentada, pela questão de gênero e geracional. Constatou-se que quanto maior for a idade da idosa, maior será a vulnerabilidade e a possibilidade de violência doméstica.

Portanto, necessita-se de uma mudança radical na sociedade brasileira, que está arraigada de machismo e discriminações, que julgam e/ou subjagam as mulheres. Pois o grande desafio é tornar a mulher idosa empoderada dos seus direitos para o enfrentamento às diversas violências praticadas por seus cuidadores e/ou familiares.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Ministério Público. **Guia Básico de Direitos do Idoso Cidadão**. Salvador: CAOCI, 2008.

BORGES, Maria Claudia Moura. **O Idoso e as Políticas Públicas**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

CALVO, Antonieta Pereira. **Abuso Financeiro e Econômico contra o Idoso: as contribuições do serviço social neste campo**. Salvador: ESSUCSAL, 2013.

CUNHA, Mirian Mota Cunha. **A Violência Doméstica contra o Idoso e seu Enfrentamento: aqui e agora**. Salvador: ESSUCSAL, 2007.

DAY, Vivian Peres et al BLANK, Paulo. **Violência Doméstica e suas Diferentes Manifestações**. Rio Grande do Sul: Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, SPRS, 2003. **Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.html Acesso em: 25/11/2011 às 27h:10min

FALEIROS, V. P. **Violência Contra a Pessoa Idosa: ocorrências, vítimas e agressores**. Brasília: Universa, 2007.

FELIX, J. **Economia da Longevidade: uma revisão da bibliografia brasileira sobre o envelhecimento populacional**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECONOMIA DA SAÚDE. Anais. São Paulo: PUC, 2007.

GOLDMAN, S.N. **Terceira idade e serviço social**. In: REZENDE, I; CAVALCANTI, L.F. *Serviço Social e Políticas Sociais*. RJ: Editora UFRJ / Série Didáticos, 2006.

GONDIM, Lilian Virgínia Carneiro. **Violência Intrafamiliar contra o Idoso: uma preocupação social e jurídica**. Fortaleza: 2011.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In, Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IBGE (2010) **Crescimento da população idosa no Brasil** Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/percentual-de-idosos-na-populacao-segue-em-crescimento-diz-censo.html> Acesso em: 10/07/2013 às 23:30 horas

IPEA (2006) Idosos Vítimas de Maus-tratos Domésticos Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4360
Acesso em: 10/05/13 às 23 horas

Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.html Acesso em: 15/12/2015 às 12h:08min

Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. Florianópolis, 2012 Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_12_2012_16.04.29.84d13bcae0a014d70a3400afa8643f63.pdf Acesso em: 03/05/2016 às 09h:52min.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra Idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria.** 2. ed., Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al PAULA, Danúzia da Rocha de. **Revisão Sistemática da Produção Acadêmica Brasileira Sobre Causas Externas e Violência contra a Pessoa Idosa.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

OMS-Organização Mundial de Saúde. **Manual da Classificação Estatística Internacional das Doenças, Lesões e Causas de Óbitos Nona Conferência de Revisão.** São Paulo: Centro Brasileiro de Classificação de Doenças em Português; 1985.

Política Nacional do Idoso. Lei nº 8.842. Brasília: 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.html Acesso em: 10/05/13 às 22 horas

ROSA, Rosiane Maria da Silva; FILHO, Mário José. **A pesquisa em questão: da academia à intenção profissional.** São Paulo: UNESP, 2008.

SOUZA, Jacira da Natividade de Oliveira. **A Atuação do Serviço Social no Enfrentamento à Violência Doméstica: o caso Loreta Valadares.** Salvador: ESSUCSAL, 2013.

VITÓRIO, Cinthia de Mello. **A Aplicabilidade da Lei Maria da Penha no Enfrentamento da Violência de Gênero: uma análise da suspensão condicional do processo.** Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Serviço Social na UFRJ, 2012.

CAPÍTULO 33

CÁRCERE PRIVADO EM SAÚDE MENTAL: ENTRE O CRIME E A (DES)PROTEÇÃO

Diaponira Vitória da Silva Santos, Assistente Social, Centro de Atenção Psicossocial II Sul da Fundação Municipal de Saúde

Lucia Cristina dos Santos Rosa, Assistente Social Docente, Universidade Federal do Piauí

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar a complexidade implicada no cárcere privado, na sua conexão com a produção do cuidado à pessoa com transtorno mental. Legalmente considerado um crime, previsto no Código Penal Brasileiro, paradoxalmente, é apropriado nas estratégias cotidianas do provimento do cuidado pela família, e acionado como uma solução protetiva, frente ao desamparo experimentado pelas mulheres, a maioria idosas, face a escasso suporte dos serviços de referência. Baseou-se em pesquisa qualitativa, com trabalho de campo com 5 cuidadoras familiares informais de pessoas com transtorno mental adulta, em circunstância de cárcere privado, vinculados a um Caps II da cidade de Teresina-Piauí. Embora definido como crime, convoca o diálogo entre a Política de Saúde Mental e o Sistema de Garantia de Direitos, pois o cárcere privado da pessoa com transtorno mental precisa ser compreendido a nível macrossocial e não meramente, por meio de denúncia e intervenção jurídica sobre essa situação.


Palavras-chave: Desinstitucionalização. Reforma Psiquiátrica. Cárcere privado.

INTRODUÇÃO

A lógica assistencial, instituída como política de saúde mental brasileira a partir de 1990, orientada pela atenção psicossocial e caracterizada pela organização das práticas de atenção em bases cidadãs, fincadas no cuidar em liberdade, através de serviços abertos e comunitários, tem a família como parceira, como mediadoras entre a pessoa com transtorno mental e a sociedade.

É a partir dessa lógica que a família de origem da pessoa com transtorno mental adquire papel fundamental na intermediação da produção do cuidado comunitário, passando a compartilhar com os serviços substitutos ao hospital psiquiátrico o cuidado que, antes, era realizado quase que exclusivamente pelo modelo manicomial.

Em sintonia com a Constituição Federal de 1988, a política de saúde mental, álcool e outras drogas trouxe o cuidado compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade, o qual também é invocado no artigo terceiro da Lei nº 10.216 de 06/04/2001:



É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental. (BRASIL, 2004, p. 17).

Nesses termos, a família é implicada de várias maneiras na assistência prestada às pessoas com transtornos mentais, convocada como parceira dos serviços de saúde mental.


Essa família é apreendida a partir de dois registros principais, ora considerada como culpada, negligente, faltosa, ora compreendida como sobrecarregada, vista em suas limitações e desproteções, que a tolhe de cumprir com seu papel como um dos agentes de proteção social.

Ao mesmo tempo em que ocorrem as alterações nas formas de cuidar em saúde mental, assiste-se a mudanças intensas no meio familiar, como a multiplicação de configurações familiares, envelhecimento das chefias, diminuição no tamanho do grupo, crescimento das famílias monoparentais, principalmente chefiadas por mulheres, o que implica em maiores complicações no processo de produção de cuidado às pessoas adoecidas.

Soma-se a isto, o ideário neoliberal que reorienta paulatinamente as políticas públicas, com maior intensidade no Brasil a partir dos anos 1990, devolvendo às famílias algumas funções anteriormente exercidas pelo Estado, pautado em um discurso de enfraquecimento do poder regulamentador estatal, buscando envolver o quanto possível o segmento familiar e a comunidade enquanto agentes de proteção social.

A família assume um novo papel e tarefas no cuidado em saúde mental, necessitando não só reaprender a conviver com a pessoa com transtorno mental, mas também conhecer e entender assuntos ligados ao transtorno em si, aos medicamentos e à produção do cuidado na comunidade e no meio familiar, além de mediar tensões e conflitos próprios da convivência, visto que a incidência de um transtorno mental na família exige de seus membros a capacidade constante de repensar e reorganizar suas estratégias e dinâmicas interna.

Mas, a família necessita de um preparo para o cuidado doméstico à pessoa com transtorno mental para que, conjuntamente, possa enfrentar as múltiplas e complexas questões que cercam as novas requisições. Cabe, principalmente, aos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, o desafio de implementar práticas diferenciadas com a família, criando novas tecnologias e abordagens; dando maior visibilidade e valor à sua condição de provedora de cuidados domésticos e oferecendo suporte em geral.



Porém, o que se percebe é que, ao trazer as famílias para compartilhar o cuidado da pessoa com transtorno mental, a Política de Saúde Mental não define o lugar que a família realmente ocupa e como dar-se-à a parceria com os serviços de saúde mental.

Está recomendada a assistência ao cuidador e, igualmente, a sua co-responsabilização pelo cuidado, o que implica limites e desafios que irão depender de cada contexto.

Face às novas requisições, a família vai construindo suas próprias estratégias para produzir cuidado, pois são cobradas pelos serviços de saúde e pela própria comunidade, sobretudo em circunstâncias em que a pessoa com transtorno mental apresenta-se com comportamentos inconvenientes ou considerados inadequados socialmente. Às vezes, por não vislumbrar outra saída, a família acaba por utilizar-se do cárcere privado, como estratégia na lida cotidiana da pessoa com transtorno mental, condenado pelos profissionais, pois, juridicamente configurado como um crime. Tal situação implica em tensões, havendo intenso desconhecimento dos condicionantes que geraram o cárcere privado, o que o presente artigo busca deslindar, sem esgotar a discussão, com o objetivo de trazer elementos para o debate.


1 O CÁRCERE PRIVADO NA INTERFACE DA COMPLEXIDADE DA PRODUÇÃO DO CUIDADO COMUNITÁRIO

O cárcere privado circunscreve o confinamento de um sujeito, em cômodo particular isolado (DRAGO, 2010) no espaço doméstico, aqui especificamente destinado para limitar a liberdade da pessoa com transtorno mental.

Para o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 148, o cárcere privado é definido como crime contra a liberdade pessoal, caracterizado basicamente pela privação de liberdade, de locomoção ou retenção do direito de ir e vir do indivíduo, no local onde ele se encontra, desconsiderando sua condição de sujeito de direitos e, como tal, de cidadão (BRASIL, 2017).

Embora definido como crime, convoca o diálogo entre a Política de Saúde Mental e o Sistema de Garantia de Direitos, tendo em vista que o cárcere privado da pessoa com transtorno mental precisa ser compreendido macrossocialmente, não simplesmente por meio de denúncia e intervenção jurídica sobre essa situação.

Analisar as situações de cárcere privado da pessoa com transtorno mental traz a necessidade de olhar além do âmbito microfamiliar, indicando que para que ocorra, de fato, a desinstitucionalização torna-se urgente que sejam transformadas também as relações familiares e, principalmente, da comunidade em relação à pessoa com transtorno mental.



A complexidade do fenômeno exige que as ações propostas sejam radicais, no sentido de abordarem os fundamentos e a totalidade do que é objeto de transformação. Não basta à reforma abrir serviços, ela deve deixar o limite da assistência e se configurar como processo sociocultural (DIAS; FERIGATO; BIEGAS, 2010, p. 70)

Nesse sentido, verifica-se que, para além de um crime encerrado no âmbito jurídico, o cárcere privado constitui um fato histórico e sociocultural que reproduz discursos e práticas de uma cultura manicomial, compreendida como “um conjunto de concepções que implica práticas de isolamento, segregação, infantilização, maus-tratos e descaracterização do louco como sujeito e cidadão” (DIAS; FERIGATO; BIEGAS, 2010, p. 49). Paradoxalmente, também, circunscreve estratégias de proteção e cuidado acionados por familiares cuidadores, sobretudo quando percebem limitadas suas redes de proteção, se vendo sem outra perspectiva.


Desta forma, a pesquisa teve por objetivo geral analisar a percepção das famílias em relação à manutenção da pessoa com transtorno mental em cárcere privado. E, como objetivos específicos, mapear essas famílias, analisando seu perfil sociodemográfico, além de verificar os determinantes da manutenção do cárcere privado e identificar os tipos de suporte e apoio social com as quais os cuidadores familiares podem contar.

Tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, pois envolveu os processos sociais (MINAYO, 1998) subjacentes ao cárcere privado, um fenômeno condenável penal e socialmente, mas parcamente compreendido em suas determinações mais gerais.

Para tanto, foi realizado, além do levantamento bibliográfico, a pesquisa de campo, com foco no cárcere privado que envolveu a pessoa com transtorno mental, na zona norte de Teresina, capital do Piauí, região em que se concentrou o modelo manicomial no Estado, pela centralização de dois hospitais psiquiátricos de referência do Sistema Único de Saúde, tendo por principais técnicas a observação, a análise documental, o questionário e a entrevista semiestruturada.

A seleção das participantes ocorreu de maneira aleatória/acidental, condicionado à: 1) aceitar participar da pesquisa e 2) ser familiar que mantém a pessoa com transtorno mental em cárcere privado, na qual os sujeitos, tanto a pessoa com transtorno mental, como os familiares, fossem maiores de 18 anos de idade, tivessem registros de atendimento no Centro de Atenção Psicossocial, CAPS II Norte.

Foram encontradas dez situações de cárcere privado, porém só foi possível a realização de cinco entrevistas, pois, entre as dez, um não se encontrava mais em situação de cárcere, uma familiar recusou-se a conceder entrevista e não foi possível contato com as



outras três famílias. Para as citações literais, retiradas dos excertos das entrevistas, foi adotado nome fictício, para proteção das participantes da pesquisa.

A construção de informações aconteceu nos meses de dezembro de 2016 a janeiro de 2017 e o seu tratamento ocorreu através da análise de conteúdo, destacando-se 2 núcleos de sentido, que giraram em torno do: a) perfil sociodemográfico e das vulnerabilidades da cuidadora familiar informal e, b) perspectivas de supressão do cárcere privado.

2 UMA FAMÍLIA POR DETRÁS DO CÁRCERE – PRIVADA DE QUE?


Na intenção de identificar quem são as famílias que mantêm a pessoa com transtorno mental em cárcere privado e as vulnerabilidades sociais que perpassam seu cotidiano, analisando os determinantes para a situação de cárcere privado na saúde mental, na zona norte de Teresina, traçou-se um perfil sociodemográfico.

Com relação aos cuidadores, evidenciou-se que 80% são do sexo feminino e com mais de 60 anos; 40% viúvos e 40% solteiros; 60% com ensino fundamental incompleto; 60% com renda de 1 a 2 salários mínimos, majoritariamente referência de família monoparental. A variável segue a tendência dos estudos internacionais (HIRATA; GUIMARÃES, 2012) e nacional, haja vista ser o cuidado “uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valorização social” (GAMA, 2014, p.47). Por sua vez, entre as pessoas com transtorno mental predominou: 80% sexo masculino; 60% com idade de 26 a 30 anos; 80% com diagnóstico de esquizofrenia e retardo mental; que implica uma relação desigual de forças.

A predominância de cuidadoras idosas constitui uma das vulnerabilidades sociais que envolve o cárcere privado na saúde mental, visto que, com as dificuldades próprias do processo de envelhecimento, elas não dispõem da mesma energia para prestar cuidados, especialmente à pessoa com transtorno mental, encontrando-se em uma fase do curso de vida que elas mesmo requerem atenção redobrada com a própria saúde e cuidados em geral, como afirma uma cuidadora

Eu já tô sem força pra lutar com um cabra desse. Um cabra desse tem força!. Isto dia ele arrunhou os pés ali dentro, aí eu me vi em grilo... essa daí foi entrar, pegou uma mãozada logo... aí eu... mas... é bicho que tem força, magrinho daquele jeito, mas o sujeito, ave Maria... (Cuidador da família Brito).

Embora o processo de envelhecimento não se constitua uma enfermidade, as mudanças estruturais e funcionais do corpo que ocorrem no organismo, principalmente nos sistemas musculoesquelético, ósseo e nervoso, fazem com que os sujeitos percam, ou tenham



reduzida, sua capacidade funcional para exercer suas atividades da vida diária. As pessoas idosas apresentam maior fragilidades físicas e de saúde, visto que no processo de envelhecimento existe um conjunto de modificações em todo sistema orgânico, ocorrendo maior probabilidade de adquirir patologias, aumentando seu nível de morbi-mortalidade (GERONDO, 2006).

Ocorre também que a combinação entre o processo de envelhecimento e a tarefa de cuidar acaba não somente podendo configurar situação de risco, com sobrecargas, mas pode alterar o cotidiano e limitar as atividades da vida diária quanto às atividades de lazer, pois precisam estar sempre disponíveis para suprir a necessidade ou incapacidade do outro (RODRIGUES; WATANABE; PARENTE, 2006), com tendências de prejuízos à vida social dos cuidadores e à manutenção de relações interpessoais. Pode ocasionar o isolamento social e o estresse emocional, além da busca tardia de ajuda quando necessária e a propensão de subestimar a severidade de seus problemas de saúde, posto a priorização do outro.

Com o tempo eu não vou ter condições de cuidar deles aqui não! Todo mundo diz que eu cuido deles e deixo de cuidar de mim! Eu tô vivendo só pra eles! Todo mundo diz essa história! Todo mundo que conhece aqui! (Cuidadora da Família Dias)


Destaca-se que a familiar cuidadora presta cuidados não só a pessoa com transtorno mental em cárcere privado, mas ainda a outros familiares que também apresentam transtorno mental ou são idosos com problemas graves de saúde:

Aqui em casa todo mundo é doente, essa casa é igual a farmácia... (Cuidador da Família Brito).

Rosa (2008) afirma que o próprio ato de cuidar implica, em grande medida, isolamento no espaço privado e sobrecarga em um único cuidador, que tende a centralizar e tomar para si todos os encargos e processos inerentes ao cuidado, não se restringindo apenas às questões ligadas à pessoa com transtorno mental, mas também a todo grupo familiar.

Isto ocorre também pela limitação da rede primária, constituída de todas as relações do indivíduo, divididas em família, amizades, relações de trabalho ou escolares e relações comunitárias, com que essas famílias podem contar, pois a rede social evidencia os possíveis pontos de apoio nas mais diversas funções, tais como companhia e apoio social, suporte emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços (LAVALL; OLSSCHOWSKY; KANTORSKI, 2009).

Inclusive, a literatura da saúde mental sinaliza que quanto mais expressivos os sinais e sintomas do transtorno mental, em comportamentos considerados de difícil manejo pelos



familiares, mais tendem a se isolar e ter uma rede restrita de relações e suporte (ROSA, 2008).

No tocante à ajuda material, de serviços e o acesso aos recursos materiais e simbólicos, destaca-se que das cinco famílias entrevistadas nenhuma possui transporte próprio, utilizando-se de transporte público ou de táxi para o deslocamento com os usuários. Os familiares relatam este como um fator que dificulta o deslocamento das famílias até os serviços dos quais necessitam para ter acesso aos cuidados necessários:


Agora ficou tudo ruim porque os ônibus mudaram as paradas, aí andar de pé com ele não tem quem acompanha ele. Se ele fosse uma pessoa que a gente pegasse assim na mão dele e “bora, meu filho”, mas não! Ele caminha numa ligeireza monstra (...) Aí pagar um táxi dois dias, três num pode pagar mais, não tem dinheiro (Cuidador da Família Brito).

Logo, as cuidadoras tendem a ser oneradas financeiramente, quando necessitam acionar um taxi ou tem sobrecargas objetivas e subjetivas por ter que acompanhar uma pessoa com outro ritmo de caminhada, até a parada de ônibus. Nesse contexto, sabe-se que pessoa idosa tendem a ter uma marcha mais lentificada e, conseqüentemente, podem ser colocadas em situação de risco, inclusive de acidentes. A ausência de apoio em transporte especial prejudica a acessibilidade aos serviços e ao cuidado profissional do qual os usuários necessitam, o que contribui para a manutenção da pessoa com transtorno mental em cárcere privado. No contexto local, observou-se as dificuldades em se acionar o SAMU para atenção de urgência, até porque é exigido o acionamento concomitante da polícia militar, o que circunscreve os momentos de agudização dos sintomas psiquiátricos a um cenário constrangedor para as famílias com sua vizinhança, sendo ativada como último recurso.

Além das vulnerabilidades sociais apontadas anteriormente, as cinco famílias entrevistadas em suas falas revelam o medo, a desconfiança, a imprevisibilidade e agressividade ligada à imagem da pessoa com transtorno mental, construída histórica e socialmente:

Quando era novinho ele não precisava ficar assim não. Aí ele começou a ficar agressivo. Começou a pegar nas coisas, crescendo, né? Foi desenvolvendo, aí começou já a ficar agitado, aí pega umas coisas e arrasta aí pra dentro do quarto, aí o papai, na época, né? Fez os quartos, o quarto ali pra botar ele... (Cuidadora da Família Cardoso).

Colvero, Ide e Rolim (2004) afirmam que os familiares demarcam aquilo que para eles aparece como comportamento estranho, não esperado e não compreensível e o fazem fundamentados nos saberes historicamente acumulados e reiterados por meio das relações sociais. E frente às leituras realizadas, desenvolvem estratégias para enfrentar situações que



consideram de difícil manejo, risco para a pessoa com transtorno mental, inclusive ao se distanciar do núcleo familiar, considerado esfera de proteção, com limites para compreensão, inclusive pela comunidade envolvente, como aquele envolvendo a nudez,

Se ele sair só Deus mesmo pra fazer ele voltar... Ele num volta não... E o mais é isso porque pra ele, quando ele sai, tanto faz ele ta vestido como não, ele arranca a roupa fora e se manda no mundo, sem destino. E a gente tem medo de as pessoas assim, num tem a cabeça bem boa, vê essas coisas assim e pensar que ele ta fazendo aquilo porque quer, que hoje tem demais... aí, aí a gente não deixa mesmo não, ele sair não, deixa mesmo não (Cuidador da Família Brito).


Elementos expressos em comportamentos, possíveis de serem associados a alguns transtornos mentais, entre eles a esquizofrenia que está entre os principais diagnósticos dos sujeitos dessa pesquisa, e das dificuldades em lidar com eles, tais como alucinações, delírios, distúrbios do pensamento, comportamento de auto e heteroagressividade e ainda com a apatia marcante, pobreza do discurso e embotamento ou incongruência de respostas emocionais (COLVERO; IDE; ROLIM, 2004) incluindo comportamentos considerados inconvenientes pelo meio social, como a nudez, estão intimamente ligadas à persistência do cárcere privado frente ao medo, à desconfiança no convívio com a pessoa com transtorno mental e ausência de outras alternativas:

Essas coisas assim é violenta... é de momento. Não é porque ele quer, principalmente porque ele só me chama de mãe quando ele tá aperreado. Ele me chama de dona Maria... (Cuidadora da Família Alves).

Logo, a imprevisibilidade do momento de manifestação de alguns comportamentos considerados violentos, podem precipitar o acionamento do cárcere privado. Na situação registrada, no ensaio e erro do cotidiano da lida com a pessoa com transtorno mental, a cuidadora percebe que ao ser chamada de mãe e não de Dona Maria, é um sinal de que algo não vai bem. Desta forma, verifica-se que a convivência com a pessoa com transtorno mental em cárcere privado está marcada por um sentimento de insegurança e desconforto diante da imprevisibilidade de suas ações, fazendo com que os cuidadores convivam com a expectativa de que algo súbito possa acontecer a qualquer momento (COLVERO; IDE; ROLIM, 2004):

Porque ela tem os momentos, a gente tá ali numa boa, quando pensa que não ela vem em cima da gente, num dá tempo nem a gente se levantar... é desse jeito aí, mas tem força! E a pessoa desse jeito (apontando para a mãe da usuária), quase não anda nem dentro de casa, tem condição de ficar sozinha com essa menina solta? É só pra isso mesmo que a gente faz, pra evitar o pior. O pior é só isso! É agressiva, se não fosse... (Cuidadora da Família Dias)

A este respeito, Willrichet *al* (2011) afirmam que a agressividade e o comportamento violento constituem um dos desafios para as práticas em saúde mental. O comportamento da pessoa com transtorno mental, tradicionalmente considerado pela psiquiatria como




incompreensível e imprevisível, despertou certa dose de temor e justificou a adoção de práticas de exclusão e segregação orientadas pela ideia de que a pessoa com transtorno mental é perigosa para si e para o seu grupo social. Mas, a expressão do comportamento agressivo associado a uma cuidadora idosa, portanto, em situação de risco, faz com que socialmente seja legitimado o acionamento do cárcere privado, pois como expresso pela participante, é “pra evitar o pior”, o pior para a provedora de cuidado idosa.

Para desconstruir o temor à priori da perspectiva do perigo que pode envolver as situações de crise, é necessário que os aspectos negativos da crise sejam redimensionados, através de um bom suporte psicossocial e que vivências reais deixem de ser intermediadas ou sejam minimizadas em termos de risco pessoal. Logo, é necessário que o cuidador se sinta protegido e em condições de manejar não apenas a si mesmo, mas também o ambiente. Por isso, para o cuidado da crise é necessário lançar mão de instrumentos complexos, como a escuta que permita a expressão da subjetividade e uma intervenção que instrumentalize o sujeito a responder às situações da crise (WILLRICH *et al*, 2011) envolvendo a todos os sujeitos implicados na cena e no contexto. Para que o provedor de cuidado se sinta seguro e assertivo em suas ações e nas relações que desenvolverá com a pessoa com transtorno mental.

As cuidadoras também relatam sobre os danos materiais que podem acompanhar situações de crise:

Um dia ele fez um espalhafate aqui que foi preciso fechar aqui, fechar a porta lá. Aí ele se fez de manso, quando ele entrou pra dentro, tacou a mão na televisão que tinha ali, largou no chão e a bagaceira foi feia... Já ta com três (risos) que ele quebra, né? Aí eu sei que o jeito que tem é trancar (Cuidador da Família Brito).

Willrich *et al* (2011) afirmam que os momentos de crise podem gerar nas famílias, em muitas situações, angústia, mobilizando sentidos de impotência a partir da experiência do não saber e até mesmo experiência de perdas materiais, como a relatada, com 3 televisões danificadas. Esse relato sinaliza para a ausência de suporte para repensar o que se vivenciou e o que é possível aprender com cada crise. O que é possível fazer antecipadamente, por exemplo, para evitar danos materiais. Vasconcelos (2013), no Manual de ajuda e suporte mutuo, informa da importância da construção do plano da crise. Da importância de negociar com a pessoa com transtorno mental, fora do contexto da crise, como ela gostaria de ser cuidada nessas circunstâncias. É importante também pensar no plano de crise para o próprio cuidador familiar. O que acontece nesses momentos? Que experiências tiveram e que perdas e ganhos foram associados a elas? Como poderiam se antecipar a alguns acontecimentos, que já ocorreram, mas que podem ser evitados no futuro? Não se observa a figura do técnico de




referência como apoio/suporte a esse cenário. O familiar cuidador parece isolado, sem retaguarda antes, durante e após o episódio. Logo, nesse contexto teresinense, a parceria do serviço de saúde mental com a família ficou no texto legal, onerando a cuidadora, que se encontra desamparada. O familismo, ou seja, uma das tendências da política social que aposta na “capacidade imanente de cuidado e proteção” (MIOTO, 2010, p. 56) da família, para sozinha prover o cuidado, parece orientar o dia a dia das famílias na relação com os serviços de saúde mental. Solitariamente, a cuidadora e a família como um todo, só vislumbram uma única saída, diante da complexidade da situação que enfrentam, com poucos e precários recursos, o cárcere privado.

Os autores afirmam ainda que para mudar a lógica do encarceramento, precisamos encarar os desafios e construir formas de convivência com a loucura, inclusive nos momentos de crise e ter os serviços e seus profissionais mais próximos. Em vez de dar lugar aos sentidos de perigoso e incapacidade, precisa-se estudar possibilidades para o fortalecimento das capacidades dos sujeitos, tanto familiares quanto profissionais, a partir da construção de práticas de atenção que respeitem e garantam os direitos de cidadania da pessoa com transtorno mental e do familiar cuidador, de modo que o segundo se sinta seguro e apoiado em suas ações.

Nesse sentido, a crise precisa ser vista como uma possibilidade de transformação da relação entre profissional, usuário, cuidador familiar e sociedade, pois, caso contrário, continuará um entrave, sustentando o sentido de medo e perigo que ainda acompanha a loucura, logo de paralisia e persistência de um *modus operandi* violentador de direitos e seguranças.

É necessário romper com o estigma da periculosidade que tem acompanhado a pessoa com transtorno mental, que traz como consequência o isolamento/asilamento e a negação de seus direitos de serem cuidados como cidadãos (WILLRICH *et al*, 2011).

Portanto, atendendo aos paradigmas da Reforma Psiquiátrica, é necessário produzir novas formas de cuidado que não exclua, violence ou discrimine os sujeitos. Mas construir um cuidado que crie possibilidades de reinventar a vida. A construção de uma clínica ampliada não nega o risco que uma situação de crise pode acarretar, porém sobrepõe a este o compromisso de construir cuidado com novas formas de abordagem do usuário na crise, não atravessadas pela violência, repressão, nem indiferença, pois, muitas vezes, o medo impede a aproximação, o vínculo e o sentido de responsabilização pelo cuidado na crise. O desafio é



posto aos profissionais que atuam na saúde mental que, não têm mais respostas prontas, mas princípios e coordenadas, devendo criar alternativas concretas dentro da própria relação tensa, sujeito a sujeito (WILLRICH *et al*, 2011), intermediados pela luta por melhores condições de trabalho.

3. SAÍDA PARA O CÁRCERE – EM QUE DIREÇÃO?

Cabe ao profissional de saúde mental, articular novas possibilidades às famílias, construindo vínculos a fim de trazer maior segurança diante do acompanhamento psicossocial, visto que quando questionadas sobre a possibilidade de a pessoa com transtorno mental em cárcere realizar o acompanhamento psicossocial, os familiares apresentam receio, desconfiança e referem que os usuários não se adaptam ao ambiente do serviço:


Ele não tem condição de ir pra lá não, porque uma vez eu levei ele pra lá e nem pra fazer aquele de primeira vez, a triagem, ele num ficou... Pelejei, pelejei e ele num ficou. O professor pelejou, pelejou, aí o professor disse “não, esse aí não”... (Cuidador da Família Brito)

A falta de investimento dos profissionais de saúde mental nas situações de cárcere privado contribui para que as famílias apresentem visão ainda bastante negativa em relação ao transtorno mental, como algo incurável, sem possibilidades de melhora e reinserção social. Esse contexto, requer mais investimento dos profissionais, tanto do Caps quanto da atenção básica. Diante de indagações sobre outras possibilidades de cuidado, os familiares trazem para a cena outras estratégias manicomiais, referindo inclusive o uso de correntes:

Solto dá não! Solto pra cuidar todo tempo num dava não! Aí tinha que ter, era o jeito, tinha que ter era uma corrente porque sujeito pra pegar... um cabra desse aí solto, pra vir em cima da gente, ia matar... (Cuidador da Família Brito)

A falta de investimento por parte dos profissionais nas situações de cárcere privado é reflexo de uma complexidade de questões associadas. Falta de preparo do profissionais, centramento da assistência cotidiana no interior do equipamento, em função de cobranças meramente quantitativas do trabalho coletivo, o que se relaciona com a falta de investimento da gestão municipal de Teresina na política de saúde mental que, tendo como marca o descaso histórico com tal política, só investe nesse âmbito a partir de pressões do Ministério Público do Estado do Piauí, isso devido ao “abandono e contenção de gastos” que “pautam o modo de governar a capital nas últimas três décadas (LIMA, 2015).

O descaso e a falta de investimento da gestão pesam sobre os profissionais e se refletem em suas práticas, visto que na ausência de uma política de formação, oferta de capacitações e supervisões/monitoramento, os profissionais que desejam buscar



conhecimentos sobre as práticas em saúde mental o fazem por conta própria, sem apoio, incentivo ou estímulo da gestão (LIMA, 2015).


Essa falta de investimento também é observada nos próprios processos de trabalho e na área de abrangência do CAPS II Norte, abrangendo toda a zona norte, incluindo áreas urbanas e rurais, pois atende a uma população de 300 mil habitantes, quando o teto máximo de um CAPS II é de 200 mil (LIMA, 2015). Em janeiro de 2017, segundo os dados obtidos junto ao Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME, o CAPS II Norte apresenta um total de 2.188 usuários, dos quais 1.437 estão em arquivo morto e 761 permanecem ativos, seja comparecendo apenas para consultas médicas ou participando das atividades cotidianas do serviço.

Em relação às visitas domiciliares, o CAPS Norte realiza em média o acompanhamento de 26 usuários por mês, sendo uma média de seis visitas por semana. Vale destacar que o serviço disponibiliza carro para a realização de visitas domiciliares apenas uma vez durante a semana, às sextas-feiras nos turnos manhã e tarde. Diante das condições de trabalho postas, é possível compreender a precarização dos serviços profissionais, dadas as condições de trabalho insuficientes para estar mais próximo a estas famílias no território, traçando junto com as mesmas novas possibilidades para a convivência com a pessoa com transtorno mental e construindo novas formas de cuidar na comunidade, em conjunto com a atenção básica.

Embora esteja presente na atuação dos profissionais do CAPS II Norte a preocupação em ir de encontro ao cuidador familiar e ao usuário em sofrimento no território, Lima (2015) observa a persistência de certas linhas tradicionais de ação do CAPS, prevalecendo o saber/poder psiquiátrico e as formas manicomiais, reforçando a crença comum no serviço em questão de que a principal forma de atuação está na medicalização.

Logo, familiares e profissionais de saúde reproduzem práticas asilares tradicionais, não investindo na participação ativa da pessoa com transtorno mental, o que contradiz com o postula a atenção psicossocial, deixando inalterado a possibilidade de reinventar relações e a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O cárcere privado na saúde mental é um fenômeno complexo e, como tal, exige análises e intervenções igualmente complexas, que possam dar conta de responder às vulnerabilidades sociais que o geram e o cercam.

Com o perfil sociodemográfico e mapeamento das vulnerabilidades, observou-se o predomínio de cuidadores mulheres idosas, de baixa escolaridade, com rendas oriundas de aposentadoria ou pensão, que são referência em uma família monoparental.


Por sua vez, entre as pessoas em cárcere privado, predominam homens adultos, solteiros, beneficiários da assistência social que, até mesmo pela situação vivenciada, apresentam baixa escolaridade e poucas trocas sociais.

Nesse contexto, o cárcere privado ganha o sentido preponderante de proteção social, uma estratégia de cuidar de uma pessoa com transtorno mental, mais forte fisicamente que a cuidadora familiar, que se percebe em situação de risco social, diante de quadros de crise psiquiátrica, considerada como um *continuum* no cotidiano da produção do cuidado.

O que para a esfera de garantia de direitos e para os profissionais de saúde mental é cárcere privado, para as famílias é a forma que elas encontram em meio às suas vulnerabilidades para prover cuidado diante da ausência de uma rede socioassistencial fortalecida e integrada que lhe proporcione o suporte e apoio necessários nas suas limitações diante da complexidade do cuidar em saúde mental, em face de uma pessoa com transtorno mental grave.

Tal complexidade é observada nos próprios serviços de saúde mental que, ainda, não dispõem de estratégias que possam contribuir para a transformação da maneira pela qual as famílias e a comunidade se relacionam com a pessoa com transtorno mental, prevalecendo a centralidade na medicação e no atendimento médico, o que acaba evidenciando linhas tradicionais de atuação centrados no saber/poder médico e reforçando traços da cultura manicomial.

As situações de cárcere privado na saúde mental desafiam os processos de desinstitucionalização, exigindo a construção de novas formas e possibilidades de cuidar em liberdade e comunitariamente, tendo como base uma rede de serviços e de apoio que possam oferecer suporte aos familiares, visto que o Estado segue responsável pela atenção em saúde mental e aos serviços cabe a atuação intersetorial para que possa promover o cuidado integral,



apesar das tendências de desmonte de direitos e risco de redirecionamento do processo em curso.

A análise deste fenômeno reafirma a necessidade de voltar o olhar também para a cuidadora familiar informal, para que estas também estejam incluídos nas redes de cuidado e possam ter lugar definido na política de saúde mental, de forma que, também sejam consideradas em suas condições e modos de vida e, com espaço assegurado para construir coletivamente novas possibilidades de produção de cuidado em saúde mental que sejam capazes de romper com a cultura manicomial, ainda tão presente, mesmo com o processo de Reforma Psiquiátrica, com mais de 30 anos em curso, mas com parco rebatimento cultural.

Livrar usuários e familiares das grades do cárcere privado exige transformação cultural, inclusão social e o combate ao preconceito, envolvendo outras relações sociais, fundadas no reconhecimento do diferente como parte da mesma humanidade e como sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Legislação em saúde mental* – 1990-2004. 5ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. *Código Penal* – Lei nº 2.848/1940. Brasília: Senado Federal, 2017.

COLVERO, Luciana de Almeida, *et al.* Família e doença mental: a difícil convivência com a diferença. *Revista Da Escola De Enfermagem Da Usp*. São Paulo, v. 38, n. 2, p.197-205, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v38n2/11.pdf>. Acesso em: Agosto 2014.

DIAS, M. K; FERIGATO, S; BIEGAS, M. de O. C. Cultura manicomial além do hospital: O estudo dos cárceres privados em Caicó (RN). In: CAMPOS, F. B; LANCETTI, A. (Org.). *Saúde e Loucura 9*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 49-71.

DRAGO, G. D. Internação Psiquiátrica: tratamento, cárcere privado e constrangimento ilegal. *Jus Navigandi*, ano 15, nº 2404, 30 jan. 2010. Disponível em <http://jus.com.br/revista/texto/14284>. Acesso em: Agosto 2014.

GAMA, A.S. *Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2014.

GERONDO, V. L. S. *As avós idosas cuidadoras dos netos hospitalizados*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2006.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N.D. (Org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.



LAVALLE, E.; OLSCHOWSKY, A.; KANTORKI, L.P. *Avaliação de família: rede de apoio social na atenção em saúde mental*. Rev Gaúcha Enferm. 2009 Jun 30(2):198-205.

LIMA, E. J. B. *Cartografias do cuidado em Saúde Mental: O Piauí em cena*. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1998.

MIOTO, R.C.T. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: TRAD, L.A.B. *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz. p.51-66.

ROSA, L. *Transtorno mental e o cuidado na família*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELOS, E.M. (Org). *Manual de ajuda e suporte mutuo*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

WILLRICH; J. Q. *et al*. Periculosidade versus cidadania: os sentidos da atenção à crise nas práticas discursivas dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. *Physis* vol.21 no.1 Rio de Janeiro, 2011 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312011000100004>. Acesso em: 14 março 2017.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

cultura, movimentos & lutas

desconstruindo amarras sociais

ROGER GOULART MELLO
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
(ORGANIZADORES)



2020

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

cultura, movimentos & lutas

desconstruindo amarras sociais

ROGER GOULART MELLO
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
(ORGANIZADORES)



2020